

CADERNO DE RESUMOS



14^a SIAC

• Semana de
• Integração
• Acadêmica da
• UFRJ

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

22 a 26SET • 2025

Apresentação

A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem a satisfação de realizar, em 2025, a 14^a Semana de Integração Acadêmica (SIAc). Este evento consolidou-se como o maior espaço de socialização de experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão da instituição. Por mais de uma década, a SIAc firmou-se como uma oportunidade privilegiada para que a comunidade universitária apresente e discuta seus projetos, resultados e práticas, reafirmando o compromisso da UFRJ com a formação de excelência e com a defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

A 14^a Semana de Integração Acadêmica (SIAc 2025) tem como objetivo assegurar o espaço da construção coletiva alicerçado na indissociabilidade ensino, pesquisa, e extensão, de defesa da educação pública, da valorização da Ciência e Tecnologia, da Inovação e da Cultura para o desenvolvimento do país.

A cada edição, a SIAc vem ampliando sua dimensão, envolvendo milhares de estudantes, docentes e técnicos-administrativos em atividades que abrangem todas as áreas do conhecimento. Em 2025, a programação contempla apresentações de trabalhos vinculados a programas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e em Inovação, Extensão Universitária, Monitoria, Formação Docente e outras modalidades institucionais, que expressam a riqueza e a diversidade das ações desenvolvidas pela universidade. Esse conjunto de iniciativas reafirma o papel da UFRJ como instituição de ponta na produção de conhecimento, na difusão de saberes e na interlocução constante com a sociedade brasileira.

Na Cerimônia de Abertura desta edição, teremos a bióloga e Profa. Tatiana Sampaio, que irá proferir a palestra inaugural com o título: *"Polilaminina: Como uma pesquisa de bancada se transforma em um novo medicamento"*.

O trabalho desenvolvido pela Profa. Tatiana Sampaio é um exemplo emblemático de como a pesquisa acadêmica pode transpor os limites do laboratório e gerar impacto direto na sociedade. A trajetória da Polilaminina, da bancada de pesquisa ao desenvolvimento de um novo medicamento, ilustra de forma concreta a importância da ciência básica como fundamento para a inovação e para a melhoria da qualidade de vida. Ao apresentar esse percurso na abertura da 14^a SIAc, a professora reforça a proposta central do evento: destacar a relevância da integração entre ensino, pesquisa e extensão e inspirar a comunidade acadêmica a compreender que o conhecimento produzido na universidade tem potência transformadora, capaz de promover avanços científicos, tecnológicos e sociais alinhados às necessidades do século XXI.

A 14^a Semana de Integração Acadêmica busca, assim, não apenas valorizar a produção acadêmica realizada nos diferentes campi da UFRJ, mas também incentivar o diálogo entre gerações, áreas de saber e formas de conhecimento. Trata-se de um espaço de encontro e reflexão, em que se destacam tanto os resultados de pesquisas científicas quanto as práticas extensionistas voltadas ao enfrentamento dos desafios contemporâneos. O evento reafirma a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio que orienta a universidade em sua missão de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro convida a comunidade acadêmica a participar vivamente das atividades propostas e a se engajar na produção de conhecimento que acarreta não apenas numa formação universitária sólida, mas igualmente numa perspectiva de um futuro melhor para todas e todos. Que este seja mais um momento de construção coletiva, de valorização da ciência e da educação pública, e de fortalecimento dos laços que unem a universidade à sociedade.



Reitor

Roberto de Andrade Medronho

Vice-reitora

Cassia Curan Turci

Pró-reitora de Graduação (PR-1)

Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes

Superintendente Geral de Graduação

Georgia Correa Atella

Superintendente Administrativo

Rosiléia Castório Damasceno

Superintendente Acadêmico

Carlos Eduardo Bielschowsky

Superintendente de Acesso e Registro

Ricardo Ballesteros Anaya

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

João Ramos Torres de Mello Neto

Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa

Felipe Siqueira de Souza da Rosa

Superintendente Acadêmico de Pós-graduação

Fernanda Carvalho de Queiroz Mello

Superintendente Administrativa

Marilia da Conceição Morais Lopes

Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3)

Helios Malebranche

Superintendente Geral de Planejamento e Desenvolvimento

George Pereira da Gama Júnior

Superintendente Geral de Planejamento Institucional

Maria de Fátima Bruno de Faria

Superintendente Geral de Finanças

Leilane Costa do Nascimento Tavares

Pró-reitora de Pessoal (PR-4)

Neuza Luzia Pinto

Superintendente Geral de Pessoas

Rafael dos Santos Pereira

Pró-reitora de Extensão (PR-5)

Prof.ª Ivana Bentes Oliveira

Superintendente de Formação Acadêmica de Extensão

Prof.ª Ana Inês Sousa

Superintendente de Integração e Articulação da Extensão

Bárbara Tavela da Costa

Superintendente Administrativa de Extensão

Sheila Camlot



Pró-reitora de Gestão e Governança (PR-6)

Fernando Otavio de Freitas Peregrino

Superintendente Geral de Gestão

Flávio Ferreira Fernandes

Superintendente Geral de Governança

Rosinei Cusumano Chiavo

Superintendente Geral de Patrimônio

Robson Correa Chaves

Pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7)

Eduardo Mach Queiroz

Superintendente Geral de Políticas Estudantis

Alexandre Leiras

Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC

Ana Maria de Almeida Ribeiro

Superintendência Geral de Comunicação Social - SGCOM

Eugênia Lopes

Superintendência Geral de Relações Internacionais

Papa Matar Ndiaye

Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade

Denise Francisco Góes

Fórum de Ciência e Cultura (FCC)

Superintendente de Divulgação Científica e Coordenadora do Fórum

Profa. Christine Ruta

Superintendente de Difusão Cultural

Patrícia Dorneles

Superintendente de Comunicação

Olivia Meireles

Superintendente de Administração

João Carlos Nara Jr.

Superintendente de Saberes Tradicionais

Nadia Pereira

Prefeitura Universitária

Prefeito

Marcos Benilson Gonçalves Maldonado



Comitê Institucional de Iniciação Científica

*Beatriz Blanco Siffert (Caxias)
Bernardo Dias Ribeiro (CT)
Cristiano Luis Rangel Moreira (FCC/MN)
Eliane Guedes (FCC/MN)
Kathleen Tereza da Cruz (Macaé)
Thiago da Silveira Alvares (Macaé)
Thiago Leitão (CLA)
Flavia Trocoli (CLA)
Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo (CLA)
Felipe Macedo de Andrade (CFCH)
Rodrigo Rosistolato (CFCH)
Carla Cecília Campos Ferreira (CFCH)
Rafael Winter Ribeiro (CCMN)
Vinicius Tadeu kartnaller Montalvão (CCMN)
Yara do Amaral Coutinho (CCMN)
Katrín Gelfert (CCMN)
Daniela Rodrigues (CCS)
Luciana Rangel (CCS)
Francisco Meirelles Bastos de Oliveira (CCS)
Marcus Fernandes de Oliveira (CCS)
Sandra König (CCS)
Renata de Mello Perez (CCS)*

Coordenação PIBIC UFRJ

Fabianno Ferreira Dutra

Equipe TIC-Macaé

*Adriano Neves de Souza
Emanuel Victor Nogueira Gotardo
Emerson Luiz Florentino Borges
Enoque Gonçalves Ribeiro
Helder Monteiro Cosme
Hudson Cabral Limeira
Josiane Coelho de Oliveira
Júlio César Carvalho Alves
Luiz Alexandre de Oliveira Roque
Otavio Henrique Oliveira de Medeiros
Patrick Helder Alvarenga Belem
Paulo Freitas Silva Júnior*



Bolsistas SIAc 2025

*Pietro Allonzi de Oliveira (FCC)
Shayane Conceição dos Santos (SIAc - Caxias)
Michelle Vieira da Silva (SIAc - Macaé)
Fernanda da Motta Pessôa (SIAc - Macaé)
Renan da Silva Bergossi (SIAc - CFCH)
Sophia Amabile Correia Anciães (SIAc - CFCH)
Lavinia Silva Araújo Oliveira (SIAc - CCJE)
Sophia Lima Costa (SIAc - CCJE)
Lucas Gomes da Silva (SIAc - CLA)
Alanis Oliveira Macedo (SIAc - CLA)
Maria Luiza Porpino da Silva (SIAc - CLA)
Pedro Pereira Ventura (SIAc - CT)
Laura da Silva Alves (SIAc - CT)
Anna Julia da Silva Pereira (SIAc - CT)
Jéssica de Melo Jataranaguá Ferreira (SIAc - CCMN)
Adhara Guedes da Silva (SIAc - CCMN)
Rebeca Buás Campeão (SIAc - CCMN)
Beatriz Marques Pinheiro (SIAc - CCS)
Barbara Marques Pinheiro (SIAc - CCS)
Anna Flávia de Souza de Moraes (SIAc - CCS)
Júlia Reis dos Santos de Oliveira (SIAc - CCS)
Miguel Ângelo de Souza Vieira (SIAc - PR2)
Julia Beatris Cardoso dos Santos (SIAc - PR5)
José Pedro Alexandrino Neto (SIAc - PR5)
Matheus Vitor Santos de Moraes (SIAc - PR5)
Mylena da Cruz Figueira (PR2)
Débora Ferreira Vinagre (PR2)
Antonio Matheus de Sousa Santos (PR5)
Caio Augusto Ferreguti Corrêa (PR5)
Charles Luiz da Costa Albino Junior (PR5)
Gabriele Trancoso Moura Da Silva (PR5)
Gabriella de Angelis da Silva Rego (PR5)
João Pedro Cavalcante Mateus da Silva (PR5)
João Prestes Silva (PR5)
Maria Clara Almeida do Amaral (PR5)
Natália Santana Santiago de Oliveira (PR5)
Nathan Andrade dos Santos Lobo (PR5)
Pedro Léo Medeiros Mansano André (PR5)
Sarah Aysha Gomes Santos (PR5)
Victor Silva Mello Kallut (PR5)*



Coordenadores(as) de Centro/Campus

*Carlos Frederico Deluqui Gurgel (NUPEM)
Diego Fernando da Silva Paschoal (CM Macaé)
Thiago da Silva Alvares (CM Macaé)
Mariella Alzamora Camarena (Duque de Caxias)
Raphael do Carmo Valente (Duque de Caxias)
Alinny Rosendo Isaac (Duque de Caxias)
André Martins de Moura (Duque de Caxias)
Paula Farencena Viero (CT)
Daniel Tinôco Campos Neto (CT)
Ariane de Jesus Sousa Batista (CT)
Karina Moita de Almeida (CT)
Vinicius Tadeu kartnaller Montalvão (CCMN)
Fernanda Arruda Nogueira Gomes da Silva (CCMN)
Miriam Mendes Gadelman (CCMN)
Kátia Leite Mansur (CCMN)
Marco Aurélio Santana (CFCH)
Débora Henrique da Silva Anjos (CCS)
Ana Maria Mazotto de Almeida (CCS)
Michelle Rodrigues de Moraes (CCS)
Christine Ruta (FCC)
Catharine Peres Varella (FCC)
Adriane Aparecida Moraes (FCC)
Nadia Pereira de Carvalho (FCC)
Patrícia Braga do Desterro (FCC)
Cristiano Luis Rangel Moreira (Museu Nacional)
Thamara Zacca Bispo Taumaturgo (Museu Nacional)
Fernanda Lima (Museu Nacional)
Marta dos Reis Castilho (CCJE)
Junya Rodrigues Barletta (CCJE)
Renata Bastos da Silva (CCJE)
Sandra Maria Becker Tavares (CCJE)
Vitor Fonseca Costa (CLA)
Maria Clara Amado Martins (CLA)
Silvia Fernandes da Fonseca Rodrigues (CLA)
Luiz Antonio Ferreira das Neves (CLA)*



Comissão Organizadora Reitoria

*Georgia Correa Atella (PR1)
Alexndre Monteiro Gonçalves (PR1)
Marcelo Cortes Silva (PR1)
Felipe Siqueira de Souza (PR2)
Fernanda Carvalho de Queiroz Mello (PR2)
Marília da Conceição Morais Lopes (PR2)
Raphael Cavalcante (PR2)
Renata Gaspar Nascimento (PR2)
Marcelo Henrique Siqueira (PR2)
Fabianno Ferreira Dutra (PIBIC-UFRJ)
Barbara Tavela (PR5)
Renata Soares Correia (PR5)
Michelle Moreira da Silva (PR5)
Pricila Magalhães (PR5)
Danielle da Gama Peçanha (PR5)
Ana Cristina Barbosa de Andrade (PR5)
Beatriz Moreira de Azevedo Porto Gonçalves (PR5)
Matheus Veiga Schottz (PR5)
Gisele Nunes Paz Vieira (PR5)
Helena Macêdo Peres (PR5)
Núbia Siqueira Silva (PR5)
Sérgio de Sena Tavares (PR5)
Flávia Fortes de Souza (PR5)
Luiza Teles Mascarenhas (PR5)
Christine Ruta (FCC)
Paulo Caetano (FCC)
Cecília Izidoro (SGAADAA)*

Coordenação Geral da SIAC

*Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes
Pró-reitora de Graduação – PR1*

*João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2*

*Ivana Bentes Oliveira
Pró-reitora de Extensão – PR5*



Caderno de Resumos: Centro de Ciencias Juridicas e Economicas

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **24**

TITULO: POLUIÇÃO INVISÍVEL: UMA ANÁLISE SOBRE COMO O CONTEÚDO DO TIKTOK COMUNICA SOBRE MICROPLÁSTICOS

AUTOR(ES) : **GABRIEL GONCALVES BAPTISTA, THALYSON DA ROCHA MENDONCA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Este estudo investiga as características das notícias falsas sobre microplásticos comunicadas na rede social TikTok. Adota-se uma abordagem qualitativa, elaborada no diálogo entre a Biblioteconomia e as Ciências Biológicas, para análise discursiva e de conteúdo de postagens relacionadas à poluição por microplásticos, especialmente em ecossistemas de águas doces. A partir da ecotoxicologia, examinam-se os efeitos desses poluentes em organismos aquáticos e nos possíveis riscos à saúde humana, considerando as dimensões intrínsecas, que dizem respeito ao conhecimento científico validado sobre os impactos desses resíduos nos rios, lagos e seres vivos, e extrínsecas, que envolvem os aspectos culturais, sociais e comunicacionais que moldam a forma como essas informações são entendidas e difundidas pela sociedade. Identificou-se a estratégia da dúvida como recurso recorrente na promoção do negacionismo científico. Conclui-se que a presença de desinformação ambiental em ambientes digitais, tal como o Tiktok, reforça a necessidade da promoção da competência em informação, da divulgação científica e de práticas educativas baseadas em evidências.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima; PAJÉU, Hélio Márcio. Entendendo a desinformação: algumas determinações e uma proposta de conceituação. Encontros Bibli., v. 29, 2024. POMPÉO, Marcelo Luiz Martins; RANI-BORGES, Bárbara; PAIVA, Teresa Cristina Brazil de (orgs.). Microplásticos nos ecossistemas: impactos e soluções. São Paulo: Instituto de Biociências da USP, 2022. PINTO, Eva et al. Literacia ambiental na era da desinformação: um projeto de educação ambiental. CAPTAR: ciência e ambiente para todos, v. 9, n. 1, p. 19–36, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **72**

TITULO: Educação em informação no combate à desinformação

AUTOR(ES) : **RUTE DA SILVA CAVALCANTI, RAPHAELLA TEODORO DA SILVA, BRUNA CASTRO, LAURA DE AZEREDO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR, NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO: O projeto de extensão “Educação em informação no combate à desinformação” foi inicialmente planejado para ser desenvolvido no período de agosto de 2023 a julho de 2024. No entanto, por conta da ampliação do edital de fomento PROFAEX, as atividades de desenvolvimento, execução e avaliação do projeto ficaram vigentes até abril de 2025. A equipe organizadora contou com a participação de docentes e discentes da UFRJ, além da colaboração com profissionais de instituições parceiras: Fiocruz, IBICT, UFF, UNIRIO, FGV. Tem o objetivo de promover o pensamento crítico referente às ações informacionais, buscas em fontes de informação, compartilhamento de notícias e outras práticas informacionais, para evitar a desinformação. Quanto aos procedimentos metodológicos, as atividades foram desenvolvidas de modo expositivo, interativo e dialógico, atendendo os discentes de ensino médio vinculados ao Programa de Vocação Científica (Provoc/Fiocruz), sendo realizadas na Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz. Foram promovidos 10 encontros presenciais e 1 atividade assíncrona entre setembro de 2023 a outubro de 2024. Taís encontros foram realizados mensalmente e agendados previamente, no horário de 14h às 16h30min, em turnos fora do horário normal das instituições originárias dos participantes. Foram abordados temas relacionados à proposta do projeto, debatidos de forma coletiva e fazendo uso de materiais e demais recursos de apoio organizados e produzidos pelas equipes organizadoras de cada encontro. A carga horária semanal contabilizou 20 horas, nas quais as discentes extensionistas dedicaram-se ao planejamento e execução das atividades e ao processo de avaliação, o qual foi realizado mediante envio de questionários para os participantes e elaboração de relatórios de atividade. Quanto aos resultados alcançados, os encontros presenciais contaram com uma média de participação de 13 discentes Provoc. A atividade remota foi realizada em dezembro de 2023 e foi dada a tarefa de assistir dois filmes com a finalidade de prepará-los para os próximos encontros. Foi observada uma recepção em grande parte positiva por parte dos participantes no que se refere às atividades desenvolvidas. O projeto permitiu interações interdisciplinares e complementares sobre os temas discutidos, além de gerar experiências enriquecedoras para os participantes nos âmbitos acadêmicos e profissionais, uma vez que foram utilizadas novas ferramentas de pesquisa e atribuído comportamentos críticos quanto aos processos informacionais e as relações com as diversas realidades brasileiras.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são “práticas informacionais”? Informação em Pauta, Fortaleza, Ceará, v. 2, n. especial, p. 217-236, 2017. DOI: 10.36517/ip.v2iespecial.20655. MELLO, Felipe; SCHNEIDER, Marco. Desinformação Digital em Rede e Competência Crítica em Informação. The International Review of Information Ethics, Edmonton, Canada, v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.29173/irie408. ZATTAR, M. Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, p. 272-279, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 90**

TITULO: ALIENAÇÃO PARENTAL, VIOLENCIA FAMILIAR E OS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO

AUTOR(ES) : ABDO DA SILVA MACRUZ, MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ

ORIENTADOR(ES): CLAUDIA FRANCO CORREA

RESUMO: A pesquisa em andamento investiga os fenômenos da alienação parental e violência familiar, com foco específico nas pessoas idosas e com deficiência, analisando-os sob uma perspectiva interdisciplinar, jurídica e social. Este estudo propõe uma ampliação do conceito tradicional de alienação parental, que, tradicionalmente, foca em crianças e adolescentes, para incluir indivíduos hipervulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência (PCDs). A metodologia adotada é crítica e baseada na revisão de doutrinas contemporâneas, bem como na análise de legislações atuais, como a Lei nº 12.318/2010, o Estatuto do Idoso e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de identificar lacunas na proteção de tais grupos. Autores como Maria Helena Diniz (2011) fundamentam a pesquisa ao abordarem as dinâmicas de poder e os impactos psicológicos da alienação familiar. A pesquisa evidencia a necessidade de reformas legislativas que incluem explicitamente os idosos e PCDs no contexto da alienação parental, sugerindo a ampliação de medidas protetivas, como a guarda e curatela compartilhadas. As implicações psicológicas, que podem ser devastadoras para essas populações, são discutidas à luz de obras de Lôbo (2024) e Denise Perissini da Silva (2003), que apontam para o agravamento dos quadros de saúde mental e isolamento social. Por fim, o estudo busca propor alternativas jurídicas práticas, como a implementação de medidas judiciais e extrajudiciais mais adequadas a essas situações de vulnerabilidade, incluindo o acompanhamento psicosocial e a modificação de guarda. A pesquisa ainda está em fase inicial, mas destaca a urgência de uma abordagem mais abrangente para garantir a convivência familiar e a proteção de direitos fundamentais de indivíduos hipervulneráveis.

BIBLIOGRAFIA: DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família*. São Paulo, 26. ed. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2011. SILVA, Denise Maria Perissini da. *Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Casa da Psicologia Livraria e Editora Ltda, 2003. LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil - Volume 5 - Famílias*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 91**

TITULO: Tráfico, Religião e Poder: A Dinâmica do Narcopentecostalismo no Complexo de Israel

AUTOR(ES) : MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ

ORIENTADOR(ES): CLAUDIA FRANCO CORREA

RESUMO: A pesquisa em andamento nasceu do Trabalho de Conclusão de Curso de Matheus Macruz intitulado "Santificados e Armados: Uma Análise da Interção de Religião e Criminalidade no Complexo de Israel", onde iniciou-se a exploração das dinâmicas entre criminalidade e religiosidade no Complexo de Israel, uma das favelas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a presente pesquisa foca especialmente na ascensão do "narcopentecostalismo", fenômeno onde traficantes de drogas se identificam como evangélicos, utilizando a religião para legitimar suas atividades ilícitas e reforçar seu controle social. A metodologia adotada é qualitativa, utilizando entrevistas, observação participativa e análise de documentos, com o objetivo de investigar como esses traficantes evangélicos estabelecem uma autoridade moral e espiritual nas comunidades, ao mesmo tempo que modificam as práticas religiosas locais. O trabalho investiga como o sincretismo entre o tráfico de drogas e o pentecostalismo altera a estrutura social e religiosa das comunidades, além de explorar as reações das lideranças tradicionais e dos moradores às transformações impostas. A pesquisa também se concentra no uso da religião como ferramenta de controle social, que, ao mesmo tempo em que promove a coesão comunitária, marginaliza outras crenças, como as religiões de matriz africana, e reforça a identidade do traficante-evangélico como líder espiritual. Entre os autores utilizados para fundamentar a análise estão Max Weber (2004), Michel Foucault (2007) e Howard Becker (2008), cujas teorias sobre dominação carismática, vigilância e rotulagem são aplicadas para compreender como a religião é manipulada para consolidar o poder dos traficantes e justificar a violência e a exclusão social. Além disso, a pesquisa analisa a influência do pentecostalismo nas favelas, destacando como ele é instrumentalizado para criar uma moralidade coletiva que sustenta a hegemonia dos traficantes, ao mesmo tempo que se opõe a práticas religiosas divergentes. A pesquisa propõe uma reflexão sobre as novas formas de dominação nas comunidades periféricas, sugerindo que a combinação de religião e criminalidade no Complexo de Israel não é apenas uma questão de controle territorial, mas também de construção de uma identidade moral e coletiva imposta pela liderança do tráfico, agora revestida de um discurso religioso.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 10. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2008. FOUCAULT, Michel. *Vigar e punir: nascimento da prisão*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso (atividade extra)****ARTIGO: 100**

TITULO:INSTITUCIONALISMO E ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A CRISE CONTEMPORÂNEA.

AUTOR(ES) : CAROLINA MIRANDA CAVALCANTE

ORIENTADOR(ES): FLÁVIO ALVES COMBAT

RESUMO: O objetivo do minicurso é introduzir as teorias centrais da Escola de Pensamento Institucionalista e estabelecer uma relação com a Economia Política das Crises. Pretende-se, assim, o desenvolvimento de reflexões críticas sobre a crise econômica e política contemporânea, a sua origem histórica e as suas possíveis consequências. O curso abordará uma introdução ao Pensamento Institucionalista, de modo a delimitar as dimensões analíticas e os conceitos centrais dessa Escola de Pensamento, relevantes ao debate sobre a crise contemporânea. No campo institucionalista, focaremos nossa atenção em autores como Thorstein Veblen e John Commons, do Institucionalismo Original, e em Douglass North, da Nova Economia Institucional. Adicionalmente, faremos referência às recentes contribuições de Ha-Joon Chang no âmbito da Economia Política Institucional. O curso analisará também as experiências históricas dos Estados do Bem Estar Social, de modo a delimitar a centralidade do Estado como instituição determinante para a concertação das relações de classe entre trabalho e capital. Por fim, um estudo de caso será dedicado aos desdobramentos da crise deflagrada pela epidemia de COVID-19, sobretudo nos Estados Unidos, de modo a questionar o papel do Estado norte-americano na condução de políticas contracíclicas com potenciais impactos sobre a economia internacional, em geral, e sobre o Brasil especificamente.

BIBLIOGRAFIA: CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004. KERSTENESTKY, C. O Estado do bem-estar social na idade da razão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. RUTHERFORD, Malcolm. Institutions in Economics: the Old and the New Institutionalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 195**

TITULO:AS METARREGRAS DO DESENHO PROCESSUAL PENAL DESUMANIZANTE DE GUERRA ÀS DROGAS

AUTOR(ES) : JOAO PEDRO FERREIRA FERNANDES,MARIA IRLA CARLA LIMA MELO,ALICE MAGALHÃES RIBEIRO,MADALENA ALEXANDRE BAHIA

ORIENTADOR(ES): ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO,NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES

RESUMO: Justificativa: É preciso admitir, como premissa para esta pesquisa, que na sua realidade prática o processo penal brasileiro não está fundado sobre o respeito aos direitos humanos, apesar da obrigação assumida pelo Estado brasileiro na Constituição de 1988 e nos tratados e convenções sobre direitos humanos dos quais o Brasil faz parte. Além da mentalidade inquisitoria, o sistema brasileiro é atravessado por problemas sociais que terminam por influenciar diretamente seu funcionamento: o racismo estrutural, a estrutura patriarcal e a sociedade autoritária. Some-se a prevalência do sistema de justiça criminal sobre o sistema de processo, impondo-se a doutrina da segurança nacional como base para a segurança interna e fazendo do acusado um inimigo a ser combatido. Isso dá origem a desenhos processuais penais que não têm por base o cumprimento a regras que materializam o respeito aos direitos humanos. Os desenhos processuais desumanizantes funcionam a partir de regras não jurídicas ou metarregras que estabelecem características razoavelmente uniformes. Objetivo: Esta pesquisa se dedica à compreensão do processo penal de guerra às drogas. Problemas: Os problemas a serem enfrentados são: é possível identificar nos processos penais sobre crimes tipificados na lei de drogas características que os afastem de um processo penal fundado no respeito aos direitos humanos? Em caso positivo, há uniformidade nessas características que permita admitir a existência de um desenho processual específico, com meta-regras ou regras não jurídicas adotadas pelos órgãos integrantes do sistema de persecução penal? Em caso positivo, quais seriam as metarregras sobre as quais se fundam os processos penais de guerra às drogas? Hipótese: A hipótese original é de que este desenho processual não se funda no respeito aos direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa é verificar se há no Brasil um processo penal de guerra às drogas com características específicas e uniformes. Metodologia: A pesquisa será desenvolvida em quatro fases. A primeira fase será desenvolvida pelo método dedutivo, em nível explicativo, por fontes bibliográficas e, secundariamente, documentais. A segunda fase é empírica e consistirá no acompanhamento de audiências de instrução e julgamento especificamente sobre crimes de drogas nas varas criminais da capital do Estado do Rio de Janeiro, que se divide em duas etapas: uma em que o pesquisador acompanha a audiência e a segunda que preenche uma planilha. A terceira fase, também empírica, consistirá na coleta dos documentos dos processos acompanhados. Por fim, a quarta fase consiste na organização, classificação e catalogação dos dados obtidos. Fase atual: No atual momento estamos na quarta fase. A pesquisa é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa "O sistema penal sob olhar crítico".

BIBLIOGRAFIA: BOITEUX, Luciana. A política criminal de drogas no Brasil: uma análise da Lei 11.343/2006. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 7. ed. atual. e ampl., 2014. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires Machado, Rodrigo. A genealogia dos desenhos processuais desumanizantes: atravessamentos estruturantes da sociedade brasileira. In: Lilian Balmant Emerique; Vanessa Oliveira Batista Berner; Rubén Martínes Dalmau. (Org.). "Pés no presente e olhos no futuro": reflexões sobre direitos humanos, democracia e desenhos institucionais. 1ed.São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022, p. 131

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 222****TITULO:**A PACIFICAÇÃO NEOCOLONIALISTA NO CONGO: UM ESTUDO ACERCA DA SITUAÇÃO DE ITURI**AUTOR(ES) : MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE,MARINA CHAN Y MATOS****ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Durante a Guerra Fria, embora não tenha havido confronto direto entre EUA e URSS, ocorreram diversos embates armados no Sul Global, especialmente em meio aos processos de independência na África e na Ásia. Nesse cenário, as práticas de pacificação, herdadas do colonialismo desde o século XV, foram reconfiguradas por estratégias de contra insurgência. Apesar de apresentadas como esforços para restaurar a paz, essas ações visam, na prática, impor uma ordem favorável aos interesses das potências, garantindo o monopólio de poder e a circulação do capital. Como aponta Neocleous (2011), instaura-se uma "segurança insegura" que mantém um estado permanente de instabilidade, alimentando o ciclo de conflitos e justificando novas intervenções. A partir dessa perspectiva, este trabalho analisa a situação de Ituri, província no nordeste da República Democrática do Congo (RDC), a qual é marcada por um histórico violento de massacres entre as comunidades Hema e Lendu, que disputam o controle político e das terras da região. A colonização belga e a Lei Geral de Terras de 1973, que exacerbaram a estratificação social e econômica entre esses grupos, ao favorecer os Hema em detrimento dos Lendu, são fatores que contribuíram para o aumento das tensões entre os grupos. Desde 1999, milícias armadas representantes de ambos os lados do conflito, muitas apoiadas por países como Uganda e Ruanda, atuam violentamente na região, causando mortes e um intenso deslocamento de refugiados. Diante desse cenário, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a MONUC (rebatizada para MONUSCO em 2010), uma missão de pacificação com o objetivo de restabelecer a paz na região. Com a continuidade do conflito, outras missões internacionais (como a Operação Artemis, da União Europeia) também foram criadas com a mesma intenção. A extensão das hostilidades até os dias de hoje, entretanto, mostra que nenhuma dessas missões cumpriu seu propósito anunciado, apesar de terem servido a outros interesses. Assim, busca-se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como a situação de Ituri reflete o caráter neocolonialista da pacificação no Congo?. A hipótese central versa sobre o fato de que a violência em Ituri, longe de ser apenas o resultado de rivalidades étnicas locais, é profundamente entrelaçada com disputas por recursos minerais, que mobilizam interesses de corporações estrangeiras e atores políticos regionais. Nesse sentido, a chamada "pacificação" se apresenta não como um processo de reconstrução nacional autônoma, mas como uma gestão prolongada do caos, que serve para manter a RDC como um território economicamente explorável e politicamente tutelado. A metodologia utilizada se baseia em uma revisão bibliográfica, com uma pesquisa de caráter qualitativo, apoiada em autores como R. B. J. Walker, Robbie Shilliam e Johan Pottier.

BIBLIOGRAFIA: WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: relações internacionais como teoria política*. Editora PUC-Rio e Editora Apicuri, 2013. Capítulo 1. SHILLIAM, R. Non-Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). *International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity*. New York, Routledge, 2011. NEOCLEOUS, Mark. "A Brighter and Nicer New Life": Security as Pacification. *Social & Legal Studies*. Brunel University, UK, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 229****TITULO:**ALINHAMENTO JUSTO COMO MEIO DE REDUÇÃO DE INJUSTIÇAS NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO**AUTOR(ES) : ADRIANO FERNANDES NUNES****ORIENTADOR(ES): JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO: Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento, que possui como tema o uso de álbuns de suspeitos pela Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. Aqui, a intenção é apresentar um capítulo específico da pesquisa, que aborda algumas possibilidades de realização do reconhecimento fotográfico e as críticas dirigidas a essas práticas. Sendo assim, o trabalho se orienta por dois objetivos principais: o mapeamento dos principais problemas que envolvem os procedimentos de reconhecimento fotográfico nas delegacias do Rio de Janeiro e a análise de recomendações científicas para sua superação. A metodologia adotada é, fundamentalmente, a revisão de literatura. De acordo com esta pesquisa, o reconhecimento fotográfico é alvo de críticas oriundas de diferentes campos do saber. A ausência de previsão legal, a seletividade racial e a precariedade epistêmica são as principais fontes de deslegitimização desse meio de prova. Ademais, os métodos comumente utilizados pela polícia – álbuns de suspeitos e a apresentação de foto única, o chamado show-up – são particularmente frágeis. Diante de um cenário de reiterada utilização dessas técnicas, a literatura científica propõe alguns procedimentos para um reconhecimento fotográfico que respeite as garantias do processo penal democrático. Este trabalho aborda a ideia de alinhamento justo ou line-up , entendida como um meio de reduzir arbitrariedades e a indução da vítima/testemunha durante o ato de reconhecer.

BIBLIOGRAFIA: CECCONELLO, William Weber; MATIDA, Janaina. Reconhecimento fotográfico e presunção de inocência. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 7, n. 1, jan./abr. 2021, p. 409–440. CECCONELLO, William Weber; STEIN, Lilian Milnitsky. Prevenindo injustiças: como a psicologia do testemunho pode ajudar a compreender e prevenir o falso reconhecimento de suspeitos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 38, n. 1, 2020, p. 172–188. DI GESU, Cristina. Prova penal e falsas memórias. 2^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 261****TITULO:**A GUERRA CIVIL DO IÊMEN COMO PROCESSO NEOCOLONIALISTA DE PACIFICAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO**AUTOR(ES) :**MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE**ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Com o desenvolvimento da Guerra Fria, embora não tenha havido confronto direto entre EUA e URSS, ocorreram diversos embates armados no Sul Global, especialmente em meio aos processos de independência na África e na Ásia. Nesse cenário, as práticas de pacificação, herdadas do colonialismo desde o século XV, foram reconfiguradas por estratégias de contra insurgência a partir de meados do século XX. Apesar de apresentadas como esforços para restaurar a paz, essas ações visam, na prática, impor uma ordem favorável aos interesses das potências, garantindo o monopólio de poder e a circulação do capital. Como aponta Neocleous (2011), instaura-se uma "segurança insegura" que mantém um estado permanente de instabilidade, alimentando o ciclo de conflitos e justificando novas intervenções. A partir dessa visão, este trabalho busca analisar a Guerra Civil do Iêmen, conflito marcado pela influência da Primavera Árabe e pelo agravamento das crises humanitárias no Oriente Médio. Após uma tentativa de unificação durante a década de 1990 e intensos protestos decorridos da Primavera Árabe, o então presidente da República do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, renunciou à posição de líder do país após décadas no poder. Ademais, o episódio que, de forma idealizada, deveria guiar o Iêmen para uma estabilidade política, agravou a escalada de violência no país mais pobre do Oriente Médio, acarretando na guerra civil que observamos até os dias de hoje. O conflito tem dois lados principais, o grupo paramilitar Houthi e o governo constituído após a renúncia de Saleh. Assim, atraindo atores geopolíticos importantes como Arábia Saudita, Estados Unidos e o Irã, ao mesmo tempo em que não recebe a atenção necessária da mídia internacional, sendo descrita como a "guerra esquecida". Por conseguinte, a ONU vem atuando no conflito, tendo como principal medida o Fundo Humanitário do Iêmen (YHF), como um mecanismo flexível de apoio a atores humanitários na região. Entretanto, o fundo não trouxe estabilidade à região, culminando no agravamento das disputas geopolíticas entre o ocidente e os países petrolíferos. Assim, busca-se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como o desenvolvimento e intensificação da Guerra Civil do Iêmen reflete a pacificação ocidental e neocolonialista no Oriente Médio? A hipótese central versa sobre o fato de que o conflito em território iemita está distante de ser apenas um conflito local por poder governamental, e sim, uma guerra com camadas geopolíticas, por busca de influência em regiões mais próximas de recursos petrolíferos. Nesse sentido, a chamada "pacificação" da região se apresenta não como um processo de reconstrução nacional autônoma, mas como uma gestão prolongada do caos, que serve para manter uma das maiores crises humanitárias que podemos observar nos dias de hoje. A metodologia utilizada se baseia em uma revisão bibliográfica, com uma pesquisa de caráter qualitativo, apoiada em autores como Edward Said, Robbie Shilliam e Mark Neocleous.

BIBLIOGRAFIA: SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. SHILLIAM, R. Non-Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. New York, Routledge, 2011. NEOCLEOUS, Mark. "A Brighter and Nicer New Life": Security as Pacification. Social & Legal Studies. Brunel University, UK, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 263****TITULO:**CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO**AUTOR(ES) : BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO,MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO****ORIENTADOR(ES): MARILSON SANTANA**

RESUMO: O presente resumo é uma pesquisa a ser desenvolvida no Núcleo de Mediação e Conciliação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (NUMEC/FND/UFRJ) e tem como objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro(TJRJ).Deseja-se compreender,principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação,a prática e perfil de seus mediadores e mediadores. Dessa forma,os objetivos específicos da pesquisa são:(I)compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento das Câmaras Privadas de Mediação de Conflitos no âmbito do Tribunal estadual– TJRJ;(II) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça;(III) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores,na estrutura normativa e na demanda de casos;(IV) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços.A metodologia utilizada será,em um primeiro momento, o desk research . Com isso,pretende-se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos.Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema.Em um segundo momento,pretende-se efetuar entrevistas com mediadores atuantes nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores. Como resultados esperados,pretende-se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos.Espera-se,também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras.Ainda não há considerações finais ou parciais, devido ao inicial estágio da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: SILVEIRA, Ricardo Geraldo R. Acesso à Justiça. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. E-book. p.1. ISBN 9788584935390. Disponível em: <https://integrada.mnhbiblioteca.com.br/reader/books/9788584935390/>. Acesso em: 21 abr. 2025. ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, ano 11, v. 41, p. 406, abr.–jun. 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 266****TITULO:**SANEAMENTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NAS FAPELAS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA SERRA DA MISERICÓRDIA**AUTOR(ES) : MYLENE****ORIENTADOR(ES): MAURO KLEIMAN**

RESUMO: A pesquisa trata sobre acesso à água e esgoto em área mais precária na Serra da Misericórdia na Zona da Leopoldina no Rio de Janeiro. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias no interior da Misericórdia, para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo desenvolvido identificamos como exemplar de áreas mais precárias o caso do lugar denominado Serra da Misericórdia, que se situa no Complexo da Penha, e apresenta moradias improvisadas e sem articulação com água e esgoto. O cenário é precário, composto de casas de madeiras e de pau-a-pique. A água chega através de canos e mangueiras auxiliadas por bombas d'água e ficam aparentes no caminho. Quando os moradores não descem com o lixo, ele é jogado na encosta ou queimado. Os serviços urbanos não chegam até essa área. Tomamos como fundamento teórico básico a infraestrutura não como objeto meramente técnico, tratado como algo estanque aos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de articulação da moradia com a cidade, focando na questão da fruição de serviços básicos pelos moradores. A metodologia do estudo teve como característica ser de corte qualitativo, combinando visitas exploratórias, entrevistas com os moradores, observação do interior das moradias, trabalhando suas percepções sobre as mudanças em suas moradias, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante da questão do acesso a redes de água e esgoto, contrastando a percepção dos moradores com observação técnica direta no campo. Como resultados podemos apontar que a área examinada apresenta situações em que é preciso acordar de madrugada para sair à busca do líquido, e tem carência ainda mais importante quanto a ausência de coleta de esgoto, sendo despejado em valão a céu aberto com acúmulo de lixo. Face ao quadro analisado se pode apontar para a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos pelos moradores, os colocando à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: DUPUY, Gabriel. (1985) *Systèmes, Réseaux et Territoires*. Paris: Press d'Ecole Nattionale des Pontes et Chaussées. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 364****TITULO:**DESINFORMAÇÃO: UM ESTUDO À LUZ DOS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**AUTOR(ES) : JOAO VICTOR MAIANI PEREIRA,ADRIANA MORAES PESSOA DO REGO BARROS,MYCHELLE SOARES SILVA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: A desinformação, intensificada pelas redes sociais digitais e a ampliação da disseminação instantânea de informações verdadeiras ou falsas tem causado efeitos profundos na sociedade. Dentre os principais efeitos destacam-se aquelas que comprometem a confiança em instituições e agrava a polarização impedindo muitas vezes diálogos e adoecendo as pessoas impactando no bem-estar. Diferentes são os exemplos marcantes relacionados aos efeitos, tais como durante a pandemia de Covid-19 em que a Organização Mundial da Saúde alertou sobre como notícias falsas podem sabotar esforços de saúde pública da prevenção até o tratamento de diferentes patologias. No âmbito das relações psicosociais, a desinformação gera medo, ansiedade e desconfiança, impactando sobremaneira a saúde mental. O consumo contínuo de informações enganosas, exacerbado por algoritmos que amplificam conteúdos sensacionalistas, isola indivíduos em bolhas informacionais, reduzindo o senso de pertencimento e fortalecendo divisões sociais, aumentando a sindemia. Para mitigar tais efeitos, instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização das Nações Unidas (ONU) recomendam ações integradas sobre educação em informação, além de regular a atuação das plataformas digitais e fortalecer mídias independentes. Espera-se que com essas iniciativas os princípios de direitos humanos sejam possibilidades e os danos psicosociais diminuídos. Assim sendo, este estudo tem como objetivo elaborar uma Revisão de literatura sobre competência em informação com foco nas relações psicosociais. Para isso, fez-se uma estratégia de busca que identifica-se textos sobre a relação entre a competência em informação e as relações psicosociais em atividades teóricas e práticas de profissionais da informação. Espera-se, com isso, a apresentação de uma cartografia das ações práticas e científicas.

BIBLIOGRAFIA: LEITE, L. R. T.; MATOS, J. C. M. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. 00, p. 2334–2349, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918/941>. Acesso em: 20 nov. 2024. SANTOS-DAMORIM, K.; CORBO, D. A. S. O que os estudos sobre desinformação na ciência da informação brasileira têm a nos dizer? Perspectivas em Ciência da Informação, v. 29, n., 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/311471>. Acesso em: 11 dez. 2024. ZATTAR, M.. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. LIINC EM REVISTA, v. 16, p. 1–13, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 366**

TITULO: Informalidade e Desenvolvimento Econômico na Índia Contemporânea

AUTOR(ES) : LUCAS FEITOSA VIDAL

ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE

RESUMO: Este trabalho tem como principal objetivo investigar, de maneira detalhada, as causas e consequências associadas ao elevado grau de relações de trabalho informais observadas na Índia, especialmente no que diz respeito à sua relação direta e indireta com o desenvolvimento econômico do país. Por meio de uma revisão abrangente da literatura acadêmica disponível e da análise de indicadores econômicos do país, busca-se analisar como fatores, tais como a regulamentação excessivamente rígida e a baixa produtividade média – medidos pelo índice Ease of Doing Business do Banco Mundial –, colaboram para a manutenção dos elevados níveis de informalidade. Na sequência, será analisado como esse cenário coexiste com a alta taxa de crescimento econômico do país, que segundo a teoria dualista do desenvolvimento de Lewis, deveria promover a formalização da força de trabalho. Além disso, o artigo propõe uma análise comparativa da economia urbana das principais cidades indianas, examinando como a informalidade influencia a infraestrutura, os serviços básicos e a habitação, e contribui para segmentações espaciais nas cidades.

BIBLIOGRAFIA: LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei. *Informality and development*. Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, 2014. v. 28, n. 3, p. 109–126. PRASAD, Deepa; ALIZADEH, Tooran; DOWLING, Robyn. *Smart city planning and the challenges of informality in India*. Dialogues in Human Geography, SAGE Publications, 2024. v. 14, n. 3, p. 385–402. LEWIS, W. A. *Economic development with unlimited supplies of labour*. Manchester School 22: 139–91. 1954.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 367**

TITULO: O IMPACTO DOS DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INDIANA (1947 –1977)

AUTOR(ES) : ANA CLARA BERNARDES GUERSONI

ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE

RESUMO: O processo de ruptura indiana com a identidade de seu passado colonial (1858 – 1947), desde a Assembleia Constituinte até a atualidade, partiu de uma construção de uma nova narrativa para o país asiático. Essa construção teve como uma de suas bases a formulação de um discurso pautado na identidade nacionalista, fortalecendo o cenário de grandeza do país. A partir dessa conceituação, o trabalho busca compreender a construção de uma política indiana, que se estrutura internamente e transborda das definições nacionais para a sua política externa. Busca-se identificar, quais são os principais conceitos que definiram os primeiros anos de independência indiana e como os políticos no poder manipulam essa construção. Tem-se como hipótese que houve uma tentativa intencional de manter nos discursos dos governantes palavras e conceitos que remontam à independência do país, definindo assim sua identidade de nação. Foi utilizado um recorte histórico desde a Assembleia Constituinte até o Governo da Primeira-Ministra Indira Gandhi, buscando fontes primárias para analisar os discursos orais dos principais atores políticos indianos, por meio dos acervos em áudio preservados pelo governo indiano. Tais fontes foram analisadas por meio de uma metodologia pós-estruturalista de impacto dos discursos e palavras nas Relações Internacionais. Por fim, como considerações parciais, o trabalho busca definir as principais análises de definição dos políticos indianos dos primeiros anos de independência do país.

BIBLIOGRAFIA: ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. MUPPIDI, Himadeep. *Postcoloniality and the Production of International Insecurity: The Persistent Puzzle of U.S. Indian Relations*. 1999. INDIA. Prasar Bharat, Government of India. Disponível em: [https://prasarbharati.gov.in/prasar-bharati-archives/]. Acesso em: 20 de abril de 2025

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 368**

TITULO: OPERAÇÃO BLUE STAR E SEUS IMPACTOS: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO DO CALISTÃO NA POLÍTICA EXTERNA INDIANA (1981–1991)

AUTOR(ES) : GABRIEL PARADELA HEIL

ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE

RESUMO: O trabalho tem como principal objetivo analisar os impactos e as mudanças na política externa indiana causados pela crise com o Movimento do Calistão, que reivindica a criação de um Estado para os seguidores da religião sikh, a partir de 1981. Destacando o assassinato da Primeira-Ministra Indira Gandhi (1984), por um segurançário sikh. O marco temporal da pesquisa aborda a ascensão de Jarnail Singh Bhindranwale (líder do movimento que se inicia em 1979), a Operação Blue Star (criada para remover militantes sikhs de uma ocupação no Templo Dourado ocorrida em 1984), e a morte de Indira Gandhi. A pergunta que orienta a pesquisa é: “De que maneira a crise com o Movimento do Calistão e a morte de Indira Gandhi impactaram a política externa indiana?”. A principal hipótese é que os movimentos sikhs aumentaram o ultra-nacionalismo hindu, impactando as ações na política externa, principalmente o monitoramento das minorias religiosas em outros países. A metodologia adotada é qualitativa, revisando a bibliografia sobre o assunto. O marco teórico será articulado com autores como J.S. Grewal e Srinath Raghavan, abordando as consequências políticas e sociais da operação Blue Star e a política externa do governo de Indira Gandhi. A relevância da pesquisa se dá pela necessidade de compreender os impactos de uma crise interna separatista sobre a política externa e a relação com os outros agentes internacionais ao fim da Guerra Fria, demonstrando como o passado pode moldar as atitudes do futuro, colocando o caso indiano como exemplo.

BIBLIOGRAFIA: BANGA, Indu; GREWAL, J. S. *Operation Blue Star: A Critical Analysis*. Journal of Punjab Studies, v. 21, n. 2, p. 45–68, 2014. JAFFRELLOT, Christophe. *The Political Legacy of Indira Gandhi: Hindu Nationalism and Secularism*. South Asia Multidisciplinary Academic Journal, n. 18, 2018. JETLY, Rajshree. *The Khalistan Movement in India: The Interplay of Politics and State Power*. International Review of Modern Sociology, v. 34, n. 1, p. 61–75, 2008

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 371**

TITULO:ENTRE TRADIÇÃO E PODER: POLÍTICAS CULTURAIS, SECULARISMO E PROJEÇÃO INTERNACIONAL NA ÍNDIA DE NARENDRA MODI (2014–2025).

AUTOR(ES) : LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS

ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações nas políticas culturais e sociais na Índia a partir do governo de Narendra Modi, observando como essas ações se relacionam com o nacionalismo hindu, com a reconfiguração do secularismo e com as estratégias de inserção internacional do país. A pesquisa explora de que forma o governo Modi tem reconfigurado o campo cultural por meio de símbolos religiosos, discursos identitários e práticas institucionais, refletindo disputas em torno do imaginário nacional no contexto pós-colonial. Utilizando metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental, o estudo investiga documentos oficiais, discursos e programas de governo, sobretudo nos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores. Apoia-se em autores como Partha Chatterjee e Ashis Nandy para compreender as dinâmicas socioculturais da Índia contemporânea e os desafios do secularismo. No campo da política externa, são mobilizados David Malone (2011) e Marianna Albuquerque (2022): o primeiro para contextualizar a atuação internacional da Índia como potência emergente; a segunda para refletir sobre a construção estratégica da imagem indiana em espaços multilaterais, articulando identidade e discurso político. Espera-se que o trabalho contribua para uma leitura mais ampla sobre o papel da cultura nas disputas por hegemonia simbólica e nas estratégias de política externa da Índia contemporânea. As considerações parciais indicam um entrelaçamento crescente entre cultura, religião e diplomacia, cujos efeitos demandam observação crítica nas Relações Internacionais.

BIBLIOGRAFIA: NANDY, Ashis. *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism*. Delhi: Oxford University Press, 1983. MALONE, David. *Does the Elephant Dance? Contemporary Indian Foreign Policy*. Oxford University Press, 2011. ALBUQUERQUE, Marianna Restum Antonio de. Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946–2012). Curitiba: Appris, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 382**

TITULO:CONTRA–HEGEMONIA NO ORIENTE MÉDIO: A GUERRA DO YOM KIPPUR SOB A ÓTICA NEOGRAMSCIANA DE ROBERT W. COX

AUTOR(ES) : LUIZA ARMOND MONTEZUMA

ORIENTADOR(ES): EDUARDO GONÇALVES SERRA

RESUMO: Estudo da Guerra do Yom Kippur, associada ao Choque do Petróleo de 1973, vinculando-a a seus precedentes históricos e a suas singulares reverberações políticas e econômicas sobre o Oriente Médio e o globo. Toma-se como referencial a teoria produzida por Robert W. Cox acerca da sustentação hegemônica por intermédio das capacidades materiais, ideias e instituições, elaborada sob influência das contribuições de Antonio Gramsci sobre a hegemonia. Foi realizado um apanhado historiográfico dos impasses das forças sociais médio-orientais, com enfoque na dialética entre suas populações e instituições, os Estados Árabes, as superpotências globais e o Estado de Israel, localizando-os no recorte temporal entre o esfacelamento do Império Turco–Otomano em 1918 e os Acordos de Camp David iniciados em 1978. Busca-se demonstrar a associação dos litígios localizados à lógica binária da Guerra Fria, demonstrando a transmutação dos conflitos regionais em pautas relevantes à disputa dos Estados Unidos com a União Soviética. A análise permite a constatação do caráter contra-hegemônico da Guerra do Yom Kippur, conectando às estratégias adotadas pelos árabes a ameaça à sustentação das hegemonias local israelense e ocidental estadunidense. Por fim, apresenta-se o desfecho e as consequências do Yom Kippur, acompanhados do desalinhamiento árabe e da restauração hegemônica de Israel e dos Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA: BECKERMAN–BOYS, Carly. Assessing the Historiography of the October War. Em: SINIVER, Asaf. *The Yom Kippur War: Politics, Legacy, Diplomacy*. Oxford University Press, United Kingdom, 2013. COX, Robert. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millennium: Journal of International Studies, v. 10, n. 2, p.126 – 155. London: SAGE Publications, 1981. GELVIN, James L. *Israel x Palestina: 100 anos de guerra*. São Paulo: Edipro, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 387****TITULO:** VIOLENCIA PSICOLÓGICA, GÊNERO E A SUBJETIVAÇÃO NA LUTA ANTICOLONIAL: AS MULHERES NA INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA**AUTOR(ES) : MARINA JUNQUEIRA CLETO BITTENCOURT SIQUEIRA****ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Este trabalho analisa o papel das mulheres e a questão de gênero na guerra de independência da Argélia, com foco na violência psicológica e nos processos de subjetivação em contextos coloniais. A partir dos escritos de Frantz Fanon e Bell Hooks, busca-se compreender como o colonialismo francês operou não apenas por meio da força militar, mas também através do controle simbólico dos corpos femininos e da imposição de estruturas de gênero hierarquizadas. A pergunta que orienta a pesquisa é: de que modo a violência psicológica colonial incidiu sobre as subjetividades das mulheres argelinas e como essas mulheres atuaram na desconstrução simbólica da dominação francesa? Parte-se da hipótese de que a violência psicológica foi um instrumento central da pacificação colonial, ao mesmo tempo em que a atuação das mulheres desestabilizou as narrativas coloniais e contribuiu para a emergência de novas subjetividades de resistência. A metodologia adotada é qualitativa, com ênfase na análise decolonial de discurso, conforme proposta por autores como Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Catherine Walsh, permitindo examinar criticamente as narrativas coloniais e as formas simbólicas de opressão articuladas a gênero e raça. A análise será conduzida principalmente por meio de revisão bibliográfica, centrada nos discursos presentes em três obras fundamentais: *Inside the Battle of Algiers: Memoir of a Woman Freedom Fighter*, de Zohra Drif (2017); *Femmes au combat: la guerre d'Algérie (1954–1962)*, de Djamil Amrane (1993); e *Libertação nacional argelina e papéis de gênero: a participação feminina na guerra de independência e a construção da mulher no estado pós-colonial*, de Amanda K. Antionette e Laiza Fortes Siqueira (2024). Complementarmente, serão colhidos documentos históricos e reportagens no acervo digital do Centre des Archives Nationales d'Algérie. Fanon oferece uma chave para pensar a violência como ruptura psíquica e política, enquanto Hooks permite articular gênero, colonialidade e resistência dentro dos próprios movimentos de libertação.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, bell. Escrever além da raça: teoria e prática. Tradução de Ana Luiza Libânia. São Paulo: Elefante, 2019. FANON, Frantz. Por uma revolução africana: textos políticos. Tradução de Sérgio Siqueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 GALULA, David. Pacification in Algeria, 1956-1958. Santa Monica: RAND Corporation, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 396****TITULO:** BIBLIOTECA E CIDADANIA: UM ESTUDO A PARTIR DO TERRITÓRIO**AUTOR(ES) : MYCHELLE SOARES SILVA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Determinadas populações vivem uma cidadania limitada, em que os direitos existem formalmente, mas não se concretizam no cotidiano. Em muitos territórios, observa-se a distribuição desigual de bens e serviços públicos: enquanto algumas áreas são devidamente atendidas, outras seguem em completo abandono (Santos, 2014). É o caso do conjunto habitacional Parque Novo Lar (CHPNL), localizado em Vila Santa Teresinha, no município de Belford Roxo, onde os serviços públicos básicos não chegam. Sendo construída a partir de uma abordagem situada, com base na observação direta e na vivência da autora como moradora do território analisado. As informações sobre o bairro, suas condições estruturais, ausência de serviços públicos e dinâmicas sociais locais foram coletadas por meio de observação cotidiana, constituindo um relato empírico enraizado na experiência, inter relacionada a uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória. A ausência de condições mínimas para se viver em dignidade materializa o que Santos (2014) denomina como a negação da cidadania no território — uma cidadania incompleta, que impede o acesso pleno aos direitos. Nesse contexto, evidencia-se também a ausência da justiça social, compreendida, conforme aponta Lacerda (2016), como a efetivação dos direitos sociais, ou seja, o direito de receber do Estado prestações essenciais à dignidade humana, como educação, saúde, moradia, trabalho e segurança, conforme garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal. Na perspectiva defendida por Lankes (2014), que propõe uma Biblioteconomia voltada para a ação, a escuta e o fortalecimento do papel de cada cidadão na sociedade. Ainda de acordo com o autor, afirma que a missão de uma biblioteca é contribuir para a melhoria da sociedade por meio da promoção do conhecimento dentro da comunidade, e o bibliotecário, como profissional atuante nesse espaço, exerce o papel de facilitador nesse processo, tornando possível o desenvolvimento de uma comunidade mais informada, crítica e engajada. A relação construída entre os profissionais, a biblioteca e os moradores do território é apenas uma das muitas formas pelas quais a Biblioteconomia pode gerar impacto social. Mais do que um centro de livros e informações, a biblioteca pode se consolidar como um espaço de confiança, convivência e construção coletiva — um ambiente cívico em que a participação e a transformação social se tornam possíveis. Nessa lógica, os bibliotecários podem atuar como defensores das necessidades da comunidade, promovendo educação, acesso à informação e apoio na mediação de conflitos locais, como o caso do CHPNL, onde seus moradores encontram-se impossibilitados de exercer a cidadania de forma efetiva.

BIBLIOGRAFIA: LACERDA, Bruno Amaro. Origens e consolidação da ideia de justiça social. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 112, p. 67–88, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2016V112P67>. Acesso em: 15 abr. 2025. LANKE, David. Vamos pensar juntos uma nova Biblioteconomia? EUA: David Lankes, 2014. SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 407**

TITULO:O projeto canadense de pacificação de populações indígenas: uma análise da política de internatos nos séculos XIX e XX.

AUTOR(ES) : **RAFAEL FIGUEIREDO PIZZO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: A definição do conceito de pacificação costuma variar consideravelmente dentro das ciências sociais, a depender da situação e do contexto em que o termo é utilizado. Para Maciel, Rodrigues e Mendonça (2021), ao analisarem a história brasileira, a prática de pacificar, entendida como a contenção de grupos considerados “perigosos”, se articula através daquilo que os autores denominam dispositivo pacificação . Com base no pensamento foucaultiano, o dispositivo pacificação é descrito como uma rede que conecta instituições, discursos, leis, produções científicas e diversas outras categorias, combinando práticas diretas e indiretas, com o objetivo de compor um processo de pacificação. Através disso, é possível depreender que diversos outros processos históricos em sociedades distintas, para além do caso brasileiro, podem se enquadrar nos conceitos previamente expostos ao apresentarem características semelhantes. Nesse sentido, o presente trabalho direciona seus esforços para as relações estabelecidas entre o Estado canadense e as comunidades indígenas de seu território entre a segunda metade do século XIX e o final do século XX. Precisamente, essa pesquisa busca compreender como e por qual motivo o Estado promoveu, junto a outras instituições como a Igreja Católica, uma política de internatos específicos para crianças indígenas, em um período no qual o Canadá adquiria, gradualmente, autonomia política e administrativa em relação à Coroa britânica. Através de uma abordagem qualitativa acerca dos impactos dessa política, de pesquisas bibliográficas sobre o tema e de análises documentais de fontes primárias, como os relatórios produzidos pela Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC), entende-se que os internatos constituiriam a política mais expressiva de um vasto projeto sistêmico, de caráter estatal, para pacificar as populações autóctones do território canadense, de modo a garantir a consolidação do nascente Estado norte-americano. Na medida em que diluiu a cultura das populações indígenas, através de violências físicas e simbólicas que condicionavam as crianças matriculadas nos internatos à assimilação de valores socioculturais da Europa ocidental cristã, essa política, aliada a outras práticas, assegurava a submissão dos nativos à lógica do Estado colonial canadense, o qual buscava garantir maior controle sobre o território e seus recursos, além de ampliar sua governança sobre as populações que nele residiam (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF CANADA, 2016, p. 3–5).

BIBLIOGRAFIA: HUMALAJOKI, Reetta. “A Program of Pacification”? Federal Funding and Indigenous Political Organizing in Canada, 1968–71. Canadian Historical Review, vol. 107, n. 4, 2023, pp. 494–518. RODRIGUES, Thiago; MENDONÇA, Thaiane; MORATO, Tadeu. A guerra para dentro: pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 8, n. 2, p. 1–25, jul./dez. 2021. TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF CANADA. Canada’s residential schools: the history, part 1, origins to 1939: the final report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada, volume I. Montreal: McGill–Queen’s University Press, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 418**

TITULO:O DIREITO À SEGURANÇA JURÍDICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA DA CRUZ LOIOLA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A Constituição de 1988, com sua ênfase na cidadania e na democracia, desde sua promulgação transformou o ordenamento e criou o fenômeno da “constitucionalização”, em que as normas já existentes passam a emanar novos sentidos a partir dos princípios e direitos fundamentais da Carta Magna. No campo do Direito Administrativo, não é diferente: nas últimas décadas, observam-se maiores esforços em construir uma Administração Pública colaborativa, na qual considerações dos administrados são escutadas e levadas em consideração na tomada de decisões da máquina pública. Por essa razão, a figura do processo administrativo adquiriu grande protagonismo, em detrimento do ato administrativo unilateral e impositivo que antes era predominante. Junto àquele, regulado pela Lei 9.784/1999, diversas garantias constitucionais relacionadas ao devido processo legal foram introduzidas, como o direito ao contraditório, à ampla defesa e a duração razoável do processo. Entre essas garantias, está o direito à segurança jurídica, previsto no art. 5º, XXXVI da CF/88. É um instituto de inestimável importância e alicerce do Direito, a fim de lhe conceder previsibilidade e estabilidade, aliando-se também ao princípio da proteção da confiança, presente no Direito Administrativo. Em sua redação, o dispositivo tutela, em específico, sobre o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Contudo, essa proteção se torna mais complexa na seara administrativa, em que a máquina pública tem a discricionariedade para revogar atos perfeitos e lícitos, conforme juízo de conveniência e oportunidade (art. 53, Lei 9784/1999). Além disso, a coisa julgada administrativa – quando todas as vias recursais na Administração se exaurem – goza de regime distinto da coisa julgada judicial, que não pode ser reexaminada. Essas são apenas algumas das dificuldades de analisar como seria a correta aplicação do direito à segurança jurídica dentro do processo administrativo. O objetivo dessa pesquisa é compreender como o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, entende que a segurança jurídica deve ser tutelada no processo administrativo; para tanto, serão catalogadas e analisadas decisões colegiadas da Corte (acórdãos) que tratem dessa temática. Mais especificamente, pretende-se examinar também qual o entendimento da Corte sobre a coisa julgada administrativa e seu grau de proteção no ordenamento. Os casos serão catalogados a partir da plataforma de consulta à jurisprudência do STF (“jurisprudencia.stf.jus.br”), com busca pelas palavras-chave “processo administrativo”, “segurança jurídica” e “coisa julgada administrativa”. Além disso, far-se-á levantamento bibliográfico sobre a incidência desse direito fundamental na seara da Administração Pública. A partir desses resultados, espera-se extrair as funções, tanto de garantia quanto de concretização, do direito à segurança jurídica e à proteção da coisa julgada, e o papel de cada Poder em garantí-la na experiência cidadã concreta.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014 SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018. SARMENTO, Daniel. “A Dimensão Objetiva dos Direitos Fundamentais: fragmentos de uma teoria” In: SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 430****TITULO:**ENTRE SUBSISTÊNCIA E AFLUÊNCIA: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SOCIEDADES CAÇADORAS–COLETORAS**AUTOR(ES) :** HELENA GRANDCHAMP VENANCIO, BERNARDO NERY DUARTE SÁ**ORIENTADOR(ES): DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Tema e objetivos: Propõe-se uma análise crítica do conceito de "economia de afluência original" segundo Marshall Sahlins em seu livro Stone Age Economics. Partindo da teoria sugerida por esse autor, que considera as sociedades de caçadores-coletores como as primeiras sociedades afluentes, busca-se uma contribuição no entendimento da pergunta: a exploração do homem pelo homem no contexto do trabalho é um fenômeno decorrente do surgimento da agricultura ou o precede? Metodologia: Parte-se de um estudo transdisciplinar de fenômenos de longa-duração do comportamento humano influenciado pela abordagem da grande história (big history). Nesse contexto, utiliza-se de uma bibliografia de caráter antropológico e econômico baseado em evidências etnográficas distintas que confrontam o conceito de afluência, assim como explora as formas de organização produtiva e sociais encontradas em sociedades que não praticam agricultura em larga escala. Fundamenta-se na antropologia evolutiva, na qual se aborda a história humana como um processo de desenvolvimento de complexidade, sem o pressuposto arcaico de graus de melhoria e reconhecendo como um fenômeno não linear e não historicamente específico. Resultados esperados: A identificação de uma proposta deficiente por Sahlins sobre as sociedades caçadoras-coletores, através de uma idealização dessas e conceitos enviesados de trabalho e afluência; Aproximar-se de definições para esses conceitos (trabalho e afluência) que abrangem a pluralidade da experiência humana, mas que, paralelamente, permitem um entendimento mais amplo do processo de complexificação social, percebendo os aspectos fixos e temporários na análise de longa-duração. Contribuir para a discussão sobre a origem da exploração no processo produtivo, visando complexificar a narrativa de evolução social. Considerações parciais esperadas: a tese de Sahlins sobre as "sociedades de afluência originais" como uma ruptura no estudo da antropologia econômica, mas com seus limites na explicação da origem da exploração do trabalho, devido à visões particulares sobre o que constitui trabalho e dados etnográficos específicos; entendimento dos conceitos de escassez e afluência como não neutros e baseados em construções ideológicas e culturalmente específicas; conceitos de desigualdade e exploração não decorrentes do surgimento da agricultura, mas institucionalizados e intensificados à medida que os fenômenos de propriedade privada, herança e centralização governamental se desenvolveram.

BIBLIOGRAFIA: Bhui, R., Chudek, M., & Henrich, J. (2019). Work time and market integration in the original affluent society. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(44), 22100–22105. Diamond, J. (2015). O mundo até ontem: O que podemos aprender com as sociedades tradicionais?. Rio de Janeiro: Record. Kaplan, D. (2000). The darker side of the "original affluent society". *Journal of Anthropological Research*, 56(3), 301–324. Sahlins, M. Stone Age Economics. 1. ed. Chicago: Aldine–Atherton, 1972.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 436****TITULO:**CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA: ATUAÇÃO E IMPACTOS**AUTOR(ES) : ERIC PORTO MORENO****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Ao tratar da Amazônia, muitas temáticas relacionadas ao meio ambiente são abordadas: pulmão do mundo, rica em biodiversidade, maior floresta tropical do planeta, berço da transição energética, entre outras características que fazem dessa região um dos ecossistemas mais importantes para o equilíbrio climático global. No entanto, nas últimas décadas, essa riquíssima floresta também se tornou um verdadeiro epicentro do crime organizado transnacional, que se aproveita de sua vasta extensão territorial, difícil fiscalização e fronteiras porosas para consolidar um corredor estratégico de produção e exportação de drogas para diversas partes do mundo. Além do narcotráfico, outras atividades ilícitas, como garimpo ilegal, desmatamento criminoso e tráfico de armas e pessoas, passaram a integrar um complexo esquema de operações clandestinas que desafiam as autoridades nacionais e internacionais. O objetivo deste trabalho é evidenciar o modus operandi do Crime Organizado Transnacional (COT) na região amazônica e analisar os impactos dessa atuação na soberania brasileira, considerando suas consequências políticas, sociais e ambientais. Para isso, o texto foi estruturado em algumas seções. Primeiramente, serão analisadas as possíveis relações entre crime organizado e Estado com o objetivo de refletir sobre os impactos da atuação criminosa na soberania estatal. Em seguida, abordaremos brevemente o conceito de COT e descreveremos sua atuação na região, buscando compreender por meio de quais atividades ilícitas essas organizações obtêm lucros e de que forma exploram as fragilidades institucionais para expandir seu domínio. Por fim, mostraremos como essa dinâmica criminosa na região amazônica se fortaleceu por conta de uma ausência do Estado e como ela compromete a capacidade de governança, segurança e desenvolvimento da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA: ARANEGA, André Duffles Teixeira. The crime–geopolitics nexus and transnational environmental crimes in the Amazon Forest. 2023. 191 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Orientador: Kai Michael Kenkel. CEPPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, Estado e segurança internacional. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 375–420, jul./dez. 2011. ARANEGA, André Duffles Teixeira. Prisioneiros da oportunidade: Estado, Crime Organizado Transnacional (COT) e o Brasil na geopolítica criminal do tráfico de armas de fogo. 2020. 94 f. Monografia (Graduação em

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 527****TITULO:**Do twitter ao X: regulação das redes sociais**AUTOR(ES) : PEDRO FREITAS DE MOURA,THIAGO COSTA PEREIRA****ORIENTADOR(ES): TAMARA TANIA COHEN EGLER**

RESUMO: O projeto faz parte da pesquisa Inovação , redes e território, do Laboratório Espaço, coordenado por Tamara Tania Cohen Egler, sendo seu objeto fazer uma análise da aquisição da plataforma Twitter por Elon Musk. Para tanto, o objetivo é produzir um ferramental de busca de notícias em periódicos, para construir um banco de dados e permitir a análise e compartilhamento de dados sobre o tema proposto. Para tanto são considerados periódicos de diferentes ideologias, separado pelas categorias progressista/conservador. A metodologia pode ser dividida em dois eixos, a saber : Eixo 1 – Linguagem de programação e Arquitetura do software e ferramental para análise de banco de dados de artigos de periódicos Será criado um programa de raspagem de dados pelo orientando para efetuar a coleta de informações de artigos dos periódicos CNN Brasil, Brasil 247, Metrópoles e Globo, com o intuito de reunir dados acerca das transformações ocorridas na transformação da plataforma Twitter para X. Eixo 2 – Análise da transformação do twitter para o X Articular o ferramental ao projeto Levando em conta as mudanças ocorridas na plataforma X após sua aquisição pelo Elon Musk, o objetivo da ferramenta é, por meio de dados de notícias no período da aquisição, analisar as principais mudanças ocorridas na gestão, administração, conteúdo, organização, computação, transformação da plataforma , como por exemplo, mudanças na moderação de conteúdo e o aumento da presença de contas e publicações extremistas. Etapas do processo de produção Etapa 1: Delineação dos bancos de periódicos a serem analisadas. Etapa 2: Demarcação do intervalo de tempo para extração de dados. Etapa 3: Construção do programa de extração de dados em si. Etapa 4: Documentação dos dados obtidos pela raspagem de dados e sua relação com a pesquisa. Etapa 5 Análise da transformação do twitter em X No Eixo 1 foi concebida foi a criação de um código em Python , utilizando bibliotecas de raspagem de dados na internet, para fazer o acesso aos artigos de portais como CNN Brasil, Brasil 247, Metrópoles e Globo. No período de agosto de 2024 a agosto de 2025. Para tanto, foram coletadas as seguintes categorias : título, conteúdo do artigo, seus temas principais (tags) e compartilhamentos. Além disso foram utilizadas metodologias de desenvolvimento de software como arquitetura em camadas e o princípio SOLID. Todas essas informações extraídas são consolidadas em uma base de dados, separando os artigos por data/hora de extração, e de qual portal de notícia ele foi extraído. Também será adicionado um módulo para a criação de uma nuvem de palavras com os artigos, facilitando a visualização dos dados extraídos. Essa ferramenta possui o objetivo de auxiliar na extração de dados de artigos em massa, podendo ser utilizada para qualquer outra pesquisa. Eixo 2 A partir dos dados coletados produzir uma análise sobre o tema da aquisição do twitter pelo Elon Musk e a necessidade de regulação das redes sociais.

BIBLIOGRAFIA: Rede tecnopolítica, democracia e território (Volume 1) – Tamara Tania Cohen Egler Web Scraping Com Python: Coletando Mais Dados Da Web Moderna – Ryan Mitchell

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 561**

TITULO:DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO CIBERESPAÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO INSTAGRAM DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO

AUTOR(ES) : FERNANDA BERNARDO CARVALHO,MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES**ORIENTADOR(ES): GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: Apresenta um relato de experiência a partir da participação como extensionista no projeto de Extensão Universitária “Divulgação Científica no Ciberespaço”, vinculado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A ação de extensão acontece por meio da gestão das mídias sociais digitais da Revista Conhecimento em Ação, periódico científico de acesso aberto do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. O objetivo é integrar os conhecimentos teóricos à prática, por meio de ações de comunicação e divulgação científica aplicadas à gestão das redes sociais do periódico, com foco no Instagram. As atividades de gerenciamento incluem a publicação de conteúdos referentes ao periódico e a elaboração de estratégias de marketing digital para ampliar o alcance das publicações e atrair um maior número de usuários conectados em rede a consumir as informações postadas. O relato traz uma abordagem qualitativa, fundamentado na metodologia de pesquisa-ação, com a participação contínua dos envolvidos nas interações em rede. A partir da análise do Instagram da Revista Conhecimento em Ação, foi possível observar, como resultado da ação de extensão, o consumo contínuo e engajamento com os conteúdos publicados, contribuindo dessa forma para a democratização do acesso à informação científica e tecnológica por meio das interações com mídias sociais digitais. Conclui-se que a Extensão Universitária fortalece e contribui para a formação acadêmica e profissional, ao permitir que os conhecimentos obtidos na universidade sejam desenvolvidos e colocados em prática pelos extensionistas através de ações que alcançam a comunidade externa, especialmente a comunidade conectada em rede, refletindo a responsabilidade social de promover o acesso à informação que faz parte da formação do profissional bibliotecário.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, [S. I.], v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010. NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*. Barbacena, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011. VALÉRIO, P. M. Comunicação científica e divulgação: o público na perspectiva da Internet. In: PINHEIRO, L.; OLIVEIRA, E. *Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas*. Brasília, DF: IBICT, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 572****TITULO:** Relatórios De Sustentabilidade para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Bibliométrica**AUTOR(ES) :** ANA LUIZA FONSECA PEDRAZZI**ORIENTADOR(ES): JULIANA MOLINA QUEIROZ**

RESUMO: Objetivo - Este estudo tem como objetivo apresentar uma análise bibliométrica da literatura sobre Relatórios de Sustentabilidade que podem colaborar na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Metodologia - São analisados quantitativamente os trabalhos publicados no que diz respeito aos principais artigos, autores e revistas envolvidos no tema ao redor do mundo. Dessa forma, são analisadas questões como relevância dos artigos, autores e revistas com base na quantidade de publicações e citações. Além disso, foram analisadas as principais palavras citadas nesses artigos que compõem a amostra. Originalidade/relevância - Este estudo apresenta informações gerais que podem ser úteis para facilitar a compreensão do estado da arte da ciência sobre os Relatórios de Sustentabilidade, já que segundo Berrone (2023), as pesquisas podem contribuir com a implementação do Desenvolvimento Sustentável e é preciso que se analise esta literatura com o intuito de desenvolver-la cada vez mais. Resultados - São apresentadas as métricas relevantes para analisar a evolução do tema na literatura. A bibliometria conta com a análise de 4402 artigos publicados entre os anos de 1990 e 2024. Os resultados apresentam cinco análises: as dez revistas mais relevantes de acordo com o número de publicações; o número cumulativo de publicações ao longo dos anos em cada uma das dez revistas com mais publicações; os artigos mais relevantes de acordo com o número de citações; o número de publicações por países; e a nuvem de palavras com as principais palavras citadas nos artigos que compõem a amostra. Contribuições teóricas/metodológicas - Destaca-se que este estudo apresenta informações gerais que podem ser úteis para facilitar a compreensão do estado da arte da ciência sobre os Relatórios de Sustentabilidade. Dentre os principais resultados sugerem uma tendência internacional voltada para a ideia de Desenvolvimento Sustentável em maior destaque nos artigos que tratam sobre Relatórios de Sustentabilidade. Contribuições sociais e ambientais - Este estudo evidencia que parece haver uma tendência nas publicações sobre os Relatórios de Sustentabilidade que os relacionam com a ideia de Desenvolvimento Sustentável, sugerindo que as duas questões estão intrinsecamente relacionadas. Ou seja, é possível que os Relatórios de Sustentabilidade de fato possam colaborar com o Desenvolvimento Sustentável por meio da utilização dos relatórios como ferramenta de informação sobre as contribuições sociais e ambientais desenvolvidos pelas entidades.

BIBLIOGRAFIA: 1. BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C. Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, v. 39, n. 6, p. 395-413, ago. 2014. 2. GRAY, R. Thirty years of social accounting, reporting and auditing: What (if anything) have we learnt? *Business Ethics: A European Review*, v. 10, n. 1, p. 9-15, 2001. Disponível em: . Acesso em: 24 abr. 2025. 3. BALLOU, Brian; HEITGER, Dan L.; LANDES, Charles E. The future of corporate sustainability reporting: A rapidly growing assurance opportunity. *Journal of Accountancy*, v. 202, n. 6, p. 65–74, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 658****TITULO:** POLARIZAÇÃO E TECNOLOGIA: O CRESCIMENTO ASSIMÉTRICO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL**AUTOR(ES) :** LEONARDO DAVID SILVA DOS SANTOS**ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar como as transformações tecnológicas, em especial o uso das redes sociais, contribuíram para a intensificação da polarização política no Brasil e para o crescimento assimétrico da extrema-direita. A pesquisa parte da hipótese de que a radicalização política da direita não resulta de um perfil ideológico previamente conservador do eleitorado, mas do encontro entre uma demanda reprimida por representação política de direita e uma nova oferta que, por meio das tecnologias digitais, passou a moldar e intensificar essa demanda. A metodologia utilizada é qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores da ciência política, comunicação e estudos sobre populismo digital, como Mason (2018), Fuks e Marques (2020) e Da Empoli (2019). O estudo também se apoia na análise crítica de dados históricos e políticos recentes. Os resultados parciais indicam que a radicalização da direita, em contraste com o processo de moderação da esquerda, está fortemente relacionada à capacidade das novas tecnologias de promover mobilização afetiva, disseminação de discursos de ódio e desinformação. Conclui-se que a assimetria observada na política brasileira recente decorre menos de mudanças no eleitorado e mais do uso estratégico das plataformas digitais por atores da nova direita, o que traz implicações relevantes para a estabilidade democrática e a mediação do debate público no país.

BIBLIOGRAFIA: DA EMPOLI, G. Engenheiros do caos. Vestígio, 2020. FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, 2020. MASON, L. Uncivil agreement. University of Chicago Press, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 679****TITULO:**EXPRESSÃO ESPACIAL DA PROXIMIDADE POLÍTICO–PARTIDÁRIA ENTRE OS REPRESENTANTES MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E O GOVERNO DO ESTADO**AUTOR(ES) : LUISA LEAL AVILA,LEVI MACEDO MOREIRA DE FREITAS****ORIENTADOR(ES): FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO: Com os avanços trazidos pela aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015), em 27 de dezembro de 2018 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei complementar estadual nº184 que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e seu arranjo de governança (PANTOJA, 2021; SANTOS et al, 2020). O novo arranjo instituiu a presença de um conselho deliberativo composto pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ; além de três assentos ocupados por partes da sociedade civil a serem indicados pelo Conselho Consultivo e um conselho consultivo constituído por cinco membros do legislativo municipal, sendo dois do Rio de Janeiro e os outros três dos demais municípios metropolitanos. Neste estudo, parte-se do pressuposto que os padrões de ação dos atores políticos nas instâncias participativas metropolitanas dependem da compatibilidade das agendas políticas com o governo estadual, que detém grande poder de agenda nessas instâncias, portanto, iremos analisar a proximidade político–partidária dos representantes legislativos com o governador para entender como essa relação influencia na agenda metropolitana. Essa proximidade é importante ser considerada, pois o governo estadual é quem preside o conselho, dando a ele o poder de agendá sobre os temas que serão debatidos, indicando que os interesses dessas figuras de poder tendem a estar mais alinhados entre si do que com os da população metropolitana. Metodologicamente, essa proximidade política será analisada em dois níveis: prefeitos e vereadores. No primeiro caso, as variáveis observadas serão: (a) se o prefeito é do mesmo partido do governador (PL); (b) se o partido do governador integra a coligação do prefeito; e (c) se o partido do governador não integra a coligação do prefeito, mas o partido do prefeito faz parte da coligação do governador. Já no segundo, (d) se o vereador é do mesmo partido do governador; e (e) se o partido do vereador faz parte da coligação do governador. Além disso, foi realizado um mapeamento que expressa essas relações de proximidade, permitindo visualizar como elas se distribuem territorialmente. Os resultados encontrados até então indicam que existe uma relevante aproximação política entre os representantes dos municípios e o governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, filiado ao Partido Liberal e eleito com base na coligação composta pelos partidos: AVANTE, DC, MDB, PL, PMN, PODE, PP, PROS, PRTB, PSC, PTB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE e UNIÃO; sugerindo, assim, um possível alinhamento de agendas políticas e, consequentemente, um projeto de governança para além das demandas estritamente municipais e metropolitanas, o que articula interesses locais com estratégias políticas integradas ao Estado e induz a dinâmica do poder político no território. Por fim, é importante citar que o conteúdo das agendas políticas desses atores não será objeto de investigação no momento, uma vez que o conselho consultivo não está sendo consultado.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, N. R. de. Does politics still matter? Neoliberalization processes, party government and new patterns of urban politics in Brazilian local governments. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciéncia Política*, São Carlos, v. 29, n. 1, 2020. SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. *Geo UERJ*, n. 36, p. 1-22, 2020. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós–Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 718****TITULO:**Entre Bretton Woods e Wall Street: Neoliberalismo e crise do Estado do Bem–Estar Social.**AUTOR(ES) : MARIA LAURA JACONI CORDEIRO PINTO****ORIENTADOR(ES): FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO: A pesquisa tem como objeto analisar a crise do Estado do Bem–Estar Social da chamada “era de ouro” do capitalismo (1945–1975), no contexto da gradual erosão do Sistema Internacional de Bretton Woods. Nesse sentido, busca–se compreender como as contradições da ordem econômica e política internacional catalisaram a crise do Welfare State da “era de ouro”, abrindo caminho para o fortalecimento da ideologia Neoliberal. Portanto, a crise é compreendida como um “resultado” histórico das próprias contradições do capital, o que exige uma releitura crítica das continuidades e rupturas do capitalismo reformado. Assim, a investigação parte da seguinte pergunta de pesquisa: como as contradições econômicas e políticas derivadas do Acordo de Bretton Woods contribuíram para a crise do Estado do Bem–Estar Social da “era de ouro” e para o fortalecimento da ideologia neoliberal? Logo, o objetivo geral do estudo é articular os fundamentos históricos da “era de ouro” do capital com a crise do Sistema Internacional de Bretton Woods e a erosão progressiva dos Estados de Bem–Estar Social, derivando dessa articulação os elementos que possibilitaram o fortalecimento da ideologia Neoliberal. Como objetivos específicos, pretende–se: (i) analisar os fundamentos, contradições e determinantes históricos do sucesso do capitalismo reformado no pós–Segunda Guerra Mundial, analisando especificamente as políticas e instituições de inspiração Keynesiana; (ii) examinar os elementos estruturais da crise dos anos 1970, com ênfase nas contradições do padrão dólar–ouro e no colapso da estabilidade política internacional; e (iii) avaliar como a ascensão da ideologia Neoliberal reorientou o papel do Estado, desarticulando a lógica antíctica das políticas estatais de bem–estar social. A metodologia adotada será qualitativa, de caráter crítico e comparativo, com base em revisão bibliográfica de fontes secundárias, especialmente da literatura de Economia Política Internacional. A hipótese principal sustenta que a estabilidade política e econômica da “era de ouro” foi pautada por uma convergência historicamente específica entre o capitalismo reformado de inspiração Keynesiana, o sistema monetário e financeiro acordado em Bretton Woods e a institucionalização dos Estados do Bem–Estar Social. As contradições internas do sistema capitalista — particularmente as relacionadas ao padrão dólar–ouro — desestabilizaram esse arranjo e possibilitaram a consolidação do Neoliberalismo como projeto ideológico. Por fim, espera–se demonstrar que a crise dos anos 1970 operou como inflexão histórica para uma reconfiguração profunda do papel do Estado, enquanto o Welfare State passava por um processo de crise e desestruturação, sendo substituído por políticas que legitimaram a retirada de direitos sociais e a subordinação das prioridades estatais aos imperativos do capital financeiro.

BIBLIOGRAFIA: ESPING–ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In: *Revista Lua Nova*, n. 24, setembro 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006 SEGURA–UBIERTO, Alex. *The Political Economy of the Welfare State in Latin America. Globalization, democracy and development*. New York: Cambridge University Press, 2007. KERSTENETZKY, Célia Lessa. *O Estado do Bem–estar Social na Idade da Razão. A Reinvenção do Estado Social no Mundo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 733**

TITULO:RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O MST E O EKTA PARISHAD SOB OS GOVERNOS BOLSONARO E MODI (2018-2022)

AUTOR(ES) : LARISSA LIMA**ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as formas de resistência camponesa adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e pelo Ekta Parishad, na Índia, diante das políticas autoritárias implementadas pelos governos de extrema-direita de Jair Bolsonaro e Narendra Modi entre 2018 e 2022. A pergunta que orienta a pesquisa é: como estes movimentos camponeses resistiram aos efeitos das políticas neoliberais agrárias dos governos Bolsonaro e Modi, e de que maneira essas políticas intensificaram desigualdades fundiárias, insegurança alimentar e exclusão social no Brasil e na Índia? A hipótese central é que ambos os governos implementaram um modelo agrícola voltado à concentração fundiária, à monocultura e à exportação, marginalizando a população do campo. Em resposta, MST e Ekta Parishad atuaram como atores de resistência, ainda que em contextos sociopolíticos distintos. A metodologia adotada é qualitativa, com uma perspectiva comparativa, utilizando a revisão bibliográfica crítica. O marco teórico será articulado com autores como Bina Agarwal, que explora o direito à terra, e João Stédile, que analisa a questão agrária no Brasil. A relevância da pesquisa se dá pela necessidade de compreender os impactos das políticas neoliberais e autoritárias sobre os direitos agrários no Sul Global.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA MARTINS, Maria de Fátima; BRUNA DA CRUZ, Abigail; LENCIOMI MATTOS SANTOS, Leonardo; NUNES, Jefferson. As conquistas da Educação do Campo e o avanço da extrema-direita: desafios e perspectivas. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 70, 2021. AGARWAL, Bina. *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. STEDILE, João Pedro (Org.); BEZERRA, Lucas (Assist. de pesquisa). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo: volume II*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 742**

TITULO:O Revisionismo Histórico Hindutva na Índia: A tática locacional e a intolerância nos casos de Ayodhya (1992) e Maharashtra (2025)

AUTOR(ES) : JOAO GABRIEL CAMPOS BARROCAS MATTOS ZAMPINI**ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender a tática do revisionismo histórico da ideologia Hindutva, que prega a supremacia hindu, a partir da ressignificação de localidades históricas indianas. Com enfoque comparativo, o foco será nas mobilizações ideológicas e discursivas envolvidas nos embates acerca da construção do Ram Temple de Ayodhya, em 1992, e nas crescentes tensões acerca do túmulo do imperador mongol Aurangzeb de Maharashtra, em 2025. Caracterizados, sobretudo, pelo confronto hindu-muçulmano, os casos observados têm como base a construção de narrativas que objetivam o revisionismo histórico a partir da ressignificação, destruição ou construção de localidades emblemáticas da história Indiana, em um processo de marcada violência e inefetividade policial. Nesse sentido, a presente pesquisa utilizará como base os estudos de análise da construção de narrativa, a partir de autores construtivistas e da teoria crítica de Relações Internacionais. A finalidade é estabelecer um panorama da operacionalização de políticas revisionistas por parte da ideologia de extrema direita hindutva, bem como dos efeitos e consequências da utilização do aparato estatal com esta finalidade. Considera-se, sobretudo, a expansão de influência de seu principal partido político, o BJP, e da ascensão de Narendra Modi, atual primeiro-ministro indiano, ao poder. Deste modo, a partir da compreensão do padrão de mobilização popular utilizado nas localidades, o presente trabalho buscará compreender a congruência dos exemplos históricos apresentados e estabelecer os objetivos e interesses envolvidos nestes eventos, e sua relação com a expansão global de projetos de revisionismo histórico de extrema-direita e com os crescentes casos de intolerância religiosa na Índia.

BIBLIOGRAFIA: BANAJI, Shakuntala. Vigilante publics: Orientalism, modernity and Hindutva fascism in India. *Javnost-The Public*, v. 25, n. 4, p. 333–350, 2018 HASAN, Mushirul. The BJP's intellectual agenda: Textbooks and imagined history. *South Asia: Journal of South Asian Studies*, v. 25, n. 3, p. 187–209, 2002. TRUSCHKE, Audrey. Hindutva's dangerous rewriting of history. *South Asia Multidisciplinary Academic Journal*, n. 24/25, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 757****TÍTULO:** PROCESSOS DE PACIFICAÇÃO NA CISJORDÂNIA E O CONTROLE DA POPULAÇÃO PALESTINA PELA OCUPAÇÃO ISRAELENSE**AUTOR(ES) :** JULIA SANTOS SOARES**ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Este projeto tem como objetivo analisar criticamente os processos de pacificação implementados na Cisjordânia entre 2014 e 2020, período marcado por importantes transformações políticas no território palestino, como o aprofundamento da divisão entre Hamas e Fatah (Hamas é um movimento islamista palestino que governa a Faixa de Gaza desde 2007 e é considerado por Israel, Estados Unidos e União Europeia como uma organização terrorista; Fatah é um partido nacionalista secular, majoritário na Organização para a Libertação da Palestina – OLP, que lidera a Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia) e o fortalecimento da presença securitária na região. A proposta parte da percepção de que, embora muitas vezes apresentada como sinônimo de progresso e caminho para a paz, a pacificação pode operar como uma tecnologia de dominação, especialmente em contextos coloniais e assimétricos, como é o caso da Palestina. Nesse sentido, a pesquisa parte da seguinte pergunta: de que maneira os processos de pacificação implementados na Cisjordânia contribuem para a sustentação da ocupação israelense e para o fortalecimento dos mecanismos de controle sobre a população palestina? A partir disso, o projeto busca compreender como tais processos — legitimados pelos discursos de segurança, cooperação institucional e promessa de estabilidade — acabam por reforçar as estruturas da ocupação e consolidar formas sutis e contínuas de dominação sobre o território e seu povo. A hipótese central sustenta que a pacificação na Cisjordânia não se limita a conter conflitos, mas contribui ativamente para a manutenção da ordem vigente, enfraquecendo a resistência e normalizando a ocupação. Para isso, será adotado um estudo de caso com enfoque qualitativo e histórico-documental, a partir da análise de fontes primárias, como relatórios de organizações internacionais, documentos oficiais e discursos políticos, bem como de fontes secundárias provenientes da literatura crítica sobre segurança, ocupação e pacificação. A pesquisa se propõe, assim, a confrontar os discursos hegemônicos que associam pacificação à paz e à neutralidade, evidenciando suas dimensões políticas e estratégicas. Ao lançar luz sobre as contradições presentes nesse processo, o projeto pretende contribuir para um debate mais amplo sobre as formas contemporâneas de dominação e sobre os limites e perigos de se tornar a paz como uma narrativa inquestionável. Através dessa análise, espera-se refletir sobre como a pacificação tem sido mobilizada para tornar a ocupação mais administrável e silenciosa, mantendo a Palestina em um estado constante de controle e vigilância.

BIBLIOGRAFIA: NEOCLEOUS, Mark. 'A brighter and nicer new life': security as pacification. *Social & Legal Studies*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 191–208, 201 HALPER, Jeff. *War Against the People: Israel, the Palestinians and Global Pacification*. London: Pluto Press, 2015. BACONI, Tareq. *Hamas Contained: The Rise and Pacification of Palestinian Resistance*. Stanford: Stanford University Press, 2018. (*Stanford Studies in Middle Eastern and Islamic Societies and Cultures*).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 759****TÍTULO:** PANORAMA DAS PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA**AUTOR(ES) :** BEATRIZ SOARES DA SILVA**ORIENTADOR(ES): CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

RESUMO: A interoperabilidade possibilita a comunicação entre repositórios digitais de acesso aberto se faz necessária para facilitar e agilizar o depósito da produção nesses ambientes informacionais digitais (MARQUES, C. A. G.; VÉCCHIATO, F. L. 2017). Com o crescimento da produção e disseminação de dados de pesquisa em diversos domínios científicos, a necessidade da interoperabilidade emerge como um desafio crucial para o avanço do conhecimento e sua aplicação em Sistemas de Organização do Conhecimento. Quando acontece a interoperabilidade entre os Sistemas de Organização do Conhecimento, a recuperação da informação por parte do usuário ocorre de maneira eficaz. Com isso, o projeto de interoperabilidade em ambientes de compartilhamento de dados de pesquisa tem como objetivo geral investigar as aplicações da Interoperabilidade nos Sistemas de Organização do Conhecimento em repositórios de dados de pesquisa. A presente pesquisa tem como metodologia o mapeamento da produção científica pertinentes à temática a partir da pesquisa bibliográfica por meio de artigos de periódicos científicos, Dissertações e Teses em bases de dados e portais de periódicos como a BRÁPCI e o Google acadêmico. As principais abordagens serão teórico-aplicada e exploratório-descritiva. Os resultados esperados são de que a literatura encontrada corrobora com a aplicação de teorias que embasam a integração de Sistemas de Organização do Conhecimento. Com isso, poder melhorar o tratamento semântico de dados de pesquisa, possibilitando a busca integrada e a interoperabilidade semântica entre os sistemas

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Nilson Theobald. Para uma economia da informação semântica: a construção de ambientes semânticos para a recuperação inteligente da informação. 2021. 416 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. MARQUES, C. A. G. VÉCCHIATO, F. L. Interoperabilidade entre repositório institucional e sistema acadêmico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. Anais [...] XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 791****TITULO:**Tecnologias em uso na transformação digital dos museus: um olhar a partir da inovação em serviços**AUTOR(ES) : RICARDO RAMALHO****ORIENTADOR(ES): EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO: O projeto de pesquisa “Transformação digital nos museus: desafios para a gestão da inovação em serviços” tem como objetivo geral analisar como se dá a gestão da inovação em serviços nos museus no contexto das transformações digitais. A pesquisa tem como foco os museus instalados no Estado do Rio de Janeiro. Para consecução deste objetivo, o projeto prevê três objetivos específicos: 1) identificar o grau de digitalização e a estratégia de inovação dos museus no contexto das transformações digitais em curso; 2) analisar casos de gestão das inovações introduzidas nos museus instalados no Rio de Janeiro no âmbito do ecossistema de serviços gerados a partir das transformações digitais e 3) analisar a percepção de usuários, profissionais e especialistas em gestão de museus sobre as inovações digitais e seu impacto nas trajetórias de evolução dos museus. O projeto prevê, inicialmente, uma revisão da literatura que servirá de base para modelagem e definição da pesquisa de campo que terá como foco usuários e profissionais dos museus. Neste momento, estamos identificando as tecnologias usadas nestes processos de transformação digital nos museus. Até o momento foram analisadas tecnologias que estão relacionadas à inovação tecnológica em museus, sendo estas divididas nos setores de inteligência artificial, manufatura aditiva, internet das coisas, nuvem e tecnologias imersivas. O crescente avanço da inteligência artificial pode também favorecer esse ambiente, atuando desde na experiência em exibições, aprimorando a visão computacional, até na gestão, aprimorando a análise de dados e sistemas de recomendação. Outra tecnologia que tem se destacado no contexto é a realidade virtual, que atua na imersão do visitante em um ambiente 100% virtual através de artefato visual/sonoro. A realidade virtual permite, não apenas uma visitação mais engajadora, mas também a inclusão de visitantes que estejam de alguma forma impossibilitados de experienciar parcial ou completamente a exibição. Por fim, é importante destacar que a compreensão destas tecnologias e ferramentas possibilita uma melhor conversa da pesquisa com os profissionais e especialistas na gestão de museus. Os achados da pesquisa podem contribuir para a formulação de estratégias de digitalização que potencializem os acervos existentes e desenvolvem novos públicos. Pensar a inovação nos museus também significa pensar todo ecossistema em torno desta atividade, com implicações para governos, fundações, doadores, empresas prestadoras de serviços, gestores dos museus, audiência e, claro, as comunidades artística e científica.

BIBLIOGRAFIA: LI, Jingjing et al. A systematic review of digital transformation technologies in museum exhibition. *Computers in Human Behavior*, p. 108407, 2024. TRUNFIÓ, M. et al. Innovating the cultural heritage museum service model through virtual reality and augmented reality: the effects on the overall visitor experience and satisfaction. *JOURNAL OF HERITAGE TOURISM*, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2022. VARGAS, E. R. DE; ZAWISLAK, P. A. Inovação em serviços no paradigma da economia do aprendizado: a pertinência de uma dimensão espacial na abordagem dos sistemas de inovação. *Revista de Administração Contemporânea*, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 795****TITULO:**Transformação digital nos museus: desafios para a gestão da inovação em serviços**AUTOR(ES) : ANA BEATRIZ OLIVEIRA PEÇANHA EZEQUIEL****ORIENTADOR(ES): EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO: O projeto de pesquisa “Transformação digital nos museus: desafios para a gestão da inovação em serviços” tem como objetivo geral analisar como se dá a gestão da inovação em serviços nos museus no contexto das transformações digitais. A pesquisa tem como foco os museus instalados no Estado do Rio de Janeiro, e para consecução deste objetivo, o projeto prevê os seguintes objetivos: identificar o grau de digitalização e a estratégia de inovação dos museus no contexto das transformações digitais em curso; analisar casos de gestão das inovações introduzidas nos museus instalados no Rio de Janeiro no âmbito do ecossistema de serviços gerados a partir das transformações digitais e analisar a percepção de usuários, profissionais e especialistas em gestão de museus sobre as inovações digitais e seu impacto nas trajetórias de evolução dos museus. A primeira etapa consiste em realizar a revisão da literatura sobre transformação digital e inovações em serviços nos museus e na elaboração de artigo científico decorrente desta revisão. Em seguida, será desenvolvida e validada uma escala sobre digitalização nos museus. A escala permitirá a realização de uma coleta de dados por meio da aplicação de questionário online e na análise destes dados. Também haverá a seleção de casos para estudo e realização de entrevistas, e por fim realizar a análise das entrevistas e dos dados coletados em pesquisa documental e na elaboração de artigo científico sobre os estudos de caso de inovações. Como os museus têm passado por uma transformação digital para aprimorar a experiência do visitante, abrir o acesso às coleções, aumentar as oportunidades de pesquisa e preservar o conhecimento, é importante mapear e entender como essa transformação ocorre. Até o momento, foi organizada em formato de planilha a relação de todos os museus que constam no Cadastro Nacional de Museus (CNM) que são do estado do Rio de Janeiro, filtrados por município, tipo (como clássico, virtual, ecomuseu, jardim) e esfera (pública, privada e particular). Há 329 museus no estado do Rio de Janeiro. Para esta análise, serão considerados apenas os em funcionamento, o que corresponde a 296 museus. Destes, 209 são Clássicos ou Tradicionais; 7 do tipo Jardim zoológico, botânico, herbário, oceanário ou planetário; 26 são Museus de Território ou Ecomuseus; 7 são Unidades de conservação da natureza; 14 virtuais e 33 não possuem tipo informado.

BIBLIOGRAFIA: IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Brasiliana Museus – Plataforma do Patrimônio Museológico Brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 02 abr 2025. LI, Jingjing et al. A systematic review of digital transformation technologies in museum exhibition. *Computers in Human Behavior*, p. 108407, 2024 VARGAS, E. R. DE; ZAWISLAK, P. A. Inovação em serviços no paradigma da economia do aprendizado: a pertinência de uma dimensão espacial na abordagem dos sistemas de inovação. *Revista de Administração Contemporânea*, 2006.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 798****TITULO:**O CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO E A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**AUTOR(ES) : DAFNE SZNAJDER****ORIENTADOR(ES): FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO: Este trabalho tem como propósito explorar a relação entre o comportamento da indústria brasileira e seus principais determinantes desde o início do século XXI, traçando uma explicação para a estagnação industrial e perda de espaço da indústria brasileira nas exportações mundiais observadas a partir de 2012, apesar da desvalorização cambial que marcou a década. Em um período estendido de câmbio desvalorizado, o padrão esperado é um fomento à produção industrial do país, ao determinar preços mais competitivos para as exportações do país no mercado internacional. Cria-se então a incógnita que este projeto pretende analisar: quais teriam sido os outros fatores econômicos, além do câmbio, a influenciar os rumos da indústria de transformação brasileira durante a última década? Nesta etapa do projeto, já contamos com o resultado de que os países que tiveram ganho significativo de market-share na exportação de bens industrializados no período de 2000–2022 foram a China, Vietnã, Índia e Polônia. Elegemos como medida de competitividade internacional do setor industrial de cada país o custo unitário do trabalho (CUT) do mesmo, sendo o determinante principal dos custos de produção na indústria: CUT = (Salário–Hora na indústria/Produtividade na indústria) X Taxa de Câmbio Nos interessa decompor as variações anuais do custo unitário do trabalho nas variações de cada um dos seus componentes, de forma a poder visualizar quais movimentos nestes tiveram influência maior sobre a variação do indicador em um dado período, e se os países que tiveram queda no CUT e ganho de competitividade o fizeram predominantemente por meio de ganhos de produtividade, queda no salário dos trabalhadores ou depreciação da sua taxa de câmbio. Para isso, o método escolhido foi o uso do programa R para calcular o efeito da variação dos componentes sobre o movimento do indicador. Expressando a fórmula do custo unitário como: $f = w / (y * e)$ Onde w é o salário–hora na indústria, y é a produtividade da indústria e e é a taxa de câmbio em relação ao dólar, temos que a variação total do indicador em um dado período pode ser dada pela soma das variações individuais de cada indicador naquele período (representadas pelos diferenciais dw , dy e de) multiplicadas pelas derivadas parciais em relação a cada variável independente: $df = \partial f / \partial w * dw + \partial f / \partial y * dy + \partial f / \partial e * de$. Efetivamente, multiplica-se a variação de cada variável independente pelo seu “peso” dentro da função. Usando os dados do CUT do Brasil, obtivemos estimativas consistentes com a fundamentação teórica: variações no câmbio foram o motor principal de mudança no indicador, seguidos por movimentos na produtividade e salários em igual medida.

BIBLIOGRAFIA: Driver, R. L., & Westaway, P. F. (2004). Concepts of Equilibrium Exchange Rates. Working Paper, 248. Bank of England. Inklaar, R., Gräler, K., & Marapin, R. (2023). Tradability and sectoral productivity differences across countries. GGDC RESEARCH MEMORANDUM 195. Rodrik, D. (2008). The Real Exchange Rate and Economic Growth. Brookings Papers on Economic Activity.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 808****TITULO:**REORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL – UFRJ: FORTALECENDO O ACESSO À LEITURA E O VÍNCULO COM A COMUNIDADE**AUTOR(ES) : ANA LETICIA NEVES ROSA****ORIENTADOR(ES): CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE,DANILO PESTANA DE FREITAS**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações realizadas no processo de reestruturação física e organizacional da Biblioteca na Vila Residencial – UFRJ , na situação de retomada do projeto de extensão homônimo. A iniciativa está vinculada ao Programa “Vila Residencial & Aprendendo à Cidadania Ativa: Circularidade em Rede no Saber, Fazer e Compartilhar” e conta com o suporte da Associação de Moradores da Vila Residencial e da rede Amigos da Vila Residencial – UFRJ (AMAVILA). Criado com o intuito de valorizar a literatura, fomentar a formação de leitores e fortalecer os vínculos comunitários, o projeto surge da articulação entre a universidade e a comunidade. Após uma pausa de seis meses, o projeto foi retomado em abril do presente ano, iniciando uma nova fase voltada à reestruturação do espaço físico e à reorganização do acervo da biblioteca. Nessa circunstância, os extensionistas – provenientes não apenas do curso de Biblioteconomia – têm se dedicado à reorganização do acervo físico da Biblioteca Comunitária, que vai desde a limpeza do espaço até a implementação de uma nova sinalização. Os objetivos específicos deste trabalho são: (1) realizar o diagnóstico físico e informacional da biblioteca comunitária; (2) executar a higienização do ambiente e dos materiais bibliográficos; (3) reorganizar o acervo físico segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD); (4) implantar um sistema de identificação visual por fitas adesivas coloridas, associado às classes do conhecimento; e (5) atualizar a sinalização das prateleiras para facilitar a navegação dos usuários entre os diferentes campos temáticos do acervo. A metodologia consiste em: realizar o diagnóstico do acervo e condições físicas da biblioteca; execução das ações práticas (incluindo higienização do ambiente, realocação dos livros, classificação do acervo segundo o sistema de Classificação Decimal de Dewey – CDD, identificação por fitas adesivas coloridas e atualização da sinalização nas prateleiras); acompanhamento contínuo dos processos para manutenção e eficácia. A proposta prevê que os livros sejam reorganizados por suas principais classes do conhecimento conforme a CDD: 000 – Obras gerais; 100 – Filosofia; 200 – Religião; 300 – Ciências Sociais; 400 – Linguagem; 500 – Ciências Puras; 600 – Ciências Aplicadas; 700 – Arte; 800 – Literatura; 900 – História e Geografia. Cada uma dessas classes será identificada por meio de fitas adesivas coloridas nos livros, além de sinalização clara e padronizada nas estantes. Espera-se, como resultado, que a reorganização do acervo contribua para um atendimento mais eficiente, acessível e acolhedor à comunidade. Conclui-se que o trabalho desenvolvido contribui para a democratização do acesso à informação e à leitura, reforçando a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social e de promoção da cidadania ativa.

BIBLIOGRAFIA: FALANDO DE BIBLIOTECAS. Conheça: Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ Falando de Bibliotecas, [S. I.], 14 dez. 2016. Disponível em: <https://falandodebibliotecas.blogspot.com/2016/12/conheca-biblioteca-comunitaria-na-vila.html>. Acesso em: 21 abr. 2025. TEIXEIRA, G.; PEREIRA, P. M. S.; COUTINHO, L. R. S. A extensão como prática política e pedagógica das universidades em bibliotecas comunitárias: o caso do projeto Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. I.], v. 13, p. 2090-2103, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1046>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 829**

TITULO: ATUAÇÃO DAS TAXONOMIAS NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE ENVIESAMENTO E CONFIABILIDADE EM PLATAFORMAS DE VERIFICAÇÃO DE FATOS

AUTOR(ES) : VANESSA BEZERRA DA COSTA

ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO

RESUMO: A pós-verdade compreende um contexto histórico, social e cultural em que há o predomínio das emoções sobre os fatos, a desconfiança nas instituições, a fragmentação da informação e o uso estratégico de desinformação visando a manipulação da opinião pública. Plataformas de verificação de fatos surgem como uma iniciativa para combater a desinformação, possibilitando determinar a veracidade de informações por meio da identificação, análise e correção. Entretanto, a eficácia dessas ferramentas depende da confiabilidade e da imparcialidade de suas verificações. Buscando entender como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) se relacionam com essa dinâmica, explora-se um tipo específico de SOC, as taxonomias, e como têm sido empregadas na organização do conhecimento e da informação em plataformas de verificação de fatos. Taxonomias são modelos conceituais predominantemente hierárquicos que viabilizam a organização de entidades em classes baseadas em características compartilhadas. Parte-se do pressuposto de que o enviesamento das taxonomias é algo inescapável, portanto, considera-se fundamental abordar e compreender quais elementos contribuem para a sua confiabilidade na era da pós-verdade. Além disso, verifica-se a contribuição da Inteligência Artificial (IA) no aprimoramento dos sistemas de verificação de fatos, sendo esse um dos alvos de estudo dessa pesquisa. Busca-se não apenas fornecer um framework teórico-metodológico, mas também elementos que possam ser adotados por plataformas de verificação de fatos no Brasil. A pesquisa tem natureza exploratória e descritiva, tratando-se de um estudo qualitativo que tem como abordagens metodológicas a pesquisa bibliográfica, o estudo de casos múltiplos e a análise documental. Na pesquisa bibliográfica, são utilizados como fontes de informação o Google Acadêmico, o Portal CAPES e o Semantic Scholar. O estudo de caso é desenvolvido a partir de 40 plataformas de verificação de fatos, nacionais e internacionais, mapeadas a partir do Duke Reporters Lab. A pesquisa documental em sites e plataformas digitais refere-se ao processo de coleta, análise e interpretação de documentos e informações disponíveis online. O estudo tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Sistemas de Organização do Conhecimento (Barité, 2011), Taxonomia (Aganette; Alvarenga; Souza, 2010; Lambe, 2014), Pós-verdade (Tesich, 1992; D'Ancona, 2018; Dodebe, 2021; Araújo, 2024), Desinformação (Volkoff, 1999 apud Dodebe, 2021; Fallis, 2015), plataformas de verificação de fatos (Diniz, 2017). Conclui-se, a partir de resultados parciais, que a articulação entre diferentes agentes (humanos e computacionais) e o uso estratégico de metodologias e ferramentas semânticas podem melhorar significativamente a rotulação de dados e ampliar a confiabilidade e a eficiência das plataformas e serviços de verificação de fatos.

BIBLIOGRAFIA: AGANETTE, E.; ALVARENGA, L.; SOUZA, R. R. Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 20, n. 3, 2010. ARAÚJO, C.A. Á. Dinâmicas da desinformação. Páginas A&B: arquivos e bibliotecas, p. 31–52, 2024. DINIZ, A. T. Fact-checking no ecossistema jornalístico digital: práticas, possibilidades e legitimação. *Mediapolis-Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n. 5, p. 23–37, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 836**

TITULO: TECNOLOGIAS DIGITAIS E ADESÃO MEDICAMENTOSA EM PACIENTES JOVENS PÓS- TRANSPLANTE

AUTOR(ES) : HERCILIA BEATRIZ FRANCISCO AMORIM

ORIENTADOR(ES): CLAUDIA AFFONSO SILVA ARAUJO

RESUMO: Na área do pós-transplante, há menor aderência ao regime imunossupressor por parte de populações jovens, em comparação a idosos, aumentando assim o risco de rejeição ou perda do enxerto. A não adesão ao tratamento após o transplante, associada à impulsividade da faixa etária, pode representar um desafio para profissionais e pacientes. O objetivo desta revisão é explorar o que está sendo apresentado sobre a adesão aos medicamentos prescritos no pós-transplante em população pediátrica e jovem, além de analisar os recursos utilizados para auxiliar na melhora. Foi realizada uma revisão exploratória da literatura. A busca ocorreu nas bases BVS, pubmed, scopus e web of science com a query ("post-transplant" OR "after transplant*" OR "transplant outcome*" OR "postoperative transplant" OR "post-graft") AND ("medication adherence" OR "treatment adherence" OR "therapy adherence" OR "adherence to immunosuppressant" OR "immunosuppressive therapy") AND ("digital health" OR "mobile health" OR "mhealth" OR "health app" OR "wearable device" OR "telemedicine" OR "telehealth" OR "intelligence artificial"). Sob os critérios de inclusão: (a) estudar órgãos sólidos; (b) estar no cenário de pós-transplante; (c) estudar a adesão ao tratamento. Foram removidas as duplicatas, documentos fora do período estabelecido, artigos sem DOI e fora do escopo da revisão, um artigo foi removido por falta de acesso ao texto completo. Foram selecionados e analisados 12 artigos. A pesquisa foi desenvolvida individualmente pela autora, desde a pergunta de pesquisa até a discussão/conclusão. 5 artigos (41,6%) envolvem crianças, adolescentes e jovens adultos, porém apenas 3 (25%) tem como população somente crianças e jovens; todos (3) falam sobre figado, segundo órgão mais transplantado. 2 (16,6%) apresentam como limitação a exclusão de não-falantes da língua inglesa. Porém, todos de alguma forma, tem como limitação a generalização dos estudos. Os três artigos com população de estudo jovens-adultos não tem como interesse a gestão completa e sim a adesão aos medicamentos, indicando uma possível dificuldade de adesão ao regime medicamentoso em populações jovens no pós-transplante. A revisão evidencia a escassez de estudos com populações de crianças, adolescentes e jovens adultos, em destaque o campo pediátrico visto que é uma fase de adaptação natural e um processo complexo como o transplante irá alterar toda forma comum de acontecer. Também foi evidenciada que a forma de interação com o paciente impacta na adesão ao tratamento. Os artigos estudando tecnologias interativas como mensagens de textos e aplicativos de celular que utilizam estratégias de reforço de incentivo ou mensagens motivacionais/positivas impactaram positivamente na adesão ao tratamento. Contudo, a revisão mostrou os impactos positivos das intervenções tecnológicas para a adesão ao tratamento no pós-transplante.

BIBLIOGRAFIA: 1. Ganjali R, Khoshrounejad F, Mazaheri Habibi MR, Taherzadeh Z, Golmakani R, Mostafavi SM, Eslami S: Effect and features of information technology-based interventions on self-management in adolescent and young adult kidney transplant recipients: a systematic review. *Adolesc Health Med Ther*. 2019 Oct. doi: 10.2147/AHMT.S200801. 2. Campagna BR, Tutino R, Stevanovic K, Flood J, Halevi G, Shemesh E, Annunziato RA. Acceleration of mobile health for monitoring post-transplant in the COVID-19 era: Applications for pediatric settings. *Pediatr Transplant*. 2022 Feb. doi: 10.1111/petr.14152.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 865****TITULO:**ESTUDO INICIAL DA DINÂMICA REGIONAL DOS MERCADOS DE TRABALHO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL, 2000–2022**AUTOR(ES) : CLARA LIMONGI CARDOSO****ORIENTADOR(ES): ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA**

RESUMO: O projeto em desenvolvimento, no ciclo 2024–2027, visa dar continuidade a pesquisa iniciada no ciclo PIBIC 2022 sobre a dinâmica dos mercados de trabalhos brasileiros no período 2000–2022. Este estudo busca explorar os padrões espaciais e setoriais dos mercados de trabalho, especificamente na região Nordeste do Brasil. Assim, a metodologia utilizada serão as medidas de localização e de especialização regional. São métodos descritivos que facilitam a compreensão dos padrões de crescimento da região analisada. São calculadas a partir de duas matrizes de informações (t0 e t1), cujas células representam a distribuição da variável por setor/ocupação e região para um período determinado. A análise dessas matrizes descreve os padrões de comportamento dos setores/ocupações no espaço (variações inter e intrarregionais). Serão utilizados os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a intenção de realizar tal análise exploratória de dados espaciais para identificar as tendências relacionadas à estrutura produtiva (setorial), ao porte empresarial, às ocupações, à qualificação e à remuneração da mão de obra nos municípios da região. A primeira etapa do projeto consistiu na leitura e análise da bibliografia sobre a economia regional e urbana, e sobre as economias de aglomeração do Brasil, com a realização de uma coletânea de fichamentos. A partir desses fichamentos, iniciou-se a construção de um artigo reunindo os principais destaques do tema, ressaltando, principalmente, as externalidades dinâmicas presentes nas aglomerações urbanas. Dados iniciais da análise sugerem a presença de desigualdade intrarregional nos diferenciais locais de salários e na concentração dos postos de trabalho da região Nordeste. Os principais resultados esperados da pesquisa envolvem a identificação de setores, ocupações e municípios em destaque na região Nordeste do Brasil, buscando obter um mapeamento do mercado de trabalho regional e identificar áreas mais dinâmicas por nível de especialização e densidade de capital humano. Com a realização da análise exploratória, será possível melhor elaboração de políticas públicas específicas para os mercados de trabalho locais.

BIBLIOGRAFIA: SILVA & SILVEIRA NETO (2009). Dinâmica da concentração industrial no Brasil entre 1994 e 2004 FUJITA & THISSE (2001). Economics of agglomeration (chapter 01) STOPER & VENABLES (2004). Buzz and Urban Economy

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 874****TITULO:**Espaços de expressão cultural LGBTQIAPN+ nos territórios populares da cidade do Rio de Janeiro.**AUTOR(ES) : GIULIA COSTA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: A presente pesquisa visa analisar a produção de espaços culturais em territórios populares da cidade do Rio de Janeiro, com ênfase nos chamados “espaços culturais insurgentes”. Esses espaços são apropriados ou criados por agentes de grupos sociais historicamente subordinados — como pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ — em resposta à ausência, negligência ou inadequação dos equipamentos culturais tradicionais frente às suas práticas, identidades e necessidades. A análise parte de uma perspectiva crítica, que entende a cultura como prática cotidiana, plural e viva, em oposição à concepção de cultura única, institucionalizada e normatizada. A metodologia envolve revisão bibliográfica, construção de roteiros para pesquisa de campo e mapeamento de experiências culturais insurgentes. A base teórica articula conceitos como colonialidade, multiterritorialidade, comuns e políticas públicas, além da tipologia de espaços culturais desenvolvida pela orientadora. Busca-se compreender como esses espaços se configuram enquanto territórios de resistência, pertencimento e expressão coletiva, desafiando formas hegemônicas de produção e gestão cultural, centradas na lógica estatal e mercadológica. No recorte voltado às expressões culturais LGBTQIAPN+, a pesquisa incorpora debates como a teoria queer e sua relação com a construção das identidades. A teoria queer problematiza a ideia de gênero e sexualidade como categorias fixas ou naturais, compreendendo-as como construções sociais performativas — identidades que se produzem por meio de atos, repetições e interferências no corpo e na linguagem. Kathryn Woodward contribui com essa abordagem ao entender a identidade como um processo relacional, historicamente situado e moldado por discursos e práticas culturais. A relação entre essas abordagens está na crítica ao essencialismo identitário. Todas apontam que os sujeitos não apenas ocupam identidades, mas as constroem continuamente, em confronto ou negociação com normas sociais dominantes. As festas Ballroom se apresentam, nesse contexto, como exemplos potentes de espaços culturais insurgentes. Criadas e mantidas por corpos dissidentes, essas festas são locais onde a identidade é performada, reinventada e politizada. Corpos historicamente marginalizados encontram nas balls um espaço de expressão, pertencimento e resistência, afirmindo suas existências frente à exclusão estrutural. Ademais, ao observar os espaços culturais insurgentes sob a ótica das expressões LGBTQIAPN+, em especial as festas Ballroom, evidenciamos como a cultura pode ser ferramenta de luta e reconstrução de identidades. Esses espaços desafiam normas excluientes, revelando o papel transformador da arte e da coletividade na construção de cidadanias múltiplas.

BIBLIOGRAFIA: WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Trad. Vera Ribeiro. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. BIANCHI, Eduardo; SOUZA, Coral de Azevedo; CAVALCANTE, Carlos Henrique de Araújo; BARROS, Matheus Bruzzi Ferraz Petriz de. Ballrooms na cidade do Rio de Janeiro: corpos, festas e política. Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação, Música e Entretenimento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), realizado de 4 a 8 de setembro de 2023, na PUC Minas - Belo Horizonte, MG. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 919****TITULO:**O IMPACTO DO USO DA INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR DE COMPRAS DIRETAS**AUTOR(ES) :**VINICIUS MARTINS PALMA PUIG**ORIENTADOR(ES): LAURA MARINA VALENCIA NIÑO**

RESUMO: O presente estudo busca investigar o impacto do uso da inteligência de negócios na tomada de decisão no setor de compras diretas de empresas de médio e grande porte. O objetivo principal foi analisar como a utilização de dados analíticos pode aprimorar as decisões estratégicas e operacionais na gestão de suprimentos, especificamente na aquisição de bens diretamente envolvidos na produção. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com caráter exploratório e descritivo. A metodologia combinou revisão bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes na área de compras diretas, selecionados em diferentes segmentos da indústria e varejo. O instrumento de coleta foi um roteiro dividido em blocos temáticos que abordaram cultura de dados, ferramentas utilizadas, indicadores monitorados, desafios enfrentados e benefícios percebidos. A análise preliminar identificou padrões que sugerem que o uso da inteligência de negócios contribui para maior precisão na escolha de fornecedores, melhor negociação de preços e controle mais efetivo dos estoques, apesar de ainda existirem barreiras como limitações na infraestrutura de dados e baixa maturidade analítica em parte das organizações. Conclui-se que o emprego de ferramentas de inteligência de negócios no setor de compras diretas potencializa a geração de valor, fortalece a capacidade de resposta a riscos e promove ganhos de eficiência operacional. O estudo reforça a necessidade de investimentos em cultura data-driven e na formação de competências analíticas, e aponta oportunidades para a evolução da maturidade analítica no setor de compras em diferentes contextos organizacionais.

BIBLIOGRAFIA: JOHNSON, P. Fraser; LEENDERS, Michiel R.; FLYNN, Anna E. Purchasing and supply management. McGraw-Hill, 2011 DAVENPORT, Thomas; HARRIS, Jeanne. Competing on analytics: Updated, with a new introduction: The new science of winning. Harvard Business Press, 2017. SHIMABUKURO, H. S. T. Procurement Business Intelligence: estudo de caso de um portal de inteligência competitiva para suporte à área de procurement. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração), 30p. MBA de Inteligência de Negócios. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/1884/40869>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 923****TITULO:**RELAÇÕES ÍNDIA–ORIENTE MÉDIO: ESTRATÉGIA MARÍTIMA E A DUALIDADE NA POLÍTICA EXTERNA DE MODI**AUTOR(ES) :**DANIELA ROSÂNEA MASCARENHAS MARQUES**ORIENTADOR(ES): MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a reorientação das relações políticas entre a Índia e o Oriente Médio durante os mandatos do primeiro-ministro Narendra Modi (2014–presente), a fim de compreender como, em uma região de forte relevância geoestratégica, Modi articula uma liderança doméstica marcada pelo nacionalismo hindu com uma postura externa pragmática. O referencial teórico é o neorrealismo ofensivo de Mearsheimer, dado a sua visão de subordinação da ideologia ao pragmatismo. Parte-se da hipótese de que a política externa de Modi, no que se refere às suas relações com os países do Oriente Médio, é orientada por uma lógica de Realpolitik, pautada por uma perspectiva pragmática de seus interesses na região, em contraposição a um posicionamento doméstico marcado pelo nacionalismo hindu. Nesse sentido, em um primeiro momento, busca-se examinar, por meio da doutrina marítima indiana de 2015, a importância estratégica da região marítima de contorno da Ásia Ocidental. Em um segundo momento, faz-se necessário observar três pontos determinantes para o direcionamento indiano à região, sendo eles: o combate ao terrorismo; a superação à dependência energética e a interação chinesa nas áreas de interesse marítimo indiano. Levando em consideração os interesses indianos na região do Oriente Médio e a relação com os Estados de maioria muçulmana, o resultado esperado da pesquisa é de verificar que, embora haja desafios nas relações devido os componentes ideológicos que predominam na política doméstica de Modi, decisões de política externa seguem uma perspectiva mais pragmática em detrimento de uma perspectiva ideológica.

BIBLIOGRAFIA: MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton & Company, 2001. INDIA. Ministry of Defence. Integrated Headquarters, Ministry of Defence (Navy). Ensuring Secure Seas: Indian Maritime Security Strategy. New Delhi: Ministry of Defence, 2015 ANAS, Omair. India-West Asia Relations Under the ‘Nationalist’ Modi Government. International Studies, v. 58, n. 1, p. 59–79, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 968****TITULO:**AUTORIDADE COGNITIVA NA AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÕES NA INICIAÇÃO CIENTÍFICA**AUTOR(ES) :** GIULLIANNE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS**ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO: Por conta do excesso de informações disponíveis na web, se torna de extrema importância compreender os critérios utilizados pelos indivíduos para avaliar e reconhecer fontes confiáveis e legítimas , especialmente no contexto de pesquisa acadêmica e científica. O presente estudo visa investigar como pessoas nascidas a partir de 1980 se relacionam com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com ênfase na maneira como julgam a autoridade de fontes digitais, com foco no cenário da iniciação científica. A pesquisa está vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Programa de Vocação Científica— PROVOC e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) . e analisa as práticas informacionais de estudantes do Ensino Médio que participam de projetos de iniciação científica. Por lidarem diretamente com conteúdos científicos, esses estudantes representam um grupo chave, para analisar como ocorre o processo de avaliação de fontes digitais. A abordagem é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica com ênfase no conceito de autoridade cognitiva. A análise segue a tipologia proposta por Marcia Feijão de Figueiredo e Maria Nélida González de Gómez, sobre autoridade cognitiva, que se refere à confiança e credibilidade que uma pessoa, fonte ou instituição inspira no que diz respeito ao conhecimento sobre um determinado assunto. Os participantes se reúnem virtualmente, e durante esses encontros analisam leituras, sobre avaliação de fontes informacionais e trocam reflexões e experiências, com foco especial nas práticas informacionais de adolescentes no contexto digital. Essas discussões permitem a troca de saberes entre graduandos e estudantes de iniciação científica, proporcionando um espaço de aprendizado mútuo. A expectativa é compreender de que forma a percepção de autoridade cognitiva impacta os hábitos de busca e uso da informação entre os jovens, além de contribuir para o combate a desinformação, voltadas a esse grupo. Os dados iniciais sugerem que o conceito de autoridade cognitiva ainda é entendido de maneira limitada, mas as diversas expressões observadas ajudam a construir um panorama sobre o comportamento informacional dos jovens. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar as análises e propor estratégias para aprimorar a competência informacional.

BIBLIOGRAFIA: TOMÁEL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de Informação digital: critérios de qualidade. Londrina: EDUEL, 2021. p.13–41. FIGUEIREDO, Márcia Feijão de.; GOMEZ, Maria Nélida González de. Relações ou semelhanças de família em critérios utilizados para julgamento de informações na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. Anais [...] XII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/178299>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1029****TITULO:**Taxonomias de confiança e suas contribuições para promover a integridade da informação em ambientes hiperinformacionais**AUTOR(ES) : ISAURA NOGUEIRA DA SILVA****ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A pesquisa é desenvolvida no projeto de iniciação científica "Atuação das taxonomias no contexto da pós-verdade: uma investigação sobre enviesamento e confiabilidade em plataformas de fact-checking" contemplado pelo programa PIBIC/UFRJ. A desordem informacional se apresenta como um dos maiores entraves para a sociedade, pois impera em meio ao atual ecossistema de informações digitais. Como consequência da sobrecarga informacional, a necessidade de mapear informações precisas e de qualidade se torna urgente. Nesse contexto, a taxonomia de confiança é um Sistema de Organização do Conhecimento utilizado por sistemas de informação e inteligências artificiais, que permite representar e organizar as informações verificadas. Tais classificações seguem critérios metodológicos que permitem investigar a relação entre sua construção e os critérios tradicionais de avaliação da informação da Cl. O presente estudo tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Taxonomia (Lambe, 2014; Aganette; Alvarenga; Souza, 2010), Integridade da informação (Araújo, 2024), Desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2023) Critérios de avaliação da informação (Hjorland, 2012; Dutra; Barbosa, 2017), Governança de dados (Santos; Streit, 2018), Curadoria informacional (Pereira; Carvalho, 2023), Organização e Representação do Conhecimento (Lima; Alvares, 2012), Sistemas de Organização do Conhecimento (Schless; Shintaku, 2012). Assim, a pesquisa objetiva compreender como essas taxonomias vêm sendo utilizadas para promover a curadoria informacional, apoiar processos de tomada de decisão e governança de dados em contextos hiperinformacionais, bem como analisar e exemplificar o uso de taxonomia de confiança em plataformas de fact-checking. Tem como justificativa contribuir para identificação de possíveis benefícios das taxonomias de confiança para promover a integridade da informação em tempos de desordem informacional em ambientes digitais. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva com metodologia baseada na pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumento de recorte empírico, utilizamos a plataforma Duke Reporters Lab para mapear e analisar as taxonomias de confiança empregadas em iniciativas de fact-checking. Como resultado, apresentamos uma caracterização de dez taxonomias de confiança, destacando os pontos fortes e fracos de cada um desses instrumentos. Como considerações, espera-se oferecer uma sistematização crítica sobre a viabilidade de se estabelecer uma taxonomia universal de confiança, ou se tais instrumentos devem ser sempre situados e contextuais, levando em conta os riscos de automatizar verificações de fatos, assim como os diferentes interesses e relação de poder envolvidos em sua construção.

BIBLIOGRAFIA: WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Desordem informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Strasbourg: Council of Europe, 2023. ARAÚJO, Carlos A.A. Integridade da informação: nova problemática para a mediação da informação. Information, v. 29, n. 2, 2024. LAMBE, Patrick. Organising knowledge: taxonomies, knowledge and organisational effectiveness. Elsevier, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1039****TITULO:BIBLIOTECÁRIOS S.A.: DESMITIFICANDO O 'MONSTRO' DO SILENCIO NAS BIBLIOTECAS****AUTOR(ES) : GABRIEL GONCALVES BAPTISTA,MARIA EDUARDA SILVA DE LIMA,MARIA ANTONIA DA SILVA DE JESUS****ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Este trabalho visa apresentar uma reflexão crítica sobre os estereótipos associados à profissão de bibliotecário. Para isso, utiliza como referência o filme de animação "Monstros S.A." de 2001. Para tanto, será desenvolvida uma análise da narrativa da personagem. A metodologia consiste em uma revisão de literatura sobre a representação da pessoa bibliotecária no cinema e na sociedade, complementada por uma análise crítica da personagem bibliotecária em "Monstros S.A." Como resultados parciais tem que a figura da bibliotecária no filme é retratada de forma caricata, reforçando a imagem de um profissional autoritário e obcecado pelo silêncio, o que contribui para a perpetuação de estereótipos sobre a profissão. Embora seja apresentada na obra ficcional. Espera-se que o estudo possa desmistificar a associação entre bibliotecas e o silêncio absoluto, propondo uma visão contemporânea do papel do bibliotecário a partir de David Lankes na medida em que a ação biblioteconômica pressupõe a interação com a comunidade na construção coletiva da informação.

BIBLIOGRAFIA: LANKE, R. David. Vamos pensar juntos uma nova biblioteconomia? Brasília, DF: Febab, 20-. p. 24–33 WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27–38, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/962>. MORENO, Josyane; BASTOS, Larissa. O estereótipo do bibliotecário no cinema. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17542>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1045****TITULO:DESIGUALDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO: CONSEQUÊNCIA PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA****AUTOR(ES) : KATLYN CARLA CORDEIRO SANTOS,ANA CAROLINA ALVES COSTA****ORIENTADOR(ES): EDUARDO RIBEIRO MOREIRA**

RESUMO: A educação, reconhecida pela Constituição Federal como um direito social essencial, constitui um pilar para construção de uma sociedade justa e igualitária e orienta o funcionamento do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, evidencia-se que esse direito desempenha um papel essencial na promoção da cidadania, dada a sua fundamentalidade na formação do pensamento crítico, gerando assim indivíduos conscientes e preparados para interagir com a sociedade e impulsionar transformações sociais relevantes para o desenvolvimento humano. No entanto, a persistência da desigualdade estrutural no Brasil compromete o acesso equitativo à educação, perpetuando ciclos de exclusão social e limitando as possibilidades de ascensão educacional, econômica e política de parcelas historicamente marginalizadas da população. Diante disso, este projeto de pesquisa possui como objetivo analisar como a desigualdade no acesso à educação contribui para a manutenção dessas estruturas sociais desiguais e afeta diretamente a efetivação da cidadania no país. Para tanto, será realizado um levantamento histórico, com base em métodos de análise bibliográfica e estatística. A partir dos dados coletados, busca-se compreender as causas e consequências dessa desigualdade, bem como apontar caminhos teóricos e práticos que possam contribuir para a superação dessas desigualdades no contexto educacional brasileiro. No cenário contemporâneo, há um papel central da educação no desenvolvimento econômico, social e politicamente de uma nação. A educação é essencial para o desenvolvimento humano e a consolidação da cidadania e da democracia. Países mais desenvolvidos consideram a educação como uma prioridade, investindo nela como meio de promover a inclusão social e econômica de sua população. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito social fundamental e um dever estatal e estabelece, em seu artigo 208, as diretrizes para a garantia desse direito, determinando que o Estado tem o dever de assegurar a educação básica obrigatória e gratuita: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusivamente sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (...)" (BRASIL,1988) A abordagem trabalhará a cidadania na compreensão jurídica multidimensional e o impacto educacional na desigualdade. Esta pesquisa mostra-se relevante ao analisar como a desigualdade estrutural, manifestada na oferta desigual de educação de qualidade, constitui um obstáculo ao exercício efetivo da cidadania política. Esse debate sobre esse direito fundamental permite refletir acerca da sua evolução histórica e social, efetividade, garantia e proteção, relacionando-o à fragilização da cidadania participativa e como fator para fortalecimento da hegemonia de classes dominantes.

BIBLIOGRAFIA: BEDIM, Milena Pellissari. A função social da educação escolar a partir do direito educacional. Constituição da República Federativa Brasil 1988 GARCIA, Emerson. O direito à educação e suas perspectivas de efetividade. GOTTHEMS, Claudinei J. A política de cotas nas universidades: em busca da efetividade do direito à educação. LEITE, Sâmya Faria Adona. Direito educacional e cidadania: aspectos de interseção. MAZZONI WELSCH, Gisele. A eficácia jurídica e social das normas de direito fundamentais. SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. VIANA, Mateus Gomes. Direito à educação no Brasil: exigibilidade constitucional.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1075**

TITULO:Atividades de extensão no Editorial do Boletim IPPUR

AUTOR(ES) : MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO

ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO,MARIANA LUSCHER ALBINATI

RESUMO: O projeto de extensão da Agência de comunicação do IPPUR objetiva constituir um instrumento de difusão do conhecimento produzido no Instituto, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, favorecendo os diálogos interno e externo e criando espaços de debate virtual e presencial. Para além da “comunicação científica”, focada na disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR se volta à “divulgação científica”, visando democratizar o acesso ao conhecimento científico (Bueno, 2010), estabelecendo pontes com outros públicos e formas de produção de conhecimento, etapa essencial para o comprometimento do Instituto com o debate e encontro de diferenças na construção de um pensamento crítico sobre a dimensão socioespacial da sociedade (IPPUR, 2024). A agência é aberta à participação de discentes de graduação e pós graduação, internos e externos à UFRJ, sendo coordenado atualmente por duas docentes do IPPUR e contando com a contribuição de um integrante do corpo técnico na área de divulgação e patrimônio. J e A equipe se organiza em três núcleos: o Boletim IPPUR, gestão de mídias e eventos e de produção de séries especiais. Este resumo apresenta o trabalho desenvolvido no editorial do Boletim IPPUR, seus impactos para a extensionista bolsista, autora do resumo, e para a comunidade. O Boletim IPPUR funciona como espaço de publicação institucional, compreendendo o poder da comunicação enquanto ferramenta dialógica de incidência política e social. Com caráter colaborativo, busca divulgar as produções de pesquisa, extensão e eventos da comunidade IPPUR, assim como contribuições de organizações acadêmicas e movimentos parceiros. A edição estrutura-se a partir das reuniões de organização da Agência IPPUR, nas quais são debatidas e distribuídas as demandas e atividades de todo o grupo de forma conjunta e dialógica entre os extensionistas, permitindo que as equipes estejam mutuamente a par das tarefas e também promovendo uma fluidez de interação entre o editorial do Boletim e o núcleo de mídias e eventos. O trabalho editorial, da obtenção à publicação dos materiais, envolve as seguintes etapas: a) comunicação e articulação com contribuintes; b) recebimento dos materiais para publicação e organização em pastas compartilhadas; c) revisão ortográfica e formatação; d) produção de textos de divulgação; e) organização do material no arquivo “pauta”. A participação extensionista ocorre em todas as etapas do trabalho editorial, do planejamento de atividades à organização da pauta, possibilitando o contato qualificado com as produções relacionadas ao Planejamento Urbano e Regional e Gestão Pública da comunidade ippuriana, assim como uma ampliação de relações, horizontes e das referências tanto no espaço acadêmico quanto nas organizações e lutas populares parceiras, contribuindo para a multidisciplinaridade e transversalidade na formação da extensionista autora deste trabalho, enquanto graduanda em arquitetura e urbanismo.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & informação*, v. 15, n. 1esp, p. 1–12, 2010. SEMANA IPPUR 2024. IPPUR, 2024. <https://ippur.ufrj.br/semana-ippur-2024/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1080**

TITULO:COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E RECONHECIMENTO DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DA HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

AUTOR(ES) : RAFAEL REIS BARROSO,THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN

ORIENTADOR(ES): MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar as decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a homologação de decisões estrangeiras (HDE) em divórcios que envolvem alimentos internacionais, conforme a competência delegada pelo art. 105, inciso I, alínea i, da Constituição Federal de 1988. O marco legal temporal é o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), e a pesquisa foca no uso dos mecanismos de cooperação jurídica internacional. Pela função deliberatória do STJ, verifica-se o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 963 do CPC e daqueles elencados no art. 216 do Regimento Interno do STJ (“RISTJ”). Estes incluem a competência da autoridade estrangeira, a regularidade da citação, a eficácia da decisão no país de origem, a inexistência de conflito com a coisa julgada brasileira, a tradução oficial do documento e a ausência de violação à ordem pública, soberania nacional, e dignidade da pessoa humana – estando os últimos dois apenas presentes no RISTJ. Com o uso de método dedutivo, a pesquisa visa identificar o perfil jurisprudencial do STJ para o tema. A análise abrangeu 289 decisões, das quais 90 estão relacionadas à cobrança de alimentos transnacionais. Os dados preliminares indicam que, a cada quatro decisões, três são homologadas, revelando uma alta taxa de sucesso nos pedidos de homologação. As principais causas de indeferimento envolvem irregularidades na citação (como uso inadequado de carta rogatória, editorial ou declaração de revelia), conflitos de coisa julgada entre jurisdições diferentes e violações à ordem pública. Além disso, verifica-se uma questão decorrente do Provimento 53 do CNJ. Neste, é estabelecido que os divórcios simples – que não envolvem efeitos acessórios patrimoniais, de partilha de imóvel, de alimentos, etc – devem ser registrados diretamente no Registro Civil de Pessoa Natural (“RCPN”). Assim, os Ministros do STJ têm se atentado, e recusado a homologação nesses casos. O estudo também explora o impacto de convenções internacionais que regulam a cobrança de alimentos, como a Convenção de Nova York de 1956, a Convenção Interamericana de 1989 e a Convenção da Haia de 2007, junto com seu Protocolo. Nesse contexto, o papel do Ministério da Justiça como Autoridade Central, a ampliação da gratuidade de justiça e a aplicação erga omnes do Protocolo da Convenção da Haia são analisados como mecanismos essenciais para a cooperação internacional. O corpus jurisprudencial utilizado, inicialmente, envolveu uma triagem que compilou 527 homologações de divórcios ou alimentos estrangeiros no Brasil, de abordagem quantitativa. Em razão do objeto de estudo envolver a questão dos alimentos, foi feita uma segunda filtragem dos casos que envolviam alimentos, e por fim, um estudo qualitativo de casos, com os achados mais interessantes, possibilitando a quebra de paradigma no contexto estudado. O objetivo é oferecer uma visão holística aprofundada da questão, fomentando o debate sobre a execução de alimentos em contexto internacional.

BIBLIOGRAFIA: DOLINGER, J.. Direito Civil Internacional – volume I – A Família no Direito Internacional Privado – tomo segundo – A Criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. v. 2. 550p . KLEIN, Thiago Mello Coutinho Ennes; BARROSO, Rafael Reis; PEREIRA, Marcos Vinícius Torres. Aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para reconhecimento de alimentos no âmbito da homologação de divórcios estrangeiros no Superior Tribunal de Justiça. In: MENEZES, Wagner (Org.). Direito Internacional em Expansão: direito internacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Árraes Editores, 2024. v. XXVI, p. 181–206. ISBN 978-65-5929-435-0.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1168**

TITULO: AS NOVAS GUERRAS ESPIRITUais: A ASCENSÃO DOS "TRAficantes EVANGÉLICOS" E O PAPEL DA RELIGIÃO NA MANUTENÇÃO DO PODER DO CRIME ORGANIZADO EM FAVELAS CARIOCAs

AUTOR(ES) : VITORIA FREIRE COSTA

ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo explorar uma sucessão de eventos e fatores que levaram ao surgimento e à atuação, na cidade do Rio de Janeiro, em específico, nas favelas cariocas, de um fenômeno de "traficantes evangélicos", o qual reflete uma intersecção complexa entre o narcotráfico, o crime organizado e o neopentecostalismo, além de buscar preencher lacunas sobre esse tema dentro dos Estudos de Segurança, tendo como ponto de partida a contribuição teórica de Mary Kaldor. Considera-se que o papel da religião evangélica nas dinâmicas sociais e de poder nas periferias e favelas cariocas passa a ser crucial após uma transição religiosa ocorrida no Brasil nos anos 80–90, a qual consistiu na perda da hegemonia católica e na expansão evangélica, principalmente da variante neopentecostal. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizando como metodologia uma revisão bibliográfica integrativa de trabalhos selecionados (principalmente os de conteúdo etnográfico) e analisados, irá traçar essa trajetória pela qual a religiosidade passou no Brasil, abordando o movimento de penetração da Igreja em diversos locais e a forma como ele se combinou com dois desdobramentos do mundo globalizado: a incapacidade do Estado em prover soluções à população no contexto econômico neoliberal e a ascensão de políticas de caráter sectário no contexto das "Novas Guerras". Como resultado dessa fusão, argumenta-se que a religião cristã é apropriada por uma política sectária e figuras como os "traficantes evangélicos" emergem, utilizando dela como uma ferramenta de estigmatização. Os resultados parciais da pesquisa revelam que esses membros do crime organizado, atores típicos das "Novas Guerras", buscando aumentar a sua influência no território brasileiro, encontraram uma ferramenta poderosa que seria legitimadora das suas atividades, um instrumento de coerção, de infiltração nas estruturas de poder e de perseguição contra religiões, grupos e facções diferentes. Também chegou-se à conclusão de que, além do investimento massivo dos evangélicos em ambientes precários como as favelas e os presídios, a utilização de uma "gramática de aproximação" contribuiu para a fusão de elementos religiosos ao mundo do crime, dando origem a um tipo de dinâmica de poder particular, observada no exercício da governança criminal por esses traficantes.

BIBLIOGRAFIA: KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. Stability: International Journal of Security and Development, v. 2, n. 1, mar. 2013. SILVA, Carolina R.. "A culpa é do Diabo": as políticas de existência na encruzilhada entre neopentecostalismo, varejo de drogas ilícitas e terreiros em favelas do Rio de Janeiro. 2021. 298f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. MIRANDA, Ana P. M. de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de; CAFEZEIRO, Fausto. Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. Dilemas – Rev. Estud. Conflit

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1187**

TITULO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTOR(ES) : PEDRO HENRIQUE COSTA CARVALHO DA SILVA

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: Em meio ao contexto brasileiro de descentralização administrativa e sucessivas privatizações que reforçaram o papel das agências reguladoras, este estudo examina como a Agência Nacional de Águas (ANA) lida com o manejo de seus dados para embasar políticas públicas de gestão dos recursos hídricos; o objeto de investigação é o uso institucional desses dados pela ANA na elaboração e aprimoramento dessas políticas, a questão-problema norteadora é: como a ANA utiliza os dados coletados para desenvolver políticas públicas eficazes de recursos hídricos?; para responder, fundamenta-se na teoria da captura regulatória de Stigler, que permite avaliar até que ponto interesses privados podem influenciar a interpretação e o emprego dos dados. A metodologia combina abordagem qualitativa com análise documental das agendas regulatórias de 2019 a 2025, revisão bibliográfica e estudo de normas correlatas. A partir dessa metodologia, conclui-se que, apesar dos sistemas tecnológicos avançados e das práticas de transparência, existem lacunas na incorporação sistemática das evidências na tomada de decisão, o que indica a necessidade de fortalecer mecanismos que integrem produção de dados, participação social e formulação de políticas para assegurar maior eficiência, em defesa do interesse público.

BIBLIOGRAFIA: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Ana). Sistema nacional de informações sobre recursos hídricos. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos/sistema-de-informacoes-sobre-recursos-hidricos>. Acesso em: 07 mar. 2025 Brasil. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-publicacaooriginal-64311-pl.html>. Acesso em: 09 mar. 2025. Stigler, G. J. (1971). The theory of economic regulation. Bell Journal of Economics and Management Science..

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1207****TITULO:SEGREDOS INDUSTRIAS EM CENÁRIOS ANTICONCORRENCIAIS: PROTEÇÃO OU PRIVILÉGIO?****AUTOR(ES) : LEONARDO DE SOUZA ROCHA LIMA MEDINA,RAYANE SANTOS****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A proteção ao segredo industrial é um dos alicerces da propriedade intelectual, resguardando práticas, fórmulas e estratégias que garantem a vantagem competitiva de empresas no mercado. Diferentemente de outras espécies de ativos imateriais, o segredo industrial, enquanto se mantiver sigiloso e a empresa despende esforço para tal, se manterá em seu monopólio absoluto, até quando obstruir a livre concorrência. Nesse escopo, a questão que guia a pesquisa é: mesmo diante de práticas monopolistas, segredos industriais devem ser protegidos de forma irrestrita? Para isso, adota-se como objeto de estudo o caso United States and Plaintiff States v. Google LLC (2023), julgado na Corte do Distrito da Columbia. Na ação, o juiz Amit P. Mehta reconheceu a prática de monopólio pela gigante da tecnologia, mas negou o pedido de divulgação de seus segredos industriais, o que evidencia a quase intangibilidade dessa forma de proteção mesmo diante da concentração extrema de poder de mercado. O trabalho apresenta metodologia qualitativa com recurso à pesquisa bibliográfica e documental, se baseando, especialmente, na legislação e jurisprudência norte-americana, bem como em tratados internacionais e documentos da OCDE e da OMC. Serão analisados também precedentes estrangeiros marcantes, como E.I. Du Pont v. Christopher e SAP vs. Teradata, que discutem a proteção de informações sigilosas frente à concorrência desleal. Os autores atuam em conjunto na divisão das tarefas de pesquisa, com foco na revisão teórica e na análise dos julgados. Como base crítica, adota-se a perspectiva de Zuboff (2019), que comprehende o sigilo como instrumento de dominação no capitalismo de vigilância, sendo crucial refletir sobre como o segredo pode ser usado para impedir o controle democrático sobre o poder corporativo. Como resultado esperado, busca-se demonstrar que a tutela absoluta do segredo industrial, mesmo em contextos de monopólio, pode impedir a correção de assimetrias no mercado e desestimular a inovação distribuída. Assim, pretende estabelecer um marco acadêmico que considere tanto a necessidade de proteger ativos imateriais quanto o dever de preservar a livre concorrência e o interesse público.

BIBLIOGRAFIA: DIBOISE, James A ; GRAVES, Charles Tait. Do Strict Trade Secret and Noncompete Laws Obstruct Innovation? *Journal of Innovation Economics*, Ohio, v. 19, n. 2, p. 123–145, 2023. UNITED STATES v. GOOGLE LLC. Complaint. United States District Court for the District of Columbia, No. 1:20-cv-03010, 20 out. 2020. ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: Public Affairs, 2019

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1208****TITULO:A DUPLA MATERIALIDADE NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DE ÓLEO E GÁS: INTEGRAÇÃO ENTRE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E RISCOS E OPORTUNIDADES FINANCEIRAS EM SUSTENTABILIDADE****AUTOR(ES) : ANNA CLARA SILVEIRA ANGELO DA SILVA****ORIENTADOR(ES): SAMANTHA LUIZA DE SOUZA BROMAN**

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo estudar os avanços na literatura e na prática acerca de como empresas do setor de óleo e gás contemplam a integração das perspectivas do(s) impacto(s) socioambiental(is) de suas atividades e a perspectiva do(s) impacto(s) financeiro(s) que isso pode gerar para as próprias empresas em seus relatórios de sustentabilidade que são periodicamente publicamente divulgados, incluindo a análise 'se' e 'como' as empresas apontam a respeito da respectiva compatibilidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no cenário da transição energética. Esta pesquisa é integrante do projeto de pesquisa sobre o processo de Relatórios de Sustentabilidade em padrões globais no contexto da transição energética, em ASG (Ambiental, Social e Governança [ESG – Environment, Social and Governance]). A metodologia utilizada nesta etapa consiste em uma revisão de literatura de estudos publicados entre 2014 e 2024 na base Scopus, em português, para compreender os avanços da noção da dupla materialidade, em atenção à Transparência Corporativa, especialmente no Brasil. Os resultados obtidos até o momento reúne o que essa literatura aborda em alguns assuntos: i. a relação entre a Governança e qualidade do disclosure socioambiental; ii. a importância de avanços na regulamentação; iii. a adoção da análise de materialidade e a perspectiva dos stakeholders; iv. efeitos em custo de capital; v. contribuição com ODS; vi. energias renováveis. Observou-se a lente teórica da legitimidade que são mencionados alertas de possíveis assimetrias entre as práticas de governança e as práticas de divulgação de informações socioambientais (tensões que podem ser decorrentes de fatores corporativos, setoriais e regulatórios) e que, apesar dos avanços, o conceito de dupla materialidade ainda encontra fragmentações, com alertas acerca de prioridade direta à perspectiva do investidor. O projeto busca, assim, contribuir para uma compreensão crítica acerca de avanços na adoção da dupla materialidade no processo dos relatórios de sustentabilidade de empresas de óleo e gás. Para a próxima etapa desta pesquisa, espera-se a análise de dados secundários por meio de relatórios de sustentabilidade (preferencialmente os padronizados internacionalmente) de empresas do setor selecionadas, mídias executivas e publicações de agências de rating, incluindo a atenção ao recorte da foz do Amazonas e a propor uma consecutiva etapa de entrevistas.

BIBLIOGRAFIA: FRANCO, Brenda Dutra; PINHEIRO, Caroline Da Rosa. Explorando a materialidade nos relatórios de sustentabilidade: A retórica e a prática das estratégias. 1. ed. Rio de Janeiro: Revista de Direito e Sustentabilidade, 2024. 93 – 116 p. v. 10. BARBALHO, Fernando Almeida; MEDEIROS, Janann Joslin. *Transparência e Legitimização de objetivos institucionais em empresas estatais: um estudo de caso sobre a Petrobras*. Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE.BR, 2014. v. 12. GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Manual de Artigo de Revisão de Literatura*. 3. ed. Brasília: Editora Processus, 2021. v. 3.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1210**

TITULO: EXPLORAÇÃO NA AMAZÔNIA AZUL: O POSICIONAMENTO DAS EMPRESAS SOBRE IMPACTOS (REAIS E POTENCIAIS) NA REGIÃO PERANTE STAKEHOLDERS E NA TENTATIVA DE CONTRIBUIÇÃO COM OS ODS.

AUTOR(ES) : ANNA CLARA SILVEIRA ANGELO DA SILVA

ORIENTADOR(ES): SAMANTHA LUIZA DE SOUZA BROMAN

RESUMO: Este projeto tem por objetivo identificar e analisar as estratégias adotadas por empresas de combustíveis fósseis que atuam na região da Amazônia Azul acerca da mitigação dos impactos socioambientais, econômicos e de direitos humanos relacionados (DR) à exploração. Buscou-se a ênfase em como elas contemplam as perspectivas de diversos stakeholders para identificar, priorizar e gerir seus impactos reais e potenciais no tripé planeta, pessoas e economia. A metodologia qualitativa, nesta primeira etapa, baseia-se em uma revisão da literatura recente em português, no recorte temporal de 2014 a 2024. Os termos de busca utilizados incluiram: "Amazônia Azul" AND "ODS", "Amazônia Azul" AND "Desenvolvimento Sustentável", "Exploração de petróleo" AND "impactos". Foram selecionados quatro artigos, sendo, dois artigos da base Scielo, um da base Capes e um da base Scopus, nos quais buscou-se o enfoque geopolítico, ambiental, socioeconômico e regulatório, sendo analisados com atenção às lacunas e debates relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por meio da leitura e análise destes artigos identificou-se que esses trabalhos questionam que, embora as organizações tenham um discurso alinhado à sustentabilidade, persiste o modelo de negócio extrativista. Os autores alertam que se trata de uma área de absoluta riqueza de biodiversidade para ser exposta a riscos socioambientais, econômicos e de DH, além do cenário atual de transição energética. Entre os impactos negativos destacam-se, derramamentos de óleo, prejuízos à pesca artesanal e qualidade da água, ameaças à biodiversidade marinha e ecossistemas costeiros, comprometendo os ODS 13 (Ação Climática) e 14 (Vida na Água). Para a segunda etapa, iniciou-se a análise dos Relatórios de Sustentabilidade publicados anualmente das empresas PRIO e Petrobras, concentrando-se nas práticas de governança ambiental, social e corporativa (em ESG) e na forma como essas ações são comunicadas. Para a análise, foram pré-selecionados tópicos de sustentabilidade para verificar se/como são abordados na análise de materialidade descrita nos relatórios de sustentabilidade: Emissões de GEE; Adaptação, resiliência e transição climática; Biodiversidade; Resíduos; Água e efluentes; Encerramento e reabilitação; Integridade de ativos e segurança; e Comunidades locais. São temas que se justificam pela sua relevância estratégica para a mitigação de impactos e pela expectativa de que as ações empresariais estejam alinhadas com as metas dos ODS. Para fins de triangulação, serão examinadas mídias jornalísticas e executivas de alerta acerca dos riscos e lacunas de monitoramento técnico e científico na região. Dessa forma, este trabalho visa contribuir para uma discussão abrangente sobre a coerência entre o discurso, e as informações acerca das práticas observando-se a transparência das empresas frente aos impactos socioambientais, econômicos e de direitos humanos das atividades extrativistas na Amazônia Azul.

BIBLIOGRAFIA: RODRIGUES, Bernardo Salgado. A Amazônia Azul sob a perspectiva da economia política do mar. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 783–806, set./dez. 2021. DE GODOY MARTINHO, Helena Maria. Petróleo no ambiente marinho e os impactos ambientais e socioeconômicos. Atas de Saúde Ambiental–ASA (ISSN 2357–7614), v. 4, n. 1, p. 190–205, 2016. SILVA, A. P. DA. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1213**

TITULO: MIGRAÇÕES FEMININAS E INSERÇÃO LABORAL NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO 2010–2020.

AUTOR(ES) : HELENA CORNEVICIUS AZEVEDO

ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA

RESUMO: Os crescentes fluxos migratórios internacionais no mundo estão permeados por cada vez mais mulheres que migram não apenas com um papel de acompanhantes de familiares homens, mas em posição ativa de busca por melhores condições de vida e inserção laboral. Como destaca Nascimento (2017), a migração ainda é tratada como um fenômeno exclusivamente masculino e a mulher migrante é invisibilizada como agente migratório com suas próprias especificidades. A adoção de uma perspectiva feminista e interseccional permite que se tenha uma melhor compreensão de como gênero, status migratório, nacionalidade, raça e classe afetam as vivências das mulheres migrantes, principalmente vindas de países do Sul global, que enfrentam formas de discriminação que se sobrepõem inclusive ao se inserirem no mercado de trabalho (Olivera et al , 2024). A partir de 2010, o Brasil se consolidou como receptor de fluxos migratórios de países latino–americanos com o aumento significativo de migrantes que chegam ao país. O boom migratório de migrantes vindos do Haiti se destaca e é importante para compreender a participação do Brasil nesse contexto (MOREIRA, 2018). O objetivo geral do artigo é compreender as migrações femininas e como se deu a inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2010 e 2020. Para isso, os objetivos específicos são entender as especificidades das mulheres migrantes e suas diferenças para os homens migrantes no Brasil, caracterizar a mulher migrante em sua heterogeneidade e traçar o perfil das migrantes no Brasil após 2010. A metodologia envolve a construção de gráficos e tabelas a partir dos microdados da base harmonizada CTPS–RAIS–CAGED, disponibilizada pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). A base harmonizada faz o pareamento de dados das três bases reunidas para melhor análise da situação das trabalhadoras e dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro. Os resultados parciais apontam que as mulheres migrantes inseridas no mercado formal tem uma média salarial muito abaixo da média salarial dos homens migrantes, apesar da diferença estar se reduzindo (em 2010, a média salarial de mulheres migrantes no mercado formal correspondia a apenas 53,3%; da média salarial dos homens migrantes, aumentando para 67,7%; em 2018, uma diferença ainda muito grande principalmente se comparada ao mercado formal brasileiro para não migrantes em que, no mesmo ano, as mulheres recebiam 85,7%; do salário médio masculino). Também foi constatado um crescimento significativo da quantidade de migrantes vindos de países do Sul global no período para ambos os sexos, principalmente do Haiti e Venezuela. Além disso, a mudança nas nacionalidades de origem das e dos migrantes veio acompanhada de redução da escolaridade, redução significativa dos salários médios e mudança nas ocupações e atividades econômicas predominantes em que mulheres e homens migrantes se encontram no mercado de trabalho formal brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: MOREIRA, Vitória. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. Cadernos de Gênero e Diversidade, vol. 4, n. 4, pp. 51–67, 2018. NASCIMENTO, Mariângela. Imigração da mulher latina no Brasil. Cadernos de Gênero e Diversidade, vol. 3, n.1, pp.115–136, 2017. OLÍVERA, M. et al. As migrações femininas e as suas especificidades. In: OLÍVERA, M. et al. Capitaloceno, Migrações, Gênero e Insegurança Alimentar: um mapa conceitual para problematizar a situação das mulheres migrantes no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2024. cap 3, p. 39–49.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 1234

TITULO: Iniciativa Mérida e a Economia Política da Guerra: Narcotráfico, Militarização e Crise de Governabilidade

AUTOR(ES) : **CAMILA GUEDES AMARAL**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A repressão às drogas nas décadas de 1970 e 1980 foi marcada pela militarização convencional, com uso de armamentos pesados, veículos blindados e tecnologias de vigilância, heranças diretas da Guerra Fria. A segurança pública passou a ser tratada como extensão da defesa nacional, moldada pelo complexo industrial-militar. Simultaneamente, o narcotráfico, ainda em formação, adaptava-se tecnologicamente, utilizando rádios e redes logísticas rudimentares. Com a globalização neoliberal dos anos 1980, o narcotráfico integrou-se à economia global, dissolvendo fronteiras entre legalidade e ilegalidade. A reestruturação dos Estados latino-americanos, enfraquecidos por políticas de austeridade, ampliou a vulnerabilidade territorial e favoreceu o fortalecimento de atores armados não estatais. A Iniciativa Mérida (2007) inaugurou uma nova fase de militarização no México, modernizando agências estatais e intensificando a guerra assimétrica. Em resposta, cartéis como Sinaloa, Los Zetas e La Familia Michoacana expandiram suas capacidades, incorporando drones armados, comunicações criptografadas, veículos blindados artesanais e estratégias digitais de propaganda. O Estado mexicano, em vez de promover reformas estruturais, reforçou sua dependência tecnológica, priorizando a compra de drones e sistemas de espionagem como o Pegasus. A militarização das polícias e a lógica de ocupação de territórios contribuiram para a erosão da governabilidade e para o aumento das violações de direitos humanos. A guerra contra o narcotráfico deixou de ser uma simples política de combate ao crime e transformou-se em um mecanismo de reprodução de violência, dependência e desigualdades. A militarização não pacificou o território: ampliou a violência homicida, fortaleceu cartéis e consolidou uma economia política da guerra que perpetua a marginalização social. Em última instância, a guerra às drogas no México revela como a convergência entre indústria de defesa, narcotráfico e interesses econômicos globais transforma o conflito em um elemento funcional da dinâmica capitalista contemporânea.

BIBLIOGRAFIA: ABI BRAGANÇA, Rodrigo. Crime organizado, Estado e violência no México. Revista Tempo Exterior, n. 48, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tempoexterior>. Acesso em: 20 abr. 2025. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). Desafios da defesa e segurança: os VANTS no combate ao crime organizado. Brasília: ABDI, 2017. BARBARA DA ROSA LAZAROTTO. A guerra contra as drogas no México: a militarização e suas implicações. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. CAVON, Faunner Alfredo. Organização do narcotráfico a partir da década de 70: os novos modelos de gestão da empresa capitalista são utilizados no tráfico de

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 1259

TITULO: Redes sociais e desestabilização democrática na América Latina: uma análise sobre golpes de Estado e ataques às instituições.

AUTOR(ES) : **ANTONIO GABRIEL LOURENCO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A internet e as redes sociais modificaram profundamente as dinâmicas do trânsito de informação e das interações sociais. Com isso, modificou-se também a forma como os atores políticos se comportam e buscam alcançar seus objetivos. Este trabalho busca analisar as características da utilização das redes sociais por esses atores, como o uso de bots, mas também, de forma mais ampla, como as redes sociais são utilizadas como ferramenta da Guerra Cognitiva, que visa controlar a maneira como as pessoas pensam. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica de bancos de dados indexados, como o Portal de Periódicos da CAPES e o ScienceDirect, além de notícias jornalísticas, com atenção às fontes. Portanto, espera-se que este trabalho levante pontos relevantes sobre um tema que, levando em consideração a constante e acelerada evolução tecnológica, se demonstra crucial para compreender o profundo impacto das redes sociais em processos eleitorais e no Estado Democrático de Direito, como exemplificado pelos casos dos EUA em 2016, do Brasil em 2018, do Brexit em 2020, entre outros.

BIBLIOGRAFIA: EMPOLI, Giuliano Da. Os engenheiros do caos. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019. HOWARD, Philip N. WOOLLEY, Samuel. CALO, Ryan. Algorithms, bots, and political communication in the US 2016 election: The challenge of automated political communication for election law and administration. Journal of Information Technology & Politics, Philadelphia, v. 15, n. 2, p. 81–93, abr. 2018. O'NEIL, Cathy. Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy. 1ª ed. Nova Iorque: Crown, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1290**

TITULO:A guerra às drogas como dispositivo de controle: uma leitura decolonial da política de drogas na América Latina

AUTOR(ES) : **ELIS J O CASSAB**

ORIENTADOR(ES): **VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: A guerra às drogas, enquanto política internacionalmente difundida a partir da década de 1970, constitui-se não apenas como um programa de combate ao narcotráfico, mas como um dispositivo de controle e hierarquização social com raízes no legado colonial. Cunhado no contexto estadunidense da presidência de Richard Nixon (1971), o termo é difundido globalmente no bojo da Guerra Fria, sendo apropriado de maneira estratégica por regimes autoritários latino-americanos, como no Brasil sob a Ditadura Militar, para reforçar alinhamentos geopolíticos com os Estados Unidos e instaurar uma lógica de militarização interna. A guerra às drogas transcende o combate ao narcotráfico, impondo controle racializado e colonial sobre corpos, territórios e culturas do "outro" — negro, indígena, pobre e latino-americano —, ecoando a análise fanoniana em "Pele Negra, Máscaras Brancas". Fanon, ao descrever como a identidade do negro é construída a partir da negação da humanidade pelo olhar colonial, nos ajuda a entender que a guerra às drogas não combate substâncias, mas sim sujeitos racializados, cuja existência é construída como ameaça. Partindo deste ponto, este trabalho propõe uma análise crítica da política de drogas e busca dialogar com a obra de Fanon a partir das lentes das teorias pós-coloniais e decoloniais, especialmente com autores como Edward Said, Achille Mbembe e Aníbal Quijano, para compreender como essa política atualiza dispositivos coloniais de dominação. A construção do inimigo, agora sob a figura do "traficante" ou "usuário perigoso", segue a mesma lógica de produção do "selvagem" ou do "terrorista" — figuras criadas para justificar intervenções repressivas, vigilância e extermínio. Assim, a presente pesquisa argumenta que a guerra às drogas fortalece a colonialidade do poder ao articular consumo, criminalização e violência seletiva como práticas de gestão da desigualdade. Tomando como referência a América Latina — e especialmente o Brasil — o trabalho discute como a guerra às drogas legitima intervenções militares e políticas de segurança pública que aprofundam a marginalização de populações racializadas, enquanto favorece a indústria bélica e a cooperação internacional em segurança sob um viés (neo)colonial. Ao tensionar essas dinâmicas, a apresentação se insere na proposta da Iniciativa de Pesquisa e Extensão Debates Pós-Coloniais e Decoloniais, da qual a autora é bolsista, buscando não apenas denunciar os efeitos da colonialidade nas políticas contemporâneas, mas também refletir sobre formas de resistência e produção de conhecimento a partir do Sul Global. A metodologia adotada parte de um levantamento bibliográfico crítico e da análise interdisciplinar dos impactos políticos, sociais e discursivos da guerra às drogas, propondo uma escuta atenta às experiências e às epistemologias periféricas e dissidentes.

BIBLIOGRAFIA: FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952]. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1319**

TITULO:GESTÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: A CONTRIBUIÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR

AUTOR(ES) : **LUISA FERNANDES RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **THAYRON RODRIGUES RANGEL**

RESUMO: O bibliotecário exerce um papel fundamental na gestão de arquivos pessoais, sendo o profissional mais capacitado para administrar e conectar documentos em diversos suportes, graças à sua formação técnica e teórica voltada à organização, representação e mediação da informação. Sua atuação inclui a organização, descrição e disponibilização dos recursos informacionais, garantindo a preservação e facilitando a recuperação da informação, sempre em alinhamento com políticas institucionais, sistemas informatizados e práticas técnico-metodológicas específicas. Desse modo, a pesquisa investigará o papel do bibliotecário na gestão dos recursos informacionais de arquivos pessoais, com ênfase nas práticas de organização, preservação e mediação do acesso aos materiais bibliográficos, analisando a atuação desses profissionais no CPDOC/FGV como agentes de preservação da memória histórica e de integração entre documentos em diferentes suportes e instituições. No contexto de instituições como o CPDOC, os bibliotecários atuam de forma interdisciplinar junto à arquivistas, historiadores e sociólogos, aplicando técnicas e metodologias que asseguram a integridade dos acervos, promovendo o acesso à informação, de modo a contribuir ativamente para a preservação da memória histórica e o fortalecimento de sua dimensão educativa e cultural. A pesquisa de natureza aplicada, será desenvolvida por métodos qualitativos e quantitativos, com o uso de pesquisa documental e entrevistas com a aplicação de questionários semi-estruturados. Em uma perspectiva interdisciplinar, ao término do estudo, espera-se demonstrar a relevância do bibliotecário no tratamento de acervos pessoais, colaborando assim, para o desenvolvimento de novas práticas colaborativas entre bibliotecários e arquivistas, historiadores e sociólogos.

BIBLIOGRAFIA: CUNHA, BRASIL, M. T. S. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909–1966): do traçado manual ao registro digital. [S. I.], p.187-206, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/66723>. Acesso em: 25 abr. 2025. SILVA JUNIOR, J. E.; FERNANDES, T. M.; CORDULA, A. C. C. Informação e memória: na trilha do arquivo pessoal. Biblionline, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/37462>. CASTRO, Renan. Práticas de referência arquivística: Algumas reflexões sobre mediação no contexto do centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Repositório FGV, 2018. Disponível em:

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1343**

TITULO: JUSTIÇA CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : AISHA PEDROZA VASCONCELLOS

ORIENTADOR(ES): MARCELO DE ARAUJO

RESUMO: Para enfrentar as mudanças climáticas, os Estados devem cooperar com vistas à implementação de políticas de mitigação e, possivelmente, também para a implementação de políticas de adaptação. Diversos acordos internacionais buscam garantir o sucesso de medidas de mitigação (Acordo de Paris, 2015; Rio 92, 1992). O Brasil é signatário desses acordos e, consequentemente, os diversos níveis da administração no Brasil (governo federal, estados, e municípios) também estão vinculados a esses tratados. No entanto, apenas mais recentemente tem havido um esforço para a criação de implementação de leis com vistas a garantir não apenas o sucesso das medidas de mitigação, mas também de adaptação, ou seja, de proteger as populações em nível regional. O denominado racismo ambiental é uma ramificação do racismo estrutural e, segundo Bullard (2020), refere-se a qualquer política, prática, ou diretiva que afeta diferentemente ou com desvantagem (seja intencional ou não) indivíduos, grupos, ou comunidades com base em raça ou cor. Esta pesquisa, assim, tem como objetivo examinar políticas de adaptação na cidade do Rio de Janeiro que visam proteger a população negra periférica da cidade do Rio de Janeiro e a atuação do governo para enfrentamento das desigualdades dos impactos neste grupo. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, a partir das obras de Bullard (2020), Parsons (2023) e Gardiner (2011) e o exame da Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro, de 2016 e o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro, de 2021. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com bolsa PIBIC-UFRJ desde setembro de 2024 e através de discussões realizadas a cada duas semanas no Grupo de Pesquisa "Justiça Climática, Pandemias e Riscos Existenciais" (DGP/CNPq), coordenado pelo Prof. Marcelo de Araujo. A expectativa do estudo é compreender se as políticas de governança climática na cidade do Rio de Janeiro têm sido eficazes em reconhecer as necessidades da população negra periférica, ou se os próprios mecanismos continuam a reproduzir desigualdades historicamente conhecidas.

BIBLIOGRAFIA: BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Abingdon GB: Routledge, 2000. GARDINER, Stephen M. *A Perfect Moral Storm: The Ethical Tragedy of Climate Change*. New York: Oxford University Press, 2011. PARSONS, Laurie. *Carbon colonialism: How rich countries export climate breakdown*. Manchester: Manchester University Press, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1347**

TITULO: GARIMPO ILEGAL AMAZONENSE COMO CRIME ORGANIZADO DE RELEVÂNCIA INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : RAQUEL LOPES DE CARVALHO

ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO

RESUMO: Esse artigo argumenta que o garimpo ilegal na Amazônia configura-se como crime organizado transnacional à luz da Convenção de Palermo (2000), por apresentar uma estrutura hierárquica, continuidade operacional e impactos além-fronteiras. A análise demonstra que o garimpo ilegal opera em três eixos interligados: (a) produção (controle territorial e exploração laboral); (b) comércio (mercados internacionais de ouro); e (c) financiamento (alianças com elites locais e grupos armados). Casos como a Terra Yanomami (2020–2023) ilustram como a ausência estatal em áreas remotas permite a consolidação dessas redes, agravando danos socioambientais – desde desmatamento até contaminação por mercúrio em bacias hidrográficas transfronteiriças. Para mapear esses processos, esse estudo realiza uma breve retomada histórica, priorizando o período pós-2010, analisando a atividade garimpeira na região amazônica por meio de uma metodologia qualitativa que combina: (1) revisão crítica da legislação brasileira, com foco no Código de Mineração/1967 e a Lei 9.605/1998; (2) cruzamento com relatórios do Ibama e outros sobre fiscalização criminal e degradação ambiental; e (3) enquadramento nos critérios da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Os resultados revelam que, apesar do arcabouço legal existente, a prática persiste devido a falhas na aplicação da lei, corrupção, integração com redes criminosas transnacionais – especialmente o narcotráfico – e sobretudo um ciclo vicioso de degradação econômica e desamparo social. Conclui-se então que o combate eficaz do garimpo ilegal requer ações integradas: sua categorização como crime de relevância internacional; priorizar o fortalecimento institucional doméstico – fiscalização e alternativas econômicas sustentáveis aliadas à programas de assistência social efetivos –; e articular cooperação internacional focada em bloquear mercados consumidores e fluxos financeiros ilícitos. Assim, a preservação da Amazônia exige equilíbrio entre soberania nacional e coordenação global, reconhecendo que a crise ambiental e criminal gerada pelo garimpo ilegal é um desafio compartilhado pela comunidade internacional e não só pelos territórios que a comportam.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 out. 2025 VEIGA, M. M.; SILVA, A. R. B.; HINTON, J. J. O garimpo de ouro na amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente. Cap.11. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p. 277–305. EPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. Contexto Internacional, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 375–405, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292011000200005>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1371**

TITULO: RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ÍNDIA: PARCERIAS ESTRATÉGICAS NA ÁREA DE SEGURANÇA E DEFESA NO PERÍODO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

AUTOR(ES) : YASMIN PINHEIRO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS

RESUMO: A política externa brasileira, pautada por suas tradições universalista (Lessa, 1998) e pragmática (Lima, Moura, 1982), busca, por meio da diversificação de seus parceiros, reduzir vulnerabilidades e assegurar a autonomia de suas decisões no cenário internacional. Nesse sentido, as relações bilaterais do Brasil fomentam a cooperação com diversos Estados em áreas consideradas estratégicas. Dentre os diversos parceiros econômicos e políticos, será dado um enfoque, neste trabalho, às relações entre Brasil e Índia, que remontam a 1948, quando os dois países estabeleceram laços formais, pouco após a independência da Índia em 1947. O objetivo desta pesquisa, nesse sentido, é analisar as parcerias estratégicas nas áreas de segurança e defesa entre Brasil e Índia durante o período pós redemocratização brasileira. Junto com o Brasil, a Índia está entre os maiores e mais influentes países do sul global e, por isso, pesquisar suas relações no âmbito de segurança e defesa possibilita entender sobre as dinâmicas de cooperação Sul-Sul, um tema central na agenda dos países emergentes que buscam alcançar sua autonomia frente às potências ocidentais. Esta pesquisa será conduzida a partir de uma análise histórica e geopolítica de ambos países para, a partir disso, entender suas posturas de inserção internacional e estratégias de segurança internacional, e então justificar um maior ou menor grau de cooperação na área de defesa. O marco teórico reside na Análise de Política Externa e, mais especificamente, na Análise de Política Externa Comparada. Adotar o método comparativo se torna essencial para contrastar dados de forma sistemática e, para tal, serão utilizados principalmente livros, documentos oficiais do Itamaraty, e discursos de ministros das relações exteriores. Os livros-base para esta pesquisa serão o "Handbook of India's International Relations", "Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946–2012)", "Relações Brasil–Índia: além dos 70 anos", "História da Política Exterior do Brasil", "Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas".

BIBLIOGRAFIA: LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.41, 1998. LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 1982. Gonçalves, Fernanda Nanci; Pinheiro, Letícia. Análise de Política Externa, o que estudar e por quê?. Curitiba: Intersaberes, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1386**

TITULO: Observatório de Governança Oceânica: uma necessidade de mapeamento de atores, discursos e práticas

AUTOR(ES) : BREnda MACHADO SOUZA

ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA

RESUMO: Ao longo do último século, a percepção sobre o oceano evoluiu, resultando em uma expansão do conhecimento sobre seus usos e recursos. A década de 1980 marcou uma intensificação do debate sobre a gestão do espaço oceânico, culminando na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Hoje formas contemporâneas de gestão do espaço oceânico propõem a introdução de aspectos de amplitudes humana, ambientais, sociais e econômicas além do tradicional viés securitário estadocêntrico, ou seja, os interesses estratégicos dos Estados (militares e civis) no espaço oceânico estão sendo complementados por interesses de organizações internacionais, de empresas e da sociedade civil mundial. Nesse contexto, o presente artigo pretende apresentar dados obtidos na pesquisa PIBIC "Observatório de Governança Oceânica", que está sendo realizada por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa e que tem o cronograma de três anos de pesquisa (2024–2027). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise crítica de fontes primárias e secundárias, e revisão bibliográfica da produção intelectual no campo da governança oceânica nos últimos quarenta anos. O projeto dentre outros objetivos visa delinear os frameworks propostos pela UNCLOS, pela ONU e pelo Brasil para Governança Oceânica. No recorte feito para esse artigo, além de apresentar o projeto, seus objetivos e a metodologia, será apresentado o debate sobre o conceito de governança e sua aplicação ao espaço oceânico, serão ainda expostas reflexões sobre o tema a partir da UNCLOS, e um mapeamento inicial de stakeholders de governança oceânica na região sudeste brasileira.

BIBLIOGRAFIA: Barros-Platiau, A. F.; Do Cravo Barros, J. G. 2012. "A Governança Global dos Oceanos: Desafios e Oportunidades para o Brasil". In: Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global. Organizadores: Guilherme de O. Schmitz, Rafael A. Rocha, 453–484. Brasília: IPEA. Dionísio da Silva, D. 2024. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v.11, n.1, pp. 345–370. Oliveira, C. C. de, Barros-Platiau, A. F., Gonçalves, L. R., Suassuna, L. e Prates, A. P. L. 2022. A governança fragmentada da conservação e do uso sustentável do oceano e de seus recursos. Revista Inclusões, 9: 219–241.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1388****TITULO:**A Biodiversidade Oceânica e o Tratado do Alto–Mar (Acordo BBNJ)**AUTOR(ES) : BRENDÁ MACHADO DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A percepção sobre o espaço oceânico evoluiu resultando em uma expansão do conhecimento sobre seus usos e recursos. Além da navegação e da pesca, o mar é agora “redesenhado” para a extração de energias fósseis em áreas mais profundas, para produção de energia a partir de ondas e ventos, e para mineração nos fundos marinhos. O oceano ainda é um espaço pouco mapeado em sua dinâmica biológica e biodiversidade, mas pode-se considerar que essa biodiversidade é composta por milhares de seres vivos – muitos ainda não identificados – e segundo estimativas pode ser mais diversa que a vida terrestre. Diante dessa conjuntura, essa pesquisa para SIAC é oriunda do subtema de Biodiversidade Oceânica, uma parte da pesquisa PIBIC “Observatório de Governança Oceânica”, realizada por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. A pesquisa PIBIC tem como objetivo analisar elementos de uma governança do espaço oceânico, tomando como referência a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. A Convenção, de modo indireto, reúne critérios que poderiam garantir uma governança oceânica tanto do espaço quanto dos recursos, apesar de seu texto ter a ausência do termo “governança”. Para falar da Biodiversidade Oceânica pontuamos como relevante que a Convenção estabelece um Regime Jurídico das Águas, que inclui o Alto–Mar, sendo esse constituído por todas partes do mar que não integram a ZEE, o mar territorial, águas interiores dos Estados ou águas arquipelágicas. Considera–se esse um espaço de uso pacífico e não sujeito a apropriação, e nele desfruta–se de liberdades como navegação, pesca, investigação científica e colocação de cabos submarinos. Nessa parte dispõe–se sobre o significado da biodiversidade oceânica quando se refere à existência de “recursos vivos”, “vida marinha”, “organismos vivos” e “espécies”. Pós UNCLOS foi sendo necessário delinear normas sobre a diversidade biológica marinha (considerando recursos genéticos marinhos, a existência de áreas marinhas protegidas, a necessidade de avaliações de impacto ambiental, e a construção e transferência de tecnologia marinha). Buscou–se ainda estabelecer instrumentos e enquadramentos jurídicos e organismos globais, regionais, sub–regionais e setoriais que fossem relevantes na temática. Assim, em setembro de 2023 foi estabelecido o Acordo sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha para além da jurisdição nacional (BBNJ), que aguarda ratificações para entrar em vigor. Esse documento e suas designações serão parte desse trabalho, considerando como ele e a UNCLOS contribuem para a governança oceânica na temática de biodiversidade, busca–se ainda pontuar atores, discursos e práticas deles advindos. Metodologicamente, esta pesquisa será qualitativa, fundamentada na análise de fontes primárias (textos do BBNJ e da ONU) e secundárias (leituras de artigos e textos acadêmicos), com o objetivo de analisar esse marco para a construção de um framework de governança oceânica.

BIBLIOGRAFIA: DIONÍSIO DA SILVA, Daniele. Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v.11, n.1, pp. 345–370, 2024. DOI: 10.26792/RBED.v11n1.2024.75402 UNITED NATIONS. United Nations Convention on the Law of the Sea. New York: United Nations, 1982. UNITED NATIONS. Agreement under the United Nations Convention on the Law of the Sea on the conservation and sustainable use of marine biological diversity of areas beyond national jurisdiction. New York: United Nations, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1403****TITULO:**Padrões e conformidade no Brasil: Aspectos Econômicos**AUTOR(ES) : GABRIEL DE LANNOY****ORIENTADOR(ES): MARCELO RESENDE**

RESUMO: A padronização em economia refere–se à uniformização de produtos, serviços, processos e regras para garantir a consistência, qualidade e eficiência. Isso pode envolver padrões técnicos, metodologias de avaliação industrial, ou mesmo regras para as atividades econômicas. A padronização visa reduzir desperdícios, aumentar a produtividade e facilitar a comparação entre diferentes entidades ou mercados. Este tópico ainda não foi amplamente explorado, principalmente no Brasil. Tendo isso em vista, o objetivo deste projeto é, em primeiro lugar, fazer uma vasta resenha teórica acerca das vantagens e desvantagens da padronização. Em seguida, utilizar dados e resumos estatísticos para analisar empiricamente o panorama nacional da conformidade econômica, com enfoque na concessão dos certificados de qualidade nos setores da indústria nacional e seu impacto no desempenho econômico. Os resultados esperados, a princípio, são de que há uma relevância positiva da certificação, mas ainda há espaço para sua ampliação no país. Isto será confirmado mais à frente. A Organização Internacional da Padronização (ISO) define um padrão como “uma fórmula que descreve a melhor maneira de fazer algo”. Os padrões têm autoridade e são caracterizados por consenso, refinamento de conhecimento, otimização da ordem e aplicação de novas conquistas. Alguns tipos de padrões são: padrões de compatibilidade: promovem externalidades de rede (quando o valor de um produto ou serviço para um usuário aumenta com o número de outros usuários), mas podem gerar monopólios; padrões mínimos: corrigem a seleção adversa (é um problema econômico que ocorre quando, em uma transação, uma das partes (o vendedor, por exemplo) possui mais informações sobre o produto do que a outra (o comprador)), mas aumentam os custos de competição; padrões de simplificação de variedade: favorece economias de escala (redução do custo médio de produção de um bem ou serviço à medida que o volume de produção aumenta), mas reduz opções de escolha; padrões de informação: facilitam transações ao reduzir custos, mas podem resultar em captura regulatória (Yang, 2024). Algumas considerações finais: a padronização pode ser uma ferramenta para aumentar a eficiência e a competitividade, mas também traz desafios, como o risco de monopólios e a limitação da diversidade de produtos. A análise teórica e empírica desenvolvida neste projeto pretende esclarecer que, no contexto brasileiro, o fortalecimento das práticas de certificação e conformidade pode impulsionar o desempenho econômico, desde que acompanhado de políticas que preservem a concorrência e a inovação.

BIBLIOGRAFIA: Holler, M.J., Thisse, J.J. (1996), The economics of standardization: introduction and overview, European Journal of Political Economy, 12, 177–182. Jones, P., Hudson, J. (1996), Standardization and the costs of assessing quality, European Journal of Political Economy, 12, 355–36. Yang, L. (2024). The economics of standards: A literature review. Journal of Economic Surveys, 38, 717–758.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1457****TITULO:**NEURODIVERSIDADE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: DESAFIOS E BARREIRAS À INCLUSÃO DE PESSOAS NEURODIVERGENTES NO MERCADO DE TRABALHO**AUTOR(ES) :** OSHANNA MACHADO MARTINS ALMEIDA, PAULA RENATA MONTEIRO MESQUITA**ORIENTADOR(ES): LILIANE MAGALHAES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO**

RESUMO: Neurodiversidade é um termo cunhado para reformular a compreensão das variações no funcionamento cognitivo e sensorial como diferenças individuais em vez de deficiências médicas. Nessa abordagem, indivíduos neurologicamente diferentes são chamados de "neurodivergentes", enquanto indivíduos sem variações neurológicas são chamados de "neurotípicos". Com o avanço recente das pesquisas sobre neurodivergência, tem-se reconhecido cada vez mais que pessoas neurodivergentes possuem talentos úteis e são capazes de funcionar produtivamente em grupos e ambientes sociais. Entretanto, a inclusão delas no ambiente de trabalho ainda é limitada por uma série de barreiras ao acesso e permanência no emprego, como o estigma social e ausência de práticas e estratégias organizacionais para acomodar suas necessidades. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo explorar a literatura de comportamento organizacional e recursos humanos para mapear e organizar a produção científica existente sobre neurodiversidade no contexto do trabalho. Até o momento, os resultados revelaram que há uma concentração de estudos focados em determinadas condições neurodivergentes, com destaque para o autismo e o TDAH. Além disso, observa-se uma predominância de estudos direcionados à exploração de barreiras e desafios à inclusão de pessoas neurodivergentes a partir de um olhar organizacional (i.e., macro). Por exemplo, barreiras decorrentes de práticas discriminatórias ou vieses nos processos de recrutamento e seleção. Estudos focados no nível individual – ou seja, dedicados a compreender o comportamento e a experiência individual de profissionais neurodivergentes no ambiente organizacional, especialmente no que diz respeito à percepção de inclusão e ao desempenho no trabalho – em geral exploraram esse grupo de indivíduos na condição de membros da equipe (i.e., liderados). Identificamos uma lacuna significativa na produção acadêmica voltada à inclusão de pessoas neurodivergentes em posições de liderança ou desenvolvimento de carreira, o que pode limitar o entendimento e o aproveitamento amplo de pessoas neurodivergentes no contexto de trabalho. Espera-se que esse mapeamento, ainda em curso, seja capaz de fortalecer o debate acadêmico sobre o tema neurodiversidade no ambiente de trabalho, a partir da identificação de lacunas e oportunidades de pesquisa. Igualmente, espera-se, com o avanço e desenvolvimento de novas etapas da pesquisa, oferecer subsídios concretos para a elaboração de práticas que favoreçam ambientes corporativos mais diversos, acolhedores e equitativos.

BIBLIOGRAFIA: KHAN, Maria Hameed; GRABARSKI, Mirit K.; ALI, Muhammad; BUCKMASTER, Stephen. Insights into Creating and Managing an Inclusive Neurodiverse Workplace for Positive Outcomes: A Multistaged Theoretical Framework. *Group & Organization Management*, v. 48, n. 5, p. 1339-1386, out. 2023. IOBAL, Qaisar; VOLPONE, Sabrina D.; PIWOWAR-SULEJ, Katarzyna. Workforce neurodiversity and workplace avoidance behavior: The role of inclusive leadership, relational energy, and self-control demands. *Human Resource Management*, 2024. ROBERSON, Quinetta; QUIGLEY, Narda R.; VICKERS, Kamil; BRUCK, Isabella. Reconceptualizing Leadership From a Neurodiverse Perspective. *Group & Organization Management*, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1458****TITULO:**LITIGÂNCIA CLIMÁTICA: O PAPEL DO JUDICIÁRIO, COM ENFOQUE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NAS POLÍTICAS E AÇÕES JUDICIAIS ABRANGENDO ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO**AUTOR(ES) : ISABELLE CRISTINA GUIMARAES FRAGA****ORIENTADOR(ES): MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: Litigância Climática: o Papel do Judiciário, com Enfoque no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nas Políticas e Ações Judiciais Abrangendo Adaptação e Mitigação Palavras-chave: Ética Climática; Poder Judiciário; Litigância climática. A Terra está aquecendo e as emissões de gases de efeito estufa (fatores antrópicos) são a principal causa de tal fenômeno, eis a noção majoritária dos cientistas. Assim, as ações e omissões humanas estão no cerne da atual crise ecológica. Há, neste sentido, para além da responsabilidade na esfera moral, também a necessidade de imposição de responsabilidades (deveres e obrigações) no campo jurídico, com o propósito de frear o ímpeto destrutivo (WEDY, 2023). No âmbito moral, este trabalho adota a perspectiva da filosofia moral e da ética climática, defendendo que políticas de adaptação devem caminhar paralelamente às de mitigação, pois apenas a redução imediata dos GEE permitirá o planejamento eficaz de ações adaptativas em conformidade com a justiça social e intergeracional (ARAÚJO; FIOR, 2024). Embora os Poderes Legislativo e Executivo sejam os principais agentes responsáveis por combater o aquecimento global, os governos hesitam em adotar medidas necessárias por seu potencial de impopularidade (LAMEIRA, 2017). A litigância climática destacou o papel das Cortes, cujas decisões impulsionaram mudanças governamentais e corporativas na formulação e revisão de políticas públicas, considerando os impactos do aquecimento global. No Estado do Rio de Janeiro, diante da criação do Grupo do Meio Ambiente no TJRJ, com a finalidade de coordenar e promover medidas voltadas ao aprimoramento da jurisdição ambiental, investigo como essa estrutura pode efetivamente garantir a aplicação das diretrizes de sustentabilidade e jurisdição ambiental nos processos judiciais? Quais os desafios para integrar as demandas climáticas às rotinas do Poder Judiciário fluminense, considerando a complexidade dos casos ambientais? O trabalho analisa as estratégias adotadas pelo Poder Judiciário do RJ para enfrentar as mudanças climáticas, com foco em medidas de adaptação e mitigação à luz da ética climática, a partir de revisão bibliográfica, análise jurisprudencial, entrevistas e levantamento documental em sites governamentais. Referências bibliográficas: ARAÚJO, Marcelo de; FIOR, Pedro. Urgentes e necessárias, políticas de adaptação climática enfrentam dilemas éticos no Brasil e no mundo. *The Conversation Brasil*, 2024. LAMEIRA, Vinicius. Mudanças climáticas: estratégias de litigância e o papel do Judiciário no combate às causas e efeitos do aquecimento global no contexto brasileiro. *Revista do MPRJ*, Rio de Janeiro, n. 64, 2017. WEDY, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. Autor: Isabelle Cristina G. Fraga Orientador: Marcelo de Araújo

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Marcelo de; FIOR, Pedro. Urgentes e necessárias, políticas de adaptação climática enfrentam dilemas éticos no Brasil e no mundo. *The Conversation Brasil*, 2024. LAMEIRA, Vinicius. Mudanças climáticas: estratégias de litigância e o papel do Judiciário no combate às causas e efeitos do aquecimento global no contexto brasileiro. *Revista do MPRJ*, Rio de Janeiro, n. 64, 2017. WEDY, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1479****TITULO: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-ANALÍTICA****AUTOR(ES) : LARISSA ROEDEL****ORIENTADOR(ES): JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS**

RESUMO: A transição energética, compreendida como o processo de substituição de fontes fósseis por renováveis, é uma condição essencial para enfrentar a crise climática e avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. No entanto, a literatura dominante sobre o tema, em grande parte produzida a partir de experiências europeias, apresenta limitações quando aplicada a países em desenvolvimento, cujas realidades institucionais, sociais e ambientais são profundamente distintas. Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os principais marcos conceituais utilizados na análise da transição energética e busca construir um referencial conceitual-analítico mais alinhado às especificidades desses contextos, com ênfase no caso brasileiro. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando revisão sistemática da literatura, análise bibliométrica e estudo de caso, com o objetivo de mapear lacunas e identificar contribuições que ampliem a compreensão sobre os fatores que condicionam a transição em países do Sul Global. Dentre as abordagens emergentes, destacam-se a perspectiva institucionalista e o conceito de policy mix, que permitem integrar variáveis políticas, econômicas e sociais muitas vezes negligenciadas pelos modelos técnico-econômicos tradicionais. O caso brasileiro, marcado por uma matriz energética relativamente limpa, mas também por desafios específicos como o uso do solo e a influência de interesses organizados, evidencia a necessidade de uma transição que vá além da troca tecnológica, incorporando dimensões estruturais e políticas. A partir da análise de atores, instituições e setores estratégicos, propõe-se um modelo conceitual de transição energética contextualizada, que valorize capacidades nacionais e evite a reprodução de paradigmas exógenos. Espera-se, como resultado, contribuir para a sistematização da literatura crítica, o desenvolvimento de uma abordagem analítica sensível às realidades periféricas e o fortalecimento de uma agenda de pesquisa orientada à formulação de políticas públicas eficazes e sustentáveis em países em desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA: GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case study. *Research Policy*, v. 31, n. 8–9, p. 1257–1274, 2002. GEELS, F. W. et al. The Socio-Technical Dynamics of Low-Carbon Transitions. *Joule*, v. 1, n. 3, p. 463–479, 017. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Edited by Hoesung Lee and José Romero. Geneva, Switzerland: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 25 mar 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1481****TITULO: IMPACTO DO MERCOSUL NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS DO FUTEBOL SUL-AMERICANO****AUTOR(ES) : ENZO ZUCHERAN SILVESTRI DE CARVALHO****ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Este artigo analisa o impacto do Mercado Comum do Sul (Mercosul) nos fluxos migratórios no âmbito do futebol sul-americano, abordando o esporte também como expressão das dinâmicas regionais de mobilidade humana. Compreende-se o futebol não apenas como prática esportiva, mas como fenômeno social, econômico e cultural que reflete, em maior ou menor medida, dependendo do caso analisado, os processos mais amplos de integração regional. A pesquisa parte da premissa de que os acordos institucionais estabelecidos no âmbito do Mercosul têm repercussões diretas na mobilidade dos trabalhadores do futebol na região, especialmente os atletas profissionais, influenciando sua circulação entre os países membros. O foco da investigação está na análise dos fluxos migratórios de jogadores de futebol, com ênfase na circulação intra-regional e nos efeitos das políticas de integração sobre as condições de mobilidade laboral no setor esportivo. Busca-se compreender como o Mercosul atua na redução de barreiras legais, administrativas e institucionais que historicamente dificultavam a livre movimentação de atletas, favorecendo um mercado esportivo mais interconectado. A pergunta central que orienta o estudo é: de que forma o Mercosul influencia os fluxos migratórios de jogadores de futebol na América do Sul? A hipótese que fundamenta a análise é a de que o bloco regional contribui para a ampliação da mobilidade de jogadores ao promover normas comuns de circulação, reconhecimento profissional e simplificação documental, criando um ambiente regulatório mais favorável à integração esportiva. Além disso, investiga-se como essas dinâmicas migratórias se articulam com outros fatores, como a desigualdade econômica entre os países, a busca por visibilidade internacional e o papel dos clubes como agentes ativos nos processos de transferência. O objetivo principal é compreender os efeitos concretos da integração regional sobre os fluxos migratórios no futebol, examinando os movimentos de êxodo para fora do continente, mas, especificamente, os deslocamentos intra-regionais. A pesquisa também considera os mecanismos institucionais e jurídicos que moldam a mobilidade dos jogadores, como acordos de residência e livre trânsito no âmbito do Mercosul. A metodologia será qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Serão utilizadas fontes acadêmicas especializadas, documentos institucionais de organismos regionais e nacionais, e reportagens jornalísticas que tratam da migração esportiva no contexto sul-americano.

BIBLIOGRAFIA: JORNAL DA USP. O futebol no contexto da globalização. 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002947177>. Acesso em: 03 mar. 2025. O EXODO de jogadores brasileiros para o exterior. Bichara e Motta Advogados, 2021. Disponível em: <https://www.bicharaemotta.com.br/wp-content/uploads/2021/11/o-exodo.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025. MIGALHAS. A livre circulação de pessoas no âmbito do Mercosul. Migalhas, 2003. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/1324/a-livre-circulacao-de-pessoas-no-ambito-do-mercosul>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1483**

TITULO:REFORMA TRIBUTÁRIA E O CARNAVAL CARIOSA: REDISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS, IMPACTOS NA ARRECADAÇÃO E O FUTURO DOS INCENTIVOS MUNICIPAIS

AUTOR(ES) : CAIQUE SERAPHIM SCHIRMER DA SILVA

ORIENTADOR(ES): EDUARDO MANEIRA

RESUMO: A Reforma Tributária brasileira impactará diretamente a arrecadação dos municípios e, por conseguinte, as políticas públicas locais que trazem viabilidade a eventos culturais. Neste particular, o presente trabalho se compromete a analisar como a reforma tributária da tributação do consumo no Brasil, à luz da substituição do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), impactará a viabilidade do Carnaval carioca, a fim de expor preocupações que deverão ser tomadas pelo poder público para fins de viabilidade do evento. Assim, serão analisados (i) a importância cultural e arrecadatória do Carnaval para o Município do Rio de Janeiro; (ii) as políticas públicas que o viabilizam; e (iii) as mudanças legislativas que, a partir da reforma tributária, influenciarão diretamente na viabilidade do evento. Ao final, serão exploradas preocupações e estratégias relacionadas ao financiamento do evento, o que demandará eventualmente parcerias público–privadas, novos formatos de subvenções e a revisão das políticas de destinação de recursos.

BIBLIOGRAFIA: <https://observatorioeconómico.rio/carnaval-de-dados/> BALASSIANO, Marcel. A Importância do carnaval para a economia do Rio de Janeiro. Portal FGV, Rio de Janeiro, 13 fev. de 2020. Seção Economia. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/importancia-carnaval-economia-rio-janeiro>. CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016 CONDESSO, Fernando. Direito, patrimônio cultural Urbano e Atividade Turística. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, Uerj, v. 6, n. 2, p. 606–615, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2014.13444>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/13444>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1504**

TITULO:Fragmentação e Poder na Somália (1985-1995): Atores Não Estatais, Herança Colonial e Intervenções Estrangeiras

AUTOR(ES) : KENZO BRITES YAMAGUTI

ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL

RESUMO: A Somália é um país no Chifre da África que vem sendo afigida com uma guerra civil há mais de trinta anos. Dentro do país há uma intensa disputa territorial entre diversos atores, internos e externos, que se digladiam pelo controle da região ou pela independência dessa. Somado a isso, a Somália vem sofrendo com crises de escassez prolongada, como as secas que afetam o país desde 2023. Esses fatores colaboram para o status de "Estado falido" que a Somália carrega, nomenclatura que gerou duas operações da ONU encabeçadas pelos Estados Unidos da América em 1992 e 1993, perdurando até 1995. Inserida nessa dinâmica, há formas de governança que escapam do mainstream teórico das RIs, onde atores não estatais usam de sua influência local para regrar certas partes do Estado, aprofundando ainda mais a atual fragmentação. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a fragmentação do Estado somali e como tal cisão ocorreu em consequência das disputas coloniais e interferências estrangeiras no território. Tal pesquisa tem como base metodológica uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em estudo de caso, utilizando artigos e documentos anteriores, feitas por autoridades reconhecidas, tanto do meio político quanto acadêmico, buscando assim compreender as dinâmicas que levaram às atuais disputas políticas e militares na região do chifre da África. Durante a pesquisa, o recorte temporal prioritário dá-se entre 1985 até 1995, período que compreende o fim do governo de Siad Barre, até a última operação americana no território. Esse período é importante para a pesquisa, pois é nele que ocorre um processo acelerado de deterioração das estruturas estatais de manutenção dos meios de coerção, como exemplificado por Daniel Compagnon (2013), abrindo espaço para que líderes revolucionários, milícias e grupos fundamentalistas começassem a ter agência sobre parte do território. A pergunta central da pesquisa é: Como as intervenções estrangeiras e o legado colonial contribuíram para a fragmentação do Estado somali entre 1985 e 1995, possibilitando a ascensão de atores não estatais como formas alternativas de governança? Quanto à hipótese, considera-se que a fragmentação do Estado somali entre 1985 e 1995 foi intensificada por interferências estrangeiras e heranças coloniais que desestabilizaram as instituições formais de poder, abrindo espaço para a emergência de atores não estatais que passaram a exercer formas localizadas de governança, desafiando a estrutura estatal tradicional. Portanto, com base no recorte temporal e na bibliografia selecionada, a pesquisa busca analisar a fragmentação do Estado somali, identificando os principais atores internos e suas raízes históricas, bem como os impactos da influência colonial e estrangeira nas disputas atuais, levando em consideração a interação entre fatores internos e externos, com apoio de autores como Daniel Compagnon, Christiane Philipp e Ken Menkhaus.

BIBLIOGRAFIA: MENKHAUS, K. Governance without Government in Somalia Spoilers, State Building, and the Politics of Coping. International Security, v. 31, n. 3, p. 74–106, 2006. COMPAGNON, Daniel. State-Sponsored Violence and Conflict under Mohamed Siyad Barre: The Emergence of Path-Dependent Patterns of Violence. 22 out. 2013. KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, p. 122–143, 2013. PHILIPP, C. Somalia – A Very Special Case. Max Planck Yearbook of United Nations Law Online, v. 9, n. 1, p. 517–554, 1 jan. 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1530****TITULO:AUSTERIDADE E A POSSIBILIDADE DA RESSIGNIFICAÇÃO DE SEUS IDEAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO****AUTOR(ES) : SANTIAGO DE FREITAS BARRETO****ORIENTADOR(ES): DANIEL**

RESUMO: O intuito deste trabalho consiste na elaboração de uma análise do contexto de crise provocada a partir da perpetuação da lógica da austeridade no Estado brasileiro com enfoque na ressignificação das prerrogativas errôneas de contingenciamento de gastos através da formulação de leis restritivas como uma solução para o suposto descontrole do endividamento crescente da União e dos Estados. Propõe-se a partir desse contexto uma reflexão sobre o controle fiscal e suas implicações para os entes subnacionais que contam com estruturas de financiamento e endividamento que divergem daquela exercida pela União. O endividamento crescente dos entes subnacionais e a necessidade de revisão do pagamento das parcelas dessa dívida representam reivindicações presentes principalmente após a catástrofe humanitária causada pelos desastres naturais no Rio Grande Do Sul e através da obtenção de uma liminar no STF por parte do governador do Estado do Rio de Janeiro para a redução das parcelas da dívida a serem pagas a União. A contestação da estrutura de endividamento dos entes subnacionais será analisada de acordo com o caso do Estado Do Rio de Janeiro e sua experiência com o regime de recuperação fiscal com a finalidade de demonstrar os efeitos da decisão nas condições já degradadas de sua economia. Além disso, esse artigo propõe alternativas para os problemas relacionados à capacidade de financiamento de políticas públicas principalmente por meio da incorporação de uma metodologia de gasto público funcional inspirada principalmente pela Teoria das Finanças Funcionais e pelo arcabouço teórico da Teoria Monetária Moderna.

BIBLIOGRAFIA: Wray, Randall. Trabalho e Moeda Hoje: A chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. 2004 Dalto, Fabiano. ORÇAMENTO DE ENTES SUBNACIONAIS E AS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS. 2021 Conceição, Daniel. Gasto público e criação de dinheiro como dois lados da mesma moeda (soberana) . 2020

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1571****TITULO:O LITÍGIO CLIMÁTICO ENQUANTO UM INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS****AUTOR(ES) : CAIO BATISTA DE SANTANA****ORIENTADOR(ES): MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: As mudanças climáticas, que se caracterizam por transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima, impõem uma série de desafios às gerações atuais e futuras. A sociedade civil tem respondido, em diversas partes do mundo, nesse cenário que surgem os litígios climáticos enquanto instrumentos de enfrentamento às mudanças climáticas. Segundo Gabriel Wedy, os litígios climáticos buscam pressionar, de forma estratégica, o Estado e empresas, tanto em âmbito doméstico quanto em âmbito internacional, a cumprirem compromissos nacionais e internacionais de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, de incentivo ao uso e criação de energias renováveis, bem como no esforço de promover adaptação climática ao nível regional. (Wedy, p. 31–32). O objetivo desta pesquisa é discutir a emergência dos litígios climáticos como um tipo de estratégia efetiva para fins de ação climática por parte da sociedade civil. O quadro conceitual subjacente a essa pesquisa é relativamente novo no âmbito da teoria do direito. O objetivo, assim, é justamente analisar e contribuir para o desenvolvimento deste quadro conceitual. Nesta fase preliminar da pesquisa ocupo-me da análise da literatura sobre o quadro conceitual (Abate 2019; Williston, cap. 6) . Em um segundo momento, após a consolidação da discussão teórica, a pesquisa pretenderá examinar, também, casos recentes no Brasil de litígio climático e suas repercussões concretas na realidade. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida com bolsa de PIBIC–UFRJ, desde 07/2024, e através de discussões periódicas realizadas no Grupo de Pesquisa “Justiça Climática, Pandemias e Riscos Existenciais” (DGP/CNPq), coordenado pelo Prof. Marcelo de Araujo. O plano de atuação de pesquisa se dará através da coleta destes casos concretos e a partir de uma fundamentação teórica pautada pela doutrina na área de litígio climático. Portanto, espera-se avaliar a capacidade de mudança gerada pelos litígios climáticos na atuação governamental e privada.

BIBLIOGRAFIA: ABATE, Randall S. Climate change and the voiceless: protecting future generations, wildlife, and natural resources. Cambridge University Press, 2019. WEDY, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. Fórum Conhecimento Jurídico, 2023 WILLISTON, Byron. 2024. The Ethics of Climate Change: An Introduction. Second edition. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1573****TITULO:** De Agressores Virtuais a Ameaças Reais: Como a Misoginia Radicalizada Online Compromete o Avanço dos Direitos das Mulheres no Brasil**AUTOR(ES) : MARYANA LUIZA PONTES DA SILVA****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Esta pesquisa busca investigar como os espaços digitais se configuram como mecanismos de captação simbólica e emocional do público masculino, especialmente jovens, por meio da disseminação de discursos misóginos e da radicalização política. A hipótese central é que fóruns, redes sociais e aplicativos de mensagem operam como arenas de produção e legitimação de narrativas antifeministas, que mobilizam ressentimentos individuais com base em valores conservadores e contrários à igualdade de gênero. A misoginia contemporânea, nesse contexto, ultrapassa a dimensão cultural e se apresenta como uma estratégia política de exclusão, com impactos concretos na vida pública de mulheres. Casos emblemáticos no Brasil, como os ataques contra a professora e ativista Lola Aronovich, vítima de perseguições digitais que motivaram o projeto de lei PL 1858/2023; contra a ex-deputada Manuela D'Ávila, alvo de uma intensa campanha de desinformação e discursos misóginos; e contra a vereadora Marielle Franco, atacada por fake news após seu assassinato, revelam como os discursos de ódio nas redes funcionam como ferramentas de silenciamento político. Essas campanhas evidenciam que a misoginia digital está longe de ser marginal: ela atua de forma coordenada e simbólica na disputa de sentidos no espaço público. A pesquisa propõe uma análise crítica da misoginia digital sob a ótica de autoras feministas contemporâneas, com destaque para a leitura de Angela Nagle sobre a estética da trollagem e do cinismo que permeia esses discursos, frequentemente disfarçados de autoajuda e empoderamento masculino. A metodologia será ancorada no conceito de "guerra de afetos" de Julieta Paredes, articulado à análise de Paolo Demuru sobre a radicalização algorítmica e a arquitetura emocional das plataformas. A proposta é compreender como esses espaços favorecem o engajamento baseado em afetos negativos e amplificam a adesão a ideologias de exclusão, tendo como base o acontecimento como recuo do Ministério da Educação, em 2020, que excluiu conteúdos relacionados a gênero e diversidade dos materiais escolares após intensa mobilização digital, dentre eles a palavra "gênero" da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pressão online resultou em retrocessos concretos na promoção de uma educação voltada à equidade de gênero e ao respeito às diferenças, demonstrando como a misoginia digital pode interferir diretamente em políticas públicas, gerando perdas institucionais e simbólicas para os direitos das mulheres. Além da análise discursiva e teórica, a pesquisa pretende apontar a lacuna normativa existente na legislação brasileira quanto à responsabilização das plataformas e à regulação de conteúdos misóginos, especialmente no que se refere ao direcionamento algorítmico e à monetização do ódio. Por fim, busca-se contribuir para o debate público sobre a urgência de políticas que enfrentem a misoginia digital como um problema político, comunicacional e jurídico, com impacto direto na violência de gênero.

BIBLIOGRAFIA: EMPOLI, G. Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 3. ed. São Paulo: Vestígio, 2019. DEMURU, Paolo. Políticas do encanto: mídia, celebridades e cultura da imagem. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2021. BARBOSA, Bia; SANTIAGO, Larissa. O permanente desafio da violência contra as mulheres na Internet. In: CGI.br. TIC, Governança da Internet e Gênero: Tendências e Desafios. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: CGI.BR. Acesso em: 10 fev. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1575****TITULO:** PACIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO EM MEIO À GUERRA AO TERROR**AUTOR(ES) : RYAN GOMES DE NOVA****ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: A pacificação de Estados denominados como fragilizados é um dos principais dilemas contemporâneos da política internacional, especialmente em contextos pós-intervenção. O Afeganistão, marcado por décadas de conflito e pela retomada do poder pelo Talibã em 2021, representa um caso paradigmático de como o fracasso de estratégias de state-building – voltadas à reconstrução de instituições estatais – pode comprometer a estabilidade regional e os direitos civis (Barnett & Zürcher, 2009). Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país tornou-se o primeiro campo de ação da chamada "Guerra ao Terror", liderada pelos Estados Unidos. A recusa do governo Talibã em entregar Osama bin Laden justificou uma intervenção militar em outubro de 2001, com apoio da OTAN. Essa ação rapidamente derrubou o regime Talibã, dando início a um processo de reconstrução institucional supervisionado internacionalmente. Em 2003, a missão ISAF, sob mandato da ONU, assumiu a responsabilidade pela segurança da região. No entanto, a fragilidade do poder central, a presença de senhores da guerra e o financiamento de milícias por meio do narcotráfico atravessavam os esforços de estabilização (Stapleton, 2012). Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as consequências da intervenção internacional sobre o desenvolvimento político, econômico e social do Afeganistão, com ênfase na atuação de atores externos e na reconfiguração da agenda de segurança global. Como as contradições da intervenção internacional no Afeganistão (2001–2021) — entre a retórica de state-building e práticas neocoloniais de pacificação — contribuíram para o fracasso da construção de um Estado estável e o retorno do Talibã? A hipótese é que a intervenção no Afeganistão reproduziu lógicas neocoloniais, onde a 'paz' serviu a interesses estratégicos externos e à 'indústria da segurança', não à população local. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, com base em estudo de caso e análise documental, utilizando-se de fontes secundárias e documentos oficiais, como as National Security Strategies dos Estados Unidos, cuja ênfase foi alterada após 2001 (Freitas, 2009). Como resultado esperado, busca-se contribuir para o debate sobre os limites e contradições da guerra ao terror como estratégia de pacificação. Considera-se que os achados podem auxiliar na compreensão dos fatores que inviabilizam a construção da paz em Estados considerados frágeis.

BIBLIOGRAFIA: FREITAS, Tiago André de Sousa. Conflito no Afeganistão – Causas e Consequências. Amadora: Academia Militar, 2009. Trabalho de Investigação Aplicada. STAPLETON, B. Beating a Retreat: Prospects for the Transition Process in Afghanistan. Afghanistan Analysts Network, 2012. BARNETT, M.; ZÜRCHER, C. The peacebuilder's contract: How external statebuilding reinforces weak statehood. In: ZENKER, O.; HOEHNE, M. (Eds.). The State and the Paradox of Peacebuilding. London: Routledge, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1597****TITULO:**Geração Cidadã de Dados e políticas públicas: um olhar a partir do ativismo na Maré**AUTOR(ES) : RAFAELA SOARES BATISTA,TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL****ORIENTADOR(ES): LALITA KRAUS**

RESUMO: Ao longo das últimas décadas, a produção, coleta, análise e armazenamento de dados sobre os cidadãos e a vida urbana consolidaram-se como instrumentos centrais da governança pública, servindo tanto à gestão urbana quanto ao exercício do controle social. Nesse cenário, emergem iniciativas que, a partir de uma atuação implicada com os problemas locais, inventam formas de produção de dados e evidências contra-hegemônicas, promovendo ações coletivas e a incidência em políticas públicas (KLEBA et al., 2022). Um exemplo é o Cocôzap, projeto do Data Labe, em parceria com a Casa Fluminense e a Redes de Desenvolvimento da Maré, que funciona como canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo no Complexo de Favelas da Maré. A ausência, precariedade ou distorções na produção de dados estatísticos sobre saneamento básico e coleta de lixo na Maré é um problema histórico e persistente, que contribui para a invisibilização das demandas locais e dificulta a formulação de políticas públicas efetivas. Nesse contexto, o surgimento, em 2018, da iniciativa tecnológica e social do Cocôzap trouxe uma nova proposta: gerar um banco de dados inédito, de forma cidadã e participativa, utilizando o popular aplicativo WhatsApp, a fim de construir um diagnóstico do saneamento na Maré. Além de visibilizar o problema e apresentar uma narrativa em contraposição aos indicadores oficiais, esse canal aproxima a população periférica da produção de dados (MEIJER e POTJER, 2018). Em vista disso, o objetivo da pesquisa é investigar, a partir da iniciativa Cocôzap, como a produção e o uso de dados de forma cidadã podem fortalecer práticas ativistas e influenciar a formulação ou transformação de políticas públicas. As perguntas norteadoras são: de que forma são coletados e usados os dados de forma cidadã? Com qual finalidade? Os dados fortalecem a ação política ativista? Podem nortear novas políticas públicas? Metodologicamente, serão realizados: 1) levantamento de artigos sobre o Cocôzap; 2) análise de materiais disponíveis online no site e redes sociais do Data Labe; 3) entrevistas com a equipe do Data Labe, moradores da Maré, organizações não governamentais e gestores públicos. A pesquisa teve início em 2024. Até o momento, avançou-se na identificação de discrepâncias entre dados oficiais e os produzidos pelo Cocôzap, evidenciando sua importância para o empoderamento comunitário e a denúncia social. Observou-se também certa desconfiança da população, indicando a necessidade de melhores estratégias de engajamento popular. As próximas etapas aprofundarão essa análise e proporão melhorias. Espera-se que a pesquisa contribua para a reflexão sobre políticas de saneamento e para o fortalecimento da conexão entre dados cidadãos e ação política.

BIBLIOGRAFIA: Kleba, J., Cruz, C., & Alvear, C. Engenharias e Outras Práticas Técnicas Engajadas. Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022. MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen-generated open data: a public governance perspective. Government Information Quarterly, v. 34, ed. 3, p. 613–621, outubro de 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/SovBl9Y>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 1640****TITULO:**Dificuldades de Financiamento e Universalização do Saneamento Básico no Interior do Estado do Rio de Janeiro: Uma Análise da Atratividade Econômico-Financeira**AUTOR(ES) : KRSNA VIEIRA PEREIRA,ANA CAROLINE DE ABREU CUNHA****ORIENTADOR(ES): LUAN DOS SANTOS**

RESUMO: Características preliminares da pesquisa para iniciação científica Tema: Saneamento e Regulação. Área: Sustentabilidade e retorno financeiro em saneamento. Pergunta: O Marco Legal do Saneamento gera incentivos suficientes para investimentos privados em municípios pouco atrativos financeiramente no interior do RJ? Objetivo geral: Analisar se os instrumentos financeiros e regulatórios do Marco Legal garantem investimentos privados para universalizar saneamento em municípios do interior fluminense com baixa atratividade econômica. Objetivos específicos: Comparar valuations dos blocos CEDAE (capital/metropolitana) com municípios interioranos; Avaliar incentivos financeiros oferecidos pelo BNDES; Identificar contrapartidas governamentais às empresas em áreas de menor retorno; Analisar incentivos regulatórios impostos a prefeitos e governadores para cumprir metas do Marco Legal. Metodologia: Pesquisa quantitativa-documental: Análise documental dos editais e relatórios das concessões CEDAE (valuations); Comparação financeira entre regiões metropolitanas e interioranas, identificando fatores econômicos determinantes; Avaliação detalhada dos mecanismos financeiros do BNDES (condições de crédito, juros, prazos); Mapeamento das contrapartidas oferecidas por governos municipais, estaduais e federal; Análise das obrigações regulatórias e institucionais (Lei 14.026/2020). Contextualização: O Marco Legal do Saneamento busca resolver déficits históricos e estimular investimentos privados via concessões e PPPs, obtendo sucesso inicial em regiões metropolitanas, mas enfrentando desafios nos municípios menores devido à baixa atratividade econômica. Relevância: Esta pesquisa contribui para identificar barreiras financeiras e regulatórias na universalização do saneamento em áreas menos lucrativas, oferecendo subsídios para aprimoramento das políticas públicas e atingimento das metas nacionais até 2033.

BIBLIOGRAFIA: Piquet Carneiro, F. (2010). "Parcerias Público-Privadas e Concessões" — base para estrutura de concessões. Monteiro Filho, J. (2022). "Novo Marco Legal do Saneamento: análise crítica e perspectivas" — análise recente do novo marco. VILLAR, Paulo Luís. Saneamento Básico no Brasil: Desafios da Universalização e o Papel da Regulação. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 5, p. 1134–1151, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1642**

TITULO: As marcas da superexposição de crianças e adolescentes: Mecanismos presentes no ordenamento jurídico que garantam a proteção do grupo infanto juvenil.

AUTOR(ES) : MARIA EDUARDA VARELA CABRAL, ANA CAROLINA FREIRE PATRICIO VIANA, BEATRIZ ESMORIS RUSSO

ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE

RESUMO: Com o advento da internet, informações que, anteriormente, eram perdidas com o decurso do tempo, já que as edições de jornal eram periodicamente substituídas e as folhas de papel sofriam o desgaste natural, atualmente, tornaram-se eternas (Schreiber, Anderson). Todavia, nada que está na rede mundial de computadores pode ter, de fato, sua existência extinta. Há um fenômeno que ganhou alta adesão dentro do palco da superexposição, o "sharing". Ele é fruto do costume, no qual gravar momentos dos filhos se tornou parte da rotina. Porém, quando se trata de descendentes de pessoas públicas ou de crianças e adolescentes que se tornaram figuras conhecidas, a exposição ganha outras proporções. As prováveis consequências são diversas e abrangem, tanto um viés subjetivo, quanto objetivo, tendo potencial de ferir a integridade da criança e adolescente exposto. Uma vez exibida a imagem deles na internet, diversos dos seus direitos da personalidade são violados. Em face dessa problemática, foi proposto o PL nº. 4.776/2023, cujo objetivo é reconhecer um "direito ao esquecimento" voltado para as crianças e os adolescentes, que ao atingirem 16 anos, estes poderiam solicitar a retirada do conteúdo na internet. Muitas vezes, essas publicações são feitas pelos seus próprios pais, sem o pleno consentimento deles, e com o passar do tempo deixam de representar a sua identidade. Apesar de ainda não consolidado no ordenamento jurídico brasileiro, o "direito ao esquecimento", se apresenta como uma das vertentes possíveis de proteção da vida privada, já que ele é um meio de evitar que a recordação pública sobre um fato pretérito, tenha maior peso do que a trajetória de vida do indivíduo e não refletem mais quem ele é hoje. Entretanto, em dissonância com o texto do referido PL, o STF decidiu no julgamento do RE nº 1.010.606/RJ, que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal, utilizando como paradigma o caso da Aida Cury, deliberando que irá analisar casuisticamente eventuais excessos. Todavia, o caso tratado neste julgamento é dissonante à situação abordada nesta pesquisa, por se tratar de fatos de natureza jurídica distintas. Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe a responder o questionamento: Seria necessária a utilização da tese do direito ao esquecimento para subsidiar eventuais pedidos do público infanto juvenil de retirada de conteúdos da internet, ou ordenamento jurídico brasileiro já possui mecanismos próprios para garantir essa proteção? Indagando se haveria a necessidade de inovação legislativa, criando regras específicas acerca dessa temática, como proposto pelo PL nº. 4.776/2023. Para tanto, pretende-se realizar análise do teor do PL, em confrontação, com a legislação nacional, tratados internacionais, normas infraconstitucionais, e a temática envolvendo a infância e adolescência. A pesquisa será conduzida através do método dedutivo e de pesquisa qualitativa, mediante revisão bibliográfica de doutrina e jurisprudência.

BIBLIOGRAFIA: SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014 RE nº 1.010.606. Rel. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 11.2.2021, processo eletrônico repercussão geral -mérito. -096, divulg. 19.5.2021, public. 2.5.2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1678**

TITULO: A INSERÇÃO DA PLATAFORMA BRASIL PARALELO EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL

AUTOR(ES) : ANA BEATRIZ SCHUSTER GRIEBLER

ORIENTADOR(ES): RACHEL AGUIAR

RESUMO: Este Trabalho de Conclusão de Curso ainda no estágio inicial tem como objetivo analisar a inserção dos conteúdos audiovisuais da produtora Brasil Paralelo em instituições escolares brasileiras, com foco na atuação dessa produtora no campo educacional. Inicialmente, o marco temporal da pesquisa foi pensado durante o governo Bolsonaro sob análise do conceito de pós-verdade no Brasil. Contudo, ao longo do processo inicial de pesquisa, entendemos que a atuação do Brasil Paralelo na educação se dá especificamente por meio do Projeto Mecenas, levando, então, à reorientação do estudo para investigar os impactos dessa inserção nas práticas pedagógicas e nos ambientes educacionais. O trabalho foca nas instituições do Sudeste do Brasil, em particular o Centro Educacional Conselheiro (Nova Friburgo - RJ) e o G10 Favelas (Paraisópolis - SP), que implementaram parcerias com a Brasil Paralelo para exibição de conteúdos audiovisuais em suas atividades educativas. A pesquisa busca compreender as estratégias ideológicas de distribuição desses materiais e os efeitos sociais, políticos e pedagógicos decorrentes dessa inserção. A metodologia adotada inclui a análise de conteúdo dos materiais audiovisuais exibidos, bem como a realização de entrevistas qualitativas com representantes das instituições envolvidas. Como pesquisadora, atuarei diretamente na coleta de dados, na análise crítica dos materiais e na organização da pesquisa, com o auxílio da orientação da professora Rachel Aguiar/NEPP-DH/UFRJ. Entre os resultados esperados, espera-se observar a influência desses conteúdos na formação do pensamento crítico dos estudantes e no currículo escolar dessas instituições, além de um aprofundamento na reflexão sobre os impactos pedagógicos e ideológicos causados pela adoção dos materiais do Projeto Mecenas. As considerações parciais indicam que os conteúdos da plataforma Brasil Paralelo promovem uma reflexão sobre o conservadorismo e a construção de narrativas alinhadas a ideologias que se distanciam dos métodos tradicionais de investigação científica, o que demanda uma análise crítica de suas implicações no contexto educacional.

BIBLIOGRAFIA: DA NOVA FILHO, Marcus Vinicius Menezes; CHIARINI, Túlio; MARCATO, Marília Bassetti. Plataformização do mercado audiovisual: a indústria de streaming de vídeo no Brasil. Texto para Discussão, 2023. SILVA, Cris Guimarães Cirino da. O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. CRUZ JUNIOR, Gilson. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. ETD Educação Temática Digital, v. 21, n. 1, p. 278–284, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1689**

TITULO:Cidade de Deus: a produção, pelo poder público, de um território marzinalizado.

AUTOR(ES) : **MARIANNE MARTINIANO FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: Este trabalho pretende analisar o processo de criação da Cidade de Deus enquanto política pública habitacional e sua posterior transformação em território favelizado, utilizando pesquisa bibliográfica para a reconstrução histórica da Cidade de Deus e análise documental de arquivos governamentais e registros da época. Para compreender a construção da Cidade de Deus, é preciso analisar o contexto das políticas urbanísticas e habitacionais que marcaram o Rio de Janeiro durante o século XX. Desde seu início, a cidade passou por reformas urbanas com ideais de modernização, higiene e embelezamento, marcadas por um processo violento de remoção das populações mais pobres de áreas centrais consideradas 'indesejáveis'. Durante a década de 1960, sobretudo no período da Ditadura Militar, as remoções se intensificaram. Foi no governo de Carlos Lacerda (1960–1965) que as primeiras políticas de habitação popular ganharam forma. É nesse cenário que tem início a construção da Cidade de Deus: um conjunto habitacional localizado na Zona Oeste do Rio, que tinha como objetivo diferencial cadastrar famílias pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) com a finalidade de facilitar o acesso à casa própria. Entretanto, ainda durante as obras, em 1966, fortes chuvas causaram enchentes e deslizamentos em diversas favelas, deixando centenas de famílias desabrigadas. De forma emergencial, essas famílias foram inicialmente alojadas no Estádio do Maracanã e, posteriormente, realocadas para a Cidade de Deus – solução que, embora resolvesse a crise imediata, descharacterizou completamente os critérios originais de seleção dos moradores previstos. Neste ponto, o estudo pretende analisar como o controle insuficiente por parte do Estado sobre o processo de ocupação, somado às precárias condições da infraestrutura inacabada do conjunto, contribuíram para a formação de um território marginalizado.

BIBLIOGRAFIA: MELLO, Edir. A ARQUITETURA DA SEGREGAÇÃO – um estudo sobre dinâmicas socioespaciais na produção de território segregados. 2022. Disponível em: <https://asduerj.org/cidade-de-deus-a-arquitetura-da-segregacao-um-estudo-sobre-dinamicas-socioespaciais-na-producao-de-territorios-segregados/> SÁ, Andreia. As remoções de favelas que resultaram em espraiamentos urbanos e em novos bairros, o caso do bairro-favela cidade de no rio de janeiro. 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/29134> BRUM, Mario. Favelas e remoçãoismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão. 2013. Disponível em:<https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1707**

TITULO:DISPUTE BOARDS EM CONTRATOS PÚBLICOS: ANÁLISE DE DIMENSÕES DO PLC 165/2024 DO RIO DE JANEIRO À LUZ DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : **GABRIELA GOULART**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONEMBERG HARTMANN,HAROLDO LOURENÇO**

RESUMO: Este trabalho se concentra em analisar especificamente os artigos 7º e 9º do Projeto de Lei Complementar 165/2024 do Rio de Janeiro, que tratam respectivamente dos critérios para formação dos comitês de dispute boards e dos prazos para suas decisões. Nossa objetivo é identificar como essas regras podem ser aprimoradas com base em experiências internacionais de sucesso, estudos teóricos e diálogo direto com o autor do projeto. Para isso, utilizamos três caminhos principais: a análise detalhada do livro do professor Felipe Varela Mello (autor do PLC) e da obra de Chern sobre práticas internacionais; o exame de um caso concreto de aplicação de dispute boards em outro país; e uma entrevista estruturada com o próprio professor Mello. A atuação envolve a seleção do caso internacional a ser estudado, a comparação das regras do PLC com modelos estrangeiros e a elaboração e condução da entrevista. Resultados preliminares indicam que sistemas como os adotados em países com tradição nesse tema alcançam mais eficácia na prevenção de litígios. Com base nisso, pretendemos sugerir mudanças práticas para o PLC, como a definição de critérios mais transparentes para escolha dos membros dos comitês e a redução dos prazos para decisões, sempre pensando na aplicação dessas melhorias em grandes obras futuras do Rio de Janeiro, inspirados também por experiências brasileiras já consolidadas. Como considerações finais, concluímos que essa pesquisa pode contribuir para regras mais eficientes de dispute boards no Rio, trazendo soluções mais rápidas e econômicas para conflitos em contratos públicos.

BIBLIOGRAFIA: RIO DE JANEIRO (Município). Projeto de Lei nº 165, de 2024. CHERN, Cyril. Dispute Boards: Procedures and Practice. 2020. MELLO, Felipe Varela. Dispute Boards: meio de prevenção e resolução de disputas. São Paulo: Quartier Latin, 2023. DEUS, Adriana R.; BEZERRA, Kamila M. de A.; MONTINO, Leonardo Feres. Dispute boards: habemus dados! Valor Econômico, São Paulo, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/dispute-boards-habemus-dados> MAILLART, Adriana Silva; CARMO, Valter Moura do. Formas consensuais de solução de conflitos 1. In: ENCONTRO VIRTUAL DA CONPEDI, 2., 02–08 set.2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1714****TITULO:ANÁLISE DOS STAKEHOLDERS DA PRIO S.A SOB A ÓTICA DAS ESTUDANTES DE CONTABILIDADE DA UFRJ****AUTOR(ES) : LAURE VIANA LISBOA,MARIA FERNANDA CURVELO MIGUEL,PRISCILA PAULA DE OLIVEIRA,MARIA ANTONIA DE PAIVA VILLA FORTE MACHADO****ORIENTADOR(ES): FERNANDA FILGUEIRAS SAUERBRONN**

RESUMO: O estudo sublinha a importância de uma gestão responsável e proativa, que considere os impactos econômicos, sociais e ambientais das ações corporativas. Alicerçado nisso, essa pesquisa tem por objetivo central realizar a análise dos Stakeholders da empresa PRIO S.A., considerando que o gerenciamento de Stakeholders de uma empresa do ramo petrolífero traz inúmeras implicações para os meios econômicos, sociais e ambientais devido à natureza de suas ações. Analisamos a história da PRIO S.A. desde o período de 2015. Ademais, foram analisados os seguintes documentos da Companhia, sendo eles as demonstrações financeiras e o ESG: Formulário de Referência 2024, Informações Trimestrais dos três primeiros trimestres de 2024, à luz que realizamos a análise até Novembro de 2024, o Relatório de Sustentabilidade de 2023 e os dados históricos das ações desde o início de suas emissões em 2015. A metodologia é construída a partir das classificações a seguir: Quanto à abordagem, a pesquisa realizada possui caráter qualitativo, tendo em vista a necessidade de subjetividade. Em relação à natureza, se qualifica como básica, ao ser teórica. Por conseguinte, aos fins, a presente pesquisa se classifica como exploratória, considerando o foco em proporcionar familiaridade com o caso. Por fim, quanto aos procedimentos, é caracterizada como bibliográfica e estudo de caso. A Teoria dos Stakeholders, proposta por Robert Edward Freeman, sugere que as empresas devem levar em consideração não apenas os interesses dos acionistas, mas também os de todas as partes interessadas que podem afetar ou serem afetadas por suas atividades. Sob essa ótica, a adoção da Teoria dos Stakeholders como marco estratégico na gestão da companhia não é meramente uma recomendação acadêmica ou corporativa, mas sim uma necessidade relevante para que a organização se mantenha competitiva em um contexto empresarial de constante complexidade e exigência. Desse modo, com base nos documentos da PRIO S.A., nos artigos científicos sobre a teoria e a gestão empresarial e nas reportagens sobre o mercado financeiro, realizamos a análise sobre quais eram os Stakeholders Primários e Secundários e quais eram as suas demandas e seus interesses na Cia. Dessa maneira, os Stakeholders Primários são: Acionistas, Funcionários, Clientes e Diretoria e Conselheiros. Além disso, os Stakeholders Secundários são: Comunidades Locais, Ibama, Mídia, ANP/CNPE, Mercado Financeiro, Receita Federal e Sociedade Civil. Portanto, são sugeridos estudos futuros referentes aos Stakeholders de corporações públicas e privadas de outros países, que possuam atividades no ramo petrolífero ou na produção de outras energias utilizadas pelo mundo, com o objetivo de mapeá-los e colaborar com o bom funcionamento das entidades. Ademais, novos estudos podem ser realizados internamente nas empresas com a divulgação da importância do mapeamento e da Teoria dos Stakeholders abordada neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA: MENEZES, David Curtinaz; OLIVEIRA, Jessica Eloísa de; VIEIRA, Diego Mota. Teoria dos Stakeholders: Sua Evolução e Agenda de Pesquisa, Brasília, 07 abr. 2022. PRIO S.A. Negócios. Investidor. Informações aos acionistas. Central de Downloads. Formulário Cadastral e Formulário de Referência. Formulário de Referência 2024, Rio de Janeiro, 2024. PRIO S.A. Negócios. Investidor. Informações aos acionistas. Central de Downloads. Relatório de Sustentabilidade. Relatório de Sustentabilidade PRIO 2023, Rio de Janeiro, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1723****TITULO:VERÃO NA FIRJAN: A FEIRA COMO PALCO - CONSUMO, DIVERSIDADE GASTRONÔMICA E MUSICALIDADE****AUTOR(ES) : GABRIEL DUTRA FRAGA,GABRIEL CORDEIRO DE SOUZA LIMA****ORIENTADOR(ES): FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO: Este recorte do estudo investigou a interação entre a música ao vivo e as práticas de consumo de alimentos no evento “Verão na FIRJAN”, realizado na Casa FIRJAN, Rio de Janeiro, durante janeiro e fevereiro de 2025. O objetivo foi analisar como os estímulos musicais e as interações com os barraqueiros de comida e bebidas moldam a permanência, o consumo e a sociabilidade dos frequentadores. A fundamentação teórica apoiou-se em Arnould e Thompson (2005), que concebem o consumo como prática cultural carregada de significados simbólicos, bem como estudos da etnografia urbana, Holt (2002), ao defender que o método etnográfico contribui para captar nuances sociais e significados atribuídos às práticas de consumo, e Whyte (1980), ao explorar as interações, ritos e códigos sociais de grupos específicos. Nesse sentido, esta pesquisa exploratória adotou a etnografia como método. Foi feita a observação participante em finais de semana, com registros diários de campo, fotografias, gravações de áudio e entrevistas informais com barraqueiros e frequentadores. Os dados foram triangulados para assegurar rigor e confiabilidade. O envolvimento direto no campo incluiu estabelecimento de um diário de campo, sistematização de entrevistas e síntese reflexiva das descobertas. O “Verão na FIRJAN” ocorre na Casa Firjan, em Botafogo, aos sábados, domingos e feriados, reunindo barracas de alimentos em parceria com a Junta Local, e realiza a apresentação de variados músicos em parceria com a Prefeitura. Os resultados indicam que a intensidade do consumo se baseia nos significados relacionados à autenticidade gastronômica, produção sustentável e saudável, qualidade dos serviços. Esses significados são demarcados nas narrativas pessoais dos barraqueiros participantes, indicados pela Junta Local. A diversidade musical ao vivo prolonga-se no evento estimula a permanência do público, fato que contribui para o consumo de comidas artesanais e bebidas. Observou-se ainda que a música fortalece a sociabilidade face a face, reduzindo o uso de dispositivos eletrônicos e promovendo mais facilmente trocas interpessoais e interação social. A análise dos dados está em desenvolvimento, mas a análise preliminar indica que a música como um elemento que fomenta e estimula o consumo de comidas e também de bebidas. Entretanto, tanto o consumo musical quanto o consumo dos alimentos atuam como elemento de coesão social na feira enfocada. Buscando avançar no conhecimento do tema, os dados dessas pesquisas serão articulados com outros estudos para ampliar comparações com outros eventos urbanos de mesma proposta e, assim, para investigar como as apresentações musicais podem influenciar o comportamento de consumo de alimentos. O consumo de música e o consumo de alimentos, quando analisados conjuntamente, permite compreender o processo de atribuição de significados que vão constituindo os elementos simbólicos relacionados, podendo gerar uma determinada cultura de consumo.

BIBLIOGRAFIA: ARNOULD, E.; THOMPSON, C. Consumer Culture Theory (CCT): Twenty Years of Research. *Journal of Consumer Research*, v.31, n.4, 2005. HOLT, Douglas B. Why do brands cause trouble? A dialectical theory of consumer culture and branding. *Journal of Consumer Research*, v. 29, n. 1, p. 70–90, 2002. WHYTE, W. F. On the evolution of street corner society. [1943]. In: GUIMARÃES, A. Z. Desvendando máscaras sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 298–309.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1730****TITULO:**Contra-insurgência e Pacificação no Brasil Contemporâneo: Ecos Coloniais da Doutrina Francesa**AUTOR(ES) :** GABRIEL FRANCISCO CASTRO AGUIAR**ORIENTADOR(ES): TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Esta pesquisa investiga os processos contemporâneos de pacificação no Brasil a partir da hipótese de que sua configuração atual resulta não apenas de dinâmicas internas, mas também da incorporação de doutrinas coloniais estrangeiras — em particular, a doutrina francesa de contra-insurgência, formulada no contexto das guerras da Indochina e da Argélia na segunda metade do século XX. A proposta é examinar como elementos dessa doutrina, desenvolvida por militares como Roger Trinquier (1964) e David Galula (1964), influenciaram a formação de um ethos pacificador que, contemporaneamente, orienta práticas de controle territorial em áreas urbanas marginalizadas no Brasil. Entende-se “pacificação” como uma estratégia estatal de controle social voltada à neutralização de populações consideradas ameaçadoras, por meio da combinação de coerção armada, ações assistenciais e integração forçada (Rodrigues; Maciel; Mendonça, 2021). Já a doutrina francesa de contra-insurgência caracterizou-se por métodos como guerra psicológica, controle populacional, infiltração e uso sistemático de inteligência — tudo isso centrado na identificação e eliminação de um “inimigo interno” difuso, frequentemente civil (Mendonça, 2017). Essa lógica, nascida em contextos coloniais, teria reverberado em outros países por meio de circulação de ideias, manuais, formações e alianças militares. A pesquisa mobiliza o método da análise genealógica, a partir de Michel Foucault (1999), para rastrear a emergência e disseminação desses dispositivos. São analisados intercâmbios entre militares brasileiros e franceses, com ênfase nas décadas de 1950 e 1960, como a ida de oficiais brasileiros à Europa e eventos organizados pela Escola Superior de Guerra (ESG) — espaço fundamental para a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, que moldou a atuação das Forças Armadas na Ditadura Civil–Militar (1964–1985). A análise foca em compreender as práticas de pacificação implementadas por representantes das Forças Armadas em processos de pacificação no Rio de Janeiro, a partir das atuações em 2010 nos Complexos da Penha e Alemão, além de operações em eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Todavia, a pesquisa também aponta para a absorção dessas práticas pelas forças policiais, verificável no caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em consonância e como corolário das iniciativas iniciadas pelos militares. A partir da análise de documentos oficiais, discursos institucionais, materiais de formação e práticas operacionais, sustenta-se que a doutrina francesa exerceu papel significativo na conformação de uma cultura de segurança baseada na vigilância, repressão seletiva e militarização de territórios populares. Essa influência não apenas moldou o aparato coercitivo do Estado, como também legitimou a continuidade de práticas coloniais sob novas roupagens, contribuindo para a naturalização da guerra interna contra populações historicamente vulnerabilizadas.

BIBLIOGRAFIA: GALULA, David. Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice. Westport, Connecticut: Praeger Security International, 1964. TRINQUIER, Roger. Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency. Westport, Connecticut: Praeger, 1964. MENDONÇA, Thaiane Caldas. Pacificação e contra-insurgência: as Forças de Pacificação do Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Penha (2010–2012). 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1733****TITULO:**ROYALTIES DO PETRÓLEO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO MUNICIPAL**AUTOR(ES) :** PEDRO HENRIQUE LEITE UMBELINO**ORIENTADOR(ES): HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO: Com a exploração do Pré-sal, houve um deslocamento da fronteira dos maiores receptores de royalties do Norte Fluminense para os municípios confrontantes com a Bacia de Santos, dentre esses, o maior destaque é Maricá. Nesse município os Royalties estão sendo usados para as mais variadas políticas sociais, econômicas, de desenvolvimento regional e tecnológico, justificando a relevância do tema para a gestão pública. O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas implementadas pelos municípios receptores de royalties no Rio de Janeiro, principalmente Maricá, bem como identificar se há preocupação dos gestores locais com a manutenção dessas políticas no futuro “pós-royalties”, já que estes são baseados em recursos naturais não renováveis. A metodologia é quantitativa e qualitativa, com base em revisão bibliográfica (artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações) e na coleta, sistematização, tabulação e análise de estatísticas oficiais e legislações públicas. Os dados serão coletados no IBGE, InfoRoyalties e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como em portais da transparência do Governo Federal e websites do governo estadual e das prefeituras municipais. Espera-se como resultado, entender as regulações que permeiam as políticas públicas que estão sendo implementadas. Do mesmo modo, espera-se identificar o valor dos recursos recebidos pelos municípios, como eles podem gastar esses recursos, quais são as políticas públicas que são aprovadas, como elas são regularizadas, quem se beneficia delas, e se é possível identificar uma mudança concreta para a população dos municípios analisados. Até o momento, já foi possível identificar que há um intenso debate acadêmico e político sobre as desigualdades regionais na distribuição desses recursos (Gobetti et al, 2020), o futuro “pós-royalties” e a necessidade de promover políticas de justiça intergeracional por meio de investimentos em saúde, educação, diversificação produtiva e transição energética (Tramansoli e Siqueira, 2024). Nesse contexto, notou-se uma distinção entre os atuais maiores receptores e os municípios do Norte Fluminense, onde a abundância de royalties não se traduziu na implementação de políticas sociais relevantes ou de iniciativas de diversificação produtiva. Nos municípios confrontantes com os campos do Pré-sal (Maricá, Niterói e Saquarema), identificou-se inovações importantes, tais como programas sociais de transferência de renda com base em moedas sociais e transporte público gratuito, bem como a criação de instrumentos como os fundos soberanos municipais, com base na poupança dos royalties.

BIBLIOGRAFIA: Gobetti, Sérgio et al. (2020). A polêmica mudança na partilha das receitas petrolíferas. Texto para discussão IPEA, 2566, 1–80. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: A Polémica mudança na partilha das receitas petrolíferas IDR – Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (2021). Estudos Maricaenses. Maricá: Editora Instituto Darcy Ribeiro. Disponível em: Estudos Maricaenses.pdf Tramansoli, Isabela; Siqueira, Hipólita (2024). A economia dos royalties do petróleo e os fundos soberanos subnacionais de riqueza: os casos dos municípios de Maricá e Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Espaço e Economia, 27, 1–27. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/12gdv>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1751****TITULO:**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTOS ÁS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SUL GLOBAL: UM ENFOQUE NA AMÉRICA LATINA E EM ÁFRICA**AUTOR(ES) : NATALIA PONCIANO****ORIENTADOR(ES): RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO: Os efeitos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos em todos os continentes do globo, e, segundo os cientistas, estamos a passos lentos no combate e enfrentamento dessa crise, que já promove impactos significativos na vida da população global, principalmente nas mais vulneráveis e pertencentes à periferia do mundo: o Sul Global. As mulheres sempre ocuparam historicamente um espaço de liderança na luta pela preservação da natureza, das florestas, dos alimentos, dos rios e da terra, e mais que isso, de garantir um futuro possível para as próximas gerações. No entanto, segundo dados da ONU, com o rápido avanço da crise climática, o grupo de mulheres e meninas serão os mais afetados pelos efeitos desse novo cenário e corresponderão a 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas em todo o mundo. Com o aumento desenfreado da crise climática, muitas comunidades e territórios em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos países do Sul Global estão enfrentando dificuldades em obter acesso a ferramentas, financiamento e suporte na formulação de projetos de resiliência e adaptação climática e políticas públicas que freiem esses impactos. Como hipótese da pesquisa, tem-se que a liderança das mulheres do Sul Global, como observado em particular nas experiências reais e concretas da América Latina e no continente Africano, tem sido um motor capaz de gerar alternativas e soluções efetivas em seus territórios e, consequentemente, no redesenho do futuro, o que comprova sua crucialidade para se pensar o adiamento do fim do mundo. Desse modo, a presente pesquisa, ainda em andamento, visa explorar através de uma abordagem interseccional de marcadores sociais qual o papel das mulheres do Sul Global no enfrentamento das mudanças climáticas e qual o papel que elas desempenham na liderança de iniciativas de restauração e justiça climática em seus territórios e, consequentemente, no redesenho do futuro. Vale ressaltar também que o alvo geográfico desta pesquisa é a América Latina e o continente africano, a fim de investigar iniciativas nesses territórios. A metodologia utilizada na pesquisa é a abordagem qualitativa, apoiando-se em métodos de coleta de dados de pesquisa bibliográfica e análise de documentos. Dessa forma, a pesquisa busca, através da lente interseccional, expor e analisar experiências reais e concretas, junto a dados de organizações internacionais, governos e instituições vinculadas ao tema. Como resultados, espera-se compreender o impacto crucial das mulheres do Sul Global no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas e em uma nova proposta de futuro.

BIBLIOGRAFIA: CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2002. UNITED NATIONS. Resource Guide on Gender and Climate Change. Nova York: United Nations, [s.d.]. p. 1–2. Ellen Monielle do Vale Silva e Fernanda Caroline Alves Bezerra de Melo, «Da teoria verde ao ecofeminismo: mulheres na África Meridional frente às mudanças climáticas », e-cadernos CES

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1765****TITULO:**Indexação social na plataforma AO3 (Archive of Our Own)**AUTOR(ES) : MARIANA LOPES ALVES****ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Pesquisa oriunda do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2024, onde se realizou um estudo da indexação social utilizada na plataforma AO3, um repositório destinado à publicação de fanfictions. Tem como objetivo descrever e investigar as particularidades e efeitos dessa modalidade de indexação social na plataforma e sua comunidade, pontuando vantagens e desvantagens do sistema utilizado. Esse trabalho tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Indexação social (Hassan–Montero, 2006 apud); Folksonomia (Mathes, 2004; Wal, 2005); Comunidade de fãs (Silva; Sabbag; Galdino, 2017; Jenkins, 2015) e Fanfictions (Vargas, 2005; Siqueira, 2008). É uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativo a partir de pesquisa documental, analisando o próprio website da plataforma AO3. Utilizou-se o estudo de caso como abordagem metodológica, visando a observação de um objeto específico. Optou-se pelo uso da observação não participante e o uso do questionário como instrumento de coleta de dados. O público-alvo da pesquisa para coleta de dados foram usuários brasileiros do AO3, o universo da pesquisa são pessoas que utilizam o AO3, seja para leitura, escrita ou ambos, com um recorte de usuários que escrevem e publicam em português, sem se limitar a sub comunidades específicas da plataforma. Foi analisada uma amostra de 24 respostas recebidas no questionário. Os resultados obtidos pelo questionário, em sua maioria, evidenciaram respostas positivas por parte dos respondentes com o uso da indexação social e seus aspectos existentes na plataforma. Conclui-se que, ainda que se tenha identificado alguns pontos de melhoria e adição de funcionalidades, a indexação social utilizada no AO3 apresenta um impacto positivo na sua comunidade, e se percebe o esforço da organização da plataforma para aprimorar suas funcionalidades e assim, operar adequadamente para seus usuários.

BIBLIOGRAFIA: SIQUEIRA, M. A. P. A desconstrução da fanfiction: resistência e mediação na cultura de massa. Orientador: Ângela Freire Prython. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. VARGAS, M. L. B. Tornando-se autor: a prática do letramento chamada fanfiction. In: VARGAS, M. L. B. O fenômeno fanfiction: novas leituras e escrituras em meio eletrônico . Passo Fundo : UPF, 2005. p. 20 – 30 . Disponível em : https://dtllc.fflch.usp.br/sites/dtllc.fflch.usp.br/files/VARGAS_0%20fen%C3%84meno%20fanfiction.pdf WAL, T. V.. Folksonomy definition and wikipedia. 2005. Disponível em: <http://www.vanderwal.net/random/entriesel.php?blog=1750>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1789****TITULO:**A avaliação da informação pelo nativo digital**AUTOR(ES) :** GISELLE MACIEIRA PAES, GIULLIANNE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS, MYCHELLE SOARES SILVA DOS SANTOS, RUTE DA SILVA CAVALCANTI**ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR, NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO: Diante do grande volume e da diversidade de conteúdos disponíveis na internet, torna-se fundamental investigar os critérios que os indivíduos utilizam para julgar a credibilidade e a confiabilidade das fontes de informações, e assim contribuir para o fortalecimento das práticas informacionais no meio acadêmico e científico, combatendo a desinformação. O objetivo do trabalho é apresentar resultados sobre como as pessoas nascidas após 1980 utilizam os critérios de avaliação, especialmente aqueles sobre credibilidade de fontes de informações digitais, qualidade da fonte, confiabilidade e autoridade, no contexto da iniciação científica. O trabalho está diretamente vinculado ao projeto PIBIC desenvolvido no âmbito do PROVOC/Fiocruz, pois investiga as práticas informacionais de pessoas discentes envolvidas no processo de iniciação científica desde o Ensino Médio. Esses estudantes, por estarem em contato com informações científicas, representam um público estratégico para compreender as dinâmicas de avaliação de fontes no ambiente digital. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica com ênfase no conceito de credibilidade. A análise considera quatro tipos principais de credibilidade conforme Shawn Tseng e B. J. Fogg (1999 apud Figueiredo, 2011): presumida, reputada, de superfície e experimentada. Compreendendo como os discentes aplicam esses critérios ao acessar informações na internet. Nesta análise, as pessoas participantes se reúnem remotamente para discutir acerca de leituras que trazem conceitos relacionados à avaliação de fontes de informação, com ênfase em credibilidade. Além disso, as contribuições se expandem para o compartilhamento de experiências e percepções de situações cotidianas, especialmente aquelas envolvendo adolescentes no meio digital. Os colaboradores externalizam o conhecimento obtido através de sua graduação com os discentes favorecidos no projeto. Espera-se conhecer como as questões de credibilidade nas dinâmicas informacionais interferem nas práticas informacionais de adolescentes e jovens em processo de iniciação científica. A partir disso, pretende-se propor caminhos para o combate à desinformação nesse grupo. Os resultados preliminares apontam para uma compreensão fragmentada do conceito de credibilidade. As quatro manifestações de credibilidade identificadas são relevantes para mapear como os jovens lidam com informações em fontes digitais. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar essas análises e propor estratégias informacionais.

BIBLIOGRAFIA: FIGUEIREDO, Márcia Feijão de. Busca e validação da informação imagética na web. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/745>. Acesso em: abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1812****TITULO:**PROPOSTA DE MODELO DE EDITORA UNIVERSITÁRIA INDEPENDENTE COMO PROJETO DE EXTENSÃO EM ADMINISTRAÇÃO: O PROJETO ADMIN PRESS**AUTOR(ES) : JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA VILLAÇA, ANALICE VALDMAN DE MIRANDA****ORIENTADOR(ES): FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO: A proposta da Admin Press emerge como um projeto de extensão vinculado ao curso de Administração da UFRJ, com o propósito de consolidar-se como uma editora universitária independente. A iniciativa busca ampliar o acesso a produções científicas e culturais. A proposta é fomentar a divulgação de trabalhos feitos por estudantes sobre gestão, bem como traduzir e divulgar conteúdos em português gratuitamente por meio online. O projeto integra práticas de gestão, inovação e sustentabilidade, alinhando-se à missão da UFRJ de promover ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. O objetivo é fomentar a divulgação científica e cultural de estudantes da UFRJ, transformando a Admin Press em um veículo editorial universitário para ampliação do acesso de conteúdo relevante aos estudantes e demais interessados, além de engajar alunos em pesquisa e extensão. O projeto segue os preceitos do método da pesquisa-ação, que pressupõe que a intervenção participativa na realidade social. O desenvolvimento do projeto será dividida em três etapas: (1) Planejamento: Estruturação da equipe multidisciplinar, com de estudantes dos cursos de Administração, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Ciências da Informação, Comunicação Social, Letras e TI; além da definição de critérios para seleção de textos. (2) Execução: seleção, tradução e diagramação de materiais, criação de plataformas digitais com site responsável e perfil no Instagram, organização de eventos semestrais para lançamento de publicações e debates. (3) Monitoramento: Análise de métricas de acesso e engajamento nas redes sociais, além de feedback do público por meio de formulários online. Os resultados esperados se dividem em três eixos: acadêmico, social e institucional. Espera-se que os resultados acadêmicos ofereça publicação de 10 títulos/ano, com participação ativa de estudantes em todas as etapas do processo editorial, como resultado social se ter redução de barreiras linguísticas e econômicas no acesso ao conhecimento, parcerias com escolas públicas e ONGs para distribuição de materiais, e como resultados institucionais Integração entre cursos da UFRJ, além da consolidação da Admin Press como modelo replicável para outras universidades. A Admin Press pretende ser fonte de colaboração de interdisciplinaridade e sustentabilidade. A proposta gera impactos na formação do estudante, ajudando a desenvolver habilidades em gestão editorial e trabalho em equipe, marketing digital e análise de dados, interação interdisciplinar e resolução de problemas complexos. Além disso, o projeto estimula o protagonismo estudantil e a conexão com o mercado profissional. A Admin Press representa a proposta de um modelo inovador de editora universitária, alinhado aos pilares indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. Ao combinar gestão eficiente, tecnologia e compromisso social, o projeto busca ampliar o acesso ao conhecimento, enquanto inspirar novas iniciativas de extensão na área de Administração.

BIBLIOGRAFIA: GUEVARA, Hoyos. Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. SÍVERES, L. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.). A extensão universitária como princípio de aprendizagem. Brasília: Liber, 2013. p. 19–36. Disponível em . Acesso em: 29.abr.2021. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.-16. ed. São Paulo: Atlas, v. 2, n. 4, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1863****TITULO:**TRAÇOS DE PERSONALIDADE DARK E JULGAMENTO E TOMADA DE DECISÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE**AUTOR(ES) :** MARIA EDUARDA GONCALVES MAGALHAES,ISABELLY DAMASCENO PESENHA**ORIENTADOR(ES): ALINI DA SILVA**

RESUMO: Os auditores realizam o julgamento e tomada de decisão no processo de auditoria, principalmente em etapas que dizem respeito à definição de materialidade, identificação de áreas de risco e a definição da amostragem (Araújo, 2022). Pesquisas na área da psicologia demonstram que o processo de julgamento e tomada de decisão não é um processo mecânico, sendo este uma combinação de crenças e traços de personalidade para escolher um curso de ação apropriado frente a uma situação (Hastie , 2001). De acordo com Brody (1994), os traços de personalidade determinam a forma como os indivíduos respondem aos estímulos da sociedade. A maioria dos estudos relacionados à influência dos traços de personalidade no julgamento e tomada de decisão do auditor utilizam o modelo Big Five da personalidade (Chen et al., 2003); no entanto, a triade sombria dos traços vem ganhando mais destaque nas pesquisas, sendo ela composta por traços de personalidade: narcisismo, psicopatia e maquiavelismo (Bailey , 2019). Diante do exposto acerca do processo de julgamento e tomada de decisão e como este é afetado pelos traços de personalidade do indivíduo, se propõe no presente projeto a resolução do problema: Qual a influência de traços de personalidade dark no julgamento e tomada de decisão do auditor? O objetivo geral da pesquisa é verificar a relação entre os traços de personalidade dark e a qualidade do julgamento e tomada de decisão do auditor. Esta pesquisa adota um delineamento metodológico descritivo e quantitativo, utilizando abordagem de levantamento de dados com auditores independentes atuantes na região Sudeste do Brasil. A amostra, estimada entre 200 à 300 respondentes, é selecionada por meio da rede LinkedIn, onde são identificados profissionais com o perfil desejado e convidados a participar do estudo mediante envio do questionário. Ainda não foram obtidas a quantidade desejada de respostas para rodar testes estatísticos que respondem a o problema de pesquisa , no entanto, o processo de coleta ainda está em andamento , em que até o presente momento obteve-se 11 respostas. Como resultados preliminares observou-se que os auditores que responderam são essencialmente homens, com faixa etária entre 40 anos, com graduação, especialização ou até mestrado, a maioria no cargo de gerente de auditoria, alguns também sócios, supervisor e sênior, cinco eram de firmas Big Four e o restante de não Big Four, com média de 14 anos de atuação em auditoria. Quanto a média das respostas sobre os temas investigados, observou-se que na pré-disposição aos traços dark (medido de 1 a 5), o maquiavelismo apresentou média de 2,72, narcisismo de 3,06 e psicopatia de 1,86. Quanto ao julgamento e tomada de decisão (medido de 1 a 10), observou-se que na média os auditores apresentaram valor 6 sobre o julgamento dos casos apresentados, esperando-se o valor de 10. Assim, observou-se maior pré-disposição ao traço de narcisismo e tomada de decisão quanto aos casos não tão alto quanto se esperava.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Lorena Costa de Oliveira; LUCA, Márcia Martins Mendes De; ARAÚJO, Paolo Giuseppe Lima de. Traços de personalidade sombria e a teoria do comportamento planejado no julgamento e tomada de decisão do auditor. Revista de Administração de Empresas, v. 65, p. e2024-0289, 2025. BONNER, Sarah E.; WALKER, Paul L. The Effects of Instruction and Experience on the Acquisition of Auditing Knowledge. The Accounting Review, v. 69, n. 1, p. 157–178, 1994. HASTIE, Reid. Problems for judgment and decision making. Annual Review of Psychology, v. 52, p. 653–683, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1866****TITULO:**Ceticismo Profissional e Julgamento e Tomada de Decisão de Auditores Independentes**AUTOR(ES) :** ISABELLY DAMASCENO PESENHA,MARIA EDUARDA GONCALVES MAGALHAES**ORIENTADOR(ES): ALINI DA SILVA**

RESUMO: Em um cenário onde há muitas fraudes nas empresas, a postura cética é essencial para que o auditor independente consiga descobrir possíveis erros e assegurar confiança e fidedignidade nas demonstrações financeiras. O ceticismo possui como ideia central de que os auditores não devem aceitar as informações a eles apresentadas em primeira instância, sendo necessária, em vez disso, uma avaliação crítica sobre as evidências existentes para formar sua opinião (Mubako; O'Donnell, 2018, Marçal; Alberton, 2020). O termo “julgamento” refere-se à formação de uma ideia, opinião ou avaliação sobre determinado fenômeno, enquanto a “tomada de decisão” é a escolha de um curso de ação baseado nesse julgamento (Bonner, 1999, Pacheco et al., 2023). No contexto da auditoria independente, o julgamento e tomada de decisão são processos interligados e essenciais para a formação de pareceres confiáveis. Verificar essa relação é importante para compreender o comportamento dos auditores nas atividades profissionais. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar a influência do ceticismo profissional no julgamento e na tomada de decisão dos auditores independentes. A pesquisa tem caráter descritivo, com abordagem quantitativa e uso de questionário para coleta de dados. O público-alvo são auditores independentes da região Sudeste do Brasil que possuem perfil no LinkedIn. O questionário inclui perguntas fechadas para medir o ceticismo profissional (com base no modelo de Hurtt, 2010) e o julgamento e tomada de decisão (por meio de casos adaptados de Assare (1989) e Dezzort, Harrison e Taylor (2006)). Espera-se ter em torno de 300 respostas a fim de realizar técnicas estatísticas necessárias para a resolução do objetivo de pesquisa. Entretanto, ressalta-se que o até momento presente apenas 11 auditores responderam a pesquisa, mas o processo de coleta ainda está em andamento. Assim, apresenta-se uma análise preliminar e descritiva, acerca dos resultados observados. Constatou-se que a maioria é homem, com média de 14 anos de atuação do campo da auditoria, a grande maioria trabalha em empresa não Big Four, mas cinco auditores relataram trabalhar em firmas Big Four (Ernst & Young (EY) e/ou Deloitte e/ou PricewaterhouseCoopers (PwC) e/ou KPMG). Possuem na maioria graduação e alguns especialização e mestrado, com cargos de auditoria como gerente, sócios, supervisor e sênior. Também, observou-se que em escala de 1 a 6 para ceticismo profissional, na média possuem mente questionadora no nível de 4,6, suspensão do julgamento 4,7, busca pelo conhecimento 5,5, compreensão interpessoal 3,9, autoestima 4,6 e autonomia 2,2. Quanto ao julgamento e tomada de decisão (medido de 1 a 10), na média os auditores apresentaram valor 6 sobre o julgamento dos casos apresentados. De maneira geral, constatou-se alto nível de ceticismo profissional nos autores analisados e julgamento e tomada de decisão que por 6, e não muito próximo a 10, que seria o desejado, ainda passível de melhorar.

BIBLIOGRAFIA: CUNHA, P. R.; SILVA, C. T.; PEYERL, D. A.; HAVEROTH, J. Influência dos traços de personalidade no ceticismo profissional de auditores independentes. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 13, p. e158537–e158537, 2019. DEZZORT, T.; HARRISON, P.; TAYLOR, M. Accountability and auditors' materiality judgments: The effects of differential pressure strength on conservatism, variability, and effort. Accounting, Organizations and Society, v. 31, n. 4–5, p. 373–390, 2006. HURTT, R. K. Development of a Scale to Measure Professional Skepticism. Auditing: A Journal of Practice & Theory, v. 29, n.1, p. 149–171, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1926**

TITULO: GESTÃO DO CONHECIMENTO NA DINAMIZAÇÃO DE PROCESSOS EDITORIAIS NO CONTEXTO DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO (RCA)

AUTOR(ES) : **JULIO MUSSER DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: A presente pesquisa trata-se de uma reflexão acerca da importância da Gestão do Conhecimento (G.C) para a editoração e para o gerenciamento de periódicos científicos, levando em conta como o conhecimento influencia na dinamicidade das atividades editoriais e dos fluxos informacionais presentes na composição de uma revista científica em meio eletrônico. Nesse sentido, a Revista Conhecimento em Ação (RCA), do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi escolhida como campo de pesquisa afim de realizar uma análise sobre a relevância e influência da aplicabilidade da G.C em processos editoriais. Possui como objetivo geral, analisar a G.C a partir das ações organizacionais ligadas a processos, atividades e tarefas realizada no âmbito dos canais informais e formais dos fluxos informacionais, principalmente, em meio eletrônico. Tendo em vista que a G.C “[...] é uma ação consciente que age diante da necessidade de explorar e usar o conhecimento gerado pelos sujeitos organizacionais e, quanto colocada em prática, se alimenta por meio dos processos inerentes a ela” (Santos; Valentim, 2014, p. 26). Dessa forma, busca compreender a contribuição da G.C na inovação, captação e compartilhamento de conhecimentos e ideias, visando a otimização administrativa e holística de um periódico eletrônico, sob a ótica intelectual da organização. A metodologia utilizada é a pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem interpretativista e reflexiva, empregando a análise documental e a pesquisa bibliográfica por meio de termos controlados e aplicados para recuperar artigos pertinentes e relacionados à temática através da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e pela Scientific Electronic Library Online (SciElo). Como mencionado anteriormente, o campo da pesquisa é o periódico Revista Conhecimento em Ação (RCA). Nesse contexto, trata-se também de uma pesquisa-acção visto que o resultado da pesquisa possibilita intervenção no processo de gestão da RCA. Como resultado evidenciou-se a importância da G.C na dimensão das revistas científicas e como sua aplicação otimiza os processos externos e internos relativos ao desenvolvimento de um periódico eletrônico. Portanto, a pesquisa demonstra que o gerenciamento do conhecimento contribui notoriamente para o desenvolvimento da cultura organizacional, da comunicação, da obtenção de conhecimentos, da criação de novos, do seu compartilhamento e no mapeamento de fluxos informacionais de um periódico, fornecendo informações úteis e pertinentes para a melhora da qualidade das publicações, da tomada de decisão, dos processos editoriais e da elaboração do periódico eletrônico como um todo. Dessa forma, garantindo a manutenção do avanço científico, tal como sua eficácia, e o aperfeiçoamento do progresso da Comunicação Científica.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: . Acesso em: 24 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1941**

TITULO: Emoção e competência em informação: uma revisão bibliográfica

AUTOR(ES) : **RAPHAELA TEODORO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: No ambiente online as palavras escolhidas pelas pessoas autoras exercem um papel relacionado ao comportamento informacional dos usuários, principalmente em como buscam e compartilham a informação. Através da escolha, sintaxe e contexto em que as palavras estão inseridas, elas podem estimular sentimentos, positivos (diversão, prazer, segurança, etc.) ou negativos (raiva, ansiedade, medo, etc.) (Savolainen, 2015), sendo planejadas para induzir essas emoções ou não. Nas redes sociais online, em que os usuários podem criar, comentar e compartilhar postagens, os sentimentos podem atuar para induzir o engajamento, pois nem sempre são mediados pela razão (Bezerra, 2024). Nesse sentido, os autores de publicações que disseminam a desinformação e discursos de ódio buscam instigar os sentimentos negativos dos seus públicos para aumentar o número de visualizações e engajamento. Somado a isso, temos também a pós-verdade, que ocorre, por exemplo, quando uma postagem que confirma as crenças do usuário leitor são consideradas verdadeiras sem a verificação dos fatos. Com isso, indivíduos com emoções negativas tendem a não buscar entender o contexto de maneira holística ou a utilizar outro ponto de vista, agindo essencialmente emocionalmente. Para impedir que tais informações nocivas e mentirosas se alastrem, o desenvolvimento de habilidades a partir da promoção da competência em informação podem auxiliar na inteligência emocional e na responsabilidade social, ajudando que as pessoas possam agir com cautela no ambiente online. Deste modo, o objetivo deste trabalho é apresentar o “lugar” das emoções nos estudos e práticas da competência em informação. A metodologia é exploratória através do levantamento bibliográfico no Portal de periódicos CAPES, e nas bases Scopus, LISTA e BRAPCI, com as palavras-chave sendo “information literacy” e “emotions”. O levantamento resultou em 72 documentos, porém, foram selecionados apenas 7 artigos que constavam nas três primeiras fontes citadas anteriormente, sendo o único critério tratar sobre o tema das emoções como principal. Nos resultados encontrados percebe-se a prevalência de pesquisas feitas e publicadas em países estrangeiros, principalmente do norte global, e dentro do contexto de bibliotecas acadêmicas voltadas para seus usuários. Nesse sentido, é possível identificar a necessidade de mais pesquisas voltadas para o tema, voltada para o contexto informacional dos brasileiros, para compreender como as emoções afetam o comportamento e as práticas informacionais.

BIBLIOGRAFIA: BEZERRA, A. C. Miséria da informação: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamon, 2024. SAVOLAINEN, R. The role of emotions in online information seeking and sharing: A case study of consumer awareness. Journal of Documentation, [s. l.], v. 71, n. 6, p. 1203-1227, out. 2015. DOI: 10.1108/JD-09-2014-0129.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1960**

TITULO:Ecossistema de finanças sociais e extensão universitária: perspectivas a partir do Manamano

AUTOR(ES) : **GABRIELLE DRUMOND SALOMÃO,RAFAELLE DRUMOND SALOMAO**

ORIENTADOR(ES): **CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ**

RESUMO: No contexto de demandas sociais e de um olhar mais amplo para o significado de sustentabilidade, é crescente o estudo de Negócios de Impacto e de estruturas de finanças sociais (Sales, 2022), com o desenho de verdadeiros ecossistemas financeiro com a participação de diferentes atores. O Manamano trata-se de um projeto de extensão universitária da UFRJ, de caráter multidisciplinar, que articula a participação de diferentes áreas da UFRJ e a parceria com organizações da sociedade civil, para oferecer capacitação e auxílio na forma de capital semente a nano empreendedoras, predominantemente, de regiões periféricas do Rio de Janeiro. Ele teve seu início, ainda no período de isolamento da pandemia de Covid-19, visando auxiliar essas empreendedoras a enfrentar os desafios impostos aquela época e, desde então, vêm adaptando-se às novas demandas sem perder sua essência. Seu impacto social já vem sendo estudado sob o ponto de vista das empreendedoras, bem como seu impacto para extensionistas e docentes envolvidos. Partindo da identificação do projeto de extensão Manamano como parte de um ecossistema de finanças sociais incompleto e frágil, este trabalho tem como objetivo aprofundar a análise financeira e social desse ecossistema do projeto, com vistas à formulação de perspectivas para seu fortalecimento e estruturação da viabilidade financeira. Para a condução da pesquisa é realizada uma revisão de literatura sobre finanças sociais, seguida de pesquisa documental sobre o Manamano e a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores do projeto . Espera-se como resultados: a identificação de visão de futuro dos principais responsáveis pelo projeto e de estratégias viáveis para manutenção e aprimoramento do mesmo, bem como fortalecimento do ecossistema de finanças sociais no qual está inserido. Como resultado preliminar observa-se que a continuidade do projeto parece não depender de sua viabilidade financeira. Destaca-se que este estudo ainda está em desenvolvimento. Quanto à atuação das autoras, realizam de maneira conjunta revisão de literatura, análise de fontes documentadas relevantes ao tema e elaboração de questionários utilizados para a realização das entrevistas.

BIBLIOGRAFIA: DEGENSZAJN, A. et al. Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais. São Paulo: Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais, 2015. LUTZ, F. G.; PETRINI, M. SOUZA, A. C. A. A. Ecossistemas de Empresas Sociais: Uma Perspectiva Internacional. Revista Ciências Administrativas, v. 30: e14026, 2024. SALES, S. O 'coração invisível' do mercado: A gestão moral dos negócios de impacto como empreendimentos exemplares. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 15, n. 1, p. 55–80, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1964**

TITULO:AUSTERIDADE FISCAL E TRIBUTAÇÃO REGRESSIVA: COMO FATORES ECONÔMICOS PERPETUAM A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL NO SÉCULO XXI

AUTOR(ES) : **BERNARDO AUGUSTO PINTO MONTEIRO,JACKSON ROGER DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO: A histórica subalternidade do negro no Brasil, consolidada por um projeto de nação que negou sua contribuição para sua própria emancipação (Moura, 1977) e promoveu o mito da "democracia racial", mesmo após a implementação de políticas de branqueamento e repressão das expressões culturais , é o contexto para analisar a persistência da desigualdade racial contemporânea. O presente artigo, nesse sentido, utiliza como metodologia revisão bibliográfica e análise descritiva de dados da realidade socioeconômica brasileira, que busca, como objetivo geral, entender como as decisões econômicas de austeridade perpetuam essa subalternidade do negro. Serão analisados avanços, continuidades e retrocessos nas discussões de políticas econômicas, que impactam diretamente a desigualdade racial no país, partindo do pressuposto de que a população negra está, historicamente, representada nas camadas mais baixas em termos de níveis de renda, progressividade da tributação, acesso aos bens públicos e qualidade de ocupações, diante da formação do capitalismo no Brasil , marcado por um contexto colonial e escravista. Como objetivos específicos, visa-se entender como no Brasil do século XXI austeridade fiscal e desigualdades raciais reagiram à intensificação do neoliberalismo a partir de governos que cristalizaram a combinação do tripé macroeconômico, mais especificamente de uma política fiscal austera, funcionando como instrumento de restrição democrática no país. Nesse sentido, a discussão pública de equilíbrio entre arrecadação e gastos, que são mecanismos aparentemente "neutros", exclui a parcela da população que paga mais impostos proporcionalmente a sua renda, mulheres negras e homens negros, e que necessitam, em sua maioria, dos efeitos redistributivos da política fiscal, visto que esse mecanismo econômico possui um papel central na explicação da desigualdade, pois a forma de gastar impacta diretamente o acesso dessa população a bens e serviços básicos, como saúde e educação (Dweck, 2019). Espera-se, como resultado, que a discussão proposta forneça bases para apontar que a precária condição de vida, renda e trabalho que cabe às populações racializadas são influenciadas pela política fiscal neoliberal.

BIBLIOGRAFIA: Moura, Clóvis. Negro: de bom escravo a mau cidadão ? Dandara. (1977). Nogueira, F. Clóvis Moura e Cedric Robinson: diálogos sobre a Tradição Radical Negra. Lutas Sociais, 27(50), 84-100. (2023) Rossi, P., Dweck, E., & Oliveira, A. L. M. de (Orgs.). Economia para poucos: Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. Autonomia Literária. (2019)

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 1968**

TITULO:As implicações do sistema escravista para a consolidação da industrialização brasileira na passagem do século XIX para a primeira metade do século XX

AUTOR(ES) : JOAO VICTOR DIAS RAMIRO,DIANA ARINE CARDOSO ROSA

ORIENTADOR(ES): JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN

RESUMO: O trabalho terá como objetivo geral analisar a influência das bases escravocratas da economia brasileira no processo de construção do capitalismo no Brasil e de que forma o legado do sistema escravista influenciou o processo de industrialização brasileira na transição do século XIX para a primeira metade do século XX. A abordagem proposta pretende ir além de interpretações clássicas sobre a formação do capitalismo e da industrialização no Brasil, como a presente em Furtado (1959), para isso combina autores que priorizam a economia política das relações raciais no Brasil e a especificidade da formação do mercado interno no país como Moura (1994) e Paula (2021). Um dos objetivos específicos do trabalho é compreender como a escravidão e o sistema econômico brasileiro estiveram diretamente ligados ao processo de acumulação primitiva de capital — condição fundamental para a industrialização —, ao mesmo tempo em que estabeleceram entraves estruturais que limitaram seu pleno desenvolvimento. Além disso, também será explorado como as bases escravocratas contribuíram para a formação de um capitalismo dependente no Brasil, marcado pelo forte direcionamento aos centros econômicos internacionais, e como a manutenção de um elevado excedente de mão de obra, diante de um contingente de mão de obra imigrante europeia, herança direta do sistema escravista limitou a consolidação de um mercado interno robusto, no sentido poder aquisitivo. A metodologia a ser utilizada baseia-se em uma análise histórica a partir de uma revisão bibliográfica de textos que tratam da relação entre as bases escravocratas brasileiras e formação do capitalismo e desenvolvimento industrial, buscando usar a abordagem das controvérsias econômicas. Complementarmente, serão realizadas análises críticas de dados históricos e socioeconômicos, de modo a embasar os argumentos propostos e fortalecer a construção teórica do trabalho. A atuação dos autores no desenvolvimento do projeto consiste na realização da pesquisa bibliográfica e revisão, na organização e interpretação dos dados e na redação da pesquisa, destaca-se que ambos os autores estarão presentes em todas as etapas. Conclui-se, ainda que parcialmente, que as bases escravistas não apenas sustentaram o acúmulo primitivo de capital, como também impuseram limites estruturais ao desenvolvimento industrial brasileiro, moldando um capitalismo tardio e excluente, dependente e marcado por profundas desigualdades raciais e sociais. Dessa maneira, como resultado, espera-se contribuir com o estudo os principais fatores que impactaram o processo de industrialização brasileira evidenciando como o sistema escravista moldou práticas econômicas e relações de trabalho que se estenderam mesmo após a abolição formal da escravidão.

BIBLIOGRAFIA: – MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. Anita. São Paulo. 1994. – FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 1959 – PAULA, João Antônio. O capitalismo no Brasil. Kotter. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 1984**

TITULO:ARMAS AUTÔNOMAS: DILEMAS ÉTICOS E REGULATÓRIOS DA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL MILITAR

AUTOR(ES) : LUISA CASTELO BRANCO CARVALHO DE ANDRADE

ORIENTADOR(ES): SANDRA MARIA BECKER TAVARES

RESUMO: A evolução das tecnologias armamentistas e não-armamentistas tem impactado significativamente o cenário militar, levantando debates sobre os desafios éticos e regulatórios acerca do uso de armamentos autônomos. Os sistemas de Inteligência Artificial - IA - têm moldado, por sua vez, cenários na Diplomacia e nas Relações Internacionais, alterando a forma como os governos se comunicam, monitoram crises, influenciam as percepções públicas domésticas e globais. Uma das finalidades da Inteligência Artificial no contexto militar é a automatização dos sistemas de armas. Essas são armas que selecionam alvos e fazem uso da força militar sem intervenção humana. Isso só é possível através da instalação de sensores e software, que buscam, detectam, identificam e, por fim, atacam o alvo, com objetivo de neutralizá-lo, destruí-lo ou danificá-lo. Este texto acadêmico objetiva analisar a evolução da tecnologia militar e seus impactos na regulamentação do uso de LAWS – Lethal Autonomous Weapons System . Já os objetivos específicos serão responsáveis por: a). dissecar a evolução dos conflitos armados desde 1648; b). por descrever as definições dos sistemas de armas autônomas letais e; por último, c). dissecar os dilemas éticos internacionais da aplicação das LAWS, assim como seus apoiadores e seus críticos. Quanto à metodologia, este estudo foi conduzido através da pesquisa bibliográfica descritiva, utilizando métodos histórico, comparativo e observacional, visando analisar de forma sistemática os dilemas éticos e regulatórios associados ao uso de armas autônomas no contexto militar.

BIBLIOGRAFIA: AMOROSO, Daniele. Autonomous Weapons Systems and International Law: A Study on Human–Machine Interactions in Ethically and Legally Sensitive Domains. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2020. ARON, Raymond. Paz e guerra: entre as nações. São Paulo: Martins Fontes, 2018. BARBOSA, Lútiane Valadares Fernandes. Armas Letais Autônomas: Reflexões sobre a Interação Homem–Máquina. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, [S. l.], v. 16, n. 1, 2024. DOI: 10.21680/1982-310X.2023v16n1ID35714. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadadireitos/article/view/35714>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Orla****ARTIGO: 2000****TITULO:**UM OLHAR SOBRE TELA: O QUE SÃO AS REDES SOCIAIS DIGITAIS?**AUTOR(ES) : JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL****ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: RESUMO: No âmbito da Biblioteconomia, David Lankes (2016) denominou o terceiro espaço biblioteconômico como estrutura social, que depende dos comportamentos de foco interativo, informal e aberto. Este é o ambiente de redes sociais digitais, que têm se transformado consoantes ao regime informacional. Em estágios digitais e sociais perante as revoluções da Sociedade de Controle (Souza; Avelino; Silveira, 2018) e da Sociedade do Cansaço (Han, 2015), rompeu-se a esfera do terceiro espaço. Ademais, as mídias digitais apresentam estruturas específicas que, para mediação e gestão informacional, precisam ser delineadas. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é propor a criação de um novo espaço biblioteconômico, enfatizando a importância de considerar a espacialidade, a cultura digital e os impactos sociais dessas mudanças. Optou-se pela metodologia de análise bibliográfica e a escolha do material pela proporção de uso da rede Meta no Brasil e seu segundo lugar, em pódio mundial, para população mais ativa socialmente nas redes digitais. Como resultados parciais, busca-se relacionar o ambiente informacional com dinâmicas de poder e cultura digital das redes sociais digitais e encaixá-lo em um espaço biblioteconômico, de modo que sejam objetivas as demandas e os trabalhos dos agentes bibliotecários. Por fim, manifestar como a formação e a não formação de controle na conduta, linguagem e posicionamento das redes sociais digitais diferem suas estruturas conforme a visão sociopolítica–econômica dos canais telecomunicativos perante o foco biblioteconômico.

BIBLIOGRAFIA: LANKES, Richard David. Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016. LAPA, A. B. L.; LACERDA, A. L.; COELHO, I. C. A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. Inclusão Social, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/71361> . PÉREIRA, Diego dos Santos Lira. Democracia e pós-verdade: a influência das redes sociais na subversão de conceitos e processos democráticos. 2024. 236f Fortaleza. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/590636> . Acesso em: 29 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2014****TITULO:**Quem financia, planeja? Proibição de doações corporativas de campanha e novos agentes protagonistas de projetos de revitalização urbana no Rio de Janeiro.**AUTOR(ES) : ISABELA CAMPBELL****ORIENTADOR(ES): ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: As alterações no marco regulatório do financiamento eleitoral brasileiro, em especial a proibição das doações empresariais a partir de 2015, suscitam novas problematizações acerca das relações entre agentes econômicos e Estado na produção do espaço urbano. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos dessas transformações sobre a governança urbana no Rio de Janeiro, tomando como estudo de caso o Projeto Reviver Centro, lançado em 2021. A metodologia baseia-se no monitoramento político-institucional do processo, com especial atenção à análise do financiamento eleitoral nas eleições municipais, a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 2012 a 2024. A análise dos dados evidencia inicialmente o predomínio de recursos privados no financiamento de campanhas eleitorais até o ano de 2012. Essa tendência é drasticamente alterada em 2016, com a proibição do financiamento por pessoas jurídicas. A partir de então, há um predomínio dos recursos oriundos do fundo público, modificando significativamente a dinâmica entre os agentes econômicos e o sistema político-eleitoral. A proibição de doações corporativas por parte de tradicionais agentes locais e nacionais, que historicamente dominaram tanto o mercado imobiliário e da construção civil quanto o sistema de financiamento de campanhas eleitorais no Centro do Rio, parece ter criado um novo cenário de oportunidades. Esse contexto pode estar facilitando a crescente inserção de agentes financeiros e investidores internacionais, especialmente nos grandes empreendimentos urbanos e nas operações de reestruturação imobiliária. Com a retração dos antigos financiadores, observa-se uma abertura para novos fluxos de capitais globais, que passam a desempenhar um papel cada vez mais relevante na redefinição das dinâmicas de produção do espaço urbano e na transformação do perfil econômico e político da região central da cidade. Para aprofundar a compreensão dessa dinâmica, a pesquisa conta com um método complementar baseado na realização de entrevistas semiestruturadas com potenciais agentes envolvidos — entre eles representantes do setor imobiliário, gestores públicos, consultores urbanísticos, membros de conselhos e associações empresariais. O objetivo dessas entrevistas é compreender de forma qualitativa como esses agentes percebem e exercem sua influência na formulação e execução do Projeto Reviver Centro, especialmente em um cenário de mudanças no marco regulatório do financiamento eleitoral. Essa nova configuração reforça a hipótese de que, embora o vínculo direto entre capital privado e campanhas eleitorais tenha sido formalmente restrinido, as relações entre setor imobiliário e poder público seguem ativas — ainda que com novos agentes, outras estratégias e formas de intermediação. A pesquisa busca, portanto, entender como se dá essa adaptação dos atores tradicionais e a entrada de novos agentes no jogo político e urbano pós-reforma do financiamento eleitoral.

BIBLIOGRAFIA: BONIZZI, Bruno; KALTENBRUNNER, Annina; POWELL, Jeff. Subordinate financialization in emerging capitalist economies. Greenwich Papers in Political Economy, n. 23044, University of Greenwich, 2019. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Prestação de Contas Eleitorais. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Interesses econômicos, representação política e produção legislativa no Brasil sob a ótica do financiamento de campanhas eleitorais. 2016. 220 f. Tese - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. SANTOS, Bruno Carazza.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2045**

TITULO:A invenção do atraso: Herança colonial e o Nordeste como o 'Sul Global' no imaginário regional brasileiro

AUTOR(ES) : **SOPHIA LIMA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO: A partir do século 19, o Brasil consolidou uma geografia simbólica interna marcada por assimetrias históricas e imaginárias entre regiões. O Nordeste, outrora centro político e econômico durante a Colônia, passou a ser representado como região "atrasada", em contraste com uma ideia de modernidade atribuída ao Sudeste. Esse processo não se deu naturalmente; ao contrário, resultou de construções discursivas, políticas e culturais que operaram, desde o pós-independência, na redefinição dos espaços nacionais. A migração nordestina para o Sudeste no século 20 intensificou a criação de estígmas sociais e reforçou estereótipos que associam os nordestinos à ignorância, pobreza e atraso. O Nordeste, assim, tornou-se uma espécie de "outro interno" na formação da identidade nacional, evocando um papel similar ao que o Sul Global, como uma categoria também herdada de uma lógica colonial, ocupa no Sistema Internacional contemporâneo. O presente trabalho investiga como a colonialidade do poder, a partir de hierarquias raciais e econômicas, construiu a imagem do Nordeste como um "Sul Global interno" no Brasil, reproduzindo sua inferiorização em relação ao Sudeste. Com base em autores decoloniais e do Sul Global, tais quais Aníbal Quijano, Albuquerque Jr. e Celso Furtado, parte-se do pressuposto de que essa dinâmica não apenas estruturou relações de dominação durante a colonização, mas também perpetuou padrões de subalternidade posteriormente. O objetivo é compreender de que modo essa construção simbólica e material se consolidou historicamente, sustentando uma divisão regional que reflete, em escala nacional, a lógica centro/periferia de um Sistema Internacional de matriz colonial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de procedimento de estudo de caso e a técnica de coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica. Analisa-se como a miscigenação no Nordeste foi associada a estereótipos de inferioridade, enquanto a imigração europeia no Sudeste reforçou sua imagem de "branquitude" e progresso. Além disso, examina-se a especialização econômica regional: o Nordeste, historicamente vinculado ao trabalho escravizado e à agroexportação, contrasta com a industrialização do Sudeste, reforçando uma divisão regional que espelha a dinâmica Norte/Sul Global. Como resultado esperado, busca-se demonstrar que a representação do Nordeste como "atrasado" é uma construção histórica sustentada pela colonialidade do poder. Parte-se da hipótese de que, assim como o Sul Global foi racializado e economicamente subalternizado no contexto da colonização global, o Nordeste brasileiro foi alocado em uma posição similar dentro da estrutura nacional – uma representação que justificou políticas de desenvolvimento regional assimétricas e perpetua desigualdades ainda hoje. A pesquisa contribui para desnaturalizar discursos que associam pobreza e subdesenvolvimento à região, evidenciando seu papel na reprodução de hierarquias coloniais no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: 1. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 3. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2048**

TITULO:TENDÊNCIAS TEMÁTICAS E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS TÉCNICO–CIENTÍFICOS DAS CONFERÊNCIAS NOCMAT DE 1984 A 2023

AUTOR(ES) : **DIEGO VELASCO COELHO,ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO: A última Conferência Internacional sobre Materiais e Tecnologias Não Convencionais (NOCMAT), bienal, aconteceu na cidade de João Pessoa, na Paraíba, em 2023. Proporcionando a reunião entre profissionais que pesquisam e discutem a aplicação de materiais de construção não convencionais na construção civil, como bambu, madeira ou terra. Esses materiais diferentes dos convencionais como cimento, aço ou tijolo são considerados mais ecológicos. O evento apresentou 112 novos trabalhos entre diferentes temas do NOCMAT. Foram 1722 artigos apresentados, com participação de mais de 695 instituições de cerca de 65 países, ao longo das 19 Conferências Internacionais realizadas até hoje em países da América, Europa, África e Ásia, desde a primeira realizada no Brasil, em 1984. Se consolidou como um fórum essencial para a disseminação de conhecimento avançado sobre materiais e tecnologias na construção civil ecológica e sustentável , alinhando-se aos esforços globais de sustentabilidade urbana (ODS 11) da Agenda 2030 das Nações Unidas (2025). Os dados gerais apresentados neste estudo refletem o panorama até o momento deste resumo. O objetivo geral do presente estudo é analisar a intermediação das pesquisas apresentadas dentro das temáticas das Conferências NOCMAT. Esse estudo contribui para o estudo da arte, e utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, que ainda se encontra em desenvolvimento no âmbito de projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFRJ). Assim, enseja-se identificar os autores mais ativos, publicações que foram feitas por 2 autores ou mais que já somam mais de 51%; instituições que se destacam, países influentes como o Brasil, que lidera o ranking com maior número de instituições participantes e os temas mais relevantes como: bambu, durabilidade e desempenho de materiais de construção com uso de materiais Compósitos e fibras vegetais entre outros. As conclusões preliminares até o momento encontradas demonstram a integração entre pesquisadores para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, notavelmente queimadas e inundações, além de auxiliar nas tomadas de decisões de forma respaldada, como pontua a importância (Ohayon et al , 2022).

BIBLIOGRAFIA: OHAYON, Pierre; SHARAFI RAD, Ali; GHAVAMI, Khosrow; SIQUEIRA, Cristiana; LOPES, Sara; LEITÃO, Pablo. Thematic trends and bibliometric analysis of scientific and technical papers within NOCMAT 1984–2019 international conferences. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NON–CONVENTIONAL MATERIALS AND TECHNOLOGIES (NOCMAT), 2022, Pittsburgh; Mayagüez; Rio de Janeiro. Anais [...]. 7 a 23 jun. 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/nocmat2023/>. Acesso em:26 abr. 2025. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. [S.I.]: ONU Brasil, [2025?]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em:26 a

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2050**

TITULO:A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO FLUMINENSE NO PERÍODO DA DITADURA EMPRESARIAL–MILITAR BRASILEIRA A PARTIR DO ESTUDO DO CASO DA FAZENDA SÃO ROQUE

AUTOR(ES) : LAURA GARCIA GONZAGA

ORIENTADOR(ES): ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES

RESUMO: O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de Pesquisa “Direitos Humanos e Conflitos no Campo no Rio de Janeiro da Ditadura”. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação do Poder Judiciário fluminense em conflitos fundiários agrários, no contexto da ditadura empresarial–militar no Estado do Rio de Janeiro. Em especial, examinar os processos e a argumentação presente nas decisões dos autos da ação possessória e da ação de desapropriação sobre os conflitos fundiários agrários ocorridos na área da Fazenda denominada São Roque, no município de Paraty/RJ. Assim, por meio do método qualitativo, buscou–se verificar se houve menção aos dispositivos legais vigentes, as formas de interpretação das normas jurídicas que estabeleceram a função social da propriedade e a possibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária, como também avaliar o potencial impacto das decisões na efetivação de direitos humanos, concebidos criticamente como resultados provisórios de lutas sociais, na política de reforma agrária e nos conflitos fundiários. Ademais, foram utilizadas fontes bibliográficas para que alguns aspectos chaves do caso concreto fossem analisados criticamente à luz do caráter patrimonialista comum ao Poder Judiciário, como também leituras sobre as legislações vigentes à época da ditadura, por exemplo sobre o Estatuto da Terra (BRUNO, 1997). Como resultado parcial obtido, por meio do cotejo dos dois processos judiciais possessório e desapropriatório, pode–se citar uma tática persistente dos grileiros e supostos proprietários de individualizar os conflitos, por meio de ajuizamento de ações possessórias individuais, cujas decisões desconsideraram possível dimensão coletiva dos conflitos fundiários. Deste modo, a partir da metodologia utilizada, as conclusões preliminares do trabalho revelaram que a atuação do Poder Judiciário fluminense veio a dificultar promoção da reforma agrária na área da Fazenda São Roque, ignorando ou endossando os conflitos existentes à época, ao considerar a exagerada duração do processo de desapropriação, totalizando, até o momento, 37 (trinta e sete) anos, em que perdurou por 28 (vinte e oito) anos sem haver a realização da perícia para apurar o valor real do bem a ser indenizado. Por fim, quanto à ação possessória, apesar da extinção da ação favorecer o posseiro, a sentença não se baseou na legitimidade da posse, mas ausência do ato constitutivo da sociedade e na inexistência de comprovação de propriedade pela parte autora, reafirmando o caráter absoluto com o qual o direito de propriedade foi interpretado pelo Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: UFRJ, 1997. FEITOSA, Annagese e SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et. al. Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946–1988) [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós–Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; 2015. TAVARES, Ana Claudia Diogo; GONZAGA, Laura Garcia. Direitos Humanos em Conflitos Fundiários

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2074**

TITULO:A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL IMPÉRIO NA GUERRA DO PARAGUAI

AUTOR(ES) : JULIA DE FREITAS SOARES

ORIENTADOR(ES): DANIELLE COSTA DA SILVA

RESUMO: Esta pesquisa analisa a Política Externa do Brasil Império na região do Prata, com foco no processo que culminou na Guerra do Paraguai. Para compreender esse cenário, investiga–se a formação histórica dos países da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e do Paraguai, a fim de elucidar o contexto político, econômico e diplomático em que o Brasil estava inserido. A atuação brasileira no Prata consolidou uma hegemonia periférica, caracterizada por uma forte atuação diplomática, e por fim, uso da força. A Política Externa do Império, embora integrada ao sistema internacional capitalista e imperialista da época, também revelou aspectos de autodeterminação, ao articular os interesses nacionais de integração territorial, liberdade de navegação e ampliação do comércio regional. A Guerra do Paraguai marcou profundamente a história do país: expôs as contradições internas do regime escravocrata, fortaleceu a identidade do Exército e contribuiu para a crise do sistema monárquico. O conflito, ao mesmo tempo que projetou o Brasil como potência regional, abriu caminho para transformações políticas e institucionais que culminariam no fim da monarquia e na proclamação da República em 1889.

BIBLIOGRAFIA: CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo : Companhia das Letras, 2002. WILLIAMS, J. H. (1979). The Rise and Fall of the Paraguayan Republic, 1800–1870. Austin, Texas: University of Texas Press.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2130**

TITULO:Poder judiciário e conflitos fundiários no território fluminense

AUTOR(ES) : THAILANE GARCIA CANDIDO

ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

RESUMO: A pesquisa delineia a atuação do Poder Judiciário nos conflitos fundiários no território fluminense e suas decisões em processos judiciais possessórios coletivos, através de uma lente analítica interseccional que considere as dimensões de classe, raça e gênero, enfatizando o impacto da brutalidade das remoções forçadas na vida das mulheres, especialmente as mulheres negras. O projeto também examina o papel das Comissões de Soluções Fundiárias (CSFs), criadas pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base nas determinações previstas na Ação de Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) 828 e na Resolução 510 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinadas a mediar os conflitos fundiários coletivos. O objetivo principal é capturar as consequências da feminização do déficit habitacional a partir de reflexões sobre o racismo estrutural e ambiental, a opressão de classe, o patriarcado e outros sistemas discriminatórios que naturalizam as violações de gênero. Para tanto, utiliza-se metodologias qualitativas e quantitativas combinando a análise dos processos judiciais com uma interpretação pautada na teoria da interseccionalidade, o levantamento dos dados obtidos, a observação participante nas audiências das Comissões de Soluções Fundiárias e nas visitas a ocupações. Como bolsista e autora da pesquisa, minha atuação inclui a coleta de dados jurisprudenciais, participação ativa em audiências e visitas técnicas, busca por bibliografia crítica feminista e antirracista, redação de relatórios dos padrões decisórios da magistratura para compreender como déficit habitacional feminino reflete nas decisões judiciais que criminalizam a reivindicação por moradia digna daqueles que lutam para pertencer ao termo "sujeito de direito". Diante dos resultados alcançados, é possível evidenciar a frieza dos magistrados fluminenses nas decisões que desconsideram o impacto social das remoções forçadas, as quais afetam desproporcionalmente as mulheres negras, resultando em trajetórias marcadas pela violência de gênero e racial, bem como na perpetuação de ciclos de pobreza e violação de direitos fundamentais. Como consideração parcial, a pesquisa ressalta a necessidade urgente do fortalecimento de práticas comprometidas com as múltiplas faces da justiça social, reafirmando a importância da atuação humanitária do Poder Judiciário para combater a violência interseccional que atravessa o contexto dos despejos.

BIBLIOGRAFIA: QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana et al. Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região. InSURgênciA, v. 11, n. 1, 2025. QUINTANS, Mariana, CASTRO SOBRINHO, Taiana de. Mulheres e moradia: despejos e remoções enquanto violências de gênero. REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. v.21, p.157 – 181, 2024, c. ALMEIDA, Ana Lia. Despejadas: um debate sobre sujeito de direito a partir do caso da ocupação Mulheres Guerreiras. Rev. Direito e Práxis, v. 15, n. 4, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2138**

TITULO:REVOLUÇÃO 4.0 E A ERA DAS NOVAS GUERRAS: PERSPECTIVAS A PARTIR DE NAGORNO-KARABAKH

AUTOR(ES) : ISABELLA AKEMI

ORIENTADOR(ES): SANDRA MARIA BECKER TAVARES

RESUMO: Tendo em vista a atualidade da discussão e perspectivas do porvir e da complexidade ética relacionada aos atores envolvidos e assimetrias, pesquisa-se sobre o uso da Inteligência Artificial nas Novas Guerras, a fim de mostrar a relação existente entre a mudança nos conflitos armados na disputa por Nagorno-Karabakh (Eurásia) e os avanços tecnológicos promovidos tanto pela 4ª Revolução Industrial quanto pela Revolução nos Assuntos Militares. Para tanto, como objetivo geral é necessário analisar como o conflito armado na linha do tempo – século XVI até o atual século – têm incorporado os avanços tecnológicos estratégicos e militares, como a Inteligência Artificial. Tem ainda, como objetivos específicos: a) comparar as Novas Guerras em contraponto às Velhas Guerras (Guerras Clausewitzianas), a partir da visão de Mary Kaldor; e, b) apontar o papel da 4ª Revolução Industrial na Revolução nos Assuntos Militares, enfatizando o uso da inteligência artificial nesse conflito vigente. Para atingir os objetivos propostos, opta-se por uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo.

BIBLIOGRAFIA: KALDOR, Mary. New and Old Wars. Cambridge: Polity Press, 2012. COHEN, Eliot. Technology and warfare. In: BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; GRAY, C. Strategy in the Contemporary World. 6. ed. Inglaterra: Oxford, 2019. cap. 8, p. 127–143. CORNELL, Svante E. The Nagorno-Karabakh Conflict. Relatório n. 46, Department of East European Studies, Uppsala University, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2165**

TITULO:Terreiros de Quilombo: o direito à cidade em Santa Rita do Bracuí

AUTOR(ES) : CINTIA ABEL BEZERRA, LAIDYANNE DA SILVA MENDONÇA

ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS

RESUMO: Este trabalho apresenta o projeto de extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais - NEGRAM junto à Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí - ARQUISABRA. Trata-se de esforço coletivo cujo objetivo principal é a elaboração de um plano popular de ocupação e desenvolvimento territorial para o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, no município de Angra dos Reis. Busca-se debater sobre o direito à cidade, pensar o território e o fortalecimento do turismo de base comunitária e instrumentalizar a participação da comunidade quilombola na disputa pelo processo de revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis, bem como reivindicar ações da prefeitura no território. A metodologia do projeto se desdobra em cinco frentes de atuação: (i) Recenseamento – coleta de dados sócio-territoriais, dando sequência ao Censo Quilombola anteriormente realizado e protagonizado pela comunidade; (ii) Legislações – levantamento de legislação relacionada aos territórios quilombolas, como Planos Municipais de Igualdade Racial; (iii) Seminário e Escuta – realização de escutas e seminários de apresentação e discussão do projeto com a comunidade; (iv) Cartografias – compatibilização e espacialização dos dados coletados no Censo Quilombola e produção de mapas, análises e sistematização das produções (atividade à qual venho me dedicando); (v) Turismo e Memória – levantamento das legislações relacionadas ao turismo e preservação de memórias, bem como dos repertórios e práticas turísticas de comunidades quilombolas. O material produzido foi apresentado e debatido junto à comunidade, no Seminário Terreiros de Quilombo e em outras duas escutas comunitárias, e a partir do acúmulo destes encontros ficaram evidenciadas as demandas mais latentes do quilombo, que nortearam não só o processo do Plano de Desenvolvimento, como também as prioridades relacionadas à produção cartográfica e ao apoio às disputas territoriais. Portanto, a cada escuta pudemos desenvolver cartografias que fizessem sentido com o momento e os interesses da comunidade, resultando em mapas de: (i) limites territoriais e localização; (ii) distribuição das famílias dentro e fora do território reconhecido pelo INCRA; (iii) pontos de interesse turístico; (iv) plantio; (v) abastecimento de água; (vi) atividades culturais; (vii) esgotamento sanitário. A pós as fortes chuvas em dezembro de 2023 e consequente intervenção da prefeitura devido aos desastres ambientais, sem diálogo com a comunidade, as cartografias produzidas neste trabalho foram utilizadas para embasar ofícios enviados ao Ministério Público Federal com o intuito de paralisar as intervenções realizadas ao longo do rio Bracuí no território quilombola. Os mapas produzidos colaboraram para provar que a área afetada era território quilombola, justificando a paralisação das obras por um período, até que fosse feita consulta à ARQUISABRA, cumprindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos. Quilombos.in: CALDART, Roseli Salete; Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular; 2012, p. 652 a 658. ELIZARIO, R. B. . Territorialidade quilombola Santa Rita do Bracuí e o Plano Diretor de Angra dos Reis (RJ). 2021

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2194**

TITULO:A relação entre os conceitos de finanças sociais, solidárias, sustentáveis e o empreendedorismo periférico: sua aplicabilidade no Manamano.

AUTOR(ES) : RAFAELLE DRUMOND SALOMAO,GABRIELLE DRUMOND SALOMÃO

ORIENTADOR(ES): CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ

RESUMO: Empreendedorismo, desenvolvimento social e sustentabilidade são temas recorrentes de estudo e interesse da sociedade atual (Morais, Penedo e Pereira, 2018). Este trabalho propõe-se a revisar os conceitos de finanças sociais, finanças solidárias, finanças sustentáveis e de empreendedorismo periférico, com o objetivo de compreender de que forma esses conceitos se inter-relacionam e como essas estruturas de finanças podem impulsionar o empreendedorismo periférico. Complementarmente, ele procura identificar se há aplicabilidade desses conceitos ao projeto de extensão Manamano, o qual oferece capacitação e auxílio na forma de capital semente a nano empreendedoras, predominantemente, de periferias da região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para a condução da pesquisa, partindo do conceito sobre as finanças sociais, solidárias, sustentáveis e empreendedorismo periférico , visando apresentar qual a relação entre eles e como se aplicam no Manamano, é realizada uma revisão de literatura e pesquisa documental, cujos resultados incluem: a caracterização dos conceitos; a discussão de como essas estruturas de finanças constituem-se como fonte de capital e apoio ao empreendedorismo periférico e a apresentação de um esboço de ecossistema de finanças sociais no qual pode-se ver o Manamano inserido. O Manamano trata-se de um projeto de extensão universitária, de caráter multidisciplinar, que envolve diferentes áreas UFRJ, organizações da sociedade civil parceiras e a população de modo geral. Ao oferecer capacitação e disponibilização de capital visando o desenvolvimento das empreendedoras e de seus negócios, observa-se o uso de capital comprometido com impacto social,porém não é notório o retorno do impacto gerado na sociedade para dentro do Manamano. Os resultados da pesquisa esperados, visam a compreensão de objetivos futuros e entender a identidade do Manamano quanto a sua participação em um ecossistema de finanças sociais; buscando novos horizontes através de estudos de outros projetos semelhantes, analisando suas estruturas e desempenho. Quanto à atuação das autoras, fazem de maneira conjunta revisão de literatura e pesquisas documentais referentes ao tema.

BIBLIOGRAFIA: DEGENSZAJN, A. et al. Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais. São Paulo: Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais, 2015. MORAIS, P. R. B.; PENEDO, A. S. T.; PEREIRA, V. S. Empreendedorismo e sustentabilidade: um novo “velho” paradigma do desenvolvimento. Diálogo, n. 38, p. 59–73, 2018. SILVA, T. L. Projeto ManaMano: transformação de negócios de empreendedoras periféricas do Rio de Janeiro. 2022. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2211****TITULO:**Mulheres na diplomacia brasileira: uma análise da interseccionalidade entre raça e gênero**AUTOR(ES) : ARIADNE ALVES FRANCA****ORIENTADOR(ES): EMERSON MAIONE DE SOUZA**

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo investigar como a interseccionalidade entre raça e gênero molda as trajetórias de mulheres negras na diplomacia brasileira, uma carreira historicamente caracterizada por elitismo, branquitude e masculinidade. A partir da análise de documentos institucionais, dados estatísticos, relatórios públicos e literatura acadêmica nacional e internacional, buscou-se compreender os desafios enfrentados por essas mulheres no ingresso, permanência e ascensão dentro do Ministério das Relações Exteriores. A autora atuou individualmente na concepção, pesquisa e redação do trabalho, sob orientação acadêmica, adotando uma metodologia qualitativa fundamentada nas teorias da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw e nos estudos feministas em relações internacionais. O estudo revela que, apesar de avanços recentes, como a criação do Programa Federal de Ações Afirmativas do Itamaraty, a Bolsa-Prêmio de Vocation para a Diplomacia e a Associação de Mulheres Diplomatas do Brasil, a presença de mulheres negras na carreira diplomática permanece extremamente limitada. Em 2024, elas representavam apenas 3,23% do corpo diplomático brasileiro, concentrando-se nos níveis iniciais da carreira e sendo praticamente ausentes nos postos de maior prestígio. Dentre os principais entraves identificados, estão: a cultura institucional excludente do Itamaraty; o racismo estrutural; a divisão sexual do trabalho, que impõe múltiplas jornadas e limitações profissionais às mulheres negras; e a ausência de dados com recorte interseccional. Além disso, políticas afirmativas existentes, embora fundamentais, ainda apresentam fragilidades em sua implementação. Conclui-se que a transformação do Itamaraty em um espaço verdadeiramente inclusivo exige medidas estruturais que vão além da inclusão formal, como ações afirmativas duradouras, produção de dados interseccionais e um compromisso institucional com a equidade. A consolidação de uma política externa feminista e interseccional no Brasil não é apenas uma demanda ética, mas uma necessidade estratégica para uma diplomacia representativa e legítima, capaz de refletir a diversidade da sociedade brasileira no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA: AMPARO, Gabrielly A. S.; MOREIRA, Julia B. A diplomacia não tem rosto de mulher. Meridiano 47, 2021. GOMES, Elaine. O espaço e o papel das mulheres negras na diplomacia brasileira. Washington Brazil Office, 2024. SOARES DE AGUIAR, M.; DRUMOND, P.; REBELO, T. Implementando a agenda sobre "Mulheres, Paz e Segurança" no Brasil. Cadernos de Relações Internacionais, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2273****TITULO:**TERRITÓRIOS NÃO-INCORPORADOS COMO “LABORATÓRIOS” DE REPRODUÇÃO DA COLONIALIDADE: O CASO DE PORTO RICO ENTRE ONTOLOGIAS RELACIONAIS, ENTRE-LUGARES E HIBRIDISMOS.**AUTOR(ES) : MARIA LAURA JACONI CORDEIRO PINTO,MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: Em um contexto de Sistema Internacional, marcado por discursos de autodeterminação e soberania, ainda persistem formas de dominação colonial em territórios que, embora formalmente descolonizados, permanecem sob jurisdições assimétricas. Estes são os territórios não incorporados – espaços que, mesmo subordinados a uma “metrópole”, não são plenamente integrados ao seu corpo político e configuram espaçamentos tratados como margens experimentais da ordem “moderna-colonial”. Esses operam como zonas ambíguas, onde vigoram uma cidadania limitada, direitos desiguais e um pertencimento político fragmentado. O caso de Porto Rico, subordinado aos Estados Unidos, ilustra essa lógica de reprodução da colonialidade (do poder, do saber e do ser). Desse modo, concentrando-se na articulação entre ambiguidade jurídica, hibridismos culturais e ontologias relacionais, essa pesquisa busca compreender como a institucionalização da exclusão desses “não-países” contribui para a reprodução da colonialidade. Assim, questiona-se: “De que modo os territórios não-incorporados – a exemplo de Porto Rico – operam como “laboratórios” de reprodução da colonialidade, por meio da lógica de não pertencimento pleno, do entre-lugar e de uma ontologia que co-constitui “metrópole” e “colônia”?”. Trata-se, portanto, de compreender como a exceção torna-se regra nesses contextos e como a marginalização de suas populações é legitimada por estruturas jurídicas e simbólicas duráveis. Sob tal questionamento, objetiva-se analisar como os territórios não-incorporados contribuem para a subalternização do “Outro”, através da composição paradoxal do entre-lugar que pressupõe a cidadania, ao passo que a marginaliza. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que esses espaços materializam a colonialidade como estrutura global, por meio da institucionalização da cidadania limitada e da assimetria de direitos. Metodologicamente, a investigação será conduzida por meio de uma revisão teórico-bibliográfica combinada ao estudo de caso de Porto Rico. A pesquisa envolverá o levantamento de fontes primárias e secundárias, buscando analisar tanto os dispositivos de dominação quanto as estratégias de resistência articuladas pelas populações locais. Como resultado, espera-se demonstrar que esses territórios são locais de experimentação colonial dentro da ordem moderna, legitimando a exclusão e a marginalização de suas populações pela produção de uma cidadania ambígua e de uma subjetividade subalternizada.

BIBLIOGRAFIA: BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Pp. 107–126. LAWSON, Gary; SLOANE, Robert D. *The constitutionality of decolonization by associated statehood: Puerto Rico's legal status reconsidered*. Boston University School of Law Working Paper No. 09–19, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2285**

TITULO: Ángela Ramos: um espírito alerta e sensível

AUTOR(ES) : JOSIANE SOUZA DE LIMA BARRETO**ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: "Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações" integra o Programa de Iniciação Artística e Cultural da UFRJ (PIBIAC). Investigamos a interação cultural entre brasileiros e a cultura hispânica, promovendo o intercâmbio literário, linguístico, musical, cinematográfico e artístico. Realizamos apresentações de autores selecionados, a partir de pesquisas, em espaços culturais e de ensino, como no Instituto Cervantes do Rio de Janeiro (IC-RJ) – autarquia espanhola parceira da UFRJ desde 2020. Em 19 de outubro de 2024, os discentes da UFRJ (que fazem parte do grupo) sob a coordenação e participação ativa de nossa orientadora nos estudos, apresentaram a vida e a trajetória de Ángela Ramos, explorando sua relevância histórica e o impacto de suas contribuições para a sociedade peruana e como seus escritos influenciaram a elaboração de políticas de ressocialização de apenados da CEDAE. Nossa objetivo é evidenciar o protagonismo feminino em seus textos, especialmente nas áreas de educação, do jornalismo e da reintegração social. A pesquisa adotou metodologia qualitativa, com levantamento bibliográfico, entrevista e reuniões semanais para estudo e organização do material exposto. Ángela Ramos (1896–1988) é reconhecida como a primeira jornalista peruana e uma importante defensora da democracia e da república inclusivas. Filiada, desde sua fundação, ao Partido Comunista Peruano, também foi professora e escritora e colaborou com o jornal Labor e com a revista Amauta (1926–1930), dirigida por José Carlos Mariátegui, seu grande amigo. Além do jornalismo, destacou-se no teatro e no cinema, tendo sido convidada pelo cineasta italiano Pedro Sambarino para escrever o roteiro de El carnaval del amor (1930). Em 1928 José Carlos Mariátegui, ressaltou em seus escritos que Ángela Ramos liderou uma campanha contra a lei de repressão a vadiagem, buscando sua abolição e promovendo políticas de reabilitação para encarcerados; esses textos serviram de inspiração para a implantação do programa de ressocialização replantando vida na CEDAE (Rio de Janeiro). Sua trajetória reflete a combinação entre produção cultural, militância política e compromisso com a transformação social, aspectos fundamentais para compreender as lutas sociais e democráticas no contexto Ibero-American. Para a presente apresentação, na qualidade de bolsista PIBIAC, buscamos valorizar essa figura histórica que aproxima os brasileiros da realidade peruana e amplia a reflexão sobre política e cultura na América Ibérica. Assim, o trabalho possibilitou uma aprendizagem contínua, com desenvolvimento de empatia, reconhecimento da diversidade e aprofundamento da análise crítica de expressões artísticas e sociais e da comunicação intercultural.

BIBLIOGRAFIA: GUARDIA, Sara Beatriz. Mujeres de la revista Amauta. Publicación: Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2024. Edición digital a partir de Lima (Perú), Universidad de Ciencias y Humanidades. Fondo Editorial, 2024. RAMOS, Ángela. Revista Amauta nº 3 (noviembre de 1926). Revista Amauta nº 4 (diciembre de 1926). Revista Amauta nº 25 (julio-agosto de 1929). Revista Amauta nº 30 (abril-mayo de 1930). Labor nº 9, Lima, 18 de agosto de 1929. MARIÁTEGUI, Jose Carlos. La represión de la vagancia. Obras completas de Jose Carlos Mariátegui. Publicado en Mundial, Lima, 10 de febrero de 1928.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2311**

TITULO: A Proteção jurídica das mulheres e dos idosos no âmbito da família

AUTOR(ES) : JOSUE PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA**ORIENTADOR(ES): DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar a proteção jurídica conferida às mulheres e aos idosos em situação de vulnerabilidade nas relações familiares. Para tratar de diversas formas de violência, incluindo negligência e abandono, adota-se uma abordagem jurídico-social, com base na análise da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) a fim de verificar a eficácia dessas normas e as lacunas em sua aplicação prática. A metodologia empregada envolve pesquisa bibliográfica e documental, análise de jurisprudência e levantamento de políticas públicas voltadas à proteção desses grupos como também engloba os dados legislativos e judiciais, na revisão de leituras de decisões dos tribunais superiores e na elaboração dos relatórios de pesquisa. Como resultados parciais, constata-se a existência de avanços normativos, mas também entraves estruturais persistentes à implementação das garantias legais. Espera-se que a pesquisa contribua para o aprimoramento das estratégias de proteção aos direitos fundamentais de mulheres e idosos no ambiente familiar, reforçando a necessidade de políticas públicas efetivas e de aplicação adequada da legislação vigente. A pesquisa insere-se no grupo de pesquisa do "Vulneráveis no Direito Privado: identidade, representação e judicialização" coordenado pela professora Dra. Daniela Silva Fontoura de Barcellos, cadastrado no DGP e possui o projeto "A proteção jurídica das mulheres e dos idosos no âmbito da família" financiado pelo CNPQ com bolsa de iniciação científica, com duração de 8 meses até o momento.

BIBLIOGRAFIA: BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de; RECKIEGEL, Tânia Regina Silva. Um Balanço sobre os Direitos da Mulher por ocasião dos 30 anos de vigência da Constituição de 1988. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas – Unifafibe, v. 8, p. 73–97, 2020. BARLETTA, Fabiana Rodrigues. O direito à saúde da pessoa idosa. São Paulo: Saraiva, 2010. GUERRA, Sidney e EMERIQUE, Lilian Balmant (org.) Direitos das minorias e grupos vulneráveis. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2324****TITULO:**SOBERANIA EM JOGO: O PAPEL DAS APOSTAS ONLINE NA DESREGULAÇÃO DO DIREITO**AUTOR(ES) : ANNA BEATRIZ SOARES DE CASTRO LIMA****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a influência do avanço tecnológico na erosão da soberania estatal, com enfoque na insuficiência regulatória das plataformas online. Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Laboratório de Estudos em Direito, Tecnologias e Inovação (LEDTI), da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Dessa maneira, é feita uma abordagem qualitativa, baseada na análise normativa e jurisprudencial, tomando como estudo de caso a legislação que versa sobre a regulação dessas plataformas, especificamente as de casas de aposta. Desse modo, busca-se compreender de que maneira o desenvolvimento tecnológico acelerado e desprovido de um controle estatal efetivo desafia as premissas fundamentais do Estado, promovendo um deslocamento do centro regulatório para entes privados. Para tanto, discute-se o contexto sociopolítico contemporâneo, caracterizado por uma crescente digitalização da economia, a autonomia normativa que essas plataformas exercem à margem do ordenamento jurídico estatal e a postura passiva do Estado, que, ao abdicar de seu papel regulador, permite a consolidação de novas potências tecnológicas que transcendem as fronteiras nacionais e tensionam o princípio da soberania. A análise já solidificada e concluída de maneira integral, é fundamentada na Lei nº 14.790/2023 , na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7721 e na Constituição Federal de 1988, demonstra que a inércia estatal no campo da regulação tecnológica resulta na fragilização da soberania nacional, evidenciando a necessidade de uma resposta jurídico-institucional mais robusta diante desse cenário de desregulação crescente.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a exploração de apostas de quota fixa e altera a legislação tributária federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14790.htm Acesso em: 9 mar. 2025. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7721. Requerente: Partido Democrático Trabalhista (PDT). Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/> . Acesso em: 9 fev. 2025. LESSIG, Lawrence. Code: And Other Laws of Cyberspace. 1. ed. New York: Basic Books, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2363****TITULO:**Imagens do Oriente, poderes do Ocidente: Orientalismo e musealização na construção colonial do 'Outro'**AUTOR(ES) : MARIA LAURA JACONI CORDEIRO PINTO,SOPHIA LIMA COSTA****ORIENTADOR(ES): FLAVIA GUERRA CAVALCANTI**

RESUMO: A construção simbólica do Oriente pelo Ocidente foi marcada por estratégias visuais e institucionais que, ao longo do século XIX, consolidaram uma narrativa de dominação colonial sob a forma de estetização e apropriação cultural. A pintura orientalista, nesse contexto, desempenhou papel central na criação de um imaginário eurocêntrico sobre o Oriente, representando-o como um espaço exótico, atemporal e passivo — um “outro” disponível à contemplação e à dominação. Simultaneamente, museus ocidentais apropriaram-se de elementos culturais orientais, deslocando-os de seus contextos de origem e legitimando tal ação por meio de discursos de tutela e preservação. Esses processos atuaram em conjunto para reforçar uma hierarquia simbólica entre o Ocidente e o Oriente, cujos efeitos permanecem nas disputas contemporâneas por memória e reparação. Assim, esta pesquisa tem por objetivo investigar de que modo as representações pictóricas do Oriente no século XIX e a posterior apropriação de elementos culturais por museus orientais sob o discurso de tutela atuaram em conjunto para consolidar uma narrativa simbólica de dominação colonial e superioridade. A hipótese que orienta este estudo é a de que a pintura orientalista e a musealização da arte oriental operaram de forma articulada na produção e manutenção de uma hierarquia simbólica entre Ocidente e Oriente, legitimando o Oriente como ‘outro’ estetizado, passivo e tutelado — e, com isso, justificando práticas contínuas de colonialidade sob formas culturais e institucionais. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se ancora nos estudos pós-coloniais e decoloniais, especialmente nos aportes de Edward Said e Françoise Vergès. O referencial analítico parte da compreensão do orientalismo como prática discursiva e da museologia crítica como instância de poder e dominação simbólica. O método adotado é qualitativo, com enfoque na revisão bibliográfica e no uso do método iconológico de Panofsky, reinterpretado sob a perspectiva do orientalismo — conforme abordado por Schickhaus. A pesquisa combina análise visual de pinturas orientalistas com estudo de registros museológicos, utilizando fontes primárias, como obras de arte e fontes secundárias da literatura especializada sobre arte, museologia e colonialidade. Espera-se demonstrar que a pintura orientalista e a apropriação de elementos orientais por museus ocidentais atuaram de forma articulada na constituição de um sistema simbólico que sustentou — e ainda sustenta — relações de poder e dominação. Por meio da representação do Oriente como figura estetizada e da apropriação de seus objetos sob o discurso de tutela, tais práticas reforçaram estruturas de colonialidade que continuam sendo disputadas hoje. Ao evidenciar essas dinâmicas, o estudo busca também mapear formas contemporâneas de resistência, como os movimentos por repatriação e produções artísticas que desafiam a hegemonia dessas narrativas.

BIBLIOGRAFIA: 1. SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 2. SCHICKHAUS, Tobias Akira. From postcolonial criticism to critics on postcolonial poetics: Edward Said's Orientalism from an iconographic perspective. Middle East – Topics & Arguments, n. 8, p. 13-23, 2017. 3. VERGES, Françoise. Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu, 2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Ora

ARTIGO: 2380

TITULO: ARQUITETURA DO DESCARTE: O MODELO PRISIONAL DE EL SALVADOR

AUTOR(ES) : GIULIANE COSTA E SILVA

ORIENTADOR(ES): BERNARDO SALGADO RODRIGUES

RESUMO: O artigo vigente analisa o modelo prisional salvadorenho de Nayib Bukele a partir da noção de “arquitetura do descarte”, refletindo sobre o encarceramento em massa como estratégia de repressão, controle social e eliminação simbólica de indivíduos marginalizados. Nesse sentido, utilizando uma metodologia qualitativa com base em revisão bibliográfica e análise documental, a proposta é compreender como o sistema carcerário – com destaque para o CECOT – opera dentro de um estado de exceção permanente e violador de direitos constitucionais, servindo como ferramenta de exclusão. Partindo do conceito de necropolítica, a pesquisa visa a reflexão sobre a participação geopolítica dos EUA no envio de deportados para a prisão salvadorenha, sob frágeis acusações de vínculos com gangues. Como hipótese central, visualiza-se a forma com que o tráfico e o crime organizado se relacionam com interesses externos, revelando El Salvador como uma subperiferia no sistema internacional. Por fim, espera-se obter resultados que contribuam para a crítica às novas formas de autoritarismo e à política penal seletiva aplicada sob o discurso de segurança, denunciando o papel de potências globais no incentivo de práticas de descarte humano, de forma que a prisão deixa de ser espaço de reintegração e passa a ser símbolo da política da morte.

BIBLIOGRAFIA: ERNESTO GONZÁLEZ, Ricardo Carlos; NATERAS-DOMÍNGUEZ, Alfredo. Necroadministración y juventudes: aniquilamiento penitenciario documentado por medios hemerográficos en El Salvador. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 21, n. 1, p. 1–20, 2023. HARTNETT, Abigail. The Mass Imprisonment of Possible Gang Members: What Was Once Constitutional No Longer Is. *Maryland Journal of International Law*, v. 39, n. 1, p. 9, 2024. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. 1 ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual

ARTIGO: 2423

TITULO: Perspectiva institucional do tratamento de dados da ANTT.

AUTOR(ES) : CASSIO FABIANO MENDES SILVA

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233/2001, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável pela regulação, supervisão e fiscalização dos serviços e da infraestrutura de transportes terrestres no Brasil. Este artigo propõe uma análise institucional da atuação da ANTT sob a perspectiva do tratamento informacional, considerando a utilização de evidências científicas e gestão de dados como instrumentos para a formulação de políticas públicas mais eficazes. O objeto de estudo inclui, além da própria estrutura da agência, a sua Agenda Regulatória — instrumento de planejamento bienal que orienta a atuação regulatória por meio da definição de temas prioritários, assegurando maior previsibilidade e transparéncia. A questão central investigada é: a forma como a ANTT realiza o tratamento de dados contribui efetivamente para a elaboração de políticas públicas no setor nacional de transporte terrestre? A metodologia adotada consiste na análise documental e institucional, com foco nos mecanismos informacionais utilizados pela agência e na organização de sua estrutura regulatória. O referencial teórico baseia-se na Teoria da Regulação, especificamente no modelo de interesse público, o qual entende que a regulação deve atuar na proteção do interesse coletivo frente a possíveis distorções provocadas por agentes privados, sendo os reguladores concebidos como agentes comprometidos com a maximização do bem-estar social (cf. Balla, 2011; Mueller, 2001). Como resultado, busca-se avaliar se o tratamento informacional atualmente adotado pela ANTT atende às demandas de forma eficaz ou se apresenta fragilidades que comprometem a qualidade da atuação regulatória.

BIBLIOGRAFIA: Balla, S. (2011). *Institutional design and the management of regulatory governance*. In D. LeviFaur (Org.), *Handbook on the Politics of Regulation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. Mueller, B. (2001). Regulação, informação e política: Uma resenha da teoria política positiva da regulação. *Revista Brasileira de Economia e Empresas*, 1, 9–29. Portal oficial da ANTT: <https://www.gov.br/antt/pt-br/acesso-a-informacao>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2444****TITULO:**Minerais Críticos e Estratégicos e sua Relação com o Desenvolvimento Regional Brasileiro**AUTOR(ES) : JOAO FERNANDO DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO: Os denominados “minerais críticos e estratégicos” são um conjunto de elementos diversos que incluem o lítio, níquel e elementos de terras raras, sendo de grande importância para o desenvolvimento econômico e tecnológico, tal como na produção de eletrônicos (terrás raras) e baterias elétricas (lítio), que são de necessidade para a transição energética. (Castro et al., 2022) O Brasil possui múltiplas reservas significativas desses minerais, encontradas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, com isso apresentando um grande valor estratégico nacional. Todavia, se vê necessário entender o desafio que é a dicotomia entre a mera extração desses minerais e o desenvolvimento socioeconômico a partir disso, pois parte das reservas já provadas desses minerais estão localizadas em regiões subdesenvolvidas, como é o caso do lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (SGB, 2025). Esta pesquisa tem como objetivo compreender o papel da extração dos minerais críticos e estratégicos para o desenvolvimento das regiões nas quais suas reservas estão localizadas. Em específico: a) um mapeamento da localização regional dos minerais críticos e estratégicos; b) analisar os possíveis impactos da extração desses minerais para o desenvolvimento dessas regiões. A metodologia é qualitativa e quantitativa, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica (documentos oficiais, artigos acadêmicos, teses e dissertações) e coleta, sistematização e análise de dados institucionais. Utilizando ferramentas sistematizadoras como Google Sheets e Excel, além de agregadores e instrumentos de coleta, como o “Distribuição Mineral no Brasil” (ANM), provenientes de fontes como o IBGE, BNDES, Ministério de Minas e Energia, IBRAM, ANM, sítios eletrônicos de governos estaduais e prefeituras municipais. Espera-se com isso obter uma maior compreensão sobre a definição de minerais críticos e estratégicos, seus usos e necessidades. Do mesmo modo, através da análise de indicadores socioeconômicos, espera-se compreender mudanças que possam ter ocorrido nestas regiões, no período anterior e posterior ao início da extração. Até a presente fase, foi possível identificar as definições sobre minerais críticos e estratégicos pela legislação brasileira, que incluem minerais como lítio (de extração mais recente) e minério de ferro (estratégicos por conta da geração de divisas estrangeiras para o país). Em primeiro lugar, averiguar a possibilidade de desenvolvimento por meio dos minerais críticos, além de estudar a criação de uma cadeia de produção, sendo a extração desses minerais um passo inicial importante para a produção de uma cadeia produtiva no Brasil, que no presente é majoritariamente dependente das já existentes internacionalmente. Estudar as mudanças provocadas pela extração e concessão dos minerais críticos, principalmente em área municipal e estadual, procurando focar em regiões subdesenvolvidas e se as mudanças podem se apresentar como positivas ou negativas ao longo do estudo.

BIBLIOGRAFIA: Decreto n.10.657 de 2021. Institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos. Disponível em : <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/pro-minerais-estrategicos>. CASTRO, Fernando Ferreira et al. Minerais estratégicos e críticos: uma visão internacional e da política mineral brasileira. Texto para Discussão IPEA, n. 2768, 2022. SGB – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Lítio no Brasil. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/litio/nobrasil.html>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2446****TITULO:**Análise da Trajetória Profissional de Egressos de cursos de Direito da UFRJ (1985-2017)**AUTOR(ES) : BRENO,HUMBERTO HENRIQUES DE ARRUDA,ELIEL ROGER DA SILVA,RÔMULO CRISTOVÃO DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): DANIELA UZIEL**

RESUMO: A pesquisa analisa como os formados nos cursos de Direito, Direitos Humanos e Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ têm se inserido no mercado de trabalho formal, destacando a importância do Ensino nas universidades públicas. Para isso, utiliza dados do sistema Siga da UFRJ, da Receita Federal e da RAIS (1985-2017), com o objetivo de propor métricas que avaliem o desempenho e a adaptação dos cursos às mudanças do mercado. Os dados passaram por tratamento prévio e parte deles foi utilizada para compor um painel de empresas fundadas por alunos (<https://alumni.ufrj.br/>). De um total de 278.193 alunos egressos, dos três cursos acima mencionados, 6.528 ex-alunos possuíam vínculo empregatício formal até 2017 e, desses, 541 também são fundadores de empresas, cujas atividades principais incluem as Divisões da CNAE 64 a 84 - que inclui atividades jurídicas formais, como advocacia, consultoria e serviços correlatos. Selecionou-se um recorte que restringe a análise às práticas estritamente jurídicas, eliminando atividades comerciais ou de outra natureza, o que permitiu a identificação de dois subgrupos: empregados exclusivamente (5.987 pessoas) e empregados-empreendedores (541 pessoas), que apresentam comportamentos distintos. No grupo de empregados exclusivamente, observa-se concentração geográfica no Rio de Janeiro (61,04%), seguido pelo Distrito Federal (27,49%) e São Paulo (7,59%), com os demais estados apresentando porcentagens residuais. Já entre os empregados-empreendedores, embora o Rio de Janeiro continue predominante (59,19%), há aumento proporcional em São Paulo (12,66%) e leve diminuição no Distrito Federal (22,05%). As diferenças também se evidenciam na natureza jurídica das organizações empregadoras. Entre os que estão apenas empregados, 78% atuam no setor público, enquanto 21% trabalham em entidades empresariais privadas. Já entre os empregados-empreendedores, o setor público responde por 55,95%; dos vínculos, seguido por 42,92%; em entidades empresariais privadas e 1,07%; em entidades sem fins lucrativos. A análise das empresas fundadas por 2.191 alunos da UFRJ entre 1985 e 2024 mostra que as empresas cuja atividade primária está na Divisão da CNAE 64 a 84, predominam microempresas (31,51%) e empresas classificadas como “Demais portes” (58,64%). A maioria adota os modelos societários mais comuns do setor: Sociedades Empresárias Limitadas (47,85%) e Sociedades Simples Pura (37,66%); esta última típica de serviços intelectuais. A estrutura societária mais frequente é composta por dois sócios (52,15%), e a faixa etária predominante no momento de abertura das empresas está entre 25 e 40 anos (66,13%). O pico de abertura ocorre nos primeiros cinco anos após a graduação (28,81%), com 70,35%; das empresas fundadas até 15 anos após a conclusão do curso. Os dados preliminares mostram que os egressos atuam majoritariamente no setor público, mas também fundam empresas, em grande parte escritórios de advocacia, onde exercem sua profissão.

BIBLIOGRAFIA: Planeta, C. et al. Impacto Social das Universidades. In: MARCOVITCH, J. (Org.). Repensar a universidade II: Resultados e Impactos. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2019, p. 195–219. Bonacorsi, A. Daraio, C. Beyond University Rankings? Generating New Indicators on Universities by Linking Data in Open Platforms. Journal of the association for information science and technology, 68(2):508-529, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 2479

TITULO:O CARÁTER INDIVIDUALISTA DA LUTA EMANCIPATORIA NO NEOLIBERALISMO

AUTOR(ES) : YOLANDA CAMPOS MENEGUITI

ORIENTADOR(ES): IDERLEY COLOMBINI

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar como o neoliberalismo, ao incorporar a lógica da concorrência e do empreendedorismo de si, altera profundamente o caráter coletivo das lutas emancipatórias, especialmente nas dimensões de raça e gênero. A pesquisa adota como referencial teórico o marxismo aberto e utiliza como metodologia a análise bibliográfica crítica de autores como Marx, Angela Davis, Mbembe, Dardot e Laval. A atuação da autora no projeto consistiu na seleção, análise e sistematização do material teórico, assim como na redação do artigo em sua totalidade. Os resultados alcançados indicam que o neoliberalismo não apenas precariza o trabalho, mas também captura o discurso emancipatório, transformando a luta coletiva em projetos individuais de ascensão. O estudo mostra que tanto o racismo quanto o patriarcado são reorganizados sob a racionalidade neoliberal, intensificando desigualdades estruturais por meio de discursos de inclusão e mérito. A análise das políticas de empoderamento e empreendedorismo revela como essas estratégias mascaram a opressão estrutural e individualizam a responsabilidade pela desigualdade social. Conclui-se que a superação completa dessas opressões exige uma crítica à totalidade das relações sociais capitalistas e a articulação das lutas de classe, raça e gênero a partir de uma perspectiva crítica anticapitalista.

BIBLIOGRAFIA: BONEFELD, Werner. Critical Theory and the Critique of Political Economy. [S.l.]: [s.n.], 2014. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 2495

TITULO:Transição energética fluminense e novos mercados

AUTOR(ES) : ISADORA BASTOS DE SOUZA,DAVI GONçALVES GUIMARÃES

ORIENTADOR(ES): DEBORAH WERNER

RESUMO: Nossa pesquisa tem como principal enfoque a transição energética para fontes de baixo carbono no estado do Rio de Janeiro, por meio da análise de políticas públicas e de ações que promovem essa transformação. O estudo se concentra na produção de energia a partir da geração distribuída, eólicas offshore e hidrogênio verde, investigando como cada uma dessas fontes contribui para a matriz energética do estado, bem como comparando a experiência fluminense com a de outros estados brasileiros. Além de analisar o processo de transição energética, buscamos identificar os impactos sociais decorrentes da implantação dessas novas matrizes, especialmente nas regiões onde são instaladas. Entre os aspectos investigados, destacam-se os casos de pobreza energética e os deslocamentos populacionais provocados pela construção de parques eólicos. Adicionalmente, o trabalho propõe-se a questionar e desmistificar ideias frequentemente associadas às energias renováveis, como a noção de que são completamente limpas e isentas de impactos ambientais. Também será analisado quem são os principais agentes econômicos envolvidos nos investimentos do setor, revelando a influência de grandes empresas e fundos financeiros nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA: Traldi, M.; Rodrigues, A. M. . O duplo caráter da despossessão na produção de energia eólica no semiárido brasileiro. *ESPAÇO E ECONOMIA*, p. 1–21, 2023. Werner, Deborah & Lazaro, Lira Luz Benites, 2023. "The policy dimension of energy transition: The Brazilian case in promoting renewable energies (2000–2022)," *Energy Policy*, Elsevier, vol. 175(C)

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2515**

TITULO: Dupla materialidade e sustentabilidade estratégica: compromissos e contribuições com os ODS em padrões globais nos relatórios de empresas de óleo e gás.

AUTOR(ES) : **GIULIA NOVAIS**

ORIENTADOR(ES): **SAMANTHA LUIZA DE SOUZA BROMAN**

RESUMO: Em um cenário de transição energética e crescente pressão por transparência corporativa, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como a noção da dupla materialidade no escopo de ESG tem sido abordada na literatura nacional recente, sendo integrante de um projeto de pesquisa sobre o processo de Relatórios de Sustentabilidade em padrões globais, com ênfase em empresas do setor de óleo e gás atuantes no Brasil. A pesquisa busca compreender os avanços da integração da análise de materialidade dos impactos socioambientais e a análise da materialidade financeira, na adoção de padrões globais de reporte e para a contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesta primeira etapa a metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura, a partir de consultas e seleção de artigos publicados entre 2014 e 2024, nas bases de dados do Portal CAPES e Google Scholar, com análise de resumos. Foram incluídos artigos de produção nacional, no idioma português, com domínio aberto na área de ciências sociais aplicadas e business que incluíssem as seguintes palavras-chave: Dupla materialidade, ESG, relatórios de sustentabilidade, padrões globais, sustentabilidade corporativa, ODS e óleo e gás. Foram selecionados ao total 8 artigos científicos que permitiram a identificação e organização deles em três eixos temáticos: (i) integração entre impacto socioambiental e desempenho financeiro, com dois artigos que também abordam os desafios de traduzir indicadores de sustentabilidade em métricas econômicas; (ii) adaptação de processos rotinas organizacionais às metas ESG, com três artigos que apontam que as transformações no modelo de economia global impuseram um processo de adaptação das empresas, exigindo, inclusive, mais responsabilidade social e transparéncia; (iii) padronização global dos relatórios e articulação com os ODS, com três artigos que discutem o avanço na adesão às diretrizes e padrões globais para estruturar seus relatórios e metas de desenvolvimento sustentável, visando alcançar mais competitividade. Como resultados preliminares, os estudos convergem na relevância dada à dupla materialidade, enquanto reforçam que sem a integração das perspectivas dos diferentes stakeholders a sustentabilidade corre o risco de se limitar a um discurso institucional. Em etapa futura desta pesquisa serão analisados os relatórios de sustentabilidade recentes e padronizados de duas empresas de distribuição de combustíveis: Víbra e Raizen, a fim de identificar como elas explicam publicamente suas práticas de gestão relacionadas à materialidade de impacto socioambiental (via padrão GRI – Global Reporting Initiatives), assim como riscos e oportunidades sob a perspectiva de materialidade financeira (via padrão SASB – Sustainability Accounting Reporting Standards Board), incluindo a observação aos principais indicadores de sustentabilidade divulgados. Uma etapa posterior pode realizar um grupo focal com profissionais de sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA: FRANCO, Brenda Dutra; PINHEIRO, Caroline Da Rosa. Explorando a materialidade nos relatórios de sustentabilidade: A retórica e a prática das estratégias. 1. ed. Rio de Janeiro: Revista de Direito e Sustentabilidade, 2024. 93 – 116 p. v. 10. RACCICHINI, Andrea; VINHA, Valéria Gonçalves. Mudança institucional e sustentabilidade no setor de petróleo e gás. Revista de Economia da UEG, Anápolis, 2017. v. 13, p. 117-137. SANTOS, F. G. F. P. dos; LOUREIRO, P. C. R. Revisão sistemática da produção científica brasileira de Contabilidade aplicada à governança ambiental. Anais do Observatório de Inovação e Sustentabilidade, Belém, v. 11, n. 2, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2520**

TITULO: VALORAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA EXPANSÃO DA REIFICAÇÃO DA NATUREZA: UMA CRÍTICA PELO MARXISMO ABERTO

AUTOR(ES) : **HUGO CONTENTE PADILHA**

ORIENTADOR(ES): **IDERLEY COLOMBINI**

RESUMO: O presente trabalho se propõe a apresentar o esquema de valoração proposto pela economia ambiental e contrastá-lo com as teorias marxistas da ruptura metabólica e da reificação da natureza, com o objetivo de esclarecer as contradições teóricas da ortodoxia econômica em sua proposta de defesa do meio ambiente. Foi aplicada uma metodologia de revisão bibliográfica de textos do arcabouço teórico da economia ambiental, de ecomarxistas e de autores da teoria crítica da natureza, a partir dos quais o autor se baseou para a formulação de uma crítica aos métodos de valoração ambiental em seu caráter de incorporação total dos recursos naturais à lógica do valor utilidade. Esta crítica agrupa diferentes correntes do marxismo para compreensão de como tal prática estabelece e aprofunda a contradição entre capital e natureza e quais seriam os possíveis horizontes de ação para combater a reificação por ela produzida. Conclui-se que a aparente funcionalidade dessas propostas de valoração ambiental para a defesa do meio ambiente é produto de dois elementos: uma propaganda de instituições, públicas e privadas, que fazem de exemplo recortes muito específicos de projetos nos quais há uma aparente simbiose entre os interesses de mercado e relações homem–ambiente que ainda não objetivam o valor, e, por fim, de um otimismo da ortodoxia econômica acerca das possibilidades dos avanços técnicos para uma melhor compreensão da variação de bem–estar causada por cada decisão de produção ou consumo sobre um recurso ambiental. Contudo, qualquer solução via avanço técnico ou institucional, uma vez que submetidos à lógica do capital, tendem apenas a perpetuar uma ruptura metabólica.

BIBLIOGRAFIA: ANDRADE, Daniel Caixeta. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. 2008. SAITO, Kohei. O ecossocialismo de Karl Marx: Capitalismo, Natureza e a Crítica Inacabada à Economia Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. 352 p. CASSEGÅRD, Carl. Toward a Critical Theory of Nature: capital, capital, ecology, and dialectics, and dialectics. Dublin: Bloomsbury, 2021. 255 p.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2537****TITULO:CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: CONFLITOS FUNDIÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2023)****AUTOR(ES) : BEATRIZ CORREA REZENDE,ANA HELENA DA SILVA OLIVEIRA,JULIANA SANTOS GRIPP,NATHALIA CUNHA PECANHA,MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO,LUCIANA ALENCAR XIMENES****ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: O trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa Cartografias jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro , desenvolvida pelo LABA - Direito, Espaço & Política (FND-UFRJ), em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/RJ). Trata-se de uma investigação contínua em série histórica, atualizada bienalmente, que integra uma articulação nacional promovida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), com o objetivo de mapear e analisar os conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Neste relatório, apresentam-se os dados consolidados de janeiro a dezembro de 2023. A pesquisa adota o marco teórico da Geografia Jurídica Crítica, priorizando a construção de uma base de dados que identifica casos de ameaça de remoção, remoções efetivadas e remoções evitadas, a partir da atuação da Defensoria Pública. Os dados são analisados com o uso de técnicas cartográficas e de georreferenciamento, permitindo mapear padrões de ação de agentes públicos e privados, fundamentos jurídicos utilizados e formas de morar mais vulneráveis em cada área de planejamento do município. A metodologia inclui a sistematização de documentos jurídicos, entrevistas com defensores, oficinas de qualificação e atualização metodológica em parceria com o NUTH. O processo tem avançado com maior articulação entre as equipes técnicas, buscando aprimorar a análise crítica da produção do espaço urbano carioca. Os dados consolidados também são encaminhados a parceiros institucionais e visam subsidiar políticas públicas e a incidência política. No último levantamento, foram identificados 150 casos de conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro, afetando 13.544 famílias. Dos 142 casos de ameaça de remoção, 84 foram promovidos por agentes privados e 58 pelo poder público. Apesar de menor número de casos, os processos de origem pública atingiram 7.252 famílias, enquanto os de origem privada afetaram 6.087. No que se refere às remoções efetivadas, registraram-se 3 casos: um promovido pelo Estado (23 famílias removidas), um pela esfera municipal (30 famílias) e um por agente privado (18 famílias). Além disso, nos 5 casos em que a remoção foi evitada, agentes do setor privado constam como promotores da ameaça em 4 deles, atingindo 78 famílias e o Ministério Público em 1 caso afetando 56 famílias. Destaca-se que a asseguração temporária da posse se dá por meio da atuação relevante do NUTH. Contudo, a remoção evitada por si só não garante condições adequadas de moradia, persistindo a necessidade de políticas habitacionais. Esses dados evidenciam o protagonismo dos agentes privados como principais promotores de ações de remoção, embora os impactos em escala sejam mais intensos nas ações oriundas do setor público. A pesquisa segue em desenvolvimento, contribuindo para um diagnóstico técnico e político sobre os conflitos fundiários no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÊNIO2019/2020). In: Fórum Nacional de Reforma (org.); Centro de Direitos Econômicos e Sociais (coord.). Panorama dos conflitos fundiários no Brasil [livro eletrônico]: Relatório 2019–2020. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. FRANZONI, J..Geografia Jurídica Tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRAXIS, v.10, p.2923–2967, 2019. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2562****TITULO:Reclamações nos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: um estudo de pós-concessão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro****AUTOR(ES) : EMILY BONAGURA NEVES DE SOUZA,CAROLINE PEREIRA DE LIMA****ORIENTADOR(ES): SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO: A universalização e a melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), após a concessão desses serviços à iniciativa privada em 2021, continuam sendo uma expectativa a ser alcançada. Antes geridos pela companhia estadual CEDAE, os serviços foram reestruturados em quatro blocos de concessão, atualmente operados pelas empresas Águas do Rio, Iguá Saneamento e Rio Mais Saneamento, com contratos de 35 anos. Os incidentes ocorridos na CEDAE em 2020 — como a presença de geosmina na água e o reparo emergencial na Estação Elevatória do Lameirão — sustentaram discursos favoráveis à privatização, como a única solução possível para as crises no serviço público de abastecimento de água e esgoto no estado (Silva, C. R., & França, B. A., 2022). Como analisam Quintsrl e Arouca (2024), apesar da promessa de maior eficiência, as empresas privadas têm sido alvo de críticas pelos serviços prestados e pelas formas de cobrança desde o início de suas operações (2020–2023). Buscando compreender o cenário da desestatização após quatro anos de concessão, este trabalho tem como objetivo continuar a análise dos principais problemas a partir de reclamações e denúncias registradas entre 2022 e 2024 na seção de ouvidoria da Agenersa, agência responsável pela regulação dos serviços de energia e saneamento no Estado do Rio de Janeiro. O levantamento possui registro das concessionárias Águas do Rio, Iguá Saneamento e Rio Mais Saneamento, em comparação com concessionárias anteriores à privatização de 2021, como Águas de Juturnáiba, Prolagos, CEDAE e a empresa de gás Naturgy (concessionária de gás encanado, também regulada pela AGENERSA). Com a apresentação destes dados, será debatido o discurso favorável à privatização como a solução dos problemas históricos do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que contradizem a experiência dos consumidores no seu cotidiano.

BIBLIOGRAFIA: Quintsrl S, Arouca MCG. Desestatização dos serviços de saneamento no estado do Rio de Janeiro: avaliação dos primeiros meses de operação das novas concessionárias ou “estamos com saudades da Cedae”. urbe, Rev Bras Gest Urbana, 2024. Silva, C. R.,França, B. A. Resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro: aproximações necessárias ao debate dos comuns. In I. C. C. Cardoso,D. B. Brandr(Eds.), Produção do espaço, vida cotidiana e serviço social: diálogos com e além de Henri Lefebvre. Uberlândia: Navegando, 2022. SOUZA, CMN.; COSTA, AM.; MORAES, LRS.; FREITAS, CM. de. Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2570****TITULO:A INTEGRAÇÃO MIGRATÓRIA REGIONAL NO MERCADO COMUM DO SUL**

AUTOR(ES) : ANA LUIZA CANDIDO MANHAES,PEDRO FRANCO VILLELA,CAROLINA GENOVEZ PARREIRA,MARIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,ISADORA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS,CAROLINA DE LIMA COSTA

ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

RESUMO: Desde 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) projeta-se no cenário internacional com um desafio ímpar de integração de países sul-americanos. Classificado pela literatura científica como uma união aduaneira entre os Estados partes, o MERCOSUL mostra-se, em verdade, um mecanismo em movimento contínuo de estreitamento e expansão não só das relações econômicas regionais, mas também das relações políticas, jurídicas, sociais e culturais. Os Estados que integram o bloco representam aproximadamente 295 milhões de pessoas, segundo o site oficial do Mercosul. É justamente na temática dos fluxos internacionais de pessoas intrabloco que se impõem grandes desafios à integração regional, especialmente considerando os contextos de crise que atravessam alguns Estados. Nesse sentido, a presente pesquisa possui dois objetivos: o primeiro é mapear e analisar os acordos migratórios, declarações conjuntas e demais instrumentos normativos do Mercosul relativos à circulação de pessoas, com ênfase nos eixos sociolaboral e educacional. O segundo objetivo é atualizar, em parceria com o Instituto de Políticas Públicas (IPPDH) do MERCOSUL e, com enfoque no que concerne ao Brasil, o Manual Regional de Direitos Humanos e Pessoas Migrantes e seu Diretório de Instituições. No que tange à metodologia de pesquisa utilizada, foi eleita fundamentalmente a documentação indireta, com pesquisa documental (sobretudo textos legais, relatórios oficiais e repositórios de dados estatais) e bibliográfica (livros, periódicos, artigos, teses e dissertações relacionados ao tema). Ao longo da investigação, os autores estarão reunidos em Grupos de Trabalho (GTs) temáticos que produzirão e revisarão, de forma cruzada, relatórios parciais, de forma a otimizar o tempo e assegurar a qualidade da pesquisa. Em relação à dimensão qualitativa da pesquisa, foi eleita a Teoria Crítica dos Direitos Humanos como referencial teórico para o debate migratório, especialmente autores como Joaquín Herrera Flores, Vanessa Oliveira Batista Berner, Carolina Genovez Parreira, Francisco Javier de Lucas Martín. Já no que se refere ao debate de integração regional, serão considerados autores como Tullio Vigevani, Haroldo Ramanzini Júnior e Flávia Guerra Cavalcanti.

BIBLIOGRAFIA: BERNER, V.O.B.; PARREIRA, C.G. As normas nacionais e internacionais sobre imigração na América do Sul e sua repercussão nos fluxos migratórios regionais. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, v.5, p. 375–394, mai./ago. 2013. VIGEVANI, T ; RAMANZINI JÚNIOR, H. Autonomía, Integración Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. Dados, v. 57, p. 517–552, 2014. ORGANIZACION INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM); INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS DEL MERCOSUR (IPPDH). Derechos humanos de personas migrantes: manual regional. Buenos Aires: OIM; IPPDH, 2017. Disponível em: <https://www.robuenosaires.iom.int>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso (atividade extra)****ARTIGO: 2574****TITULO:CULTURA OCEÂNICA: ENSINANDO E APRENDENDO SOBRE O MAR NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : NATHALIA MAGALHAES MACEDO,CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS,DANIELE DIONISIO DA SILVA

RESUMO: Inspirada pelo contexto da Década da Ciência Oceânica da ONU, esta oficina propõe expor as conexões oceânicas brasileiras, com ênfase no papel estratégico do estado do Rio de Janeiro, por meio de uma exposição oral interativa. A Cultura Oceanica, central para a conscientização ambiental, tem se tornado cada vez mais relevante, com propostas legislativas para integrar os currículos escolares municipais, estaduais e nacionais. No ano de 2015, a economia do mar representou aproximadamente 19% do PIB nacional. Anos antes, em 2009, essa participação era estimada em 23,2%. Paralelamente, cerca de 20% da força de trabalho formal brasileira está inserida em setores relacionados diretamente ou indiretamente ao oceano. O setor de serviços, impulsionado pelo turismo costeiro, responde por cerca de 80% da economia das regiões litorâneas, onde vivem mais de 40 milhões de pessoas no Brasil (Santos, Thauan; Carvalho, Andréa, 2020). O Rio de Janeiro é um estado oceânico. Dos portos estratégicos de Itaguaí e da Cidade Maravilhosa, passando pelo complexo logístico internacional, até as cadeias de exploração energética e turismo costeiro. Concentra 41,4% dos empregos diretos do setor marítimo nacional, o equivalente a aproximadamente 400 mil postos formais de trabalho. O setor de turismo e recreação lidera em número de empregos, embora o setor de petróleo e energia seja o mais expressivo em termos de valor adicionado bruto (VAB) (Santos, Thauan et al., 2023). Apesar da sua centralidade econômica e territorial, o mar e o oceano seguem subalternizados no debate público, acadêmico e institucional. A formação de políticas públicas no Brasil caminha a passos lentos até reconhecer plenamente o oceano como eixo estruturante da vida, da economia e da soberania nacional. O Brasil, por exemplo, logrou tornar-se, recentemente, o primeiro país do mundo a assumir o compromisso de incluir a cultura oceânica no currículo escolar. Inspirada pelo contexto da Década do Oceano, esta oficina propõe expor as conexões oceânicas brasileiras, com ênfase no papel estratégico do estado do Rio de Janeiro, por meio de uma exposição oral interativa. Dessa forma, busca-se responder a seguinte pergunta-problema: quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer a cultura oceânica no Brasil diante da invisibilização histórica do oceano nas políticas públicas, na educação e no imaginário social? Metodologicamente, a oficina adota uma abordagem qualitativa, articulando dados sobre a economia do mar com análises políticas, territoriais e simbólicas: colonialidade marítima, racismo ambiental, economia azul e o valor do oceano para o Brasil — sobretudo para o Rio de Janeiro. A atividade requer uma sala com parede livre, quadro disponível e carteiras ou mesas para os participantes, estimados em aproximadamente 20 pessoas. Espera-se, com a oficina, promover a disseminação da cultura oceânica e contribuir para a consolidação de uma área estratégica e em ascensão no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: BEIRÃO, André Panno; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogerio Raupp. O valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Essential Idea Editora, 2020. SANTOS, Thauan et al. Rio de Janeiro's ocean economy as a key vector for sustainable development in Brazil. Marine Policy, v. 159, 105876, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2583****TITULO:DISTRIBUIÇÃO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS****AUTOR(ES) : JOAO PEDRO SIMAO RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Este projeto busca contribuir para o enfrentamento do racismo e seus efeitos sociais no campo dos estudos e políticas urbanas, por meio de três frentes: leituras e discussões sobre segregação racial (Garcia, 2009), análise histórica dos censos do IBGE e produção cartográfica da distribuição racial nas cidades. O intuito é oferecer instrumentos que ajudem a compreender a complexidade do racismo em sua manifestação urbana, mapeando padrões de localização dos diferentes grupos raciais nas cidades (como a divisão centro-periferia, áreas de concentração, conexões com indicadores sociais, e a espacialização da pobreza e da riqueza) e seus impactos concretos e simbólicos nas dinâmicas raciais. Além disso, o projeto propõe uma reflexão crítica sobre o papel do planejamento urbano nesses processos (Santos, 2024). Assim, o projeto busca comparar a distribuição racial da população em cidades brasileiras, numa etapa inicial com foco na região metropolitana do Rio de Janeiro via um levantamento dos censos demográficos, evoluindo agora neste momento para uma análise da região metropolitana de outras capitais. Nesta etapa, o foco tem sido o levantamento dos dados sobre cor/raça nos censos passados, a partir de 1940, onde estamos reunindo e analisando o material encontrado, observando e organizando os seguintes aspectos: a presença ou não do dado racial, a unidade espacial que os dados foram coletados e apresentados (que variam a cada censo, podendo ser por setor censitário, área de ponderação, distrito, região administrativa ou outro), as delimitações destas unidades e suas compatibilizações (importante para a posterior produção de séries históricas de mapas) e os instrumentos de coleta aplicados. Essa etapa nos permitirá realizar uma série histórica dos censos e analisar como era abordado a temática racial. Como objeto deste levantamento, estamos trabalhando na produção cartográfica através de ferramentas de geoprocessamento que possibilitam a visualização gráfica dos dados - principalmente o software QGIS. Inicialmente, trabalhando os municípios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e outras capitais, estamos produzindo mapas da distribuição e concentração da população branca e da população negra, além de testar novos estilos de mapeamentos e cruzamento com outros indicadores sociais que permitam analisar o padrão de segregação de cada município, e temos observado como a reprodução de centralidades em cada município se relaciona com o padrão da metrópole como um todo. A problematização dos padrões a serem identificados nos permitirá discutir a função urbanística na reprodução do racismo no Brasil, e do racismo na produção das nossas cidades. O projeto, assim, pretende contribuir para a formulação de uma abordagem racializada da leitura do território, identificando expressões espaciais das relações raciais e propondo caminhos para integrar as pautas antirracistas às políticas e reflexões urbanas.

BIBLIOGRAFIA: GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Óxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. SANTOS, Renato Emerson dos. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras: sobre segregação, estrutura e experiência urbana. In: Volochko, Danilo & Prizón, Leonardo Palhares (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora. Curitiba: Appris, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2596****TITULO:CONTRATO DE NAMORO: QUAIS SÃO OS LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA?****AUTOR(ES) : VENUS FERREIRA GOMES SANT ANNA****ORIENTADOR(ES): CÁSSIO MONTEIRO RODRIGUES**

RESUMO: O Código Civil é a lei que mais se aproxima do cotidiano dos brasileiros, no entanto, apesar de sua abrangência, e como é característico de qualquer legislação, não é capaz de regular todas as situações que surgem na sociedade. Vale destacar também que o atual Código Civil completou mais de vinte anos desde sua promulgação, o que significa a ausência de regulamentação de diversas mudanças nas relações sociais que não eram possíveis de serem previstas à época de sua elaboração. As consequências da complexidade das relações sociais revelam inúmeros desafios aos quais o intérprete e julgador devem dar respostas, nos mais variados ramos do Direito Civil, como por exemplo, no Direito de Família e das Sucessões com o surgimento da crescente demanda pela validade e aceitação de instrumentos contratuais voltados à regulamentação dos namoros, com o afastamento de possíveis uniões estáveis entre os namorados. Devido à dificuldade de distinção entre namoro qualificado e união estável alguns casais têm utilizado de instrumentos particulares para se resguardar de uma possível confusão patrimonial, eliminar problemas sucessórios, além de delimitar claramente a natureza da relação afetiva estabelecida. Nesta perspectiva, o projeto tem como objetivo realizar um estudo que contribua para a discussão acerca da validade dos contratos de namoro em nosso ordenamento e dos limites da autonomia privada, a fim de entender seus requisitos e aplicabilidade. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica com base nos principais autores do Direito Civil, bem como jurisprudencial. Sendo assim, espera-se que seja possível analisar com maior precisão a posição da doutrina e tribunais quanto ao tema.

BIBLIOGRAFIA: ANDRÉ, Diego Brainer de Souza. O direito sucessório do companheiro e o 'contrato de namoro': uma análise dos efeitos da equiparação com o regime do casamento. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 8, n. 1, 2019. Disponível em: . Acesso em: 02 mai. 2025. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. - 11. ed. - Rio de Janeiro, Forense; METODO, 2021. VELOSO, Zeno. Direito civil: temas. Belém: Anoreg-PA, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2634**

TITULO:Revista Versus: Raízes Culturais

AUTOR(ES) : NAYANE CRISTINA DE SOUZA,KELLY MENEZES SANTOS

ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA

RESUMO: A 12ª edição da Revista Versus é uma das atividades do projeto de extensão "Vida Pública: Os Temas Republicanos nos Espaços Escolares e de Ensino", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). O projeto tem como objetivo articular pesquisa, ensino e extensão a partir da produção editorial de uma revista digital, com foco em temas que atravessam a vida pública brasileira. Nesta edição, os conteúdos abordam as raízes culturais do Brasil, discutindo a criminalização do racismo sob a perspectiva de Gilberto Freyre, o papel da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA) e da Superintendência de Saberes Tradicionais (SuperSaberes) na UFRJ, além de destacar contribuições intelectuais e culturais de Gilberto Gil, Ailton Krenak e Conceição Evaristo. Também compõe a edição uma entrevista com o professor Daniel Sarmento (UERJ) sobre a demarcação de terras indígenas, e a seção "Galeria Versus", que nesta edição apresenta a curadoria artística de Alberto Pereira. A fundamentação teórica do projeto se baseia em autores como Martin Bauer e George Gaskell (2008), no campo da pesquisa qualitativa, e Bruno Munari (1981), nos estudos sobre comunicação visual, além de se ancorar nos princípios constitucionais de promoção da diversidade e da cidadania cultural (BRASIL, 1988). A metodologia adotada pelo projeto é qualitativa, utilizando técnicas como pesquisa documental, etnografia e estudo de caso, com o objetivo de compreender significados, crenças, atitudes e práticas que atravessam os temas selecionados para a revista. A produção da revista envolve diretamente a participação ativa de estudantes e professores na redação de textos, pesquisa de conteúdo, curadoria de imagens, entrevistas e diagramação, criando um espaço de formação interdisciplinar e de experimentação editorial. Entre os resultados do projeto, destacam-se o fortalecimento da cultura de extensão na universidade, a ampliação do repertório acadêmico dos estudantes, a produção de conteúdos críticos e acessíveis ao público em geral, e a consolidação da Revista Versus como espaço de reflexão e difusão de saberes plurais. O projeto contribui para uma compreensão mais ampla das questões que atravessam a vida pública no Brasil contemporâneo, promovendo o diálogo entre universidade e sociedade.

BIBLIOGRAFIA: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUNARI, Bruno. Comunicação Visual. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2024

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2649**

TITULO:NARRAR, GOVERNAR: SILENCIAMENTO E NEGAÇÃO DA COETANEIDADE NA MINUSTAH

AUTOR(ES) : JOAO PEDRO SILVA BARENCO

ORIENTADOR(ES): FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

RESUMO: Este projeto visa investigar de que modo a atuação da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) colaborou para a reprodução de práticas coloniais. A pesquisa bebe das produções de Frantz Fanon, Johannes Fabian e Michel-Rolph Trouillot, associando seus conceitos para analisar os processos de violência epistêmica em que tomou base a operação. A hipótese é que, ainda que apoiada em um discurso humanitário, a missão perpetua fundamentos coloniais, hierarquizando epistemologias e construindo um imaginário acerca do Haiti baseado em atraso e instabilidade. Essa análise pretende evidenciar como operações de paz marcadas por uma lógica idealista podem exercer controle e violência simbólica na contemporaneidade. A resistência ao colonialismo é um elemento fundamental na história haitiana. Primeira nação a declarar independência na América Latina em uma revolução orquestrada por escravizados, tem no seio de sua formação econômica a perseguição e a imposição de dívidas por parte de países desenvolvidos, sobretudo da França, que exerceu violenta colonização no Haiti. É importante a menção à coordenação brasileira do processo, fundamental para a redução das resistências locais à missão. A figura do Brasil enquanto país também colonizado serviu, em certa medida, para legitimar a intervenção internamente. "Pele Negra, Máscaras Brancas", de Frantz Fanon, oferece rica visão acerca das construções discursivas do colonialismo e seus consequentes efeitos na subjetividade do colonizado. A obra pode auxiliar na compreensão do papel da linguagem utilizada pela missão no reforço de narrativas de inferioridade. Pensando a alteridade enquanto fundamentadora dessa intervenção, "O Tempo e o Outro", de Johannes Fabian, permite refletir de que modo a antropologia ocidental nega a coetaneidade a povos cujos modos de vida divergem do ocidentalismo liberal, taxando-os enquanto anacrônicos. É essencial para a pesquisa o trabalho de Michel-Rolph Trouillot. Em "Silencing the Past", o autor versa sobre como as dinâmicas de poder atuam sobre a produção de conhecimento. Enquanto autor haitiano, Trouillot é capaz de evidenciar de que modo a história do Haiti foi afetada por agentes externos que operam sob tais dinâmicas. A pesquisa será qualitativa, com foco teórico-crítico. Além da revisão bibliográfica dos autores mencionados, será feita uma análise da gama de documentos produzidos acerca da missão pela ONU. Relacionando coetaneidade, epistemocídio, colonialismo e linguagem, a pesquisa visa compreender os efeitos simbólicos da missão sobre o Haiti. O modo como o Haiti é representado no presente carrega elementos marcantes de racismo epistêmico e silenciamento. Sob a chave de leitura proposta, cabe interpretar a MINUSTAH como um agente de negação da capacidade de autogoverno no país. Esta pesquisa busca suprir a necessidade de problematizar as violências operadas nas relações internacionais contemporâneas sob discursos de universalismo e neutralidade.

BIBLIOGRAFIA: FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. FABIAN, Johannes. O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução de Márcia Valéria Zoet. Petrópolis: Vozes, 2013. TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2654****TITULO:FAMÍLIA ALÉM DO SANGUE, DO ROMANCE E DA ADOÇÃO****AUTOR(ES) : LUANA FELIZARDO ALVES****ORIENTADOR(ES): FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: A não-monogamia vai além de outras propostas e acordos em uniões românticas, ela questiona toda a estrutura das relações interpessoais que existem na sociedade. Observando uniões poliafetivas em pesquisas anteriores, foi possível aprofundar mais o entendimento, por obras como "Descolonizando Afetos" (Núñez 2024), e também ao ter contato com comunidades do facebook, páginas no instagram, entre outras redes, com indivíduos debatendo seriamente sobre este mesmo tópico, a monogamia e a não-monogamia e tudo o que elas significam e impactam na sociedade, sua estrutura e a estrutura das famílias. O objetivo desta pesquisa é identificar através de pesquisa quantitativa, uma possível demanda de pessoas que gostariam de reconhecer um indivíduo próximo como família perante o ordenamento jurídico e utilizar desses dados para questionar a necessidade de existir no direito brasileiro ou não, um tipo de filiação civil, não consanguínea, além do casamento, da união estável ou da adoção, podendo explicitar a problemática estrutural do direito monogâmico e também trazer possíveis aspectos dos direitos e deveres dessa filiação.

BIBLIOGRAFIA: DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. NÚÑEZ, Geni. Descolonizando Afetos: experimentações sobre outras formas de amar.4.ed.são paulo, 2024. HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução de Ana Luiza Libânia. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2679****TITULO:ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO INVESTIMENTO PRIVADO****AUTOR(ES) : EVELLYN VITORIA OLIVEIRA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO: No Brasil, o investimento privado em capital fixo representa, em média, cerca de 89%; do total da formação bruta de capital fixo (FBCF) realizada, conforme apontado por Luporini e Alves (2010). Esse dado revela a expressiva predominância do setor privado na composição do investimento agregado no país. Em termos relativos ao Produto Interno Bruto (PIB), a FBCF do setor privado corresponde a aproximadamente 15%, valor que, embora não represente a maior parcela do PIB, possui grande relevância para a dinâmica macroeconômica nacional. Isso porque, diferentemente de componentes mais estáveis do PIB, o investimento privado tende a apresentar comportamento volátil e cíclico, com oscilações muitas vezes abruptas, o que lhe confere papel central na explicação das flutuações do próprio produto interno bruto. Diante dessa característica, compreender os fatores que determinam as decisões privadas de investir torna-se essencial para qualquer análise mais aprofundada da dinâmica capitalista. A presente pesquisa, ainda em sua etapa inicial, tem como objetivo realizar uma ampla revisão da literatura teórica sobre os determinantes do investimento privado. Essa revisão contempla tanto os modelos ortodoxos, que costumam enfatizar variáveis como a taxa de juros, a produtividade marginal do capital e o equilíbrio intertemporal, quanto os modelos heterodoxos, que, sob influências de autores como John Maynard Keynes e Michał Kalecki, atribuem maior importância às expectativas, à demanda efetiva e às relações de poder entre classes sociais. A pesquisa busca, portanto, identificar as diferenças fundamentais na forma como cada abordagem teórica interpreta o investimento e sua relação com a dinâmica econômica de longo e curto prazos. Em um segundo momento, a ser desenvolvido posteriormente, pretende-se confrontar essas hipóteses com dados empíricos, por meio de testes estatísticos e econométricos, a fim de avaliar a capacidade explicativa dos modelos teóricos analisados.

BIBLIOGRAFIA: KEYNES, J. M. [1936] A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio R. Contador. São Paulo: Atlas, 1982. 328p. KALECKI, M. [1954] Teoria da dinâmica econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1977. LUPORINI, V & ALVES, J. Investimento privado: uma análise empírica para o Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 449–475, dez. 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2683****TITULO:Para Além do Papel de Coadjuvante: A Importância da Criminologia no Ensino Jurídico****AUTOR(ES) : MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO****ORIENTADOR(ES): FABIO PERIN SHECAIRA**

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo demonstrar a importância da Criminologia no ensino jurídico e na formação cidadã dos estudantes de Direito. Busca-se, para tanto, investigar as razões pelas quais a disciplina ocupa, tradicionalmente, uma posição periférica na grade curricular dos cursos jurídicos, bem como mapear os efeitos negativos decorrentes dessa marginalização. A análise considera, principalmente: (i) o fenômeno da fragmentação das disciplinas que compõem as ciências criminais e (ii) a oposição entre o saber criminológico acadêmico e o discurso penal de senso comum, a qual todos estão submetidos (criminologia vulgarizada). Adota-se como metodologia a revisão bibliográfica, articulando obras e artigos científicos dedicados ao tema, além da consideração da experiência empírica adquirida no exercício da monitoria da disciplina. Com isso, pretende-se evidenciar a relevância do conhecimento criminológico na formação dos graduandos em Direito, em especial no que se refere a superação do senso comum sobre os sentidos da questão criminal, notadamente marcados por estígmas de classe, raça e gênero.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da Libertação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005. GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. A Criminologia no Ensino Jurídico no Brasil. 2014. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014. MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philippe Oliveira de; CORBO, Wallace. Manual de educação jurídica antirracista. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2699****TITULO:**O descomissionamento de plataformas de petróleo no Brasil como vetor de reposicionamento geopolítico tendo por base o meio ambiente.**AUTOR(ES) : GIULIA LUIZA GOMES DA SILVA TEIXEIRA****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A dependência de fontes de energia fósseis para sustento do modo de vida da sociedade contemporânea gera uma necessidade de estudos sobre aspectos que envolvem a obtenção dessas fontes de energia, com destaque aos hidrocarbonetos (petróleo e gás natural). Contudo, os meios de obtenção desses no oceano, precisam ser geridos do início ao fim por meio de normas e procedimentos sustentáveis ambientalmente. Assim, esse trabalho visa olhar para quando há o esgotamento da vida útil das plataformas de petróleo, analisando as medidas que devem ser tomadas tanto para o "abandono" do sistema de produção bem como o do campo de petróleo submarino, denominado descomissionamento de plataformas offshore. Considera-se essa a etapa final da cadeia produtiva do setor energético - o que representa um desafio técnico, ambiental e estratégico para o Brasil. Mais do que uma exigência regulatória, essa prática pode ser compreendida sob uma perspectiva geopolítica ampliada, como ferramenta de fortalecimento da soberania marítima e de inserção internacional qualificada. Este trabalho busca analisar como a condução estratégica do descomissionamento pode contribuir para reposicionar o Brasil como ator relevante nos debates sobre governança oceânica, sustentabilidade e economia azul. Essa perspectiva de sustentabilidade e a necessidade de governança entre diversos atores (como ANP, Operadores, IBAMA, Marinha) se descreve pois os materiais que compõem as estruturas offshore podem ser ferro, cobre, aço, borrachas, cimento, polímeros diversos, tintas, produtos químicos e materiais de controle de corrosão. No Brasil há ainda a instalação de estruturas flutuantes e submersas de grande porte que ficam dispostas por mais de trinta anos influindo no ecossistema oceânico local. Pesquisadores da área chamam atenção para que o final da campanha de um campo de petróleo submarino é quando aspectos relacionados à legislação, ao meio ambiente e aos riscos envolvidos na operação de desmonte devem ser cuidadosamente planejados e atendidos. Com esse trabalho pretende-se demonstrar que o Brasil, ao alinhar políticas ambientais com interesses de segurança energética, pode ampliar seu protagonismo no Atlântico Sul e em fóruns multilaterais voltados ao uso sustentável do espaço oceânico. Considera-se, ainda nesse trabalho, de forma preliminar descrever como devem ser as bases de um descomissionamento, pontuando como o país pode integrar o descomissionamento e sua governança há uma agenda estratégica e sustentável que favoreça uma política mais ativa e compatível com os desafios oceânicos do século XXI. A análise a ser apresentada foi feita por uma graduanda que participa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. Já a metodologia utilizada é exploratória e qualitativa, com base em revisão bibliográfica de documentos oficiais, literatura especializada na forma de artigos científicos e relatórios técnicos de gestão da exploração de hidrocarbonetos offshore.

BIBLIOGRAFIA: BRAGA, J. DESMOBILIZAÇÃO DO CAMPO DE PETRÓLEO NO BRASIL: LIÇÕES APRENDIDAS DO MAR DO NORTE. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Marítimos – PPGEM-EGN-MB). CAPRACE, Jean Davi. Panorama do de-comissionamento de estruturas offshore. Rio de Janeiro, 2017. COPPE, UFRJ. DOURADO, J. D. de A.. Risco e oportunidades na exploração do petróleo no Brasil e Atlântico Sul. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2703****TITULO:**Ilhas de Plástico e Fronteiras Invisíveis: lacunas de governança da poluição oceânica e seus impactos no Brasil**AUTOR(ES) : MARIA VICTORIA LIMA DO VALE AURELIANO SOUSA,WALLESWKA LOURENCO GOMES NUNES****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A poluição por plástico no ambiente oceânico é uma das formas mais expressivas de contaminação marinha. Essa contaminação compromete o ambiente marinho nas escala municipal, estadual, nacional e transnacional. De forma direta, as populações costeiras sofrem com a perda dos ecossistemas e a degradação da biodiversidade marinha. Deve-se considerar que esse é um problema de essência transfronteiriça, pois resíduos plásticos e seus derivados são oriundos de diversas partes do mundo, e sendo transportados por ventos e correntes marinhas formam grandes áreas de acúmulos, denominadas de "ilhas de plásticos". Essas "ilhas" formadas por macroplásticos, microplásticos e nanoplasticos representam uma ameaça ao bem-estar ecológico marinho, a biodiversidade e à saúde humana. O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação e os impactos das "ilhas de plásticos" como um fenômeno globalizado e de fronteiras invisíveis, principalmente no âmbito político, mas com perceptíveis efeitos socioambientais, tendo em foco secundário observar os impactos para o Brasil, considerando estudos científicos sobre a toxicidade do plástico no mar. De acordo com a Oceana Brasil, no país, em média, 325 mil toneladas de plástico acabam no oceano por ano, a partir de fontes terrestres. Tendo como base o direito internacional do meio ambiente e o direito do mar, principalmente a UNCLOS e a Agenda 2030 da ONU, o trabalho enfatiza as necessidades de internacionalização e internalização das normas sobre a temática, bem como a necessidade de fortalecimento de mecanismos de monitoramento e fiscalização da poluição por plástico no ambiente oceânico. Muitos cientistas e acadêmicos pontuam que há uma urgência premente de investimentos na ciência, tecnologia e inovação e na construção de medidas eficazes para orientar as políticas públicas no Brasil nessa área. A crise das "ilhas de plásticos", portanto, revela urgência de uma resposta coordenada e de múltiplas escalas, assim esse trabalho é baseado ainda no conceito de governança oceânica, representando uma junção de normas internacionais e domésticas, políticas públicas nacionais e internacionais e conscientização e ações da sociedade civil para o uso sustentável e responsável do oceano. Há que se ressaltar que o Brasil tem papel estratégico a desempenhar, devido a importância do oceano socialmente e economicamente para o país. O trabalho a ser apresentado foi feito por graduandas que participam do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID/UFRJ e quanto à metodologia aplicada busca-se explorar, por meio de levantamento bibliográfico, a poluição por plástico no ambiente oceânico; os impactos ocasionados pela escassez de dados consistentes que possam ser usados na formulação e análise de políticas públicas, e sugere-se ao final apresentar como essa deficiência pode ser superada considerando as especificidades da transnacionalidade do problema.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Lucas Salles Gazeta Vieira. A implementação do objetivo do desenvolvimento sustentável 14: como mitigar a poluição marinha decorrente do lixo plástico e microplástico. 2018. 68 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Acesso: 18 abr. 2025. FONSECA, T.; AGOSTINHO, F.; PAVÃO, J. M. S. J.; SULIS, F.; MACENO, M. M. C.; ALMEIDA, C. M. V. B.; GIANNETTI, B. F. Marine plastic pollution: A systematic review of management strategies through a macroscopic approach. Marine Pollution Bulletin, v. 208, 2024. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Montego Bay, 1982.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2717****TITULO: TECNOLOGIA COMO CATALISADORA DAS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS****AUTOR(ES) : LÍGIA MINELLI MARTINS,GIOVANNA SANTOS****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o papel da crescente inovação tecnológica, do acelerado dinamismo social e da atual sociedade da informação na ocorrência de mutações constitucionais. Desse modo, busca-se explorar que à velocidade pela qual as tecnologias evoluíram ao longo das últimas décadas acaba por tornar os conceitos trazidos na Constituição Federal de 1988 limitados e necessitados de serem interpretados de maneira a abranger o contexto social atual. Sob esse viés, é discutida uma análise de caso acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 403 e de como o debate a respeito do bloqueio do WhatsApp impacta tais direitos fundamentais previstos na CF/88, ora segurança pública, ora liberdade de expressão e direito à informação. Nesse panorama, será utilizada uma metodologia bibliográfica juntamente a essa análise de caso, a fim de compreender a relação de conceitos teóricos elucidados de início com um exemplo prático. O estudo busca demonstrar a forma em que as rápidas transformações tecnológicas impõem a necessidade de uma interpretação constitucional dinâmica, capaz de manter a efetividade dos direitos fundamentais frente às mudanças sociais contemporâneas – especialmente no que se refere à segurança pública, à liberdade de expressão e ao direito à informação.

BIBLIOGRAFIA: BASTOS, Caio; CHACCUR, Ricardo; MACEDO, Juliana. .A restrição à liberdade de expressão e ao direito à informação na era da sociedade da informação: caso da suspensão dos serviços do aplicativo WhatsApp. Revista Eletrônica Direito e Sociedade, 2018. FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Processos informais de mudança na Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais. Editora Max Limonad. São Paulo, 1986. FRIZO, Pedro; NASCIMENTO, Wagner. Sociedades modernas, sociedades de obsolescência: a sociologia temporal de Hartmut Rosa. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 56, jan-abr 2021, p. 396–410. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-102645>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2724****TITULO: ALGORITMOS E CAMPANHAS POPULISTAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS E ESTADUNIDENSES.****AUTOR(ES) : ANA CLARA FELIX DE LIMA BOLONHA****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: Com a evolução dos meios de comunicação, as redes sociais tornaram-se os principais meios de acesso e distribuição de informações. Os algoritmos, peça fundamental para selecionar as informações que serão de maior relevância para cada usuário, são utilizados como artifício para propagar e fortalecer campanhas populistas, influenciando direta ou indiretamente a formação da opinião pública não apenas em âmbito nacional, mas também em outros países, como nos Estados Unidos. Nesse sentido, o encontro do populismo com a rapidez da circulação de informações oferecidas pelas redes sociais evidencia uma problemática em nosso cenário político atual, que norteará a questão central desta pesquisa: quais são as consequências, para nosso sistema político vigente, ocasionadas pela manipulação de informações e a disseminação de desinformação — por intermédio dos algoritmos das mídias sociais — na fragilização da democracia representativa e a erosão da confiança nas instituições democráticas relacionadas ao processo eleitoral devido às eleições presidenciais brasileiras (2018 e 2022) e estadunidenses (2016 e 2020)? Partindo desta questão, nesta pesquisa, aborda-se o conceito de populismo não como um tipo de movimento, mas sim uma lógica política de antagonismos que mobiliza as demandas do “povo” contra seu “inimigo”, conforme a perspectiva trabalhada por Ernesto Laclau. Todavia, esta análise abordará as manifestações populistas de caráter autoritário, que se caracterizam pela exclusão de quem compõem o povo e pelos ataques às instituições democráticas com o intuito de se perpetuar no poder. Há como hipótese que com esse novo modus operandi do populismo é mais nocivo do que suas atuações passadas, ao ampliar os discursos de ódio, os quais enfraquecem os mecanismos democráticos e moldam um âmbito político marcado pela raiva, desconfiança e frustração social. Assim, reduzindo, o espaço para um debate plural. Dessa forma, a pesquisa busca analisar comparativamente as campanhas presidenciais brasileiras dos anos de 2018 e 2022 e as campanhas americanas de 2016 e 2020, discutindo os possíveis impactos dessa nova dinâmica na integralidade democrática. Além disso, este estudo baseia-se nas contribuições de Giuliano da Empoli em seu livro “Os engenheiros do caos”, no qual discute essa nova sistemática entre o uso dos algoritmos e campanhas populistas, ademais, para enriquecer a base desta pesquisa serão utilizados os estudos sobre o populismo feitos por Ernesto Laclau em seu livro “A razão populista”. A metodologia se pauta em uma pesquisa qualitativa que examinará as dinâmicas populistas dos países citados com os algoritmos das redes sociais, sendo esse estudo feito por meio da análise bibliográfica. Por conseguinte, pretende-se que este trabalho contribua para o enriquecimento do debate dessas nova modalidade de populismo e seus riscos para as democracias atuais.

BIBLIOGRAFIA: EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2024. LACLAU, Ernesto. A razão populista. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura , São Paulo: Três Estrelas, 2013. GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. Revista Parágrafo, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 48-63, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.flamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2754****TITULO:**Mulheres de Améfrica: Benedita da Silva e a presença negra feminina na Constituinte Brasileira de 1987/88**AUTOR(ES) :** GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA,CARLOS EDUARDO DIAS SILVA,ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO,SOFIA MOURA MELO,KAMILY VASCONCELOS CARDOSO**ORIENTADOR(ES): LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: A assembleia Nacional Constituinte ocorrida no ano de 1987/88 contou com 559 parlamentares entre Deputados e Senadores. Desse quantitativo eram apenas 26 mulheres eleitas como Deputadas para compor o parlamento – totalizando 5%; dos parlamentares do Congresso Nacional. Nessa composição, Benedita da Silva ocupou um espaço simbólico interseccional: a única mulher negra na Constituinte. Benedita da Silva nasceu no ano de 1942. E criada nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro, e, desde sua juventude, demonstrou forte engajamento político. Um dos destaques da sua carreira foi sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, sendo que foi voz atuante diante das Comissões da Soberania e dos Direitos e Garantias Homem e Mulher, na Subcomissão dos Negros, População Indígena, Deficientes e Minorias, na Comissão da Ordem Social e na Mesa da Assembleia Constituinte. Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal construir uma análise da atuação política e jurídica de Benedita da Silva na Assembleia Constituinte como a única mulher negra dentre os 559 parlamentares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória que tem como método a análise documental dos anais da Constituinte, de entrevistas da parlamentar em áudio e vídeo, documentários e atas de assembleia, tendo como base bibliografia especializada sobre feminismo decolonial e colonialidade do poder. Através desse estudo, busca-se refletir sobre o impacto de sua atuação em um espaço predominantemente branco, masculino e elitizado. Procura-se, portanto, perquirir como sua presença em um ambiente marcado por relações de poder tipicamente eurocêntricas contribuiu para a inclusão de pautas sociais de extrema importância na Constituição de 1988.

BIBLIOGRAFIA: Gonzalez, Lélia. A categoria político-cultural de ameficanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988. Pires, Thula. Améfrica Ladina: uma articulação político-epistêmica radical. In: Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 13–26. Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 117–131, out. 2005. Tradução de Patrick T. de Freitas.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2755****TITULO:**MUDANÇAS SISTÊMICAS E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: OS IMPACTOS DO 11 DE SETEMBRO NOS GOVERNOS FHC E LULA DA SILVA**AUTOR(ES) : LENIN CONRADO GOMES FERREIRA,THIAGO DE ARAUJO CORDEIRO****ORIENTADOR(ES): DANIELLE COSTA DA SILVA**

RESUMO: Na manhã do dia 11 de Setembro de 2001, o mundo presenciou um evento que mudou a percepção política internacional. Os ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono, coordenado pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, causaram grandes transformações na ordem internacional e no direcionamento das agendas das grandes potências, principalmente a dos Estados Unidos. A ordem liberal – que se via consolidada na ideia da Pax Americana – foi nocauteadas. Subitamente, a potência que se firmou “vitoriosa” no pós Guerra Fria precisou dar um passo atrás. Houve uma grande retração nas negociações em fóruns multilaterais e, nesse ínterim, agendas comerciais foram substituídas por uma nova agenda de segurança, que pautasse e combatesse radicalmente essa nova ameaça. A este fator último, o professor Rubens Ricupero indica como causa de uma mudança sistêmica na ordem internacional: Transcorridos dois anos dos ataques terroristas, a radicalidade e provável irreversibilidade das transformações são cada vez mais evidentes. A primeira delas, de caráter sistêmico, tendente a alterar a estrutura mesma da organização das sociedades, é o súbito, intenso e contínuo reforçamento do poder do Estado, sua afirmação crescente perante o mercado e a sociedade civil. (RICUPERO, 2003, p.13) Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos impactos dessas reconfigurações estruturais na mudança das tomadas de decisão dos atores de política externa no Brasil. Serão observadas as posturas do Brasil de Fernando Henrique Cardoso antes e depois dos atentados às Torres Gêmeas, visando entender as saídas escolhidas para manter a estabilidade do país em meio a mudança da configuração das agendas das grandes potências e das transformações da ordem social e internacional. Por fim, o trabalho também resgata os primeiros anos do governo Lula, buscando uma análise mais profunda das implicações dessa remodelação sistêmica no Brasil e, assim, levantando a hipótese de que há uma relação direta entre a crise gerada pelos ataques e a mudança de postura na política externa do governo brasileiro, observando uma certa continuidade de parte do segundo mandato de FHC para o governo de Lula da Silva. Para isso, utilizar-se-á do paradigma realista neoclássico, à luz do trabalho de Gideon Rose (1998), segundo o qual se entende que uma mudança na estrutura gera determinadas respostas de atores domésticos de cada Estado e, a partir disso, esses tomam suas decisões de política externa.

BIBLIOGRAFIA: RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. *Tempo Social*, [S. l.], p. 1–22, 4 jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/HRYNvtvVQrvrLr9YT5Smfqn/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023. ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. Cambridge University Press, [S. l.], p. 144 – 172, 13 jun. 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/neoclassical-realism-and-theories-of-foreign-policy/48B6DD61980E75A29672E8553D0F79E4>. Acesso em: 26 nov. 2023. VIGEVANI, T. CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2759****TITULO:** Percalços da diáspora na ilha do desterro: a imigração venezuelana no brasil e na Grande Florianópolis**AUTOR(ES) : BRUNO HENRIQUE SILVA COSTA DE PINHO****ORIENTADOR(ES): CARLOS EDUARDO DA ROSA MARTINS**

RESUMO: As raízes da onda migratória bastante expressiva de venezuelanos ao Brasil e ao estado de Santa Catarina nos últimos anos devem ser buscadas no papel histórico que ocupa a economia política da Venezuela na hierarquia global, para além da crise humanitária que o país vivencia atualmente. Sob essa ótica, o presente trabalho busca compreender as especificidades deste fluxo migratório na região da Grande Florianópolis, considerando a relação entre as migrações internacionais, a mobilidade de trabalho e a desigualdade sistêmica entre países centrais e dependentes. Para isso, à luz da Teoria Marxista da Dependência e de um conjunto de autores que analisam o fenômeno migratório criticamente, mostramos de que maneira a reprodução desigual e combinada do capitalismo condiciona os deslocamentos internacionais, e analisamos as repercussões individuais que os imigrantes sentem como determinantes subjetivos da migração, sobretudo com base no sociólogo argelino Abdelmalek Sayad. O referencial bibliográfico das teorias migratórias e da história venezuelana é articulado com os resultados obtidos na pesquisa de campo com os imigrantes venezuelanos atendidos pela parceria entre a Defensoria Pública da União e o grupo Améfrica–UFSC. As entrevistas, previamente aprovadas pelo Comitê de Ética da UFSC, foram realizadas de forma semiestruturada com 66 imigrantes, na modalidade presencial e remota. Em sua maioria mulheres trabalhadoras em idade economicamente ativa, jovens e de escolaridade média, esses indivíduos abandonam em massa sua terra natal após a crise em que o país se afunda desde meados da década de 2010, com efeitos que se expressam individualmente na falta de emprego, insegurança e fragilidade nos serviços básicos. Escolhem o Brasil por aqui enxergarem a possibilidade de uma vida mais digna, com mais oportunidades e custo de vida mais baixo, além da proximidade geográfica – a despeito das dificuldades com a barreira do idioma – e da reunião familiar. Embora haja uma melhora relativa nas condições econômico-financeiras dos venezuelanos, a realidade material da migração por vezes colide com as expectativas do projeto migratório: para além dos aspectos subjetivos de desenraizamento, solidão e saudade envolvidos no processo, as dificuldades com a subsistência básica persistem, sobretudo pela centralidade das remessas para os familiares de origem no total da renda. Encontram condições de trabalho mais dignas e até melhores salários em comparação à Venezuela, mas exercem as atividades indesejadas pelos brasileiros, trabalhando jornadas maiores do que a média e ocupando os estratos mais baixos de nível salarial. Ao adentrarem o mercado de trabalho de outro país caracterizado historicamente pela dependência em relação ao centro do capitalismo, os imigrantes servem ao capital na medida em que sua força de trabalho móvel é superexplorada, oferecida como mão de obra barata aos setores que dela necessitam.

BIBLIOGRAFIA: MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A Imigração Haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355 f. Tese (Doutorado) – Curso de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. MARÍNGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora UNESP, 2009. SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2760****TITULO:**MARGENS DA BIOGRAFIA, AUTORIA E MATERIALIDADE: A PRODUÇÃO DA VERDADE NO CASO HENRY BOREL NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E POLICIAIS**AUTOR(ES) : CAROLINA CUNHA AMAZONAS PAIXAO****ORIENTADOR(ES): LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas da Polícia Civil e da Imprensa na produção da verdade no Caso Henry Borel. O esforço analítico se dará em três etapas. A primeira consiste num esforço de estudar a narrativa policial, nos autos do inquérito policial, visando compreender a construção da culpabilidade por meio do discurso institucional, situando os réus no universo simbólico de culpados. A segunda compreende entender como as práticas jornalísticas construiriam, narrativamente, biografias acerca do menino Henry (víctima), de sua mãe, Monique Medeiros (ré), e de seu padrasto, Dr. Jairinho (réu), utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca de suas condutas. A terceira analisa as estratégias entre defesa e acusação para a construção da "verdade dos fatos", como norteador que possibilita a compreensão dos discursos que serão considerados verdadeiros. O Caso Henry Borel inicia-se em 8 de março de 2021, quando o menino Henry (4 anos) foi morto no apartamento onde morava com sua mãe e o padrasto. A partir do dia 9 de março de 2021, a imprensa inicia uma ampla cobertura jornalística sobre o caso e, conforme surgem novas informações, as veicula imediatamente. Ao narrar o evento, a Imprensa produz biografias morais da vítima e dos réus, enquanto a investigação policial, interessada na apuração dos fatos, busca indícios e provas de autoria e materialidade do crime, que darão início ao processo penal. A narrativa policial é a principal fonte de informações da imprensa e também produz construções biográficas dos protagonistas do caso. Adoto o conceito de "descrição densa" (Clifford Geertz) como a principal chave interpretativa e "análítica do poder" (Michel Foucault), para pensar os jogos de influência mútua entre imprensa e Polícia Judiciária. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica, pesquisa no acervo do G1-RJ (Globo) referente às matérias publicadas, análise dos autos policiais e entrevistas com operadores da mídia e da Polícia Civil.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13–41. MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05–09. DA SILVA, Edilson Márcio Almeida. Notícias da violência urbana: um estudo antropológico. Editora da UFF, 2010. p. 66. FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". In: Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2768****TITULO:**ELEIÇÕES, MUNICÍPIOS E SEGURANÇA NACIONAL NA DITADURA BRASILEIRA PÓS-1964**AUTOR(ES) : LUCAS BARRETO MORAIS****ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: A pesquisa se insere no projeto “Autoritarismo, eleições e poder local no Brasil”, que investiga o uso instrumental de mecanismos ordinários do constitucionalismo, em especial das eleições, por regimes autoritários, tendo em vista seus propósitos de conservação de poder. De forma específica, a pesquisa busca analisar a adoção de eleições indiretas em municípios declarados como área de segurança nacional, com o objetivo de entender as estratégias de controle político do regime sobre as municipalidades, as reações em face das medidas adotadas e os efeitos da sua implementação. Analogamente, o projeto estuda a subversão do conceito de Segurança Nacional para atender os mecanismos autoritários do regime militar que buscava se fazer presente em municípios que eram de seu interesse, e busca analisar o processo de nomeação dos prefeitos designados para as áreas declaradas de interesse nacional. A pesquisa se sustenta a partir da análise documental de fontes primárias, principalmente os documentos do Conselho de Segurança Nacional, jornais da época e dados oficiais a respeito dos municípios e dos prefeitos. Até o momento, o bolsista realizou uma revisão bibliográfica e identificou um predomínio de literaturas voltadas à análise de contextos específicos, como o caso dos municípios do RS, explicitando uma lacuna bibliográfica que discorre sobre outros municípios que faziam parte dos declarados como área de segurança nacional. Pretende-se expandir o estudo e fazer uma análise comparativa dos padrões de recrutamentos em contextos sociais, econômicos e políticos variados em diferentes municípios do Brasil. Espera-se contribuir para uma melhor compreensão sobre a partilha territorial do poder em sistemas políticos autoritários e sobre o recurso da ditadura à nomeação direta de prefeitos, considerando as resistências locais e as necessidades de acomodação política.

BIBLIOGRAFIA: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: a democracia no Brasil rural. São Paulo. Alfa–Omega, 1975 MADEIRA, Rafael Machado. Vínculos pessoais, origem sócio–ocupacional e “protagonismo local”: um mapeamento dos mecanismos postos em marcha nos processos de escolha dos prefeitos nomeados no RS entre 1964 e 1985. In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÉNCIA POLÍTICA, 2016., Belo Horizonte. P. 1–21 FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do regime militar DOI10.5216/o.v14i1.28656. OPSIS, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 60–78, 2014. DOI: 10.5216/o.v14i1.28656.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2770****TITULO:**GÊNERO E COMÉRCIO: O ENFOQUE FEMINISTA NA POLÍTICA EXTERNA DE CHILE, MÉXICO E COLÔMBIA.**AUTOR(ES) : MARIA EDUARDA SOUZA RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): ARIANE RODER FIGUEIRA**

RESUMO: A política externa feminista, conceito pioneiramente institucionalizado pela Suécia em 2014, foi sendo progressivamente adotada por outros países como Canadá (2017), França (2019), México (2020), Espanha (2021), Alemanha (2021) e Chile (2022) e parcialmente pela Colômbia (com forte ênfase desde o governo Petro). Essa orientação tem sido estendida ao campo do comércio internacional por meio da implementação de políticas comerciais com enfoque de gênero, como os programas SheTrades, Mujer Exporta (no México e no Chile), Ella exporta a África (na Colômbia), muitas vezes em articulação com organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a ONU Mulheres. Diante desse contexto, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte pergunta: De que forma as políticas externas feministas dos países latino–americanos têm promovido a equidade de gênero no comércio internacional, e quais as políticas que buscam o empoderamento econômico das mulheres? Para tanto, serão analisados os casos do Chile, México e Colômbia, países que, em diferentes graus, incorporaram elementos dessa abordagem em suas agendas internacionais. A análise visa compreender não apenas os mecanismos adotados, mas também os efeitos concretos dessas políticas sobre a participação das mulheres no comércio exterior. O referencial teórico do estudo está ancorado nas teorias feministas das relações internacionais, sobretudo na vertente representada por J. Ann Tickner, que propõe uma crítica ao paradigma tradicional de poder, segurança e interesse estatal, ao mesmo tempo em que valoriza a inclusão das experiências e subjetividades das mulheres no sistema internacional. Nesse sentido, adota–se a perspectiva do feminismo dissidente, que contesta o universalismo hegemônico do feminismo ocidental e considera as múltiplas formas de opressão — como raça, classe, nacionalidade e sexualidade — como elementos estruturantes das relações de poder globais. Essa abordagem é especialmente relevante para o estudo de países do Sul Global, cujas realidades históricas e sociais demandam soluções específicas e não meramente adaptadas de modelos eurocêntricos. A metodologia adotada será qualitativa, com base em estudos de caso múltiplos, centrados em Chile, México e Colômbia. A proposta é compreender como cada país adaptou e operacionalizou os princípios da política externa feminista em articulação com suas políticas comerciais. Entre os objetivos da pesquisa destacam–se: (1) mapear as políticas públicas externas com enfoque de gênero nos três países analisados; (2) identificar os instrumentos comerciais utilizados para promover o empoderamento econômico das mulheres; (3) discutir a coerência dessas políticas com os princípios da interseccionalidade e do feminismo crítico.

BIBLIOGRAFIA: TICKNER, J. Ann. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992. UN WOMEN; UNCTAD. Gender and Trade: Towards Empowering Women in the Global Economy. [S.I.]: UN Women; UNCTAD, 2020. WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report 2024. [S.I.]: WEF, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2773****TITULO:**Shopee e Geração Z: perspectivas sobre o comportamento de consumo da classe C**AUTOR(ES) : KAROLAYNE TELES DA SILVA****ORIENTADOR(ES): MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO: Este estudo analisa as percepções sobre consciência de valor, benefícios e aspectos emocionais de integrantes da geração Z (BENÍTEZ-MÁRQUEZ et al., 2022), com foco especial na classe socioeconômica C, no consumo online na Shopee. A relevância do tema decorre da expansão do comércio eletrônico nos últimos anos, bem como da carência de estudos acadêmicos voltados à compreensão do assunto sob o recorte da geração Z de baixa renda. Adotando abordagem qualitativa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013b), descriptiva e bibliográfica, esta pesquisa de campo realizou entrevistas em profundidade semiestruturadas com cinco jovens com idades entre 20 e 28 anos, que realizaram, no mínimo, cinco compras de qualquer valor monetário na Shopee, no decorrer dos seis meses antecedentes ao início da coleta de dados. A análise estruturada a partir do processo de codificação obedeceu às etapas de análise temática estabelecidas por Saldaña (2013): primeiro ciclo; ciclo intermediário; segundo ciclo; pós codificação. Tal processo permitiu identificar percepções distintas sobre a qualidade dos produtos, além de benefícios percebidos e presença de emoções no consumo dos entrevistados na plataforma. Os resultados sugerem que os entrevistados, embora ancorados na preocupação com custo–benefício e a questão do menor preço, apresentam nuances nos fatores que impactam a consciência de valor na plataforma. A análise diferencia uma lógica mais simples, pautada nos aspectos utilitários, de outra que contempla diversos fatores, como aparência do produto, país de origem e aspectos específicos de qualidade esperada, na reflexão sobre a qualidade dos produtos adquiridos na Shopee. Além disso, percebe-se que os usuários acreditam que o consumo online promove economia de recursos (tempo, dinheiro...) e conveniência em comparação às lojas físicas, tanto do ponto de vista logístico, como pela possibilidade de pesquisar livremente sobre produtos sem ser incomodado por funcionários das lojas, o que os incentiva a comprar na Shopee em vez de recorrer ao varejo tradicional. Ao comparar os resultados com um estudo sobre o imaginário atribuído às gerações de baixa renda anteriores, percebe-se que os integrantes da geração Z entrevistados apresentam consumo mais pautado em estados emocionais e em excesso de opções do que em carência material ou escassez de oferta, como era o caso das gerações antecedentes. Em síntese, o presente trabalho contribui com o conhecimento sobre o consumo dos jovens de classe C na Shopee, sugerindo a existência de diferentes visões sobre qualidade, indicando benefícios percebidos e discutindo sobre a possibilidade de o consumo da geração Z de baixa renda, diferentemente das gerações que a precederam, ser mais pautado em emoções e em acesso a variedade.

BIBLIOGRAFIA: BENÍTEZ-MÁRQUEZ, M. D. et al. Generation Z Within the Workforce and in the Workplace: a bibliometric analysis. *Frontiers In Psychology*, [S.L.], v. 12, p. 1–16, 1 fev. 2022. Frontiers Media SA. <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2021.736820>. SALDAÑA, J. *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. 2. ed. London: SAGE Publications Ltd, 2013. SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, M. Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças. In: _____. *Metodologia de Pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013b. cap. 1, p. 28 – 45.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2774****TITULO:**EQUIDADE DE GÊNERO NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**AUTOR(ES) : MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO****ORIENTADOR(ES): ARIANE RODER FIGUEIRA**

RESUMO: Nas últimas décadas, a igualdade de gênero ganhou destaque nas agendas internacionais de desenvolvimento. Com a implementação da Agenda 2030 da ONU, especialmente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 — que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” — diversos países passaram a adotar políticas públicas para fortalecer o papel das mulheres na economia e no comércio exterior. Nesse contexto, a internacionalização de políticas de gênero, impulsionada por tratados, cooperações técnicas e programas de organismos multilaterais como ONU Mulheres,OMC,BID e CEPAL, tem promovido ações concretas na América Latina. Iniciativas como SheTrades, Elas Exportam, PROEQUIDAD e Mujer Exporta buscam reduzir barreiras ao comércio exterior para empresas lideradas por mulheres, oferecendo capacitação, financiamento e acesso a mercados globais. Este estudo visa diagnosticar e analisar políticas públicas inclusivas de apoio às mulheres nos negócios internacionais, com foco em países latino–americanos signatários do Arranjo Global de Comércio e Gênero — Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Costa Rica e Equador. Além disso, investiga a dimensão supranacional do tema, considerando o avanço das questões de gênero em acordos comerciais e agendas multilaterais. A moldura teórica baseia–se na Análise de Política Externa, que reconhece a influência mútua entre política externa e políticas públicas domésticas. Metodologicamente,adota–se uma abordagem qualitativa, adequada para compreender contextos e historicidades de fenômenos complexos, por meio do método de estudos de casos múltiplos, tendo as políticas públicas como unidade de análise. A coleta de dados foi realizada a partir da análise de bases e relatórios de organizações internacionais como Banco Mundial,UNCTAD,WAIPA,ONU Mulheres e o sistema GATE (Global Accountability and Tracking of Evaluation Use), que monitora programas em países signatários. Foram também mapeadas iniciativas do International Trade Center (ITC), agência conjunta da OMC e ONU. A plataforma SheTrades Outlook reuniu dados de diversos países sobre mulheres e comércio internacional. Complementarmente, utilizaram–se bases quantitativas como o Global Gender Gap Index, do Fórum Econômico Mundial. No âmbito regional, foram analisados dados da Comissão Interamericana de Mulheres, da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (ECOSOC–CEPAL) e da Associação Latino–Americana de Integração (ALADI).Ao diagnosticar os mercados emergentes latino–americanos, este estudo contribui para avanço das teorias que analisam o Sul Global sob uma perspectiva não colonialista.Também busca mapear tendências e desafios da equidade de gênero no comércio internacional,subsidiando gestores públicos na formulação de políticas e identificação de boas práticas nacionais e internacionais, alinhadas aos ODS,com especial foco no empoderamento econômico feminino (ODS 5).

BIBLIOGRAFIA: DEVETAK, R.; TRUE, J. *Theories of international relations*. 6. ed. London: Red Globe Press, 2021. TICKNER, J. A. *Gender in international relations: feminist perspectives on achieving global security*. New York: Columbia University Press, 1992. UN WOMEN; UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Gender and trade: Towards empowering women in the global economy*. 2020. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/gender-and-trade-towards-empowering-women-global-economy>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 2778****TITULO:PODCAST – RAÍZES E VOZES ANCESTRAIS: CONSTRUÍNDΟ MEMÓRIAS COLETIVAS****AUTOR(ES) : RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,MONICA MACHADO AGGIO,KAIO DOS SANTOS DE SOUZA,DELANA GALDINO DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): FATIMA BARBOSA**

RESUMO: Introdução: “Raízes e vozes ancestrais: construindo memória coletiva” é um programa de Extensão universitária em formato de podcast que surge a partir da disciplina de Informação étnico-racial, obrigatória no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Recentemente recebeu o selo ODS Educação do Instituto Social, que certifica instituições de ensino que participam e estão comprometidas em atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivo: O objetivo geral é a construção de memória coletiva pelo resgate, a preservação e a difusão da história e da cultura como marcos de resistência da população negra, indígena, tradicional e originária, veiculada através das mídias sociais como espaço virtual de disseminação de informação e guarda dessas memórias. Como objetivos específicos: a) propiciar aos discentes a oportunidade de realizar atividades de valor social e inclusivo; b) colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na disciplina Informação étnico-racial; c) proporcionar o compartilhamento de conhecimentos entre atores envolvidos, tais como discentes, professores, familiares, e pessoas convidadas, entre outras participações, de forma a gerar conhecimentos mútuos, dialógicos e consistentes com a realidade social da comunidade discursiva; d) coletar histórias de vida, relatos orais e documentos históricos das comunidades e grupos participantes; e) organizar e sistematizar as informações coletadas, construindo um acervo digital de memória. Metodologia: Pesquisa a partir de realizações de entrevistas com as comunidades racializadas, análise documental exploratória e uso de metodologia qualitativa, visando obter compreensão de contextos, perspectivas e experiências não só dos entrevistados externos como da equipe do projeto. O desenvolvimento do projeto se alicerça em material teórico interdisciplinar entre as áreas da Ciência da Informação, da Comunicação e da Sociologia. O referencial teórico contribui para o exercício do pensamento crítico, construção do planejamento e execução do projeto. Resultados: Os resultados esperados visam resgatar e preservar a ancestralidade, bem como a valorização da história e da cultura de povos com suas raízes e vozes ancestrais. O podcast almeja também que suas ações reverberem na sociedade em geral, promovendo o diálogo intercultural e fortalecendo as relações entre diferentes grupos sociais. Considerações finais: Entende-se a importância e a necessidade de abordar tal temática para a promoção de diálogo e de relações interculturais com a população negra, indígena, tradicional e originária e a sociedade em geral.

BIBLIOGRAFIA: [1] LUVIZOTTO, C. K. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital | The dissemination of tradition and the preservation of collective memory in the digital age. Liinc em revista, v. 11, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.781>. [2] MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1988. [3] SANTOS, F. E. P. Informação científica por meio da produção de conteúdo em podcast: hospedagem, distribuição e agregadores. Convergência em Ciência da Informação, [S. I.], v. 3, n. 2, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2830****TITULO:AS TRIANGULAÇÕES ENTRE CHINA, RÚSSIA (URSS) E ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE DE TRÊS DIFERENTES MOMENTOS DAS RELAÇÕES ENTRE AS TRÊS GRANDES POTÊNCIAS DO SISTEMA INTERNACIONAL****AUTOR(ES) : MARIA FERNANDA MONTEIRO ALVES MOREIRA****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: A ascensão do Partido Comunista Chinês em 1949 teve grande impacto na conjuntura da Guerra Fria. Os Estados Unidos viam a China como uma forte aliada em potencial, e o êxito do socialismo no país mais populoso do mundo foi um triunfo para o Leste. Ademais, a aproximação Pequim–Moscou foi notavelmente assimétrica, pois a nova China era altamente dependente do apoio soviético. No início da Guerra Fria, a discrepância de poder entre EUA e URSS era evidente, mas a URSS rapidamente mitigou suas vulnerabilidades, investindo em áreas sensíveis e desenvolvendo a bomba nuclear, estabelecendo a destruição mútua assegurada. Tal êxito soviético pressiona o bloco ocidental e os aliados comunistas, em especial, a China, contribuindo para a deterioração dos laços sino-soviéticos. Nesse contexto, o PCC tem a iniciativa de redefinir a principal ameaça à sua segurança, dos EUA para a URSS, sinalizando a tensão no Leste. Tal conjuntura é oportuna para os EUA, que responderam ao contexto criado pela China articulando a Diplomacia Triangular, que constitui uma inflexão em sua política externa através da reabertura dos diálogos com Pequim e Moscou. As relações sino–americanas, tensas desde 1949, foram retomadas com sinalizações recíprocas, pressionando Moscou a dialogar temas sensíveis sem uma escalada bélica. Após o colapso da URSS em 1991, os EUA impuseram uma “paz punitiva” à Rússia, com um programa econômico de “terapia de choque” e a expansão da OTAN em direção à Rússia, colocando-a em uma posição revisionista e anti–Occidental, buscando parcerias com países que também se sentissem pressionados pelos EUA. A China observou a violência americana em relação à Rússia e percebeu a necessidade de mitigar suas próprias vulnerabilidades, levando a uma reaproximação sino–russa. Esse trabalho almeja analisar as relações entre China, Rússia e EUA em três conjunturas distintas, para entender os rearranjos nas relações entre as grandes potências. A hipótese levantada é de que tais relações são articuladas de modo que a projeção excessiva de um país sobre os demais resulta na formação de alianças que antagonizem a potência em expansão, pautadas no pragmatismo como princípio de orientação estratégica, independente de qualquer princípio ético ou ideológico. A pesquisa é baseada numa perspectiva analítica que assume a pressão competitiva da guerra como principal força hierarquizadora do sistema internacional, por meio de um olhar geo–histórico dentro da tradição realista. Para tal, emprega–se uma metodologia de abordagem teórico–analítica, valendo–se de fontes primárias –sobretudo atlas históricos e tratados– e fontes secundárias diversas. É realizado um corte de três conjunturas, com diferentes combinações no núcleo central das grandes potências. Assim, espera–se concluir que as estratégias e alianças forjadas entre os países se dão em função da pressão competitiva do sistema internacional, de modo que a projeção excessiva de uma nação empurrá alianças que a antagonizem.

BIBLIOGRAFIA: SWIFT, J. The Palgrave concise historical atlas of the Cold War. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. KISSINGER, H. (1994), Diplomacia, São Paulo: Saraiva, 2012. METRI, M. História e Diplomacia Monetária, São Paulo: Dialética, 2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2897****TITULO:**AMAZÔNIA E DEFESA: ENTRE A RECONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL E A PRESENÇA DO MILITARISMO AMBIENTAL NO GOVERNO LULA 3.0**AUTOR(ES) : LAIS SIMOES LIMA****ORIENTADOR(ES): ADRIANA MARQUES**

RESUMO: O presente trabalho procura analisar a atuação do Ministério da Defesa na Amazônia durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), com o intuito de identificar eventuais transformações em comparação ao governo de Jair Bolsonaro (2016–2022) e examinar a relação entre discurso e práticas militares na região Amazônica, tomando como ponto de partida a hipótese de que, apesar de mudanças institucionais promovidas pela nova gestão, ainda persiste elementos estruturais da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, especialmente no que diz respeito à lógica securitária da presença militar na região. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica, concentrando-se em artigos que discutem a reestruturação ministerial do governo Lula e as disputas em torno do militarismo e da ecologia política na Amazônia contemporânea. Os dados sugerem que o discurso ambiental e inclusivo do atual governo coexiste com práticas que mantêm a centralidade da defesa nacional na condução da política amazônica. Assim, em vez de uma ruptura, observa-se uma reconfiguração do papel militar no novo contexto. A militarização ambiental, portanto, não foi desmontada, mas adaptada a um novo contexto discursivo. Através do exposto, o trabalho propõe uma reflexão sobre os limites da desmilitarização da política ambiental no Brasil e sobre os desafios para a construção de um modelo de soberania baseado na justiça climática e na pluralidade territorial amazônica.

BIBLIOGRAFIA: JORGE, Aline Albuquerque; COSTA, Bruna Gonçalves; BORGES, Gerson Antonio Barbosa. Criação e reestruturação de ministérios no Governo Lula: uma análise a partir das lutas camponesa, indígena e ambiental. Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 7, n. 119 dez. 2023. RIVERO, Estefanía; DOMÍNGUEZ, Carolina; HERNÁNDEZ, Diego. La Amazonía en la disputa electoral de Brasil: discursos, conflictos e intereses bajo el capital. Revista Izquierdas, Santiago, n. 58, p. 507-536, dez. 2022. TORRES, Stefano. Memória e território na luta indígena por demarcação: o caso do povo Guarani Mbyá na Terra Indígena Jaraguá (São Paulo). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2908****TITULO:**PROGRESSO SUBMERSO: O DILEMA ENTRE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E A DEVASTAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**AUTOR(ES) : LUAN DE SOUSA DE AMORIM,EMANUELLE FERNANDO DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): CLEYTON GERHARDT**

RESUMO: O presente trabalho investiga o dilema entre desenvolvimento energético, preservação ambiental e justiça social no Brasil a partir da análise de dois casos emblemáticos: a submersão, na década de 1980, das chamadas "Sete Quedas" para construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; e, nos anos mais recentes, a expansão do setor nuclear com a retomada das obras de Angra 3. Analisa-se como decisões estratégicas, pautadas por interesses econômicos e energéticos, resultaram em perdas significativas do ponto de vista ecológico, social e cultural. A pesquisa busca compreender os critérios utilizados pelo Estado brasileiro em ambos os casos tendo como objetivo refletir sobre algumas contradições presentes no planejamento energético estatal nos últimos 40 anos. A submersão das Sete Quedas, um dos maiores conjuntos de cachoeiras do mundo, apagou um patrimônio natural e afetou comunidades locais, levantando questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos civil-militares após o golpe de 1964. No caso de Angra 3, discute-se atualmente a viabilidade da energia nuclear frente a desafios como segurança, impactos ecológicos e custos financeiros. A relevância do tema se destaca num momento em que o Brasil busca consolidar sua matriz energética, exigindo decisões que considerem não apenas a geração de energia, mas também a garantia de preservação dos recursos naturais e combate a situações de injustiça social e ambiental. A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória e fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de livros, artigos acadêmicos, reportagens e matérias produzidas pela mídia e documentos técnicos relacionados à construção da Usina de Itaipu e de Angra 3. Enfocando ao mesmo tempo os impactos sociais e ambientais produzidos e as justificativas elaboradas para legitimar, perante a opinião pública, tais empreendimentos, adota-se ainda uma abordagem qualitativa baseada em análise documental e comparativa com outros projetos energéticos que geraram grandes transformações territoriais, sociais e ecológicas, notadamente a barragem de Três Gargantas (China) e os desastres nucleares de Chernobyl e Fukushima.

BIBLIOGRAFIA: ZIOBER, Beatriz Ramalho. As políticas de conservação do meio ambiente da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional no período de sua construção. ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. BARBIERI, Mariana Delgado. Conflitos socioambientais na construção de hidrelétricas e os dilemas da produção energética: o caso de Três Gargantas (China). PerCursos, v. 19, n. 41, p. 28–49, 2018. SANTOS, Ana Paula dos. Lago de memórias: a submersão das Setes Quedas. 2006. Master's Thesis. Universidade Estadual de Maringá.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2934**

TITULO:Irmãos da Filadélfia: uma análise sobre duas décadas de ajuste nas relações Brasil–EUA (1995–2010)

AUTOR(ES) : **FELIPE MUNIZ DE ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: Esse projeto busca analisar as relações bilaterais entre Estados Unidos e Brasil, durante a fase de ajuste, entre 1995 e 2010, tendo como base a tese dos "Cinco As" de Mônica Hirst (Hirst; Altemani & Lessa, 2003), além de outras referências teóricas, como os estudos do professor Moniz Bandeira e de Philip Kelly . Tal relacionamento é marcado por diversas fases, com características próprias e intrínsecas de determinados períodos. Diante disso, compreender a dinâmica de cada etapa, ajuda-nos a captar como Estados Unidos e Brasil percebem-se diante da conjuntura internacional. Ademais, a problemática da segurança regional na América Latina sempre foi um ponto de contenda entre Brasil e Estados Unidos, sendo, assim, interessante explorar as divergências e congruências entre a visão brasileira, a qual em diversos momentos representou a visão de seus vizinhos latinos, e a perspectiva americana, que sempre analisou tal região como vital a seus interesses próprios e importante para o jogo geopolítico global. Portanto, os objetivos desta pesquisa residem em entender como durante a fase de ajuste, nos anos de 1995 a 2010, a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos sofreu alterações diante dos acontecimentos domésticos de cada país, assim como em consequência dos eventos internacionais de grande magnitude. Não obstante, esta investigação deseja construir uma base teórica para futuras análises comparativas com ocorrências atuais que sejam importantes para a reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos, bem como estabelecer claramente as visões sobre a segurança da região sob olhar das duas nações analisadas. Nesse prisma, tal estudo possui uma metodologia de análise e examinação de documentos oficiais ligados às comunicações entre as duas nações, além de discursos oficiais dos respectivos chefes de estado, ministros de relações exteriores e defesa, mas também análises teóricas realizadas por acadêmicos que dedicam-se a estudar a problemática da segurança regional. Ademais, pesquisas no campo das relações internacionais que apurem os acontecimentos entre Brasil e Estados Unidos são de fundamental importância para esta análise. Por consequência, os resultados finais dessa pesquisa almejam caracterizar a fase de ajustamento (Hirst; Altemani & Lessa, 2003) e determinar sua importância para o bilateralismo dos dois países, além disso, explicar como durante essa fase o Brasil e seus vizinhos latinos reconheceram a posição estadunidense em relação à segurança do continente americano.

BIBLIOGRAFIA: HIRST, Mônica Ellen Seabra. Os cinco "As" das relações Brasil–Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As relações perigosas: Brasil–Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990–2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2942**

TITULO:O Supremo Tribunal Federal e a Legalidade Autoritária na Ditadura Militar: uma análise do Recurso Criminal 1.342/SP

AUTOR(ES) : **DANIEL ANUNCIAÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A história do constitucionalismo brasileiro perpassa diversos momentos políticos e, em cada um deles, há de se falar em uma ordem constitucional, comumente dividida entre estados de normalidade e exceção, que, a depender do momento histórico, transforma o paradigma constitucional de um país e, por conseguinte, a agenda das instituições públicas, as quais deverão adequar-se ou submeter-se à pauta do governo vigente. Ao falar de uma ordem de normalidade, entende-se a vigência de um Estado de Direito, garantista por excelência, cujas maiores preocupações giram em torno de evitar arbitérios provenientes da expansão do poder político e em positivar os direitos fundamentais da população. Todavia, sob a vigência de uma ordem de exceção, especialmente no que tange às ditaduras sul–americanas, há de se considerar a predominância de um Direito do Estado, cujo cerne encontra-se nos processos de consenso, cooperação e integração entre as élites militares e todo o sistema de justiça, tendo em vista o seu modus operandi. Há quem defende que o Judiciário brasileiro, em meio a esse processo de consenso e integração, tornou-se meramente cúmplice diante dos desmandos dos poderes políticos e econômicos, pecando muito mais por omissão do que por uma postura propriamente ativa. A literatura especializada, por outro lado, sustenta que, em casos como o da ditadura militar brasileira, o poder judicante foi, gradualmente, transformado e utilizado como ferramenta de legitimidade para a manutenção de um regime antidemocrático. A esse fenômeno deu-se o nome de legalidade autoritária. Para os fins do presente estudo, analisar-se-á a instrumentalização das instituições judicantes, sobretudo do Supremo Tribunal Federal, durante a ditadura brasileira, a partir da análise dos discursos que envolvem o relatório e voto relator deste estudo de caso, com o objetivo de responder a seguinte questão–problema: como o STF contribuiu, seja ativa ou passivamente, para a legalidade autoritária do regime? Para tanto, no primeiro item será apresentada uma contextualização das principais características da legalidade autoritária no contexto ditatorial, com base em revisão bibliográfica constante nas referências desta pesquisa. Em seguida, abordar-se-á o papel e as funções do Poder Judiciário frente ao regime, delimitando o foco e o principal objeto do presente artigo. Por fim, apresentar-se-á a metodologia do presente estudo, bem como os filtros utilizados e responsáveis por localizar 12 casos julgados pelo Supremo Tribunal Federal; dentre estes, o Recurso Criminal 1342/SP, eleito o caso a ser analisado em virtude da quantidade de páginas constantes no inteiro teor de cada julgado, partindo do pressuposto de que um volume maior do conteúdo constante no relatório e no voto do ministro relator permite uma amostragem mais robusta para que se possa identificar os possíveis discursos judiciais compatíveis com a legalidade autoritária do regime militar.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. SCHINKE, V. D. O judiciário autoritário na democracia: a memória e o regime autoritário. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 22, n. 2, p. 113–131, 2017. TORRÉS, Mateus Gamba. O golpe, o ato, os juristas e o STF: uma história da recepção da ditadura no campo jurídico. Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 4, n. 7, p. 47–64, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2944****TITULO:CONFRONTART****AUTOR(ES) : CARLOS EDUARDO DIAS SILVA,GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA,SOFIA MOURA MELO,KAMILY VASCONCELOS CARDOSO****ORIENTADOR(ES): LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: O Projeto de Extensão ConfrontArt realiza encontros mensais que têm por objetivo trazer a Arte (literatura, cinema, pintura e outras expressões artísticas) e suas categorias epistemológicas para dentro de um debate sobre Direito, Sociologia, Política e Ciências Sociais aplicadas. O projeto propõe um olhar para o direito a partir da teoria crítica e do pensamento decolonial. Prestigia a contribuição de mulheres para a academia de Direito e aborda temáticas contemporâneas, especialmente sobre grupos minorizados e vulnerabilizados. O projeto conta com a participação dos seguintes Grupos de Pesquisa e Extensão: da UFRJ - INPODDERALES (Profa. Dra. Lilian Balmant); UFG - Regional Goiás - Cinema, Gênero e Diversidades (Profa. Dra. Silvana Beline Tavares); e UFSC - Relações Internacionais - GEPPIC (Profa. Dra. Danielle Ayres); contando também com apoio da Red de Mujeres Constitucionalistas da América Latina. Os encontros, em formato de palestras e seminários, ocorrem semanalmente pela plataforma do Youtube, no canal GEPPIC da UFSC e/ou INPODDERALES. O formato dos encontros permite a interação ao vivo com o público e as lives permanecem gravadas para a posteridade. Até então já foram realizados mais de 65 eventos, com uma participação regular e, alguns encontros contam com centenas de espectadores simultâneos. O projeto tem servido como um importante canal para discussão sobre direitos humanos e uma porta de diálogo com a sociedade.

BIBLIOGRAFIA: CONPEDI. Pesquisa e educação jurídica. Disponível em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/w7dsqk3y/ohfml722/XyqkjHVFH2SDj72.pdf>. Sustentabilidade, arte decolonial e "documenta 15". Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/sustentabilidade-arte-decolonial-e-documenta-15/>. Extensão e interculturalidade: contribuições para a extensão universitária numa perspectiva decolonial. Revista Pedagógica, v. 24, n. 52, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7107>. UNIVASF. "Decolonialidade e a Extensão na Universidade". Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/201decolonialidade-e-a-e>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2946****TITULO:PROPAGANDA POLÍTICA: THE NEW YORK TIMES E O INÍCIO DA GUERRA AO IRAQUE EM 2003****AUTOR(ES) : LUCA PANARO MAGALHAES****ORIENTADOR(ES): MAGNO KLEIN SILVA**

RESUMO: A propaganda é, cada vez mais, usada como uma das ferramentas empregadas pelos Estados para promover um modelo de "propósito social", de incutir e defender agendas econômicas, sociais, políticas, mas que sorrateiramente estimulam para que as vontades da população estejam alinhadas com os particulares interesses das elites dominantes (Chomsky, 1988). No caso das relações internacionais isso também é relevante, visto que a opinião pública pode ter influência em vários temas, como nas guerras que se prolongam e tenham alto custo em termos de mortes. A Guerra ao Terror estabelecida pelo governo dos EUA a partir de 2001 foi parte das respostas ao atentado das Torres Gêmeas em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington e evidenciou uma fragilização da suposta hegemonia estadunidense. No entanto, respostas pesadas dirigidas aos países do Oriente Médio impactaram nas existências de populações muçulmanas pelo mundo. Matérias jornalísticas circuladas nos principais veículos de imprensa dos EUA adotavam um viés humanitário como justificativa para a invasão e ocupação em março de 2003 no Iraque. Desse modo, os objetivos deste trabalho incluem definir como esse artifício midiático foi instrumentalizado pelas elites dos EUA para fomentar apoio interno à Guerra do Iraque. Tal qual, é válido observar um jornal, à princípio, liberal e contrário politicamente ao governo em curso como o The New York Times, que, em seus editoriais e notícias, endossaram os discursos de humanização e de "salvação" de um Iraque apresentado como Estado-terrorista. Em reportagens, como a dos jornalistas Judith Miller e Michael Gordon, o jornal legitimou teorias feitas pelo governo de que o Iraque tinha tentado importar milhares de tubos de alumínio de alta resistência para produzir urânio enriquecido e, eventualmente, uma arma atômica. Para essa pesquisa, a metodologia consistirá em pesquisa bibliográfica, assim como análise de fontes secundárias e discursos políticos entre outras fontes primárias. Espera-se alcançar com esse trabalho uma melhor compreensão sobre a forma pela qual os meios de comunicação estadunidenses atuam como instituições ideológicas, nos termos propostos por Chomsky e Herman, e que desempenham uma sofisticada propaganda de controle de informação da opinião pública. Ao se deparar com uma ameaça e não possuir justificativas legítimas de invasão e alinhamento com outros países para invadir Iraque e Afeganistão, os EUA trataram de fabricar notícias e dados que demonstravam para a sua população o porquê deveriam entrar e iniciar esse ataque, com apoio de veículos de comunicação influentes. Por fim, é premente trabalhar esse assunto delicado na intenção de relembrar como a área da comunicação também está presente nas relações internacionais e interfere diretamente no andamento de suas questões.

BIBLIOGRAFIA: DiMaggio, A. R. Mass Media, Mass Propaganda: Examining American News in the "War on Terror." Lanham: Lexington Books, 2008. HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. Manufacturing consent: the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 1988. MILLER, Judith; GORDON, Michael R. Threats and responses: the Iraqis; U.S. says Hussein intensifies quest for A-bomb parts. The New York Times, New York, 8 set. 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/09/08/world/threats-responses-iraqis-us-says-hussein-intensifies-quest-for-bomb-parts.html>. Acesso em: 28 abril 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2957****TITULO:** Carbono Submerso nos ecossistemas marinhos: um futuro emergente na nova fronteira da governança climática**AUTOR(ES) : LUAN DE SOUSA DE AMORIM,MARIA HELENA DE ANDRADE SILVA****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Este trabalho visa analisar o papel dos ecossistemas marinhos (incluindo os sedimentos dos fundos oceânicos) no sequestro de carbono e sua importância estratégica na mitigação das mudanças climáticas. A análise parte de uma revisão de literatura interdisciplinar que abrange aspectos da ciência ambiental, política internacional, estudos de governança, estudos oceanográficos, geopolíticos e jurídicos. De acordo com IPCC (2019) os sedimentos dos fundos oceânicos atuam como sumidouros naturais de carbono, acumulando matéria orgânica ao longo de milênios e contribuindo significativamente para a regulação climática. Esse papel destacado pelo IPCC reforça a importância de compreender como os processos naturais marinhos influenciam o equilíbrio atmosférico e o enfrentamento das mudanças globais. Os ecossistemas marinhos são essenciais no combate às mudanças climáticas, pois atuam como importantes sumidouros de carbono, absorvendo e armazenando dióxido de carbono (CO₂). A Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) relata que os oceanos absorvem cerca de 31% das emissões de CO₂ produzidas pelo homem a cada ano e armazena cerca de 93% do CO₂ da Terra. No entanto, esses ecossistemas permanecem sub-representados nas agendas políticas globais, enfrentando ameaças como a mineração em águas profundas, a acidificação dos oceanos e a ausência de mecanismos regulatórios robustos, especialmente em Áreas além da Jurisdição Nacional (ABNJ). Considerando essa conjuntura, a pesquisa pretende discutir a fragilidade da governança oceânica global para manutenção dos ecossistemas marinhos como sumidouros de carbono, abordando instrumentos como a UNCLOS, a atuação da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e o recente tratado BBNJ. No contexto da governança oceânica brasileira, o trabalho busca também destacar o paradoxo entre o vasto potencial de recursos oceânicos da Amazônia Azul e a carência de políticas públicas integradas voltadas à conservação dos ecossistemas marinhos. O trabalho propõe, por fim, caminhos alternativos para o fortalecimento de uma governança oceânica mais justa, democrática e ambientalmente responsável, pautada na cooperação Sul-Sul, na valorização do conhecimento científico e tradicional, e no reconhecimento dos oceanos como elementos centrais da agenda climática, ambiental e geopolítica do século XXI. A análise a ser apresentada foi feita por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID/UFRJ. A metodologia da pesquisa é exploratória e documental, com caráter qualitativo, propondo analisar tratados internacionais, relatórios técnicos, agendas políticas públicas brasileiras, bem como discursos e estratégias políticas em contextos nacionais e globais, para compreender o papel dos fundos marinhos no sequestro de carbono e sua inserção na governança climática.

BIBLIOGRAFIA: COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR. O Brasil e o mar no século XXI: relatório aos tomadores de decisão do país. Brasília: 2009. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Montego Bay, 1982. DESTRI, G. N. D'A. A contribuição das macroalgas para o sequestro de carbono azul. 2023. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) - UFSC, Florianópolis, 2023

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2963****TITULO:** Por dentro das ondas: geopolítica, direitos de soberania e a corrida pelos recursos pesqueiros**AUTOR(ES) : LUAN DE SOUSA DE AMORIM,KAIKY OLIVEIRA DE ASSIS****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A intensificação da presença de embarcações estrangeiras na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira revela a crescente vulnerabilidade dos países do Sul Global frente à pesca predatória internacional, majoritariamente protagonizada por nações do Norte Global. Por outro lado, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) pontuou que há uma lacuna de mapeamento dos recursos pesqueiros na área de direitos de soberania brasileiro e ressalta que objetivando suprir essa lacuna surgiu o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na ZEE (Programa Revizee). Assim sendo, este trabalho investiga como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) compromete os direitos de soberania oceânica brasileira, gerando ainda impactos ambientais irreversíveis nos ecossistemas marinhos e evidencia as assimetrias estruturais entre o Norte e o Sul. O trabalho busca também discutir o papel marginalizado das comunidades pesqueiras artesanais, fundamentais tanto para a segurança alimentar quanto para a consolidação da presença nacional no litoral. Por fim, o trabalho pretende pontuar a necessidade de uma governança oceânica para os recursos pesqueiros no Atlântico Sul, articulada na cooperação entre países do Sul Global, como estratégia de resistência frente às dinâmicas de espoliação dos recursos naturais dos países hegemônicos, principalmente se considerarmos que o Atlântico Sul não possui uma Organização Regional de Gestão das Pescas que colete e integre dados e que promova a gestão compartilhada desses recursos. A análise a ser apresentada foi feita por graduandos do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID/UFRJ. A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória, que busca compreender as dinâmicas geopolíticas, ambientais e sociais relacionadas à pesca e aos direitos de soberania marítima no Atlântico Sul, considerando principalmente a UNCLOS. A abordagem adotada é qualitativa, baseada em análise documental.

BIBLIOGRAFIA: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Montego Bay, 1982. DE LIMA FIGUEIREDO, Eurico; MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. O papel do Brasil na segurança marítima no Atlântico Sul. Revista da EGN, v. 21, n. 2, p. 25–62, 2015. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O estado dos recursos pesqueiros: pesca extrativa e aquicultura. In: Ministério do Meio Ambiente. GeoBrasil: o estado do meio ambiente no Brasil. Brasília: MMA, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2986**

TITULO:Percepções sobre violência, paz e poder entre jovens no Rio de Janeiro

AUTOR(ES) : ANNA CLARA MARQUES FERREIRA,KAIKE FERREIRA MOTA,NAIARA SANTOS COUTINHO,ANAÍS MORAES LEITÃO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR(ES): GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA

RESUMO: A pesquisa busca compreender o aspecto subjetivo ligado à violência, explorando as percepções de jovens estudantes do ensino médio e superior no Rio de Janeiro. O foco está na definição de violência, suas expressões, dinâmicas e como os jovens se veem como potenciais vítimas. Utilizando os Estudos da Paz como referencial teórico, o trabalho também explora o conceito de paz, seus valores e tangibilidade na visão dos participantes, além de abordar o conceito de poder e empoderamento. O objetivo geral é analisar as percepções dos jovens sobre paz, violência e poder, a partir de questões específicas, como a definição e vivência desses conceitos, discursos naturalizados sobre violência e sua relação com a transformação social. A pesquisa também explora obstáculos percebidos para a promoção da paz e formas percebidas de mudar a estrutura do poder sem recorrer a métodos violentos. A compreensão da violência abrange suas dimensões direta, estrutural e simbólica. A análise de narrativas busca identificar a dimensão simbólica da violência, explorando discursos normalizados que definem parâmetros como paz, justiça e legitimidade, afetando as percepções da violência. O conceito de poder é introduzido para problematizar a relação entre dimensões simbólicas e estruturais da violência, investigando áreas em que os participantes se sentem empoderados ou desempoderados. A metodologia é qualitativa, visando capturar a dimensão subjetiva das percepções. A pesquisa se concentra no Rio de Janeiro, contribuindo para um projeto mais amplo de análise comparada a outras cidades do Brasil. Os participantes são estudantes de ensino médio e graduação, tanto em instituições públicas quanto privadas, com idades entre 16 e 21 anos. Os procedimentos incluem grupos focais gravados em áudio e atividades escritas, totalizando uma hora de participação. O trabalho é acadêmico, visando divulgar resultados em eventos e periódicos científicos, além de contribuir para a formação de alunos e promover uma interação transformadora entre pesquisadores e a sociedade por meio de atividades de extensão.

BIBLIOGRAFIA: ATLAS DA VIOLENCIA. Atlas da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2019. GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167–191. GALTUNG, J. Cultural violence. Journal of Peace Research, v. 27, n. 3, 1990, p. 291–305. OLIVEIRA, G. C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Carta Internacional, v.12, 2017, p.148 – 172.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 2998**

TITULO:A INTERNACIONALIZAÇÃO DO NEO–NAZISMO E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

AUTOR(ES) : JULIA PEREIRA NOLASCO

ORIENTADOR(ES): BERNARDO SALGADO RODRIGUES

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o crescimento da ideologia neo-nazista na sociedade brasileira a partir da internacionalização desse movimento, além de evidenciar as redes sociais como meio facilitador de sua disseminação. Por meio de uma metodologia de análise qualitativa, revisão bibliográfica sistemática e com a perspectiva da teoria de securitização (que baseia-se na ideia de que determinado tema pode ser transformado em uma ameaça e ser utilizado para influenciar ações do Estado e da população). A proposta é confirmar a hipótese de que o movimento evoluiu nos últimos anos, trouxe impactos graves para a sociedade e que há uma tendência de que se agrave ainda mais no futuro. Para isso, a pesquisa tem como objetivos discutir a forma como, mesmo após a derrota na Segunda Guerra Mundial, houve um resgate da ideologia nazista entre diversas comunidades pelo mundo, com o chamado neo-nazismo; como a sua ascensão se relaciona com a extrema direita e a sua expansão na atualidade; e apresentar o papel das redes sociais como espaço de proliferação dos grupos extremistas ao facilitar o contato entre pessoas de diferentes locais que compartilham a mesma ideia. Por fim, argumenta-se de modo prospectivo que esse problema tende a prolongar-se se não houver um esforço coletivo entre sociedade civil e as autoridades.

BIBLIOGRAFIA: de Moura Martins, Andrielle, and Arthur Orcati Campos. "Liberdade de Expressão versus Discurso de Ódio: uma pesquisa sobre Direito e Nazismo." Revista Avant 8.2 (2024): 54–68. de Souza Duarte, Ana Beatriz, et al. "O OVO DA SERPENTE: REFLEXÕES SOBRE A ASCENSÃO DO NEONAZISMO BRASILEIRO A PARTIR DE 2019." (2024). Arun, Arvindh, et al. de Faria Cardozo, J. P., Alves dos Santos, J. C., Pereira, N. da S., & Ribeiro , A. da S. (2024). O discurso do ódio e suas influências nas comunidades escolares: "surpresa zero"? Revista Científica Foz, 7(2).

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3012**

TITULO: "MALANDRO É MALANDRO, MANÉ É MANÉ": A CRIMINALIZAÇÃO DE HOMENS NEGROS A PARTIR DOS ESTIGMAS SOCIAIS PRODUZIDOS PELA LEI DA VADIAGEM E OS CONTORNOS DADOS PELA FIGURA DE ZÉ PELINTRA COMO COMBATE

AUTOR(ES) : **BARBARA NATASHA FELIX ALVES COSTA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: A imagem de homens negros, em um contexto ocidental e colonialista, é regida por estigmas sociais que os condenam como uma ameaça à segurança pública e à ordem social, que são sancionados pelo ordenamento jurídico e político. Como no caso do crime da vadiagem, previsto no código criminal de 1890, e suas reverberações no Rio de Janeiro em conjunto com a Reforma Pereira Passos. A partir disto, o trabalho possui o objetivo de evidenciar a importância da figura de Zé Pilintra, entidade da falange de malandros, como protagonista no processo de descriminalização e humanização da figura desse sujeito e de criar vias emancipatórias da branquitude – uma outra face da luta antirracista. Nesta pesquisa, que se encontra em fase inicial, a entidade não é colocada como uma contraposição ao vadio ou uma resignificação do pilantra. Conclui-se que a melhor definição para a relação do malandro carioca com os aparatos da branquitude é o não-diálogo; não existe uma impugnação, porque o encantamento das ruas tem como perspectiva as encruzilhadas atlânticas, ao invés da criação de laços com um sistema que sequer reconhece a magia do atabaque. Propor a imagem pelintra é apresentar a unção do profano e do sagrado como fonte histórica, sociológica e cosmológica, partindo de uma interdependência ausente de um nexo hierárquico, herege e punitivista. Tratando-se de homens pretos, elemento principal da discussão, despir-se das amarras de branqueamento e se revestir da paletó branco, chapéu panamá e sapato bicolor é abrir encruzadas de encantamento, onde outras concepções do ser, que viabilizam um estado que supera a sobrevivência, são fundadas. Para isto, foi realizado levantamento e análise de cantigas, produzidas no ambiente religioso e a partir do samba, incluindo figuras emblemáticas, como o sambista Bezerra da Silva. Quanto aos pontos cantados, são essenciais para apresentar seu caráter contracolonial por exporem sua relação avessa ao trabalho e a conflgência da ordem e desordem como energias vitais do movimento da vida. Entrevistas também foram feitas com sete pessoas de terreiro, negras e brancas, a fim de compreender o fundamento histórico e de resistência implícito nas letras e a influência de Zé na construção de novos imaginários sobre quem é o malandro e o mané, desligando-se da marginalidade intrínseca ao que é concebido como vadio. Observando as respostas, ficou evidente que, apesar de todos estabelecerem uma diferenciação entre malandro e vadio, ainda são atravessados pelo olhar epistemológico colonial que valida a existência de uma parcela da sociedade que, de fato, cumpre esse arquétipo. Entretanto, a leitura do malandro, que para o Estado não se distingue do vadio, é humanizada e associada a homens negros mais velhos, que ocupam um papel de grão, ao realizarem grandes reflexões com seu copo de cerveja, sentados na mesa de um bar bairrista.

BIBLIOGRAFIA: DA SILVA, R. de S. ZÉ PELINTRA: CONCEPÇÕES SOBRE A UMBANDA E O MALANDRO. Revista Em Favor de Igualdade Racial, [S. I.], v. 3, n. 2, p. 133-145, 2020. Acesso em: 14 nov. 2024. PAULINO, Sílvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. VADIAGEM E AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DA POPULAÇÃO NEGRA URBANA PÓS-ABOLIÇÃO. Direito em Movimento, [S. I.], v. 18, n. 1, p. 94-110, 2019. Acesso em: 14 nov. 2024. RODRIGUES, Cristiane. A construção social do vadio e o crime da vadiagem (1886 – 1906). 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006-07-13. Acesso em: 14 nov. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3041**

TITULO:A Era dos Extremos a queda do Liberalismo Clássico: um estudo a partir do caso Roe V. Wade

AUTOR(ES) : **MARCELLE GENERINE CUPERTINO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Ao longo dos anos, o liberalismo clássico, responsável pela expansão dos direitos individuais ao redor do mundo, teve uma progressiva queda nos Estados Unidos da América, marcada pela reformulação do precedente Roe v. Wade, fato que demonstra, de maneira empírica, uma reviravolta da Era dos Extremos. Nesse contexto, levanta-se a seguinte questão: quais razões fomentaram a ruptura do liberalismo clássico e a reprimarização do direito à liberdade? O que se propõe como tese é a contraposição entre o liberalismo clássico, como propagador dos direitos individuais, tais como a liberdade, e o atual liberalismo, que se constroi a partir de um projeto de Estado que mascara a limitação da liberdade individual por meio de discursos vazios. Dessa forma, o objeto é a sociedade americana, em especial sua parcela conservadora, que vem ascendendo ao longo dos anos, somada à deturpação das ideias liberais que geram o cerceamento do direito à liberdade. A metodologia se baseia em observar os conflitos sociais e políticos até a revogação de Roe V. Wade e como essa decisão é uma reflexo da gradual mudança social vivenciada nos Estados Unidos da América. A conclusão prevista, em resposta à pergunta, é confirmar se a sociedade americana de fato chegou ao extremo do liberalismo clássico galgando o seu retorno ao conservadorismo.

BIBLIOGRAFIA: R. Sunstein, Cass. On Liberalism. 2024. Accessed 2025. Hobsbawm, Eric. Era Dos Extremos: O Breve Século XX. 1995. Accessed 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3056****TITULO:**O IMPACTO CRESCENTE DAS REDES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS.**AUTOR(ES) : JOAO MANOEL NASCIMENTO CORREIA,CARLOS BOLONHA****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A expansão das mídias sociais tem impactado significativamente o processo eleitoral. Nas últimas eleições, pudemos observar a forte influência das redes sociais nesse cenário, sendo elas um divisor de águas na popularização, polarização e vitória de diversos candidatos. Contudo, essa forma de propagação de informação está intimamente ligada a uma série de fatores que podem, e já vêm, prejudicando o processo democrático brasileiro. Pode-se observar, nas últimas quatro eleições (2018, 2020, 2022, 2024), a expansão exponencial dessa forma de propagar informação e como ela corrobora a popularização e a polarização, que, em casos extremos, resultam em episódios como o de 8 de janeiro, que representou uma ameaça direta à Constituição e à democracia brasileira. Sob esse contexto, uma questão se impõe: como é possível preservar os princípios democráticos diante da crescente influência do meio digital sobre os processos eleitorais? É fundamental que essa temática seja debatida e analisada, a fim de compreendermos e enfrentarmos os desafios gerados no Brasil. A metodologia adotada baseia-se na análise das últimas eleições, as quais estiveram sob forte influência das mídias digitais, observando como essa influência afetou os resultados nas urnas e as consequências dessa digitalização.

BIBLIOGRAFIA: CREMONESE, Dejalma. Política on-line: a utilização do Twitter como ferramenta de capital social nas eleições presidenciais de 2010. Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 135-149, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/20679/12330>. Acesso em: 3 maio 2025. CAMPINHO, Bernardo Brasil. Constitution, democracy, regulation of the internet and electoral fake news in Brazilian elections. Publicum: Revista de Direito Público, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 109-133, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/publicum/article/view/47211/31726>. Acesso em: 3 maio 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3098****TITULO:**Entre territórios periféricos, quilombolas, ciganos e indígenas: um estudo sobre mulheres como agentes de acesso à Justiça no estado do Rio de Janeiro**AUTOR(ES) : DENISE OLIVEIRA GAMA,GABRIEL DA SILVA VIEIRA,IZADORA VIEIRA FRANCISCO,JAINE MENDES DE SOUSA,JULIA COSTA PENTEADO,JULIA SANTA CRUZ GUTMAN,LAURA LETICIA BORGES,MARIA CLARA LIMA SALDANHA,VICTORIA BARBARA DOS PASSOS MOREIRA,BARBARA NATASHA FELIX ALVES COSTA,LETÍCIA GABRIELA MATOS,ISABELLA VITORIA RAMOS FERREIRA****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: A formação de agentes comunitárias de acesso à justiça é um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com o propósito de implementar ações de acesso à justiça e ao direito no território do Rio de Janeiro, sobretudo em comunidades marginalizadas. Diante disso, temos como objetivo apresentar a relação entre direitos e acesso à justiça em territórios quilombolas, indígenas, ciganos e periféricos. Nesse sentido, os alunos extensionistas atuam na formação de 100 mulheres, lideranças comunitárias em seus territórios, elaborando, junto a elas, um plano de acesso à justiça que visa encaminhar demandas de baixa e média complexidade à Defensoria Pública e fortalecer a atuação do Programa Defensoria Pública em Ação nos Territórios. A metodologia do projeto consiste em promover aulas expositivas, reuniões e encontros, que articulam os saberes teóricos e populares, proporcionando uma formação crítica e emancipatória tanto para as lideranças quanto para os próprios extensionistas. Por reconhecermos que o direito e o acesso à justiça se manifestam de formas desiguais nesses territórios, a extensão propõe não somente o diálogo, mas também a instrumentação e o manejo de direitos em várias dimensões, como o direito ao fornecimento de medicamentos gratuitos, à moradia, à mobilidade urbana, entre outras demandas. Segundo Souza e Melo (2023), o direito de acesso à justiça é um caminho essencial para a afirmação de direitos individuais e coletivos. Contudo, como aponta Pinto (2020), esse acesso não pode ser desvinculado dos contextos de gênero, raça e território, pois é justamente nesses contextos que se manifestam os maiores obstáculos para as populações mais vulneráveis. No caso das mulheres que vivem em favelas, quilombos, aldeias indígenas e demais territórios vulneráveis, esses obstáculos se multiplicam, considerando o conceito de interseccionalidade proposto por Crenshaw (2002). Esses desafios se sustentam na realidade concreta dos territórios, que não se limitam a um espaço físico ou a um conceito geográfico. São espaços vivos, marcados pelo dinamismo social, político e cultural, que impactam a forma como os direitos, quando acessados, são exercidos. Nesse contexto, as desigualdades ganham contorno, demonstrando as múltiplas barreiras enfrentadas por mulheres que vivem nesses locais. Desse modo, propomos refletir sobre como as mulheres, atravessadas pelas subjetividades de seus territórios, constroem caminhos possíveis para o acesso à justiça. A partir das trocas realizadas ao longo do projeto e do caráter interdisciplinar da extensão, envolvendo áreas como direito, psicologia e serviço social, buscamos fortalecer a presença do direito nos territórios e fomentar sua aplicação na vida cotidiana das mulheres

BIBLIOGRAFIA: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. SOUZA, W. A. de; MELO, D. V. de. Grupos vulneráveis, minorias e vulnerabilidade: o acesso à justiça das populações tradicionais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnjZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2025. PINTO, Câmila Batista. Acesso das mulheres à justiça na periferia: percepções e vivências sobre o direito e a justiça. 2020. 230 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23155>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3120**

TITULO: Eleições municipais, democracia e populismo

AUTOR(ES) : ARTHUR LEITE DE CARVALHO

ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA

RESUMO: A presente pesquisa, de natureza empírica e bibliográfica, tem como objetivo investigar a presença de candidaturas populistas na eleição municipal de 2024 no município de São Paulo, e analisar em que medida tais candidaturas, dentre os candidatos Pablo Marçal, Guilherme Boulos e Ricardo Nunes, representam um risco à democracia liberal e ao Estado de Direito. Em um primeiro momento, realiza-se um levantamento bibliográfico com o intuito de delimitar os parâmetros que caracterizam uma candidatura populista, a saber: a referência central ao povo; o antagonismo entre povo e elite; candidatura personalística e carismática, com base nas abordagens realizadas por Ernesto Laclau e Francisco Weffort. Em seguida, conduz-se uma análise empírica dos discursos e estratégias comunicacionais dos candidatos, observando sua atuação em espaços característicos das democracias liberais. Serão apreciados nesta pesquisa, todos os debates que contaram com a presença de todos os candidatos escolhidos no primeiro turno, o primeiro e último do segundo turno, uma sabatina de cada turno, propagandas eleitorais e campanhas veiculadas nas grandes mídias que tenham tido relevância para o contexto eleitoreiro. A pesquisa é desenvolvida questionando a literatura especializada majoritária que entende o populismo como uma lógica política de oposição à democracia liberal, ao criticar o formalismo institucional e o elitismo como barreiras à expressão direta da vontade popular. Nesse contexto, o populismo evidencia tensões inerentes ao constitucionalismo democrático liberal, ao adotar uma concepção majoritária de democracia centrada na soberania popular. Assim, embora o discurso populista possa ser classificado como iliberal, ele não é necessariamente antidemocrático. No caso brasileiro, a trajetória política nacional apresenta diversos exemplos de lideranças populistas, com distintos graus de antagonismo e adesão aos princípios democráticos. Essa diversidade histórica reforça a complexidade da relação entre populismo e democracia, especialmente em nível local. A escolha do município de São Paulo se justifica pela sua relevância política e econômica, bem como pelo fato de apresentar, nas eleições de 2024, candidaturas marcadamente antagônicas, o que tem gerado resultados preliminares promissores sobre as formas de comunicação utilizadas para mobilizar o eleitorado. Ao final, a pesquisa busca contribuir para o debate contemporâneo sobre os impactos do populismo no processo eleitoral brasileiro, destacando sua relevância para a preservação da democracia e das instituições do Estado de Direito.

BIBLIOGRAFIA: LACLAU, E. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005. MOUFFE, Chantal. Sobre o Político. São Paulo: Martins Fontes, 2015. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3178**

TITULO: PROTEÇÃO JURÍDICA DOS MIGRANTES E REFUGIADOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO INTERNACIONAL

AUTOR(ES) : JOYCE XAVIER DA SILVA

ORIENTADOR(ES): DANIELLE COSTA DA SILVA

RESUMO: O presente trabalho objetiva-se por tratar de um tema pouco falado na esfera global, os refugiados ambientais ou migrantes ambientais forçados. Os migrantes ou refugiados do clima são indivíduos que são obrigados a deixar um determinado país de origem ou ambiente por causa das mudanças abruptas do clima naturais, antropogênicas ou a combinação de ambos, sendo elas de início rápido (terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas) ou desastres ambientais como a desertificação do solo, calor excessivo, tempestades, enchentes, entre outros. Ainda que o termo normativo-jurídico dos refugiados ambientais não seja reconhecido e sua proteção específica pouco discutida no campo global, existe algumas normas, instrumentos jurídicos e leis regionais que ainda fazem. A argumentação principal desta dissertação é analisar como as mudanças climáticas são o resultado de uma boa parcela do aumento no número de migrantes por todo globo e como o Direito Internacional aborda a proteção dos refugiados e migrantes do clima e quais lacunas ainda permeiam para sua aplicação. Para responder aos questionamentos da pesquisa, busca-se analisar as propostas de normas, tratados, convenções e políticas existentes que estão sendo discutidas em fóruns internacionais, como as Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Assembleia Geral das Nações Unidas e o papel de organizações e regimes internacionais, como o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e a Organização Internacional das Migrações, atores estatais, entre outros organismos internacionais na proteção desses grupos. Por fim, a pesquisa avaliará a urgência de estruturar um novo marco legal internacional para abordar de maneira eficaz as questões que cercam os migrantes climáticos. Isso incluirá a análise dos tratados e convenções internacionais que poderiam oferecer uma estrutura legal para proteger esses indivíduos, levando em consideração as particularidades das migrações ambientais e as necessidades específicas dos países afetados. Este marco legal deveria não apenas abordar a proteção dos migrantes, mas também promover a resiliência das comunidades impactadas, incentivando uma abordagem de direitos humanos que integre as dimensões social, econômica e ambiental.

BIBLIOGRAFIA: CLARO, Carolina de Abreu Batista. A Proteção dos Refugiados Ambientais no Direito Internacional. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. MENDES, Aline Gomes; LIMA, Roberta Oliveira. Crise Climática Global: O Direito Humano à Migração e os Refugiados Ambientais. IN: LIMA, Roberta Oliveira; RODRIGUES, Wagner de Oliveira (Orgs.). Direito Ambiental: questões socioambientais em tempos urgentes. Editora Porta: João Pessoa-PB. 2022, p. 14–40. RAMOS, E. P. (2011). Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional. Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3186****TITULO:**A FALSA APARÊNCIA DE AUTONOMIA ENTRE ESTADO E TRABALHO**AUTOR(ES) :****BRENO CERQUEIRA ARAUJO****ORIENTADOR(ES):****IDERLEY COLOMBINI**

RESUMO: Este trabalho discute a transformação da relação entre Estado e trabalho no neoliberalismo, a partir de uma abordagem crítica que busca contestar o cânone das narrativas corporativas sobre essa transformação. O objetivo principal é desmistificar a falsa aparência de autonomia entre político e econômico que marca o neoliberalismo, investigando como esse momento histórico do capitalismo engendrou – e foi engendrado por – mudanças na forma política, no padrão de relações trabalhistas e, por fim, na relação entre Estado e trabalho, onde foram transferidas ao trabalhador as responsabilidades pelas condições de vida e trabalho, como meio de garantir a continuidade do processo de subsunção do trabalho ao capital sob as novas especificidades históricas pós anos 70 no âmbito do mercado mundial. A metodologia envolve análise teórica e histórica das transformações recentes do mundo do trabalho no âmbito do mercado mundial, especialmente em países como Estados Unidos, Reino Unido, Brasil e Chile. A análise teórica baseia-se no marxismo aberto, uma vertente marxista que enfatiza a historicidade, a práxis, a luta social e a não-rigidez das categorias do capitalismo, opondo-se a noções estruturalistas e deterministas dentro do marxismo. Dentre as principais referências estão autores como Marx, Ricardo Antunes, Werner Bonefeld e John Holloway e sendo os dois últimos expoentes do marxismo aberto importantes para a análise em nível mundial, e o segundo importante para a análise do caso brasileiro. Os resultados indicam que o Estado, longe de se afastar, atuou e atua diretamente na mediação, repressão e legitimação para garantir a existência da nova aparência das relações de trabalho, marcada por insegurança e fluidez. As considerações revelam que a reforma estrutural mercado de trabalho é uma garantia substantiva oferecida ao capital pelo Estado, que busca transferir ao trabalhador as responsabilidades por suas condições de vida e trabalho, ocultando o papel do Estado no processo de constituição das formas concretas do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020. BONEFELD, Werner. Social Constitution and the Form of the Capitalist State. London: Pluto Press, 1992. HOLLOWAY, John. Global Capital and the National State. London: Macmillan Press, 1996.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3188****TITULO:**SILENCIAMENTO DIGITAL: A AUSÊNCIA DE REGULAÇÃO JURÍDICA SOBRE A SUSPENSÃO E EXPULSÃO DE CONTAS DE CANDIDATOS POR BIG TECHS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL.**AUTOR(ES) :****LETICIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS****ORIENTADOR(ES):****DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Em contraste com os meios de comunicação tradicionais — como rádio e televisão — que estão submetidos a normas rígidas estabelecidas pela legislação eleitoral brasileira, as Big Techs operam com ampla margem de autonomia, podendo restringir ou remover perfis políticos mesmo em fases decisivas do processo eleitoral. A pesquisa questiona os impactos democráticos dessa prática, especialmente diante da inexistência de garantias jurídicas claras, de procedimentos específicos para revisão dessas decisões e da ausência de mecanismos compensatórios para os candidatos prejudicados, tendo em vista o significativo impacto das redes sociais nas campanhas eleitorais. Quanto à metodologia, baseia-se na análise da Resolução nº 23.610/2019 e da Resolução nº 23.732/2024, ambas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a pesquisa de opinião do Instituto DataSenado sobre a influência das redes sociais como fonte de informação para o eleitor. A conclusão prevista, em resposta aos questionamentos, é confirmar a tese de que existe um vácuo jurídico que não regula de forma clara o poder das Big Techs de suspender a conta de candidatos unilateralmente durante as eleições, o que compromete não apenas a liberdade de expressão política, mas a própria legitimidade do processo democrático.

BIBLIOGRAFIA: GRIMMELMANN, James. The virtues of moderation. Yale Journal of Law and Technology, v. 17, p. 42, 2015. BRASIL, Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 3 abr, 2025. BRASIL, Resolução nº 23.732, de 27 de fevereiro de 2024. Altera a Res.–TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, disposta sobre a propaganda eleitoral. Brasília: Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3234**

TITULO: Empreendedorismo social como estratégia de desenvolvimento econômico

AUTOR(ES) : PATRICIA DOS SANTOS DA SILVA,PABLO DOS SANTOS DA SILVA**ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: Resumo: Este trabalho visa discutir o papel das incubadoras universitárias no fomento ao empreendedorismo social, destacando sua relevância como catalisador para o desenvolvimento econômico e sustentável, conforme apontado por Nascimento et al. (2020), que indicam os benefícios estratégicos que o processo de incubação social oferece para empreendimentos sociais. O trabalho tem por base a atuação na Inyaga, a incubadora da UFRJ de negócios de impacto social e ambiental, a partir do acompanhamento de projetos de empreendedorismo social desde a fase inicial até a consolidação, priorizando sempre soluções para demandas da sociedade e do meio ambiente. A metodologia empregada combina fundamentos teóricos e empíricos, a partir de uma revisão bibliográfica suporte aliada aos elementos levantados junto às startups incubadas, possibilitando a realização de análises dos negócios e mensuração dos resultados obtidos. Observando de perto o funcionamento da incubadora, é possível perceber que o suporte técnico, o acesso às redes, a formação apropriada, aliadas à uma orientação voltada para o impacto faz toda a diferença para o sucesso das empresas com propósito (ANPROTEC, 2020). É possível acompanhar a evolução das empresas incubadas e seu alinhamento às práticas ESG, contribuindo para sua aproximação de políticas públicas de apoio. Compreende-se que as incubadoras universitárias fomentam a inovação socialmente responsável, aumentando muito as chances de inclusão produtiva. Esse processo contribui para a geração de trabalho e renda e uma transformação territorial, confirmando a ideia do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000) e do empreendedorismo através de uma ferramenta concreta de impacto (DRAY, 2019), promovendo o empreendedorismo social como uma estratégia para o desenvolvimento econômico sustentável.

BIBLIOGRAFIA: Referências bibliográficas: ANPROTEC. O papel das incubadoras no apoio a negócios de impacto. Brasília: 2020. DRAY, J.-C. Empreendedorismo social: da teoria à prática. Atlas, 2019. NASCIMENTO, Leandro da Silva; FERNANDES, Bernardo Soares; SALAZAR, Viviane Santos. Social incubation: Strategic benefits for social enterprise. *Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management*, [S. l.], v. 18, p. 163-177, 2020. DOI: 10.19094/contextus.2020.44467. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/44467>. Acesso em: 2 may. 2025. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3283**

TITULO: A atuação do Ministério da Defesa na região amazônica

AUTOR(ES) : AMANDA DA SILVA DINIZ,ANA JULIA DE LIMA BEZERRA**ORIENTADOR(ES): ADRIANA MARQUES**

RESUMO: O projeto "AMAZÔNIA E DEFESA: pensamento político e atuação do Ministério da Defesa", desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) desde 2020, tem como foco analisar a presença e a atuação das Forças Armadas na Amazônia durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026). O estudo tem como temática as interconexões entre a política de defesa nacional e as práticas de gestão ambiental na região, investigando conceitos como militarização, militarismo e, mais recentemente, green militarism . A pesquisa examina a atuação militar na Amazônia, que vai além da proteção ambiental, englobando ações de interoperabilidade, controle territorial e mediação social com populações indígenas. O objetivo é contribuir para a reflexão crítica sobre o papel das instituições militares na gestão da Amazônia e suas implicações sociais e ambientais para a sociedade brasileira contemporânea. No desenvolvimento da pesquisa, autores como Luciene Godoy (2022) são mobilizados para a compreensão das ações militares, dentro do seu texto é possível a compreensão de diferentes conceitos, como a de interoperabilidade, entendido como a capacidade das forças armadas de realizarem operações conjuntas, em âmbito nacional ou internacional. Serão analisadas as operações resultantes dessa interoperabilidade dentro da região amazônica, tanto em missões de proteção ambiental quanto em ações voltadas para o atendimento de populações indígenas, especialmente em áreas de acesso restrito a direitos sociais básicos. Além disso, será explorado o conceito de green militarism , que aponta para uma militarização voltada à preservação ambiental, embora nem sempre desvinculada de práticas de controle e imposição militar. A pesquisa faz uma análise das ações do governo Lula, avaliando esforços de proteção, cuidado ambiental e as estratégias de garantia de soberania e bem-estar social. A metodologia adotada é qualitativa, baseada na coleta e análise de notícias, documentos oficiais, normativas, relatórios governamentais e publicações de think tanks, nacionais e internacionais. As informações obtidas são organizadas em planilhas analíticas e utilizadas na produção de gráficos e infográficos disponibilizados no Observatório do Ministério da Defesa. Este projeto visa oferecer subsídios para a compreensão da militarização da administração pública na Amazônia e fomentar a reflexão crítica sobre temas estratégicos para o futuro da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA: GODOY, Luciene Patrícia Canoa de. Segurança e defesa na Amazônia: um enfoque na gestão das ações e operações empreendidas pelas Forças Armadas. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-06102022-114154. Acesso em: 2024-08-06 MASSÉ, Francis; LUNSTRUM, Elizabeth; HOLTERMAN, Devin. Linking green militarization and critical military studies. *Critical Military Studies*, v. 4, n. 2, p. 201-221, 2018. DOI: 10.1080/23337486.2017.1412925. TEODÓRIO, Débora A. S. et al. Militarização da Conservação Ambiental em Debate: Uma análise a partir das operações Verde Brasil 1 E 2. O Socia

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 3303****TITULO:QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÓS-IFRS NO BRASIL – 15 ANOS (2010–2024)****AUTOR(ES) : JEAN VITOR RODRIGUES BESSA****ORIENTADOR(ES): MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

RESUMO: Este trabalho visa dar continuidade acerca dos estudos sobre a qualidade da informação contábil, porém considerando o período de 15 anos (2010–2024) da implantação das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil. Nesta pesquisa, a qualidade da informação contábil é considerada pela perspectiva da relevância do lucro para o mercado de capitais. Assim, a qualidade da informação contábil está relacionada à capacidade do lucro explicar o comportamento do preço das ações. Neste sentido, a presente proposta de estudo tem como objetivo analisar a evolução da relevância do lucro ao longo dos primeiros 15 anos de adoção das IFRS no Brasil. A primeira fase do estudo foi a construção de uma revisão de literatura sobre a análise de relevância das informações contábeis. Para esta revisão foi utilizada a base de periódicos SPEL, utilizando-se como palavras-chave os termos “relevância do lucro” e “value relevance”. Obteve-se, na primeira rodada de busca, um pouco mais de 80 artigos. Depois disso, em uma segunda rodada, com base nos artigos buscados fez-se uma leitura dos resumos e uma seleção daqueles que tinham relação mais direta com o propósito do presente estudo. Esta base final foi formada por 21 estudos. Alguns destes 21 artigos estudaram o impacto da adoção geral das IFRS no Brasil sobre a qualidade da informação contábil e mais especificamente sobre a relevância do lucro para o mercado de capitais. Já outros procuraram verificar o impacto de mudanças específicas importantes tais como a publicação da DFC e da DVA, a adoção de valor justo e a evidenciação do lucro abrangente. Além disso, alguns poucos estudos (apenas dois) focaram em uma perspectiva longitudinal, ou seja, procurando analisar o efeito ao longo do tempo. Por fim, de maneira geral, observou-se que os estudos mostraram que existe uma relação positiva e significativa entre lucro e preço das ações, reforçando a hipótese de que a informação contábil continua sendo relevante mesmo após as mudanças nos padrões contábeis. A próxima etapa da pesquisa consistirá na coleta e análise de dados da base Económica, com o objetivo de aplicar testes estatísticos que permitam avaliar a evolução da associação entre as variáveis contábeis (mais especificamente o lucro) e os preços das ações de empresas não financeiras listadas na B3. Por fim, é importante ressaltar que a alteração nas normas contábeis representa um marco importante, pois reafirma a necessidade de estudos acerca da utilidade da informação contábil, uma vez que se discute o efeito dessas transformações na capacidade das demonstrações contábeis atenderem às necessidades de seus usuários, tais como investidores e analistas do mercado de capitais (Canongia, Silva & Macedo, 2023). Nesse sentido, o presente estudo visa gerar novas informações a respeito do assunto e contribuir para um novo debate acadêmico sobre a efetividade das IFRS na promoção de informações contábeis mais úteis para a tomada de decisão no mercado de capitais.

BIBLIOGRAFIA: CANONGIA, M. A. G.; SILVA, C. M. M. F.; MACEDO, M. A. S. Value relevance da informação contábil após 10 anos de IFRS no Brasil. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 18, n. 2, p. 4–24, 2023. FLORES, E.; LOPES, A. B. Decréscimo na Relevância da Informação Contábil das Distribuidoras de Energia Elétrica no Brasil no Período Pós-IFRS. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 21, n. 4, p. 928–952, 2019. SANTOS, M. A. C. dos; CAVALCANTE, P. R. N. O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do lucro contábil no Brasil. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 134–147, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3340****TITULO:TECNOLOGIA E IMPACTO: CONSTRUINDO A COMUNICAÇÃO COM NEGÓCIOS SOCIOAMBIENTAIS****AUTOR(ES) : GABRIEL FERRARI BATISTA,WILLIAN RAPHAEL ROSA GOMES,LORRANY DA SILVA PINHEIRO****ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA,THALISSA PÁDUA GILABERTE**

RESUMO: Negócios de impacto socioambiental são empresas que buscam intencionalmente gerar valor social e ambiental positivo, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, equilibrando a viabilidade financeira com o impacto que promove na sociedade e no meio ambiente. Barki et al. (2019) corroboram a importância desse tipo de organização para o mundo, ao destacar que “os negócios de impacto consolidam, em seu modelo de negócio e seu comprometimento com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do planeta, um tipo único de empreendimento inovador e necessário...”. O objetivo deste trabalho foi discutir o uso da tecnologia para fortalecer a comunicação e ampliar o alcance de iniciativas sustentáveis, a partir da elaboração e implementação do site atual da Inyaga - Incubadora de Negócios de Impacto Social e Ambiental. O desenvolvimento da ferramenta envolveu desde a concepção da identidade digital, até o desenvolvimento da página, envolvendo escolhas técnicas, objetivos de comunicação e os benefícios esperados na visibilidade e conexão com a sociedade. O trabalho envolve um exemplo de como ferramentas digitais podem potencializar causas sociais e ambientais, ao facilitar o engajamento do público e a divulgação das ações da organização. Durante o processo de desenvolvimento da tecnologia, foram utilizadas ferramentas como o Figma , para a criação de protótipos e definição da estrutura visual do site; o WordPress , com os plugins Elementor e Popup Maker , para o desenvolvimento e personalização da página; e o Photoshop , para edição e otimização de imagens. O presente trabalho aponta como o uso estratégico dessas tecnologias contribuiu para a construção de uma presença digital eficaz e alinhada aos valores da Inyaga. A estruturação do site da Inyaga (Inyaga - Incubadora de Negócios) foi guiada por princípios do design centrado no usuário, conforme proposto por Jesse James Garrett (2010), que destaca a importância de alinhar objetivos institucionais à experiência de navegação do público, que em breve poderá opinar sobre essa experiência, em um processo avaliativo já em desenvolvimento. Ao pensar em cada camada da experiência digital – da estratégia à interface, buscamos garantir que o usuário encontrasse, com clareza e fluidez, informações relevantes sobre os projetos e valores da incubadora. Essa lógica não apenas facilita o acesso, mas também reforça a credibilidade institucional. Em diálogo com essa perspectiva, Manuel Castells (1999) aponta que, na sociedade em rede, a capacidade de uma organização se comunicar de forma eficaz nos meios digitais é determinante para seu alcance e relevância social. Assim, o desenvolvimento do site não se limitou a um exercício técnico, mas representou uma estratégia de inserção ativa da Inyaga na dinâmica comunicacional contemporânea, ampliando seu potencial de mobilização e engajamento.

BIBLIOGRAFIA: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (orgs.). Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 376 p. Castells, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Garrett, Jesse James. The Elements of User Experience: User-Centered Design for the Web and Beyond. Berkeley: New Riders, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3349****TITULO:**EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO: UM VIÉS AVALIATIVO**AUTOR(ES) :** GISELLE MACIEIRA PAES, JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL, WESLEY FERREIRA ARAUJO**ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO: O projeto surge com o objetivo principal de enfrentar ativamente a desinformação por meio de práticas educativas voltadas à competência em informação. A iniciativa é focada em grupos de jovens estudantes do ensino médio, envolvidos em programas de Iniciação Científica, vinculados ao Programa de Vocação Científica (PROVOC), com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, da responsabilidade ética e da capacidade de avaliação da informação. O público alvo é escolhido pelo contato próximo à informação científica em seus estudos, incentivando o cuidado ao avaliar as informações no dia a dia. O presente trabalho tem o objetivo específico de trazer um viés crítico para a avaliação dos resultados do projeto, referente aos benefícios exagerados e ao que pode ser melhorado. A justificativa do trabalho parte da constatação da ampla produção e circulação de desinformações, sobretudo nas mídias sociais digitais, o que demanda a urgência de pensar em meios educacionais de prevenção, estímulo crítico e capacitação para identificar, analisar e reagir às informações transmitidas, reconhecendo o papel da escola e da universidade na formação de cidadãos críticos e conscientes. Pensando na melhoria de certos aspectos na execução da extensão. A observação foi feita de forma qualitativa com base na análise de resultados dos questionários aplicados ao final das atividades. A resposta da comunidade, dos discentes participantes, dos extensionistas e de instituições parceiras indicaram melhorias significativas na capacidade argumentativa e crítica dos alunos, no desenvolvimento da educação midiática e na postura ética frente ao consumo e compartilhamento de informações. A extensão funciona neste coletivo e contribui para a construção de um conhecimento compartilhado e contextualizado. O trabalho realizado pelos extensionistas é transformar os dados preenchidos nos questionários em uma informação a ser transmitida e melhorada. O projeto reafirma o papel da extensão na promoção do pensamento crítico e da competência em informação. A aprendizagem de conhecimentos técnico-científicos se configurou como uma das dimensões centrais do processo formativo dos participantes, consolidando o PROVOC como um espaço privilegiado de articulação entre educação, ciência e cidadania. O projeto também se alinha aos objetivos da extensão, ao reafirmar o papel da extensão universitária na articulação entre ciência, educação e cidadania. Dessa forma, consolida-se como uma iniciativa relevante no enfrentamento à desinformação e na valorização do conhecimento científico no cotidiano dos jovens. Os resultados esperados são o aprimoramento da capacidade argumentativa, incentivando o pensamento crítico, juntamente com o incentivo no desenvolvimento de competências de educação midiática. Maior responsabilidade e o uso da ética no compartilhamento de informações. Espera-se transpassar a importância do fortalecimento da escola como formadora de cidadãos conscientes e competentes informacionalmente.

BIBLIOGRAFIA: .

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3351****TITULO:**O PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DAS DECISÕES DO STF**AUTOR(ES) :** JULIA SANTIN**ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: Embora a Constituição Federal de 1988 assegure, no art. 5º, inciso LV, a ampla defesa como garantia aplicável aos processos administrativos, sua efetividade não decorre automaticamente da previsão normativa. A transformação do texto constitucional em realidade depende da atuação de mecanismos institucionais que viabilizem o princípio supramencionado no cotidiano da Administração Pública. Nesse contexto, destaca-se o papel do Supremo Tribunal Federal (STF), como instância responsável pelo controle da constitucionalidade dos atos administrativos e cuja jurisprudência contribui para definir os limites dos princípios jurídicos. Isso porque a interpretação conferida pelo STF ao princípio da ampla defesa influencia diretamente a forma com a qual a Administração Pública estrutura os seus procedimentos, conferindo legitimidade aos processos administrativos e proteção aos indivíduos diante do exercício do poder estatal. A presente pesquisa, portanto, busca responder a seguinte questão-problema: como o Supremo Tribunal Federal tem interpretado o princípio da ampla defesa nos processos administrativos? Para isso, a metodologia adotada será de natureza qualitativa, com base em análise jurisprudencial e bibliográfica. Serão examinadas decisões colegiadas do STF, proferidas entre os anos de 2010 a 2025, que discutam expressamente a aplicação do princípio da ampla defesa em processos administrativos. Essas decisões serão analisadas de forma sistêmica, buscando-se identificar os fundamentos constitucionais utilizados pela Corte, os critérios de avaliação de eventuais violações e os efeitos práticos atribuídos à garantia da ampla defesa. Logo, a conclusão prevista é que o Supremo Tribunal Federal tem interpretado o princípio da ampla defesa nos processos administrativos de forma a equilibrar a proteção formal das garantias constitucionais com a preservação da autonomia decisória da Administração Pública. Nesse sentido, constata-se que o STF opera seu controle judicial de forma a limitar-se à verificação da legalidade do procedimento, evitando uma incursão profunda no mérito da decisão administrativa. Essa postura, ainda que coerente com a separação de funções entre os Poderes, revela também as limitações do modelo atual de proteção de direitos fundamentais diante da complexidade crescente das estruturas administrativas.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 3a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014, p. 75. SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018. SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3354****TITULO:**Medidas Atípicas e a Efetividade da Jurisdição em Litígios de Patente: Uma Análise à Luz dos Artigos 139, IV e 297 do CPC/2015**AUTOR(ES) : MARIA FERNANDA VEIGA GOMES****ORIENTADOR(ES): KONE CESARIO**

RESUMO: O Código de Processo Civil de 2015 introduziu avanços significativos na busca pela efetividade jurisdicional, notadamente por meio dos artigos 139, IV, e 297, que autorizam o juiz a adotar medidas executivas atípicas para garantir o cumprimento das decisões judiciais e a adequada tutela dos direitos em litígio. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a aplicação prática dessas disposições em ações de infração de patente, compreendidas, à luz da Lei nº 9.279/96, como privilégios legais de exploração exclusiva concedidos pelo Estado. A metodologia adotada consistiu na análise qualitativa de casos concretos julgados por tribunais brasileiros, com especial atenção à identificação das medidas atípicas efetivamente determinadas pelos magistrados em litígios relacionados a patentes. Entre as providências observadas, destacam-se a imposição de astreintes, a expedição de ofícios a plataformas de e-commerce e notificações a terceiros envolvidos na cadeia de comercialização. Tais medidas revelam uma transformação relevante no modelo processual brasileiro, anteriormente mais rígido sob a égide do CPC/1973, permitindo ao Judiciário responder com maior agilidade e adequação técnica às demandas da propriedade industrial. A pesquisa inclui, ainda, uma abordagem comparada, examinando os mecanismos de enforcement judicial em jurisdições estrangeiras. Nos Estados Unidos, destaca-se a ampla utilização das injunctions, amparadas na Equity Jurisdiction, frequentemente associadas à imposição de treble damages em casos de infração dolosa. Na União Europeia, a Diretiva 2004/48/CE estabelece diretrizes específicas para medidas provisórias e de obtenção de provas, reforçando a efetividade da tutela dos direitos de propriedade intelectual. A comparação evidencia que os dispositivos do CPC/2015 aproximam o Brasil de padrões internacionais mais flexíveis e eficientes. A pesquisa é sustentada por doutrina especializada, com destaque para João da Gama Cerqueira, cuja obra clássica trata a patente como uma concessão estatal de caráter exclusivo e temporário, e Denis Barbosa, que analisa criticamente o regime jurídico do privilégio patentário e seus limites decorrentes do interesse público. Como conclusão, constata-se que a adoção criteriosa de medidas atípicas, quando devidamente fundamentada e proporcional, representa uma ferramenta valiosa para o fortalecimento do sistema de enforcement em propriedade industrial no Brasil, promovendo maior efetividade na proteção à inovação tecnológica e alinhamento com as melhores práticas internacionais.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Denis Borges. O Código da Propriedade Industrial conforme os tribunais: comentado com precedentes judiciais. Volume 1 - Patentes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da propriedade industrial. 3. ed. rev. e atual. por Manoel J. Pereira dos Santos. Rio de Janeiro: Forense, 1982. v. 1. CAMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022. DOBBYN, John F. Injunctions. Saint Paul: West Publishing, 1974. MEIRELES, Edilton. Medidas sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Processo, vol. 247/2015, p. 231–246.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3360****TITULO:**INDICADORES MÉTRICOS DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E POPULARIDADE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E BIOLOGIA EVOLUTIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**AUTOR(ES) : THAMIRES ANELLI RIBEIRO,VITORIA VENANCIO DOMINGOS,FELIPE SILVA IZIDORO DA FONSECA****ORIENTADOR(ES): VÂNIA LISBOA GUEDES,MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar a produtividade e a popularidade científicas, na área disciplinar de Biodiversidade, de docentes bolsistas vinculados ao Programa de Pós-graduação Biodiversidade e Biologia Evolutiva (PPGBBE) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), classificado com nota máxima na área de Biodiversidade pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O estudo concentra-se nos indicadores métricos com propósito comunicativo, tendo como foco os indicadores de produtividade, de popularidade, de colaboração científica e de internacionalização do conhecimento. Tais indicadores revelam-se essenciais para o mapeamento científico, sua avaliação, o desenvolvimento e justificativa para políticas públicas de fomento. O referencial fundamenta-se do ponto de vista epistemológico e empírico, em teorias, conceitos e métodos pertencentes às áreas de Bibliometria e Cientometria, na Ciência da Informação, especialmente no modelo de Produtividade e Popularidade Científica de Marshakova (1981), de análise de citações, de redes de colaboração na ciência de Bordon e Gómez (2000), e de internacionalização do conhecimento de Santin, Vanz e Stumpf (2016). A pesquisa cientométrica caracteriza-se como quantitativa, descriptiva e exploratória tendo como fonte de coleta os registros na base de dados Open Alex para análise das citações, selecionada após verificação da produção científica indexada. A população de estudo é composta por docentes vinculados ao PPGBBE/UFRJ contemplados com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Efetuou-se a análise de 23 currículos dos docentes afiliados ao Programa por meio da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil para a identificação dos bolsistas e a produção dos docentes no triênio 2021–2023, com foco em artigos de periódicos. Identificou-se a publicação de 299 artigos no período analisado, sendo 133 artigos (44,5%) da autoria de cinco docentes bolsistas apresentando maior índice de produtividade. Em seguida, foi efetuado busca na Open Alex recuperando os dois artigos mais citados de cada docente. Foram analisadas 1.282 citações aos dez artigos selecionados. Os resultados indicam a preponderância do artigo de periódico (86,16%) e o idioma Inglês (90,85%) entre os documentos citantes. Os dados extraídos foram utilizados no software VOSviewer para a modelagem das redes de colaborações de coautoria nacional e internacional. Os mapas indicam a internacionalização da ciência com a preponderância de afiliações internacionais, como a University of Illinois presente em 48 documentos e CONICET em 56 documentos, bem como a colaboração nacional centrada na UFRJ, presente em 150 documentos, seguida pela USP em 60 documentos. A análise de coocorrência de concepts indicam a predominância das temáticas sobre Biologia, Zoologia, Ecologia, Genética, Paleontologia, Filogenética dentre os documentos citantes.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATIKINS, H. B. (ed.). *The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield*. New Jersey: Infotmation Today, 2000. cap. 10, p. 197–214. GINGRAS, Y. Les dérives de l'évaluation de la recherche: du bon usage de la bibliométrie. Paris: Editions Raisons d'Agir, 2014. MARSHAKOVA, I.V. Citation networks in information science. *Scientometrics*, v. 3, issue 1, p. 13–25, 1981.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3381**

TITULO: Modelos de negócio sustentável: do planejamento à escala

AUTOR(ES) : ISABELLA RIBEIRO MARQUES PEREIRA, PABLO DOS SANTOS DA SILVA**ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar a influência das incubadoras de impacto social e ambiental em promover modelos de negócios sustentáveis. Nossa foco será direcionado ao estudo de caso da Inyaga, uma incubadora de impacto da UFRJ, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A proposta é investigar como projetos, como a Inyaga, auxiliam na criação de startups com foco em impacto positivo, dando suporte aos empreendedores desde o início de sua jornada – do planejamento até a expansão de seus negócios. A metodologia usada foi qualitativa e descritiva, buscando uma análise aprofundada do tema. Foi utilizada análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas na realização do estudo de caso da Inyaga que, segundo Yin (2015), apresenta-se como uma ferramenta essencial na avaliação de contextos. Os empreendimentos são apoiados de diferentes formas pela equipe da incubadora desde o começo de sua jornada, na realização de diagnósticos, oferta de mentorias, apoio na participação em eventos de capacitação, estruturação de documentos e apoio à participação em editais de financiamento e monitoramento de indicadores. Essa vivência diária os levou a se engajar profundamente nas atividades da incubadora e, segundo seus depoimentos, contribuiu para ajudá-los na busca pela superação dos desafios e estratégias adotadas para o desenvolvimento de negócios sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente responsáveis, que, conforme Cassin (2019), fazem a diferença na sociedade. Entre os feitos conquistados, a rede de suporte a empreendedores de impacto na UFRJ viu-se, vigorosamente, fortalecida, ademais, aumentou o número de startups incubadas com projetos que espelham os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Os resultados futuros incluem a solidez da Inyaga, como um centro inovador de impacto no ambiente universitário, com a expansão das mentorias e o incentivo à criação de empresas inovadoras que tragam benefícios sociais e ambientais à sociedade. De modo preliminar, observa-se que o trabalho das incubadoras de impacto vai muito além de apenas oferecer infraestrutura e suporte técnico, englobando ainda a criação de redes, o incentivo à cooperação e o aumento de habilidades empreendedoras que buscam valores de sustentabilidade. Esse percurso mostra bem a grande importância do tripé ensino–pesquisa–extensão e as ações do governo no fomento ao empreendedorismo social (Demo, 2000). O estudo revela, enfim, a importância de políticas de apoio e incentivo institucional para fortalecer incubadoras, promovendo o desenvolvimento local sustentável.

BIBLIOGRAFIA: CASSIN, Nathalie. Negócios de impacto social: guia prático. São Paulo: Saraiva, 2019. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2000. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3408**

TITULO: CRIME ORGANIZADO, FUTEBOL E A ASCENSÃO DAS "BETS" NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA, PERIGOS ATUAIS E PROBLEMAS FUTUROS

AUTOR(ES) : GABRIEL FERREIRA DE ALMEIDA**ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A pesquisa apresenta o estudo sobre como as organizações criminosas se associam ao futebol na América Latina, com foco em México e Brasil, e como a ascensão dos sites de apostas, conhecidos como "bets", podem gerar novas oportunidades para o crime organizado se associar com o futebol. As organizações criminosas estão presentes em diversos locais da América e suas atuações se diversificam muito, com o mundo cada vez mais globalizado e a criação de mecanismos de transferência e conversão de capital de forma cada vez mais rápida essas organizações atuam quase como "multinacionais" em alguns países. Essas novas possibilidades atraem o crime organizado para áreas diferentes, como o entretenimento, porém por vezes durante a história grupos criminosos usaram o futebol para lavarem dinheiro e lavarem sua própria imagem, trazendo a questão de "como convencer o torcedor que o dono do time que ele torce, que agora vive uma grande fase, é uma contraventor?". O trabalho se divide em três partes: 1) O recolhimento de notícias da região para compreender o tamanho do problema e os países onde ocorrem; 2) A percepção de atualmente Brasil e México serem líderes em notícias sobre e a soberania da Lavagem de Dinheiro entre os tipos de contravenção; 3) História do crime organizado e o futebol em Brasil e México e a entrada das "Bets" na situação. O objetivo é analisar os mecanismos pelos quais a ascensão dos sites de apostas facilita e potencializa a associação de organizações criminosas com o futebol no Brasil e México, investigando como essa dinâmica pode resultar em maiores ganhos financeiros e na 'lavagem de imagem' para esses grupos. A metodologia da pesquisa é de caráter quali-quantitativo, com a análise quantitativa sendo feita partir da compilação e categorização de diversas notícias latino-americanas que asseguram a centralidade da questão no Brasil e no México, onde identificou-se o tipo de infração e também a presença das plataformas de apostas. Já o caráter qualitativo está em aprofundar a compreensão do funcionamento dos mecanismos das "bets" e o histórico dos países com a lavagem de dinheiro antes das empresas de apostas criarem um novo caminho para esses contraventores, para que ao fim seja possível identificar como ocorre essa relação e os novos desafios que surgem a partir dessa possibilidade. A pesquisa busca agregar com dados, histórico dos grupos e participações modernas deles. Portanto, o estudo busca compreender o tema para entender o tamanho do problema que podemos observar caso não criemos políticas que fiscalizem a situação.

BIBLIOGRAFIA: DE SANCTIS, Fausto Martin. Football, Gambling, and Money Laundering: A Global Criminal Justice Perspective. São Paulo: Springer, 2014. 179 p. CABELO, Marcos Eduardo. A política criminal de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro através do futebol. Revista Brasileira de Políticas Públicas, [Www.publicacoesacademicas.uniceub.br/](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/), v. 1, n. 3, p. 179–205, 30 dez. 2011. GARCIA, Carlos Adrián Ibarra; VELÁZQUEZ, Javier Laris; NAVARRO, Emilio Mansuy; FERNÁNDEZ, Fernando Pérez. "VIOLENCIA SOCIAL Y RELACIONES DE PODER EN EL FÚTBOL MEXICANO: RUMORES, NOTICIAS FALSAS Y DISCURSOS OFICIALES". Orientador: Dra. Margarita Zires Roldán. 2024. 238 p. Trabalho de Conclusão de Curso.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 3419**

TITULO:POTENCIALIDADES DA INTEGRAÇÃO SEMÂNTICA EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NOS REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA

AUTOR(ES) : RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL

ORIENTADOR(ES): CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

RESUMO: Vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Interoperabilidade Semântica em Ambientes de Compartilhamento de Dados de Pesquisa , o trabalho vigente objetiva delinear recomendações para a melhoria de representação e recuperação semântica dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Para mais, a proposta central do projeto é investigar as aplicações de Interoperabilidade Semântica nos SOC em razão do desafio de gestão efetiva pelo uso de canais com linguagens diferentes adjacentes da e–Science. Dessa forma, a metodologia adotada baseia–se na análise bibliométrica dos termos “Interoperabilidade semântica”, “Compatibilização Semântica”, “Compatibilização de linguagem” e “Compatibilização terminológica” nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci); e LISTA (Library, Information Science & Technology Abstracts). A atuação das pessoas envolvidas no projeto se dá por meio da segunda parte de pesquisa intitulada Potencialidades da Integração Semântica em Sistemas de Organização do Conhecimento nos Repositórios de Dados de Pesquisa , cujo desenvolvimento esteve diretamente ligado com a recuperação, análise, interpretação e curadoria das produções textuais e desdobramento de resultados. Por fim, espera–se identificar como a literatura aborda a Interoperabilidade Semântica nos SOC e que possa contribuir para que ocorra a integração de Sistemas de Organização do Conhecimento dos repertórios de dados de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, C. H. M. Interoperabilidade entre acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus: potencialidades das tecnologias de dados abertos interligados. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, n. 2, 2016. MUCHERONI, M. L.; SILVA, J. F. M. A interoperabilidade dos sistemas de informação sob o enfoque da análise sintática e semântica de dados na web. Ponto de Acesso, v. 5, n. 1, 2011. WEISS, L. C.; MEDEIROS, M. B. B. Interoperabilidade semântica: uma análise sob a perspectiva da abordagem ontológica de quine. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 28, n., 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3427**

TITULO:POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DO CHILE PARA ISRAEL: MUDANÇAS PÓS–OUTUBRO DE 2023

AUTOR(ES) : AMANDA MACIEL FRAGA MONTOIRO

ORIENTADOR(ES): FERNANDO LUZ BRANCOLI

RESUMO: Política externa do Brasil e do Chile para Israel: mudanças pós–Outubro 2023 O presente projeto analisa as mudanças nas política externas do Brasil e do Chile em relação a Israel após os ataques do grupo paramilitar Hamas em 07 de outubro de 2023 e a subsequente resposta israelense, com foco na tensão entre cooperação em segurança e defesa e o apoio aos direitos palestinos. A pesquisa parte da Análise de Política Externa (APE) para compreender como fatores internos e externos influenciam a tomada de decisão em contextos de crise. Quanto à hipótese, é proposto uma análise desses dois atores latino–americanos por suas diferentes influências, externas e internas, dentro do contexto do conflito israelo–palestino. O Brasil, historicamente reconhecido por seu papel mediador, adotando nos últimos anos uma postura oscilante entre o alinhamento estratégico com Israel e a defesa de princípios do Direito Internacional, oferece uma perspectiva interessante sobre diplomacia e negociação. Já o Chile, fortemente influenciado por sua expressiva comunidade palestina, mostra como fatores internos podem influenciar a política externa. A metodologia qualitativa da pesquisa baseia–se em revisão bibliográfica e documental, análise de conteúdo de declarações oficiais e estudo comparativo, centrada no levantamento e análise crítica dos discursos e documentos oficiais, bem como na elaboração dos marcos teóricos e analíticos. Como resultados parciais, identificam–se inflexões importantes nas orientações diplomáticas de ambos os países, evidenciando contradições internas, disputas políticas e o peso de fatores históricos e sociais na condução de suas políticas externas. A pesquisa propõe que as políticas externas do Brasil e do Chile em relação a Israel foram moldadas por uma interação complexa entre pressões domésticas e exigências do cenário internacional, em que o Brasil busca equilibrar laços estratégicos e tradição diplomática, enquanto o Chile, influenciado por sua diáspora palestina, adota postura crítica, ainda que limitada por interesses econômicos e pressões externas.

BIBLIOGRAFIA: Referências bibliográficas: MORAVCSIK, A. "Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics." International Organization, 1997. RISSE–KAPPEN, T. "Ideas do not Float Freely: Transnational Coalitions, Domestic Structures, and the End of the Cold War" Bringing Transnational Relations Back In, 1995. ALLISON, Graham T. "Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis". Little, Brown and Company, 1971.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3429**

TITULO:A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DAS TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL POR MEIO DE SUA MEMORABILIA: UMA VISÃO SEMIESTRUTURADA DA TORCIDA JOVEM FLA

AUTOR(ES) : LUCAS RIZZO PORTUGAL, PATRICIA NASCIMENTO DOS SANTOS

ORIENTADOR(ES): ROBSON SANTOS COSTA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo a observação da construção cultura e memorialística de uma torcida organizada, no âmbito futebolístico e carioca, por meio da análise de sua memorabilia, utilizando itens como: bandeiras, camisas, faixas, ingressos, cartazes, materiais audiovisuais, dentre outros. Partindo do contexto de que estes artefatos não são apenas lembranças materiais, mas sim uma forma de demonstração de afeto e pertencimento a um grupo dentro da sociedade brasileira, muitas vezes marginalizado, analisaremos a relação dos mesmos com os torcedores e os sentidos e memórias construídos de tal associação. A metodologia adotada no presente artigo será a entrevista semiestruturada com os membros da Torcida Jovem Fla, uma das maiores torcidas organizadas do Brasil e do mundo. Além disso, será realizada uma análise dos objetos apresentados e descritos pelos próprios torcedores, permitindo compreender o valor simbólico, histórico, afetivo e, portanto, memorialístico, que cada item carrega. Nossa referencial teórico terá como base o trabalho de Casadei (2010), que analisa a memória coletiva por meio dos trabalhos de Maurice Halbwachs e Marc Bloch; Cirne (2018), no que tange ao conceito de memorabilia, vista como uma coleção que por meio do afeto constitui memórias e Dodebe (2001), que trata da construção do conceito de documento, compreendido como uma construção social ligada a contextos sócio-históricos de produção e da diferenciação entre objeto e documento. A pesquisa encontra-se nas primeiras entrevistas, onde é possível perceber, em um primeiro momento, como os membros expõem uma relação de forte afeto com tal memorabilia, construindo narrativas que ligam suas vidas individuais à uma memória coletiva do clube.

BIBLIOGRAFIA: CIRNE, Maximiano Duval da Silva. Memorabilia: Uma coleção feita de objetos, escritos e memórias. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais, Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes; MORA-ES, Nilson Alves de. (Orgs.). Memória e construção de identidades. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59–66.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3442**

TITULO:SUB-REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL E SISTEMA PROPORCIONAL NO BRASIL: O INTERIOR FLUMINENSE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR(ES) : GABRIEL MENDES COSTA

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: A representação política é um dos pilares fundamentais de um regime democrático, sendo por meio dela que os cidadãos podem ter seus direitos assegurados e seus interesses devidamente expressos. O artigo 45 da Constituição da República Federativa do Brasil, nesse sentido, ratifica a noção representativa ao versar sobre a composição da Câmara dos Deputados — representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Entretanto, o arranjo congressional, apesar de utilizar critérios de proporcionalidade populacional por unidade federativa, não reflete a pluralidade de regiões geográficas abarcadas dentro de um mesmo estado, gerando ausência de representantes com vínculos mais diretos com determinadas localidades a nível intrafederal (NICOLAU, 2017). Diante do exposto, a questão problema que se busca responder é — à luz do conceito de representação política discutido por Hanna Pitkin (1967, 2006) — como o sistema eleitoral brasileiro pode promover distorções ao não garantir plena representação territorial, tomando como objeto de análise a sub-representação do Interior do estado do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados? O que se propõe como tese é que o sistema proporcional de lista aberta adotado na eleição para a Câmara Baixa brasileira não assegura equilíbrio territorial entre os municípios fluminenses. Como consequência, observa-se uma assimetria de poder que favorece a Região Metropolitana do estado em detrimento dos municípios interioranos, o que dificulta a representação política destes na esfera legislativa federal, renegando-os de forma estrutural a um baixo número efetivo de representantes eleitos. A metodologia utilizada adota uma abordagem exploratória, baseada em estudo de caso, de método de pesquisa bibliográfica, voltada à reflexão teórica acerca de sistemas eleitorais e de conceitos de representação, aliada à análise quali-quantitativa de estatísticas e dados coletados sobre o eleitorado fluminense e resultados de eleições proporcionais recentes, utilizando-se as bases de dados públicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

BIBLIOGRAFIA: NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do voto e da representação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. PITKIN, Hanna Fenichel. The Concept of Representation. Berkeley: University of California Press, 1967. PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. Lua Nova, 67: 15-47, 2006. [Original de 1989]

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3462****TITULO:COLETA DE DADOS E SOBERANIA DIGITAL: UM DESAFIO URGENTE PARA O ESTADO BRASILEIRO****AUTOR(ES) : CAUAN SANTOS DA SILVA****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Esta pesquisa investiga os desafios do Estado brasileiro quanto à transparência na coleta de dados interpessoais no ambiente digital, situando o problema no contexto democrático contemporâneo. Parte-se da constatação da ausência de regulamentação eficaz da coleta de dados por agentes públicos e privados, e da crescente urgência de garantir a soberania digital — capacidade do Estado de controlar e proteger os dados de seus cidadãos frente ao domínio de grandes corporações tecnológicas. A metodologia é qualitativa–quantitativa, estruturada em três etapas: revisão bibliográfica sistemática sobre soberania digital e democracia, com análise de autores como Milton Santos e Shoshana Zuboff; análise documental comparativa de marcos regulatórios nacionais (LGPD, Marco Civil da Internet) e internacionais (GDPR); análise quantitativa de dados sobre violações de privacidade e concentração de mercado das big techs, utilizando fontes como ANPD e CGI.br. Os objetivos específicos incluem: analisar impactos da coleta desregulada de dados no contexto sociopolítico brasileiro; examinar a eficácia dos marcos legais existentes; identificar lacunas regulatórias; e propor diretrizes para políticas públicas de proteção de dados. A orientação é realizada pelos docentes Daniel Capecchi e Carlos Bologna. A partir das ideias de Milton Santos sobre controle das técnicas de circulação da informação, observa-se como empresas como Meta e X exercem influência política, econômica e social por meio da concentração e uso massivo de dados. Essas plataformas operam como estruturas de poder transnacional, escapando ao controle estatal e colocando em risco a soberania informacional dos países. Embora existam marcos legais como LGPD e Marco Civil da Internet, o Estado brasileiro mostra-se despreparado para enfrentar a assimetria técnica e econômica das big techs. Essa fragilidade revela a urgência de desenvolver políticas públicas que garantam a soberania digital, protegendo dados dos cidadãos e reforçando direitos fundamentais no ambiente virtual. A pesquisa propõe refletir sobre limites a serem impostos pelo Estado às corporações e como a coleta indiscriminada de dados pode aprofundar desigualdades sociais, contribuindo para o desenvolvimento de arcabouço teórico–metodológico para análise da soberania digital brasileira.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Mílton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. . São Paulo: Hucitec, 1996. ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3496****TITULO:REDE DE AÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES EM PETRÓPOLIS/RJ****AUTOR(ES) : BIANCA MONTALVAO SANTOS DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: A participação social se apresenta como um pilar fundamental para a legitimidade e a eficácia das políticas públicas, pois ao envolver ativamente os cidadãos e as diversas organizações da sociedade civil nos processos de concepção, implementação, monitoramento e avaliação, as políticas públicas se tornam mais responsivas às reais necessidades da população e, dessa forma, através do diálogo, permite observar a real dimensão dos problemas sociais e do desenvolvimento da democracia. Essa colaboração fortalece a essência da democracia, promovendo a transparência na gestão pública e contribuindo para a construção de sociedades com ideais e valores voltados para justiça e equidade. A apreciação da participação social, fomentada pelos avanços da Constituição Federal de 1988 no âmbito político e social brasileiro, representa um indicador valioso para a gestão pública municipal, visto que, a participação social não é apenas um direito, mas também um instrumento poderoso para aprimorar a qualidade e o impacto das ações governamentais. A pesquisa é uma ação complementar ao trabalho iniciado pelo projeto OSCs de Petrópolis–RJ (Edital PIBIC 2022), no qual foram mapeadas as organizações que participam dos conselhos municipais do município. A pesquisa tem por objetivo mapear e conectar as redes públicas de ação para promoção da mulher no município de Petrópolis, identificando agentes que se disponibilizaram e prontificaram a acolher mulheres em situações de vulnerabilidade e incentivar sua autonomia através do desenvolvimento de atividades capazes de compor a renda. Para esta pesquisa, a adoção de uma metodologia mista que combina a profundidade das entrevistas qualitativas com a profundidade contextual das visitas de campo se faz essencial. O levantamento de artigos e pesquisas prévias referentes à temática geral serão importantes para basear e estruturar a pesquisa, bem como a análise de instrumentos e registros governamentais existentes, com enfoque no nível de participação social apresentado e o impacto efetivo demonstrado. Dessa forma, será possível ter uma melhor visualização da rede, conectando os agentes da sociedade civil com instituições governamentais a fim de facilitar a articulação e comunicação entre os diferentes atores. A pesquisa tem por objetivo investigar e compreender a estrutura, a efetividade, o funcionamento e, principalmente, os desafios dessas redes de promoção dos direitos da mulher e no enfrentamento da violência de gênero, desigualdade e acesso a serviços. Dessa forma, a pesquisa poderá auxiliar com a compreensão do cenário, proporcionando um diagnóstico para o problema social ao identificar lacunas e sobreposições na atuação de diferentes organizações, além de favorecer o fortalecimento da articulação e colaboração entre os membros da rede, identificando gargalos na comunicação, estimulando a criação de parcerias estratégicas e promovendo a construção de uma rede coesa e eficaz.

BIBLIOGRAFIA: Capella, A. C. N. (2016). Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Ideias*, 6(2), 13–34. Fischer, F., Gottweis, J. (Eds.) (2012) *The Argumentative Turn Revisited: Public Policy as Communicative Practice*. Duke Univ. Press Books. Howlett, M.; Ramesh, M.; Perl, A. (2013) *Política Pública: Seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3510**

TITULO:O SIMBOLISMO DOS VAGALUMES E A FRAGILIDADE DA VIDA: UMA ANÁLISE DE "TÚMULO DOS VAGALUMES" NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

AUTOR(ES) : LAIS SIMOES LIMA

ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA

RESUMO: Este trabalho é uma resenha crítica do filme Túmulo dos Vagalumes, de Isao Takahata, lançado em 1988. Esta resenha crítica fez parte das ações desenvolvidas durante a disciplina “Cinema e Relações Internacionais”, da qual participei em 2024.2. A pergunta que orientou a execução deste trabalho foi: como a representação de imagens e símbolos criam camadas de significado que enriquecem a compreensão do enredo e das mensagens implícitas em uma obra cinematográfica? Para responder a essa pergunta, o objetivo deste trabalho foi analisar a trajetória de Seita e Setsuko no contexto da Segunda Guerra Mundial, com base na teoria da semiótica, do campo da Comunicação e das Relações Internacionais, especialmente a partir da concepção triádica de Charles Sanders Peirce, discutida por Marcos Nicolau. A hipótese levantada durante a pesquisa apontou que a situação de abandono e morte vivida pelas crianças, derivada do colapso do Japão ao final da guerra, sob a perspectiva semiótica, foi resultado da construção simbólica de signos visuais que comunicam a efemeridade de sua infância. A metodologia empregada na resenha consistiu em um estudo de caso do filme, com análise qualitativa crítica baseada no marco teórico da semiótica, a partir da revisão bibliográfica de autores como Nicolau, Peirce, Douglas Pastrello, Sidnei Munhoz e Gar Alperovitz. O trabalho foi estruturado em três partes. A primeira abordou o contexto histórico do Japão no fim da Segunda Guerra Mundial, marcado pela destruição causada pelos bombardeios e pelas consequências sociais e psicológicas sobre os civis, especialmente as crianças. A segunda parte apresentou o conceito de signo na semiótica peirceana, fundamental para compreender como elementos visuais no filme constroem sentidos complexos sobre a guerra. A terceira parte deu luz a esse conceito na análise dos signos presentes na narrativa, como os vagalumes, a lata de doces e os bombardeios. Esses elementos representam não apenas a memória e a brevidade da vida, mas também a resistência simbólica diante da destruição. Por fim, a análise permitiu conferir um sentido maior à obra, ao demonstrar que o filme, por meio da linguagem simbólica e sensível, rompe com discursos heroicos sobre a guerra e desloca o olhar para a realidade dos civis em meio a um conflito. Através da semiótica, o espectador é convidado a repensar a narrativa da vitória e a reconhecer a guerra como uma tragédia civil silenciosa, que atinge de forma mais cruel os mais vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA: NICOLAU, Marcos et al. Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce. Revista eletrônica Temática, Paraíba, n. 8, p. 1–25, 2010. O TÚMULO dos Vagalumes. Direção: Isao Takahata. Japão: Studio Ghibli, 1988. Disponível em: Netflix. PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3520**

TITULO:A EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O DIREITO À EDUCAÇÃO, AO LAZER E À CULTURA COMO FATOR DE PREVENÇÃO AO ATO INFRACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO .

AUTOR(ES) : BRUNA DOMINGUES MAIA

ORIENTADOR(ES): CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER

RESUMO: A Constituição Federal diz que a criança e o adolescente, por estar em desenvolvimento, gozam de proteção integral e prioridade nas políticas públicas. No entanto, a efetividade dessas garantias presentes no texto constitucional se põe em dúvida nas diversas vezes em que tais direitos não são efetivados e o Estado se faz tardio, visto que atua somente após o direito ser violado. A falta de acesso às políticas públicas que garantam educação, preparação para o mercado de trabalho, profissionalização e/ou uma visão mais ampla de futuro, ou seja, de melhores possibilidades, pode levar a consequências complexas, e, dependendo do caso, para a esfera infracional. Assim, pode gerar situações de menores de idade infratores, os quais são vítimas do contexto e circunstâncias em que vivem, apesar da gravidade de algumas de suas ações. Nesse sentido, surge o problema da pesquisa que se pretende investigar: como, de fato, efetivar o direito da criança e do adolescente como forma de prevenção a tais situações, não somente em seu momento de pós-violão, mas na qualidade preventiva e de forma a evitar a ocorrência de infrações, a partir dos direitos à educação, à cultura e ao lazer? Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa é trazer respostas e, consequentemente, reflexões para tal pergunta problema. Diante disso, a hipótese preliminar é de que ao efetivar os direitos em questão, com políticas públicas que atinjam esse público, haja uma prevenção de a criança e o adolescente não serem deslocados para a esfera dos atos infracionais. O resultado esperado é compreender melhor como as políticas públicas de educação, cultura e lazer contribuem para a prevenção de atos infracionais. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica da doutrina especializada no tema e a análise dos dados constantes dos sites das recentes atuações institucionais práticas no âmbito das políticas de educação, lazer e cultura, com foco nas instituições do estado de São Paulo, a saber, Fábricas de Cultura – projeto o qual a pesquisadora Bruna foi participante – Centros Educacionais Unificados (CEUs), Centro para Crianças e Adolescentes (CCAs) e Centros de Juventude (CJs). Tudo isso, para que os direitos da criança e do adolescente, positivados na Constituição Federal, não sejam apenas garantidos, mas realmente efetivados.

BIBLIOGRAFIA: SEABRA, Gustavo Cives. Manual de Direito da Criança e do Adolescente. 2ª ed. Belo Horizonte: CEI, 2021. SILVA, Virgílio Afonso da. Direito Constitucional Brasileiro. 1ª ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. Barueri: Imprenta, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 3534****TITULO:**ESPAÇOS DE EXPRESSÃO CULTURAL NEGROS NOS TERRITÓRIOS POPULARES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**AUTOR(ES) :**NATALIA FARIAS DA SILVA,KARINE DIAS DE JESUS**ORIENTADOR(ES): MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: Esta pesquisa encara a noção de espaços culturais para além das configurações tradicionais de equipamentos voltados à produção cultural, se debruçando sobre espaços que existem fora da lógica institucional do Estado e também da lógica hegemônica do mercado. O estudo enfoca a produção de espaços de expressão cultural em diferentes territórios populares na cidade do Rio de Janeiro, por grupos historicamente desfavorecidos – como pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ –, entendendo a cultura e os chamados “espaços culturais insurgentes”, como uma resposta direta desses grupos à sua subordinação cotidiana. O trabalho de pesquisa inclui revisão bibliográfica, elaboração de roteiros, pesquisa de campo e o mapeamento de espaços culturais insurgentes. A fundamentação teórica enfatiza conceitos como: colonialidade, comuns urbanos, identidade e políticas públicas. A pesquisa busca compreender como esses espaços se configuram enquanto territórios de resistência, expressão coletiva e de produção de significado, ao mesmo tempo em que questionam barreiras hegemônicas e mercantis. No contexto dos espaços de expressão cultural negra, a pesquisa integra debates teóricos e históricos, que enfatizam as relações entre identidade e diferença e as lutas por reconhecimento . Os espaços culturais que a pesquisa procura identificar podem ser associados ao conceito de colonialidade do poder, no qual se comprehende que relações de dominação existentes atuam no sentido de perpetuar desigualdades. Nesse sentido, o termo “quilombamento” tem ganhado destaque como prática de resistência atual contra formas de apagamento da população negra, sua história e seu protagonismo na cultura e na vida urbana. A historiadora e escritora Beatriz Nascimento contribui com essa abordagem ao destacar que a produção de significados é fundamental para dar sentido às experiências vivenciadas nesses espaços, promovendo sua continuidade em contextos atuais. Percebe-se que estudar a identidade e os espaços culturais de protagonismo negro, construídos a partir de uma perspectiva cultural afrocentrada, como bailes charme, rodas de rima, rodas de samba, etc., é se debruçar sobre espaços assentados nos sentidos de agregação, comunidade e resistência, que se aproximam à ideia de quilombo trabalhada por Beatriz Nascimento. Para esse estudo, precisamos, como diz Antonio Simas, “da sabedoria dos mestres das academias, mas também das ruas e de suas artimanhas de produtores de encantarias no precário” (2019, p.56).

BIBLIOGRAFIA: – NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural. In: RATTS, Alex (Org.). Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006. – WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Trad. Vera Ribeiro. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. – QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Ciacso, 2005. p. 107–130. – SIMAS, Luiz Antonio. O corpo encantado das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3544****TITULO:**INTÉPRETES DO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES NEGROS**AUTOR(ES) :**SANTIAGO DE FREITAS BARRETO**ORIENTADOR(ES): CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO**

RESUMO: O trabalho do bolsista se insere em um projeto mais geral de pesquisa e extensão que busca criar conteúdo, atualizar, expandir, aprimorar e divulgar para um público amplo o site www.interpretesdoBrasil.org, transformando-o em uma abrangente, profunda e dialógica plataforma de reflexões e debates sobre as grandes problemáticas brasileiras, esperando que ele alcance tanto o público acadêmico quanto o não-acadêmico, seguido diversificadas formas de divulgação e comunicação. Ao reunir, estudar e sistematizar as principais ideias e conceitos destes intérpretes, buscar-se-á estruturar uma agenda de investigações que, partindo das formações socioespaciais brasileira, suas estruturas e dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas, possa discutir seus principais problemas, tendências e perspectivas e construir políticas públicas consistentes e eficazes e adequadas à realidade. O objetivo específico que faz parte da tarefa principal do bolsista é problematizar e procurar atualizar, para o contexto do século XXI, as questões tratadas pelos intérpretes, dando destaque para as ações públicas democráticas de combate às múltiplas injustiças e desigualdades para informar políticas públicas consequentes. Para a apresentação nesta 14ª Semana de Integração Acadêmica (SIAc 2025) elegemos dentre as várias atividades deste amplo e coletivo programa de pesquisas alguns dos principais autores e autoras negros que integram o acervo do site. Assim, as atividades de formação científica envolvem a busca e a sistematização de textos dos e sobre os intérpretes, destacando as reflexões e as contribuições para o debate nacional dos autores Luiz Gama; Abíadas do Nascimento; Guerreiro Ramos e Carolina Maria de Jesus. O bolsista tem pesquisado em livros e artigos, mas basicamente na internet, realizando revisão bibliográfica, escaneando textos clássicos, reunindo, estudando e sistematizando as principais ideias e conceitos destes intérpretes. Alguns resultados das atividades da formação científica já chegam ao público e estão sendo dinâmicas também na divulgação científica e comunicação (sobretudo com o público mais jovem) dos conhecimentos deste patrimônio científico de reflexões sobre o destino nacional. Assim, o bolsista vem participando da apresentação em escolas públicas e auxiliando na organização dos eventos, incluindo várias entrevistas semiestruturadas que serão realizadas e gravadas entrevista com os grandes especialistas nacionais na temática “intérpretes do Brasil” (que serão editadas e disponibilizadas no Canal do YouTube e nas demais redes sociais que serão criadas para a divulgação do projeto). O bolsista ajuda na criação de conteúdo para as redes sociais e contribui para a redação do Boletim Informativo do site.

BIBLIOGRAFIA: PERICAS, Luiz Bernardo e SECCO, Lincoln (orgs.). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014. RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2011. CARDOSO, Fernando H. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3550****TITULO:OLIGOPSÔNIOS: IDENTIFICAÇÃO, SEUS PROBLEMAS E UMA EQUAÇÃO GERAL****AUTOR(ES) : CAIO DINIZ DU PIN GALVAO****ORIENTADOR(ES): EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO: Esta pesquisa trata de modelo teóricos de estrutura de mercado em economia. O foco é uma outra estrutura de mercado menos estudada, que é o monopsônio, explicado por Varian (1992) como similar ao monopólio, trocando o único vendedor por um único comprador. Um aumento de poder de monopsônio têm efeito negativo sobre vendedores, uma vez que estes ficam à mercê do preço escolhido pelo comprador. Este poderia impor preços de insumo muito baixos, relativamente a mercados competitivos, sem benefício para os consumidores dos produtos oferecidos pelo monopsonista. O tema está em destaque na literatura como explicação para redução da parcela da renda de assalariados (Manning, 2020, por exemplo). A análise de monopsônio geralmente trata de situações polares de comparação entre mercados competitivos de produto ou insumo e mercados monopolizados, como recentemente Ribeiro (2023). Na realidade, as situações dos mercados são majoritariamente a um estilo intermediário ao mercado competitivo e monopolista-monopsonista, sendo então oligopólios, que se define pela existência de alguns vendedores sem entrantes, e oligopsônios, que se define pela existência de alguns compradores de insumo sem entrantes. A pesquisa estuda os mercados de produtos em conjunto com mercados de insumo, necessitando criar modelos capazes de mostrar a interação conjunta deste sistema. A literatura é surpreendentemente pequena. Voudon (2023) modela o chamado modelo oligopólio–oligopsônio com demanda e produção lineares e Tong e Ornaghi (2022) modelam para os casos de oligopólio–oligopsônio com demanda e produção elásticas. Os modelos chamam a atenção pela necessidade que tanto o lado do produto como o do insumo tenham a mesma quantidade de firmas. Para complementar essa literatura e a revisão detalhada realizada, a pesquisa inova ao produzir um modelo capaz de usar quantidades de firmas diferentes para cada lado com a criação de modelos duais, que misturam casos polares com casos de oligopólios e oligopsônio tanto para o caso linear como para o caso elástico. Os resultados mostram que o poder de mercado seja no mercado de produto ou de insumo, por monopólio ou oligopólio, levam a aumentos de preços para consumidores e, em geral, salários mais baixos para trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA: MANNING, A. Monopsony in labor markets: a review. *Industrial and Labor Relations Review*. V. 74 p. 3–26. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0019793920922499>. Acesso em: 4 mai. 2025 VOUDON, B. Oligopoly–Oligopsony Model: Theory and applications. 2023. Disponível em: <https://congresscreator.org/system/files/papers/Oligopoly–Oligopsony%20Model%2C%20Theory%20and%20Applications%20-%20Benoit%20Voudon%2020230703.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2025. TONG, J.; ORNAGHI, C. Joint oligopoly–oligopsony model with wage markdown power. University of Southampton, 2022. Disponível em: <http://www.southampton.ac.uk/socsci/economics/research/papers>. Acesso em: 4 mai. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3557****TITULO:ENTRE REDES E MONTANHAS: A BÁCTRIA NO SISTEMA–MUNDO EM LONGA DURAÇÃO****AUTOR(ES) : MATHEUS BARBOSA GOMES****ORIENTADOR(ES): DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Este projeto se insere no debate da teoria do sistema-mundo, especialmente na questão fundamental acerca da origem e da temporalidade dos sistemas de poder, circulação e acumulação de excedentes e riquezas em escala inter-regional. Uma perspectiva amplamente difundida localiza o início desses processos no século XV, com a emergência de um sistema-mundo capitalista centrado na Europa. No entanto, críticos dessa visão apontam seu viés eurocêntrico, que tende a obscurecer a longa e complexa história de interconexões e dinâmicas de acumulação existentes em outras partes do mundo, remontando a milênios antes da era moderna. Para os fins desta pesquisa, adota-se a perspectiva de André Gunder Frank, que propõe a existência de um sistema-mundo contínuo há pelo menos 5.000 anos, anterior, portanto, ao marco de 1500. Essa abordagem amplia o escopo analítico ao permitir a centralização de regiões frequentemente marginalizadas nas narrativas eurocentradas – como a Ásia Central – reconhecendo seu papel ativo e essencial em processos históricos inter-regionais de longa duração. Com isso, desafia-se a noção de periferia e rejeita-se a ideia de isolamento dessas áreas, promovendo uma compreensão mais abrangente e menos hierárquica da história global. Dentro desse quadro de longa duração, a pesquisa se concentrará na região histórica da Bactriá, particularmente durante o período Helenístico. A Bactriá é um exemplo notável de uma zona limítrofe altamente complexa, situada na encruzilhada de diferentes encostas de montanhas, culturas, impérios e modos de vida. Sua história é marcada pela interação entre populações sedentárias e nômades, de agências assimétricas, pela sobreposição de sistemas administrativos e pelo fluxo de pessoas, bens e ideias. Teoricamente, a pesquisa basear-se-á na Teoria do Ator–Rede, com a intenção de utilizar suas concepções para possibilitar uma análise que supere as intenções originais dos autores, entendendo que os fenômenos sociais e históricos não derivam unicamente de estruturas pré definidas, mas são efeitos emergentes e estabilizados da interação e materialização de redes de atores – humanos e não-humanos. Esses atores, por sua vez, são capazes de moldar as estruturas que os criaram em novos formatos, em um processo contínuo e mútuo. A Bactriá, nesse sentido, não será vista como uma entidade monolítica, mas como um nó dinâmico dentro do sistema-mundo de longa duração, moldado pelas conexões e fluxos inter-regionais, ao mesmo tempo em que atuou como uma rede de atores que contribuiu para moldar esse sistema. A complexidade da Bactriá como zona limítrofe, onde diferentes lógicas de organização social e política coexistiam e interagiam, torna-a um estudo de caso ideal para analisar como redes de atores se conectaram, densificaram e tornaram-se assimétricas. Nessa ótica, a pesquisa espera evidenciar como essas redes produziram padrões de dominação, circulação e desigualdade, contribuindo para um entendimento das dinâmicas inter-regionais.

BIBLIOGRAFIA: GILLS, Barry K.; FRANK, André Gunder. World System Cycles, Crises, and Hegemonic Shifts, 1700 BC to 1700 AD. Review (Fernand Braudel Center), Nova Iorque, v. 15, ed. 4, p.621–687, 1992. MAIRS, Rachel. The Hellenistic Far East: Archaeology, Language, and Identity in Greek Central Asia. Oakland, California: University of California Press, 2014. LATOUR, Bruno. Reaggregando o Social: uma introdução à teoria do Ator–Rede. Salvador: Edufba, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3562****TITULO:MULHERES QUE INTERPRETARAM O BRASIL****AUTOR(ES) : BIANCA CRISTINA DE Sá SANTOS****ORIENTADOR(ES): CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO**

RESUMO: O objetivo é apresentar as atividades desenvolvidas no âmbito das reflexões dos principais pensadores sobre as especificidades do Brasil que estão disponíveis no site www.InterpretesdoBrasil.org. O site está sendo totalmente reestruturado e será relançado durante a 14ª Semana de Integração Acadêmica (SIAC 2025). Estamos participando da transformação do mesmo em uma grande plataforma de divulgação científica e de debate sobre os problemas e as potencialidades sociais, econômicas e políticas do país. Um dos objetivos primordiais é despertar interesse no público jovem (acadêmico e em geral), realizando em linguagem acessível a divulgação das obras e a disseminação do conhecimento sobre as grandes questões nacionais formuladas por alguns dos mais importantes pensadores sociais do país. O objetivo nesta apresentação na é exemplificar a riqueza do site e das problemáticas tratadas pelas intérpretes do Brasil, com a eleição de algumas das principais autoras que integram o acervo do site. Assim, destacaremos os principais trabalhos e as ideias centrais de Gilda Mello e Souza; Lélia González; Maria Isaura Pereira de Queiroz; Maria Sylvia de Carvalho Franco. A metodologia do projeto envolve a identificação, a leitura, a sistematização e a divulgação em diversas redes e mídias sociais dos textos dos próprios intérpretes, mas também da busca de monografias, dissertações, teses e outros trabalhos sobre estes grandes pensadores. Os bolsistas de iniciação estão atuando em todas as frentes de trabalho do projeto, procurando assim ter uma perspectiva ampla do mesmo, estudando e divulgando a riqueza desse pensamento social crítico. Alguns resultados concretos já estão sendo alcançados serão apresentados nessa SIAC 2025, envolvendo os trabalhos de sistematização de textos e a ampliação do acesso ao site, a divulgação em redes sociais e a produção de pequenos textos—resenha para divulgação em escolas públicas. Entrevistas com especialistas em intérpretes específicos estão sendo realizadas e serão disponibilizadas no Canal do YouTube do projeto. Também realizamos tarefas de divulgação e comunicação do site nas redes sociais do projeto (Facebook, Instagram, TikTok e X). Participamos ainda da construção, alimentação e disponibilização de um abrangente e aprofundado Banco Dados e Informações que poderá ser acessado no site do projeto, além de manter e atualizar no site a biblioteca digital. Estamos ainda auxiliando o orientador a produzir e divulgar um boletim informativo mensal, com notícias, minicursos etc. nas redes sociais do projeto. O grupo apresenta também em escolas os trabalhos realizados nesta divulgação e debate da importância e a atualidade das grandes e dos grandes pensadores do passado, do presente e do futuro do Brasil.

BIBLIOGRAFIA: SECCO, Lincoln et al (orgs.). Mulheres que interpretaram o Brasil. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023. AXT, Gunter e SCHULER, Fernando (orgs.). Intérpretes do Brasil: cultura e identidade. Artes e Ofícios, 2011. BOTELHO André e SCHWARCZ Lilia Moritz (orgs.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3563****TITULO:A VIOLÊNCIA DA “LÍNGUA DE ACOLHIMENTO”: O USO DO IDIOMA MATERNO POR IMIGRANTES COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO BRASIL****AUTOR(ES) : MARINA CHAN Y MATOS****ORIENTADOR(ES): RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES, DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A substituição do latim pelas línguas vernáculas dele originadas – entre elas, o português – na imprensa europeia do século XVII foi um dos fatores responsáveis pela padronização e posterior fixação dessas línguas em certos territórios (Anderson, 2008). Dessa forma, os habitantes de uma mesma região, falantes da mesma língua, eram induzidos a ler os mesmos textos e, assim, identificar-se com as mesmas histórias. Dessa maneira, esses indivíduos passaram a se imaginar como pertencentes a uma mesma comunidade, o que é essencial à construção das identidades nacionais dos Estados modernos. Todavia, esse processo também marginaliza os falantes de outros idiomas, já que, sendo o idioma parte essencial da identidade nacional, aquele que não o compartilha é excluído. Da mesma forma, o imigrante, ao chegar em outro país, encontra no idioma local uma barreira à sua plena integração social, pois, como afirma Ançã (2008), não é possível exercer a cidadania no país onde se vive sem, antes, dominar a língua nele falada. É nesse contexto que surge o conceito de “língua de acolhimento”: o ensino do idioma local como possibilidade de inclusão, não como ferramenta de exclusão. Segundo o processo descrito por Anderson e o conceito de violência simbólica de Bourdieu, porém, cabe questionar se o termo “acolhimento” não mascara o caráter assimilaçãoista e xenófobo da prática real. A partir disso, este trabalho lança um olhar sobre a comunidade de imigrantes chineses no Brasil como exemplo do atravessamento histórico dos imigrantes por essa violência simbólica. Isso porque, sendo uma população que carrega consigo idiomas e dialetos (como o mandarim e o cantonês) muito distintos do português brasileiro, os preconceitos linguísticos sofridos por eles ficam mais evidentes. Das “piadas” com a pronúncia da letra “R” à necessidade social de adotar para si um nome apoteguado, a violência imposta pela língua de acolhimento vai muito além da obrigação de aprender o português para o pleno exercício da cidadania. Assim, busca-se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como as comunidades imigrantes no Brasil, em especial a chinesa, resistem à violência imposta pela língua de acolhimento?. A hipótese central parte do princípio de que a língua de acolhimento é uma tentativa de homogeneização da identidade cultural de um país, através do apagamento de parte essencial das identidades migrantes — o idioma. Logo, a utilização cotidiana das línguas maternas desses imigrantes e o esforço feito por eles para mantê-las vivas pelas próximas gerações são formas poderosas de resistência a essa opressão, ainda que marcadas por inúmeros constrangimentos e dificuldades. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica com pesquisa qualitativa, apoiada em autores como Anderson, Bourdieu e Ançã, e entrevistas com imigrantes chineses que vivem no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: ANÇÃ, Maria Helena. Língua portuguesa em novos públicos. *Saber (e) Educar*, [S. I.], v. 13, n. 13, p. 71–87, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62496628.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025. ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. BOURDIEU, Pierre. Language and Symbolic Power. Tradução: Gino Raymond; Matthew Adamson. 1. ed. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 1991.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 3568**

TITULO:GESTÃO DA INFORMAÇÃO: divulgação e comunicação científica através do Blog Conhecimento em Ação.

AUTOR(ES) : LUIS FILIPE MUNIZ DE CARVALHO

ORIENTADOR(ES): GUSTAVO FREIRE

RESUMO: A pesquisa justifica-se pelo impacto dos novos espaços infocomunicacionais representados pelas redes sociais digitais, como canais relevantes de comunicação da informação. Entende-se como espaços infocomunicacionais ambientes em que são produzidas, organizadas e compartilhadas informações. Nesse contexto, as plataformas digitais de comunicação são novos meios para criação, organização e comunicação da informação em rede. Logo, é importante investigar o papel dessas redes no processo de comunicação e divulgação científica. Os blogs, presentes desde o início da Internet, podem ser considerados uma rede social por permitirem a interação e o partilhamento de informações. Destarte, o campo da pesquisa é o Blog Conhecimento em Ação (BCA) da Revista Conhecimento em Ação (RCA) do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os objetivos são desenvolver e analisar ações informativas voltadas para divulgação e comunicação científica no BCA, em viés prático-teórico ao longo da pesquisa. Apresenta abordagem qualitativa, baseado na metodologia de pesquisa-ação, interferindo no campo da pesquisa. Esta ação ocorre através da criação e gerenciamento de produtos e serviços no BCA, tais como um acervo de vídeos produzidos por autores de edições da RCA, contendo artigos, entrevistas com docentes e discentes, pesquisadores, e profissionais da área de escopo da RCA, notícias, e por fim resenhas e artigos de opinião. Logo, a pesquisa apresenta uma dimensão prática em que desenvolve produtos e serviços voltados para a divulgação e comunicação científica, e teórica na medida em que possibilita uma reflexão sobre as ações de informação e gestão desenvolvidas no campo empírico. A rede conceitual é constituída especialmente pelo conceito de divulgação científica e a sua importância para a democratização da ciência. A pesquisa está em curso e deve promover a geração de novos conhecimentos, bem como facilitar o acesso à informação científica para novos usuários externos ao ambiente acadêmico/científico.

BIBLIOGRAFIA: GUIMARAES, M. V. A.; REIS, M. F.; FREIRE, G. H. A. Possíveis convergências entre a divulgação científica e a competência científica: um estudo exploratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. Anais [...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342005> FERREIRA, J. R. S.; AUTRAN, M. M. M.; SOUZA, E. D. Comunicação e divulgação científicas: das distinções conceituais às aproximações promovidas pelas redes sociais digitais. Revista P2P e INOVAÇÃO, v. 9, n., 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/224968>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3575**

TITULO:ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O AUTORITARISMO: A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO BUNDESVERFASSUNGSGERICHT FRENTE À EROSÃO DEMOCRÁTICA

AUTOR(ES) : JOAO GABRIEL SENA DE ASSIS GOMES

ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA

RESUMO: A presente pesquisa propõe uma análise comparativa da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Constitucional Federal Alemão (Bundesverfassungsgericht), diante do avanço contemporâneo de práticas autoritárias que ameaçam e corroem o Estado de Direito. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: "até que ponto cortes constitucionais possuem legitimidade e capacidade institucional para conter a erosão democrática e os avanços autoritários?" A hipótese inicial sustenta que esses tribunais, quando operam sob fundamentos do constitucionalismo militante, exercem função decisiva na contenção institucional do autoritarismo e na preservação da democracia. A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental de decisões paradigmáticas e textos constitucionais, em especial a Constituição Federal de 1988 e a Lei Fundamental de 1949. O estudo ancora-se na teoria de Karl Loewenstein, que formulou os fundamentos da democracia militante como resposta institucional a forças antidemocráticas. No Brasil, são analisadas decisões do STF como a Ação Penal 1044 (que envolveu o deputado Daniel Silveira), a ADPF 518 (que barrou a produção de dossiês contra servidores antifascistas). Na Alemanha, é examinada a decisão do Bundesverfassungsgericht que rejeitou pretensões institucionais do partido AfD, quanto à presidência de comissões parlamentares, e, também é analisada a decisão que determinou o desfinanciamento público do partido NPD, reafirmando os limites constitucionais impostos a organizações que desafiam a ordem democrática. O arcabouço teórico brasileiro é enriquecido com autores como Diogo Bacha e Silva, que discute a erosão constitucional à luz da atuação do STF frente aos "ventos autoritários", e Emílio Peluso Neder Meyer, que examina o enfraquecimento institucional progressivo no Brasil a partir de 2016. A atuação do autor concentra-se no levantamento jurisprudencial, sistematização teórica e estruturação crítica do texto. Os resultados esperados incluem a identificação dos principais instrumentos jurídicos utilizados pelas cortes para enfrentar a erosão democrática, bem como uma reflexão sobre os limites e potencialidades da jurisdição constitucional em contextos de radicalização política.

BIBLIOGRAFIA: LOEWENSTEIN, Karl. Militant democracy and fundamental rights, I. American Political Science Review, [s. l.], v. 31, n. 3, June 1937a. SILVA, Diogo Bacha e. Erosão constitucional na Constituição Federal de 1988: o Supremo Tribunal Federal, os ventos autoritários e a jurisdição constitucional. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, abr. 2022. MEYER, Emilio Peluso Neder. Constitutional erosion in Brazil. Oxford: Hart Publishing, 2021. (Constitutionalism in Latin America and the Caribbean, v. 1).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3576****TITULO:GLOBALIZAÇÃO: IMPACTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA****AUTOR(ES) : MARIA LUISA MARINHO AREDES, LETICIA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS****ORIENTADOR(ES): JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHÃES**

RESUMO: As transformações sociais da contemporaneidade têm sido intensificadas de maneira acelerada e interconectada na sociedade da globalização. O termo "globalização" foi difundido desde a década de 1980 e foi compreendido por autores como David Harvey como a "aniquilação do espaço através do tempo" (2014, p. 272), enquanto processo histórico-estrutural que impacta não apenas a economia e a cultura, mas também o Direito, a política e as formas de organização social. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo central compreender como o conceito de globalização, para além de sua vinculação ao alargamento transnacionalizado dos mercados e à hegemonia neoliberal, afeta diretamente o Direito. A proposta é analisar como o fenômeno histórico da globalização reconfigura o campo jurídico ao transformar as dimensões espaciais e temporais da atuação do Direito, influenciando a normatização, a soberania estatal, e até mesmo desafiando os direitos fundamentais e a efetivacidade da justiça. Essa reorganização atinge diretamente os instrumentos normativos do Estado, exigindo que o Direito responda a conflitos e demandas que ultrapassam suas fronteiras tradicionais e desafiam sua capacidade de regulação autônoma. Embora intensificada nas últimas décadas, essa tendência já era discutida no final do século XIX por Marx e Engels, no Manifesto Comunista (1848), ao reconhecerem a natureza expansiva e disruptiva do capitalismo, e, no final do século XX, por Paul Valéry e Paul Virilio, relacionando o avanço tecnológico à aceleração do tempo social e à dissolução das barreiras espaciais, aspectos que influenciam diretamente a forma como o Direito é produzido, interpretado e aplicado. Dessa forma, abordar a globalização como uma sucessão de "acidentes tecnológicos" (VIRILIO, 2000), evidencia como a aceleração dos processos sociais pode gerar desequilíbrios jurídicos e institucionais. Com base nessa construção teórica, a pesquisa proposta é de natureza bibliográfica e fundamenta-se em campos como a Teoria do Direito, a Filosofia Política e a Sociologia Jurídica. O objetivo é realizar uma reconstrução crítica do conceito de globalização e de suas implicações jurídicas, buscando compreender como o sistema jurídico moderno se tensiona por exigências que o coloca diante de crises normativas, desafios transnacionais e novas formas de exceção e insegurança jurídica. Pretende-se oferecer uma leitura interdisciplinar que permita vislumbrar caminhos para a reformulação do Direito diante dos desafios da globalização. Ao refletir sobre os vínculos entre tempo, espaço e normatividade, busca-se contribuir para o debate sobre o futuro do Direito em uma sociedade cada vez mais interdependente, acelerada e desigual.

BIBLIOGRAFIA: HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. VALÉRY, Paul. Regards sur le monde actuel. Paris: Gallimard, 1945. VIRILIO, Paul. Cibermundo: a política do pior. Lisboa: Teorema, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3583****TITULO:Milícia, dinâmica social e econômica: como controle paralelo realiza investimentos na sociedade.****AUTOR(ES) : HAIDE CLARISSE ALMEIDA MAFFRA FORTE,ADRIELY BARROS****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho propõe-se a realizar um estudo por meio de uma análise bibliográfica, com o objetivo de inferir o tipo de relação existente entre as milícias e as comunidades em que atuam. Para isso, discutiremos três aspectos centrais: primeiramente, será analisada a origem da chamada "polícia mineira" e o surgimento dos grupos armados no contexto de insegurança urbana, como os que emergiram no Morro da Mangueira, no Condomínio Rio Bonito e em Rio das Pedras, bem como o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das milícias; em um segundo momento, buscaremos compreender a complexidade das relações entre milícia e política no Rio de Janeiro, com foco na reconstrução das funções da violência, especialmente após a introdução de armamentos de guerra nesse ecossistema; por fim, abordaremos como a crescente sofisticação dessas organizações exige múltiplas fontes de financiamento e a criação de mecanismos subterrâneos que dificultam a atuação sistemática do Estado, analisando ainda as formas de captação de recursos e sua aplicação em atividades de difícil fiscalização, que favorecem a circulação do capital desse grupo.

BIBLIOGRAFIA: DEMOCRACIA E CRIME ORGANIZADO | Os poderes fálicos das organizações criminosas e sua relação com o Estado. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Acesso em: 30 jan. 2025. CHAVES, Michelle Airam da Costa. As milícias no Rio de Janeiro: de mal menor a Comissão Parlamentar de Inquérito. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História – UNIRIO, 2010 KALDOR, Michel. In Defence of New Wars. Stability: International Journal of Security and Development, v. 2, n. 1, 7 mar. 2013

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3597**

TITULO:A Teoria do Discurso na Era Digital: Impactos Políticos e Sociais da Argumentação Online para a Democracia Contemporânea

AUTOR(ES) : MARCELLE GENERINE CUPERTINO DA SILVA,ANA LUISA FERREIRA VITAL,ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES,CARLOS BOLONHA

ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI

RESUMO: Ao longo dos anos, o ambiente digital ampliou significativamente a participação cidadã, criando um espaço diverso e dinâmico de debate público. No entanto, esse mesmo ambiente também passou a contribuir, de forma inédita, para a intensificação da polarização política, a disseminação de discursos de ódio e a manipulação de narrativas, especialmente por meio de algoritmos. Este artigo tem como objetivo investigar os impactos da argumentação online na democracia contemporânea, utilizando os fundamentos da Teoria do Discurso para analisar as dinâmicas discursivas presentes no meio digital. A partir desse contexto, levanta-se a seguinte questão-problema: de que maneira as dinâmicas da argumentação online, mediadas por algoritmos e interações digitais, impactam a qualidade do debate democrático, influenciando a construção de narrativas, a polarização política e a difusão de discursos de ódio? E como esses fatores podem contribuir para o fortalecimento ou a fragilização dos valores democráticos? Dessa forma, o objeto de estudo consiste na análise de como as interações nas plataformas digitais influenciam a formação de narrativas políticas e sociais, a opinião pública, os níveis de polarização e a propagação de discursos de ódio, além do papel dos algoritmos na mediação dessas práticas discursivas. Portanto, busca-se compreender os efeitos ambivalentes dessas dinâmicas para a qualidade do debate democrático. A metodologia adotada inclui uma pesquisa bibliográfica sobre a Teoria do Discurso, com ênfase em suas aplicações no contexto digital e nas implicações para a deliberação democrática, bem como uma análise qualitativa de interações em plataformas online, com foco em debates políticos e sociais contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA: Habermas, Jürgen. Teoria do Discurso: Filosofia da Linguagem e da Prática Social. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Habermas, Jürgen. A Estrutura da Esfera Pública: Investigações sobre um Conceito Político. São Paulo: Editora UNESP, 2008 Castells, Manuel. A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 3601**

TITULO:TUVALU: A LUTA DE UMA NAÇÃO PELA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DA SOBERANIA DE ESTADO FRENTE ÀS CRISES CLIMÁTICAS

AUTOR(ES) : RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS,ANTHONY DOS SANTOS MIRANDA

ORIENTADOR(ES): ROBSON SANTOS COSTA

RESUMO: A ideia de nação se refere a um grupo que habita um território e compartilha de diversos tipos de culturas, experienciando, construindo informações, memórias e identidades levando à constituição de um povo. Tuvalu é um pequeno Estado insular do pacífico que corre o risco de desaparecer devido às mudanças climáticas e ao aumento do nível dos mares. Deste modo, este trabalho tem como foco o Projeto Future Now , elaborado pela nação Tuvalu em sua luta para ser a primeira nação digital do mundo. O projeto consiste na criação de uma “cópia digital” do país e de seus aspectos culturais dentro de um metaverso com o propósito de preservação informacional, memorialística e cultural da nação. Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo de caso do Projeto Future Now , observando os aspectos de sua criação e como o mesmo está sendo desenvolvido para alcançar suas metas. Como objetivos específicos, verificaremos como a informação e a construção de memória é trabalhada no Projeto Future Now , discorrendo sobre o impacto das mudanças climáticas produzidas por países territorial e financeiramente desenvolvidos em relação às pequenas nações. Como metodologia utilizaremos como parâmetro os Objetivos de Desenvolvimentos Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em evidência o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima –, aplicando uma análise documental exploratória. Como resultados parciais inferimos que o Projeto Future Now está caminhando para a construção de uma nação virtual no metaverso construindo e preservando informações e memória do povo e da cultura de Tuvalu. Além disso, por meio deste caso, entendemos que o princípio da proteção da vida deve ser algo intrínseco ao Estado, mas igualmente uma responsabilidade cidadã em nível mundial que envolve os movimentos políticos, econômicos e socioambientais de nossos respectivos países, os quais devem agir na preservação de nossos ecossistemas, por conseguinte, de nossas vidas.

BIBLIOGRAFIA: BAPTISTA, V. F. Tecnologia e desenvolvimento social: uma abordagem teórica. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 9, n. 1, 2019. COTW. Tuvalu: Becoming the world's First Digital Nation. Campaigns of the WorldCOTW, , 31 May 2023. Disponível em: . Acesso em: 11 jul. 2024 Tuvalu. Disponível em: . Acesso em: 11 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3603**

TITULO: AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES E O TRATAMENTO INFORMACIONAL A PARTIR DA GESTÃO DE DADOS

AUTOR(ES) : ANA LUISA FERREIRA VITAL

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: No contexto brasileiro, a compreensão da realidade jurídico-política historicamente concentrou-se no plano formal-normativo constitucional. Entretanto, essa abordagem, por si só, não consegue abranger todos os elementos que envolvem a vida democrática de maneira completa e efetiva. Para uma visão mais aprofundada e inovadora da dinâmica constitucional do Estado, é imperativo adentrar no âmago do desempenho e comportamento das instituições que compõem o poder estatal. Nesse cenário, o uso de grandes dados na administração pública e a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) no tratamento de informações para proteção e propagação da conectividade por rede são objeto de estudo desta pesquisa. A questão problema formula-se a partir do seguinte: como o uso de dados pela ANATEL é feito e como este uso pode contribuir para políticas embasadas em evidências sólidas, aumentando a probabilidade de sucesso na implementação e obtenção de resultados? O marco teórico parte de um contraste entre o formalismo clássico constitucional e o institucionalismo, apontando as principais distinções que constroem uma democracia complexa atravessada pelo funcionamento de suas instituições. A metodologia inclui revisão bibliográfica, coleta e análise de dados da ANATEL e elaboração de recomendações, a fim de compreender o uso de grandes dados pela ANATEL e seu impacto nas políticas públicas, visando desenvolver políticas mais informadas e eficientes para administração pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, Gustavo. Agências reguladoras independentes e democracia no Brasil. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 240, p. 147-167, 2005. DOI: 10.12660/rda. v240.2005.43622. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2025. De Teffé, C. Dados Pessoais Sensíveis – Qualificação, Tratamento e Boas Práticas. 1a Ed ed. [s.l.] Editora Foco, 2022. Sunstein, Cass R., The Administrative State, Inside Out (March 29, 2022). Harvard Public Law Working Paper No. 22-02, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4069458> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4069458>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3613**

TITULO: ENTRE O GENERALISMO E O PARTICULARISMO: QUANTO VALE A VIDA?

AUTOR(ES) : ANA LUISA FERREIRA VITAL,IGOR DE LAZARI BARBOSA CARNEIRO

ORIENTADOR(ES): ANTONIO GUIMARÃES SEPULVEDA,CARLOS BOLONHA

RESUMO: A indenização por danos morais caracteriza-se pela ausência de critérios objetivos claros para sua quantificação. Na jurisprudência dos tribunais, não há uma fórmula rígida para definir o valor do dano moral, e tentativas de fixação legislativa por meio de "tarifação" geralmente são rejeitadas, o que pode gerar decisões subjetivas. Esse cenário resulta em um amplo espectro de valores indenizatórios, muitas vezes variando em função da "qualidade" do ofendido. Além disso, há divergências sobre os próprios beneficiários das indenizações, ou seja, sobre quem tem direito a recebê-las. Em casos de danos morais decorrentes de morte, observa-se a falta de uniformidade na jurisprudência quanto à quantificação da indenização, o que pode levar a diferenciações injustas ou discriminatórias. As distorções são particularmente significativas nos casos envolvendo a morte de detentos, onde a fixação do valor indenizatório muitas vezes reflete preconceitos e subjetividades, resultando em reparações desproporcionais. Essas distorções, especialmente nas instâncias inferiores, caracterizadas por decisões marcadas por particularismos, são de difícil reparação nas instâncias superiores, notadamente no Superior Tribunal de Justiça, onde a revisão do quantum indenizatório enfrenta limitações processuais. No que tange à metodologia, o presente estudo utilizará uma análise amostral de julgados do Superior Tribunal de Justiça para investigar essas questões, argumentando que há motivos para critérios generalistas na fixação do valor de compensações. Foram analisados individualmente 43 (quarenta e três) decisões da 1ª turma e 42 (quarenta e duas) decisões da 3ª turma, abrangendo integralmente o histórico jurisprudencial dos anos de 2018, 2019 e 2020. Estas turmas representam julgamentos da 1ª seção e da 2ª seção do STJ, atribuindo diversidade à análise. Todas as inferências apresentadas são ilustrativas, e não pretendem possuir o rigor de uma pesquisa 'estatística'. Utilizou-se o salário-mínimo(SM) do ano de arbitramento para propósitos de indenização, por razão da recorrente utilização do SM de parametrização, posteriormente atualizando-se as quantias à luz do SM de 2024.

BIBLIOGRAFIA: AVILA, HUMBERTO. Teoria da Igualdade Tributária, Malheiros: São Paulo, 2009. p. 117). BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios: o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos sociais na Constituição de 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. CAVALCANTI, Camilla. A Responsabilidade Civil por Dano da Morte: Uma Análise do Direito Português e sua (In) Aplicabilidade no Brasil. Revista Brasileira de Direito Civil, Belo Horizonte, jul./set. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3628**

TITULO:MULTIDÕES EM MARCHA: PROPOSTA DE INDEXAÇÃO PARA FOTOGRAFIAS DE MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS NA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO

ORIENTADOR(ES): DIOGO XAVIER DA MATA

RESUMO: Explora a indexação de imagens como elemento de preservação e organização da memória coletiva registrada dos acontecimentos históricos e sociais ocorridos na Avenida Presidente Vargas que constitui um dos principais eixos urbanos da região central da cidade do Rio de Janeiro. A Avenida foi palco de importantes eventos culturais, manifestações sociais e protestos ao longo do tempo, refletindo parte da dinâmica social e política do Brasil. A metodologia envolve a avaliação de metadados e métodos para indexar e organizar as fotografias, considerando diferentes aspectos, como a natureza dos acontecimentos, o comportamento das multidões e o impacto cultural dos eventos, tais como Movimento Diretas Já em 1984, Protestos de 2013, Desfiles Cívicos do Sete de Setembro, Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e comemoração do título do time de futebol do Flamengo na Copa Libertadores da América em 2019, entre outros eventos. O trabalho contribui para o estudo da preservação, organização e disseminação da memória coletiva urbana e das transformações sociais no Rio de Janeiro, com uma abordagem objetiva para a documentação e preservação digital desses momentos históricos e análise de como essas imagens representam a transformação social e urbana ao longo dos anos.

BIBLIOGRAFIA: GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. A descrição de conteúdo. In: GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2. ed. Brasília, DF: Ibiti, 1994. p. 121–132. LANCASTER, F. W. Indexação e resumo: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993. 347p. RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. Brasília, 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3643**

TITULO:Cartografias-Jurídicas em série histórica: mapeando conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro de 2018 a 2023

AUTOR(ES) : GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO,ANA HELENA DA SILVA OLIVEIRA,JULIANNA SANTOS GRIPP,NATHALIA CUNHA PECAHNA,LUCIANA ALENCAR XIMENES

ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI

RESUMO: O trabalho tem por objetivo apresentar os resultados analisados em série histórica do projeto de pesquisa-extensão “Cartografias-Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos”, coordenado pelo Labá – Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), em parceria com Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). A partir do marco teórico da Geografia Jurídica Crítica (FRANZONI, 2019), a equipe de pesquisa sistematiza dados de processos judiciais e administrativos atendidos pelo NUTH, envolvendo situações de ameaça de remoção, remoção efetivada e posse assegurada, situando-os no espaço, produzindo gráficos, mapas e relatórios publicados em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Iremos contrastar dados levantados pela pesquisa entre os anos de 2018 a 2023, comparando o número total de casos de conflitos fundiários, o número de famílias atingidas, os agentes promotores das ameaças de remoção (públicos ou privados) e as formas de moradia mais afetadas. A pesquisa passou por quatro períodos de levantamento de dados. No primeiro ano (2018), o estudo analisou os casos judiciais, de modo que, com a inclusão dos processos administrativos no período de coleta seguinte (2019/2020), acresceram-se 47 comunidades à matriz, resultando, naquele biênio, em 140 casos totais. No biênio posterior (2021/2022), foram contabilizados 139 casos e, na última atualização (2023), 150 casos totais. Quanto às famílias, no período de coleta 2019/2020, 17.503 núcleos estavam sob ameaça de remoção, 786 tinham sido removidos e 185 tiveram a remoção evitada. Já em 2021/2022, eram 12.453 famílias sob ameaça, 48 efetivamente removidas e 921 famílias em situação de remoção evitada. O relatório 2021/2022 apontou que uma das causas da diferença numérica pode ser as decisões exaradas no bojo da ADPF 828, que suspendiam as remoções forçadas enquanto perdurasse o período pandêmico. Com a revogação da medida, a coleta mais recente (2023) apresentou novamente aumento no número de famílias ameaçadas e removidas: são 13.339 e 71, respectivamente. Por outro lado, menos famílias conseguiram evitar a remoção (134 famílias). Por fim, a produção periódica de diagnósticos permite a identificação de tendências remocionistas de acordo com o agente promotor da ameaça. Os mapas mostram que os agentes privados estão inclinados a promover conflitos fundiários em regiões consolidadas da cidade, como a AP1 e AP3, enquanto o poder público atua na AP2 e AP4, especialmente nas favelas. Além disso, observa-se que parte das comunidades permanece tanto tempo em situação de insegurança da posse que as remoções acontecem sob gestões municipais/estaduais diversas daquelas que deram início à ameaça. Tal cenário já havia sido indicado no relatório de 2018 e, em 2023, pode-se apurar que 57% dos 150 casos originaram-se entre os anos 2000 e 2010.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, J. et al. Mapeamento jurídico-espacial dos conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro (casos ativos: 2021 - 05/2022). In: Panorama dos conflitos fundiários urbanos no Brasil [livro eletrônico]: Relatório 2021 / organização Fórum Nacional de Reforma Urbana; coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. -- Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. FRANZONI, J. Ávila. (2019). Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial / Tropicalist legal geography: the critique of legal-spatial materialism. Revista Direito E Práxis, 10(4), 2923-2967.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3647****TITULO:DIREITOS SOCIAIS DOS IMIGRANTES: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO****AUTOR(ES) : ANA LUIZA CANDIDO MANHAES,CAROLINA GENOVEZ PARREIRA****ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: A Lei de Migração (Lei Federal n. 13.445/2017) dispõe acerca dos direitos e das garantias dos imigrantes, reconhecendo, do ponto de vista jurídico-formal, a possibilidade dessas pessoas acessarem os mesmos direitos básicos, em igualdade com os nacionais, para a convivência em sociedade, os chamados direitos sociais, que garantem a saúde, a educação, a moradia, a segurança, entre outros. Entretanto, mesmo que esses direitos se façam presentes no ordenamento jurídico pátrio, existem diversos desafios na inclusão das populações de migrantes na sociedade brasileira, e que exigem a formulação e a implementação de políticas públicas para a promoção da efetividade dos direitos sociais para esses grupos. Nesse sentido, questiona-se a não promoção de políticas públicas de acesso aos direitos sociais pelas populações imigrantes, em especial o direito à educação, em que pesce o amplo normativo existente. Dentro desse contexto, uma das metas desta pesquisa é determinar o alcance dos projetos que visam alfabetizar os imigrantes e facilitar sua convivência nos espaços públicos, aumentando as chances destes grupos integrarem ambientes como a escola, a universidade e o mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, o objetivo final é investigar o papel das políticas públicas como base para o acesso dos imigrantes à educação, e da alfabetização na língua portuguesa como pilar para inserção social dessa parcela da população. No que tange à metodologia, essa pesquisa será feita através da leitura e análise de notícias, relatos, casos julgados e bibliografia (livros, artigos, teses e periódicos) relacionados ao tema.

BIBLIOGRAFIA: BERNER, V. B. Imigração e Cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988. Revista Pan-americana de Direito, Curitiba (PR), v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/rtpj/article/view/6>. LUCAS MARTÍN, Javier de: «La ciudadanía para los inmigrantes: una condición de la Europa democrática y multicultural». HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHÉ, Marta; MARQUES, Eduardo (Ed.). Políticas públicas no Brasil. SciELO—Editora FIOCRUZ, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3661****TITULO:PODER POLÍTICO E O CAPITAL FINANCEIRO EM TEMPO DE ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: BRASIL E ESTADOS UNIDOS PÓS CRISE DE 2008****AUTOR(ES) : GABRIEL SOUZA BRUNI****ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: Desde a Segunda Revolução Industrial, com a fusão do capital bancário e industrial, consolidou-se a estrutura do capitalismo financeiro — um sistema em que grandes conglomerados e instituições financeiras passaram a exercer controle sobre o fluxo global de capital. Esse modelo consolidou um regime econômico cada vez mais orientado pela lógica especulativa e pelo curto prazo, aprofundando as dinâmicas de concentração de riqueza e desumanização das relações sociais. No presente, essas características atingem seu ápice, especialmente após a crise financeira de 2008, marco do avanço de uma financeirização radical da economia global. As políticas neoliberais de austeridade, implementadas como resposta à crise, intensificaram a desregulação econômica, ampliaram desigualdades sociais e corroem as bases institucionais da democracia liberal. Nesse contexto, o capital financeiro não é apenas um pano de fundo econômico, mas um ator político ativo. Esse processo foi acompanhado pela ascensão de movimentos e governo da extrema-direita em diferentes países, como, por exemplo, o Brasil e Estados Unidos. Apesar de se afirmarem com uma agenda anti-establishment, essas forças políticas têm se articulado com interesses financeiros globais, preservando a lógica especulativa e favorecendo agendas que reforçam a concentração de poder e renda. Tendo isso em vista, a presente pesquisa propõe-se a contribuir para a compreensão das relações entre o capital financeiro — suas agências e dinâmicas — e ascensão da extrema-direita, com foco nos casos dos Estados Unidos (Trump) e Brasil (Jair Bolsonaro) após a crise do subprime. A metodologia adotada será qualitativa, com abordagem revisionista bibliográfica e análise documental, priorizando as contribuições teóricas de Wendy Brown, Naomi Klein e Luís Felipe Miguel. O trabalho busca demonstrar que a ascensão da extrema-direita não pode ser compreendida à margem da lógica financeira global, mas sim como parte integrante de um processo mais amplo de defesa e reconfiguração da hegemonia neoliberal diante de suas múltiplas crises.

BIBLIOGRAFIA: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista. Belo Horizonte, Autentica, 2022. KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. 2007. BROWN, Wendy. Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. Editora Politeia, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 3691

TITULO:Concorrência comercial China–EUA: o tarifaço é uma resposta ao crescimento chinês?

AUTOR(ES) : JOAO PEDRO SILVA BRAGA

ORIENTADOR(ES): MARTA CASTILHO,KETHELYN CAROLINE BALBINO DE LIMA FERREIRA PINTO

RESUMO: Em 2025, Donald Trump iniciou seu segundo mandato presidencial marcado por uma narrativa nacionalista, anseio de restaurar empregos industriais e priorizar os interesses econômicos domésticos por meio do fechamento de fronteiras para as importações e para a imigração. A hipótese que permeia este trabalho é que essa postura dos Estados Unidos (EUA) – que culminou nas medidas tarifárias do tarifaço, por exemplo – é uma resposta ao avanço da China, que, ao longo do tempo, vem ocupando maior espaço no mercado global. Neste contexto, o objetivo do trabalho é investigar o grau de concorrência entre a China e os Estados Unidos nos diversos mercados, visto que parte do market share adquirido pela China nas últimas décadas eram detidos pelos EUA anteriormente, se tais mercados são estratégicos e se as medidas mencionadas podem ser interpretadas como uma forma de tentar conter o crescimento chinês. A metodologia proposta divide-se em duas partes. Em primeiro lugar, serão analisadas medidas de política comercial adotadas recentemente pelos EUA e suas justificativas. Em segundo lugar, serão analisados diversos indicadores do comércio internacional da China – como a participação do PIB na economia global, valor de exportação, estrutura e similaridade da composição da pauta, investimento em países em desenvolvimento – em comparação aos dos Estados Unidos para as três décadas compreendidas entre 1993 e 2023 a fim de investigar qual o grau e as principais características da concorrência entre os dois países e de que forma a China pode se apresentar como essa figura antagônica à hegemonia estadunidense.

BIBLIOGRAFIA: NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, p. 201–218, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 3701

TITULO:INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO CIVIL: ESTUDO DE CASO DO TJRJ E OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.

AUTOR(ES) : MORGHANNA DE CARVALHO SANTOS GOULART,FERNANDA MEDEIROS DE SOUZA

ORIENTADOR(ES): MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

RESUMO: A aplicação de inteligência artificial no Judiciário brasileiro tem impulsionado mudanças relevantes na produção das decisões judiciais, especialmente com a adoção do sistema ASSIS nas varas cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) desde 2024. Regulamentado nacionalmente pela Resolução CNJ nº 615/2025, o ASSIS utiliza modelos generativos de linguagem para produzir minutas de sentença com base na jurisprudência local e nas práticas decisórias da própria unidade jurisdicional, caracterizando um modelo de inteligência artificial de orientação monocrática. Adota-se uma metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica, análise documental e observação institucional, tendo como estudo de caso uma vara cível do TJRJ. Com um recorte temporal que abrange o período anterior e posterior à implementação do sistema, a pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca compreender como a inteligência artificial influencia o estilo decisório, a estrutura argumentativa e a interação entre primeira e segunda instâncias. Casos da área de direito de família são utilizados como eixo de análise por envolverem maior sensibilidade e necessidade de abordagem individualizada. A investigação se concentra nas tensões entre a padronização algorítmica e os princípios estruturantes do Código de Processo Civil de 2015, como o contraditório substancial, a fundamentação adequada (artigo 489) e a coerência jurisprudencial (artigos 926 e 927). Ainda que o ASSIS exija revisão humana obrigatória, questiona-se se essa revisão opera de forma crítica ou meramente validatória. Além disso, discute-se como a dependência da jurisprudência interna de cada vara pode acentuar disparidades interpretativas e enfraquecer o diálogo entre unidades jurisdicionais, em contraste com o modelo colegiado das câmaras cíveis. Ao articular elementos técnicos, normativos e institucionais, esta pesquisa em curso pretende contribuir para a compreensão dos desafios jurídicos e operacionais da automação no processo civil, lançando luz sobre as condições necessárias para o uso legítimo da inteligência artificial no sistema de justiça brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto. Inteligência artificial, plataformas digitais e democracia. Fórum, 2024. PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares; VALE, Luís Manoel Borges do. Teoria geral do processo tecnológico. RT, 2023. DIDIER JR., Freddie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo. Juspodim, 2023..

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3704****TITULO:**ROTAS DE REFÚGIO SAHELIANAS: OS IMPACTOS DA CRISE DE SEGURANÇA NO SAHEL PARA A ÁFRICA OCIDENTAL**AUTOR(ES) : JOSE RICARDO DE OLIVEIRA ARAUJO****ORIENTADOR(ES): RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES, DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Em 2024, a região do Sahel foi classificada como “epicentro do terrorismo global” por diversos veículos midiáticos e organizações anti-terrorismo. Essa crise de segurança, somada a uma conjuntura marcada por instabilidade sociopolítica e condições climáticas extremas, tem alimentado rotas de refugiados que saem do Sahel em direção aos países costeiros da África Ocidental. Devido à porosidade de muitas fronteiras na região, essas movimentações são de difícil monitoramento, gerando um fluxo descontrolado de migrantes. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de março de 2025, estima-se que mais de 2 milhões de africanos do Sahel sejam refugiados ou requerentes de asilo, além de outros 3 milhões classificados como deslocados internos. Considerando a posição da África Ocidental no entorno estratégico brasileiro e buscando contribuir com a academia nacional a partir de uma análise atual dos transbordamentos da crise de segurança no Sahel, o escopo dessa pesquisa é responder a pergunta: quais as razões e impactos políticos, econômicos e sociais dos fluxos migratórios do Sahel para a África Ocidental? Investigando essa conjuntura, tem-se como objetivo geral a caracterização das motivações e consequências políticas, econômicas e sociais dos fluxos migratórios do Sahel para a África Ocidental. Ademais, espera-se também identificar as principais rotas de refúgio da região e entender o impacto da problemática na salvaguarda dos direitos dos refugiados, especialmente no âmbito internacional. A hipótese da pesquisa é que as sanções internacionais impostas a países do Sahel e o agravamento da atividade terrorista são fatores determinantes para os deslocamentos forçados, o que pressiona as economias da África Ocidental e estimula a formulação de arranjos multilaterais voltados à estabilização da região. Sobre o substrato teórico desta pesquisa, essa produção acadêmica partirá de premissas da estudos migratórios, com destaque para o princípio de non-refoulement e os preceitos estabelecidos na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e em seu protocolo de 1967. Acerca da estratégia metodológica, essa pesquisa se inicia com um panorama quantitativo e geográfico das rotas de refúgio da região. Em seguida, serão delineados os principais fatores que motivam esses deslocamentos e as consequências para a África Ocidental. Por fim, serão levantadas reflexões acerca desses movimentos migratórios e a dinâmica internacional de proteção dos direitos dos refugiados. Dessa forma, espera-se cumprir com o objetivo central desse estudo e promover uma discussão frutífera das dinâmicas migratórias no Sul Global, especialmente no continente africano.

BIBLIOGRAFIA: MESA, Beatrix. Migratory Movements Arising from Conflicts in the Sahel Countries. European Institute of the Mediterranean, 2024. CFR. Violent Extremism in the Sahel. Council on Foreign Relations, 23 out. 2024. Disponível em: . Acesso em: 03 mai. 2025. MMC. The impact of the Sahel conflict on cross-border movements from Burkina Faso and Mali towards Côte d'Ivoire and Ghana. Mixed Migration Centre Research Report, mai. 2021. Disponível em: . Acesso em: 03 mai. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3722****TITULO:**Política externa e Política de Defesa: a interseção entre o Itamaraty e o corpo militar brasileiro**AUTOR(ES) : FERNANDA MORAIS****ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: A política externa e a política de defesa são duas faces da mesma moeda, as Relações Internacionais do Estado. Ainda que por meios distintos, seja pela diplomacia ou pela força, as duas esferas internacionais deveriam, em teoria, trabalhar para atender aos objetivos maiores da nação. No caso brasileiro, no entanto, o diálogo entre as duas áreas é historicamente complexo. A pesquisa em curso é parte do projeto de pesquisa sobre “Relações bilaterais do Brasil e as parcerias estratégicas na área da defesa após a redemocratização”, do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD) e busca compreender como se dá a relação entre política externa e política de defesa no Brasil, especialmente após a redemocratização. Através da revisão bibliográfica dos principais autores sobre o tema, como Maria Regina Soares de Lima, João Paulo Alcântara Júnior e Amado Cervo, os objetivos do trabalho são: destacar ambas as políticas como políticas públicas; demonstrar a importância das relações entre elas; avaliar as suas relações após a redemocratização. A hipótese principal é de que a relação entre política externa e política de defesa não é um processo simples por dois motivos: 1) a independência de ambas as esferas nos seus processos decisórios, resultado dos anos de autoritarismo e de afastamento da sociedade brasileira dos debates da área; 2) a ausência de uma grande estratégia, que alinhe os objetivos da Diplomacia e das Forças Armadas a uma única estratégia das relações internacionais do Brasil. A criação do Ministério da Defesa foi um passo importante dentro desse processo de construção de pontes entre política externa e política de defesa, mas ainda há problemas para um maior diálogo entre as áreas, bem como uma maior democratização dos seus meios.

BIBLIOGRAFIA: LIMA, Maria Regina Soares de. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. JOBIM, Nelson A. (org.) Seguranciá Internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2010. ALSINA JR., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 53–86 [2003] CERVO, Amado. Segurança, defesa e política exterior. In: _____. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3730****TITULO:**DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA PRODUÇÃO, REUSO E REMIX DE REA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**AUTOR(ES) : JADE CAVALCANTI DE SOUZA****ORIENTADOR(ES): ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO: Trata-se de continuação de uma pesquisa previamente realizada (PIBIC 2023–2024) acerca da estrutura dos Recursos Educacionais Abertos (REA) em Repositórios Institucionais (RI) de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Iberoamérica. Posteriormente, houve a abordagem da visão dos gestores destes RIs acerca de seus conhecimentos sobre os conceitos e estruturas que determinam um REA, bem como suas formas de disponibilização. A pesquisa atual aborda a visão dos conteinistas acerca da produção de REA. Estes recursos conceitualmente se como materiais de acesso aberto voltados para o aprendizado, o ensino e a pesquisa. Isso implica na necessidade de estarem sob domínio público ou sob licença aberta, havendo a possibilidade de reuso, reaproveitamento, adaptação e redistribuição. (UNESCO, 2019). Buscando um entendimento acerca de como o processo de criação de um REA é entendido e conduzido pela visão dos conteinistas que o produzem, a pesquisa tem como objetivo geral delimitar o cenário dos REA no Brasil a partir do ponto de vista deles, identificando os desafios e as potencialidades presentes na produção, reuso e remixagem desses recursos informacionais. Nesta primeira etapa desta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de materiais que abordassem o assunto. A estratégia de busca utilizada foi a de pesquisar pelo termo "Recursos Educacionais Abertos" em bases de dados existentes no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, além dos termos "Conteinistas" e "Produtores" no Google Acadêmico. Esta busca foi feita, a princípio, apenas na língua portuguesa, em produções brasileiras, no período de 10 de Fevereiro a 18 de Março de 2025. Destaca-se que será necessário elaborar novas estratégias de busca, como a pesquisa por materiais em outras línguas, como o espanhol, e de outros países, como Portugal, tendo em vista que poucos materiais científicos nacionais pesquisados tratam dos REA pelo ponto de vista dos autores. Observou-se que, dependendo do tipo do recurso educacional, o termo "conteinista" é substituído por outras denominações, como por exemplo, "desenvolvedor". Dessa forma, descobriu-se o processo de criação de jogos educacionais abertos, cujos conteinistas não se descrevem com esta palavra, mas se identificam, sobretudo, com o termo "desenvolvedor". Foi possível observar que estes conteinistas adotam princípios inerentes aos REA, o que inclui o uso de licenças menos restritivas e padrões de metadados mais adequados para este contexto. Alguns dos desafios encontrados pelos desenvolvedores em meio ao processo de produção dos REA baseiam-se na constituição de uma equipe interdisciplinar, no envolvimento dos professores que possuam domínio dos conteúdos educacionais abordados e na formação contínua da equipe. A autora atuou na pesquisa bibliográfica.

BIBLIOGRAFIA: OTSUKA, Joice; BEDER, Delano M.; MONTANARO, Paulo; ROCCA, Ivan; GHELARDI, Alan. Desenvolvimento de jogos educacionais abertos. In: WORKSHOP RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS, 2012, Rio de Janeiro. Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2012. Disponível em: <http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/wcbie/article/view/1892>. Acesso em: 04 maio 2025. UNESCO. Open Educational Resources. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/open-educational-resources>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3766****TITULO:**CICATRIZES DA EXCLUSÃO: VIOLÊNCIA E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**AUTOR(ES) : LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este trabalho é uma resenha crítica comparada dos filmes Cidade de Deus (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, e Pixote: A Lei do Mais Fraco (1981), de Hector Babenco. Esta análise crítica foi desenvolvida no contexto da disciplina "Cinema e Relações Internacionais", cursada em 2024.2. A pergunta orientadora da pesquisa foi: de que forma o cinema brasileiro denuncia os mecanismos estruturais de exclusão social e violência, a partir da representação da infância e juventude marginalizadas? O objetivo deste estudo foi examinar como Cidade de Deus e Pixote retratam a marginalização e a violência estrutural sofrida por jovens periféricos em dois contextos históricos distintos do Brasil — a urbanização desigual no final do século XX e a repressão durante a ditadura militar. A hipótese levantada é que ambos os filmes revelam como a ausência do Estado, as desigualdades sociais e a falência das instituições públicas contribuem para um ciclo de criminalização da pobreza, legitimando estruturas excluientes e perpetuando violência. A metodologia empregada consistiu em estudo de caso dos dois filmes, com análise qualitativa crítica baseada na revisão bibliográfica de autores como Johan Galtung (violência estrutural), Frantz Fanon (marginalização social) e Pierre Bourdieu (dominação simbólica). O resultado da pesquisa foi sistematizado em três partes. A primeira parte apresentou o contexto histórico de cada obra: Pixote se passa durante a ditadura militar, período de repressão e negligência social; já Cidade de Deus aborda a urbanização caótica e o surgimento do narcotráfico nas favelas cariocas nos anos 1960–80. A segunda parte definiu os conceitos de "violência estrutural" (Galtung) e "marginalização social" (Fanon, Bourdieu), que permitem compreender a exclusão sistêmica vivida pelos protagonistas das duas obras. A terceira parte analisou como esses conceitos se materializam nos filmes: Pixote mostra a infância abandonada à violência institucional e à criminalização precoce, enquanto Cidade de Deus evidencia a formação de um microcosmo de poder paralelo onde o tráfico substitui o Estado. Ambos os filmes denunciam que a violência visível nas periferias é consequência direta de um sistema invisível de exclusão que se naturalizou no tecido social brasileiro. Por fim, a análise conjunta das duas obras permitiu compreender como o cinema brasileiro atua como instrumento crítico e de denúncia, questionando a normalização da desigualdade e provocando reflexões sobre políticas públicas, segurança e cidadania. Os filmes analisados impactam o espectador ao revelar que a exclusão social não é apenas uma consequência do abandono, mas uma estrutura sustentada por lógicas institucionais e econômicas.

BIBLIOGRAFIA: Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research. FANON, Frantz. Os condenados da terra. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970. BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de L.C.L.L.Mendes. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1989.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3771****TITULO:**A diplomacia como antídoto: Thompson, LeMay e a Crise dos Mísseis — Uma análise dos limites do MAD na Guerra Fria**AUTOR(ES) : SOPHIA LIMA COSTA****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: O período da Guerra Fria foi caracterizado por um frágil equilíbrio entre as potências nucleares, sustentado pelo Princípio da Destrução Mútua Assegurada (MAD), o qual operava como um mecanismo de contenção baseado na ameaça recíproca de destruição. Colocava-se, portanto, como um "inimigo comum" a todo o Sistema Internacional, mantendo sob controle a perene rivalidade entre atores e dificultando uma confrontação direta. No entanto, o episódio da Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, expôs as vulnerabilidades desse sistema ao demonstrar que, mesmo com o MAD, a escalada das tensões poderia ter resultado em uma guerra quente. O conflito teve início quando os Estados Unidos instalaram mísseis nucleares na Turquia, pressionando a União Soviética. Em resposta, Moscou posicionou mísseis em Cuba, explorando estratégicamente a proximidade da ilha com o território estadunidense. Enquanto figuras como o general Curtis LeMay defendiam ataques imediatos, diplomatas como Llewellyn Thompson atuaram para conter o conflito por meio da negociação, evidenciando o tensionamento entre lógicas aparentemente opostas: a militar e a diplomática. Esta pesquisa objetiva investigar como a atuação de Thompson, em contraste com o militarismo de LeMay, foi decisiva no processo de contenção da Crise dos Mísseis de Cuba, questionando a suficiência do MAD na ausência de mecanismos diplomáticos ativos. A hipótese sustenta que, embora o MAD tenha se mantido como o principal pilar da paz durante a Guerra Fria e até hoje, a crise revelou suas limitações: em contextos de alta tensão, sua eficácia pode ser insuficiente. Sem intervenção de diplomatas capazes, como Thompson, a escalada militarista poderia ter superado a barreira dissusória, levando a um conflito nuclear efetivo. O estudo se apoia em conceitos como o engessamento diplomático e a tensão entre diplomacia e militarismo, dinâmicas também observadas em outros momentos históricos. Adota-se uma perspectiva analítica que comprehende a pressão competitiva do Sistema Internacional como um dos motores centrais de dinamização deste, articulada a um enfoque geo-histórico que permite contextualizar os movimentos estratégicos das potências. A metodologia combina análise qualitativa e estudo de caso, com coleta de dados em fontes primárias (registros estadunidenses) e secundárias (bibliografia especializada). A pesquisa será desenvolvida em três etapas: análise histórica do MAD; investigação detalhada dos 30 dias da crise (foco nos canais diplomáticos); e reflexão aprofundada acerca da articulação diplomática/militar. Espera-se demonstrar que a intervenção de Thompson, ao traduzir a ameaça nuclear em diálogo concreto, foi determinante para evitar a eclosão de uma guerra quente; enquanto a postura militarista de LeMay representava um risco iminente. Assim, os resultados devem reforçar a necessidade de mecanismos diplomáticos ágeis em contextos de alta tensão, onde a velocidade da resposta militar pode ultrapassar a racionalidade política.

BIBLIOGRAFIA: 1. KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994. 2. THOMPSON, Jenny; THOMPSON, Sherry. *The Kremlinologist: Llewellyn E. Thompson, America's Man in Cold War Moscow*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2018. 3. UNITED STATES. Department of State. *Foreign Relations of the United States, 1961–1963. Volume XI: Cuban Missile Crisis and Aftermath*. Washington: United States Government Printing Office, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3775****TITULO:**ELETROMOBILIDADE E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DA ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS PÚBLICO COLETIVO NO NOVO PAC**AUTOR(ES) : REBECCA BASSI DE CASTRO LIMA****ORIENTADOR(ES): ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO: Este trabalho investiga os impactos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) na eletrificação da frota de ônibus no Brasil, ressaltando sua contribuição para a mobilidade urbana sustentável e a redução das emissões de CO₂. Tomando como referência experiências anteriores — como os investimentos em infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 —, o estudo evidencia que grandes projetos associados a megaeventos tendem a beneficiar prioritariamente regiões centrais, perpetuando desigualdades socioespaciais (RODRIGUES, 2015). A partir de uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa combina análise documental e análise estatística. Foram utilizados dados públicos do governo federal (como propostas registradas na base do Novo PAC, especialmente na área de mobilidade), além de fontes secundárias, como relatórios institucionais, legislações e portarias ministeriais, estudos de organizações da sociedade civil e revisão bibliográfica. Os dados quantitativos foram sistematizados e cruzados para verificar a distribuição territorial dos investimentos em eletromobilidade, com atenção à sua incidência em municípios de diferentes portes e regiões do país. Já a análise qualitativa buscou compreender os sentidos atribuídos às políticas de eletrificação em discursos oficiais e documentos estratégicos. Os dados levantados apontam para uma concentração de recursos em médias e grandes cidades, com exclusão de municípios menores e áreas periféricas. A pesquisa também denuncia a reprodução de padrões históricos nos quais obras de grande porte priorizam interesses internacionais — como o G20 de 2024 e a COP 30 de 2025 — em detrimento das demandas locais, repetindo falhas ocorridas em megaeventos anteriores. As análises reforçam que a eletromobilidade no transporte público deve ser tratada não apenas como solução tecnológica para mitigar emissões, mas também como um instrumento de justiça socioespacial (HARVEY, 1980). Para que esse potencial se concretize, é necessário romper com a lógica concentradora que tradicionalmente favorece metrópoles, redirecionando recursos para cidades menores, periferias e regiões metropolitanas com menor grau de desenvolvimento. O envolvimento popular no planejamento e na fiscalização dos projetos é fundamental para assegurar que os investimentos refletem as necessidades reais da população, e não apenas os interesses de agendas internacionais ou estratégias políticas de curto prazo. Conclui-se, portanto, que, sem transformações estruturais, o Novo PAC reproduz as mesmas desigualdades socioespaciais que marcaram políticas anteriores, em vez de se consolidar como um instrumento efetivo de transição energética justa e democrática. A eletrificação da frota de ônibus só alcançará seu potencial transformador se estiver acompanhada de um compromisso genuíno com a equidade, garantindo que os benefícios da mobilidade sustentável se distribuam por todos os territórios e grupos sociais.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Cidades Sustentáveis e Resilientes. Novo PAC. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/cidades-sustentaveis-e-resilientes>. Acesso em: 2 mai. 2025. HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. RODRIGUES, J. M.. Mobilidade Urbana nos Megaeventos Esportivos: panorama crítico das ações e projetos para a Copa do Mundo 2014. In: Orlando Alves dos Santos Junior, Christopher Gaffney, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olímpíadas 2016. Ied.Rio de Janeiro: E-papers, 2015, v. 1, p. 105–130

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3776****TITULO:**BRASIL EM CENA: CINEMA, POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS NOS FILMES BRASILEIROS INDICADOS AO OSCAR.**AUTOR(ES) : LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar como os filmes brasileiros indicados ao Oscar refletem e acompanham os ciclos da política interna e externa do país, servindo como espelhos simbólicos de momentos específicos da história política brasileira. A partir de uma abordagem centrada nas Relações Internacionais, o estudo investiga de que forma essas produções se relacionam, direta ou indiretamente, com os projetos de inserção internacional do Brasil e com os contextos institucionais e ideológicos dos governos sob os quais foram lançadas. A metodologia utilizada é qualitativa e se baseia na análise filmica contextualizada, buscando conexões entre os elementos narrativos, históricos e políticos de oito filmes indicados ao Oscar entre 1963 e 2025: *O pagador de promessas* (1963), *O beijo da mulher–aranha* (1986), *O quatrilho* (1996), *O que é isso, companheiro?* (1998), *Central do Brasil* (1999), *Cidade de Deus* (2004), *Democracia em vertigem* (2020) e *Ainda estou aqui* (2025). A seleção dos filmes considera diferentes regimes e orientações políticas — do desenvolvimentismo ao neoliberalismo, da redemocratização à recente polarização — como base para compreender as imagens projetadas do Brasil no cenário internacional. O arcabouço teórico se ancora na obra de Amado Cervo (2008), que propõe uma periodização da inserção internacional brasileira articulada a projetos políticos internos, permitindo compreender os sentidos que o país atribuiu a si mesmo no mundo ao longo das décadas. Complementam-se as análises com Hélio Jaguaribe (1979), cuja abordagem estruturalista considera a dependência e a autonomia como dimensões centrais da política externa, e com com Antonio Gramsci (1971), onde a noção de hegemonia cultural permite compreender o cinema como prática simbólica e arena de disputa ideológica, por meio da qual se constroem imagens de nação, pertencimento e identidade para públicos internos e externos. As considerações parciais indicam que os filmes analisados, estão na esfera informal da diplomacia cultural, reforçando discursos ou tensões políticas, atuando como artefatos discursivos inseridos em contextos internacionais, e projetando imagens do Brasil que dialogam com as prioridades e contradições dos diferentes ciclos políticos. Dessa forma, o cinema é mobilizado aqui como uma lente complementar de análise da política externa e de construção da identidade nacional em contextos globais.

BIBLIOGRAFIA: CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. JAGUARIBE, Hélio. *Autonomía periférica y hegemonía céntrica*. Estudios Internacionales, Santiago, v. 12, n. 46, 1979. GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. New York: International Publishers, 1971.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 3800****TITULO:**VIDA PÚBLICA: COMO OS TEMAS REPUBLICANOS IMPACTAM A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES E DE ENSINO DO ESTADO**AUTOR(ES) : LUIS FELIPE TAVARES DA SILVA,JOAO VITOR DO NASCIMENTO SAMPAIO****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: Vida Pública: Como os temas republicanos impactam a integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado Este é um projeto de pesquisa com ações extensionistas articuladas, desenvolvido em parceria entre o IPPUR e o IRID. Seu objetivo é investigar como os princípios republicanos, como igualdade, justiça e participação, influenciam a integração de crianças refugiadas e migrantes no cotidiano escolar, analisando as práticas e desafios enfrentados por comunidades escolares na rede pública de ensino. Os encontros realizados com a Escola Municipal Capistrano de Abreu, no Jardim Botânico, serviram como parte fundamental da coleta de dados da pesquisa. A escola já contou, em 2022, com a presença de uma aluna imigrante venezuelana e, atualmente, atende também crianças oriundas de outras regiões do Brasil, cujas experiências de deslocamento também foram consideradas relevantes para o estudo. Como desdobramento de nossas atividades na escola elaboramos um protocolo de acolhimento da criança e da família imigrante/ e ou em situação de refúgio e enviamos para a Coordenação de questões étnico raciais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A metodologia adotada foi qualitativa, participativa e aplicada em campo, envolvendo observações diretas, diálogo e interação com a comunidade escolar e oficinas temáticas. As atividades foram planejadas em reuniões entre a coordenação pedagógica da escola, os pesquisadores e os extensionistas, sendo posteriormente aplicadas presencialmente nas turmas do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O objetivo era promover a reflexão crítica das crianças sobre temas como migração, meio ambiente e cidadania. No segundo semestre de 2024, o projeto utilizou o livro Mário, o Químico que Salvou o Planeta (2019) como eixo condutor para discutir as causas das migrações e o papel da ciência na transformação social. As atividades incluiram leitura compartilhada, rodas de conversa e oficinas ao ar livre. A encíclica Laudato Si', do Papa Francisco, também foi usada como base teórica para abordar a relação entre justiça ambiental e social. Os alunos pesquisadores e extensionistas participaram ativamente do processo, colaborando no planejamento das ações, na condução das atividades e na análise das interações. Essa vivência contribuiu tanto para a formação acadêmica dos envolvidos quanto para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas na escola. Ao final das ações, observou-se um impacto positivo nas crianças, com maior interação, diálogo sobre o tema ambiental e compreensão sobre migração e diversidade. O projeto segue em desenvolvimento, aprofundando a pesquisa em outras escolas da cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: CRISTOFOLLETTI, Evandro Coggo. SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. CHARLEAUX, João Paulo. Ser estrangeiro: migração, asilo e refúgio ao longo da história. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2022. RUSCH, Elizabeth. *Mario y el agujero en el cielo / Mario and the Hole in the Sky: cómo un químico salvó nuestro planeta*. Tradução de Carlos E. Calvo. Ilustrações de Teresa Martinez. Ed. em espanhol. [S.I.]: Charlesbridge Publishing, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3811**

TITULO: Publicidade em transmissões esportivas para a Geração Z: um estudo de caso das Olimpíadas de Paris 2024 na CazéTV

AUTOR(ES) : GABRIEL SANTOS GIRARDI**ORIENTADOR(ES): DANIELA ABRANTES FERREIRA**

RESUMO: As transmissões de eventos esportivos têm passado por transformações significativas diante do avanço das tecnologias digitais e da ascensão de novas mídias, como plataformas de streaming e redes sociais, que oferecem experiências de consumo mais dinâmicas e personalizadas do que os meios tradicionais (Eduzor, 2024). Nesse contexto, surgem novas oportunidades para a publicidade de marcas, especialmente no engajamento com a Geração Z, composta por jovens nativos digitais que valorizam autenticidade, interatividade e formatos ágeis de conteúdo (Costa, 2021). Estudos indicam que essa geração apresenta menor interesse por transmissões esportivas convencionais e maior preferência por vídeos curtos e conteúdos gerados por usuários (Giorgio et al., 2023). Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos das estratégias de publicidade em transmissões esportivas digitais no engajamento da Geração Z, por meio do estudo de caso da CazéTV durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024. A metodologia adotada é mista, combinando análise qualitativa e quantitativa das ações publicitárias veiculadas pelo canal. A CazéTV, criada em 2022 pelo streamer Casimiro Miguel (Cazé), em parceria com a empresa de mídia esportiva LiveMode, destacou-se como um canal multiplataforma (YouTube, Twitch e outros), voltado para a cobertura esportiva com linguagem informal e acessível. Durante os Jogos Olímpicos, o canal alcançou 41 milhões de dispositivos e superou 5 bilhões de visualizações. A análise revelou que a CazéTV adotou uma estratégia publicitária centrada na figura do Cazé, promovendo maior identificação com o público por meio de uma abordagem espontânea, com uso de gírias e bordões populares. Um dos destaques foi o uso da chamada "segunda tela", que explora o hábito dos espectadores de interagir com o conteúdo em tempo real pelas redes sociais, intensificando o engajamento. Os resultados indicam que o modelo de publicidade integrada e interativa empregado pelo canal foi mais bem recebido pela Geração Z do que os formatos tradicionais de inserções de anúncios, contribuindo para uma experiência esportiva digital mais envolvente e personalizada. Além disso, o ambiente descontraído criado pela CazéTV, embora criticado por alguns, favoreceu o sentimento de pertencimento entre os jovens, reforçando a importância de estratégias comunicacionais alinhadas ao perfil comportamental e midiático dessa geração. A pesquisa contribui para o entendimento de como as mudanças no ecossistema midiático, impulsionadas pela tecnologia e pelo comportamento dos nativos digitais, vêm transformando a publicidade de marcas em eventos esportivos, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de comunicação com o público da Geração Z.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, D. P. As Redes Sociais Como O Futuro Das Transmissões Esportivas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 6, n. 5, p. 166–176, maio 2021. EDUZOR, Ngozi Christiana. Innovative Marketing Strategies in the Digital Age: A Comparative Analysis of Successful Campaigns. International Journal of Development, Sustainability and Environmental Management, v. 4, n. 1, p. 34–44, 2024. GIORGIO, P. et al. 2023 Sports Fan Insights: The beginning of the immersive sports era. Deloitte. Junho de 2023. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/industry/media-and-entertainment/immersive-sports-fandom.html>. Acesso em 16 set. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3871**

TITULO: A GUERRA TOTAL E A SUAS CONSEQUÊNCIAS

AUTOR(ES) : SAMUEL MOREIRA RIBEIRO**ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este trabalho é uma resenha crítica do filme "O Pianista", de Roman Polanski, lançado em 2002. Esta resenha crítica fez parte das ações desenvolvidas durante a disciplina "Cinema e Relações Internacionais", da qual participei em 2024.2. A pergunta que serviu como norte nesta pesquisa foi "como a guerra total quebrou todos os limites e trouxe um novo modelo de guerra mais letal e cruel com ela abalando crenças e noções sociais". O objetivo com a execução deste trabalho foi compreender a ampliação e a vastidão das dimensões dos impactos e da violência causados tanto às economias quanto às sociedades envolvidas nesse novo modelo de guerra, a Guerra Total. Tendo, como parâmetro para esse entendimento todo o cenário que é apresentado no filme através dos relatos e visões do pianista Wladysław Szpilman. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar esta resenha crítica foi um estudo de caso do filme; fazendo uma análise qualitativa crítica baseada no marco teórico da Guerra Total, conceito esse das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança; a partir da revisão bibliográfica de autores como Erich Ludendorff o precursor desse conceito, e outros, como Svetlana Alekssievitch. O resultado da pesquisa foi materializado na apresentação de uma resenha estruturada em três partes. A primeira parte apresentou a análise do período histórico e social em que toda trama se passou. Trata-se de um período durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente entre 1939 a 1944, no território de Varsóvia. Retrato desde a chegada nazista a sua retirada do território pelo avanço do exército Vermelho. A segunda parte definiu o conceito da Guerra Total, onde se tem uma guerra, porém, em uma escala muito maior e mais destrutiva, a onde, não só o Estado está em guerra ou exército, mas sim, a nação como um todo, a onde, o adversário se tornar o inimigo, um perigo a nação e deve ser "destruído". Para analisar o filme, o conceito ajudou a entender toda essa destruição e violência consequência das ramificações desse modelo de guerra. A terceira parte realizou um estudo de caso do filme "o pianista", utilizando o conceito da Guerra Total, dentro do cenário descrito na primeira parte. O caso estudado revelou que a guerra nesse novo contexto não "conhece" limites a violência e as perdas não ficam só no campo de batalha a partir do momento que o "novo" campo de batalha são as cidades ninguém está a salvo, todos estão a mercê de suas atrocidades tanto o indivíduo civil quanto o social. Por fim, a análise realizada permitiu conferir um sentido maior para a obra, porque, ele vai muito além do que a definição de um lado como "bom" ou "ruim", ele mostra como essa nova guerra, a guerra total, trouxe a tona esse lado perverso da sociedade presente em todos. em que com a justificativa de um "ideal maior" vizinhos se viraram contra vizinhos, amigos contra amigos, até mesmo família contra família. na Guerra total "vale tudo" pela vitória.

BIBLIOGRAFIA: CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra, são paulo, martins fontes, 1996. ALEKSSIEVITCH, Svetlana. As últimas testemunhas: Crianças na Segunda Guerra Mundial, Companhia das Letras, 2018. LUDENDORFF, Erich. Der totale Krieg. Munique, 1935.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3890**

TITULO: Inovação e Educação: Desenvolvimento de Competências Transversais no Ensino Superior

AUTOR(ES) : RAPHAEL RIBEIRO PEREIRA,PABLO DOS SANTOS DA SILVA,ANNA BEATRIZ CORREA DE LUCES FORTES

ORIENTADOR(ES): ELIANE RIBEIRO PEREIRA,ANTONIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA

RESUMO: Num mundo intensamente globalizado, a educação ocupa lugar de destaque na busca de soluções para vencer os desafios que se apresentam (Morin 2003; 2005). Nesse ambiente, as instituições de ensino superior precisam introduzir inovações que promovam novas formas de formação e organização do conhecimento, com flexibilização curricular que envolva o desenvolvimento de competências que transcendam a formação técnica do discente. Neste sentido, o objetivo do trabalho é discutir a experiência da introdução de disciplinas transversais nos cursos de graduação da Faculdade de Administração da UFRJ (FACC/UFRJ), que desde 2023, passou a oferecer 4 disciplinas disponibilizadas para alunos de todos os cursos da universidade, potencializando a troca de conhecimento e de experiências entre discentes oriundos de diferentes áreas e realidades, estimulando a interdisciplinaridade de forma natural. Segundo o Ministério da Educação, temas transversais são aqueles “voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política” (BRASIL, 2019). Na FACC/UFRJ, foram introduzidas no currículo as disciplinas de Inovação e Tecnologia ; Competências Interpessoais para Inovação e Empreendedorismo ; Design thinking para inovação e impacto social e Indicadores de Inovação . Tais disciplinas objetivam potencializar a formação de profissionais com visão crítica, ética e integrada da realidade social, cultural, ambiental e econômica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, cujos dados serão obtidos a partir de avaliações das disciplinas que serão feitas pelos próprios alunos. Os dados obtidos poderão ser cruzados, percebendo-se como os estudantes dos diversos cursos se apropriam e avaliam a experiência e o conteúdo apreendido das disciplinas. A experiência pode ser um caminho potencial de introdução da demanda contemporânea por transdisciplinaridade, através da introdução de práticas inovadoras no ensino superior, contribuindo para o desenvolvimento de lideranças aptas a lidar com a complexidade e os desafios do mundo atual.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula a forma de integralização dos créditos curriculares na extensão nos cursos de graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 245, p. 49, 19 dez. 2018. MORIN, Edgard. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2003 _____. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 3896**

TITULO: A governança metropolitana na RMRJ e a incidência política do Instituto Rio Metrópole (2018–2025)

AUTOR(ES) : BRUNO AFONSO BASTOS ESTEVES

ORIENTADOR(ES): FILIPE SOUZA CORRÊA

RESUMO: O Instituto Rio Metrópole (IRM) foi criado pela Lei complementar estadual nº184, de 27 de dezembro de 2018, como uma evolução institucional da antiga Câmara Metropolitana, com a inclusão de Petrópolis para a formação de uma gestão comum dos 22 municípios membros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em conformidade com a Lei federal nº13.089 (Estatuto da Metrópole), que determinou um novo rumo nas diretrizes de delimitação das regiões metropolitanas nacionais, o IRM surge em um contexto de instabilidade política no Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob gestão do governador em exercício Francisco Dornelles, que assumiu o cargo após a prisão do governador eleito Luiz Fernando Pezão. O instituto é um órgão executivo que representa 22 municípios fluminenses, em uma nova tentativa de diálogo através do rearranjo das funções públicas, do estabelecimento dos direitos e deveres do estado e dos municípios (GARSON, 2009). É composto por um Conselho Deliberativo, presidido pelo governador do Estado do Rio de Janeiro e formado por prefeitos das cidades que integram a RMRJ, além de três segmentos da sociedade civil indicados pelo Conselho Consultivo. Junto desse, há um Conselho Consultivo de 47 representantes da sociedade civil nomeados pelo governador, cujo objetivo é garantir a participação da população no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão metropolitana. Inicialmente, o IRM se baseava nas propostas apresentadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PEDUI), elaborado pelo projeto “Modelar a Metrópole”, da antiga Câmara Metropolitana, ainda na gestão Luiz Fernando Pezão. Com a posse de Wilson Witzel em 2019, no contexto de emergência do bolsonarismo, o órgão assume novos contornos, com a indicação de outro quadro de membros para o Conselho Consultivo, sob o prisma enviesado de ONGs como “Estudantes pela Liberdade” e “Instituto Liberal”, com a exclusão da “Casa Fluminense”, representada pela liderança do geógrafo Henrique Silveira (UERJ/FEBF). Em 2020, com o afastamento de Witzel do cargo de governador, o vice Cláudio Castro assume a presidência do Conselho Deliberativo no IRM, sendo reeleito após as eleições estaduais de 2022. Castro é responsável por continuar o pendor ideológico de seu anterior colega de chapa, dessa vez em um cenário de escassa divulgação das decisões do IRM. No órgão, além de prefeitos do mesmo partido de Castro, pertencentes ao Conselho Deliberativo, dos municípios de Mesquita, Nilópolis, São Gonçalo e Itaborai, a presidência é assumida por um aliado próximo, o ex-presidente da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, Davi Perini Vermelho (Didê), escolhido para presidir o IRM em 2023. Portanto, este trabalho possui como objetivo estudar a atuação do Instituto Rio Metrópole, seu retrospecto desde a fundação e os possíveis rumos na atual gestão de Cláudio Castro, com a participação do órgão executivo no Fórum Metropolitano organizado pelo G20 na cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: GARSON, S. Regiões metropolitanas: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. PANTOJA, L. O que faz do metropolitano, metropolitano: instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. CLEMENTINO, M.; ALMEIDA, M. Construção técnico-política de governança metropolitana. Cadernos Metrópole, São Paulo, ano 17, n. 33, p. 37-60, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3919****TITULO:** ENTRE DESASTRES E FEDERALISMOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA RESPOSTA AOS DESASTRES AMBIENTAIS**AUTOR(ES) :** MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS**ORIENTADOR(ES):** CARLOS BOLONHA

RESUMO: Em um momento histórico em que as mudanças climáticas, anteriormente contidas no campo das previsões abstratas de organismos internacionais e multilaterais, tornaram-se constantes e materiais na vida cotidiana, levanta-se, para além das medidas de prevenção, a necessidade de os Estados responderem a esses desastres com eficiência, visando garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, reconstruir a região afetada e proporcionar a sua retomada econômica. Demandase, ainda, em federações como Brasil e Estados Unidos, uma coordenação adequada entre a União e os entes federados, a fim de que haja cooperação para a supressão do desastre. Nesse sentido, a pesquisa volta-se aos conflitos e à dinâmica federativos envolvendo as medidas realizadas pelos entes federados do Brasil e dos Estados Unidos em resposta a desastres ambientais, realizando-se um estudo de caso comparativo entre o Furacão Katrina (2005), nos Estados Unidos, e as enchentes no Estado do Rio Grande do Sul (2024), no Brasil. Apresentase, portanto, a seguinte questão-problema nesta pesquisa: como os conflitos federativos e a dinâmica federativa afetam a resposta aos desastres ambientais no Brasil e nos Estados Unidos? O que se propõe como tese, à luz do constitucionalismo de precaução e do constitucionalismo de otimização de Adrian Vermeule e da centralização legislativa e descentralização executiva no federalismo brasileiro descrita por Marta Arretche, é a necessidade de se evitar uma excessiva concentração ou fragmentação de poder na estrutura federativa, distanciando-se assim, em um cenário de equilíbrio, de problemas dessa ordem que prejudiquem a resposta federativa ao desastre ambiental. A escolha dos Estados Unidos para o presente estudo se motiva pela referência histórica para a forma federativa de Estado, sendo o local onde ela surgiu, pela diversidade climática, que também reflete em uma diversidade de desastres ambientais, e pelo referencial jurídico-político para o Brasil, eis que ele o influenciou desde a Proclamação da República em 1889, haja vista, nesse contexto, o seu nome oficial anterior, Estados Unidos do Brasil. A metodologia baseia-se em uma pesquisa qualitativa que, a partir dos desastres ambientais selecionados, realizará um estudo de caso entre eles, no qual se comparará, principalmente por meio do método estrutural de Direito Comparado, a maneira como cada Estado respondeu ao seu respectivo desastre ambiental, voltando-se aos conflitos federativos, à dinâmica federativa e seus efeitos, discutindo-se, a partir disso, oportunidades de aprendizado recíproco, sendo esse estudo feito por meio da análise bibliográfica e documental.

BIBLIOGRAFIA: ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. SciELO–Editora FIOCRUZ, 2012. DUTRA, Deo Campos. MÉTODO(S) EM DIREITO COMPARADO. Revista da Faculdade de Direito UFPR, [S. l.], v. 61, n. 3, p. 189 – 212, 2016. DOI: 10.5380/fdfufpr.v61i3.46620. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/46620>. Acesso em: 21 abr. 2025. VERMEULE, Adrian. The constitution of risk. Cambridge University Press, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 3931****TITULO:**DADOS QUE VOAM ALTO: A GOVERNANÇA INFORMACIONAL COMO SUSTENTAÇÃO PARA A EFICIÊNCIA REGULATÓRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**AUTOR(ES) :** MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS**ORIENTADOR(ES):** CARLOS BOLONHA

RESUMO: A partir da década de 1990, com o advento do modelo de Estado Regulador no Estado Administrativo Brasileiro, a criação de agências especializadas tornou-se central para a regulação de setores considerados estratégicos para a economia. Nesse contexto, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), criada em 2005, desempenha um papel central na regulação do setor aéreo brasileiro, garantindo segurança, eficiência e concorrência justa em um ambiente de crescente complexidade e pluralidade de demandas. Este artigo tem como objetivo analisar os mecanismos de participação social adotados pela ANAC e investigar como a agência trata as informações, tanto no que diz respeito à condução de políticas públicas quanto à publicização de dados e ao recebimento de contribuições da sociedade. O marco teórico adotado se baseia no Estado Administrativo combinado com a Teoria Institucional, que fornecem uma base conceitual para entender a atuação das agências reguladoras no contexto brasileiro. A hipótese central do estudo é que o uso de big data na administração pública, com um viés técnico e apolítico, pode aumentar a probabilidade de sucesso das políticas públicas, gerando um legado positivo para a sociedade. A metodologia se baseia em uma análise qualitativa, com foco na revisão bibliográfica e documental, visando compreender o comportamento institucional da ANAC no tratamento de informações.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. Plano de Dados Abertos 2023-2025. Brasília, DF: ANAC, 2023. Acesso em: 5 abr. 2025. OLIVEIRA, J. S.; CARDOSO, C. H. B. TEORIA DA CAPTURA NO SETOR PÚBLICO. REI – REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 902-926, 2024. DOI: 10.21783/rei.v10i3.814. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/814>. Acesso em: 9 fev. 2025. SALOMAO FILHO, Calixto. Regulação da Atividade Económica (Princípios e Fundamentos Jurídicos). São Paulo: Malheiros, 2001, p. 14–48.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4037****TITULO:**Sistema Único de Assistência Social e a Pandemia COVID–19**AUTOR(ES) : VITORIA GOMES DE BARROS,REBECA MARIA CUNHA SILVA,JOAO PEDRO ALVES****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A pandemia da SARS-CoV-2, iniciada em 2019, provocou transformações significativas na saúde, economia e sociedade, exigindo respostas rápidas e coordenadas. Este trabalho analisa o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com foco na Proteção Social Básica no município do Rio de Janeiro, durante a Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (ESPAI) o período de 2020 a 2022, conforme Decreto Rio nº 47.264/2020, revogado pelo Decreto nº 52.704/2023. A pesquisa utiliza como metodologia o questionário elaborado e aplicado pelo grupo de pesquisa aos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/RJ), que atuaram na linha de frente nos 47 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos em 10 Coordenadorias de Assistência Social (CAS). Os dados ainda estão em fase de coleta. A pesquisa tem três objetivos principais: (1) obter informações que contribuam para o planejamento de políticas públicas em situações emergenciais, a partir das respostas dos profissionais do SUAS; (2) examinar a legislação vigente nas Portarias que definiram os protocolos de atendimento nos equipamentos de Assistência Social durante a COVID-19, avaliando sua adequação ao contexto; e (3) verificar o aumento da demanda pelos serviços, a qualidade dos atendimentos prestados e a adoção de medidas de segurança e proteção aos trabalhadores para mitigar o contágio da doença. Atualmente, a equipe de pesquisa está em fase de aplicação dos questionários diretamente nos CRAS. Paralelamente, os pesquisadores, orientados pela docente responsável, estão realizando a leitura da obra Um Paciente Chamado Brasil: Os Bastidores da Luta Contra o Coronavírus , escrita por Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde durante um período da ESPAI. A leitura tem como objetivo contextualizar esse momento do período pandêmico com base no relato de um gestor público, permitindo compreender decisões políticas, sanitárias e econômicas tomadas em meio à crise. Além disso, busca-se entender atitudes de gestão em contextos de emergência, assim como analisar a relação entre as portarias do Ministério da Assistência Social e as diretrizes do Ministério da Saúde durante o período.

BIBLIOGRAFIA: IMENES, Martha. Auxílio Brasil de R\$ 600 faz aumentar fila de espera, que já tinha 2,78 milhões de famílias, segundo confederação de municípios. EXTRA, 2022. Disponível em: . Acesso em 22 nov. 2023 MANDETTA, Luiz Henrique. Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020. 228 p. SILVA, Renata Bastos da; MARINHO, Ricardo José de Azevedo; ZACARIAS, Ellen Cristina Pereira. O SUAS na pandemia do COVID-19. [S.l.: s.n.], 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4055****TITULO:**REPLICAÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO COM DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022**AUTOR(ES) : GABRIELA DE OLIVEIRA LOPES,VINICIUS DOS REIS SOARES****ORIENTADOR(ES): MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU), desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles em 2013, a partir do Censo Demográfico de 2010, tem como objetivo mensurar as condições de vida urbana nas regiões metropolitanas brasileiras por meio de cinco dimensões, sendo elas: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana. Com a divulgação parcial dos dados, tornou-se possível realizar o cálculo de duas dimensões do IBEU, condições ambientais urbanas e infraestrutura urbana. No entanto a presente análise concentra-se exclusivamente na Dimensão 5 – Infraestrutura Urbana, que é calculada utilizando a base de dados provenientes dos resultados do universo por meio dos indicadores que foram mantidos no censo de 2022 em relação aos indicadores utilizados no censo de 2010: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo e rampa para cadeirantes. Através do software de programação RStudio, foi realizada anteriormente a construção de um script utilizando a metodologia original do IBEU, com o objetivo de simplificar e automatizar seu cálculo nos diferentes níveis de agrupamento, global, municipal e local, para, a partir desse processo, realizar a reavaliação da metodologia utilizada em 2013 pelo Observatório das Metrópoles, bem como facilitar a obtenção dos resultados em censos posteriores. A automatização do cálculo visa não apenas agilizar a obtenção dos resultados, mas também garantir a comparação das desigualdades urbanas em diferentes escalas. A presente proposta consiste em utilizar o script existente como base para replicar a metodologia do IBEU 2013 usando os dados do censo demográfico de 2022 com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com objetivo de comparação direta entre resultados dos censos demográficos de 2010 e 2022. Essa abordagem permite verificar possíveis avanços e retrocessos nas condições de infraestrutura urbana ao longo do tempo.

BIBLIOGRAFIA: Ibeu: índice de bem-estar urbano / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEÓGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010/2022: agregados por setores censitários, entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012/2025. JUN, G. Introdução à Ciência de Dados em R. Disponível em: .

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4059****TITULO:**ONTOLOGIA DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL: DOS TORNEIOS REGIONAIS ÀS COPAS CONTINENTAIS E MUNDIAIS.**AUTOR(ES) : THIAGO ANDRADE CAMPOS VIRGILIO****ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do conhecimento (OC) é um domínio interdisciplinar que se dedica à sistematização de conceitos e saberes visando torná-los acessíveis e utilizáveis em diversos contextos. Para sistematizar dados, conceitos e informações, este trabalho propõe uma ontologia, que é uma ferramenta semântica que permite a instauração de inferências. Uma ontologia de domínio possibilita representar e relacionar os conceitos da área de assunto escolhida: o futebol e seus campeonatos. A motivação surgiu pela complexidade e constante evolução do futebol, que impacta a sociedade ao criar cenários, histórias e narrativas moldadas por seus fatores históricos. O objetivo geral é explicitar que existe uma grande diferença entre os campeonatos regionais, nacionais e intercontinentais/mundiais. Já os objetivos específicos da pesquisa são: identificar os principais campeonatos e copas de cada continente, correlacionar com países que possuem expressão no cenário mundial, mostrar suas respectivas federações, confederações, valores de mercado e apresentar a ontologia de forma facetada e em sua totalidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada com a finalidade de proporcionar uma solução prática e imediata para as situações identificadas pelo autor em seus objetivos. Sendo assim, a utilização de técnicas vistas em obras de autores relevantes das áreas do conhecimento contribuiu, juntamente com a pesquisa documental e o princípio da garantia literária, para o levantamento terminológico. O uso de uma planilha de Excel auxiliou na coleta e armazenagem de conceitos, termos e dados sobre futebol, pesquisados em sites oficiais das federações, confederações e no Transfermarkt, site que forneceu dados quantitativos e uma linguagem adequada à construção da ontologia. Para a formalização do Sistema de Organização do Conhecimento, foi utilizado o Web Protégé, onde foram modeladas as classes, instâncias e relações lógicas–semânticas da ontologia. O estudo tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Sistemas de Organização do Conhecimento (Barité, 2011); Ontologias de domínio (Sales, 2008); Organização do conhecimento (Brässcher e Café, 2008); Teoria do conceito (Dahlberg, 1978); Garantia Literária (Barité, 2010). O resultado da pesquisa mostra duas classes principais, "futebol" e "instituições", com 7 e 3 subclasse de ambas respectivamente, contendo 67 instâncias, 7 propriedades e 22 inferências geradas. Sendo assim, a pesquisa revela a diferença entre campeonatos regionais, nacionais e internacionais, destacando seu grau de importância e os valores financeiros envolvidos. A pesquisa conclui que o esforço para construir o SOC foi alcançado, mas, como toda ferramenta semântica, precisa ser atualizada de acordo com as mudanças e evoluções terminológicas que ocorrem no domínio do futebol.

BIBLIOGRAFIA: DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.101–107, 1978. BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANCIB, USP, 2008. SALES, Luana Farias; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, p. 62–76, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4061****TITULO:**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O DESCONGELAMENTO DO PERMAFROST NO ÁRTICO: RISCOS E CONSEQUÊNCIAS SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES**AUTOR(ES) : DANIELLE VALEIKO DINIZ DANTAS DE ALMEIDA****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O permafrost é uma camada de solo, rocha ou sedimento composto por terra, gelo e matéria orgânica congelada e é encontrado principalmente nas regiões polares, permanecendo congelado por no mínimo dois anos consecutivos. O permafrost ártico, habitado por mais de três milhões de pessoas, é considerado como base da vida humana e possui papel crucial no sistema socioecológico. No entanto, devido às mudanças climáticas potencializadas pela ação humana, esse solo aquece ocasionando o derretimento acelerado. A partir disso, o presente estudo busca explorar as mudanças climáticas como uma das principais causas desse descongelamento, os riscos e consequências socioambientais que o degelo do permafrost causa e de que forma o Direito Internacional das Catástrofes pode atuar na mitigação desses efeitos. A técnica de pesquisa utilizada será a bibliográfica, reunindo dados e artigos científicos e o método de revisão bibliográfica será o de estudo de caso. Resta evidente que o Direito Internacional ainda carece de respostas específicas para fenômenos climáticos como esse, então ao focar no Direito Internacional das Catástrofes, busca-se trazer, como objetivo específico, uma outra perspectiva que possa englobar questões mais pontuais e interpretativas, levando em consideração os direitos dos povos tradicionais afetados, riscos globais e catástrofes climáticas. Esse instituto, proposto por Sidney Guerra, é trazido com o intuito de impedir a ocorrência das catástrofes ou minimizar seus efeitos quando não for possível evitá-las. Conclui-se, portanto, que no contexto do derretimento do permafrost ártico — fenômeno que já resultou em catástrofes —, urge a necessidade da análise do problema sob a perspectiva do Direito Internacional das Catástrofes, abordando como esse instituto é capaz de tratar a relação de causa e efeito do problema.

BIBLIOGRAFIA: GARTLER, Susanna; SCHEER, Johanna; MEYER, Alexandra; ABASS, Khaled; BARTSCH, Annett; DOLOSIOS, Natalia; FALARDEAU, Jade; HUGELIUS, Gustaf; IRRGANG, Anna; INGIMUNDARSON, Jón Haukur. A transdisciplinary, comparative analysis reveals key risks from Arctic permafrost thaw. Communications Earth & Environment, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 1–20, 16 jan. 2025. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s43247-024-01883-w>. GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021. 1236 p.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4068**

TITULO:Necropolítica Brasileira: As cicatrizes da colonização e o Estado negligente

AUTOR(ES) : **BRYAN BARROS BIZARELLO MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este trabalho é uma resenha crítica do filme Bacurau, de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, lançado em 2019. Esta resenha crítica fez parte das ações desenvolvidas durante a disciplina 'Cinema e Relações Internacionais', da qual participei em 2024.2. A pergunta que orientou a execução deste trabalho foi como os acontecimentos da trama evidenciam uma relação dominadora que permeia a história do Brasil? Para responder a essa pergunta, o objetivo deste trabalho foi analisar as violências sofridas pelos moradores de Bacurau com base no conceito de 'Necropolítica' do campo da ciência política. A hipótese levantada durante a pesquisa apontou que a tentativa do massacre dos personagens, sob a perspectiva teórica do conceito apresentado, foi resultado de uma omissão ativa do Estado. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar esta resenha crítica foi um estudo de caso do filme Bacurau; fazendo uma análise qualitativa crítica baseada no referido conceito; a partir da revisão bibliográfica de autores como Achille Mbembe e Frantz Fanon. O resultado da pesquisa foi materializado na apresentação de uma resenha estruturada em três partes. A primeira parte apresentou a análise geográfica e social do local em que se passa a produção filmica. Tratava-se de um contexto de desigualdade e escassez de recursos. A segunda parte definiu o conceito da 'Necropolítica' do campo da ciência política para analisar o filme. O conceito ajudou a entender que as violências são frutos de uma omissão do Estado. A terceira parte realizou um estudo de caso do filme, utilizando as lentes da necropolítica, dentro do cenário descrito na análise geográfica e social. O caso estudado revelou que o Brasil ainda passa por uma relação submissa indireta por parte da população em relação a outros pólos de poder global. Por fim, a análise realizada permitiu conferir um sentido maior para a obra, porque Bacurau evidenciou que mesmo tendo passado anos da colonização do país, as dinâmicas que ela causou no imaginário popular ainda se entranham na população brasileira, ficando mais claros quando vamos para locais vulnerabilizados.

BIBLIOGRAFIA: BACURAU. Direção: Juliano Dornelles, Kleber Mendonça Filho. Pernambuco: Vitrine Filmes, 2019. (131 min). MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018. AB'SABER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados, 13 (36), p.07–59, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4069**

TITULO:MORRO DA PROVIDÊNCIA: POR QUE NÃO PERTENCER À PEQUENA ÁFRICA? LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DOS ATIVISMOS DO MORRO DA PROVIDÊNCIA COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DA REGIÃO.

AUTOR(ES) : **THAIS DE PAULA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: A Pequena África, berço da cultura negra na parte central da cidade, vem emergindo como objeto de disputa de significação dos lugares, construção de locais de memória e ativismos negros. Desde a redescoberta do Cais do Valongo, a criação do Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal 34.803/2011), o reconhecimento do Cais como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2017 e a criação do Circuito Histórico da Pequena África (Lei Estadual 8.105/2018), a ideia de Pequena África vem sendo focada na Zona Portuária. Isto contribui para a não consideração de outros lugares de memória (Nora,1993), cuja importância para a história negra como também integrantes da Pequena África vêm sendo reivindicada. Diante disso, a presente pesquisa, pretende abordar a disputa por identidade territorial dos atores sociais do Morro da Providência, importante marco na história da cidade cujos atores hoje confrontam a dinâmica de poder dos agentes governamentais da cidade. Neste processo, além da pesquisa bibliográfica como forma de aprofundamento teórico, a metodologia da pesquisa se baseou em entrevistas com moradores ativistas, selecionados a partir das atividades do grupo de Extensão "Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência", que possibilitaram o contato. Após um período de acúmulo e maturação das informações, foram elaboradas cerca de cinco perguntas e então foram entrevistados três atores sociais locais que promovem reflexões e debates sobre o Morro da Providência. O objetivo foi identificar suas ações e discursos que exaltam a identidade do território e contribuem para a construção da ideia do Morro como parte integrante da Pequena África. O SOS Providência, uma entidade de cunho não governamental, representada por Hugo Oliveira, na execução do projeto de recenseamento do Morro da Providência, levou para o treinamento de seus agentes territoriais (os chamados Moradores Monitores), um destaque na formação dos agentes no que diz respeito a conscientização da identidade do território como pertencente à Pequena África. Outra ação significativa foi a formulação coletiva promovida pelos moradores de um Roteiro Histórico do Morro da Providência. Assim também, há um projeto promovido pelo morador Cosme Felippsen chamado "Rôle dos Favelados", que promove uma visitação aos principais pontos históricos do centro do Rio de Janeiro e incluindo pontos dentro do Morro da Providência, e realizando também um circuito voltado somente para a Providência. Mauricio Hora, outra personalidade do território, líder comunitário e fotógrafo do Morro da Providência, em muitas de suas exposições promove a realidade e a história da região. Neste ponto, a pesquisa trará os entrelacamentos finais sobre as análises desenvolvidas através das narrativas dos ativistas locais, o olhar para as disputas territoriais e o contexto histórico da região.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017. NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. São Paulo: Proj. História, v.10, 1993. OLIVEIRA, Hugo. Galeria Providência: uma estratégia de visibilidade e disputa como parte do território da Pequena África. In: Santos, Renato; Barros, Teresa; Reis, Desirree; Araújo, Luís (Orgs.) Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África. 1. ed. Rio de Janeiro.Letra Capital,2022

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4078**

TITULO:Agência IPPUR: projetos especiais de divulgação científica

AUTOR(ES) : FABIOLA DE MEDEIROS SILVEIRA**ORIENTADOR(ES): MARIANA LUSCHER ALBINATI, CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: O projeto de extensão da Agência de Comunicação do IPPUR tem como objetivo principal divulgar o conhecimento produzido no Instituto, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, além de fortalecer os diálogos internos e externos, estabelecendo parcerias com movimentos sociais e criando espaços de debate, tanto virtuais quanto presenciais. Para além da comunicação científica, voltada à disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR tem investido em práticas de divulgação científica, com o intuito de democratizar o acesso ao conhecimento produzido no Instituto (BUENO, 2010). Essa abordagem busca construir pontes com diferentes públicos e formas diversas de produção de conhecimento, dentro e fora da academia. Participam da Agência alunos de Gestão Pública e de outras graduações da UFRJ, bem como estudantes de pós-graduação, organizados em três núcleos de trabalho: o Boletim IPPUR, o Núcleo de Gestão de Mídias e Eventos e o Núcleo de Produção de Séries Especiais. No âmbito das séries especiais, os/as extensionistas desenvolvem conteúdos integrados às estratégias de comunicação do IPPUR, voltados para a veiculação no Boletim IPPUR e nas redes sociais do Instituto, como Instagram e YouTube. Entre 2023 e 2025, as séries especiais contemplaram diversas iniciativas. Uma delas foi a realização de visitas de campo, organizadas em articulação com projetos e organizações parceiras do IPPUR, que resultaram na produção de relatos e textos informativos, aproximando o Instituto de dinâmicas práticas e diferentes territórios. Outra iniciativa foi a publicação de entrevistas para a série "Trajetórias Profissionais Multidisciplinares no Campo de Públicas", na qual profissionais compartilham suas experiências formativas, de pesquisa e de atuação, contribuindo para o debate sobre os múltiplos percursos possíveis nas áreas de gestão pública e planejamento urbano e regional. No campo audiovisual, destacam-se duas frentes de trabalho. A primeira é a produção da série Divulga IPPUR, composta por vídeos curtos e acessíveis, nos quais pesquisadores/as apresentam suas publicações mais recentes. A segunda é o desenvolvimento do Podcast IPPUR, que tem como foco a apresentação dos laboratórios e grupos de pesquisa do Instituto. Nesse projeto, os/as extensionistas se envolvem em todas as etapas do processo: desde o contato com os/as professores/as e a organização das informações, até a edição de áudios, inserção de legendas e publicação nas plataformas Spotify e YouTube. A participação nas séries especiais proporciona aos/as extensionistas um contato direto com temas e atores relevantes para a gestão pública e o planejamento urbano e regional, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a pesquisa e qualificação de fontes, a redação de textos informativos, a produção de roteiros, a edição de conteúdos audiovisuais e a gestão da comunicação em ambientes digitais.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & informação*, v. 15, n. 1esp, p. 1–12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4118**

TITULO:AVALIAÇÃO DE OPÇÕES REAIS PARA INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA NO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : DIOGO DA ROCHA SOUZA PINTO**ORIENTADOR(ES): GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS**

RESUMO: Este trabalho investiga a viabilidade financeira de projetos de microgeração distribuída de energia solar fotovoltaica no estado do Rio de Janeiro, utilizando a abordagem das opções reais como ferramenta de análise. Em um cenário de crescente preocupação com a sustentabilidade e de elevada dependência da matriz hidrelétrica no Brasil, a energia solar se apresenta como uma alternativa promissora, especialmente nas regiões com alta incidência solar ao longo do ano, como o Sudeste. A metodologia de opções reais permite incorporar à análise tradicional de viabilidade a flexibilidade inerente às decisões de investimento em ambientes incertos, como o atual contexto energético nacional, marcado por oscilações no câmbio, nos preços de equipamentos e mudanças regulatórias. A proposta central do estudo é avaliar se, do ponto de vista econômico-financeiro, o investimento em um sistema de microgeração solar no estado do Rio de Janeiro. Buscando responder se o projeto deve ser realizado imediatamente ou adiado, aguardando melhores condições de mercado. Para isso, serão considerados em simulações, fatores como o custo de implantação (Capex), a volatilidade cambial e o potencial de valorização ou redução futura desses custos. Assim buscando identificar o nível mínimo de investimento necessário para que o retorno esperado justifique o risco assumido. Além de quantificar a viabilidade econômica, o estudo também pretende fornecer subsídios para políticas públicas que incentivem a geração distribuída. Destacando os benefícios sociais e ambientais da adoção dessa fonte energética e em uma fonte concisa, a realidade atual e histórica do estado. Com base nas simulações realizadas e nos parâmetros aplicados à realidade do mercado solar brasileiro, espera-se contribuir para o amadurecimento do debate sobre transição energética no Rio e diminuir a incerteza atrelada a investimentos de geração solar. Com isso, espera-se impulsionar a rede fluminense na direção de uma matriz energética mais sustentável e econômica, superando as barreiras existentes.

BIBLIOGRAFIA: COPELAND, Tom, e ANTIKAROV, Vladimir. Opções Reais: um novo paradigma para reinventar a avaliação de investimentos. Rio de Janeiro: Campus, 2001. CORTAZAR, Gonzalo; SCHWARTZ, Eduardo S. Monte Carlo: evaluation model of an undeveloped oil field. *Journal of Energy Finance & Development*, v. 3, p.p. 73–84, 1998. DALBEM, Marta Corrêa. Análise de investimentos em energia eólica no Brasil. 198 f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010. EPE. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 ano base 2014. Coord. Maurício T. Tolmasquim e Amílcar Guerreiro. Rio de Janeiro: 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4131**

TITULO:Mudanças Climáticas, Relações Internacionais e Defesa: uma análise diante da emergência climática

AUTOR(ES) : ANA LUIZA MENDES MORAIS,MARIA EDUARDA SARTORIO ROCHA

ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA

RESUMO: Nas últimas décadas, as mudanças climáticas se consolidaram como um dos principais temas da agenda internacional, mobilizando organizações internacionais, Estados e atores não-estatais. No entanto, apesar da sua crescente centralidade nos fóruns globais, o debate sobre mudanças climáticas permanece majoritariamente ancorado em perspectivas ambientais, sociais e econômicas, com pouca ênfase nas dimensões de defesa e segurança. Como vimos nas recentes enchentes do Rio Grande do Sul no Brasil e nos recorrentes incêndios florestais na Europa, a resposta a esses eventos tem demandado o envolvimento crescente das forças armadas em operações de ajuda humanitária, logística e reconstrução, revelando um deslocamento da ação militar para além do campo tradicional da guerra. Assim, as Relações Internacionais, no âmbito multilateral e nacional, enfrentam o desafio de repensar os marcos teóricos e institucionais da guerra e da paz frente a emergência climática afim de ter que repensar as forças armadas como um ator estatal nesse ambiente de mudança climáticas. Esse trabalho tem como objetivo investigar como os atores de segurança e defesa têm sido incorporados – ou evitados – nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas, bem como como a emergência climática tem sido retratada no campo da segurança internacional. Para isso, adota-se uma metodologia qualitativa, baseada na análise documental de estratégias de defesa nacionais (como os relatórios do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Ministério da Defesa do Brasil), além de textos de organizações internacionais e literatura acadêmica sobre securitização e emergência climática. A pesquisa busca compreender essa ambivaléncia: por um lado, há uma crescente mobilização prática das forças armadas diante da crise climática; por outro, persiste uma resistência normativa em reconhecer oficialmente as mudanças climáticas como uma questão de defesa e/ou de segurança. Os resultados esperados incluem uma reflexão crítica sobre os riscos e implicações da possível militarização da questão ambiental e a identificação de tensões entre abordagens civilistas e securitárias no enfrentamento da emergência climática. O trabalho a ser apresentado foi feito por graduandas que participam do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID/UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. Security: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. DALBY, Simon. Security and Environmental Change. Cambridge: Polity Press, 2009. UNITED STATES. Department of Defense. Climate Risk Analysis. Washington, D.C.: Office of the Under Secretary of Defense for Policy, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4151**

TITULO:PLATAFORMA DE REDES COLABORATIVAS PARA INOVAÇÃO EDUCACIONAL E IMPACTO PROFISSIONAL

AUTOR(ES) : SOFIA MOURA MACHADO,MILENA RIBEIRO

ORIENTADOR(ES): GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS

RESUMO: O projeto tem como objetivo melhorar a integração entre academia e mercado por meio de um ambiente virtual humanizado e interativo, buscando desenvolver a formação de estudantes às demandas do mercado de trabalho, tendo em vista que o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios históricos e estruturais que comprometem a formação de profissionais aptos a atender às demandas do mercado de trabalho (de Souza et al., 2018). O Connect.AI é uma plataforma virtual que integra empresas, professores e alunos em torno da resolução de desafios reais. Empresas publicam problemas concretos e recebem sugestões de solução de diferentes regiões do país, identificando talentos e criando oportunidades de recrutamento ou consultoria. Professores acessam casos atualizados e contextualizados à realidade brasileira, podendo utilizá-los em sala de aula ou convertê-los em estudos de caso. Alunos desenvolvem pensamento crítico e competências práticas ao propor soluções, ampliando sua visibilidade e oportunidades no mercado de trabalho. A plataforma substitui abordagens genéricas por uma metodologia interativa e contextualizada, com média complexidade, alta aplicabilidade e forte potencial de transformação educacional e organizacional. Este projeto de pesquisa utilizará uma abordagem mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos, para alcançar seus objetivos de integrar academia e indústria através da plataforma de discussão de casos empresariais. A relevância deste projeto é reforçada por estudos recentes que destacam a contínua escassez de talentos no Brasil. A Pesquisa de Escassez de Talentos 2024–2025 do ManpowerGroup revela que cerca de 81% dos empregadores brasileiros ainda enfrentam dificuldades para preencher vagas, um cenário impulsionado por transformações no mercado de trabalho e pela rápida adoção de novas tecnologias. Há uma demanda crescente por habilidades digitais e socioemocionais (soft skills) como pensamento analítico, resolução de problemas e adaptabilidade, conforme o Relatório sobre o Futuro dos Empregos 2025 do Fórum Econômico Mundial e análises da Workalove. No Connect.AI, empresas poderão publicar problemas reais, recebendo sugestões de soluções de talentos de diversas regiões e identificando futuros colaboradores. Professores terão acesso a casos práticos e atualizados, enriquecendo o ensino em sala de aula ou servindo como base para projetos de pesquisa. Por sua vez, alunos desenvolverão pensamento crítico e competências essenciais ao propor soluções, ampliando sua visibilidade e oportunidades no mercado. A metodologia do projeto empregará uma abordagem de métodos mistos, combinando elementos qualitativos e quantitativos para a coleta e análise de dados. Este estudo se concentrará inicialmente em estudantes de graduação, uma das pesquisadoras se dedicará à identificação de desafios e desenvolvimento de estudos de caso junto a empresas, enquanto a outra será responsável pelo desenvolvimento da interface e funcionalidades do projeto

BIBLIOGRAFIA: de Souza, L. L. F., Gerhard, F., & Brito, E. P. Z. (2018). Desafios na formação de profissionais em Administração no Brasil. Administração: Ensino e Pesquisa, 19(1), 1–31. FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Relatório sobre o Futuro dos Empregos 2025: 78 milhões de novas oportunidades de emprego até 2030, mas é preciso melhorar a qualificação das forças de trabalho urgentemente. Fórum Econômico Mundial, [s.d.]. Disponível em: https://reports.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2025_Press_Release_PTBR.pdf. WORKALOVE. Trabalhabilidade – Qual o Real Impacto em Minha Instituição de Ensino ?. [S. l.]: Workalove, [s.d.]. Disponível em: <https://workalove.com/trabalhabilidade-nas-instituicoes-de-ensino/>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4186**

TITULO: Governança Oceânica e Disputas Geopolíticas em Choke points Marítimos: Vulnerabilidades e Propostas de Cooperação Multilateral

AUTOR(ES) : ANNA MEL LIMA DE ATHAYDE, JULIA DODD ARAUJO

ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA

RESUMO: Os choke points ou pontos de estrangulamento são passagens marítimas ou terrestres estreitas e de alta relevância geoestratégica, que condicionam o fluxo de pessoas, mercadorias e recursos, tornando-se zonas de interesse e disputa entre potências. Este trabalho concentra-se nos choke points marítimos – canais, estreitos e rotas estratégicas por onde circulam expressivos volumes de recursos energéticos e bens essenciais à economia global –, analisando-os como centros de tensões e vulnerabilidades na geopolítica internacional contemporânea. A crescente militarização, o estabelecimento de ilhas artificiais e a presença intensificada de grandes potências, como China e Estados Unidos, indicam um esforço para controlar essas passagens críticas. Diante disso, este estudo propõe um olhar fundamentado na governança oceânica como alternativa à lógica tradicional de dominação territorial. Tal abordagem reconhece os oceanos como bens comuns globais e defende sua gestão cooperativa, sustentável e multilateral. Por meio de uma metodologia qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica, estudos de caso e análise empírica com mapeamento dos choke points via Google Earth , o trabalho examina os contextos estratégicos dos Estreitos de Malaca, Bab el-Mandeb, Canal de Suez e novas rotas emergentes pelo Atlântico Sul. Propõem-se avaliar ainda os impactos da disputa geopolítica entre China, Estados Unidos, Índia e outros atores regionais nesses espaços, bem como o papel das ameaças não estatais, como pirataria e tráfico ilícito no comprometimento da segurança marítima regional. A análise também pode incorporar uma perspectiva local ao explorar a governança criminal nas zonas portuárias do Rio de Janeiro, marcada pela atuação de milícias e redes ilícitas. Tal paralelismo evidencia como a ausência de mecanismos cooperativos de governança favorece ambientes de instabilidade, tanto em escala global quanto local. Conclui-se que o fortalecimento da governança oceânica é fundamental para mitigar os riscos nos choke points marítimos, assegurando a estabilidade das rotas comerciais internacionais, a proteção ambiental e a promoção de um ordenamento internacional baseado na cooperação e na corresponsabilidade multilateral.

BIBLIOGRAFIA: DIONISIO DA SILVA, Daniele. Governança Oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 11, n. 2, p. 345–370., 2024. TEIXEIRA, Francisco Proença Garcia; MOURA, Tiago Camarinha Lopes de; FONSECA, Pedro Alexandre. A geopolítica dos chokepoints e dos shatterbelts – Volume III. Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2023. THUDIUM, Guilherme. Choque de potências e integração regional na Região do Oceano Índico: dimensão estratégica e disputa de poder no pós-Guerra Fria. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 181–208, jan./abr. 2021. DOI: 10.21544/1809-3191.v27n1.p181–208.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4200**

TITULO: UMA ANÁLISE REALISTA DAS CAUSAS DA TROCA DE LADOS DA ITÁLIA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

AUTOR(ES) : HENRIQUE SAMORINI

ORIENTADOR(ES): DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA

RESUMO: Participando oficialmente da Tríplice Aliança, era esperado que o Reino da Itália entrasse ao lado dos aliados com os quais estava comprometido há mais de três décadas — o Império Alemão e o Império Austro-Húngaro — com o desflagrar da Grande Guerra, em 1914. Em vez disso, após quase um ano de neutralidade, em 1915, o país se encontrava do lado de seus antigos oponentes, agora aliados na Tríplice Entente: Reino Unido, República Francesa e Império Russo. A presente pesquisa bibliográfica busca, sob a ótica da teoria do realismo offensivo de John Mearsheimer, compreender as razões dessa mudança de alianças em um conflito crucial para a história das relações internacionais. Para isso, o estudo examina as principais explicações disponíveis, incluindo aquelas que envolvem variáveis além do equilíbrio de poder, como a vontade popular, as crenças dos chefes de Estado e Governo, e fatores econômicos. O tema é relevante em função da importância histórica da Primeira Guerra Mundial e de suas consequências, bem como pela abordagem do complexo processo decisório que envolve a entrada de países em grandes conflitos — processo que permanece relevante na política internacional contemporânea. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uma revisão bibliográfica da história da Itália Moderna e da teoria do realismo offensivo, complementada pelo uso de fontes primárias, como tratados diplomáticos e discursos oficiais da época. Conclui-se que o Reino da Itália fez uma escolha estratégica pautada na racionalidade, ao apoiar a coalizão que lhe oferecia maiores promessas de ganhos territoriais, atribuindo baixo valor tanto aos compromissos diplomáticos anteriores quanto à vontade popular.

BIBLIOGRAFIA: MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York & London: W.W. Norton & Company, 2003. SETON-WATSON, Christopher. *Italy from Liberalism to Fascism: 1870–1925*. London: Methuen & Co, 1967. LOWE, Cedric. J. ; MARZARI, Frank. *Italian Foreign Policy, 1870–1940*. London: Routledge, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4252**

TITULO:A GEOPOLITIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA: UM REFLEXO DO "HUMANITARISMO" CONSTRUÍDO PELO NORTE GLOBAL?

AUTOR(ES) : MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA

ORIENTADOR(ES): MONICA BRUCKMANN

RESUMO: A América Latina constituiu-se enquanto campo de disputas históricas, de modo que, sua centralidade geopolítica foi construída também a partir das narrativas daqueles que empreenderam tal dominação: o Norte Global. Em tal cenário, ocorreu uma objetivação do discurso de proteção humanitária vinculado ao continente que revela a importância estratégica desse território e o paradoxo da longevidade de um certo "auxílio" humanitário como instrumento geopolítico; que, em muitas casos, afasta do país receptor a capacidade de ditar suas próprias prioridades de reconstrução e de desenvolvimento; bem como - muitas vezes - "esvaziam" a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Percebe-se, assim, o uso de discursos humanitários como forma de posicionamento no Sistema Internacional, hierarquizando e instrumentalizando certos direitos, enquanto instrumentos de segurança e de política externa que visam, muitas vezes, aumentar a fronteira de influência do país que exporta a "ajuda". Nesse sentido, cabe examinar a atuação da USAID na América Latina e, de modo exemplificativo, sua operação no Haiti - principalmente após o terremoto de 2011. Dessa maneira, o escopo deste artigo busca questionar se há uma política neocolonialista aplicada à América Latina, no que tange a instrumentalização do discurso do Norte Global sobre a proteção dos Direitos Humanos no continente e seus possíveis vínculos enquanto reforçadores dos laços de dependência e subalternidade entre os países. A partir disso, objetiva-se analisar as estratégias de ajuda humanitária aplicadas no território - exemplificado pelo caso haitiano -, através da composição de narrativas pautadas nos Direitos Humanos e vinculadas ao ideal de justiça/humanitarismo do Norte Global; esperando-se concluir que há uma política humanitária neocolonialista que reforça as relações Sul-Norte Global. Sobre o substrato teórico deste artigo, essa produção se fundamentará em pressupostos que constituem conceitos discutidos nesta pesquisa, como: dependência, ajuda humanitária, direitos humanos, subalternidade e geopolítica. Acerca da estratégia metodológica adotada, reitera-se a realização de uma Pesquisa Exploratória/Estudo de Caso, através de uma revisão de literatura de primárias e fontes secundárias, a fim de avaliar a funcionalidade da instrumentalização do discurso de proteção e auxílio humanitário, examinando os fluxos de ajuda e os impactos dessas diretrizes na política interna haitiana.

BIBLIOGRAFIA: JOHNSTON, Jake; LORENTZEN, Annee. Capacity Development for Whom? An Agenda for USAID Reform in Haiti. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research, 2022. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. SANTOS, Theotonio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4255**

TITULO:RACISMO INSTITUCIONAL: COMO A FALTA DE REPRESENTAÇÃO RACIAL NO JUDICIÁRIO PROMOVE A MANUTENÇÃO DE MECANISMOS RACISTAS

AUTOR(ES) : VITÓRIA GUEDES VALENTIM DO NASCIMENTO,HARLON GOMES MARTINS,JULIANA DA SILVA FARIA SANCHES

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: O racismo institucional permeia o Estado brasileiro em todas as suas partições, interferindo enfaticamente nas decisões tomadas na esfera judiciária. Diante disso, torna-se pertinente a reflexão acerca da proporção que a filtragem racial adquire no julgamento dos casos envolvendo pessoas negras na realidade brasileira. Tendo essa perspectiva em vista, é possível adotar como objeto o Poder Judiciário, com fins de investigar os mecanismos utilizados institucionalmente para equacionar casos que envolvem a comunidade negra e que, constantemente, são alvo de consequências divergentes às garantias fundamentais constitucionais. Por meio disso, se chega à questão problema de como o Poder Judiciário se reveste da filtragem racial como elemento de denúncia e de prova em processos judiciais de forma a não problematizar este feito, e como essa falta de percepção se relaciona com a ausência de titulares negros nos cargos. Extraí-se como tese que a arbitrariedade institucional contida na resolução de conflitos judicializados envolvendo pessoas negras é atribuída ao racismo institucional, que por sua vez é ampliado para a composição do Judiciário, deficiente de pessoas racializadas que representem a população. A metodologia consiste na análise do caso referente ao processo movido pela cantora Ludmilla contra Val Marchiori, de forma a mobilizar o que caracteriza o Direito Antidiscriminatório como subsistema do Direito Constitucional Brasileiro, para a compreensão do racismo na esfera nacional de acordo com o descrito no livro Tratado de Direito Antidiscriminatório, de Adilson José Moreira. Pode-se sintetizar, a partir do estudo, alternativas para solucionar o problema explicitado, a começar pela instituição do Direito Constitucional Amicus Curiae para viabilizar a participação de pessoas pretas nesses julgamentos e políticas que abarque uma formação continuada em relações étnicas para magistrados e servidores do Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. MOREIRA, Adilson José. Tratado de Direito Antidiscriminatório. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4269****TITULO:**O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA DETECÇÃO DE PLÁGIO E ORIGINALIDADE DE CONTEÚDOS DOCUMENTAIS**AUTOR(ES) : JULIANA ASSUMPCAO DA SILVA, ALICE FRAUCHES DO NASCIMENTO, GABRIELA BITTENCOURT MALATESTA, THALISA TAVARES CANDIDO****ORIENTADOR(ES): ANTONIO VICTOR BOTÃO**

RESUMO: A proliferação de informações na era digital trouxe à tona diversas questões relacionadas à originalidade e à autenticidade dos conteúdos. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) tem se destacado como uma ferramenta crucial na detecção de plágio e na avaliação da originalidade de documentos. Esta pesquisa explora como a IA está transformando a maneira como abordamos essas questões, podendo oferecer soluções mais eficazes e precisas. O plágio é definido como a prática de apresentar o trabalho ou as ideias de outra pessoa como se fossem próprios, sem o devido reconhecimento. Problematiza-se que essa prática não apenas compromete a integridade acadêmica e profissional, mas também pode ter consequências legais e éticas. Por outro lado, a originalidade refere-se à criação de conteúdos que são novos e únicos, refletindo a voz e a perspectiva do autor. A justificativa para esta pesquisa encontra ancoragem na perspectiva de que os algoritmos de comparação semântica são uma das inovações mais significativas na detecção de plágio, pois estes analisam o significado das palavras e estruturas de texto, permitindo uma verificação de similaridade mais precisa. Atualmente, o uso de ferramentas de IA usadas para essa função estão sendo amplamente utilizadas em ambientes acadêmicos, editoriais e corporativos com o intuito de garantir a integridade dos documentos. Objetiva-se, de maneira geral, apontar a eficácia das ferramentas de IA na detecção de plágio e originalidade em conteúdos documentais acadêmicos, no sentido de ratificar de forma crítica que a utilização das tecnologias de IA estão a serviço da garantia de confiabilidade dos conteúdos. Metodologicamente, será realizada uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo a partir do levantamento bibliográfico em bases de dados científicas nas áreas da Ciência da Informação, Ciência da Computação e Direito Autoral sobre a produção literária das últimas décadas do século XXI, além dos estudos de Araújo (2017), Barreto e Ávila (2023) e Moraes (2004), que servirão de subsídio para a observação e identificação da utilização da IA para a detecção de plágio e na constatação da originalidade na produção de conteúdos acadêmicos, além de serem feitas comparações entre dois sistemas utilizados na detecção de plágio para a análise da funcionalidade dessas tecnologias. Como resultados, espera-se encontrar um incremento do uso das ferramentas anti-plágio como garantia de eficiência e rapidez na avaliação de grandes volumes de texto e precisão na detecção de plágio, reduzindo falsos positivos e negativos.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, E. R. O. O plágio na pesquisa científica do ensino superior. Revista Conhecimento em Ação, v. 2 n. 1, P. 93–107, jan–jun 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v2i1.11725> BARRETO, A. M. P.; ÁVILA, F. DE. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DIANTE DA INTEGRIDADE CIENTÍFICA: UM ESTUDO SOBRE O USO INDEVIDO DO CHATGPT. Revista Direitos Culturais, v. 18, n. 45, p. 91–106, 7 set. 2023. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/1373> MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. Revista do IAB, p. 343–363, 2004. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossíveis/artigos/4/06.pdf>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4293****TITULO:**ANÁLISES DE CRÍTICAS PRODUZIDAS NA CPI, CASO MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ–AL**AUTOR(ES) : LUNA ALMEIDA RODRIGUES****ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: A pesquisa, ainda em andamento, é produto do projeto de iniciação científica sobre Análise Socioinformática De Conflitos Ambientais. Na qual, objetiva-se a partir das indicações teóricas da sociologia pragmática e sua operacionalização com apoio de ferramentas informáticas, entender a trajetória dos conflitos, incluindo atores, discursos, ações, instrumentos e temporalidade das controvérsias suscitadas pelos empreendimentos. Esta pesquisa tem como foco a exploração predatória do sal-gema pela mineradora Braskem em Maceió, Alagoas. Investigações em 2019 confirmaram a responsabilidade da Braskem pela extração inadequada, a qual gerou os fundamentos no solo da cidade. Em 2023, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem (dez/23 a mai/24) para apurar a responsabilidade da empresa e de órgãos públicos no caso. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é o da análise das críticas com base na sociologia pragmática e utilizando ferramentas de informática. A sociologia pragmática, de acordo com Chateauraynaud, busca entender como os atores envolvidos constroem seus argumentos, a trajetória dos conflitos e controvérsias públicas, e como se dão as transformações sociais a partir do engajamento dos atores no conflito. Por sua vez, a análise da pesquisa engloba a identificação dos atores, seus argumentos, as ações realizadas, os instrumentos empregados e a cronologia das controvérsias que surgem. Nesse ponto, a crítica social é importante para denunciar injustiças e provocar mudanças no sistema. Após essa análise, podemos chegar à síntese da crítica e em seguida categorizá-las em temas. Assim, a metodologia desta pesquisa qualitativa, se utiliza de um dossiê construído a partir das transcrições das 17 sessões da CPI Braskem (com duração média de 1h30min cada), e as transcrições por sua vez foram divididas por falas, totalizando 3.138 documentos. O modo de conformação do corpus serviu como a principal estratégia metodológica. Por sua vez, as principais ferramentas informáticas utilizadas são Próspero e QualCoder. O Próspero é um software francês, que produz análises de discurso, por meio da investigação do dossiê, e opera com base em dicionários construídos durante a pesquisa, os quais irão guiar o programa em sua leitura. Em resumo, o software analisa grandes volumes textuais, auxiliando na compreensão de alertas e controvérsias e permite acompanhar a temporalidade e variações nos discursos dos atores. Enquanto o QualCoder é um software de análise qualitativa de conteúdo, o qual serve como um facilitador para a análise dos textos. Por fim, dentre o principal resultado pretendido está o mapeamento dos temas das críticas produzidas ao longo das sessões da CPI Braskem.

BIBLIOGRAFIA: BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Porto Alegre: Sociologias, abr. 2016. (Nota técnica). CHATEAURAYNAUD, F. Pragmática Das Transformações E Sociologia Das Controvérsias: Lógicas De Investigação Em Face Do Tempo Longo Dos Processos. LABEMUS – LABORATORIO DE ESTUDOS DE TEORIA E MUDANÇA SOCIAL, 6 jun. 2019. (Nota técnica). MANSUR, Maíra; JARDIM, Luiz. O colapso mineral em Maceió: O desastre da Braskem e o apagamento das violações. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 4316

TITULO:ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ANVISA: IMPACTOS NA AGENDA REGULATÓRIA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

AUTOR(ES) : LIVIA CAMPOS BRANDAO

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: A regulação de setores essenciais no Brasil e a transparência pública configuram-se como elementos centrais para a consolidação de uma governança democrática e participativa. Nesse cenário, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desempenha papel fundamental ao regular produtos e serviços que impactam diretamente a saúde e o bem-estar da população brasileira. A transparência de dados e a participação social, nesse contexto, são ferramentas indispensáveis para promover a legitimidade, a eficiência e a accountability das decisões tomadas pelo órgão. A disponibilização de informações claras e acessíveis, somada ao envolvimento efetivo da sociedade civil nos processos regulatórios, permite a construção de políticas públicas mais responsivas e alinhadas às demandas sociais. O presente artigo tem como objeto de estudo a análise da transparência de dados e da participação social no âmbito da ANVISA, com ênfase em sua agenda regulatória. A questão-problema que orienta a pesquisa é: como seria possível estabelecer uma relação adequada entre os dados disponibilizados pela ANVISA e a formulação de políticas públicas eficazes e participativas? Para fundamentar a discussão, adota-se como marco teórico o modelo deliberativo de Jürgen Habermas e John Rawls, que valoriza o diálogo público e a justiça como equidade no processo decisório, destacando a importância da participação cidadã na construção de decisões justas e inclusivas. Sob essa perspectiva, a abertura de dados e a promoção de canais de participação pública são analisadas como mecanismos capazes de aprimorar a legitimidade das decisões regulatórias. Metodologicamente, a pesquisa desenvolveu-se a partir de três etapas principais: (i) revisão bibliográfica sobre transparência, participação social e regulação no contexto brasileiro; (ii) coleta e análise dos dados disponibilizados pela ANVISA em sua agenda regulatória, considerando aspectos como clareza, acessibilidade e atualidade das informações; e (iii) elaboração de recomendações visando ao aprimoramento da relação entre os dados públicos e as políticas públicas derivadas. A escolha dessa abordagem metodológica busca garantir uma análise crítica e fundamentada, capaz de identificar boas práticas e lacunas nos processos de transparência e participação da Agência. O artigo busca contribuir para o debate sobre a transparência e a participação social na regulação sanitária brasileira, com foco na atuação da ANVISA em sua agenda regulatória. Visa analisar a qualidade e a disponibilidade dos dados fornecidos pelo órgão, examinar os mecanismos de participação social disponíveis e propor recomendações para fortalecer a relação entre dados públicos e políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Qualidade Regulatória. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/qualidade-regulatoria/qualidade-regulatoria>. Acesso em: 10 fev. 2025. RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. (trad. Almiro Pisetta, Lenita Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 2000. CARVALHO-SOARES, Mônica L. et al. Dados abertos para a Sociedade: um histórico do Plano da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, v. 12, n. 2, p. 647-647, 2021. Disponível em: <https://rbfhs.org.br/sbrafh/article/view/647>. Acesso em: 10 fev. 2025

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 4361

TITULO:A Extrema–Direita ibérica (Vox na Espanha, Chega em Portugal) e seu papel de articulação internacional (Foro de Madri)

AUTOR(ES) : ARTUR BARCELOS SANTOS FERNANDES,ISABELLE RUAS HAUS,GABRIELA LIMA LAPA E SILVA,NICOLLE FIGUEIREDO PORTO DE SOUSA,OTÁVIO GOMES MIRANDA

ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar as principais articulações políticas no campo de extrema-direita da Península Ibérica, principalmente por meio de suas expressões partidárias eleitorais de maior destaque, com Vox na Espanha e Chega em Portugal, mas também de modo complementar, observando a relação destes grandes movimentos com segmentos de menor mobilização e maior radicalismo, como os Partidos que compuseram a aliança "ADN–Identidad Española" nas eleições europeias de 2019 e o Grupo 1143, grupo abertamente neonazista acusado de colaboração com deputados do Chega. Será abordada a composição e contexto de formação do "Foro de Madrid", organização criada em 2020 que aglomera contatos entre a extrema direita europeia e latino americana e quais cooperações ou desavenças tem ocorrido entre os dois grandes partidos no Campo da Extrema–Direita Europeia, via Parlamento Europeu. O encampamento destes partidos políticos no campo da extrema direita nesta pesquisa, se dá pelo uso das teorias sobre o "pós-fascismo" de Enzo Traverso e a teoria sobre o enfraquecimento da hegemonia neoliberal progressista de Nancy Fraser. Durante a Pesquisa, nosso recorte temporal principal será a partir do ano de 2019, dado fato que é a partir deste ano que surge o Chega em Portugal e o Vox ganha assentos no parlamento europeu pela primeira, permitindo se observar a expansão e os avanços eleitorais desses partidos, e como esse se deu. Porém, também será usado como ponto auxiliar ao recorte temporal principal, usando também um recorte secundário que começa a partir de 2008, ano que começou uma crise econômica mundial que afetou fortemente a economia de Portugal e Espanha com o fim de observar as raízes políticas e econômicas na Península Ibérica que viriam a semear o crescimento político destas forças de extrema-direita. Diante disso, esperamos desbrinchar e evidenciar o discurso desses partidos de extrema-direita no sistema político ibérico e Europeu, por meio dos Programas políticos disponibilizados por esses Partidos e Discursos de suas Lideranças. Portanto, o objetivo principal do presente trabalho é contribuir para a compreensão da dinâmica política ibérica contemporânea destes Partidos.

BIBLIOGRAFIA: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista. Belo Horizonte, Autentica, 2022. TRAVERSO, Enzo. As Novas Faces do Fascismo. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2021. Fraser, Nancy.O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária. 2020

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4362****TITULO:**Entre dados e direitos: o impacto da Jurimetria na extrajudicialização**AUTOR(ES) : LEONARDO DE SOUZA ROCHA LIMA MEDINA,JOANNA PERDOMO AZEREDO GOMES****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O compromisso com o princípio da duração razoável do processo, direito assegurado aos litigantes em processos administrativos e judiciais, é exaustivamente reafirmado pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico. Para além da proteção constitucional, prevista no art. 05, inciso LXXVII da Constituição Federal de 1988, o Brasil se tornou signatários de tratados internacionais sobre o tema, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966 e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, e o tutelou nos primeiros artigos dos seus códigos em matéria processual, ressaltando sua importância. No entanto, a lentidão na tramitação de ações no Judiciário se posta como um dos principais desafios para a efetivação de uma ordem jurídica satisfatória, capaz de suprir as necessidades advindas do direito de ação. Por conta disso, o legislador brasileiro e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) têm unido esforços na criação de mecanismos que procuram mitigar a morosidade do sistema judiciário brasileiro, inclusive permitindo a prática de atos sem a homologação judicial via processo, dando inicio a um movimento de extrajudicialização em massa de procedimentos. Isso se deu pela transformação de inúmeras ações pendentes de julgamento e suas decisões em dados, o que possibilitou uma análise estatística da situação enfrentada e posterior propositura de meios adequados de resolução, conceito nomeado pelo estado da arte de jurimetria (COUTO e OLIVEIRA, 2016). Nesse contexto, este trabalho pretende apresentar o estudo aplicado da jurimetria como ferramenta analítica para a compreensão do problema de excesso de litígios, bem como para a avaliação de possíveis soluções para a sobrecarga do Poder Judiciário. A pesquisa apresentará metodologia qualitativa e quantitativa com análise de doutrinas, artigos acadêmicos, legislação brasileira e estrangeira e jurisprudência, com enfoque nos relatórios produzidos pelo CNJ e suas recomendações sobre a temática. Os autores atuarão conjuntamente na divisão de tarefas de revisão teórica e análise estatística. Como resultado esperado, busca-se demonstrar que a jurimetria é a maior aliada do princípio da duração razoável do processo, para além de apontar soluções menos custosas e mais eficientes fora do Sistema Judiciário, estabelecendo um marco acadêmico que materialize um direito de ação acessível, justo e eficaz.

BIBLIOGRAFIA: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Justiça em Números 2024*. Brasília: CNJ, 2024. COUTO, Mônica Bonetti; OLIVEIRA, Simone Pereira de. Gestão da Justiça e do conhecimento: A contribuição da jurimetria para a administração da Justiça. Curitiba: Revista Jurídica, vol. 02, nº 43, pp. 771–801, 2016. FREIRE, Pedro Henrique Maciel; DOMINGOS, Jânio Taveira. A extrajudicialização como forma de redução da morosidade do Poder Judiciário. Fortaleza: Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará, ano 15, nº 1, pp. 75–98, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4371****TITULO:**PLANETA DOS MACACOS: UM DEBATE SOBRE TRANSUMANISMO, BIOÉTICA E FICÇÃO CIENTÍFICA**AUTOR(ES) : JOAO PEDRO GOMES MONTEIRO LOPES****ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: O presente trabalho é uma resenha crítica sobre a trilogia moderna de Planeta dos Macacos, com foco no primeiro filme (A Origem, 2011), dirigido por Rupert Wyatt. Esta resenha fez parte das ações desenvolvidas durante a disciplina “Cinema e Relações Internacionais”, da qual participei em 2024.2. A pergunta que orientou o trabalho foi: como o filme “Planeta dos Macacos: A Origem”, através do gênero filmico de ficção científica, representa e problematiza o conceito de Transumanismo? Para responder essa pergunta, o objetivo desta pesquisa é compreender como o filme reflete os dilemas do Transumanismo, servindo de veículo para críticas éticas e sociais, e ilustrando os possíveis riscos e benefícios dos avanços tecnológicos na evolução das espécies. Partindo da hipótese de que o filme expõe a ambivalência do Transumanismo — entre o potencial de aprimoramento humano e os riscos de desigualdade biológica —, a pesquisa analisa essa dualidade à luz de teóricos como Nick Bostrom e Max More, que defendem a evolução humana, e críticos como Francis Fukuyama, que alertam para as consequências éticas de manipulações genéticas descontroladas. A metodologia empregada durante a pesquisa foi um estudo de caso do filme, utilizando uma análise qualitativa crítica, explorando como “Planeta dos Macacos: A Origem” usa a extração científica e o distanciamento cognitivo, característicos do gênero de Ficção Científica, para discutir os limites éticos da ciência. A abordagem é fundamentada na revisão bibliográfica da teoria crítica de Fredric Jameson e na concepção de Ficção Científica de Darko Suvin, que enxergam o gênero como um espaço especulativo para debates éticos e sociais. O resultado da pesquisa foi materializado na apresentação de uma resenha estruturada em três partes: A primeira parte analisa o contexto histórico pós-Projeto Genoma Humano (2003), destacando como a decodificação do DNA abriu novas fronteiras na medicina e na biotecnologia, mas também gerou debates sobre os limites éticos da ciência. A segunda parte aborda a constituição histórica da ficção científica, desde Frankenstein (1818) até os dias atuais, inserindo o gênero no contexto da Era Vitoriana e na ideologia do progresso da Europa novecentista, explorando sua função de extrapolar o presente e refletir sobre o impacto das inovações tecnológicas na condição humana, com base em Darko Suvin e Frederic Jameson. Por fim, a terceira parte analisa o conceito de Transumanismo no filme, mostrando sua abordagem ambivalente: de um lado, a promessa de superação dos limites humanos (Bostrom e More); de outro, os riscos de desigualdade biológica (Fukuyama). De certa forma, o filme faz uma crítica à visão otimista — e talvez ingênua — do Transumanismo de que o aprimoramento tecnológico levaria automaticamente a uma sociedade de nível superior. Assim, revela os dilemas éticos e sociais da era biotecnológica, onde o Transumanismo aparece tanto como promessa quanto advertência.

BIBLIOGRAFIA: BOSTROM, Nick. *The Transhumanist FAQ: A General Introduction*. 2003. Disponível em: <https://www.nickbostrom.com/views/transhumanistfaq.html>. Acesso em: 5 mai. 2025. JAMESON, Fredric. *Archaeologies of the Future: The Desire Called Utopia and Other Science Fictions*. New York: Verso, 2005. SUVIN, Darko. *Metamorphoses of Science Fiction: On the Poetics and History of a Literary Genre*. New Haven: Yale University Press, 1979.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4379****TITULO:** RELIGIÃO E PODER: O AVANÇO EVANGÉLICO NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**AUTOR(ES) :** JULIA BARREIRA NUNES, REBECA DA SILVA CABRAL**ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: No contexto da polarização política e da ascensão da extrema direita no Brasil a partir de 2018, observa-se também a crescente popularização do cristianismo evangélico, especialmente de sua vertente pentecostal, em diversas esferas da sociedade. Nesse cenário, o objeto do presente trabalho é a influência dessa religião dentro dos três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — e os limites e tensões que tal influência impõe ao princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro. A questão problema é: O cristianismo evangélico, na medida em que se insere e se fortalece progressivamente nas três esferas de poder, pode estar se tornando um "Estado Paralelo" dentro do próprio Estado brasileiro? O marco teórico desta pesquisa fundamenta-se na perspectiva da Teoria do Estado de Georges Burdeau, a qual fornece instrumentos conceituais para analisar os elementos que caracterizam e constituem um Estado. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica sobre religião, política e laicidade, análise de dados qualitativos e quantitativos de fontes públicas e privadas, além da interpretação da Constituição Federal de 1988, com ênfase nos dispositivos sobre o Estado laico. As considerações parciais são que, embora ainda faltem características cruciais para que essa religião se constitua formalmente como um "Estado paralelo", sua crescente e significativa influência no Estado brasileiro é motivo de preocupação e representa uma ameaça à laicidade prevista na Constituição.

BIBLIOGRAFIA: BURDEAU, Georges. O Estado. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. Curso no Collège de France (1977–1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4383****TITULO:** A ATUAÇÃO DA ANS NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DESAFIOS E CONFORMIDADE COM A LGPD**AUTOR(ES) :** ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES**ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em 2020, o Brasil passou a exigir maior rigor na proteção e tratamento de dados pessoais, especialmente no setor de saúde, onde o uso de dados sensíveis é comum. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), como reguladora do setor de saúde suplementar, possui um papel crucial na fiscalização e orientação das operadoras de planos de saúde quanto ao tratamento de dados de seus beneficiários. Nesse sentido, o objeto é a atuação da ANS na proteção de dados pessoais no setor de saúde suplementar, com foco em como a agência está implementando e fiscalizando o cumprimento da LGPD pelas operadoras de planos de saúde. A questão problema é: como a ANS atua para garantir que as operadoras de planos de saúde estejam em conformidade com a LGPD no tratamento de dados pessoais, especialmente dados sensíveis de saúde? A pesquisa será fundamentada nas teorias sobre regulação estatal e a proteção de dados pessoais, particularmente a teoria de governança regulatória e o papel das agências reguladoras como intermediárias entre o Estado e o mercado. Será também abordada a doutrina da privacidade informacional no contexto de dados sensíveis e a interpretação da proteção de dados no Brasil sob a ótica da LGPD. A pesquisa irá explorar o debate sobre a competência regulatória da ANS e sua interação com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), trazendo à tona as tensões e colaborações entre esses órgãos no cumprimento da legislação de dados pessoais. A pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, por meio da análise de normativas emitidas pela ANS, casos práticos de fiscalização e orientação sobre o cumprimento da LGPD, e decisões administrativas envolvendo a proteção de dados no setor de saúde suplementar. Serão analisados relatórios e documentos públicos da ANS. O período de análise será de 2020 a 2024, focando nos primeiros anos de implementação da LGPD.

BIBLIOGRAFIA: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS. Análise de Impacto Regulatório (AIR) na ANS. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/analise-de-impacto-regulatorio-air>. Acesso em: 16 fev. 2025. BOTELHO, Marcos César; CAMARGO, Elimei Paleari do Amaral. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados na saúde. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, Brasil, v. 21, p. e0021, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2021.168023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/168023..> Acesso em: 10 mar. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4401****TITULO:** RAP, Repressão e Resistência: Estigmatização, Necropolítica e Violência Policial no Brasil**AUTOR(ES) :** LARISSA LIMA, TAYLA VILELA LOPES**ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise crítica sobre como o rap brasileiro, desde os anos 1990 até os dias atuais, denuncia a violência policial e as práticas de repressão estatal direcionadas às populações negras e periféricas. A pesquisa parte da compreensão de que o Estado, a mídia e a sociedade constroem identidades estigmatizadas que legitimam a repressão, a exclusão social e o encarceramento em massa. Para isso, utilizaremos os conceitos de estigmatização, conforme discutido por Erving Goffman, e de necropolítica, proposto por Achille Mbembe, como eixos teóricos centrais. O objetivo é demonstrar como o rap atua como uma forma de resistência cultural e política, desafiando estruturas de dominação e dando visibilidade à violência institucionalizada. A metodologia será qualitativa, com análise de conteúdo de letras de rap e entrevistas públicas de artistas relevantes, como Racionais MC's. Ao dar voz às margens, o rap brasileiro revela o cotidiano das periferias e denuncia a selevidade penal do Estado, reafirmando a arte como instrumento de luta e sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA: CONTIER, A. D. (2005). O rap brasileiro e os Racionais MC's. In Anais do 1 Simpósio Internacional do Adolescente São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. GOFFMAN, Ervin. 1988. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara. MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte". Revista Arte e Ensaios: Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4408****TITULO:**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ERA DO ANTROPOCENO SOB A PERSPECTIVA DA ECONOMIA FEMINISTA**AUTOR(ES) : LUISA GRISOLIA ROUXINOL****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA**

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento predominante, caracterizado pela exploração intensiva da natureza e pela negligência das múltiplas dinâmicas de opressão e exploração que afetam corpos subalternizados. A partir de uma abordagem interseccional fundamentada na economia feminista, busca-se evidenciar como as intersecções entre gênero, raça, classe e território geram realidades diversas de opressão dentro do atual modelo de desenvolvimento. Além disso, pretende-se analisar as possibilidades de construção de um desenvolvimento sustentável na era do Antropoceno, um período marcado pelas intensas transformações ambientais causadas pela ação humana e pelas profundas desigualdades estruturais (KRENAK, 2019). A partir de uma abordagem interseccional ancorada na economia feminista e ecológica (ISLA, 2020) objetiva-se examinar criticamente os limites do desenvolvimento promovido pelo capitalismo patriarcal e extrativista, que prioriza o lucro em detrimento da vida. Em contraposição, a economia feminista e ecológica oferece uma lente potente para pensar alternativas sustentáveis e justas, que coloquem a reprodução da vida no centro das decisões econômicas, reconhecendo os trabalhos invisibilizados como o cuidado e a importância dos saberes ancestrais, comunitários e territoriais. Com isso, o objetivo principal do trabalho é investigar como a economia feminista pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável verdadeiramente inclusivo, que reconheça e enfrente as múltiplas opressões enfrentadas por grupos subalternizados, em especial mulheres, pessoas racializadas, populações periféricas e do Sul Global. Busca-se, assim, articular justiça social, econômica e ambiental como dimensões inseparáveis na construção de futuros possíveis e plurais. (TEIXEIRA; OLIVERA; VIEIRA, 2023). A metodologia do trabalho baseia-se na análise dos textos e debates realizados durante os encontros do projeto de extensão de Economia e Feminismos, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEFem/IE/UFRJ), que busca promover o diálogo e a aprendizagem sobre o papel das mulheres no sistema capitalista e na economia brasileira, produzindo materiais como vídeos, entrevistas, artigos e posts em mídias sociais, que estão disponíveis no nosso canal de youtube (https://www.youtube.com/c/economiafeminismo_ufrj). Tal como artigos, entradas de blog (disponíveis no nosso blog medium.com/NuEFem) e também pela produção de artes e pequenos textos nas mídias sociais do projeto (@economiaefeminismos). A atuação da autora está ligada à participação ativa nos encontros e na produção de conteúdo de divulgação nas redes sociais, contribuindo para a disseminação de assuntos sobre economia feminista e sustentabilidade. Os resultados esperados incluem uma maior conscientização sobre as questões discutidas e uma contribuição significativa para os debates sobre economia feminista.

BIBLIOGRAFIA: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, S. Sheyla; HERRERO, Yayo. Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. TEIXEIRA, Marilane Oliveira; OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice Menezes. Contribuições para pensar uma nova sociedade. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Autonomia Literária, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4414****TITULO:**BEM–VINDO, MAS NEM TANTO: O PARADOXO DO TURISMO E SEUS EFEITOS POLÍTICOS E SOCIAIS EM BARCELONA**AUTOR(ES) : BIANCA FERREIRA LIMA PINHEIRO,SOFIA FISCHER CHIANELLO****ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: O crescimento acelerado do turismo internacional, impulsionado pela globalização e pela economia digital, tem transformado cidades em destinos altamente desejados por visitantes temporários, provocando graves consequências nas dinâmicas socioespaciais e culturais para as populações locais. Barcelona, na Espanha, considerada um dos principais destinos turísticos do mundo, tornou-se um caso emblemático dos efeitos contraditórios do turismo em massa, evidenciando tensões entre inserção internacional, crescimento econômico e bem–estar da população residente. Isto é, a cidade tem sido progressivamente convertida em mercadoria simbólica, orientada ao consumo cultural e à lógica de mercado, cujos desdobramentos são sentidos diretamente na vida cotidiana da população local. Diante disso, a pergunta que orientou a execução deste trabalho foi qual é a relação entre o turismo em massa e o crescimento da turismofobia em Barcelona, e de que maneira os diferentes atores locais — como autoridades públicas, setor privado, e sociedade civil — lidam com esse fenômeno? Para responder esta pergunta, o objetivo do trabalho foi o desenvolvimento de uma análise crítica a partir da compreensão da relação entre o turismo em massa, o acirramento da turismofobia e como o discurso revela disputas com base nos conceitos de justiça espacial e globalização do campo da Geografia Política e das Relações Internacionais. Logo, urge a necessidade de situar tal fenômeno no campo das Relações Internacionais para compreender como o turismo opera como vetor político–social, permitindo o desenvolvimento de debates e pesquisas que consigam desenvolver soluções sustentáveis e equilibradas entre a promoção da inserção internacional de um espaço e a manutenção de suas condições e características originárias. Desse modo, a hipótese levantada durante a pesquisa é de que o crescimento da turismofobia em Barcelona, derivado da intensificação do turismo em massa no contexto da globalização e da mercantilização do espaço urbano, sob a perspectiva teórica da justiça espacial, é resultado da apropriação desigual do espaço urbano, que privilegia os interesses do mercado turístico em detrimento das necessidades da população. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar essa análise crítica foi a revisão bibliográfica de autores como David Harvey e Donald G. Reid, sobre o tema turismo em massa, turismofobia e os processos de resistência urbana em contextos de globalização, bem como o levantamento de dados sobre os aspectos já mencionados, durante os anos de 2015 a 2019. Diante do exposto, resultados parciais sugerem que existe uma correlação entre as áreas de Barcelona mais afetadas pela mercantilização do espaço urbano e a intensificação do ódio ao turismo exacerbado. Por fim, espera–se que esta análise crítica contribua para a compreensão do turismo como vetor político e social nas Relações Internacionais.

BIBLIOGRAFIA: HARVEY, David. Social Justice and the City: Geographies of Justice and Social Transformation. University of Georgia Press, 2009. MARTINS, Marco. Tourism planning and Tourismphobia: An Analysis of the Strategic Tourism Plan of Barcelona 2010–2015. Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing, volume 4, número 1, páginas 3–7, 2018. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/67085>. Acesso em: 01/05/2025. REID, Donald G. Tourism, Globalization and Development: Responsible Tourism Planning. Pluto Press, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4426****TITULO:**AS ENGRENAJENS DA GUERRA: GÊNERO, ECONOMIA E A VIOLENCIA ESTRUTURAL EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS**AUTOR(ES) : TAYLA VILELA LOPES****ORIENTADOR(ES): MARGARITA OLIVERA**

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise crítica da relação entre guerra, feminismo e economia, com base nas contribuições teóricas de Nadje Al-Ali, Radhika Coomaraswamy e Madeleine Rees. Parte-se da hipótese de que a violência de gênero em contextos de guerra e militarização é um fenômeno estrutural, vinculado à manutenção de normas patriarcais e de desigualdades socioeconômicas. Essa violência, longe de ser episódica, constitui um mecanismo funcional para a reprodução de hierarquias políticas e econômicas nos cenários de conflito e pós-conflito. A metodologia utilizada é qualitativa, centrada na revisão bibliográfica e na análise crítica das obras selecionadas. A partir da teoria feminista e dos estudos sobre conflitos armados, examina-se como a guerra impacta diferencialmente homens e mulheres, e como esses impactos revelam aspectos invisibilizados das estruturas de poder. Nadje Al-Ali, em *What kind of liberation? Women and the occupation of Iraq*, ao abordar a ocupação do Iraque, demonstra como as guerras podem reforçar ou tensionar padrões de gênero. Radhika Coomaraswamy, em seu relatório para a ONU intitulado *Report of the Special Rapporteur on Violence against Women, Its Causes and Consequences, submitted in accordance with Commission on Human Rights resolution 2000/45*, analisa a violência sistêmica contra mulheres em zonas de conflito, apontando para suas raízes estruturais e para a necessidade de uma justiça transicional sensível ao gênero. Madeleine Rees, em *Gender, War and Peace: "We the People"*, por sua vez, destaca o papel das mulheres como agentes políticas centrais na construção da paz, defendendo sua participação nos processos decisórios internacionais. O marco temporal se concentra no final do século XX e início do século XXI, período em que se intensificam os debates multilaterais sobre gênero, segurança e direitos humanos. O trabalho é desenvolvido no âmbito do projeto de extensão “Economia e Feminismos” da UFRJ, espaço onde a autora–estudante atua diretamente nas análises teóricas e na articulação entre produção acadêmica e debate público. Como resultados esperados, pretende-se contribuir para a compreensão da guerra a partir de uma perspectiva feminista interseccional, que considere os efeitos materiais e simbólicos da violência sobre as mulheres. Além disso, busca-se evidenciar a centralidade das experiências de gênero para a formulação de políticas públicas voltadas à paz e à justiça de transição. Ao propor uma leitura que integra os campos da Economia Política, dos Estudos de Gênero e das Relações Internacionais, o trabalho reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares na análise de conflitos contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA: REES, Madeleine. Gender, war and peace: "We the people". openDemocracy 50.50, 8 mar. 2016. COOMARASWAMY, Radhika. Report of the Special Rapporteur on Violence against Women, Its Causes and Consequences, submitted in accordance with Commission on Human Rights resolution 2000/45. Genebra: ONU, 2001. AL-ALI, Nadje. *What kind of liberation? Women and the occupation of Iraq*. Berkeley: University of California Press, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4453****TITULO:**A Governança Oceânica na Região dos Lagos: atores e ações, lacunas e práticas**AUTOR(ES) : BRUNA DA COSTA RODRIGUES ARAGUTTI MONICA****ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O oceano é parte intrínseca da cultura de diversos povos ao redor do mundo e representa uma fonte vital de vida e de sociabilidade, pois garantem recursos alimentares e econômicos que permitem a sobrevivência de bilhões de pessoas. Devido à sua importância, nas últimas décadas passa a ser necessário estabelecer normas para questões de segurança, proteção ambiental, economia e gestão dos recursos - surge, então, elementos que iriam compor a governança oceânica. Um de seus marcos é a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que abrange diversas temáticas e atuação de múltiplos atores em diferentes esferas, seja no sistema internacional envolvendo países diversos, seja em uma esfera mais regional por meio de organizações, ou seja ainda no âmbito nacional com o delineamento de atuação de atores estaduais ou municipais. Considerando a existência dessa forma de gestão, o foco deste trabalho é explorar quem seriam os atores de governança oceânica e como eles atuam na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Esta microrregião é composta por sete municípios, abrange grande parte do litoral fluminense: Araruama, Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro e Saquarema, todos dependentes de suas praias e lagoas para suas economias que respondem por 5,9% da riqueza do estado. Há que se consideram a empregabilidade desse espaço oceânico na Região e a necessidade de uma valorização política e social que aplique ferramentas de desenvolvimento sustentável. Por isso, propõe-se relacionar esse mapeamento ao conceito de governança territorial, entendida numa perspectiva multi-escalar, que valoriza instrumentos locais no delineamento de políticas públicas e de ações de gestão. A análise a ser apresentada foi feita por uma graduanda do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. A metodologia utilizada é exploratória, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, baseada em artigos e livros, com possíveis estudos de caso por meio de entrevistas.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, M. Da Governança à Governança Territorial Colaborativa. Uma Agenda para o Futuro do Desenvolvimento Regional. DRD - Desenvolvimento Regional em debate. Ano 3. 52–65. 2013. TOMASZ Ł. The Concept of Maritime Governance in International Relations. Stosunki Międzynarodowe, v. 54, n. 4, p. 123-144, 1 jan. 2018. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Cadernos Regionais do Estado do Rio de Janeiro, 3 – Região das baixadas litorâneas. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/biblioteca-apl/publicacoes/caderno-regional-baixadas-litoraneas-rj.pdf>

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4460**

TITULO:Relato de experiência do projeto Narrativas a partir do uso da obra “Óculos de cor: ver e não enxergar”

AUTOR(ES) : **JÚLIA MIDORI MAGARIO NARDIS**

ORIENTADOR(ES): **LETICIA VIRGINIA LEIDENS**

RESUMO: O projeto “Narrativas decoloniais: Literatura e Direitos Humanos” visa difundir o conteúdo de obras literárias brasileiras, contemporâneas, escritas por mulheres e que abordem como narrativa violações de direitos humanos a partir das experiências sócio-históricas locais. Busca-se estimular a reflexão e a interação de modo aberto e coletivo, utilizando a literatura brasileira como fonte de debate. As atividades propostas passam por rodas de leituras interativas, bate-papos e oficinas nas escolas públicas do município de Macaé/RJ, voltadas para o público infanto-juvenil, com faixa etária entre 9 e 16 anos. Dessa maneira, busca-se a aproximação entre o imaginário social brasileiro, através da literatura e o quotidiano local, dando espaço para as violações de direitos na vivência escolar e fora dela. O projeto está trabalhando com a obra “Óculos de cor: ver e não enxergar”, de Lilia Schwarcz, com o intuito de incentivar a troca de saberes com as crianças sobre os temas centrais dessa narrativa. Este relato de experiência tem por base atividades realizadas para turmas do quarto e quinto ano da Escola Nossa Senhor dos Passos, de Macaé/RJ, crianças com faixa etária de 9 a 11 anos. Utilizamos referências de linguagem da própria obra, como a produção de óculos de papel em cores e lentes coloridas, para que as crianças experimentassem essa criação e ao mesmo tempo questionassem o uso da produção coletiva. A partir daí, cada um com seus óculos, “enxergando com lentes” iniciou-se a roda de leitura interativa visando o incentivo aos processos de ler, interpretar e engajar junto de discussões com temas sociais complexos e muitas vezes não “vistos” e percebidos no nosso cotidiano, como desigualdade social, racismo, antirracismo e branquitude. Ainda, estimulou-se a criação individual de um novo final para o livro ou sua continuidade, que destacasse como imaginavam, no futuro, a relação entre os personagens Alvo e Ebony, fator que desenvolveu a criatividade e afetividade das crianças. Observou-se a receptividade animada e positiva das crianças; a motivação à competição saudável; a valorização de atividades artísticas; o atraso no processo de alfabetização; as dificuldades com o público infantil; a quantidade significativa de apelidos e provocações que passam por bullying; a insegurança ao ler em público; o conhecimento incipiente sobre racismo, antirracismo e branquitude, a partir de comentários críticos sobre as percepções do personagem Alvo. A experiência dos acadêmicos tem sido enriquecedora, pois o projeto promove o aprimoramento de metodologias ativas, relações empáticas e naturalização da troca de saberes, além de contribuir para o aperfeiçoamento de narrar histórias e simplificar conceitos, do cuidado na abordagem de assuntos sensíveis. O projeto se estrutura e se reelabora entre a universidade e comunidade, se intensificando na promoção do impacto social nas escolas públicas macaenses em parceria com a Secretaria de Municipal de Educação do município.

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. LEIDENS, L.V.; ALVEZ, A.B.S. Relato de experiência: projeto educação em direitos humanos nas escolas municipais de Macaé. In: LEIDENS, Letícia Virginia; ALMEIDA, Fernanda Andrade. Educação jurídica e direitos humanos: Epistemologias e pedagogias para um ensino crítico do direito. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Óculos de cor: ver e não enxergar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4463**

TITULO:O LÍTIO COMO FUGA À DEPENDÊNCIA NO SUL GLOBAL: UM ESTUDO DE CASO DA TENTATIVA BOLIVIANA

AUTOR(ES) : **ISADORA POSKUS GUIMARAES**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO: A partir da mudança do paradigma energético atual, a Bolívia adquire protagonismo ao concentrar as maiores reservas de lítio mundiais, uma vez que esse elemento é crucial para a composição de baterias de armazenamento de energia, as quais estão presentes na maioria dos aparelhos elétricos portáteis e nos veículos elétricos cujo mercado encontra-se em contínua expansão. O país sul-americano esteve no centro das discussões da transição energética ao defender o fim da manutenção de um modelo de extração para exportação de matérias-primas, que perpetua as transferências de valor desequilibradas em direção às grandes potências. Reivindica-se a industrialização nacional do lítio, mas ao longo do caminho, encontram obstáculos e retrocessos, sobretudo, com os novos contratos realizados com empresas da China e da Rússia, que ameaçam esse processo de fortalecimento da soberania nacional sobre o lítio. Logo, a presente pesquisa tem como objetivo-geral a análise das dificuldades enfrentadas pela Bolívia em seu projeto de emancipação tecnológica e econômica na cadeia de exploração do lítio, identificando fatores estruturais internos e externos que fortalecem sua posição periférica dependente nas trocas comerciais globais. Ademais, procura-se investigar o histórico do lítio na Bolívia, interpretar os limites estruturais do sistema capitalista dependente e analisar as características e consequências de recentes contratos firmados com Rússia e China para a exploração do lítio. Para cumprimento dos objetivos, a metodologia escolhida centraliza-se no Estudo de Caso da trajetória boliviana no que tange ao lítio, apresentando corte qualitativo e usufruindo também da pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias. Sob a luz da abordagem teórica marxista dependente, cujos principais autores são Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, a autora espera conectar os obstáculos enfrentados pela Bolívia para a agregação de valor do lítio com a persistência de sua posição dependente no sistema capitalista global. Portanto, serão analisados artigos, documentos e a historicidade ligados aos esforços nacionais do povo boliviano, que tenta resistir aos limites impostos nas trocas comerciais desiguais aos Estados periférico, procurando utilizar o lítio em prol de benefícios econômicos internos. Cabe ressaltar que não se espera desestimular movimentos nacionais contra o capital internacional, mas reconhecer que este é capaz de subordinar Estados aos seus interesses, impedindo a verdadeira independência político-econômica.

BIBLIOGRAFIA: ALAMANZA LARRAZABAL, Luis Alfredo; JIMÉNEZ REYES, Hugo Alfredo. Bolívia y desarollo regional: ¿Potosí el nuevo distrito industrial y poible polo regional en torno al litio? Revista Orbis Catina, v.7, n.1, p.1–20, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> Acesso em: 10 abr. 2025 SANTOS, Theotonio dos. Teoria da dependência: balanços e perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1 e 2. ZICELLO, Lorenzo; FORNILLO, Bruno (Orgs.). Lítio en Sudamérica: geopolítica, energía y territorios. Buenos Aires: CLACSO, 2019. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/12258>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4474****TITULO:MEMÓRIAS NEGRAS E DESAFIOS CARTOGRÁFICOS NA PEQUENA ÁFRICA****AUTOR(ES) : EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA,IURI MACHADO DE MENDONCA****ORIENTADOR(ES): RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: A produção cartográfica na Pequena África, região central do Rio de Janeiro, é um exercício de imaginação espacial que visa valorizar um local historicamente não hegemônico. A área foi impactada pelas transformações urbanas do Projeto Porto Maravilha e pelas dinâmicas recentes do poder público municipal. A noção de Pequena África possui uma dimensão dual: a nomeação histórica de Heitor dos Prazeres no início do século XX, que reconhecia a forte presença populacional negra, suas expressões culturais e redes de sociabilidade; e a apropriação contemporânea do termo pelo Movimento Negro, utilizando-o como instrumento de valorização das memórias negras e de resistência frente aos processos de apagamento histórico. A luta por reconhecimento se manifesta em ações como o tombamento de bens culturais, a criação de museus e disputas topográficas, ativando a memória. A constituição da Pequena África é resultado de múltiplas temporalidades e da atuação de diversos sujeitos. Assim, a cartografia produzida no território busca ir além da dimensão material e visível da cidade, incorporando elementos subjetivos, simbólicos e históricos. O objetivo é gerar representações espaciais que possibilitem a análise das dinâmicas sociais e das práticas culturais em diferentes períodos, contribuindo para leituras mais complexas e críticas da região. Certeau (2004) descreve o cotidiano como um campo de invenção e subversão, onde as táticas dos modos de fazer, criados por sujeitos no uso criativo dos espaços, contrastam com as estratégias das instituições hegemônicas. Em esse contexto que o automapeamento da Pequena África se insere, transformando o mapa em um dispositivo político e de pertencimento. Nesse processo, surgiram os desafios cartográficos: como representar aspectos do território que não se encontram fixos no espaço, mas que o atravessam? Como cartografar redes de sociabilidade negras, os deslocamentos cotidianos das Tias Baianas, entre outros elementos imateriais? Essas questões exigem o desenvolvimento de representações que abarquem diferentes temporalidades e articulem formas não tradicionais de mapeamento. Atualmente, o trabalho consiste no desenvolvimento de cartografias que contenham essas camadas não tangíveis do território. Isso tem exigido experimentações metodológicas que extrapolam a cartografia convencional, com o uso de softwares como o QGIS para criar mapas de pontos e diagramas que representem redes de sociabilidade e vínculos entre personagens históricos. Os desafios são técnicos e conceituais: como representar o que é mutável e simbólico? Foi criada uma base de dados, a partir de pesquisas bibliográficas, organizada em planilha para cruzar informações e definir representações com recursos gráficos que expressem a memória. Entre os principais resultados esperados estão a publicação de um e-book com as cartografias e textos analíticos, além da criação de um site com mapa interativo, fortalecendo a memória negra e as práticas de resistência no território.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos ; SILVA, K. S. ; RIBEIRO, L. P. ; SILVA, N. C. . Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou reexistência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1ed.Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464–491. ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP,1987 CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. "Introdução geral", p. 37–53; Cap. III "Fazer com: usos e táticas", p. 91–106.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4483****TITULO:Agência IPPUR: gestão de mídias sociais e apoio a eventos****AUTOR(ES) : EDUARDO DE JESUS RODRIGUES,LAIS MARIA DA SILVA,ISABELLA DE CARVALHO ROSA,ALANY MARIA DE AMORIM DOS SANTOS,JULIA NATALIA SOUZA GONCALVES,JOÃO PEDRO BRAGA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO,MARIANA LUSCHER ALBINATI**

RESUMO: O projeto de extensão da Agência IPPUR é formado por estudantes do curso de Gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, outras graduações da UFRJ e estudantes da pós graduação em geral e tem como principal objetivo compartilhar conteúdos produzidos nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, favorecendo assim a disseminação de temas relevantes para a sociedade e principalmente para os estudantes e docentes. Para além da "comunicação científica", voltada à disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR vem realizando uma série de atividades de "divulgação científica", visando democratizar o acesso ao conhecimento científico (BUENO, 2010), estabelecendo pontes com outros públicos e outras formas de produção de conhecimento, dentro e fora da academia. A extensão da agência IPPUR é dividida em três principais frentes de trabalho: organização do Boletim IPPUR, gerenciamento de mídias sociais e produção de séries especiais. Os/as extensionistas que participam do núcleo de comunicação são responsáveis pelas seguintes atribuições: a) Planejamento e coordenação do fluxo de postagens nas diferentes mídias sociais, de forma estratégica, alinhada aos objetivos da ação, com monitoramento de desempenho; b) organização dos conteúdos a serem divulgados e definição dos formatos mais adequados, buscando diversificar os meios de circulação para alcançar um público variado; c) Produção de conteúdos audiovisuais, incluindo gravação e edição de vídeos curtos para as plataformas Instagram e Youtube dentro das estratégias de comunicação estabelecidas; d) Apoio na organização e realização de eventos e atividades como webinars, lives e debates presenciais, incluindo a divulgação dos eventos, sua transmissão, gravação e a disponibilização; e) Divulgação do boletim IPPUR no mailchimp, plataforma de automação de e-mails. Essas atividades são essenciais para o crescimento da Agência e para a promoção de informações relevantes. Na SIAC 2025, pretendemos apresentar as atividades e resultados apresentados no último ano do projeto. A partir de uma metodologia colaborativa, construída em reuniões quinzenais de definição de pautas e repartição de tarefas, a equipe desenvolveu estratégias audiovisuais voltadas, por exemplo, a fortalecer a divulgação do Boletim IPPUR, e deu apoio a eventos virtuais de grupos e laboratórios do IPPUR, bem como a eventos presenciais, com destaque para a participação ativa na divulgação e cobertura da Semana IPPUR. A Agência teve números expressivos ao longo dos meses, com um crescimento de cerca de 450 seguidores de novembro de 2024 a junho de 2025 e 122 mil visualizações em todos os tipos de conteúdos durante os meses de março e junho de 2025 apenas no Instagram. Esses números mostram a força da equipe de mídias da extensão, ajudando na disseminação dos conteúdos científicos a diversos públicos.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1–12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4515****TITULO:**ABANDONO PARENTAL COMO CRITÉRIO DE INAPTIDÃO PARA O EXERCÍCIO DA CURATELA**AUTOR(ES) :** ALICE SOARES LIMA**ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: A curatela passou por diversas reformas até alcançar sua formação atual, sendo finalmente compreendida, conforme o artigo 84 da Lei n.º 13.146/2015, como uma medida protetiva extraordinária. Dada a importância e a delicadeza desse papel, torna-se fundamental definir quem pode ser curador, sempre com foco na proteção integral da pessoa interditada . A legislação estabelece que o curador nomeado judicialmente deve ser, preferencialmente, alguém com vínculo familiar, afetivo ou comunitário com o curatelado. O artigo 747 do Código de Processo Civil de 2015 elenca "pais ou tutores" entre as pessoas legitimadas a exercer a curatela. Dessa forma, surge a seguinte questão central: a curatela pode e deve ser exercida por pais que previamente protagonizaram situações de abandono parental ao longo da vida de seus filhos, seja no plano físico e material, seja no âmbito afetivo? Se tais casos de abandono podem ser objeto de responsabilização civil ou outras sanções legais, por que, após a maioria, esses mesmos pais seriam considerados aptos a desempenhar um papel de tamanha relevância e responsabilidade? Nesse sentido, um histórico comprovado de abandono parental, seja na dimensão material pela ausência de suporte básico, seja na esfera afetiva pela falta de cuidado e atenção essenciais ao desenvolvimento saudável, levanta sérias dúvidas sobre a capacidade desses pais de exercerem a curatela de maneira responsável e zelosa. A negligência pregressa pode indicar a falta de compromisso com o bem-estar do filho e a ausência das qualidades necessárias para o exercício de tamanha responsabilidade. No entanto, deve-se, também, considerar a possibilidade de alienação parental pregressa, que afastou o parente de sua função social. Com isso, o presente estudo tem como objetivo central analisar a aplicabilidade do abandono parental como critério de inaptidão para o exercício da curatela, visando preencher essa possível lacuna jurídica. Para isso, os marcos teóricos que nortearão a pesquisa serão fundamentalmente alicerçados na obra de Caio Mário, em suas "Instituições de Direito Civil, Volume V", que aborda o Poder Familiar e os deveres parentais que transcendem o aspecto patrimonial, enfatizando a proteção e à convivência familiar saudável. Também incorporará os princípios da responsabilidade parental, com a primazia da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse do curatelado, elementos corroborados pela jurisprudência contemporânea do STJ. A metodologia empregada consiste em uma análise qualitativa aprofundada, pautada na pesquisa bibliográfica sobre a curatela e o abandono parental, bem como na análise documental da legislação vigente e de decisões proferidas pelos tribunais brasileiros. Espera-se, como resultado principal, demonstrar a relevância do histórico de abandono parental na avaliação da aptidão para a curatela, fortalecendo a segurança jurídica e a proteção dos interesses do curatelado.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Vol. V: Direito de família. FABIANO. RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA ANÁLISE SOBRE ABANDONO AFETIVO POR UM DOS GENITORES. Disponível em: . Acesso em: 5 maio. 2025. CAROLINA, A.; TEIXEIRA, B. A DISCIPLINA JURÍDICA DA AUTORIDADE PARENTAL. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Acesso em: 5 maio. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4522****TITULO:**Estratégias de verticalização no varejo farmacêutico brasileiro: um estudo descritivo das redes RD Saúde e Grupo Profarma**AUTOR(ES) : CAROLINA YAN XIN YI,SAMUEL SANTOS DA SILVA****ORIENTADOR(ES): JULIA PARANHOS**

RESUMO: O projeto propõe um estudo descritivo sobre como a verticalização tem sido utilizada como estratégia de crescimento no varejo farmacêutico brasileiro, com foco nas redes RD Saúde e Grupo Profarma. A pesquisa parte de um panorama geral do setor varejista farmacêutico no Brasil, entre 2019 e 2023, período no qual se observa um movimento consistente de crescimento do faturamento e expansão das redes, reforçando a relevância do setor na economia nacional. Considerando essa tendência de crescimento, o estudo buscará caracterizar a evolução do número de lojas, o desempenho de faturamento, a expansão dos canais de venda e as transformações estratégicas observadas. A verticalização pode ser incentivada por motivações como o controle da cadeia de suprimentos, a redução de custos de transação, o fortalecimento de canais próprios de venda e a diferenciação competitiva. Em contrapartida, barreiras regulatórias, custos fixos elevados ou falta de escala podem desestimular essa estratégia. A presente pesquisa, portanto, procura investigar como essas forças se manifestam nas estratégias adotadas pelas empresas líderes do varejo farmacêutico brasileiro, com movimentos diferentes de verticalização, utilizando o modelo Estrutura-Conduita-Desempenho (ECD) como suporte para a análise. O desenvolvimento do projeto envolve todas as etapas da pesquisa: o levantamento, a organização e o tratamento dos dados, a análise dos documentos públicos e institucionais, bem como a sistematização dos resultados em quadros e sínteses descritivas. Dessa maneira, serão coletados e analisados dados desinflacionados provenientes de fontes como a Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), IQVIA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em seguida, o trabalho detalhará as estratégias específicas de crescimento das empresas selecionadas, enfatizando a estrutura de vendas físicas e digitais, a utilização de centros de distribuição próprios, o investimento em plataformas de e-commerce e aplicativos, e a integração dos canais de atendimento ao consumidor. Espera-se, ao final do trabalho, caracterizar de que forma o processo de verticalização desses casos impulsionam o crescimento e a reorganização geral do setor varejista farmacêutico, contribuindo para a compreensão das estratégias empresariais em mercados regulados e concentrados no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Anuários Estatísticos (2019–2023). Abrafarma. Relatórios e dados setoriais disponíveis em www.abrafarma.com.br. KÜPFER, D. J.; HASENCLEVER, L. (org.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4524**

TITULO:Uma análise do comportamento dos Tribunais Superiores (STJ e STF) na anulação ou não de provas com base no princípio constitucional da inviolabilidade de domicílio

AUTOR(ES) : **LEONARDO GOMES CHIANCA**

ORIENTADOR(ES): **LUIGI BONIZZATO**

RESUMO: A inviolabilidade de domicílio é direito e princípio constitucional inserido, pelo legislador constituinte originário, no artigo 5º, inciso XI, da Constituição da República. É um direito fundamental e cláusula pétreia, que comporta, portanto, somente as exceções previstas pela própria Constituição, quais sejam, as de violação do domicílio: em casos de desastre; para prestação de socorro; durante o dia, por determinação judicial; e em caso de flagrante delito. Com base nessas normas constitucionais, o presente trabalho objetivou analisar decisões judiciais, junto aos Tribunais Superiores (STJ e STF), com foco no fato de terem as decisões sido favoráveis ou não à violação do domicílio em casos de tentativas de obtenção de provas ligadas a práticas de crimes variados. Como metodologia, procedeu-se ao levantamento estatístico dos acórdãos dos tribunais superiores que versaram sobre a anulação de provas, em virtude do princípio da inviolabilidade de domicílio, nos últimos 10 anos. Análises quantitativas e qualitativas, complementaram a metodologia, com exames de conteúdos específicos, entre eles o que diz respeito às chamadas “fundadas suspeitas” para que se proceda com a penetração na residência de uma pessoa.

BIBLIOGRAFIA: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4527**

TITULO:INTEGRAÇÃO DE DATAS COMEMORATIVAS E INSTAGRAM COMO ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

AUTOR(ES) : **MILLA CRISTINE ALMEIDA DA SILVA,MARIA NATALICIA FERNANDES PALHANO**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE CHRISTINA GONÇALVES FERREIRA**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a integração de datas comemorativas com o acervo da biblioteca como estratégia para contribuir no processo de aprendizagem. De forma específica, busca apresentar o uso das datas comemorativas no aplicativo Instagram como ferramenta de dinamização do acervo da biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ). Para Gasque (2016, p.19), em se tratando do aspecto de ensino-aprendizagem, “a internet e as mídias sociais constituem-se ferramentas importantes de apoio ao letramento informacional e ao aprender, além de serem conteúdos de aprendizagem necessários aos aprendizes”. A investigação aborda o processo de seleção de livros do acervo e a busca de informações confiáveis sobre as datas comemorativas para criação de conteúdos no Instagram. O estudo destaca produtos e serviços informacionais que possibilitam explorar essas datas para promover a leitura, a cultura e a inclusão. A metodologia consiste na pesquisa-ação, de modo a demonstrar ações participativas e coletivas, onde todos participam do processo de pesquisa. Optou-se também pela pesquisa bibliográfica, que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 199), “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos, impressos ou eletrônicos, [...]”. Com isso, foi possível levantar informações relevantes sobre biblioteca escolar, datas comemorativas, livros paradidáticos e mediação da leitura. As postagens também servem para dar visibilidade aos produtos e serviços da biblioteca, além de contribuir para a aproximação entre os usuários e o espaço informacional. As ações de mediação da leitura por meio do uso das datas comemorativas mostraram-se eficazes para acolher temas relevantes, divulgar o acervo da biblioteca e propiciar a formação de leitores críticos. Conclui-se que a divulgação de informações sobre datas comemorativas contribui significativamente para o aumento do número de empréstimos e do interesse dos alunos pelos temas abordados. Por meio dessas ações, observou-se maior engajamento discente e fortalecimento da missão da biblioteca do CAp/UFRJ de garantir acesso à informação e promover a leitura crítica e cidadã.

BIBLIOGRAFIA: GASQUE, Kelley C. G. D. Internet, mídias sociais e as unidades de informação: foco no ensino-aprendizagem. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 10 No 2, 2016. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4590**

TITULO:Uma análise do crescimento chinês através dos modelos heterodoxos de crescimento

AUTOR(ES) : BERNARDO SAMPAIO SILVA**ORIENTADOR(ES): MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo investigar as conexões teóricas e empíricas entre os modelos de crescimento heterodoxos e a trajetória de crescimento econômico da China nas últimas décadas. Em particular, busca-se compreender o papel do investimento público como motor do crescimento e seu impacto sobre o investimento privado, no contexto de uma economia marcada por forte atuação estatal e planejamento de longo prazo (Carvalho, P., Nogueira, I., 2023), além de entender a dinâmica da distribuição funcional de renda ao longo desse processo. Modelos heterodoxos de crescimento, como os modelos de inspiração kaleckiana, fornecem um arcabouço analítico especialmente relevante para interpretar o dinamismo chinês, ao permitirem a endogeneização do investimento privado (Busato et al, 2019), além de possibilitar que se façam considerações sobre o papel dos fatores distributivos na dinâmica econômica. A hipótese central é que a expansão sustentada do investimento público na China não apenas gerou crescimento direto da demanda, mas também induziu o investimento privado (Medeiros, 2013), promovendo um círculo virtuoso de crescimento liderado pela demanda agregada. A pesquisa também se propõe a mapear o possível esgotamento desse modelo, à luz das transformações recentes no regime de crescimento chinês. Em uma segunda etapa, será analisada a transição para um regime de crescimento mais centrado no consumo doméstico, impulsionado em grande parte pela ampliação do crédito às famílias e pelo fortalecimento do mercado interno. Esse novo arranjo parece indicar uma inflexão na lógica do crescimento chinês, com importantes implicações macroeconômicas e distributivas, além de levantar questões sobre sua sustentabilidade no médio e longo prazo. Ao articular teoria heterodoxa, especialmente a neo-kaleckiana, e a análise do caso chinês, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre estratégias de desenvolvimento em economias emergentes, destacando o papel do Estado e da política econômica na construção de trajetórias de crescimento sustentado e inclusivo. A metodologia adotada na pesquisa articula revisão de literatura, método descritivo e analítico, buscando articular as teorias de crescimento dos modelos heterodoxos e analisar empiricamente sua aplicabilidade para a compreensão do caso chinês. Com base em dados de fontes como o Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional), National Bureau of Statistics of China e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), serão analisadas séries temporais de variáveis-chave, como: Formação bruta de capital fixo (público e privado); Consumo das famílias; Crédito ao setor privado; Crescimento do PIB e composição da demanda agregada. Buscando evidências empíricas que corroborrem as hipóteses dos modelos heterodoxos de crescimento.

BIBLIOGRAFIA: Carvalho, P., Nogueira, I. (2023), "The role of the State on foreign direct investment regulation in China", Brazilian Journal of Political Economy, vol. 43, nº 1, pp. 256–274 Medeiros, C. (2013), "Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa", Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia – Vol 2, CGEE, pp. 435–489 Busato et al (2019), "Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki: investimento e dinâmica", Revista de Economia Política, vol. 39, nº 3 (156), pp. 509–526

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4617**

TITULO:Subtração internacional de crianças e violência doméstica: a perspectiva de gênero se impõe?

AUTOR(ES) : INGRID CRISTINA DE SOUZA XAVIER**ORIENTADOR(ES): LETICIA VIRGINIA LEIDENS**

RESUMO: O rompimento de famílias transnacionais associado à subtração internacional de crianças vem acompanhado por temas transversais que envolvem debates sobre a migração, a identificação de quem recorrentemente subtrai crianças e, sobretudo, o reconhecimento de um cenário marcado por violações de direitos humanos. A jurisprudência brasileira nos mostra a identificação de mulheres, mães e migrantes como recorrentes subtratoras, num percentual de 93%; dos casos de subtração internacional julgados. Entretanto, a Convenção da Haia de 1980, criada para lidar com rupturas familiares e a violação do direito à guarda, peca em não trazer uma perspectiva de gênero ao seu texto, a fim de reconhecer também a situação de hipervulnerabilidade de mulheres e migrantes em um contexto de subtração internacional. Além disso, a violência doméstica é outro fator, in verbis, ausente neste acordo. É sobre o art. 13(1)(b) que é feito o esforço interpretativo, para abranger os casos de violência doméstica como circunstâncias para o não retorno da criança ao estado de residência. Corroborando com tal perspectiva, 52% dos julgados analisados vinculam a subtração à violência doméstica, logo, torna-se imprescindível debêrçarmo-nos sobre este aspecto. Por outro lado, sendo este um tratado internacional, é compreensível a rigidez de suas diretrizes, e, em certa medida, a não objetividade de alguns artigos. Isto é, cada país interpreta determinadas situações conforme sua cultura jurídica, assim, é possível que uma mesma situação fática seja lícita ou ilícita a depender de quem a analisa. Diante disso, um acordo internacional deve ser uniforme para que todos possam aplicá-lo sem grandes distinções. Todavia, é necessário rediscutir a atualização de seu texto para englobar as diversas demandas sociais do presente. Nesse contexto, a partir de debates que aproximam as frentes gênero e direito internacional, nossa pesquisa buscará mapear as dimensões sociojurídicas da subtração internacional de crianças associada com a violência doméstica e os reflexos no campo da aplicação da Convenção da Haia de 1980. Além de problematizar o espaço dado aos direitos das mulheres perante a cultura jurídica do direito internacional de família e por consequência os obstáculos do acesso à justiça, o que impõe a necessidade de uma rediscussão que inclua uma perspectiva de gênero e ao mesmo tempo fomentar novos enfoques do superior interesse da criança. A metodologia de abordagem tem por base um perfil interdisciplinar nos planos epistêmicos, teórico e metodológico, se constituindo a partir de um viés crítico. A pesquisa parte de uma análise quantitativa e qualitativa de casos jurisprudenciais brasileiros, de forma a tecer uma comparação com a perspectiva internacional normativa e doutrinária. Busca-se confirmar ou não a hipótese da imprescindibilidade da perspectiva de gênero em casos que envolvam subtração internacional de crianças e violência doméstica.

BIBLIOGRAFIA: CONFÉRENCE DE LA HAYE DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ. GUIDE DE BONNES PRATIQUES – CONVENTION ENLÈVEMENT D'ENFANTS: SIXIÈME PARTIE – Article 13(1)(b), jul. 2020. Disponível em: <https://www.hcch.net/fr/publications-and-studies/details4/?pid=7059>. GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Subtração internacional de crianças: Análise das exceções ao retorno imediato do menor à residência habitual e crítica ao enquadramento da violência doméstica como flexibilidade permissiva. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 17, n. 2, p. 364-381, 2020 TIER, Jennifer S. Domestic Violence Harms the Child: The Seventh Circuit Puts Children First in International Custody Disputes, 2 Seventh Circuit Rev. 704, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual

ARTIGO: 4636

TITULO:Ativismo Judicial e Direito Fundamentais: A Atuação do STF na ADPF das Favelas

AUTOR(ES) : LUCAS BRUNO DE AZEVEDO CHAVES

ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 635, conhecida como "ADPF das Favelas", sob a perspectiva do ativismo judicial em contextos de omissão estatal. A arguição foi proposta diante de um histórico de violência policial letal nas favelas do Rio de Janeiro, em que a ação das forças de segurança tem se mostrado seletiva e desproporcional, atingindo principalmente corpos negros e periféricos. Esse cenário revela violações sistemáticas aos direitos à vida, integridade e igualdade, expressando não apenas falhas administrativas, mas uma política de segurança baseada na lógica de confronto e na criminalização da pobreza. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise da decisão do STF, tendo como base teórica autores que discutem o ativismo judicial no Brasil. Luís Roberto Barroso, em Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática , diferencia judicialização destacando que é um fenômeno inevitável em democracias constitucionais, de ativismo, entendido como uma atuação mais proativa do Judiciário. Para ele, o ativismo pode ser legítimo quando busca suprir omissões dos demais poderes na proteção de direitos fundamentais. José Werneck Vianna, por sua vez, vê esse protagonismo como reflexo da fragilidade do Legislativo, o que impõe desafios à separação dos poderes e à legitimidade democrática. Essas abordagens permitem refletir sobre a atuação do STF na ADPF 635, diante da persistente omissão do Executivo frente à violência policial. Nesse contexto, a atuação do STF é analisada à luz dessas contribuições, destacando medidas como a suspensão de operações policiais durante a pandemia, a exigência de planos de segurança com foco na redução da letalidade e o controle externo das ações da polícia. Apesar da resistência do Executivo estadual e de corporações policiais, a ADPF 635 representa um marco na afirmação dos direitos humanos nas políticas de segurança. Ao impor limites concretos à atuação policial e condicionar a legalidade das ações estatais à proteção da dignidade humana, o Supremo reafirma seu papel como guardião da Constituição. No entanto, é preciso definir até que ponto essa atuação configura ativismo judicial legítimo diante da omissão prolongada dos demais poderes.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. (SYN)THESIS, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/7433>. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 635 – Relator Min. Edson Fachin. Disponível em: www.stf.jus.br. VIANNA, José Werneck. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 4643

TITULO:REESCRITA FEMINISTA COM A CASA ALMERINDA GAMA: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ATLAS JUNTO AO MOVIMENTO DE MULHERES

AUTOR(ES) : AGNES MORAES LOPES GAMA,BEATRIZ CORREA REZENDE,MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO,CLAUDIA PAIVA CARVALHO

ORIENTADOR(ES): JULIA ÁVILA FRANZONI

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar a continuidade da construção do "Atlas da Ocupação Almerinda Gama" e seus desdobramentos epistemológicos, fruto da parceria entre o grupo de pesquisa Labá – Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), o Movimento de Mulheres Olga Benario (MOB) e a Agência IPPUR (UFRJ). A Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama é uma ocupação no centro do Rio de Janeiro, objeto de disputa judicial entre a Procuradoria Geral do Estado e o movimento de mulheres. Construída por estudantes multiposicionadas, extensionistas interdisciplinares e militantes, a partir da utilização da estratégia de elaborar raciocínios centrados no espaço, na situação e no corpo, a proposta da Reescrita é contrastar a história contada pelo processo judicial com a história social, a fim de complexificar o conflito, ao trazer a luz a camada da memória social e reivindicar outros métodos de compreensão política e social. Nestes moldes, a princípio foi preciso entender como a história institucional é narrada na perspectiva do "mundo dos autos". Então, para corroborar a noção de que a perspectiva judicial propõe uma visão "míope" das situações, colocamos um "microscópio" no processo judicial e esmiuçamos cada ato através do uso de cinco indicadores, com a finalidade de auxiliar na análise das informações, sendo eles: data, ato, natureza do ato, sujeitos e fontes. Enquanto na dimensão da história social, a narrativa é situada nos saberes dos corpos que ensaiam outras possibilidades de produção do espaço e direito materializadas na construção cotidiana da Casa. Assim, também categorizamos os acontecimentos para facilitar a sobreposição dos dados do processo judicial, com algumas diferenças categóricas, uma vez que a dimensão espacial não se aplica aos atos judiciais, ao mesmo passo que representa grande relevância para a história da ocupação. Após sistematizar todas as ações, debatemos e refletimos sobre os critérios de seleção, que podem ser de relevância e de tendência. A partir dos encaminhamentos das reuniões, elaboramos um documento unificando todas as propostas de "entradas", que irão aparecer na linha do tempo, organizadas por blocos de mês e ano. Com esse documento, fizemos uma oficina de contrastes, a fim de pensar os possíveis contrastes narrativos entre as duas histórias, observando os diferentes posicionamentos de sujeitos e relações, bem como seus desdobramentos no tempo e espaço. Para qualificar as nossas formulações, a última "tarefa metodológica" realizada foi uma Oficina de Escuta, com mulheres que fizeram parte da casa em diferentes momentos e posicionamentos, acolhida, coordenadora, militantes, evidenciando a subjetividade e as estórias destas que fizeram ou fazem parte da Ocupação, sem hierarquizar o "objetivo" e o "subjetivo". Assim, ao trazer ao visível o registro dessas histórias antes invisibilizadas, buscamos desmascarar as objetividades científicas descorporificadas (Haraway, 1995), contribuindo com os métodos de ensino jurídico crítico.

BIBLIOGRAFIA: TRAMAS DO ENSINO JURÍDICO:: apostas de pedagogia situada para o trabalho com o direito. Rio de Janeiro: Projeto de pesquisa, 2020. 11 p. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. FRANZONI, Julia Ávila ; CARVALHO, C. ; GAMA, Agnes Moraes Lopes ; PELLENZ, Gabrieli Oliveira ; GALHANONE, C. F. Memorabilias Urbanas: A luta das mulheres da Casa Almerinda Gama e a reescrita da Rua da Carioca. In: Letícia Virginía Leidens ; Fernanda Andrade Almeida. (Org.). Educação jurídica e direitos humanos: Epistemologias e pedagogias para um ensino crítico do direito. 1ed.Belo Horizonte: ARRAES Editores, 2024, v. 1, p. 19–30.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 4687****TITULO:** Implementação da sustentabilidade nas estratégias das universidades públicas brasileiras**AUTOR(ES) : LUIZ FELIPE DA SILVA BAPTISTA DE LEAO****ORIENTADOR(ES): MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: O estudo faz parte do projeto de Iniciação Científica (PIBIC) cujo objetivo é identificar como a sustentabilidade é considerada nas estratégias institucionais das universidades públicas brasileiras, a fim de contribuir para a implementação de uma política de sustentabilidade. Esta etapa da pesquisa descreve a linha do tempo da legislação sobre sustentabilidade no país e o mapeamento da literatura científica nacional sobre o assunto. A metodologia adotada é qualitativa, de natureza descritiva e aplicada, com utilização da técnica de pesquisa documental. Para sua fundamentação teórica, partiu-se da concepção de que a sustentabilidade constitui um problema público de extrema relevância que demanda a atuação de todas as esferas da sociedade, especialmente no âmbito educacional, conforme apontado por Secchi (2010). No tocante aos resultados preliminares, em relação à legislação, foi realizada a construção de uma linha do tempo que teve como base as normas legais brasileiras sobre o tema da sustentabilidade. Tal levantamento foi executado por meio de busca nas leis e decretos disponíveis no portal oficial do governo www4.planalto.gov.br. Para análise, foi realizada uma segmentação em diferentes temas entre as 33 normas selecionadas, apresentando uma predominância no tema delimitado como Política Ambiental Geral (33,3%). É evidenciado também que a legislação brasileira inicialmente enfatizou uma legislação mais genérica e ampla e, recentemente, acabou incorporando pautas mais direcionadas como sustentabilidade institucional e os ODS em elementos centrais nas políticas públicas. A etapa seguinte diz respeito ao levantamento bibliográfico na produção científica nacional. Adotou-se como método as proposições de Creswell (2010): 1 – Identificação de descriptores; 2 – Busca nas bases de dados selecionadas; 3 – Filtração dos textos significativos; 4 – Análise dos artigos selecionados para sistematização. Para organização e análise, optou-se pela sistematização baseada na revisão integrativa, permitindo assim a união de diferentes abordagens teóricas e metodológicas em torno do tema proposto. Para levantamento da produção científica, foram pesquisadas a biblioteca SciELO, na busca avançada, com emprego dos descriptores "sustentabilidade e universidade" (81 resultados, 14 selecionados), "sustentável e universidade" (42 resultados, 1 selecionado) e "ODS e universidade" (3 resultados, 1 selecionado). Foram desconsideradas repetições. Em análise inicial, aponta-se uma escassez de publicações e produção científica relacionada ao tema até o ano de 2015, tendo um crescimento expressivo a partir de 2019. Em continuidade ao estudo para apresentação na SIAC, serão também incluídas a biblioteca SPELL e o Portal de periódicos da Capes, além do mapeamento da literatura internacional (em andamento). A atuação do estudante bolsista compreendeu o mapeamento e pesquisa dos dados, análise dos documentos e a organização dos materiais para síntese da produção acadêmica.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Portal da Legislação. Disponível em: www4.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: abr. 2025. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4696****TITULO:** O PROJETO AMBIENTAL DA EXTREMA-DIREITA: TRUMPISMO, NEGACIONISMO CLIMÁTICO E RESISTÊNCIAS CULTURAIS**AUTOR(ES) : RAFAELA CRISTINA DA ROCHA VAZ, ERICA COSTA CAETANO, GIOVANNA AKEMI IGA FORNAZIERO, KENZO BRITES YAMAGUTI, LORENA ARAUJO DA SILVA, NICOLAS LOPES DINIZ****ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O trabalho propõe uma análise da política ambiental da extrema-direita estadunidense, com ênfase no discurso trumpista, especialmente em relação à transição energética. Busca-se compreender como essa política é marcada por uma minimização das preocupações ambientais, negacionismo científico e defesa da soberania energética como justificativa para a desregulamentação ambiental e o incentivo ao uso de combustíveis fósseis. Essa postura revela uma visão que prioriza interesses econômicos imediatos e uma suposta soberania energética em detrimento de ações efetivas para o combate às mudanças climáticas, como a transição para fontes de energia mais sustentáveis. Nessa conjuntura, busca-se entender de que forma a política ambiental da extrema-direita e as narrativas de transição energética se relacionam no contexto dos Estados Unidos. Através da abordagem comparativa, relacionando fundamentos discursivos e efeitos práticos da política ambiental adotada pela gestão de Trump e movimentos de oposição, cria-se o entendimento de que a natureza deste tema não é só técnica, mas cultural e ideológica. A fim de se cumprir o objetivo do trabalho, utiliza-se a revisão da bibliografia a respeito de tal política no contexto da extrema-direita e a análise de discurso crítica não apenas dos pronunciamentos de Trump, como também de seus agentes, além da análise documental da administração estadunidense. Ademais, o presente estudo busca apresentar perspectivas de resistência à essa política, identificando os principais elementos discursivos, atividades e movimentos.

BIBLIOGRAFIA: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista. Belo Horizonte, Autentica, 2022. SEMERARO, Giovanni. Libertaçao e Hegemonia. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009. URBAN, Miguel. Trumpismos – Neoliberais e autoritários – Radiografia da direita radical. 1^a. ed. [S. l.]: Usina Editorial, 2025. 312 p. ISBN 9786587277424.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4744****TITULO:**Violência de gênero nas redes sociais digitais: caminhos a partir da educação em informação**AUTOR(ES) : BRUNA CASTRO****ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O aumento dos casos de violência de gênero nas redes sociais digitais tem gerado preocupação entre pesquisadores de diversas áreas. Ainda que existam iniciativas e políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa violência, muitas se mostram insuficientes diante da complexidade e da velocidade com que se manifestam novas formas de agressão no ambiente digital, como o cyberbullying, o assédio, o vazamento de imagens íntimas e a misoginia algorítmica. Nesse contexto, destaca-se o papel da educação em informação como uma estratégia promissora na formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos e deveres no ciberspaço. A presente proposta de pesquisa, motivada tanto por inquietações pessoais quanto acadêmicas, visa investigar como a educação em informação, promovida em bibliotecas escolares, articulada ao pensamento crítico, pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero nas redes sociais digitais. Inspirando-se em autores como bell hooks, que defende uma educação entusiasmática e libertadora, e Pierre Bourdieu, com o conceito de violência simbólica, busca-se aprofundar o entendimento das dinâmicas que silenciam e deslegitimam as experiências femininas no ambiente virtual. A biblioteca escolar, nesse cenário, é proposta como espaço estratégico de atuação, onde a pessoa bibliotecária, aqui compreendida como profissional mediador do acesso à informação, pode atuar em parceria com a comunidade educativa no desenvolvimento de ações formativas. Reconhece-se, no entanto, que essa atuação enfrenta limites institucionais, devendo ser articulada com outras políticas educacionais e de proteção digital. A pesquisa, de natureza qualitativa, está em andamento e utilizará como metodologia a análise documental e a construção de uma proposta teórica de intervenção educativa em bibliotecas escolares. Espera-se contribuir para o debate sobre as responsabilidades compartilhadas entre educação e informação a partir da Biblioteconomia na discussão de políticas públicas para o enfrentamento das violências de gênero nas plataformas digitais.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. CAMPELLO, Bernadete. A biblioteca como lugar de aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2024. HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. ZATTAR, M.; BARBOSA, M. de F. S.; BORGES, J. Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 33, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4759****TITULO:**ALGORITMOS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA NA BIBLIOTECONOMIA: VIÉS, DESIGUALDADE E GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ERA DO BIG DATA**AUTOR(ES) : JOAO VICTOR MAIANI PEREIRA,ADRIANA MORAES PESSOA DO REGO BARROS****ORIENTADOR(ES): THAYRON RODRIGUES RANGEL**

RESUMO: A Biblioteconomia e a Ciência da Informação enfrentam um paradoxo na era digital. Enquanto a automação e o big data prometem eficiência na gestão de acervos e serviços, algoritmos opacos podem reproduzir desigualdades estruturais em bibliotecas, arquivos e unidades de informação (O'NEIL, 2016). Este artigo analisará os impactos dos Algoritmos de Destrução em Massa (ADMs) no contexto da Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, explorando como sistemas algorítmicos opacos e não regulamentados afetam a curadoria, o acesso à informação e a mediação cultural. Pretende, secundariamente, compreender como vieses algorítmicos influenciam desde a classificação de acervos até a desigualdade no acesso a fontes de informação no ambiente digital. Para isto, a metodologia combinará revisão bibliográfica (O'NEIL, 2016; NOBLE, 2018) e análise de caso aplicado à Biblioteconomia, alinhando-se a debates contemporâneos. Além disso, busca demonstrar o papel das bibliotecas como mediadoras frente à desinformação e o controle das Big Techs sobre fluxos informacionais. Assim, espera-se com isso evidenciar como os ADM podem impactar as práticas biblioteconómicas inclusivas.

BIBLIOGRAFIA: O'NEIL, C. Weapons of Math Destruction. Crown, 2016. FLORIDI, L. The Ethics of Artificial Intelligence. Oxford University Press, 2019. NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4770****TITULO:** "Meninas que mudam o mundo: Greta Thunberg e o meio ambiente" mediação de leitura e jogos didáticos**AUTOR(ES) : JULIANA PLACIDO DA SILVA,ISABELLA GABRIEL ROBLES****ORIENTADOR(ES): PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA,GILDA OLINTO DE OLIVEIRA**

RESUMO: Apresenta o desenvolvimento da atividade de mediação de leitura com jogos recreativos "Meninas que mudam o mundo: Greta Thunberg e o meio ambiente", realizada na Semana Nacional da Ciência e Tecnologia (SNCT) da UFRJ em escola na Maré, em 2024. A atividade se vincula ao projeto de pesquisa "Literatura infantojuvenil feminista no Brasil: e a mediação da informação social pelos movimentos sociais", do qual as autoras são bolsistas e cujo propósito se alinha ao estudo da literatura infantojuvenil e sua utilização como forma de disseminação de temáticas feministas. O objetivo do trabalho é o desenvolvimento de técnicas de mediação de leitura e informação feminista e ambiental, com base em obras de literatura infantojuvenil feministas que possam promover o empoderamento infantil e juvenil e a conscientização ambiental. Isso foi feito a partir da construção de materiais que dialogassem com as histórias a serem contadas. Pensando o papel de mediação de forma pluralizada e sem preconceitos (Almeida Júnior; Bortolin, 2007), a atividade foi embasada nas obras "Greta e os gigantes"; "A história de Greta"; "Ninguém é pequeno demais para fazer a diferença"; "Nossa casa está em chamas", que tratam da ativista sueca que aos 15 anos iniciou um movimento mundial pelo clima. Ao escolher Greta, se buscou preencher a lacuna de apagamento de mulheres em áreas de ciência e tecnologia, bem como promover a participação de crianças e adolescentes na causa climática. É relevante trabalhar com o público infantojuvenil no sentido de estimular uma educação não sexista, que pode ser trabalhada durante o dia a dia (Botton; Strey, 2017). Apoiando-se na trajetória de Greta, acredita-se contribuir para o empoderamento feminino e infantojuvenil, sua consciência ambiental e papel no debate das mudanças climáticas. Como resultados foram elaborados quatro jogos, com o uso de materiais recicláveis e recursos digitais de domínio público na plataforma de design digital Canva, tendo como critérios: acessibilidade, sustentabilidade e facilidade de compreensão. Os jogos foram: Pesca ecológica (pesca recolhendo lixo do oceano); Jogo da memória ambiental (imagens em pares sobre fenômenos climáticos e Greta Thunberg), Salve o Planeta (jogo de tabuleiro com reflexão sobre ações que podem prejudicar ou beneficiar o meio ambiente) e Jogo da velha ambiental (jogo de tabuleiro). Entende-se que a contação de histórias se apresenta como uma ferramenta eficaz para o estímulo à leitura e à apropriação de informação, mas sua combinação com jogos a torna ainda mais lúdica e impactante. A literatura infantojuvenil se mostra fundamental para o letramento de crianças, sendo essencial para a construção de sua visão de mundo e pensamento crítico. Ao tratar de forma lúdica temáticas complexas, se pode promover a acessibilidade da informação e possibilitar o desenvolvimento de capacidades.

BIBLIOGRAFIA: BOTTON, Andressa; STREY, N. Marlene. Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero. Inclusão Social, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4109>. Acesso em: 26 abr. 2025. ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4781****TITULO:** RODA DE DIÁLOGOS – ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA**AUTOR(ES) : PEDRO PAULO MONTEIRO DA SILVA NASSIF,ARTUR ROCHA GABRIEL DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): DEBORAH WERNER**

RESUMO: O projeto "Roda de Diálogos – Acesso aos Serviços Públicos e Consolidação da Cidadania" é uma iniciativa de extensão universitária criada em 2018 com o objetivo de promover a educação cidadã por meio da escuta ativa, do diálogo e da construção coletiva do conhecimento. Atuando em escolas das redes pública e privada, nos níveis do ensino fundamental e médio, o projeto se estrutura em rodas de conversa com alunos, abordando temas diversos de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo. A metodologia adotada parte da realidade dos estudantes, orientando a construção de espaços horizontais de fala, onde o debate entre ideias é incentivado e mediado por membros da equipe do projeto. Com abordagens que variam de acordo com a faixa etária e o contexto, os encontros promovem reflexões críticas sobre direitos, cidadania, acesso a serviços públicos, combate às fake news, questões sociais, ambientais, de saúde, cultura e política. O papel da equipe é guiar os debates estimulando o pensamento autônomo e o respeito à diversidade. Os extensionistas e bolsistas que compõem o Rodas são responsáveis por girar não só o trabalho com os jovens nas atividades práticas, mas também na produção de conteúdo, seja com matérias de divulgação científica ou dos próprios materiais que serão disponibilizados para os alunos participantes das rodas nos dias das atividades. Os principais resultados do projeto incluem o fortalecimento do pensamento crítico entre os jovens, o aumento do interesse por temas sociais e políticos, e o incentivo à participação ativa na comunidade escolar. O "Rode Diálogos" também se consolida como uma ponte entre a universidade e a sociedade, reforçando o papel da extensão no enfrentamento das desigualdades sociais e na valorização da educação. O projeto reafirma a importância do diálogo como instrumento pedagógico transformador, e contribui significativamente para a formação cidadã de estudantes, especialmente em contextos marcados por exclusões históricas.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4815**

TITULO: REPLICACÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO (IBEU) A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 NA LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO RSTUDIO

AUTOR(ES) : **SIMONE DOMINQUI SILVA RANGEL DA SILVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Este estudo se insere numa agenda de pesquisa sobre as condições urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que utiliza a ferramenta de análise IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano), produzida pelo Observatório das Metrópoles, a partir do Censo Demográfico de 2010. O IBEU é dividido em cinco dimensões, sendo elas: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana. Com a divulgação parcial do Censo Demográfico de 2022, é possível calcular algumas dessas dimensões. Portanto, trata-se de uma pesquisa em andamento. O presente trabalho visa analisar, principalmente, as condições de serviços coletivos urbanos correspondentes à Dimensão 4 do IBEU. Portanto, é preciso extrair informações da base de dados da amostra para compreender as mudanças em relação ao IBEU construído e publicado em 2013. E calculá-los de acordo com os indicadores mantidos no Censo Demográfico de 2022 em relação aos indicadores utilizados no Censo Demográfico de 2010: atendimento de água; atendimento de esgoto; atendimento de energia; coleta de lixo. No entanto, como no censo de 2022 foi suprimida a pergunta sobre atendimento de energia, neste trabalho vamos adaptar a Dimensão 4 aos indicadores que se mantiveram para ambos os levantamentos censitários (2010 e 2022). Considerando que os dados divulgados até o momento pelo IBGE estão disponíveis apenas em nível municipal, vamos proceder a comparação da nova Dimensão 4 para os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Utilizando o software RStudio, foi previamente desenvolvido um Script baseado na metodologia original do IBEU, com a finalidade de simplificar e automatizar seu cálculo nos diferentes níveis de agregação — global, municipal e local. Essa automatização tem como propósito não apenas acelerar a geração dos resultados, mas também permitir comparações consistentes das desigualdades urbanas. A partir desse processo, tornou-se possível revisar a metodologia aplicada em 2013 pelo Observatório das Metrópoles, além de facilitar a aplicação da mesma em censos futuros. Dessa forma, a proposta atual consiste em utilizar o script existente como ponto de partida para reaplicar a metodologia do IBEU de 2013, agora com base nos dados do Censo Demográfico de 2022. Espera-se viabilizar uma comparação direta entre os resultados dos censos de 2010 e 2022, possibilitando a análise de eventuais progressos ou retrocessos nas condições de serviços urbanos coletivos gradualmente.

BIBLIOGRAFIA: Ibeu: índice de bem-estar urbano / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2022: Agregados por setores censitários. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. JUNG, G. Introdução à Ciência de Dados em R. Disponível em: Introdução à Ciência de Dados em R

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4832**

TITULO: ENCONTROS INTERNACIONAIS EM TEMPOS DE CUIDADOS

AUTOR(ES) : **SOPHIA SALDANHA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: O presente trabalho decorre de atuação de um grupo de pesquisa maior, inserido nas ações do projeto “Encontro Internacionais ‘o brasileiro entre os outros hispanos’: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações”. O referido projeto, por sua vez, é desenvolvido a partir da parceria institucional entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) e o Instituto Cervantes (unidade Rio de Janeiro). Nossa participação no projeto acontece com apoio e no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC/EM). Na programação anual do projeto, a atividade mais regular são os ciclos de estudos sobre algum autor, sobre alguma personalidade ou tema que esteja ligado à cultura hispânica. Tais estudos acontecem em reuniões semanais e sempre culminam em apresentações que acontecem no Instituto Cervantes. Em nossa apresentação, sintetizando as atividades do projeto, vamos apresentar o primeiro estudo realizado em 2025. A saber, o livro *Tiempos de Cuidados: otra forma de estar en el mundo*, da autora espanhola Victoria Camps. O trabalho com o livro de Camps passou pelo resumo da biografia da própria autora, apresentando sua longa trajetória como filósofa e acadêmica, bem como sua atuação na política, na consultoria e na gestão pública. Por meio do trabalho da filósofa, abordamos o tema dos cuidados, mais especificamente a ética – tema preponderante na trajetória da autora – do cuidado e suas diversas dimensões. O livro expõe a importância dos cuidados, necessários a todos seres humanos enquanto seres vulneráveis, ainda percebidos por muitos como uma fraqueza. Segundo as considerações de Camps, nosso trabalho ressalta que a temática ganhou importância ainda maior durante e após a pandemia de Covid-19. Por outro lado, a autora traz diversos trabalhos, em campos distintos do conhecimento, para apresentar as dimensões do cuidado, principalmente autoras que abordam a condição das mulheres na sociedade. Nossa autora destaca o não reconhecimento do trabalho com cuidados e sua relação com o não reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres. Por fim, o diálogo com o livro estudado nos aproximou das discussões sobre a política dos cuidados brasileira. Com isso, ao aprofundarmos as relações entre gestão pública e cuidados, sinalizaremos possíveis estudos, a partir da aproximação do trabalho de Camps com os debates que resultaram na Política Nacional de Cuidados, no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Presidência da República. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil [Internet]. Brasília: Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, 2023. BRASIL. Lei 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF, 2024. CAMPS, Victoria. Tiempo de cuidados: otra forma de estar en el mundo. Barcelona, Espanha. Arpa, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4841****TITULO:** ARGENTINA: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA ÀS MEDIDAS ULTRALIBERAIS, UM ESFORÇO DE MAPEAMENTO E COMPREENSÃO**AUTOR(ES) :** BIANCA FERREIRA LIMA PINHEIRO, ARIANE DA COSTA SOARES DE FARIAS, CAROLINE DE ANDRADE BUNHEIRAO, PALOMA MORAIS CARDOSO, PAULO GABRIEL FERREIRA MORAES**ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é estabelecer um mapeamento das organizações políticas e sociais argentinas, suas principais correntes, características e modos de atuação, na resistência às medidas do governo de Javier Milei. A Argentina é um país que tem entre suas mais notáveis características a presença na cena pública de movimentos sociais e políticos que se reivindicam populares ou ligados aos interesses das maiorias. Estes movimentos sempre tiveram uma expressão plural e, nas últimas décadas, enfrentou uma mais notória fragmentação incluindo visíveis divisões internas nos campos progressistas ou populares: o peronismo, de um lado e o campo que se coloca mais à esquerda, por outro – bem como outras expressões populares mais nacionalistas ou ligadas a temáticas como o feminismo e os direitos humanos – são divididos em diferentes correntes políticas e sociais, com convergências gerais e diferenças de concepção, estratégia e de balanços históricos. Estes movimentos antagonistas ao ultraliberalismo proposto são de caráter mais explicitamente político – com participação eleitoral ou intenções de participação – ou social, até mesmo com alguma rejeição às atividades político-eleitorais. A pesquisa se realiza pela revisão bibliográfica geral sobre o tema das resistências na história argentina e latino-americana recente e, sobretudo, pelo levantamento de informações publicadas pelas e sobre as referidas organizações, bem como por algumas entrevistas com dirigentes e ativistas das mesmas.

BIBLIOGRAFIA: KATZ, Claudio. Caos e seis meses de agressão resistência. Lahaine.org. Disponível em: <https://katz.lahaine.org/caos-e-seis-meses-de-agressao/>. Acesso em: 05/05/2025. MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista. Belo Horizonte, Autentica, 2022. SEMERARO, Giovanni. Libertação e Hegemonia. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4873****TITULO:** INVASÃO ZERO – AGRONEGÓCIO E OFENSIVA CONSERVADORA NO CONGRESSO NACIONAL**AUTOR(ES) :** THAMIREZ AZEREDO CHAVES, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO, DANIEL ANUNCIAÇÃO**ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, FERNANDA MARIA VIEIRA**

RESUMO: O presente trabalho consiste em uma pesquisa militante do NAJUP Luiza Mahin (UFRJ), integrante da Campanha Despejo Zero, e busca analisar a atuação legislativa do Congresso Nacional na criminalização da luta pelo direito constitucional de acesso à terra no Brasil. Desde 2023, grupos ligados ao agronegócio criaram o "Movimento Invasão Zero", que articula violência territorial (formação de milícias rurais) com incidência no legislativo a nível federal e estadual. Parlamentares ligados ao grupo vêm apresentando projetos legislativos que facilitam reintegrações violentas e instituem diversas medidas repressivas em face de movimentos de luta por terra, território e moradia, com destaque para o PL 709/2023, já aprovado na Câmara dos Deputados. A pesquisa, em andamento, mapeou proposições legislativas em trâmite na Câmara dos Deputados, e pretende mapear proposições legislativas no Senado que versam, em suas propostas, medidas de restrição de direitos e repressão administrativa e/ou penal contra pessoas e organizações integrantes de movimentos que adotam táticas de ocupação de propriedades descumpridoras de sua função social. O objetivo é situar este quadro no movimento de contrarreforma agrária, proporcionando uma leitura panorâmica da atuação dos parlamentares ao criar e/ou endurecer medidas/sanções para participantes de ocupações, tendo em vista o quadro sociohistórico de violência estatal e política em desfavor dos povos e que tem aprofundado cada vez mais a violência contra as lutas sociais que buscam moradia adequada e reforma agrária (ALENTEJANO et al. 2024). Até o momento, como resultados parciais deste estudo, foi realizado um levantamento inicial no Portal da Câmara dos Deputados (2023–2024), identificando 38 PLs relacionados ao "Invasão Zero a partir das palavras-chave "invasão" e "propriedade". Pretende-se avançar a pesquisa para projetos iniciados no Senado Federal, bem como construir um mapa político das Casas Legislativas, identificando os principais atores e suas conexões políticas, familiares e empresariais. Portanto, com a análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos, buscamos correlacionar as propostas mapeadas e inseri-las no contexto repressivo do movimento "Invasão Zero", bem como identificar, concretamente, a tendência da bancada ruralista que o integra. Acreditamos, assim, ser possível traçar um quadro amplo da ofensiva conservadora na disputa pela terra no legislativo, compreendendo permanências do processo de concentração de terra e criminalização dos movimentos de luta pela democratização do acesso à terra, bem como analisar a atuação do setor do agro com a criação do grupo Invasão Zero.

BIBLIOGRAFIA: TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. Invasão Zero: a nova contrarreação do latifúndio. InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 945–965, jan./jun. 2025. TEIXEIRA, Leonardo Evaristo; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; CHAVES, Thamires Azeredo; ANUNCIAÇÃO, Daniel; BALDANI, Cecília Café; SANTOS, Liliane da Silva; PORTO, Francisco Trope da Silva. Mapeamento de projetos de lei relacionados ao "Invasão Zero" na Câmara dos Deputados (2023–2024). InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 1279–1313, jan./jun. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4882****TITULO:**CONSTRUÇÃO DE UM TESAURO PARA A REVISTA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE PETROBRAS: UMA PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO TERMINOLÓGICA**AUTOR(ES) : ANNA CAROLLINA AFFONSO VIEIRA DOS PASSOS SOARES****ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Organização do Conhecimento (OC), enquanto disciplina da Biblioteconomia e Ciência da Informação, visa representar e sistematizar o saber humano por meio de instrumentos que permitam o acesso, a recuperação e a disseminação da informação. Este estudo apresenta o desenvolvimento de um tesauro semântico voltado à padronização terminológica da Revista Técnica da Universidade Petrobras (RTUP), uma publicação científica de caráter multidisciplinar voltada à divulgação do conhecimento técnico-científico no âmbito da Petrobras. A ausência de um vocabulário controlado e sistematizado dificultava a uniformidade na representação dos assuntos e comprometia a recuperação eficiente da informação. A pesquisa, de natureza aplicada, teve como objetivo geral desenvolver um tesauro com base em normas internacionais e em análise documental dos artigos da RTUP. Utilizou-se o princípio da garantia literária como elemento metodológico fundamental, assegurando que os termos selecionados fossem representativos do vocabulário efetivamente empregado nos documentos analisados, o que fortaleceu a legitimidade e a relevância do tesauro desenvolvido. Este trabalho tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Organização do Conhecimento (Gomes, 2017), Sistema de Organização do Conhecimento (Gomes, 2017), Tesauro (Lara, 2004), Garantia Literária (Barité et al., 2010). Dentre os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), destaca-se o tesauro, um vocabulário controlado, estruturado de maneira sistemática, que organiza termos e conceitos de um determinado domínio de conhecimento, estabelecendo entre eles relações hierárquicas, associativas e de equivalência, com o objetivo de padronizar a representação e otimizar a recuperação da informação. Utilizou-se a plataforma Thesaurus para a implementação do protótipo, permitindo a estruturação de relações semânticas entre os termos. O protótipo resultante constitui um tesauro multidisciplinar. Apesar do enfoque predominante em engenharia, abrange também áreas correlatas e complementares, refletindo a natureza multidisciplinar dos conteúdos da revista. O tesauro é composto por 71 termos e 52 conceitos, interligados por relações semânticas que promovem maior precisão na indexação e recuperação das informações. Os resultados evidenciam a contribuição do tesauro para a organização da informação e do conhecimento, com destaque para a melhoria nos processos de indexação e a ampliação do acesso à informação especializada. Além disso, o protótipo foi avaliado positivamente pelo gerente da área e empregados correlatos a gerência, outrossim, estudos futuros serão desenvolvidos de acordo com as demandas da empresa para ampliação e desenvolvimento do tesauro.

BIBLIOGRAFIA: GOMES, Hagar Espanha. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. *Informação & informação*, v. 22, n. 2, p. 33–66, 2017. LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, v. 16, p. 231–240, 2004. BARITÉ, Mario et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *TransInformação*, v. 22, p. 123–138, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 4889****TITULO:**A AUSÊNCIA DA DIPLOMACIA ESTATAL E O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NO RETORNO DO PROCESSO MIGRATÓRIO**AUTOR(ES) : LIVIA FERNANDES DE SOUZA,PILLAR OTAVIO DE RAMOS****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO,RACHEL SILVA DA ROCHA COUTINHO ANTUNES**

RESUMO: O cenário migratório global atual evidencia uma dissonância entre os compromissos diplomáticos previstos na Carta da ONU e a prática dos Estados em relação à mobilidade humana. A ascensão da extrema-direita e de políticas nacionalistas têm impulsionado discursos e medidas anti-imigração, enquanto a diplomacia estatal revela-se ineficaz ou ausente diante desses desafios. Nesse vácuo institucional, as redes sociais surgem como atores influentes, impactando o comportamento de migrantes e refugiados ao disseminar narrativas de medo, exclusão e promessas enganosas. Ao mesmo tempo, essas plataformas também funcionam como espaços de resistência, oferecendo acesso à informação, conexão com familiares e visibilidade para a realidade vivida por grupos vulnerabilizados. No Brasil, a crise migratória agravou-se com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, cuja postura anti-imigração se evidenciou ainda na campanha, ao defender a revogação da nova Lei de Migração e a abertura de campos de refugiados em Roraima. Durante seu governo, políticas de exclusão e marginalização de imigrantes foram reforçadas, enquanto redes sociais, a exemplo dos perfis "Estou Refugiado" e "Yeca Moraes", se consolidaram como espaços de resistência e exposição da realidade e dificuldades enfrentadas por imigrantes no Brasil, enquanto muitas vezes a proteção estatal encontra-se ineficiente. Esta pesquisa propõe investigar a relação entre a ausência de uma diplomacia estatal proativa e a crescente influência das redes sociais nos processos migratórios. A pergunta central que orienta o estudo é: "Como a ausência da diplomacia estatal e a influência das redes sociais impactam os processos migratórios no cenário atual?". Adotando uma abordagem qualitativa, a investigação será conduzida por meio de estudos de caso e análise de discurso digital, com o objetivo de compreender como as redes sociais median narrativas que influenciam decisões migratórias. Busca-se, assim, revelar o papel de atores não estatais em um campo historicamente dominado pela ação estatal, destacando os impactos dessa nova configuração sobre a experiência de migrar.

BIBLIOGRAFIA: DOMICIANO, Felipe Aquino; SOUSA, Wátila de Moura. O uso das redes sociais pelos imigrantes venezuelanos: uma análise a partir dos venezuelanos residentes na Região Metropolitana de Goiânia. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas – TO, v. 11, n. 06, p. 274–281, 2024. MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: "perigo estrangeiro" e retorno à ideologia de segurança nacional. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador, n. 247, p. 302–321, maio/ago. 2019. FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do "retorno". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 89–176,

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4891****TITULO:**ENTRE LIVROS E LIKES: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E EDUCACIONAL NAS REDES SOCIAIS DA BIBLIOTECA DO CCMN/UFRJ**AUTOR(ES) :** WESLEY FERREIRA ARAUJO**ORIENTADOR(ES): TAIS ELAINE DA SILVA**

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi investigar o impacto da produção e divulgação de conteúdo audiovisual na ampliação da consulta e do empréstimo de documentos do acervo da Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (BCCCMN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A justificativa para a realização do projeto reside na necessidade de divulgar o acervo da biblioteca com intuito de aumentar a consulta e os empréstimos dos documentos, sendo a escolha das mídias sociais validada pela quantidade de seguidores, cerca de 4 mil, e pelo potencial alcance de novos usuários. A metodologia adotada caracterizou-se como um estudo de caso, de natureza quantitativa, que buscou analisar o impacto da produção e divulgação de Reels no engajamento dos usuários e na circulação do acervo. Inicialmente, a fase de produção de conteúdo envolveu a pesquisa de datas comemorativas relacionadas às profissões das graduações do CCMN, como geologia, geografia e meteorologia. Adicionalmente, identificamos os documentos indicados como bibliografia básica das disciplinas das graduações do CCMN presentes no acervo da biblioteca. Para o reels foram seguidas a elaboração de roteiro, filmagem e edição, incluindo texto, música, efeitos sonoros, transições e narração. A coleta de dados para análise do impacto ocorreu por meio do monitoramento e registro das métricas de desempenho do Instagram e Facebook da biblioteca (alcance, impressões, visualizações, curtidas, comentários e compartilhamentos dos Reels) durante o período de dezembro de 2024 e agosto de 2025. Foram compilados dados sobre o aumento na consulta e empréstimo de documentos do acervo, especialmente aqueles relacionados aos temas abordados nos vídeos. Os dados quantitativos serão analisados por meio de estatística descritiva, comparando o desempenho das métricas ao longo do tempo e em relação a conteúdos anteriores, buscando evidenciar o aumento do engajamento e da circulação do acervo. Os resultados esperados incluem o aumento do engajamento dos usuários nas redes sociais da biblioteca, aumento das consultas e empréstimos e fortalecimento da identidade institucional da biblioteca junto à comunidade acadêmica. Espera-se ainda uma melhora na comunicação entre a biblioteca e os usuários, especialmente estudantes de graduação. Como consideração parcial, observa-se que a iniciativa já tem promovido um maior reconhecimento das atividades da biblioteca nas redes sociais, com boa receptividade dos vídeos. O projeto contribui para reafirmar o papel da biblioteca como um espaço dinâmico de mediação informacional, cultural e científica, demonstrando o potencial das mídias sociais como aliadas da promoção do acesso à informação e da valorização do acervo acadêmico

BIBLIOGRAFIA: Revista de Biblioteconomia de Brasília, [S. I.], v. 18, n. 2, p. 311-317, 1990. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbib/article/view/46705>. Acesso em: 3 maio. 2025. ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. 144 p.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4898****TITULO:**DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA SOB O OLHAR DO STF: UMA ANÁLISE DE CASO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL**AUTOR(ES) :** THAMires AZEREDO CHAVES**ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: Em um cenário global marcado pela crescente incorporação da Inteligência Artificial (IA) na vida cotidiana, o Judiciário brasileiro tem utilizado essas tecnologias e discutido ativamente sua regulamentação. Muito embora o uso das IAs possa aprimorar a agilidade na tramitação de processos, sobretudo os repetitivos, também pode contribuir para a violação em larga escala de diversos direitos, através da discriminação algorítmica. Um exemplo disso é o Projeto da Propublica, publicado em 2016, que analisou o software jurídico COMPAS e denunciou como os "erros" ajudaram réus brancos e prejudicaram réus negros nos EUA. Há cinco anos, a regulamentação das IAs têm sido tema de debate no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os primeiros parâmetros se encontram na Resolução 332/2020, e posteriormente, com as alterações tecnológicas, foi criado um Grupo de Trabalho para se debruçar sobre o tema. Por essa via, novos parâmetros sobre o tema foram criados, com a edição da Resolução 615/2025. Em ambas os dispositivos normativos, há grande preocupação com os riscos da discriminação algorítmica. A presente pesquisa, que se encontra em fase inicial, é produzida no âmbito do Laboratório de Estudos em Direito, Tecnologia e Inovação (LEDTI) e busca compreender e analisar como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem lidado com o tema na ações que envolvem IAs, através do levantamento de jurisprudência, entre 2020 e 2025, com a finalidade de analisar os impactos sociais em casos em que apareçam alegações de erros com viés discriminatório. Desta forma, a pesquisa visa analisar e compreender o repertório argumentativo utilizado pelos Ministros buscando identificar possíveis tendências, bem como contribuir para o debate sobre o comportamento do Sistema de Justiça brasileiro e discriminação algorítmica.

BIBLIOGRAFIA: FOUNTAIN, Jane E. The moon, the ghetto and artificial intelligence: Reducing systemic racism in computational algorithms. Government Information Quarterly, v. 39, n. 2, p. 101645, 2022. LEMOS, Alessandra; BUARQUE, Gabriela; SOARES, Ingrid; MULIN, Victor; CHIAVONE, Tayrone. Avaliação de Impacto Algorítmico para a proteção dos direitos fundamentais. Relatório. Brasília: Laboratório de Políticas Públicas e Internet, 2023. Disponível em: lapin.org.br. Acesso em: 05/05/2025 SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4902****TÍTULO:**LGPD E GDPR: ANÁLISE NA ADEQUAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NOS AMBIENTES BIBLIOTECONÔMICOS**AUTOR(ES) :** CLARA HELENA RIZZO PORTUGAL**ORIENTADOR(ES):** ANTONIO VICTOR BOTÃO

RESUMO: Com a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira, lei baseada na General Data Protection Regulation da União Europeia, a forma como coletamos e tratamos os dados se torna regulamentada a partir de princípios e obrigações. No contexto de unidades de informação, como a biblioteca, que faz uso diariamente de dados de seus usuários para a prestação de serviços e elaboração de relatórios, tem como problemática, a necessidade à adequação das leis em tais espaços, assegurando os princípios de acesso e transparência a partir de políticas de privacidade, termos de uso ou termos de consentimento, que norteiam o titular dos dados sobre quais dados vão ser coletados, sua finalidade, seu processo de tratamento e ciclo de vida pelos detentores dos dados. Com o aumento da informatização de processos e serviços prestados na biblioteca, como no cadastro de usuários, empréstimos e solicitações de serviços, se vê necessário que o profissional bibliotecário esteja apto e tenha a preocupação com a proteção dos direitos dos usuários quanto ao tipo de dado que será coletado, suas finalidades e como serão tratados, adequando-se não somente aos dispositivos legais, como a LGPD e GDPR, mas segundo um dos princípios fundamentais do Código de Ética da IFLA para profissionais bibliotecários, que é assegurar a privacidade, sigilo e transparência de seu usuário. A partir desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas de privacidade, termos de uso ou termos de consentimento encontrados em sites de bibliotecas de Portugal, por causa da aproximação linguística com nosso país, em comparação com os encontrados em bibliotecas da UFRJ, utilizando como metodologia uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo de análise documental das áreas do Direito, Biblioteconomia e Ciência da Informação, no que tange os aspectos da proteção de dados, por meio de um levantamento bibliográfico de autores que abordam a temática nas áreas supracitadas a partir do período compreendido que coincide com a criação dos dispositivos legais em questão. Dentre os resultados esperados, espera-se encontrar elementos para ratificar a necessidade do aprimoramento na elaboração de termos de privacidade pelos setores de biblioteca, assim como o conhecimento da finalidade dos dados coletados e o processo de tratamento adequado dos dados de seus usuários, bem como a necessidade de capacitação dos profissionais bibliotecários quanto aos princípios da LGPD dentro de suas atividades diárias, em particular do processo de tratamento dos dados de seus usuários.

BIBLIOGRAFIA: LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espíñeira; PASSOS, Edilenice. A adequação das bibliotecas à lei geral de proteção de dados. In: Cadernos de Informação Jurídica (Cajur), v. 7, n. 1, p. 85–103, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v145226> Katulic, Anita; Katulic, Tihomir; Grgic, Ivana Hebrang. Application of the principle of transparency in processing of European national libraries patrons' personal data. In: Digital Library Perspectives Vol. 38 No. 4, 2022 pp. 399–411. Martins, E. J. GDPR e LGPD: Comparações e implicações para bibliotecas. Journal of Information Ethics, 19(1), 23–35, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4926****TÍTULO:**POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE A REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2025.**AUTOR(ES) :** YASMIM CHAGAS DA CONCEIÇÃO PEREIRA**ORIENTADOR(ES):** TAMARA TANIA COHEN EGLER

RESUMO: Minha participação como pesquisadora de iniciação científica no Laboratório Espaço/IPPUR/UFRJ, coordenado por Tamara Cohen Egler, tem sido uma experiência formativa marcada pelo aprofundamento teórico e metodológico. Ao longo dos últimos três meses, dediquei-me à construção de uma base conceitual sólida sobre a atuação política nas redes digitais, especialmente no contexto da regulação estatal. A pesquisa na qual estou atualmente envolvida tem como objeto de estudo a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na tentativa de regular as redes sociais no Brasil entre os anos de 2022 e 2025. O trabalho busca analisar documentos oficiais, legislações, pronunciamentos e reportagens, com o objetivo de compreender os discursos institucionais, os dispositivos jurídicos acionados e as barreiras enfrentadas pelo Estado. Fundamentada na teoria de Pierre Bourdieu (1989), especialmente nos conceitos de campo, capital simbólico e poder simbólico, a pesquisa visa investigar como o MJSP busca construir legitimidade em um ambiente historicamente dominado por lógicas privadas, transacionais e algorítmicas. Em O Poder Simbólico (BOURDIEU, 1989), o autor argumenta que a autoridade é sempre uma construção social que depende do reconhecimento dos agentes situados em um campo específico. No caso das redes sociais, o Ministério da Justiça atua para estabelecer legitimidade em um território marcado por dinâmicas de mercado, autonomia tecnológica e estrutura globalizada. Já em Ciberpólis (EGLER, 2021), a autora demonstra que as redes digitais constituem um território de disputa simbólica mediado por algoritmos, afetos e formas específicas de comunicação. A pesquisa pretende demonstrar que a tentativa de regulação das redes envolve diversas tensões entre a defesa da liberdade de expressão e o combate à desinformação. Nesse cenário, grandes plataformas, como Google e Telegram, mobilizam estratégias discursivas para contestar as propostas de regulação, enquanto o MJSP passa a adotar medidas tecnopolíticas como forma de reafirmação de sua autoridade. O estudo também dialoga com experiências internacionais, como a Netzwerkdurchsetzungsgesetz (NetzDG) na Alemanha, bem como legislações implementadas na França e na Austrália, inserindo o Brasil em um cenário global de reconfiguração das estruturas de autoridade digital. Por fim, a análise aponta que a política contemporânea se desenvolve, cada vez mais, nas interfaces digitais, exigindo do Estado ações simbólicas e comunicacionais consistentes. A democracia, nesse novo contexto, passa a depender da disputa por visibilidade, credibilidade e, sobretudo, por sentido.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão: domínio dos jornalistas e autonomia do campo. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. EGLER, Tamara (org.). Ciberpólis: redes no governo da cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4954****TITULO:ESTUDO DE CASO DE HONDURAS À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES****AUTOR(ES) : JULIA LOPEZ CANCIO****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O presente trabalho trata da catástrofe climática que assola, cada vez mais, o país hondurenho, o que ocasiona e diversifica os fluxos migratórios existentes dentro e fora do território. Seja pelo aumento do nível do mar ou pelos longos períodos de seca, a população local se depara com problemas relacionados à nutrição, economia, saúde, segurança e negligência governamental, e muitas vezes, vê como única alternativa o deslocamento forçado, que se caracteriza tanto pelo fluxo interno, quanto pela rota México – Estados Unidos ou Espanha, principalmente. Procura-se compreender de que forma se dá o impacto na população hondurenha com os recorrentes impactos socioeconômicos e ambientais provocados pela catástrofe climática que atinge Honduras, com a ótica do Direito Internacional das Catástrofes e dos Direitos Humanos. A partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, com base em dados fornecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), bem como organizações internacionais, como a FAO, UNICEF, ACNUR, entre outros, reportagens jornalísticas sobre o país, a exemplo do jornal El País, além de artigos e autores voltados para o estudo em Direito Internacional das Catástrofes e o caso de Honduras, como o Professor Sidney Guerra, objetiva-se compreender o impacto das mudanças climáticas neste país da América Central, em diversas esferas da sociedade, bem como entender o fluxo migratório do povo hondurenho, em estado de vulnerabilidade decorrente das mudanças climáticas. A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma técnica exploratória, a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica e da análise acerca dos temas considerados relevantes. Assim, o presente trabalho propõe uma visão inovadora para o estudo de caso de Honduras, não apenas como uma junção de mudanças climáticas que assolam o país rotineiramente há anos, mas trazendo a teoria do Direito Internacional das Catástrofes para a realidade factual do país, gerando mais produção acadêmica para o estudo das catástrofes, ainda pouco explorado no plano internacional.

BIBLIOGRAFIA: GARCÍA, Jacobo. El País; “Mansões engolidas pelo mar são marco zero das mudanças climáticas na América Latina”. 11 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/02/08/internacional/1581121631_785715.html GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021 Unicef. EL CAMBIO CLIMÁTICO EN HONDURAS. La infancia en peligro. 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/honduras/media/501/file/El-Cambio-clim%C3%A1tico-en-Honduras-estudio-2016.pdf>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4961****TITULO:MOBILIDADE CIRCULAR EM CIDADES FLUMINENSES****AUTOR(ES) : ISABEL BREIA DA CRUZ****ORIENTADOR(ES): VANESSA DE ALMEIDA GUIMARAES**

RESUMO: Desenvolver padrões de mobilidade circulares, resilientes e sustentáveis é fundamental para lidar com os desafios impostos ao desenvolvimento de “Cidades e Comunidades Sustentáveis” almejados pela Agenda 2030. Assim, ao discutir cidades inteligentes e/ou sustentáveis é necessário ir além das dimensões de governança, tecnologia e economia. Deve-se abordar, também, como oferecer um serviço de transporte mais seguro, eficiente, tecnológico e acessível para população, bem como os impactos sociais e ambientais envolvidos no seu planejamento e operação. A mobilidade é fundamental para garantir os fluxos de pessoas e mercadorias nas cidades e, por isso, o seu planejamento já está previsto na legislação brasileira (Lei 12587/12). Neste sentido, o objetivo principal deste projeto é compreender se (e como) os planos de mobilidade urbana dos municípios fluminenses com população de 100 mil a 250 mil habitantes estão prevendo a implementação de ações de mobilidade circulares e sustentáveis em suas propostas de planejamento. Para tanto, serão analisadas as estratégias voltadas tanto para o transporte de passageiros quanto para cargas. Como etapas metodológicas, tem-se: (a) revisão sistemática da literatura baseada no método PRISMA e na análise de conteúdo; e, (b) análise documental (legislação, relatórios setoriais e planos de mobilidade). Acredita-se que os resultados poderão orientar a construção de futuros planos de mobilidade no estado do Rio e também no país. Será possível oferecer um melhor entendimento da relação conceitual entre mobilidade, sustentabilidade e circularidade para os gestores públicos municipais, bem como a identificação de ações–benchmark que poderão ser adaptadas aos seus municípios. Por fim, os resultados trarão um panorama sobre os planos de mobilidade fluminense dos municípios selecionados sob uma ótica circular e sustentável, evidenciando potenciais gaps e pontos de melhoria. A pesquisa está no seu terceiro mês de desenvolvimento (nivelamento e pesquisas preliminares) e foi aprovada para ser desenvolvida em um período de dois anos. No final do Ano 1, espera-se ter como resultados preliminares a revisão sistemática da literatura e a consolidação de parte da análise documental (legislações), além da prospecção das informações sobre as cidades cujos planos de mobilidade serão investigados.

BIBLIOGRAFIA: 1. BALGARANOV, Denis. Creating a Circular Mobility Plan for Austria. TheMayor.eu, janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.themayor.eu/en/a/view/creating-a-circular-112mobility-plan-for-austria-11419>. 2. BANISTER, D. (2008). The sustainable mobility paradigm. Transport Policy, 15, 73-80. 3. SUM4All (2020), Universal Urban Access: Toward Sustainable Mobility, edited by Todd Litman. Global Roadmap of Action (www.sum4all.org/global-roadmap-action), by Sustainable Mobility for All (www.sum4all.org/); at <https://bit.ly/3s5nwN4>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4975****TITULO:APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NÃO DEVOLUÇÃO PARA REFUGIADOS LGBTQIAPN+: ESTUDO DO CASO MI v. SUÍÇA****AUTOR(ES) : MARIA REGINA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA****ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: Os fluxos migratórios são os movimentos internos e internacionais de pessoas, impulsionados por diversas razões. Nesse viés, há um aumento desses fluxos de modo forçado nas últimas décadas, e a perseguição contra a comunidade LGBTQIAPN+ como fundamento de solicitações de refúgio que tem chamado a atenção da comunidade acadêmica. Neste cenário, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, adotada em 28 de julho de 1951, dispõe os direitos dos refugiados e estabelece em seu artigo 1º que um refugiado é “qualquer pessoa temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. Em 2017 foi publicada a Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTI, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Essa cartilha dispõe como a condição LGBTI pode ser considerada um fundamento para solicitação de refúgio e dispõe do reconhecimento, pelo ACNUR e por outros países, de que a população LGBTI pode se qualificar no conceito de refugiado. Outra discussão nesse contexto é o Acórdão ECLI:EU:C:2013:720 do Tribunal de Justiça da União Europeia, que também já decidiu que o artigo 10.º, n.º 1, alínea d), da Diretiva 2004/83/CE “permite concluir que se deve considerar que os homossexuais formam um determinado grupo social”. Mesmo com muitas decisões com essa visão, há Estados que não observam da mesma maneira e não acolhem pedidos de refúgio com base em perseguição ligada à orientação sexual e à identidade de gênero. Essa situação cria uma insegurança ao pedido de refúgio e à aplicação do princípio da não devolução à população LGBTQIAPN+. Esse princípio é previsto pelo artigo 33 da Convenção de 1951 e determina que nenhum Estado deve expulsar um refugiado para o país em que sua vida seja ameaçada pelos motivos do pedido de refúgio. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o princípio de não devolução para refugiados LGBTQIAPN+, com o estudo do caso MI v. SUÍÇA, com a finalidade de compreender a inserção dos imigrantes forçados LGBTQIAPN+ no conceito de refugiado, utilizado pelo ACNUR e pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. O caso citado MI v. SUÍÇA (12/11/2024) é da Corte Europeia de Direitos Humanos e se debruçou sobre a “rejeição do pedido de asilo do requerente homossexual pelas autoridades suíças, que concluíram que sua expulsão para o Irã não o exporia a um risco de tratamento contrário ao Artigo 3 da Convenção, desde que ele continuasse a viver sua vida privada de forma discreta após seu retorno”. Quanto à abordagem metodológica, foi eleita a documentação indireta, com pesquisa documental (sobretudo da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e da Cartilha do ACNUR e o julgado extraído da Corte Europeia de Direitos Humanos) e bibliográfica (artigos e teses relacionados ao tema).

BIBLIOGRAFIA: BATISTA, V. O. O FLUXO MIGRATÓRIO MUNDIAL E O PARADIGMA CONTEMPORÂNEO DE SEGURANÇA MIGRATÓRIA. Revista Versus. , v.3, p.68 – 78, 2009. Disponível em: www.versus.ufrj.br. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Caso MI v. SUÍÇA. 12 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/media/cartilha-informativa-sobre-protecao-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-refugio-lgbti>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 4985****TITULO:REPLICAÇÃO DA TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO COM A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO R****AUTOR(ES) : BRUNA MIRANDA****ORIENTADOR(ES): MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar a replicação da Tipologia Socioespacial – desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles e publicada em 2013 – para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, utilizando a linguagem de programação R, com o propósito de otimizar a reprodução da mesma com os dados do Censo Demográfico de 2022, quando forem lançados. A partir da Tipologia Socioespacial, entende-se que a análise do território metropolitano se dá a partir da compreensão de que a estrutura social é expressa por uma estratificação social e se propõe, então, a demonstrar os fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação socioterritorial nas regiões metropolitanas e sua relação com as desigualdades e as interações sociais desta estrutura. A Tipologia Socioespacial foi operacionalizada através das Categorias Sócio–Ocupacionais (CATs) – um esquema de estratificação social – baseadas nos códigos ocupacionais dos indivíduos utilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Censo Demográfico. Na sua elaboração foram utilizados dois procedimentos: análise de correspondência e análise de clusters – que são técnicas correspondentes à análise multivariada – através do software StatLab, que atualmente está defasado e sem atualizações, e, posteriormente, estes dados eram passados para outros softwares a fim de produzir as representações geográficas dos resultados. Em virtude disso, a replicação com o software de programação em R – mais fácil de usar e que continua a ser atualizado e aprimorado – se mostrou uma solução satisfatória para a reprodução e produção das análises que constituem a Tipologia Socioespacial, operacionalizadas com os dados do Censo de 2010, e auxiliaram nas subsequentes análises da estrutura social do território metropolitano, a fim de otimizar o processo de realização da mesma com os dados do Censo Demográfico de 2022, quando estes forem divulgados.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, Luiz César Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013, 76p. RIBEIRO, Luiz César Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Segregação residencial: padrões e evolução. Em: Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana / organização e coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. TREMBLAY, V. Analyse de données et apprentissage statistique en R. Disponível em: . [traduzido para o português pelo Google].

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5008**

TITULO:MOBILIDADE URBANA, TICS E PARTICIPAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A QUALIDADE E EFETIVAÇÃO DOS MODAIS METROPOLITANOS DA RMRJ

AUTOR(ES) : **DANIEL RODRIGUES DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO: Este trabalho busca investigar a interação entre os serviços públicos urbanos e os desafios socioambientais, tecnológicos e democráticos, com foco na mobilidade urbana e no uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). O objetivo é compreender de que forma essas tecnologias podem contribuir para a promoção da justiça socioespacial e da sustentabilidade em contextos urbanos. A pesquisa encontra-se em fase inicial e está sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Cidade, Direito e Mobilidade (CIDMobi), em diálogo com os referenciais teóricos discutidos coletivamente. O engajamento social por meio das TICs amplia os processos participativos de quem vivencia cotidianamente a cidade. Com base nessa perspectiva, o trabalho propõe um levantamento teórico e comparativo de documentos oficiais sobre a mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sem delimitar previamente um modal específico. Pretende-se definir um recorte empírico ao longo do desenvolvimento da pesquisa, considerando critérios como participação social, qualidade dos serviços e inclusão territorial. A proposta é utilizar as inovações tecnológicas como ferramentas para fomentar abordagens participativas e inclusivas, fortalecendo a construção de narrativas coletivas. Discute-se, ainda, o papel da comunicação e da informação como meios de aproximação política com a cidade, mesmo quando tais dimensões são tensionadas pelas lógicas do mercado global.

BIBLIOGRAFIA: ALLEGRETTI, G. et al. Urbanization, participation and digital technologies. In: BALDIM, R. (org.). Cidades e tecnologias insurgentes, 2016. BALBIM, R. A Nova Agenda Urbana e a geopolítica das cidades. In: BALBIM, R. (org.). Geopolítica das cidades, 2016. COCINA, C. et al. Knowledge translation in global urban agendas. World Development, v. 122, 2019. DOI:

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5013**

TITULO:Análise dos dados na Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) na ANP: potencial na formulação de políticas públicas

AUTOR(ES) : **SHADDE DOS SANTOS DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Esta pesquisa busca demonstrar a relevância dos dados resultantes da atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Dessa forma, o objeto escolhido é o Relatório de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da Resolução ANP nº 795, de 5 de Julho de 2019. A questão-problema é “Até que ponto os dados obtidos pela ANP demonstram aspectos relevantes da atuação da Agência e podem ser utilizados na formulação de políticas públicas?”. Nessa esteira, a conclusão é de que o Relatório demonstra um afastamento da judicialização, um determinado espaço de participação pública, e também, a tecnicidade na metodologia ao analisar efeitos decorrentes da Resolução, considerando a forma de análise e quantificação dos dados por parte da Agência no referido Relatório. Sendo demonstrada, assim, a relevância da atuação da ANP no cenário brasileiro e a possibilidade do uso desses dados na formulação de políticas públicas, tendo em vista os objetivos da referida Resolução quanto à redução da assimetria de informação nas relações comerciais e à transparéncia de preços. Contudo, a conclusão terá ressalvas, considerando os próprios limites desta pesquisa. O marco teórico adotado corresponde à teoria constitucional e à teoria institucional, com foco no Estado Administrativo e portanto, na atuação do Poder Executivo em um contexto de abnegação do direito, partindo, esta análise, da teoria de Adrian Vermeule em Law's Abnegation: From Law's Empire to the Administrative State (2016). A metodologia utilizada foi uma análise dos dados presentes no referido Relatório da ANP e de textos acadêmicos sobre a atuação da Agência. Nessa senda, anteriormente foi produzido um relatório sobre o design institucional e atuação da ANP para coleta de informação sobre a Agência Regulatória; e depois, foi possível escrever o artigo.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, L. R. Agências Reguladoras. Constituição e transformações do Estado e Legitimidade Democrática. Revista de Direito Administrativo, [S. I.], v. 229, p. 285-312, 2002. DOI: 10.12660/rda.v229.2002.46445. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/46445>. Acesso em: 05 jan. 2025. BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Institucional. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/a-anp>. Acesso em: 21 out. 2024. VERMEULE, Adrian. Law's Abnegation: From Law's empire to the administrative state. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5068****TITULO:**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA #NAPRÁTICA: APROXIMANDO TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UFRJ**AUTOR(ES) :** GIOVANNA MENDES DA ROCHA SILVA, THAIS SOARES MENDES, VICTOR HUGO MACEDO NASCIMENTO, ANA CLARA MARTINS MORAES SILVEIRA, FELIPE DA SILVA TORRES**ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: O projeto de extensão universitária denominado "#NaPrática" tem como foco a aproximação entre teoria e prática no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), promovendo uma formação mais integrada, crítica e conectada com as demandas sociais e do mercado de trabalho. A proposta busca oferecer aos discentes e à sociedade uma vivência aplicada dos conteúdos abordados no curso por meio de encontros com profissionais da informação, oficinas temáticas, grupos de discussão, visitas técnicas e ações colaborativas com organizações locais. A metodologia adotada é interdisciplinar, envolvendo ações como entrevistas realizadas em eventos institucionais, oficinas temáticas, visitas técnicas e a formação de grupos de discussão. As ações buscam garantir a participação ativa e horizontalizada do público-alvo, valorizando a construção coletiva do conhecimento. Com essa metodologia espera-se alcançar nossos principais objetivos do projeto que são: desenvolver uma visão prática dos conteúdos técnico-científicos aprendidos no curso de Biblioteconomia da UFRJ; valorizar os saberes de sujeitos não universitários; fomentar trocas de experiências entre os discentes, profissionais de informação e a comunidade; promover projetos colaborativos e fortalecer a conexão entre universidade e sociedade. O projeto estabelece metas que visam garantir a continuidade e o impacto das ações desenvolvidas, dentre elas, estão: realizar entrevistas semestrais com profissionais da informação; organizar anualmente workshops e grupos de discussão sobre temáticas relevantes; manter presença nas redes sociais digitais com conteúdos relacionados às atividades do projeto; construir um acervo audiovisual próprio, com registros das ações desenvolvidas. Com essas metas estabelecidas os resultados esperados envolvem o fortalecimento da formação prática dos discentes; a valorização dos saberes comunitários; a promoção de trocas significativas de conhecimento entre a universidade e a sociedade; o desenvolvimento de projetos colaborativos e a ampliação das oportunidades profissionais para os estudantes. Em conclusão o projeto configura-se como uma estratégia de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a aproximação entre o ambiente acadêmico e os diversos contextos de atuação da Biblioteconomia. Ao integrar diferentes saberes e proporcionar experiências formativas em cenários reais, contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal e profissional dos discentes, reafirmando o compromisso social da universidade pública e fortalecendo a relevância da área junto à sociedade.

BIBLIOGRAFIA: ASSIS, Juliana de; SANTOS, Raimunda Fernanda dos; TORRES, Felipe. Aplicações da organização do conhecimento e da informação: um estudo a partir do projeto #NaPrática. *Informação@Profissões*, [S. l.], v. 13, n. 2/3, p. 21-37, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5074****TITULO:**Cooperação Energética Cuba–Venezuela (2000–2020): Análise Crítica do Acordo de Cooperação Integral e seus Impactos na Integração Latino–Americana.**AUTOR(ES) : ELISABETHE CHAVES TEIXEIRA****ORIENTADOR(ES): FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO: Com o intuito de aprofundar a compreensão das dinâmicas de integração regional na América Latina, a presente pesquisa dedica-se à análise crítica da cooperação energética estabelecida entre Cuba e Venezuela, no período entre 2000 e 2020. A investigação centra-se no modelo de comércio exterior e cooperação econômica formalizado pelo Acordo de Cooperação Integral, firmado em outubro de 2000 por Hugo Chávez e Fidel Castro. Este acordo institucionalizou um sistema singular de intercâmbio bilateral, caracterizado pela permuta de petróleo venezuelano por serviços cubanos. É importante ressaltar que, anteriormente à formalização do referido acordo, as relações bilaterais já manifestavam uma crescente convergência, impulsionada pela mútua assistência nos âmbitos diplomático e econômico. No ápice dessa parceria estratégica, a Venezuela provede substanciais volumes de petróleo a Cuba em condições notavelmente favoráveis. Em contrapartida, Cuba disponibilizou profissionais das áreas de saúde, educação e técnica para atuação em programas sociais de grande alcance, como o "Barrio Adentro", elevando essa troca a um patamar de símbolo da integração solidária na região latino-americana. Para a consecução dos objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, baseada no levantamento documental, na revisão bibliográfica especializada e na análise de dados secundários, com especial atenção às informações provenientes da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e da Association for the Study of the Cuban Economy (ASCE). O estudo almeja identificar os principais aspectos que caracterizaram as relações bilaterais entre Cuba e Venezuela, desde a institucionalização do Acordo em 2000 até o seu gradual enfraquecimento após o ano de 2015. Adicionalmente, busca-se compreender a extensão em que essa aliança estratégica gerou impactos econômicos e sociais concretos em ambos os países, contemplando a análise da crescente dependência energética de Cuba e os desafios multifacetados enfrentados pela Venezuela em um cenário de instabilidades internas e externas. A hipótese central que norteia esta investigação é que, embora a cooperação bilateral tenha proporcionado benefícios sociais significativos para ambas as nações, ela também engendrou dependências estruturais relevantes. Nesse sentido, Cuba tornou-se vulnerável no plano energético às oscilações políticas e econômicas da Venezuela. Desse modo, propõe-se analisar essa intrincada relação como um caso singular no âmbito da cooperação energética latino-americana, evidenciando como a aliança Cuba–Venezuela exemplifica a utilização do petróleo como um instrumento estratégico de política externa e projeção de poder no cenário das relações internacionais.

BIBLIOGRAFIA: ARCE, Anatolio Medeiros; SILVA, Marcos Antonio da. As relações entre Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999–2012): a aliança estratégica e o intercâmbio petróleo por serviços. *Revista de Geopolítica*, v. 5, n. 2, p. 31–49, jul./dez. 2014. FEINBERG, Richard E. The Cuba–Venezuela alliance: The beginning of the end? Washington, D.C.: Brookings Institution, 2015. FONSECA, Brian; Polga-Hecimovich, John. Two Nations, One Revolution: The Evolution of Contemporary Cuba-Venezuela Relations. In: ARNSON, Cynthia J. (Ed.). Venezuela's Authoritarian Allies: The Ties that Bind?. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2021. p. 102–121.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: 5113

TITULO:A MULHER DO FIM DO MUNDO: VIOLÊNCIA FEMINICIDA CONTRA MULHERES NEGRAS EM VERSOS DE ELZA SOARES

AUTOR(ES) : MARIANA FREITAS DA COSTA

ORIENTADOR(ES): CRISTIANE BRANDÃO

RESUMO: A pesquisa expõe algumas das manifestações da violência feminicida perpetrada contra mulheres negras. Tem-se como objetivo estudar de que forma as vivências cotidianas e as relações sociais e de poder afetam a mulher negra e banalizam a violência que as acomete, legitimando altas taxas de mortalidade por diferentes causas evitáveis, mas ainda sem que estas sejam consideradas um problema de saúde pública. Relacionando as violações de direitos com versos de músicas de Elza Soares, pretende-se demonstrar o papel da arte como instrumento de denúncia e a importância das escrevivências para a recuperação de vozes silenciadas. A pesquisa demonstra, a partir de um levantamento bibliográfico, a evitabilidade de mortes resultantes da mitigação ao direito à saúde, que está relacionada a subjugações de caráter social. A negligência e o descaso, motivados pelo racismo e misoginia, têm consequências violentas, como a antecipação da morte de mulheres por causas notadamente evitáveis. As demonstrações do fazer morrer de mulheres negras abordadas ao longo do estudo estão ligadas, sobretudo, ao acesso à saúde. Seja por diagnósticos tardios, falhas em campanhas de prevenção ou comportamentos violentos contra parturientes, os preconceitos raciais e de gênero afetam os cuidados que mulheres negras deveriam (e têm o direito de) receber.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen Diez (Orgs.). Retos teóricos e nuevas prácticas. San Sebastián: Ankulegi, 2008. SEGATO, Rita. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. CLASE, Buenos Aires, n. 49, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual

ARTIGO: 5115

TITULO:Energy Procurement Under Contract Expiration: A Real Options Analysis

AUTOR(ES) : LUISA LEITE

ORIENTADOR(ES): GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS

RESUMO: The global energy transition has intensified over the past decade, driven by increasing pressure from international climate agreements, evolving national policies, and a growing societal demand for decarbonization in both developed and emerging economies (IEA, 2024b). In Brazil, as in many other countries, companies operating in energy-intensive and carbon intensive sectors face increasing expectations to reduce their greenhouse gas emissions while maintaining operational and financial performance (EPE, 2021). At the same time, rapid technological improvements and falling costs in renewable energy have rendered many legacy electricity contracts economically obsolete. This creates a dual motivation for change. First, companies with inherently polluting production processes must seek cleaner energy solutions to align with environmental regulations, ESG goals, and investor pressures (Agbaji et al., 2023). Second, firms nearing the expiration of long-term electricity contracts, originally signed when renewables were less competitive, have a window of opportunity to renegotiate under more favorable terms or consider self-generation using more efficient and cost-effective renewable sources such as wind and solar (IRENA, 2021). In this context, this study seeks to answer the following research question: How can energy-intensive firms approaching the end of their electricity supply contracts make optimal decisions between contract renewal and self-generation using renewable sources? To address this question, we investigate the case of an oil and gas company located in the Porto do Açu industrial complex, which must choose between renewing its electricity contract in five years or investing in a renewable energy plant. The company may select between solar, wind, or a hybrid wind-solar configuration. The main innovation of this study lies in combining a traditional financial feasibility analysis with a real options framework to assess the value of managerial flexibility under uncertainty. First, we estimate the levelized costs of each energy alternative using Net Present Value (NPV) analysis (Carvalho et al., 2019; Pires et al., 2023), identifying the break-even price that would justify each investment. Then, recognizing the opportunity to anticipate the construction of the hybrid plant and sell the energy in the spot market before the current contract ends, we apply a Monte Carlo simulation to evaluate the option of selling energy on the spot market during the interim period. This approach captures the strategic value of early action under volatile market conditions, a dimension often overlooked in static investment appraisals (Bastian-Pinto et al., 2021).

BIBLIOGRAFIA: Banos, R., Manzano-Agugliaro, F., Montoya, F. G., Gil, C., Alcayde, A., Gómez, J., 2011. Optimization methods applied to renewable and sustainable energy: A review. *Renewable and sustainable energy reviews* 15 (4), 1753–1766 EPE, 2024. Empresa de pesquisa energética. *Caderno de custos de geração e transmissão – pde 2034*. Accessed in may 2025. URL https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-804/topico-709/Caderno%20de%Custos%20Gera%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20Transmiss%C3%A3o_PDE2034_2024.09.06.pdf Fleten, S.-E., Maribu, K. M., Wangensteen, I., 2007. Optimal investment strategies in decentralized renewable power generation under uncertainty.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5131**

TITULO: Os gargalos para o desenvolvimento brasileiro no século XXI: uma análise pela ótica da geopolítica

AUTOR(ES) : ERIC PORTO MORENO

ORIENTADOR(ES): BERNARDO SALGADO RODRIGUES

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento nacional por meio da construção de um projeto político estratégico que articule as potencialidades internas do Brasil com o conceito de projeção de poder, conforme abordado pela geopolítica. No âmbito doméstico, o estudo identifica os principais gargalos estruturais que dificultam o desenvolvimento do país, como as deficiências em infraestrutura, a frágil integração territorial, os desafios da industrialização, a questão energética e a complexidade da região amazônica. Busca-se mostrar que esses obstáculos internos influenciam a capacidade do Brasil de exercer projeção de poder tanto em seu entorno estratégico quanto no cenário internacional, passando a existir um dilema entre potencialidades do país e sua realidade. A pesquisa se fundamenta em autores clássicos da geopolítica brasileira, como Meira Mattos, Bertha Becker e Mário Travassos, bem como em pensadores das relações internacionais, com destaque para José Luís Fiori.

BIBLIOGRAFIA: MATTOS, Carlos de Meira. Projeção mundial do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 2020. BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. MATTOS, Carlos de Meira. Projeção mundial do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. MATTOS, Carlos de Meira. Brasil: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5176**

TITULO: ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: UMA RECLUSA CONTRACORRENTE NO MÉXICO

AUTOR(ES) : MATEUS DAS NEVES POLICARPO, CAIO FERNANDES DA COSTA E SILVA , GABRIEL NICOLITCHI GALLEG, GABRIEL LUIZ MARTINS DE SOUZA, JÚLIO PISANI GUIRALDO

ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

RESUMO: Manuel López Obrador, do Movimento de Regeneração Nacional (MORENA), foi eleito em 2018 inaugurando um mandato de seis anos e sendo o primeiro presidente considerado progressista depois de décadas de poder conservador no México. Obrador foi sucedido pela candidata Cláudia Sheinbaum, de seu partido e que foi por ele apoiada, sendo ainda a primeira mulher a ocupar o cargo. Este "ciclo progressista" vem na sequência de décadas de predomínio do PRI (Partido Revolucionário Institucional) um partido que se confundia com o próprio regime e cuja sequência de vitórias só foi interrompida pela eleição de presidentes conservadores, bastante alinhados aos Estados Unidos e marcados pelo reforço da violência estatal justificada pelo combate ao narcotráfico: Vicente Fox e Felipe Calderón, ambos do direitista PAN (Partido de Ação Nacional), que governaram de 2000 a 2012, seguidos por Enrique Peña Nieto, que representou um retorno do PRI em condições específicas. O objetivo deste trabalho é compreender, analisar e responder à seguinte questão: Como o fenômeno da extrema-direita se manifesta no México e por quais possíveis razões não tem assumido um caráter prevalente e de massas? Dessa forma, a hipótese central da pesquisa gira em torno do fato de que, mesmo inserido em uma história recente marcada pela violência política — incluindo o assassinato de figuras públicas e candidatos presidenciais — pela intensa violência estatal e do narcotráfico, pelas questões relativas às relações com os Estados Unidos e por um cenário político internacional caracterizado pela ascensão da extrema-direita, chama a atenção a peculiaridade mexicana de não se render a esse viés político-identitário. Os métodos utilizados nesta pesquisa são similares aos que se classificam como o de uma pesquisa exploratória, realizada com base numa revisão bibliográfica de Chantal Mouffe, Giovanni Semeraro e Luis Felipe Miguel sobre a questão geral da extrema-direita e sua relação com o neoliberalismo e a violência estatal e sobre a dinâmica política mexicana em particular no séc. XXI, bem como no levantamento de dados sobre os aspectos já mencionados.

BIBLIOGRAFIA: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia na Periferia Capitalista: Impasses do Brasil. Belo Horizonte, Autentica, 2022. MOUFFE, Chantal. Por um Populismo de Esquerda. São Paulo, SP, Autonomia Literária: 2019. SEMERARO, Giovanni. Liberação e Hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5220**

TITULO: Pirataria e Crimes no Mar: Estratégias de combate por Forças Internacionais nas águas da Somália e Golfo de Aden.

AUTOR(ES) : CLARA FONSECA COSTA

ORIENTADOR(ES): DANIELE DIONISIO DA SILVA

RESUMO: A Pirataria marítima permanece como um problema contemporâneo de grande relevância que afeta o comércio internacional, sobretudo ao nicho offshore em torno do mundo. O ressurgimento da Pirataria no século XIX demonstra uma grande preocupação em relação à segurança da navegação mundial e, também, ao Comércio Internacional. De acordo com o artigo "A Pirataria Marítima no Mundo Contemporâneo", o grande enfoque do tema está associado à prática da Pirataria nas águas da Somália e Golfo de Aden, visto que, o Oceano Índico tornou-se uma rota de extrema importância para o comércio entre Europa e Ásia. Em decorrência da instabilidade política no continente africano, torna-se possível o surgimento de grupos insurgentes, sendo esse um dos grandes focos geográficos da pirataria marítima. Considerando os contextos mencionados acima, o presente trabalho possui o objetivo de analisar o planejamento estratégico de atividades relacionadas a atividades criminosas no mar, juntamente a práticas ilegais com o foco da pirataria no recorte da Somália e Golfo de Aden. O trabalho a ser apresentado foi feito por graduanda que participa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID/UFRJ e quanto à metodologia aplicada busca-se explorar, por meio de levantamento bibliográfico, o mapeamento dos agentes globais que são definitivos para a obtenção de políticas a fim de evitar os prejuízos que a prática da Pirataria incorpora.

BIBLIOGRAFIA: CAVALCANTI, Rafael Reis. A Pirataria Marítima no Mundo Contemporâneo. Revista de Villegagnon, 2013. PINTO, Márcia E. R. A União Europeia e a Seg. Marítima: as missões EUNAVFOR Atalanta e EUCLAP Nestor. OLIVEIRA, Gilberto C. A interface interna-externa da segurança no espaço oceânico: o caso da criminalidade marítima. Revista Relações Internacionais, nº 40, dezembro 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5268**

TITULO:ANTAGONISMOS E COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES SINO–INDIANAS: ESTUDO DE CASO DO ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK

AUTOR(ES) : MARIA FERNANDA CSÁSZÁR LIMA FERREIRA

ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI

RESUMO: Após a Guerra Fria, os Estados Unidos (EUA) emergiram como principal potência do Sistema Internacional (SI). Durante anos, Washington foi capaz de expandir sua presença militar global, atuando em múltiplos tabuleiros a despeito dos elevados custos políticos e econômicos. Isso se manifesta nitidamente na estratégia estadunidense para o Oceano Pacífico, a qual, através do estabelecimento de bases militares, constituiu uma contenção à expansão chinesa. No entanto, a crescente influência de atores não–Occidentais, como China e Rússia, enfraquece a posição estadunidense. Assim, a atuação de Pequim no SI foi norteada por uma política dupla. Por um lado, o governo chinês promoveu a modernização de suas Forças Armadas, a fim de reduzir as assimetrias de poder com os EUA. Por outro, a China desenvolveu a Belt and Road Initiative (BRI), visando a reconfiguração dos fluxos econômicos e de poder na Eurásia e no Indo–Pacífico. Além disso, Pequim concebeu o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), uma organização cuja atuação fornece uma nova via de financiamento internacional e para os projetos da BRI. Nesse contexto, a Índia é um ator–chave na geopolítica asiática na medida em que contrapõe e coopera simultaneamente com a China. Se por um lado, Nova Delhi promove a contenção chinesa no Indo–Pacífico com o Quadrilateral Security Agreement; por outro participa ativamente de fóruns liderados por Pequim, como o próprio AIIB – do qual é o segundo maior acionista. Esse multi–alinhamento, característico da política externa de Narendra Modi, evidencia uma estratégia pragmática diante das transformações no SI. O objetivo dessa pesquisa é entender a relação entre China e Índia para além de análises reducionistas, considerando as complexidades desse relacionamento. A pergunta que norteia esta pesquisa é: quais são os objetivos do AIIB e como a Índia se posiciona frente a estes? A hipótese levantada é de que a Índia, através da participação no banco, busca maximizar suas oportunidades e, simultaneamente, garantir a possibilidade de contraposição dos interesses chineses na Ásia e no Indo–Pacífico, sobretudo mediante projetos da BRI. Este trabalho tem como referencial teórico uma visão realista das relações internacionais, na qual o SI é um tabuleiro de poder movido pela pressão competitiva entre as grandes potências. Consideram–se os atores unidades racionais que agem em prol de seus interesses, em um contexto anárquico. A metodologia utilizada corresponde a um estudo de caso das relações sino–indianas no AIIB, com base em fontes primárias e secundária s. Partindo da análise sistêmica das disputas entre as grandes potências, o presente trabalho analisa a inserção indiana e como essas dinâmicas são refletidas no âmbito do AIIB.

BIBLIOGRAFIA: KALAPATAPU, Swati. India–China dynamics in multilateral and minilateral organizations. Brookings, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/india-china-dynamics-in-multilateral-and-minilateral-organizations/>. Acesso em: 4 maio 2025. PINTO, Rafael. A China quer os mares. Le Monde Diplomatique Brasil, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.com.br/2021/01/18/a-china-quere-os-mares/>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5290**

TITULO:Colonialidade, Necropolítica e Contrato Racial: Fundamentos da Violência Policial Contra Corpos Racializados no Rio de Janeiro

AUTOR(ES) : BRUNA DE OLIVEIRA BROCHADO PETRA PIERRE

ORIENTADOR(ES): RENATA GUIMARAES REYNALDO

RESUMO: Em meio ao conhecimento oriundo do Sul Global, dentre as perspectivas pós–positivistas, destacam–se as de cunho decolonial, por desenvolverem um pensamento crítico e emancipatório frente às relações coloniais de poder. À luz dos conceitos de colonialidade de Aníbal Quijano e de necropolítica de Achille Mbembe, é possível refletir sobre a estrutura de dominação revelada na categoria da raça que alcança a lente do racismo estruturante das ações policiais na cidade do Rio de Janeiro. Tendo como foco o eixo de subordinação da raça, este trabalho objetiva trazer algumas das leituras que se relacionam com a temática das relações de poder a partir da perspectiva daquele que ocupa a posição de dominado e marginalizado que encontram reflexo na realidade do Rio de Janeiro. Visando ao estabelecimento de paralelos entre o micro e o macro, este trabalho se utiliza dos estudos de Quijano e Mbembe, além das análises críticas acerca do contratualismo clássico elaboradas pela ideia do contrato racial presente na teoria racial crítica de Charles Mills, procurando analisar e criticar a pretensão de universalidade materializada no termo sujeito universal e de sua aplicação na situação da violência de caráter discriminatório evidente no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o trabalho tem o intuito de elucidar de que forma pode ser compreendida a condição das principais vítimas da violência policial no Rio de Janeiro considerando–se sua posicionalidade e as estruturas de poder relacionadas à raça em face das contribuições teóricas de Quijano, Mbembe e Mills. Assim, o trabalho busca responder, mais especificamente: Como compreender estruturalmente os impactos da raça na posicionalidade dos sujeitos na sociedade brasileira – e mais particularmente no Rio de Janeiro – sob a ótica da colonialidade do poder, de Quijano? De que forma as contribuições teóricas de Mbembe sobre necropolítica oferecem ferramentas para a leitura das estruturas e dinâmicas subjacentes ao impacto da violência policial no Rio de Janeiro em suas principais vítimas? Quais as articulações possíveis entre o panorama da violência policial do Rio de Janeiro e as reflexões de Charles Mills sobre o contrato social como um contrato racial de dominação? Para tanto, o quadro metodológico da pesquisa, fundado em uma abordagem qualitativa, será composto pelo método de revisão bibliográfica crítica, assim como pela pesquisa bibliográfica e pela análise de dados estatísticos, destacando o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Como resultados esperados, intenciona–se evidenciar o reflexo das estruturas globais de dominação, com enfoque na questão racial, na realidade cotidiana carioca de violência policial contra corpos racializados. Por fim, o trabalho busca elucidar as conexões entre o global e o local ao demonstrar uma matriz global de dominação cuja hierarquia se baseia na categoria racial.

BIBLIOGRAFIA: MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de morte, política da morte. São Paulo, n–1 edições, 2018. MILLS, Charles. O Contrato Racial. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino–americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5338**

TITULO: DESAFIOS COMPETITIVOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE INTEGRADA DA ESTRUTURA PRODUTIVA E DO PADRÃO DE COMÉRCIO PARA O PERÍODO DE 2000 A 2022.

AUTOR(ES) : GUILHERME DE OLIVEIRA JESUS

ORIENTADOR(ES): JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO

RESUMO: Estudos tratam o processo de desenvolvimento econômico como a junção entre crescimento econômico e mudança estrutural. Nesse contexto, a indústria possui papel central uma vez que se apresenta como vetor principal de aumento da produtividade no tempo devido à sua capacidade de relacionar tecnologia com retornos crescentes de escala, deter complementaridades setoriais e se valer da indivisibilidade tecnológica. Dada a sua relevância, o objetivo deste trabalho é analisar conjuntamente a evolução dos fluxos de comércio com os dados de produção e emprego da indústria brasileira (IB) de 2000 a 2022, de modo a privilegiar uma visão integrada entre mudanças estruturais no padrão de comércio e no tecido produtivo, identificando possíveis condicionantes internos e externos por detrás desse processo. Utiliza-se uma taxonomia baseada nos diferentes padrões de concorrência da IB, em que os setores industriais são classificados em grupos que revelam o mesmo tipo de regime competitivo. Sendo eles: Indústria Extrativa (EX), Petróleo (PE), Commodities agrícolas (CA), Commodities industriais (CI), Indústria tradicional (IT) e Indústria intensiva em Tecnologia (IN). A análise será conduzida com base em dados de produção e emprego coletados na Pesquisa Industrial Anual (IBGE) e nos dados de comércio exterior do ComexStat (MDIC). Os possíveis condicionantes do processo de mudança estrutural serão tratados em duas partes: a primeira fundamenta-se nos fatores internos de caracterização e incentivo da produção industrial doméstica como os custos das operações, a oferta total de investimentos, receita líquida e consumo de peças por grupo industrial. Já a segunda, visa observar os fatores externos à indústria, contemplando o comportamento da demanda mundial e o market-share por grupo industrial das exportações industriais brasileiras. Como conclusão, observa-se para o caso brasileiro uma tendência histórica de especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais (CA, EX e CI), especialização das importações em bens intensivos em tecnologia, concomitantemente a uma rigidez estrutural sob o ponto de vista produtivo que inibe a transição da IB para setores com maior conteúdo tecnológico. Ao mesmo tempo, apesar da elevação dos custos operacionais de atividades dos grupos IN e IT, os setores de EX, CA e CI obtiveram taxas de crescimento mais aceleradas. Além disso, os gastos com investimento foram direcionados, sobretudo, para setores dos grupos PE, CA e EX. Paralelamente, houve perda de competitividade internacional dos segmentos IN e IT. Ainda que os resultados apontem para a presença de alguma diversificação setorial na produção e no emprego, há uma clara sinalização de ampliação de incentivos para setores relacionados à produção de commodities (CA, EX e CI). Como consequência, prevê-se uma maior dificuldade no que diz respeito à autonomia em atividades econômicas estratégicas que se tornaram ainda mais relevantes em um contexto pós-pandemia.

BIBLIOGRAFIA: Cimoli, M., G. Porcile, A. Primi, and S. Vergara (2005). 'Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnología en América Latina'. In M. Cimoli (ed.), *Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL/BID. Ferraz, J. C.; D. Kupfer.; Häggenauer, L. (1996). *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria brasileira*, Rio de Janeiro: Campus. Torracca, J. (2018). *Coevolução das estruturas de produção e comércio exterior da indústria brasileira: convergência ou desarticulação?* 140 f., Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5391**

TITULO: O papel do Supremo Tribunal Federal no combate a desinformação: uma análise da atuação da Corte Constitucional brasileira frente a falsas afirmações

AUTOR(ES) : RENATA AMORIM LOPES

ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA

RESUMO: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Centro de Ciências Jurídicas e Económicas - CCJE Faculdade Nacional de Direito Título: O papel do Supremo Tribunal Federal no combate a desinformação: uma análise da atuação da Corte Constitucional brasileira frente a falsas afirmações Autora: Renata Amorim Lopes Orientadora: Prof. Drª Eleonora Mesquita Ceia O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no combate à desinformação no Brasil, compreendendo esse fenômeno à luz das transformações tecnológicas da Quarta Revolução Industrial e da cultura informacional estabelecida no ciberspaço. A proposta surgiu após palestra do ministro Luís Roberto Barroso, em 2023, na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, onde se destacou o enfrentamento às fake news como pauta prioritária da Corte. Parte-se da hipótese de que a atuação ativa do STF em uma seara tradicionalmente legislativa sinaliza um desequilíbrio entre os Poderes e evidencia uma crise da democracia representativa brasileira. A base teórica do estudo inclui os conceitos de autocomunicação de massas de Castells, bem como as teorias sobre democracia deliberativa e representativa de Jürgen Habermas e Bernard Manin. O problema da pesquisa é compreender por que o STF assumiu protagonismo no combate à desinformação e em que medida essa atuação reflete a fragilidade institucional no Brasil. O objetivo geral anteriormente apontado desdobra-se nos seguintes: compreender o papel das plataformas digitais, inteligência artificial e algoritmos na disseminação da desinformação; analisar a política de combate à desinformação promovida pelo STF sob a Presidência do Min. Barroso e decisões selecionadas da Corte de enfrentamento à desinformação; identificar os efeitos da atuação do STF sobre a relação entre os Poderes da República e a qualidade da democracia representativa no Brasil. A metodologia adotada é qualitativa e explicativa, por meio de pesquisa documental (decisões judiciais do STF, como o RE 1075412, projetos de lei e relatórios institucionais) e bibliográfica (autores como Jürgen Habermas e Bernard Manin). A técnica de análise será a análise de conteúdo. A hipótese a ser testada a partir do problema proposto é que o protagonismo judicial no combate à desinformação revela não apenas a urgência de respostas institucionais frente à desinformação digital, mas também um sintoma do esvaziamento político e representativo da democracia brasileira contemporânea. Palavras-chave: STF; Desinformação; Democracia Representativa; Inteligência Artificial. Áreas de Conhecimento: Iniciação científica Referências Bibliográficas: MANIN, Bernard. Os princípios do governo representativo . Tradução de Márcia Murad. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. CASTELLS, M. O poder da comunicação . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018 HABERMAS, J. A inclusão do outro: estudos de teoria política . 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BIBLIOGRAFIA: Referências Bibliográficas: MANIN, Bernard. Os princípios do governo representativo. Tradução de Márcia Murad. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. CASTELLS, M. O poder da comunicação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018 HABERMAS, J. A inclusão do outro: estudos de teoria política. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5491****TITULO:ELEIÇÕES INDIRETAS E CONTROLE POLÍTICO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA****AUTOR(ES) : NATALIA PIRES DA COSTA****ORIENTADOR(ES): CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: A pesquisa se insere no projeto "Autoritarismo, eleições e poder local no Brasil", que investiga o uso de mecanismos ordinários do constitucionalismo democrático, em especial das eleições, por regimes autoritários, tendo em vista seus propósitos de conservação do poder. Nesse contexto, a pesquisa busca analisar as reformas eleitorais implementadas durante o regime militar brasileiro (1964-1985), com foco na institucionalização das eleições indiretas em diferentes níveis de governo, identificando e sistematizando os atos normativos que fundamentaram juridicamente tais mudanças. Busca-se compreender de que maneira o regime utilizou instrumentos legais, como atos institucionais, emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias, para alterar as regras eleitorais e garantir o controle político, observando a manipulação da ordem constitucional vigente como mecanismo de legitimização do autoritarismo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e documental. Serão analisados atos normativos do regime militar, como Atos Institucionais, Emendas Constitucionais, leis e debates parlamentares, bem como outras fontes legislativas, visando à construção de um arcabouço jurídico das eleições indiretas. Utilizar-se-á a análise de fontes primárias, como documentos oficiais, e de fontes secundárias, como a doutrina e estudos históricos, com enfoque jurídico-político. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é investigar como o regime militar brasileiro utilizou instrumentos normativos para institucionalizar as eleições indiretas, especialmente nos níveis estadual e municipal, com ênfase na análise jurídica das estratégias de controle político. A revisão bibliográfica realizada até o momento aponta que as análises existentes concentram-se, em geral, em episódios específicos e nas manipulações casuísticas das regras eleitorais, o que reforça a necessidade de uma abordagem que sistematize o arcabouço jurídico construído no período. Espera-se identificar como o regime militar utilizou o direito para centralizar o poder e controlar o processo político. A pesquisa visa oferecer uma compreensão crítica do uso do direito como instrumento de controle político, explorando a coexistência de um regime ditatorial com instituições políticas representativas. O estudo permitirá reconhecer práticas autoritárias que, apesar de se apresentarem dentro do ordenamento jurídico, visam restringir a democracia, contribuindo para a prevenção de regimes autoritários no contexto contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: Fleischer, David. 1994. "Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro." In Gláucio Soares and Maria Celina d'Araujo (eds.), *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV. Barbosa, L. A. de A. (2017). O voto sob a baioneta: o direito eleitoral nos primeiros anos do regime civil-militar brasileiro (1964-1967). *Revista Direito Gv*, 13(1), 145-170. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201707>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5522****TITULO:ENTRE O SONHO AMERICANO E A DEPORTAÇÃO: O USO DE VIGILÂNCIA DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE MIGRATÓRIO E POLÍTICO****AUTOR(ES) : ISADORA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER**

RESUMO: Desde o primeiro mandato de Obama até o atual segundo mandato de Trump, a política de imigração dos Estados Unidos se tornou um grande campo de batalha discursiva, alternando entre retóricas de humanização e falas anti-imigratórias. No entanto, práticas coercitivas aconteceram, sem exceção, durante os últimos 12 anos. Para estas ações de controle migratório, político e narrativo, o uso da vigilância de imigrantes foi constantemente mobilizado. Assim, este trabalho é uma análise sobre como a política de imigração americana viola o direito à privacidade e o direito à liberdade de expressão dos imigrantes ao instrumentalizar o uso da vigilância, inicialmente de forma silenciosa até alcançar a sua forma mais expressiva com o monitoramento das redes sociais e o acesso físico a dispositivos móveis nas fronteiras. Tal questão será analisada a partir do conceito de panóptico de Jeremy Bentham e do fenômeno de capitalismo de vigilância. O trabalho está estruturado em quatro fases. A primeira fase consiste em analisar a oscilação entre discursos e ações, relacionados à imigração, durante os últimos governos americanos (2009-2025). Na sequência, na segunda fase, que abrange o processo de ampliação do monitoramento desde o uso digital silencioso, à transformação em um aparato estatal e tecnológico para perseguição de imigrantes até ao uso extensivo de inteligência artificial e vigilância em redes sociais. Na terceira, o foco se desloca para os efeitos dessa vigilância e como as violações do direito à privacidade e à liberdade de expressão se dão. Encerrando o ciclo, a quarta fase tem como objetivo identificar os efeitos dessa estrutura nos fluxos migratórios no continente americano. Quanto à abordagem metodológica utilizada, elegeu-se, fundamentalmente, a documentação indireta, com enfoque em pesquisa bibliográfica (sobretudo, matérias jornalísticas, doutrina nacional e estrangeira, trabalhos acadêmicos dentro e fora do campo jurídico e discursos oficiais de autoridades estatais) e dados públicos estatais, especialmente estatísticos.

BIBLIOGRAFIA: OSORIO, Luiz Felipe Brandão; BERNER, Vanessa. Migração, direito e capitalismo. *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, v. 7, n. 17, p. 55-77, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45298>. Acesso em: 26 abr. 2025.; TRINCA, Mayra. Vigilância das redes encontra as fronteiras físicas nos Estados Unidos. *ComCiéncia*, Campinas, n. 260, 22 abr. 2025. Disponível em: <https://www.comciencia.br/vigilancia-das-redes-encontra-as-fronteiras-fisicas-nos-estados-unidos/>. Acesso em: 26 abr. 2025. ; FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5539****TITULO:** DO IMPÉRIO AO COOL JAPAN: A TRANSFORMAÇÃO DO PODER JAPONÊS DO HARD POWER IMPERIAL AO SOFT POWER CULTURAL**AUTOR(ES) :** CAROLINE DOS SANTOS MARQUES**ORIENTADOR(ES):** BERNARDO SALGADO RODRIGUES

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a transformação do Japão de uma potência imperialista, historicamente fundamentada no uso do hard power, para uma referência global em soft power, com ênfase na difusão da sua cultura popular. Para isso, será traçado um panorama da trajetória imperial japonesa até a Segunda Guerra Mundial, destacando os elementos militaristas e expansionistas que marcaram esse período. Em seguida, discute-se o processo de reconstrução nacional no pós-guerra, especialmente após a promulgação da Constituição de 1947, que impôs severas limitações ao poderio militar do país e incentivou uma reconfiguração de sua atuação internacional. Parte-se da hipótese de que, diante das restrições militares impostas no pós-guerra, o Japão utilizou estrategicamente o soft power — conforme definido por Joseph Nye — para reconstruir sua imagem e exercer influência global por meio da exportação de sua cultura pop (animes, mangás, videogames). Com base nessa abordagem, o trabalho tem como objetivo analisar como a cultura pop japonesa passou a ser instrumentalizada como ferramenta diplomática e mecanismo de construção de uma imagem nacional positiva, substituindo o poderio militar pela influência simbólica. Argumenta-se que essa transformação representou não apenas uma adaptação às novas regras do sistema internacional, mas também uma reconfiguração identitária voltada à valorização estética e cultural. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa com abordagem histórica e cultural, método dedutivo e finalidade explicativa. Para pesquisas futuras, embora este trabalho se concentre na ascensão do soft power como eixo da política externa japonesa no pós-guerra, vislumbra-se um cenário prospectivo no qual o Japão possa retomar elementos de hard power, principalmente diante das novas tensões e reequilíbrios geopolíticos da Ásia-Pacífico.

BIBLIOGRAFIA: NYE, Joseph S. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004. VIANA, Geovana Rodrigues. O caso das "mulheres de conforto" e a reconstrução do Japão pós Segunda Guerra com a utilização de soft power. OTMAZGIN, Nissim Kadosh. *Japan Imagined: Popular Culture, Soft Power, and Japan's Changing Image in Northeast and Southeast Asia*.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5557****TITULO:** A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DOS PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS NAS POLÍTICAS DA GESTÃO DE CONTEÚDOS ORGANIZACIONAIS**AUTOR(ES) :** SARHA STEPHANI DE SOUZA PATRICIO, BRUNA LIMA FREIRE, CAMILA RAMOS PESSANHA**ORIENTADOR(ES):** ANTONIO VICTOR BOTÃO

RESUMO: Os profissionais arquivistas desempenham um papel fundamental nas organizações contemporâneas, especialmente em um mundo cada vez mais digitalizado e orientado por dados, apresentando a problemática de que a gestão de conteúdos organizacionais não se limita apenas ao armazenamento de informações, mas envolve uma série de práticas que garantem a integridade, acessibilidade e utilização eficiente dos dados. Nesse contexto, a atuação dos arquivistas se torna imprescindível para o sucesso das políticas de gestão de conteúdos, pois estes são os responsáveis pela organização e estruturação de documentos e informações para a facilitar o acesso e recuperação da informação; atuam na preservação da memória institucional para a garantia da manutenção de forma segura e acessível aos documentos e registros organizacionais importantes; desempenham um papel crucial na conformidade legal e normativa das organizações por meio do desenvolvimento de políticas e práticas que asseguram a conformidade, minimizando riscos e protegendo a organização de possíveis penalidades. A pesquisa se justifica sob a perspectiva de que a gestão eficaz de conteúdos organizacionais, mediada pelos arquivistas, facilita a tomada de decisões, pois com acesso a informações precisas e atualizadas, os líderes e gestores podem basear-se em dados concretos, reduzindo a incerteza e aumentando a probabilidade de sucesso, pois dessa forma, os arquivistas colaboram com outras áreas da organização, para garantir que as informações necessárias estejam disponíveis no momento certo, contribuindo para uma cultura de decisão baseada em evidências. Objetiva-se demonstrar que os profissionais arquivistas promovem a transparência e a responsabilidade dentro das organizações por meio da gestão adequada de documentos e informações, proporcionando aos usuários o acesso a informações relevantes sobre as operações da organização, ensejando de forma essencial a transparência para construir confiança e credibilidade, que são fatores críticos para o sucesso a longo prazo para prevenir fraudes e práticas inadequadas. Metodologicamente proceder-se-á a uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo a partir do levantamento bibliográfico em bases de dados científicos da área de Ciência da Informação sobre a produção literária nas últimas duas décadas do século XXI, que servirá de subsídio para a análise e identificação do perfil destes profissionais ao longo do período supracitado no sentido de apontar a evolução da participação dos arquivistas na gestão de conteúdo organizacional, principalmente após a emergência das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que culminaram com a criação dos sistemas de informações em âmbito organizacional. Como resultados, espera-se ratificar a importância da Arquivologia e da formação consistente e atualizada de seus profissionais no atendimento eficiente e eficaz às demandas informacionais dos usuários afetos às unidades de informação.

BIBLIOGRAFIA: RONDINELLI, Rosely C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 160 p. INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*. V.3, n.2, p. 28–60, jul–dez. 2007. DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. *Revista Acervo*, v.7, n.12, p. 3–38, jan–dez 1994.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5562**

TITULO:Mapa do desembolso: Análise dos investimentos do BNDES para a avaliação de impactos econômicos e cadeias produtivas no Brasil

AUTOR(ES) : **ESTER RANGEL PEREGRINA, THIAGO DE HOLANDA LIMA MIGUEZ**

ORIENTADOR(ES): **JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO**

RESUMO: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma das principais instituições de financiamento do Brasil e, por consequência, para a indução do crescimento econômico, da geração de emprego e renda é da transformação estrutural da economia nacional. Em termos de impacto, o BNDES já avalia esses financiamentos com foco nos efeitos gerados sobre os seus clientes dos recursos - ou seja, sobre as empresas tomadoras dos financiamentos. (BNDES, 2024) A proposta da presente pesquisa tem o objetivo de complementar as avaliações atuais, revelando a extensão dos efeitos econômicos gerados pelas operações do Banco na rede de fornecedores de bens e serviços que atendem aos projetos financiados e que, portanto, também se beneficia do impulso promovido pelo crédito. Em termos práticos, o projeto busca sistematizar e explorar os dados administrativos já existentes no processo de acompanhamento das operações de crédito e transformá-los em uma base para análises econômicas e avaliações de impacto. Ao mapear a cadeia de suprimentos mobilizada pelos projetos financiados, torna-se possível uma compreensão melhor do perfil das empresas que participam das cadeias produtivas apoiadas, avaliar a distribuição geográfica dos efeitos do crédito e identificar padrões que possam subsidiar políticas públicas mais eficazes e direcionadas. A metodologia adotada pela pesquisa parte da análise dos dados obtidos durante o processo de acompanhamento realizado regularmente pelo BNDES, onde constam informações detalhadas sobre os itens financiados por cada operação e os respectivos fornecedores. Esses dados foram cruzados com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, uma base de dados pública, com o intuito de compreender o perfil das empresas identificadas, como a atuação setorial, porte e localização. A organização dos dados se inspira no trabalho de Miguez e Freitas (2021). O mapeamento foi iniciado pelos investimentos financiados pelo setor de geração de Energia Eólica, dada sua importância recente para a transformação da matriz energética brasileira, com grande participação nos desembolsos do BNDES e também por ser um caso de sucesso recente de política industrial. Os resultados parciais revelaram que, das 24 operações já analisadas, foram mapeados mais de 2000 fornecedores distintos, que correspondem a mais de 11 bilhões de reais em investimento. Ainda há o potencial de análise de mais de 800 operações aprovadas nos últimos 10 anos de diversos setores. Um dos desafios da pesquisa será encontrar uma forma de divulgar os resultados sem violar dados sigilosos que permitam a identificação das empresas envolvidas. Porém, ao consolidar essa iniciativa com rigor acadêmico, o BNDES não apenas aprimora sua própria capacidade institucional, como também contribui para o avanço do debate público sobre a efetividade das políticas de desenvolvimento no país, especialmente as de encadeamento produtivo. oferecendo insumos valiosos para o desenho de políticas mais eficazes.

BIBLIOGRAFIA: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relatório de efetividade 2022–2023. Rio de Janeiro: BNDES, 2024. MIGUEZ, T.; FREITAS, F. Matrizes de Absorção de Investimento (MAs): Metodologia de estimativa para o Sistema de Contas Nacionais referência 2010. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. (Texto para discussão IE UFRJ 024/2021)

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5575**

TITULO:TRABALHO REMOTO PÓS-COVID NO BRASIL: EFEITOS SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO

AUTOR(ES) : **GUILHERME ROHEN DE QUEIROZ CARVALHO LEAL**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA PERO**

RESUMO: O mercado de trabalho foi fortemente impactado pela pandemia da Covid-19. Diante da proporção da crise sanitária, o distanciamento social tornou-se medida preventiva essencial. Como resultado, diversos serviços públicos e privados foram obrigados a adotar, em um curto período e quando aplicável, o trabalho remoto. Essa tendência ao teletrabalho não deve se limitar à pandemia, perdurando nos próximos anos, com efeitos diferenciados por gênero. No Brasil, Góes, Martins e Nascimento (2020) mostram que cerca de 23%; da força de trabalho nacional está em ocupações com potencial para realizar suas atividades remotamente. Havendo grande heterogeneidade entre regiões e grupos socioeconômicos. A relação do trabalho remoto com a desigualdade salarial de gênero foi analisada por Bonacini et al. (2024). Usando dados da Itália, mostram que o diferencial salarial de gênero é maior entre as mulheres que trabalham em ocupações com maior potencial para o trabalho remoto no domicílio, sobretudo entre mulheres mais velhas e casadas. Conclusão semelhante foi alcançada por Bozena et al. (2024) analisando o caso do Reino Unido. No Brasil, de acordo com a PNADC/IBGE de 2022, a proporção de mulheres ocupadas que realizaram teletrabalho foi superior à dos homens (8,7% e 6,8%). O objetivo da pesquisa é analisar a dinâmica de trabalho remoto, que se acentuou recentemente e seus efeitos distintos por gênero no país. Com base nos dados da PNADC/IBGE sobre local de trabalho e nas estatísticas experimentais do IBGE sobre trabalho remoto, analisamos a participação desse tipo de trabalho e o perfil da ocupação e dos rendimentos por gênero. Para analisar o efeito da pandemia, será aplicada uma metodologia para classificar as ocupações pela propensão ao trabalho remoto. Avaliamos a dinâmica na ocupação e rendimentos de homens e mulheres antes e depois da Covid-19 e impactos na desigualdade. Os resultados esperados são que, para estas ocupações, as disparidades de rendimentos e de inserção no mercado de trabalho por gênero se intensificam. Esta análise contribui para o desenho de estratégias que mitiguem os potenciais efeitos do trabalho remoto, especialmente no contexto brasileiro onde questões estruturais, culturais e sociais afetam desigualmente homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA: BONACINI, L.; GALLO, G.; SCICCHITANO, S. Does Working from Home Increase the Gender Wage Gap? Insights from an Italian Survey of Occupations. *Feminist Economics*, p. 1–36, 2024. GOES, S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. S. Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato do Brasil e no mundo. *Carta de Conjuntura - IPEA*, n. 47, p. 1 – 10. 2020. BOZENA, W.; BRYSON, A.; JOSHI, H.; WILKINSON, D. Do Women Pay for Working from Home? Exploring Gender Gaps in Pay and Wellbeing by Work Location in the UK Cohort Studies

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5588****TITULO:** REDEFININDO LIMITES: O ATIVISMO DO STF E SEU IMPACTO NA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**AUTOR(ES) :** LARISSA PINHEIRO COSTA**ORIENTADOR(ES):** CARLOS BOLONHA

RESUMO: Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem vivenciado um processo de judicialização, marcado pelo fortalecimento do papel do Judiciário e pela centralidade da interpretação constitucional exercida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para além desse fenômeno, observa-se uma atuação cada vez mais frequente da Corte em temas de alta relevância política e social, o que intensifica os debates sobre os limites da jurisdição constitucional e levanta acusações de extrapolação de competências e violação à separação dos poderes. Tais críticas se inserem em um contexto mais amplo de crise de representatividade, caracterizado pelo descompasso entre as demandas populares e a atuação dos Poderes Legislativo e Executivo, e pela consequente erosão da confiança nas instituições democráticas. Este estudo analisa a conexão entre o ativismo judicial do STF e essa crise de representação na democracia brasileira, a partir da seguinte questão central: a crescente proeminência do STF teria conduzido o Judiciário a uma crise de legitimidade? A hipótese parte da ideia de que, ao tentar suprir as lacunas deixadas pelos representantes eleitos, o STF assume um papel politicamente relevante que, embora busque proteger direitos e preservar a ordem constitucional, o expõe a críticas quanto à sua legitimidade democrática, dada a ausência de eleição direta de seus membros. Nesse processo, ganha força o discurso político e midiático que acusa a existência de uma suposta "ditadura do Judiciário", utilizado de forma polarizada para deslegitimar a atuação da Corte. A metodologia é qualitativa, com base em estudo de caso e triangulação de fontes jurídicas, midiáticas e de opinião pública, centrada na análise de decisões do STF entre 2021 e 2024, selecionadas por sua relevância institucional, visibilidade pública e legitimidade contestada. A investigação articula os marcos teóricos de Bickel (dificuldade contramajoritária), Dahl (relações entre cortes e coalizões políticas), Barroso (ativismo como resposta a crises institucionais) e Glezer & Vilhena (sobreposição da Corte e riscos à sua legitimidade). A expectativa é que o protagonismo do STF, ao responder a falhas das instituições eleitas, contribua para a intensificação de tensões institucionais e para a percepção pública de que os limites do Judiciário foram ultrapassados. Contudo, os dados sugerem que tal crise de legitimidade não pode ser atribuída exclusivamente ao Judiciário, pois está imbricada em um cenário mais amplo de desconfiança generalizada nas instituições democráticas e nas formas tradicionais de representação.

BIBLIOGRAFIA: BICKEL, Alexander M. *The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics*. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 1986. DAHL, Robert A. Decision-making in a democracy: the Supreme Court as a national policy-maker. *Journal of Public Law*, v. 6, n. 2, p. 279–295, 1957. BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática: para além do "direito alternativa". *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, p. 11–45, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5649****TITULO:**SOCIEDADE DA DESINFORMAÇÃO: A DESINFORMAÇÃO COMO INSUMO**AUTOR(ES) :** PEDRO TEIXEIRA DA CONCEICAO**ORIENTADOR(ES):** NYSIA OLIVEIRA DE Sá

RESUMO: Durante a pandemia do Covid-19, houve um aumento massivo de produção e disseminação de informações – chamado por Davenport (2014) de Big Data – e aliada à essa produção massiva, a dificuldade de discernir as informações verdadeiras das falsas. Diante desse cenário potencializado pela pandemia, a desinformação parece substituir a informação como principal insumo de todos os processos sociais, comunicacionais e informacionais. Com base nos paradigmas físico, cognitivo e social da Ciência da Informação (Araújo, 2018), o trabalho propõe uma nova terminologia: Sociedade da Desinformação. O termo idealiza-se no entendimento da desinformação como insumo gerador de lucro (Bucci, 2019), visto que o grande volume de informações dificulta a busca adequada de fontes de informação confiáveis e impede a filtragem do conteúdo produzido e divulgado, sendo um instrumento de controle social (Silva, 2022). Ademais, pretende-se reforçar o uso do termo Sociedade da Desinformação através do comparativo da aplicação dos paradigmas na informação e na desinformação, mostrando a insuficiência da informação como insumo. A metodologia divide-se em duas lentes: busca pela teoria e aplicação prática. Na busca pela teoria, têm-se como recorte a produção científica no contexto da pandemia (exceto as publicações cruciais para o desenvolvimento da pesquisa). Assim, a coleta de dados se realiza na pesquisa bibliográfica em bases de dados digitais que armazenam variadas obras sobre a temática, como a Brapci, e procura de periódicos do campo da Ciência da Informação no Portal Capes. Para a aplicação prática, o trabalho discorre sobre os desdobramentos do ocorrido com a lutadora argelina Imane Khelif durante os Jogos Olímpicos de 2024, quando a atleta foi erroneamente chamada de transexual por diversos canais multimídia de comunicação. Dessa forma, o trabalho espera apresentar um olhar investigativo para uma sociedade que demonstra atuar como aparelho disseminador de desinformação, e, consequentemente, estabelecer o papel do bibliotecário no combate à desinformação, debatendo sobre as possíveis medidas a serem tomadas e sugerindo uma nova estrutura informacional – Sociedade da Desinformação – como um novo foco de estudo da Ciência da Informação. Sendo assim, a pesquisa é desenvolvida como uma extensão do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso sobre desinformação e infodemia.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação. Belo Horizonte: KMA, 2018. 126 p. BUCCI, E. News não são fake – fake news não são news. In: BARBOSA, M. (org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37–48. SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. A Sociedade da Desinformação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 143–161, 2022. DOI: 10.21728/logeion.2022v9n1.p143–161. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5953>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 5654

TITULO:A digitalização como ameaça ao constitucionalismo após a pandemia da Covid–19

AUTOR(ES) : GABRIEL MARREIROS GUARCONI

ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA

RESUMO: A crise provocada pela Covid–19 impulsionou diversas transformações ao redor do mundo, especialmente no Brasil, no que diz respeito ao convívio em sociedade. Esse cenário acentuou ainda mais o avanço das tecnologias digitais e dos meios de comunicação, acelerando um processo de digitalização que já estava em curso, certificado pela publicação da Lei Nº 12.965/2014, conhecida como marco civil da Internet. Diante dessa realidade, torna-se fundamental refletir sobre o papel do Direito frente às rápidas transformações tecnológicas, que muitas vezes ocorrem sem a devida fiscalização e regulação, podendo gerar consequências ainda mais graves no futuro. O presente estudo propõe–se a responder à seguinte questão problema: como a digitalização dos meios de comunicação impacta nas camadas mais vulneráveis da sociedade? A hipótese defendida é de que existe um impacto desproporcional nos direitos fundamentais das populações mais vulneráveis provocado pela digitalização dos meios de comunicação no Brasil. A metodologia se baseia na revisão bibliográfica de trabalhos nacionais e estrangeiros que tratem da relação entre direito constitucional, direitos fundamentais, tecnologia e estudos empíricos sobre o impacto na população mais vulnerável brasileira.

BIBLIOGRAFIA: CELESTE, Edoardo. Digital constitutionalism: the role of internet bills of rights. Abingdon; New York: Routledge, 2022. (Routledge Research in the Law of Emerging Technologies).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 5687

TITULO:O Princípio do Contraditório em Tribunais Tecnológicos: Percepções de Justiça Processual

AUTOR(ES) : ERIK AMIL EMRICK

ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI,CARLOS BOLONHA

RESUMO: O Princípio do Contraditório em Tribunais Tecnológicos: Percepções de Justiça Processual A incorporação de sistemas de inteligência artificial (IA) no âmbito judiciário em países com uma jurisdição tecnologicamente avançada, como Estônia e China, bem como iniciativas preliminares no Brasil, tem reformulado os parâmetros do processo judicial. Esse cenário torna–se basilar ao questionamento da legitimidade dos tribunais robotizados em comparação com modelo humano tradicional no que concerne a preservação do princípio do contraditório como um valor fundamental da justiça processual, avaliando as percepções subjetivas de justiça procedural em processos tradicionais e naqueles realizados pela inteligência artificial. Em decorrência do mencionado, é imperioso ressaltar que a efetividade do contraditório não se restringe à sua formalidade no processo, todavia inclui a participação e o reconhecimento das partes de forma que estas sejam ouvidas e levadas em consideração. A presente pesquisa propõe–se a responder a seguinte questão problema: Como apercepção do contraditório difere entre processos judiciais tradicionais e aqueles conduzidos por IA, sobretudo no que diz respeito à garantia da "voz" e da participação efetiva das partes? A pesquisa busca examinar se a mera possibilidade de apresentação de argumentos perante sistemas robotizados garante a legitimidade do processo, de forma a considerar a efetividade dos tribunais tradicionais no que concerne à garantia do dito princípio. A Metodologia é pautada na revisão bibliográfica de artigos e documentos normativos com um vasto conteúdo acerca do tema, de modo a manter, no entanto, a originalidade e criatividade do autor. Ademais, o artigo parte de uma consubstancialização da teoria geral do processo e seus princípios fundamentais, combinado com questões judiciais abordadas em casos reais, bem como análises jurídicas de países que utilizam do sistema robotizado. O marco teórico está atrelado à influência das percepções de justiça nas decisões judiciais, de modo a ressaltar tanto a percepção em sistemas humanizados, quanto nos automatizados, sem excluir uma análise crítica a respeito da temática.

BIBLIOGRAFIA: *RE, Richard M.; SOLOW–NIEDERMAN, Alicia*. *Developing Artificially Intelligent Justice. Stanford Technology Law Review*, Stanford, v. 22, n. 2, p. 242–289, Spring 2019**. *CHEN, Benjamin Minhao; STREMITZER, Alexander; TOBIA, Kevin.* Having Your Day in Robot Court. Harvard Journal of Law & Technology, v. 36, n. 1, p. 128-169, Fall 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5689**

TITULO:Mariana: um estudo de alertas pela sociologia pragmática.

AUTOR(ES) : **BRENO VIEIRA DUTRA TARDIVO**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: A apresentação consiste na introdução do projeto de pesquisa intitulado “Análise socioinformática de conflitos ambientais”. O objetivo central do projeto é examinar os conflitos ambientais resultantes da instalação e operação de grandes projetos extrativistas no Brasil, com o auxílio de ferramentas informáticas para mapear as controvérsias públicas geradas por esses confrontos. A análise envolve a identificação dos atores envolvidos, seus argumentos, as ações tomadas, entre outros fatores. No âmbito do capitalismo extrativo, esses grandes projetos extrativistas dependem fortemente de recursos e espaços, e sua implementação provoca consequências sociais e ambientais profundas nas populações vizinhas, que são frequentemente negligenciadas durante o processo de tomada de decisão. A pesquisa utiliza a sociologia pragmática, buscando compreender quais são os diversos lançadores de alerta – entidades e/ou atores que divulgam e chamam atenção para eventuais riscos – como eles se manifestam, os seus efeitos a curto e longo prazo, e a importância que existe no processo de emitir e propagar os alertas, que indicam a presença de uma situação com extrema urgência. Essa estratégia permite analisar as trajetórias das disputas, as controvérsias e os debates públicos, e como essas disputas podem ser transformadas ou até mesmo inviabilizadas por meio de ações de mobilização social, estratégias políticas, decisões judiciais e intervenções acadêmicas. Os conflitos ambientais, por serem vistos pela sociologia pragmática como um processo dinâmico, frequentemente se prolongam ao longo do tempo, alimentados por discussões públicas, mobilizações sociais e processos legais, permitindo que novos atores coletivos e argumentos surjam, alterando o curso das controvérsias. A metodologia adotada envolve o mapeamento e análise das trajetórias dos atores em conflito, utilizando material empírico coletado em diversos formatos (texto, imagens, vídeos), que são analisados de maneira dinâmica e interativa. Os materiais coletados da mídia têm grande destaque na pesquisa, justamente por conta da apresentação das informações ao público – datas, formato do texto, linguagem, propaganda – e da influência que a mídia possui. Após a coleta, os materiais passam a fazer parte de um corpus de pesquisa, sendo arquivados no Drive e inseridos no Prospéro. Este software permite a análise em massa do conteúdo selecionado, oferecendo novas perspectivas para estudo. Estando em fase inicial, esta pesquisa vai apresentar a identificação e categorização do conteúdo dos alertas lançados, bem como das pessoas, grupos ou organizações sociais que desempenharam funções de lançamento de alertas e sua importância. O caso analisado, especificamente, é o desastre de Mariana, ocorrido em 2015, que é um exemplo paradigmático desses conflitos. Em Mariana, o rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, com a liberação de toneladas de rejeitos de mineração que devastaram comunidades e ecossistemas inteiros.

BIBLIOGRAFIA: CHATEAURAYNAUD, F. Pragmática Das Transformações E Sociologia Das Controvérsias: Lógicas De Investigação Em Face Do Tempo Longo Dos Processos. LABEMUS – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE TEORIA E MUDANÇA SOCIAL, , 6 jun. 2019. (Nota técnica). ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.In: ACSERALD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Dilmo Milheiros, 2004. Cap. 2, p. 13–36. Le Monde Diplomatique. “Os alertas e o arbítrio”, Edição 214. 2021. Alcântara, Valérida C., Ana Paula L. Souza, Jeferson N. Silva, e Alyce C. Campos. “Atila, o Lançador de Alertas: Constituição da COVID-19 como Problema Público no Brasil”. HOLOS 1 (15 de junho de 2021): 1-21.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5702**

TITULO:ENTRE WASHINGTON E MOSCOU: A EUROPA DIANTE DO IMPERATIVO DE REFORMULAR SUA CAPACIDADE DE DEFESA CONTINENTAL EM UM CENÁRIO DE NOVA ORDEM

AUTOR(ES) : **AMANDA MACIEL FRAGA MONTOIRO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: A partir de 1947, com a Doutrina Truman, os EUA assumiram a estratégia de contenção, com base na concepção geopolítica do Rimland de Nicholas J. Spykman: dominação das fímbrias da Eurásia. Dentre elas, a mais importante então: a Europa — palco do primeiro episódio de tensão entre Moscou e Washington, por meio da Guerra Civil da Grécia e das pressões soviéticas sobre a Turquia. Com uma Europa aliada e a Rússia fora do continente, os EUA poderiam projetar poder globalmente. Nesse contexto, foi assinado entre onze países europeus e os EUA o Tratado do Atlântico Norte (OTAN): compromisso de segurança coletiva, sem organização permanente. Após 76 anos, é clara sua permanência e metamorfose em uma aliança militar sui generis, consolidando-se em uma teia de interdependência entre os Estados europeus e as estruturas de segurança lideradas por Washington. Essa ordem se perpetuou por sete décadas sob o paradigma da segurança coletiva europeia contra uma ameaça comum: a Rússia. Com seu gigantismo territorial e posição geográfica estratégica, frear a Rússia foi prioridade dos dois lados do Atlântico. Contudo, ao iniciar seu segundo mandato, após anos criticando os altos custos arcados por Washington com a segurança europeia e defendendo a reorientação do foco estratégico para a China e o Pacífico, Donald Trump reacendeu as apreensões dos líderes europeus em meio à guerra na Ucrânia. As expectativas se confirmaram em 28 de fevereiro de 2025, quando Trump reuniu-se com Zelensky e anunciou o fim do apoio dos EUA ao esforço de guerra ucraniano. O anúncio gerou alarme imediato nas capitais europeias e, horas depois, Ursula von der Leyen apresentou um ambicioso Plano de Rearmamento da Europa, propondo a mobilização de US\$855,5 bilhões para fortalecer os gastos em defesa. Duas semanas depois, a proposta se consolidou no “Livro Branco para a Defesa Europeia – Prontidão 2030”. O objetivo desta pesquisa é analisar como as transformações recentes na política externa e de defesa dos EUA, especialmente no segundo mandato de Trump, desafiam os pilares da ordem ocidental construída no pós-Segunda Guerra e impulsionam os países europeus a repensarem sua arquitetura de defesa. Parte-se da hipótese de que, diante da retirada do apoio norte-americano à Ucrânia e da reorientação estratégica para o Indo-Pacífico, a Europa se vê compelida a superar décadas de subinvestimento e dependência, reconhecendo que sua segurança — e seu lugar na nova ordem internacional — dependerão cada vez mais de uma capacidade autônoma, integrada e orientada a seus próprios interesses. A pesquisa adota como referencial uma análise sistêmica, baseada na rivalidade entre o eixo transatlântico e o sino-russo, assumindo que os Estados, sobretudo as grandes potências, operam sob pressão competitiva, força dinamizadora e hierarquizadora do Sistema Internacional. A metodologia emprega abordagem teórico-analítica, com uso de fontes primárias (documentos oficiais e tratados) e secundárias (veículos midiáticos)

BIBLIOGRAFIA: METRI, Mauricio. Sob a névoa das bravatas trumpistas: os imprecisos contornos da nova estratégia liberal imposta pelos EUA. Tutameia, 18 de março de 2025. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/metri-sob-a-nevoa-das-bravatas-trumpistas/?authuser=1> Acesso em: 28 de abril de 2025. HIGH REPRESENTATIVE OF THE UNION FOR FOREIGN AFFAIRS AND SECURITY POLICY. JOINT WHITE PAPER for European Defence Readiness 2030. Brussels, 19 de março de 2025. Acesso em: 28 de abril de 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5725**

TITULO:A ALERTAS E LANÇADORES DE ALERTAS: A MÍDIA E A SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA NA EXTRAÇÃO DE SAL–GEMA EM MACEIÓ (1970–1990).

AUTOR(ES) :DAYANE ALVES DA SILVA

ORIENTADOR(ES): EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA

RESUMO: A pesquisa “ Poder corporativo e crítica social: discursos, alertas e esfera pública ” , é vinculada ao projeto “Relações empresa–comunidade no capitalismo extrativo: estratégias, discursos e práticas em contextos de reconfiguração energética” , apoiado pela Fundação Ford, que investiga conflitos socioambientais em contextos urbanos. O objetivo é analisar a trajetória dos alertas e dos lançadores de alertas emitidos pela mídia no contexto do desastre socioambiental provocado pela extração de sal–gema em Maceió (AL) — conduzida pela empresa Braskem, antes Salgema Indústrias Químicas S.A. — com ênfase no tratamento midiático dado a esses alertas entre as décadas de 1970 e 1990. Com base na sociologia pragmática, os estudo busca compreender como os alertas constroem visibilidade pública diante de situações de risco e como circulam socialmente. Desde 1970, alertas sobre os riscos ambientais dessa atividade já eram emitidos. Resultando no agravamento do impacto ao longo do tempo, culminando, em março de 2018, em eventos sísmicos que provocaram fissuras e desmoronamentos em ruas e casas. O caso Braskem tornou-se um dos maiores desastres ambientais urbanos do Brasil, afetando cerca de 20% da cidade e forçando o deslocamento de cerca de 60 mil pessoas, muitas sem garantias adequadas de seus direitos. A pesquisa analisa esse conflito socioambiental com ênfase nos alertas emitidos e nos sujeitos que os protagonizaram. Adota-se o conceito de alerta como manifestação pública de risco que visa mobilizar atenção coletiva diante de ameaças emergentes, e o de lançadores de alerta como os sujeitos que colocam esses riscos em circulação. A escolha pelo foco na mídia se justifica por seu papel na configuração da esfera pública e na visibilidade — ou invisibilidade — dos alertas em disputas políticas e ambientais. O corpus da pesquisa é composto por notícias coletadas na Biblioteca Nacional Digital com os termos “salgema” e “Maceió” , no período entre 70’s a 90’s. Após transcrição e padronização dos documentos em formato .txt, os arquivos foram preparados para análise no software francês Prospéro, que utiliza dicionários construídos na pesquisa para análises de discurso e mapeamento de controvérsias, permitindo compreender os alertas e suas variações ao longo do tempo. Os resultados preliminares indicam que, nas primeiras décadas, os riscos da atividade eram pouco debatidos publicamente. Identificaram-se, no entanto, alertas relacionados ao transporte e descarte de produtos químicos, como o cloro, e à expansão da produção, incentivada por investimentos estatais e empresariais, especialmente durante o regime militar. Essas observações serão aprofundadas nas próximas etapas para verificar a evolução dos alertas em décadas posteriores a fim de investigar como elas contribuem para refletir sobre a responsabilização diante de desastres socioambientais e o fortalecimento da esfera pública na escuta e valorização dos alertas antecipatórios.

BIBLIOGRAFIA: CHATEAURAYNAUD, F.; TORY, D. Os alertas e o arbítrio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, abr. 2019. BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Porto Alegre: Sociologias, abr. 2016. (Nota técnica). CHATEAURAYNAUD, F. Pragmática Das Transformações E Sociologia Das Controvérsias: Lógicas De Investigação Em Face Do Tempo Longo Dos Processos. LABEMUS – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE TEORIA E MUDANÇA SOCIAL, 6 jun. 2019. (Nota técnica).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 5749**

TITULO:REPOSITÓRIO DE INTEGRAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERUNIVERSITÁRIO

AUTOR(ES) : RENI VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS, CAIO ALVES BRITTO

ORIENTADOR(ES): SERGIO DE CASTRO MARTINS

RESUMO: Introdução: A colaboração entre os cursos de Biblioteconomia, Conservação e Restauro, Museologia e Arquivologia da UNIRIO, UFRJ e UFF é fundamental para otimizar a gestão de acervos, o acesso à informação, a recuperação da informação, organização do conhecimento, preservação de documentos e administração do patrimônio cultural. A interoperabilidade semântica permite o compartilhamento de informações entre sistemas distintos e surge como um desafio e uma oportunidade para integrar acervos e conhecimentos. Este projeto propõe a criação de um repositório aberto para docentes e discentes, visando facilitar o intercâmbio de materiais e pesquisas. Objetivo: O objetivo principal é estabelecer um modelo de interoperabilidade semântica de informações entre os cursos, que permita a criação de um repositório aberto e integrado. Este repositório irá: a) Disponibilizar recursos informacionais como artigos e periódicos que sejam relevantes para os cursos; b) Promover a colaboração e o intercâmbio de conhecimento entre docentes e discentes; c) Incentivar a produção e disseminação de pesquisas interdisciplinares; c) Contribuir para a preservação e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro. Metodologia: A metodologia do projeto envolve as seguintes etapas: a) Levantamento de dados: Identificação dos acervos, vocabulários controlados e padrões de metadados utilizados por cada curso e instituição. b) Mapeamento de conceitos: Análise das relações semânticas entre os termos utilizados, buscando identificar equivalências e diferenças. c) Desenvolvimento de um modelo de interoperabilidade: Criação de um esquema de metadados comum, baseado em padrões internacionais que permita a descrição unificada dos recursos. d) Implementação do repositório: Escolha e configuração de um software de repositório e desenvolvimento de interfaces para busca e acesso aos materiais. e) Validação e avaliação: Testes de interoperabilidade e usabilidade do repositório, com participação de docentes e discentes dos cursos envolvidos. Resultados: Espera-se que o projeto resulte em um repositório aberto e integrado, com recursos informacionais de alta qualidade e relevância para os cursos, melhorando na organização, no acesso e na disseminação do conhecimento produzido e fortalecendo a colaboração e o intercâmbio entre docentes e discentes. Assim, gera-se um estímulo à produção de pesquisas interdisciplinares e à inovação na área de patrimônio cultural com contribuição para a preservação e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro. Considerações Finais: A proposta é um desafio complexo, mas essencial para garantir a integração e o acesso ao conhecimento na era digital. Este projeto busca criar um modelo de colaboração entre as faculdades, que possa servir de referência para outras iniciativas na área. Acredita-se que o repositório aberto resultante do projeto terá um impacto significativo na formação de profissionais, na produção de pesquisas e na preservação da memória cultural do país.

BIBLIOGRAFIA: BOCCATO, V. R. C.; TORQUETTI, M. C. Interoperabilidade entre linguagens de indexação como recurso de modelagem de repertório terminológico de coordenadorias de comunicação social em ambientes universitários: uma proposta metodológica. *Informação & Informação*, v. 17, n. 3, 2012. CASTRO, F. F.; ARAKAKI, A. C. S.; SIMIONAT, A. O. C. Revisitando ontologia e metadados à luz dos ambientes informacionais digitais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 25, n. 4, 2020. LIMA, G. A. B. O. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 25, n. esp, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 5751****TITULO:** COOPERACAO JURIDICA INTERNACIONAL E CIRCULAÇÃO DO ESTATUTO PESSOAL NA DISSOLUÇÃO CONJUGAL: A JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS**AUTOR(ES) :** RAFAEL REIS BARROSO, THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN**ORIENTADOR(ES):** MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA

RESUMO: O presente estudo examina a atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na homologação de decisões estrangeiras de divórcio, à luz da competência prevista no art. 105, I, da Constituição Federal e das exigências descritas no art. 963 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15) e no art. 216 do Regimento Interno do STJ. A análise, de amplitude temporal pós-CPC/15, centrou-se na verificação do atendimento aos requisitos formais — competência da autoridade de origem, citação regular, trânsito em julgado no país de emissão, inexiste ncia de conflito com coisa julgada nacional, tradução juramentada, além da compatibilidade com a ordem pública, a soberania nacional e a dignidade da pessoa humana. Dos 527 requerimentos de homologação de divórcio estrangeiro analisados (período 2015–2024), 470 obtiveram deferimento integral, o que corresponde a 89,9% do total. Em contrapartida, 53 pedidos esbarraram em algum óbice à homologação plena: 27 foram apenas parcialmente deferidos, 19 acabaram indeferidos e 7 foram extintos sem resolução de mérito. Os óbices concentram-se em quatro causas recorrentes: (i) falhas de citação — uso inadequado de carta rogatória, editorial ou ausência de chancela consular; (ii) colisão com coisa julgada formada no Brasil; (iii) documentos sem apostila ou tradução oficial; e (iv) ofensa à ordem pública, sobretudo nos raros casos de restrições desproporcionais ao exercício de direitos fundamentais. Destaca-se a aplicação, pelos Ministros, do Provimento 53 do Conselho Nacional de Justiça: divórcios “puramente pessoais”, sem partilha nem alimentos, devem ser levados diretamente ao Registro Civil de Pessoas Naturais, dispensando o juízo homologatório. Sempre que o pedido não apresenta efeitos patrimoniais acessórios, a Corte extingue o feito sem resolução de mérito, remetendo as partes ao cartório competente. O estudo identificou que a jurisprudência consolida, para fins de divórcio, duas linhas-guia: rigor formal na prova de citação e pragmatismo cooperativo no restante da instrução, sobretudo após a adesão do Brasil à Apostila da Haia. Tal postura sinaliza que o STJ alinha-se ao paradigma de efetividade da cooperação jurídica internacional previsto no CPC/15, privilegiando a estabilidade das relações familiares e a segurança jurídica. Em síntese, o panorama revela um tribunal deliberativo que, salvo vícios formais graves, chancela maciçamente decisões de divórcio emanadas de jurisdições estrangeiras, reforçando a imagem do Brasil como foro receptivo à circulação de sentenças em matéria de estado civil. Esses achados fornecem subsídios concretos para a SIAC refletir sobre boas práticas, ajustes normativos e possibilidades de aprimorar o fluxo de comunicação entre autoridades centrais e o STJ em futuras reformas.

BIBLIOGRAFIA: DOLINGER, J.. Direito Civil Internacional – volume I – A Família no Direito Internacional Privado – tomo segundo – A Criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. v. 2. 550p . KLEIN, Thiago Mello Coutinho Ennes; BARROSO, Rafael Reis; PEREIRA, Marcos Vinícius Torres. Aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para reconhecimento de alimentos no âmbito da homologação de divórcios estrangeiros no Superior Tribunal de Justiça. In: MENEZES, Wagner (Org.). Direito Internacional em Expansão: direito internacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Árreas Editores, 2024. v. XXVI, p. 181–206. ISBN 978-65-5929-435-0.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5797****TITULO:** A literatura infantojuvenil feminista no combate à violência de gênero: mediação de leitura em uma casa de acolhimento para mulheres**AUTOR(ES) :** ISABELLA GABRIEL ROBLES, JULIANA PLACIDO DA SILVA**ORIENTADOR(ES):** PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

RESUMO: Apresenta a elaboração de duas atividades de mediação de leitura e informação: na Casa Almerinda Gama, espaço de acolhimento para mulheres que sofrem violência doméstica e familiar, e mantido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário; na Vila Residencial – UFRJ, junto ao projeto de extensão universitária Biblioteca Comunitária na Vila Residencial. Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Literatura infantojuvenil feminista no Brasil: e a mediação da informação social pelos movimentos sociais”, e objetiva desenvolver atividades de mediação de leitura e informação com base em livros infantojuvenis feministas, a partir da análise das obras selecionadas e da construção de materiais e estratégias de diálogo, especificamente com foco em empoderamento feminino e desconstrução de estereótipos de gênero. Conforme Ferreira (2013), “a mediação da leitura não é apenas a ação de apresentar livros ou leituras ao público, mas a construção de sentidos, de afetos, de aproximações entre leitores e textos, considerando seus repertórios e trajetórias”. Voltada para se somar e fortalecer outras atividades de combate à violência de gênero realizadas pelo movimento Olga, foi realizada na Casa uma oficina de escrita feminista, no segundo semestre de 2024. Utilizou da mediação de leitura para que as mulheres pudessem retratar e relatar suas histórias e expectativas para o futuro, tendo como agente provocador livros que tratassem de combate à violência de gênero e empoderamento feminino, utilizando da escrita como ferramenta. A partir da leitura, as mulheres eram convidadas a discutir, a partir de suas vivências e de seu olhar, para depois escreverem de forma livre sobre si mesmas, construindo personagens, debatendo questões tratadas na leitura e reescrivendo sua própria história. Os livros trabalhados foram: “A moça tecelã”; “Carolina Maria de Jesus”; “Do jeito que a gente é”. Já a atividade na Vila Residencial – UFRJ foi realizada em outubro de 2024, e foram selecionados os livros: “Coisa de menino”; “Coisa de menina”; “Feminina de menina”; “Masculino de menino”; “Coisa de menino e menina”; “As mulheres e os homens”. Para promover a reflexão sobre estereótipos de gênero foi construído um jogo de cartas denominado “Concordo/ Discordo” com diversas frases retiradas dos livros. Após a contação das histórias era solicitado às crianças que tirassem uma carta com uma frase e dissessem se concordavam ou discordavam, e os motivos para suas respostas. Acreditamos no potencial transformador da mediação de leitura em relação à conscientização crítica sobre as questões de gênero, desde a infância até a vida adulta, sendo possível perceber indícios de reflexão por parte das pessoas envolvidas nas atividades, além do potencial informacional das obras selecionadas. Através da literatura e das práticas de escrita, diálogo e jogos é possível fomentar um espaço de escuta, expressão e reflexão, que pode fortalecer a autoestima, a autonomia e a capacidade de questionamento.

BIBLIOGRAFIA: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Mediação da leitura: práticas culturais e formação do leitor. São Paulo: Editora SENAC, 2013. ELEUTÉRIO, Rosangela Fernandes. Antiprincesas e anti-heróis: a literatura infanto-juvenil e a desconstrução de estereótipos. Revista de Letras, v. 19, n. 24, p. 1-14, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/r1/article/view/5350>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 5828

TITULO:Direitos Humanos na Perspectiva Trabalhista Internacional – Voluntariado de Jovens

AUTOR(ES) : CHIARA RODRIGUES MACEDO SANTOS,CLARICE RODRIGUES MACEDO SANTOS

ORIENTADOR(ES): JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE

RESUMO: O voluntariado de jovens, no contexto internacional, situa-se na intersecção entre o Direito Civil e os Direitos Humanos, destacando-se como uma forma de participação social que deve equilibrar a autonomia da vontade (art. 421, CC) com a proteção contra exploração laboral. Embora o trabalho voluntário não constitua vínculo empregatício (Lei nº 9.608/1998, Brasil), sua regulamentação deve assegurar direitos fundamentais, como dignidade humana (art. 1º, III, CF/88) e condições justas, evitando a precarização sob o pretexto de "experiência". Com o aumento de programas de voluntariado global - desde projetos ambientais até missões humanitárias -, torna-se essencial discutir o tema. Objetivo: Analisar o voluntariado de jovens à luz do Direito Civil e dos Direitos Humanos trabalhistas internacionais, identificando os desafios jurídicos entre autonomia privada e proteção contra a exploração. O voluntariado não pode ser usado para burlar relações de trabalho (art. 9º, CLT), mas falta harmonização global para proteger jovens em contextos transfronteiriços. Princípios como dignidade humana (CF/88, art. 1º) e não precarização (ODS 8) colidem com práticas informais em projetos internacionais. Modelos europeus de contratos de voluntariado com cláusulas educativas e seguros sociais.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 1998. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 138 sobre a Idade Mínima para Admissão em Emprego, 1973. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 2015.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 5841

TITULO:A ÉTICA CONDICIONADA AO VENCEDOR E A DESUMANIZAÇÃO NA IMINÊNCIA DO CONFLITO: O CASO DAS ILHAS MARSHALL.

AUTOR(ES) : MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA

ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI

RESUMO: Sob guarda-chuva atômico, conforme alguns autores, a Guerra Fria iniciou-se. Com ela, surgia uma nova ordem mundial, marcada por uma bipolaridade político-econômica que estabelecia uma disputa militar-tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética. Em tal contexto, os territórios insulares do Centro-Pacífico se consolidaram como espaços estratégicos para a efetivação dos interesses estadunidenses, a partir da ampliação de seu perímetro de segurança e influência para as fímbrias da Eurásia, como conceituado por Spykman (1942). Frente ao horizonte da destruição mútua - estruturado por uma conjuntura embasada no poder ofensivo nuclear - desencadeou-se um processo de experimentos armamentistas desumanos. Assim, a corrida militar, em especial de armamento nuclear, que esteve no cerne da Guerra Fria, "exigiu" das potências a escolha de territórios - muitos deles marítimos - para experimentações. No caso dos EUA, esse movimento expressou-se na cronologia de testes nucleares realizados nas Ilhas Marshall (1946–1958), iniciada com a Operação Crossroads (1946). Paradoxalmente, esses testes ocorreram no mesmo período que os Estados Unidos encabeçaram a formalização da Declaração Universal dos Direitos Humanos (um marco no estabelecimento de normas básicas de proteção humana no âmbito das Nações Unidas). Em tal período, impôs-se uma lógica de dominação militar, dependência econômica e invisibilidade dessas violações humanitárias nas Ilhas Marshall — em flagrante contradição com os princípios estabelecidos em 1948 —, evidenciando a tensão entre ética e a possibilidade de iminência de um conflito. Além de demonstrar, também, o tensionamento inerente à dissimulação de propor um novo código ético, ao passo que se evita assumir pleno compromisso com ele, recorrendo a um discurso de proteção humanitária pontual e orientado exclusivamente por interesses próprios. Sob tal contexto, objetiva-se analisar a geoestratégia estadunidense no Pacífico durante a Era Nuclear; examinando os impactos geopolíticos e humanitários das experimentações, como parte do paradoxo de uma estratégia de expansão militar e de desenvolvimento nuclear estadunidense vinculado ao cumprimento limitado da DUDH. Essa produção apoia-se, desse modo, em conceitos como geoestratégia, Direitos Humanos e o tensionamento entre ética humanitarista e a ótica militar. Adota-se uma perspectiva que entende que a força dinamizadora do Sistema Internacional é a pressão competitiva da guerra - associada a uma visão geohistórica. Desse modo, acerca da estratégia metodológica adotada, reitera-se a realização de uma pesquisa exploratória, a partir de um levantamento da cronologia de testes seguido de uma análise das contradições com Declaração, através de uma revisão de literatura de fontes primárias e secundárias —; a fim de avaliar a dialética do conflito e o modo como a política nuclear estadunidense, legitimada por um discurso de segurança, criou uma lacuna no que tange a proteção dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA: JOHNSTON, Barbara Rose. Nuclear disaster: The Marshall Islands experience and lessons for a post-Fukushima world. In: JOHNSTON, Barbara Rose. Life and death matters: Human rights and the environment at the end of the millennium. Walnut Creek: Left Coast Press, 2011. p. 197–219. KISSINGER, Henry. Diplomacia. Lisboa: Gradiva, 2007. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5889****TITULO:**A COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIOS DO TRF-2 E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO HORTO FLORESTAL DO RIO DE JANEIRO**AUTOR(ES) : FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO****ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: Com origens históricas que remontam ao período colonial, a Comunidade do Horto Florestal do Rio de Janeiro constitui uma das ocupações humanas mais antigas da região, remontando sua trajetória à criação e expansão do Real Horto Botânico (futuro Jardim Botânico do Rio de Janeiro), no século XIX (PORTO, 2024). Desde a década de 1980, contudo, a Comunidade é alvo de intensa tentativa de remoção por parte do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJB), constituindo um conflito fundiário paradigmático na cidade. No período, a União ajuizou cerca de 215 ações de reintegração de posse em face dos moradores do Horto, que foram julgadas inteiramente em desfavor da comunidade. Em 2023, como fruto de diferentes articulações políticas e institucionais, foi aberta uma nova possibilidade de saída conciliatória para o caso, com a reunião e suspensão de todos os processos transitados em julgado envolvendo o Horto, a fim de tentar uma saída conciliatória na recém criada Comissão de Soluções Fundiárias do TRF-2 (CSF). Paralelamente, no âmbito do executivo federal foi instituído um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) da Secretaria Geral da Presidência da República, destinado a “analisar e propor ações voltadas à resolução das controvérsias relacionadas ao perímetro do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ” (BRASIL, 2024). Em 28 de março de 2024 o GTT apresentou seu relatório final, que recomendou como prioritária “...a permanência das famílias na Comunidade Horto Florestal RJ, nas áreas que não existe risco às unidades habitacionais...” (BRASIL, 2024). O Relatório apontou que existem cerca de 54 moradias em locais de risco no interior da Comunidade, indicando a necessidade de análises posteriores para delimitar a extensão desse risco. (BRASIL, 2024). Desde agosto de 2024, a CSF tem mediado audiências de conciliação entre a representação da Comunidade, o JBRJ e outros órgãos envolvidos, a fim de construir um Termo de Compromisso Administrativo que ponha fim ao conflito e regularize a situação da comunidade. A questão da delimitação do risco se tornou central nas audiências, que ainda não chegaram a um acordo definitivo. O presente trabalho consiste numa pesquisa-ação, derivada da atuação do pesquisador no conflito pelo NAJUP Luiza Mahin, bem como pesquisa empírica nos autos do Incidente de Soluções Fundiárias da Comunidade do Horto, de Inquérito Civil da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do MPF, entrevistas com pessoas diretamente atuantes no conflito fundiário (um Procurador Federal, o advogado da Associação de Amigos e Moradores do Horto – AMAHOR e duas lideranças comunitárias), e pesquisa bibliográfica. Pretende-se apresentar o caso do Horto buscando entender em que medida os últimos andamentos com a remessa à CSF e ao GTT interinstitucional expõe mudanças e permanências frente a lógica remocionista e violadora de direitos que marcam o conflito.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Relatório final do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Horto Florestal RJ, 2024 PORTO, Franciso Trope da Silva Porto. Poder Judiciário e Conflitos Fundiários: Uma análise do caso do Horto Florestal do Rio de Janeiro na Comissão de Soluções Fundiárias do TRF-2. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024 SANTOS, Carolina Câmara Pires dos. Elekô: mulheres negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 5920****TITULO:**ARENAS CULTURAIS: OS SERVIÇOS PÚBLICOS APRESENTADOS NA ROCINHA E O HIP HOP**AUTOR(ES) : BEATRIZ SILVA SOARES, MICHAELY ALVES DE SOUZA, MARIA GABRIELLA CARDOSO NASCIMENTO****ORIENTADOR(ES): RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A disciplina Cidade e Cultura, oferecida desde o segundo semestre de 2023, faz parte de nosso projeto de pesquisa e extensão, intitulado: Vida Pública: os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino. Desde então temos oferecido algumas atividades de pesquisa e extensão relacionadas à cultura na cidade do Rio de Janeiro. Foi realizado, em 01 de novembro de 2024, o evento de extensão intitulado: Cidades como arenas culturais: os serviços públicos e o HIP HOP. Os extensionistas do nosso curso GPDES, levaram o tema dos serviços públicos para um grupo de jovens da comunidade da Rocinha. Os jovens da comunidade organizam atividades da cultura Hip Hop, na Rua 4, da Rocinha, chamado de Batalha de Moscow. Essa manifestação cultural, iniciada nos anos de 1970, entre outros lugares, na Jamaica, apresenta a música rítmica estilizada que comumente acompanha o rap; uma fala rítmica e rimada que é cantada. Nessa fala os jovens expõem suas inquietações de seu cotidiano, de seu país. Apresentamos os posters elaborados pelas e pelos jovens estudantes da nossa UFRJ que mostram os aludidos serviços públicos. Entre esses, vamos destacar o poster sobre as Políticas Públicas do Cuidado. Neste apresentamos as atividades do curso de extensão “Políticas Públicas do Cuidado” que realizamos em parceria com a Secretaria Municipal das Mulheres do Município do Rio de Janeiro. Nesse curso realizamos visitas técnicas à Casa da Mulher Carioca Tia Doca e ao CEAM Chiquinha Gonzaga que proporcionaram uma compreensão prática do atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, seminários com gestoras da Secretaria da Mulher discutiram desafios e boas práticas na implementação de políticas públicas de cuidado. Um aspecto central foi a palestra sobre o Mapa da Mulher Carioca. Portanto, levamos para os jovens do hip hop a importância do cuidado e do fortalecimento das políticas públicas para a proteção das mulheres, um possível tema para suas rimas. A metodologia adotada na atividade dialoga com as diretrizes apontadas por Cristofolletti e Serafim (2020), que defendem a extensão universitária como prática dialógica e territorializada, priorizando a escuta mútua, o reconhecimento dos saberes locais e a construção coletiva de soluções. A ação sublinha a importância da extensão universitária como ferramenta de conexão entre universidade, poder público e sociedade, contribuindo para práticas de gestão democráticas e republicanas.

BIBLIOGRAFIA: CRISTOFOLLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Cuidados e Família. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5930****TITULO:** Democracia Formal e Material: Uma Análise Comparativa entre Estados Unidos e Brasil**AUTOR(ES) :** CLARA ELISA SILVA FREIRE, FLAVYA NAYARA DOS SANTOS**ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI, CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Para Norberto Bobbio, a democracia é um conjunto de regras que estabelece quem tem o direito de tomar decisões coletivas e os procedimentos. Porém, como tal ideal é realizado varia entre os países, gerando divisões teóricas e práticas. Na teoria política contemporânea é cada vez mais presente a distinção de democracia formal, transmitida precisamente pelo liberalismo clássico, e da democracia material, representada pelo Estado de Direito Social Constitucionalismo após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, costuma-se adotar primordialmente o conceito de democracia material, enquanto os Estados Unidos, com a constituição mais antiga em vigor no mundo, regem-se pelo paradigma da democracia formal. Cada nação implementa os princípios democráticos de forma exclusiva, de acordo com suas realidades históricas, políticas e culturais. Este trabalho pesquisa de que modo os modelos de democracia formal e material se manifestam nos sistemas políticos do Brasil e dos Estados Unidos, destacando as divergências entre ambos. No mundo real, as democracias tendem a ser compostas por formas híbridas, que buscam atender às necessidades e expectativas de suas populações. O Brasil, com sua Constituição de 1988 e uma história marcada por regimes autoritários, adota uma democracia material, que prioriza o conteúdo das decisões políticas e a participação popular direta. Por outro lado, os Estados Unidos, com seu sistema eleitoral baseado no Colégio Eleitoral, adotam uma democracia formal, focada nos procedimentos e na legitimidade dos processos eleitorais. Dessa forma, essa pesquisa, fundamentada em obras teóricas como O Futuro da Democracia de Bobbio e Sobre a Democracia de Robert Dahl, busca analisar a aplicação desses conceitos em cada país, levando em conta suas peculiaridades históricas, culturais e políticas. Para isso, foram examinadas as instituições políticas e a forma como cada Estado implementa os princípios democráticos, levando em conta uma abordagem comparativa, mas que considera as realidades de ambos os países. Por fim, conclui-se que, embora os dois sistemas apresentam características distintas, ambos combinam elementos dos conceitos de democracia formal e material, adaptados à realidade de cada nação. A análise propõe que nenhum sistema é totalmente aderente a um único conceito, refletindo a hibridização e complexidade das democracias modernas.

BIBLIOGRAFIA: BOBBIO, Noberto. O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo. 6.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986 DAHL, Robert A. Sobre a Democracia. 1.ed. Brasília. UNB, 2001 LOPES, Lívia O Sistema Eleitoral Norte–Americano. Washington: Institute for Latin American and Iberian Studies, 2020. Disponível em: <https://ilais.catholic.edu/en/articles/blog-post-o-sistema-eleitoral-norte-americano>. Acesso em 18, nov. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 5993****TITULO:** MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES: A VULNERABILIDADE INTRÍNSECA AOS REFUGIADOS**AUTOR(ES) :** LARA FERREIRA RIBEIRO DE SOUZA**ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA**

RESUMO: Os deslocamentos internos e externos – seja em decorrência de conflitos, hipótese mais comum; seja por fatores socioeconômicos, religiosos e até por uma convergência destes – são tipicamente remetidos a condições de extrema vulnerabilidade e insegurança. Os migrantes e refugiados, para além das dificuldades encontradas em seus locais de origem, enfrentam um árduo caminho e condições muitas vezes piores daquelas deixadas para trás. As mudanças climáticas potencializam a degradação das rotas e dos locais que recebem os deslocados – correntemente despreparados e impróprios para abrigá-los. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo geral analisar o impacto da crise ambiental especificamente em relação aos refugiados, demonstrando que a condição “climática” – que leva um contingente crescente de pessoas a deixarem seus locais de pertencimento – se apresenta seja como estopim, seja como agravante para aqueles já transeuntes. A divisão dos tópicos ordena o desenvolvimento da pesquisa partindo de um panorama geral – a vulnerabilidade intrínseca à condição de refugiado – para o escopo das mudanças climáticas e a desproporcionalidade de seus efeitos, tornando todo refugiado potencialmente climático, muito embora esta categoria ainda carece de reconhecimento pelo Direito Internacional. Como objetivo específico do estudo, busca-se atentar para relação entre os destinos que comportam a maior parte dos atuais deslocamentos e os locais mais afetados pelos perigos relacionados ao clima, como enchentes e ondas de calor. Para isso, será utilizado tanto o método qualitativo, discorrendo sobre a ineficiência dos atuais mecanismos de suporte aos refugiados e a necessidade de existência de uma categoria de Refugiados Climáticos; como quantitativa, expondo em que medida as mudanças climáticas afetam essas pessoas, para onde elas vão e o crescente número de deslocamentos. Dessa forma, ao traçar a análise no plano teórico e partir para o seu reflexo prático, infere-se tanto a ineficiência do aparato de suporte aos Refugiados – sendo este legal e material, tendo em vista que os recursos naturais e a infraestrutura demandadas se mostram ainda mais imprescindíveis – quanto àqueles direcionados ao combate e à prevenção da crise climática – que compromete diretamente a disponibilidade desses recursos e a garantia de condições mínimas de subsistência. Sendo assim, o desenvolvimento de um Direito Internacional das Catástrofes é apresentado como possibilidade de preenchimento das lacunas legais do Direito Internacional, o que corresponderia ao primeiro passo para o reconhecimento formal do Refugiado Climático e para a implementação de políticas mais concretas e direcionadas ao tema.

BIBLIOGRAFIA: ACNUR. Sem escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado. Cop29. Baku, p. 1–60. nov. 2024. GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: OraL****ARTIGO: 6014**

TITULO:O NAJUP LUIZA MAHIN E O DIREITO À MORADIA ADEQUADA: OS TRABALHOS DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR DESENVOLVIDOS NAS OCUPAÇÕES URBANAS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AUTOR(ES) : **CECÍLIA CAFé BALDANI, ANSELMO SALGADO FERREIRA, YASMIM CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: Este trabalho versa sobre a ação de extensão feita pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin no acompanhamento de ocupações urbanas no centro da cidade do Rio de Janeiro. As atividades realizadas consistem desde a realização de rodas de conversa até o acompanhamento processual, especialmente dos incidentes jurídicos em curso na Comissão de Soluções Fundiárias, tanto do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, quanto do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Especificamente, na Ocupação Gilberto Domingos, mobilizada pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), foi o próprio NAJUP Luiza Mahin que realizou o pedido de encaminhamento do conflito à Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2. O grupo ainda acompanhou a sessão de julgamento de admissão do caso (o juízo de admissibilidade é uma das etapas do funcionamento da Comissão do TRF2, conforme QUINTANS, et. al , 2025, p. 670). Também participou da Assembleia Geral do MUCA para preparação da visita técnica e esteve presente neste dia, incidência fundamental para contribuir com debates mais profundos sobre o conflito coletivo (TRF2, incidente n. 5011304-73.2024.4.02.0000/RJ). Além disso, o NAJUP Luiza Mahin, pautando-se sua atuação nos princípios da educação popular (FREIRE, 1985), também tem realizado rodas de conversa para explicar e debater o que são as Comissões de Soluções Fundiárias, por meio de cartilha produzida pelo próprio grupo, no intuito de democratizar os conhecimentos jurídicos. Na oportunidade, é também feito um repasse sobre o andamento processual, no esforço de tradução da linguagem formal jurídica, para possibilitar que os ocupantes se apropriem do processo judicial que irá afetar sua vida. As conversas são feitas de forma dialógica no compartilhamento de saberes entre os estudantes de Direito e os ocupantes. Já foram realizadas na Ocupação Gilberto Domingos, Ocupação João Cândido, Quilombo da Gamboa, e ainda no caso da Aldeia Marakanã (este último também foi encaminhado à Comissão pelo NAJUP LM). Há também o acompanhamento da Casa Almerinda Gama, ocupação que objetiva um espaço de acolhimento e abrigamento para mulheres em situação de violência de gênero, na qual também foi realizada uma segunda cartilha com informações sobre redes de proteção e o direito das mulheres. Por fim, o NAJUP Luiza Mahin também compõe o Fórum de Democratização dos Imóveis da União do Estado do Rio de Janeiro, do Programa Imóvel da Gente. Os autores participam ativamente da construção, planejamento e realização dessas atividades. O trabalho se desenvolve por meio da articulação entre pesquisa e extensão, pautado na pesquisa militante e na assessoria jurídica universitária popular. Como resultado, espera-se contribuir com a luta das ocupações urbanas e para a efetivação do acesso aos direitos. A ação busca romper com o isolamento do campo acadêmico, resgatando a função social da Universidade pública contribuindo com uma perspectiva crítica na formação dos estudantes.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Comunicação ou Extensão?. 8a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. QUINTANS, Mariana Trotta; PORTO, Francisco Trope; BALDANI, Cecília Café Baldani; CARVALHO, Mariana Guimarães de. Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região. InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 659–688, jan./jun. 2025. RODRIGUES, Maria Clara; QUINTANS, Mariana Trotta. A experiência extensionista do NAJUP Luiza Mahin junto a Casa Almerinda Gama: resistência pelas mulheres e por uma cidade democrática. In: Anais do II Seminário da Redefem. UFRJ, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6015**

TITULO:ENTRE O ACR E O ACL: UM ESTUDO SOBRE O MERCADO DE ENERGIA E AS ALTERNATIVAS PARA O CONSUMIDOR BRASILEIRO

AUTOR(ES) : **RONY ROTSTEIN RYMER**

ORIENTADOR(ES): **GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS**

RESUMO: A energia elétrica é um recurso fundamental para o desenvolvimento e qualidade de vida de uma nação. Além de proporcionar conforto em atividades cotidianas, a eletricidade representa um dos principais insumos na cadeia produtiva do Brasil. As reformas nos setores elétricos têm sido importantes para aprimorar a eficiência e a confiabilidade do fornecimento, contribuindo para o crescimento sustentável das sociedades. Será realizado um estudo de caso fictício para elaboração da tese: A BH Mining desenvolve o projeto Iron Ore para lavra e beneficiamento de minério, compreendendo uma mina e uma usina, localizadas em Caetité e um terminal portuário em Ilhéus, todos no estado da Bahia. Desde o início de 2021, o projeto funciona provisoriamente. A operação plena está prevista para iniciar 2025, a partir de quando atingirá a produção de cerca de 20 milhões de toneladas anuais de minério de ferro. Estudos iniciais indicam que o projeto demandará cerca de 51 MW de potência elétrica, com um consumo estimado em 38 MWmed no total dos seus dois principais empreendimentos. A carga principal composta pela mina e a usina de beneficiamento estará conectada à Rede Básica na tensão de 230kV. Este trabalho avaliará o comportamento histórico e apresentará projeções para os custos de energia nas suas várias alternativas comerciais, acrescentando recomendações para a contratação e as políticas de gestão dos contratos no longo prazo. Será apresentado um panorama da contratação de energia elétrica no Brasil, abordando a estrutura do mercado, o comportamento histórico dos preços nos ambientes de contratação e suas projeções para o horizonte de 2030, que cobre cinco anos a partir do início da operação permanente do projeto.

BIBLIOGRAFIA: ANEEL, Bandeiras Tarifárias Disponível em <https://www.aneel.gov.br/bandeiras-tarifarias> Banco Central, Relatório Focus. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus DCIDE>, Boletins. Disponível em <https://www.dcide.com.br/>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6032****TITULO:**A GUERRA DAS COREIAS COMO MARCO NA EVOLUÇÃO DA LOGÍSTICA MILITAR: DA DIVISÃO DA PENÍNSULA ÀS DOUTRINAS CONTEMPORÂNEAS**AUTOR(ES) : EVELYN GILS DA COSTA,MARIA BEATRIZ MATHIAS DE ANDRADE****ORIENTADOR(ES): LEANDRO WOLPERT DOS SANTOS**

RESUMO: O seguinte trabalho tem como objetivo analisar o papel da Guerra das Coreias (1950-1953) na consolidação do conceito moderno de logística e mobilização militar. Desenvolvido no âmbito da disciplina Defesa e Gestão Estratégica Internacional, o estudo parte da seguinte questão orientadora: qual foi o impacto da Guerra das Coreias na formação das práticas logísticas militares modernas e quais lições podem ser aplicadas a conflitos contemporâneos? A hipótese da pesquisa é que a Guerra das Coreias representou um divisor de águas no reconhecimento da logística como elemento estratégico decisivo, cujos desafios, inovações e soluções moldaram doutrinas militares utilizadas até os dias atuais. A metodologia utilizada foi uma análise qualitativa baseada em fontes historiográficas e documentos estratégicos da época, com foco nos principais marcos logísticos do conflito: vitalidade do planejamento logístico prévio, mobilização multinacional sob a ONU, integração entre a tecnologia, mobilidade, flexibilidade e previsibilidade, uso pioneiro de helicópteros na evacuação médica, criação de bases logísticas fora da zona de combate e coordenação entre forças aliadas. Este texto científico está estruturado em quatro eixos. O primeiro apresenta o contexto histórico do conflito, marcado pela divisão da península coreana após a Segunda Guerra Mundial, a invasão do Sul pelo Norte com apoio soviético e chinês, e a intervenção liderada pelos Estados Unidos. O segundo eixo aborda o contexto sociopolítico fundamental no controle psicosocial dos exércitos, população e países envolvidos. O terceiro eixo discorre sobre os desafios logísticos enfrentados pelas tropas em terreno montanhoso e sob clima rigoroso, destacando a importância do porto de Busan, a logística reversa e a interdependência entre suprimentos, transporte e operações. O quarto eixo analisa as lições aprendidas, como a necessidade de planejamento antecipado, a flexibilidade logística em ambientes extremos e a importância da interoperabilidade entre forças multinacionais. Pretende-se discutir como a Guerra das Coreias estabeleceu precedentes logísticos replicados em conflitos posteriores, como a Guerra do Vietnã, e influenciou diretamente as doutrinas da OTAN e dos EUA. A partir desse marco, a logística passou a ser ensinada sistematicamente nas academias militares, consolidando-se como ferramenta estratégica essencial para o sucesso das operações militares modernas.

BIBLIOGRAFIA: LIM, Robyn. *The geopolitics of East Asia: the search for equilibrium*. London: Routledge, 2003. MALKASIAN, Carter. *The Korean War, 1950-1953*. Oxford: Osprey Publishing, 2001. SANDLER, Stanley. *The Korean War: no victors, no vanquished*. Lexington: University Press of Kentucky, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6033****TITULO:**O IMPACTO DAS PRODUÇÕES INTELECTUAIS BRASILEIRAS NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**AUTOR(ES) : ISABELA SODRÉ TAVARES,PEDRO DINIZ CARVALHO****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Observou-se, durante a Ditadura Militar, uma intensa reestruturação do maquinário estatal, o que possibilitou o sufocamento categórico de direitos fundamentais, em especial do modo no qual os entendemos contemporaneamente. Dessa forma, surgiram uma gama de produções intelectuais – sejam elas audiovisuais, musicais, artísticas ou até mesmo jornalísticas – que exerceram função de resistência e conscientização sobre tais direitos, auxiliando a salvaguardá-los. No entanto, como questão-problema, observa-se com certa frequência, até os dias de hoje, um fenômeno de deturpação da então observada função social das produções intelectuais, ocasionando no desgaste da contemplação desses direitos, em contra-senso ao movimento observado durante a ditadura. Dessa forma, sob uma ótica constitucional contemporânea, tem-se como objeto da pesquisa a análise de como a produção intelectual brasileira influenciou na garantia ou corrossão de direitos fundamentais desde o início da ditadura militar até a atualidade. O marco teórico desta pesquisa fundamenta-se na perspectiva proposta por Norberto Bobbio em sua obra “O Futuro da Democracia”, na qual o autor pondera sobre o que seria uma democracia ideal, fornecendo instrumentos para discutir questões de pluralismo e cidadania, ao passo em que condena Estados autoritários. Observou-se metodologicamente, num panorama jurídico, o impacto das produções artístico-intelectuais do período a ser analisado, comparando a situação fática da sociedade com a matéria constitucional, ao passo em que se estudou como certas obras tornaram-se forma de resistência à opressão de direitos fundamentais, enquanto outras serviram como calibre para o desgaste destes mesmos direitos. Espera-se concluir, portanto, que apesar de na sua grande maioria as produções artístico-intelectuais representarem formas de resistência à opressão, cumprindo o seu papel social de compreensão da sociedade de forma articulada e democrática, certas obras não se abstiveram de deturpar os preceitos constitucionais, violando, de tal forma, os direitos fundamentais do cidadão brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: Bobbio, Norberto. *O Futuro da Democracia (Uma Defesa das Regras do Jogo)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. Lima Gomes Pinheiro, Amanda: *Apesar de Você (A Arte como Forma de Liberdade de Expressão Durante a Ditadura Militar Brasileira, 1964–1985)*, Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 64, pp. 27 – 47, jan./jun. 2014. FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas; OBJETHOS; Observatório da Ética Jornalística: *Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação*. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6056****TITULO:**Traduções econômicas solidárias**AUTOR(ES) :** BEATRIZ DE QUEIROZ SANTOS, CLARA LIMONGI CARDOSO, RENATA RANGEL DE FIGUEIREDO COSTA, BERNARDO AMANY VERGASTA SOTEO, ALINE LARA CAMARGO DA SILVA**ORIENTADOR(ES): LUIZ ARTHUR SILVA DE FARIA**

RESUMO: O projeto Traduções econômicas solidárias busca traduzir materiais acadêmicos relacionados a bancos comunitários e a moedas sociais em uma linguagem mais acessível, que facilite a difusão do conhecimento acerca da economia solidária, a partir da disponibilização de vídeos curtos em plataformas como o YouTube e o Instagram. O projeto parte da percepção de que conteúdos mais curtos têm otimizadas as visualizações nas redes sociais, e da hipótese de que a partir destes conteúdos, mais pessoas poderão se interessar por vídeos de conteúdos longos. Os alunos extensionistas assistiram de forma remota ao curso "Bancos Comunitários e Moedas Sociais" promovido pelo OBM (Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais) em julho de 2024 e aos "Webinars" e palestras promovidas pela FGV/CEMIF (Centro de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas) em julho e novembro de 2024, respectivamente. Esses eventos abordaram temas como moedas sociais, tecnologia e desenvolvimento sustentável e programas de renda básica e cidadania. A partir desses materiais, foi produzido um conjunto de vídeos curtos que reúne as principais falas de cada palestrante. Esses vídeos foram divididos em duas categorias: trechos de 1 minuto e trechos de 5 minutos, aproximadamente. Os trechos de 1 minuto serão disponibilizados em formato de "reels" e "shorts" para o YouTube e o Instagram. Tais conteúdos serão postados no perfil do LabIS nessas plataformas e conectados aos conteúdos de mais longa duração, hospedados também no perfil do LabIS e/ou dos parceiros OBM e FGV/CEMIF. Até o momento foram elaborados 30 vídeos e faltam 18 para finalizar as edições. O resultado esperado é atingir um crescente de visualizações através dos vídeos curtos e suscitar o interesse acerca do assunto, a fim de que as pessoas busquem mais informações no perfil do LabIS ou nos próprios cursos usados para a produção de conteúdo.

BIBLIOGRAFIA: <https://www.youtube.com/live/KagaXsrpX1k?si=rJ9HqIIG3-Sf9eFG> <https://www.youtube.com/live/TCeJqmKTyel?si=wUtPHfKSNSelkZYU>
https://drive.google.com/file/d/19bFjbM35d2xsYER5C7Ghh26wYiAFQ2Gb/view?usp=drive_link

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster****ARTIGO: 6082****TITULO:**Transição Energética e Justiça Territorial: Uma Análise Crítica da Cadeia Produtiva das Energias Renováveis no Brasil**AUTOR(ES) :** NICOLLY BIANNCA SANTANA SOARES, BRUNA MACIEL DA CUNHA**ORIENTADOR(ES): DEBORAH WERNER**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a cadeia produtiva da transição energética no Brasil, com ênfase em fontes renováveis como energia solar, eólica offshore e hidrogênio verde. O foco está nos impactos sociais e territoriais gerados por essa expansão, desde a geração de energia até os elos anteriores da cadeia, especialmente a extração de minerais estratégicos como lítio, cobalto, cobre e terras raras. Embora a transição energética seja guiada por discursos de sustentabilidade e combate às mudanças climáticas, ela tem provocado profundas reconfigurações espaciais e novos conflitos em territórios afetados pela mineração e por grandes empreendimentos. A pesquisa adota uma perspectiva crítica ao modelo vigente no país, questionando quem se beneficia, quem financia e quais grupos sociais são mais impactados. Destacam-se os processos de territorialização e desterritorialização impostos a povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, gerando disputas por terra, água e direitos básicos. Muitas vezes, os benefícios prometidos pelos projetos não se concretizam para as populações locais, nem mesmo em termos de acesso à energia elétrica. O estudo também investiga o papel das políticas públicas federais e estaduais na promoção da transição energética, avaliando se consideram a justiça social e a sustentabilidade ambiental e se oferecem mecanismos eficazes para reduzir os impactos negativos. Busca-se contribuir para a construção de uma transição justa, que respeite os modos de vida e os direitos das populações atingidas. A metodologia envolve revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais, levantamento de dados secundários e mapeamento de conflitos territoriais relacionados a usinas eólicas, solares e projetos extrativistas. As autoras se dedicarão à construção do referencial teórico, ao mapeamento da cadeia produtiva e à análise crítica dos impactos sociais e territoriais, com atenção às desigualdades regionais e à exclusão de grupos vulneráveis. O resultado esperado é um mapeamento crítico da cadeia produtiva da transição energética no Brasil, com identificação dos principais fluxos, agentes e impactos, especialmente aqueles relacionados à extração mineral, às desigualdades territoriais e aos conflitos locais.

BIBLIOGRAFIA: CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. Revista da ANPEGE, v. 18, n. 36, 2022. WERNER, Deborah. Mercadejação e neotrativismo na geração de eólicas offshore no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Revista de Geografia Norte Grande, n. 92, mar. 2025. Werner, Deborah & Lazaro, Lira Luz Benites, 2023. "The policy dimension of energy transition: The Brazilian case in promoting renewable energies (2000-2022)," Energy Policy, Elsevier, vol. 175(C).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6089****TITULO:**A crise dos jogos de azar online no Brasil: uma perspectiva das ações e decisões do STF perante a prática dessa modalidade.**AUTOR(ES) : ISABELA FROTTÉ****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Com a crise atual do sistema tributário brasileiro, o país vive uma série de instabilidades econômicas e jurídicas que advêm do vácuo regulatório no setor de apostas online (conhecido como bets). Com isso, o Supremo Tribunal Federal foi acionado para discutir acerca da tipificação da exploração ou do estabelecimento de jogos de azar como contravenções penais, uma vez que entra em debate se tal proibição fere ou não princípios constitucionais, como a liberdade de iniciativa privada e o direito ao lazer. Nesse sentido, o objeto do presente estudo é apresentar e discutir as decisões do STF, bem como as mudanças da moldura normativa que a reconfiguração de tal prática pode criar, apontando as vantagens e desvantagens da regulamentação dos jogos de azar na modalidade online. A problemática a ser respondida é: em um país com grande conservadorismo, cidadãos com pouca ou nenhuma educação financeira, ineficácia legislativa para frear casas de jogos de azar clandestinos e endividamento de famílias – principalmente aquelas que utilizam de amparo estatal, como o Bolsa Família –, o Supremo consegue amparar os indivíduos e regular de maneira eficiente os bets? O que se propõe como tese é, a partir de uma análise das decisões do STF, estudar o debate sobre o tema, bem como suas complexidades e desafios. O marco teórico do trabalho é debate em relação ao Recurso Extraordinário (RE) 966.177, que trata da constitucionalidade da suspensão dos jogos de azar prevista na Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941) e seus desdobramentos. A metodologia utilizada para a criação desta pesquisa pautou-se em métodos dedutivos, pesquisa descritiva e procedimentos bibliográficos. Portanto, todas as fundações virão de livros e artigos sobre este e temas relacionados. Julgamentos e legislação também serão usados.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 966.177, Relator: Min. Edson Fachin, julgado em 07 nov. 2019, publicado em 11 mar. 2020. Brasília, DF: STF, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4932106>. Acesso em: 5 maio 2025. CARVALHO, Marcelo Batlouni Mendroni. Jogos de azar: tipicidade penal, ilicitude administrativa e sua regulamentação. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Acesso em: 5 maio 2025. Barroso, Luís Roberto. O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da decisão judicial no Brasil. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2019. Acesso em: 5 maio 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6097****TITULO:**O mercado de trabalho segundo as atividades econômicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre os anos 2019–2023**AUTOR(ES) : JOÃO GABRIEL DA SILVA PIRES DE MÉLO****ORIENTADOR(ES): MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Este trabalho busca analisar dados econômicos no âmbito do projeto de pesquisa "Segregação residencial e desigualdades urbanas nas metrópoles brasileiras". A pesquisa consiste em investigar os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a variável emprego, com foco nas dinâmicas setoriais (atividades econômicas) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), entre os anos 2019–2023. A compreensão das consequências torna-se relevante na medida em que se pode apreender desigualdades socioespaciais aprofundadas pelo evento pandêmico recente, desta forma, útil enquanto subsídio científico para políticas públicas de recuperação econômica. O trabalho se deu a partir da construção de script na Linguagem de programação R, com o uso do software R Studio, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As atividades econômicas, compiladas pelo Código Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), foram reclassificadas segundo o nível de intensidade tecnológica, de acordo com a formulação feita pela Eurostat (Eurostat, s.d.) e utilizada por RIBEIRO (2024). Os vínculos ativos no dia 31/12 de cada ano (empregos formais vigentes nesse determinado período) foram agrupados de acordo com a classificação segundo o nível de intensidade tecnológica dentro do limite geográfico da RMRJ. A fim de apreender a dinâmica da crise sanitária, teve-se como recorte temporal os anos de 2019 a 2023, buscando identificar padrões de resiliência, declínio ou transformação setorial no mercado de trabalho metropolitano. Os resultados alcançados foram certos efeitos esperados e outros singulares, como a variação anual de -5,06% nos empregos formais no primeiro ano da pandemia (de 2.991.840 para 2.840.472 empregos, em 2019 e 2020, respectivamente). Com uma recuperação progressiva no segundo (3,63%) e terceiro anos (10,22%). Já no período pós-crise sanitária (2023), registrou-se um leve declínio de -1,27%. Ao analisar os anos de 2023 e 2019, através de variação de período, podemos destacar que o setor de Outros serviços intensivos em conhecimento teve o maior impacto entre os ramos econômicos: -5,27% (a porcentagem não expressa totalmente a perda de 50.104 empregos formais). Contudo, há de se apontar que o mercado de trabalho de 2023 teve resultados favoráveis, além de retornar ao patamar pré-pandêmico (2019), obteve uma variação de 7,06%. Tendo o setor de Construção de edifícios com maior recuperação (73,21%) e por conseguinte, Serviços especializados para construção (54,40%), Indústria de petróleo/gás (56,67%); Obras de infraestrutura (17,25%) e Serviços de mercado intensivos em conhecimento (22,02%). O ramo tradicional da Agropecuária recuperou-se 40,2%, mas com base pequena (1.877 para 2.631). Assim, apesar dos choques da pandemia, a RMRJ encerrou o período com mais empregos formais que em 2019.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, M. G. (2024). Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 26(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202403pt> COSTA, S. DA S.. Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6100**

TITULO: VELÁSQUEZ RODRÍGUEZ VS. HONDURAS: BREVE ANÁLISE DA CONSOLIDAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A década de 1980 em Honduras foi marcada por práticas generalizadas de desaparecimentos forçados, utilizados como instrumento de perseguição política sob a justificativa da segurança nacional. Nesse sentido, o julgamento do Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, julgado em 1988 e considerado o marco inaugural da jurisprudência contenciosa do Sistema Interamericano, representou a necessidade de afirmação de um marco normativo internacional capaz de reconhecer, qualificar e sancionar a prática do desaparecimento forçado no plano jurídico regional. O presente artigo tem como objeto a compreensão do impacto jurídico e institucional dessa decisão, especialmente no que tange à caracterização do desaparecimento forçado como violação autônoma e continua, à reformulação do regime probatório interamericano e à consolidação da responsabilidade internacional dos Estados por atos e omissões. A principal questão que orienta a pesquisa é: de que modo a decisão da Corte contribuiu para a construção de um modelo próprio de justiça regional voltado à proteção de direitos fundamentais em contextos de violência estatal sistemática? Parte-se de um referencial teórico baseado nas teorias da responsabilidade internacional dos Estados, no controle de convencionalidade e na hermenêutica dos direitos humanos. A metodologia adotada é qualitativa e jurídico-dogmática, com análise documental da sentença e revisão bibliográfica especializada. Conclui-se que o precedente Velásquez Rodríguez não apenas consolidou a autoridade da Corte como tribunal internacional de direitos humanos, mas também redefiniu os padrões processuais e substantivos que orientam sua atuação até os dias atuais.

BIBLIOGRAFIA: AMNESTY INTERNATIONAL. Disappearances in Honduras: A wall of silence and indifference. Londres: Amnesty International Publications, 1992. DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. PASQUALUCCI, Jo M. The practice and procedure of the Inter-American Court of Human Rights. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6119**

TITULO: ENTRE A PROTEÇÃO E A EXPLORAÇÃO: A LGPD FRENTE AO SUPERÁVIT COMPORTAMENTAL

AUTOR(ES) : **HEDERICK ALLAN SOARES COSTA, JOAO PEDRO SILVA BARENCO**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar criticamente o conceito de superávit comportamental, formulado por Shoshana Zuboff em A Era do Capitalismo de Vigilância, em articulação com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil. Os objetivos específicos serão a identificação dos principais mecanismos de extração usados pelas plataformas, a contribuição para o debate sobre justiça informacional, soberania tecnológica e alternativas regulatórias que privilegiam epistemologias críticas oriundas do Sul Global e a análise crítica do potencial efetivo da LGPD no atual contexto. A pergunta norteadora da pesquisa é: Quais os limites e possibilidades da LGPD frente ao mecanismo de superávit comportamental em um contexto de capitalismo de vigilância? Para responder a essa pergunta, parte-se da premissa de que dados pessoais constituem uma matéria-prima estratégica do capitalismo contemporâneo, operando como inssumos centrais para a modulação algorítmica de condutas. Assim, o projeto investiga as tensões entre a lógica extrativista das plataformas e as tentativas de contenção normativa por meio da LGPD. A hipótese levantada é que, embora a LGPD represente um marco regulatório relevante, ela opera dentro de um arcabouço jurídico que não rompe com a lógica de acumulação das big techs nem enfrenta as assimetrias sistêmicas entre países centrais e periféricos. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica crítica, análise documental de pareceres e legislações correlatas, além de estudos de caso sobre práticas abusivas no uso de dados pessoais em território brasileiro. A pesquisa se organizará em três partes. A primeira debaterá acerca do capitalismo de vigilância e de seus impactos na vida dos indivíduos através do superávit comportamental. A segunda parte se debruça sobre a LGPD, seu contexto na sociedade brasileira e o que propriamente ela normatiza. Nessa seção, serão mapeados os mecanismos normativos existentes para o enfrentamento dos problemas apontados de início. A terceira analisará a efetividade desses mecanismos normativos na conjuntura atual. Por fim, a ideia é refletir sobre os limites da normatividade frente aos novos moldes do capitalismo. Como consideração parcial, sustenta-se que o enfrentamento ao capitalismo de vigilância requer mais do que adequação normativa: exige uma crítica estrutural ao regime global de dados, à arquitetura política da internet e à colonialidade inscrita na economia digital contemporânea.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. COULDREY, Nick; MEJIAS, Ulises A. The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism. Stanford University Press, 2019 ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6122**

TITULO:Comissões de soluções fundiárias no território fluminense.

AUTOR(ES) : RODRIGO FERREIRA SANTOS JUNIOR**ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: O projeto investiga a atuação do Poder Judiciário nos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, a partir da análise interseccional das decisões judiciais em processos possessórios coletivos que buscam efetivar remoções forçadas. Com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828 (ADPF 828) e na Resolução nº 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça, a pesquisa acompanha o funcionamento das Comissões de Soluções Fundiárias (CSFs) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), com foco na atuação da magistratura e nas possíveis mudanças em seu habitat decisório diante da crise social e sanitária intensificada pela pandemia da Covid-19. O trabalho combina métodos quantitativos e qualitativos, realizando levantamento e análise de decisões judiciais, bem como observação participante em audiências e visitas técnicas realizadas pelas CSFs. O projeto de pesquisa "Poder Judiciário e conflitos fundiários no território fluminense" é vinculado ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin. A pesquisa teve início em 2023, mas é importante apontar que meu ingresso no grupo como bolsista PIBIC se deu neste ano de 2025. Como bolsistas de iniciação científica, participamos ativamente das etapas de coleta e sistematização dos dados jurisprudenciais, da análise dos processos judiciais, da classificação em planilhas e da observação direta das audiências públicas e visitas técnicas às áreas em litígio. A atuação também inclui a sistematização dos dados empíricos, redação de relatórios parciais e elaboração de reflexões a partir da bibliografia mobilizada pelo projeto. Dentre os resultados já alcançados, destacam-se a identificação de padrões decisórios marcados por um viés patrimonialista e a persistência de práticas judiciais que pouco consideram o impacto social das remoções. Entretanto, também foram observados avanços institucionais em alguns casos mediados pelas CSFs, como a elaboração de planos de remoção com participação popular e o fortalecimento do diálogo institucional entre Judiciário e movimentos sociais. A atuação das Comissões aponta para uma possível reconfiguração do campo jurídico, tensionando o monopólio da racionalidade técnica na resolução dos conflitos fundiários. Como consideração parcial, o projeto revela que embora existam marcos legais e institucionais importantes para a contenção das remoções forçadas, como a ADPF 828 e a Resolução 510/2023, a efetivação do direito à moradia ainda esbarra em práticas judiciais historicamente excludentes. Nesse contexto, a pesquisa contribui para o debate público e acadêmico sobre o papel do Judiciário na garantia de direitos fundamentais e aponta para a importância de práticas jurídicas comprometidas com justiça social e territorial.

BIBLIOGRAFIA: QUINTANS, Mariana Trott Dallalana et al. Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região. InSURgênciA, v. 11, n. 1, p. 659–688, 2025. MILANO, Giovanna Bonilha. Crônicas de despejos anunciados: análise das decisões em conflitos fundiários urbanos. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1249–1283, set. 2018. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA; INSTITUTO PÓLIS. Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6125**

TITULO:O DIREITO DAS FAVELAS: uso de espaços públicos nas favelas do Vidigal e da Cachoeirinha: o papel regulador da Associação de Moradores e da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora.

AUTOR(ES) : OSIAS PINTO PEÇANHA, ERICK SANTOS DE MOUROS, ANDREA PIRES BAPTISTA, ROGÉRIO PEREIRA DOS SANTOS**ORIENTADOR(ES): ALEX FERREIRA MAGALHÃES**

RESUMO: Esta proposta de estudo é um fragmento de uma pesquisa maior denominada “O direito das favelas no contexto das políticas de regularização fundiária: proposições conceituais, teóricas, metodológicas e políticas”. A pesquisa está dividida em quatro núcleos regionais de estudo, sendo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Belém. Cada um desses núcleos elegeu duas favelas e/ou comunidades urbanas para investigação. Na cidade do Rio de Janeiro as favelas escolhidas para desenvolvimento do estudo foram Vidigal e Cachoeirinha. O trabalho teve início no ano de 2023 com a realização de revisão bibliográfica nacional e internacional pertinente e referenciais teóricos relacionados ao tema. Na fase atual, a pesquisa estabeleceu quatro temas principais para investigação e análise: Transações Imobiliárias; Direito de Construir; Serviços Urbanos; e Uso de Espaços Públicos, este último o qual será o tema do presente resumo. Analisaremos o uso, gestão e conservação de espaços públicos nas favelas, contemplando suas áreas de lazer, vias, circulação, incluindo a questão de estacionamentos e congestionamentos. A proposta é levantar e analisar dados e documentos com o objetivo de entender como os moradores e gestores públicos e privados percebem e gerem as questões relacionadas a esses espaços e sua utilização. Para esse propósito, já foram realizadas entrevistas com lideranças locais e com Presidentes das Associações de Moradores do Vidigal e da Cachoeirinha. Buscamos informações sobre a gestão e o uso da Vila Olímpica do Vidigal, cuja gestão é realizada pela Administração Municipal através de Organização Social (OS) escolhida por licitação pública; e sobre a quadra coberta e o campo sintético localizados na Cachoeirinha. No que tange aos espaços públicos, o Presidente da Associação do Vidigal, informou que qualquer atividade que envolva a ocupação de espaço público precisa obter previamente o documento denominado “NADA A OPOR”, uma autorização da associação de moradores em conjunto com a UPP-Unidade de Polícia Pacificadora para que se possa realizar a atividade desejada, seja uma festa na rua, gravação de filmes ou afins, atividades culturais etc., sem o risco da atividade ser interrompida. Sobre “intervenção/ocupação do espaço público” as associações de moradores lidam diariamente com problemas relacionados ao descarte de lixo e entulho em locais impróprios e estacionamentos irregulares.. Verificamos que as associações de moradores funcionam como uma autoridade reguladora do espaço da favela, assim como as UPPs. Dentro desse tema, ainda pretende-se elaborar mapas indicando as localizações, analisar as redes sociais locais sobre problemas e soluções relacionados ao uso dos espaços, estudar a legislação correspondente e coletar e documentos relacionados. A etapa da pesquisa de campo, portanto, está em desenvolvimento com a realização de entrevistas e aproximação ativa dos integrantes.

BIBLIOGRAFIA: FALCÃO, Joaquim de Arruda. Justiça social e justiça legal: conflitos de propriedade no Recife. In: _____ (org). Conflito de direito de propriedade: invasões urbanas. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 84. MAGALHÃES, Alex Ferreira. O direito da favela no contexto pós-Programa Favela-Bairro: uma recolocação do debate a respeito do ‘Direito de Pasárgada’. RJ: UFRJ, 2010. 2 v. (594 f.). VALLADARES, Licia. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6131****TITULO:**A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O TETO DE GASTOS**AUTOR(ES) : JOAO PEDRO DE FREITAS FAGUNDES,PAULA MENANDRO MACAHYBA,PEDRO DE ARAÚJO FERNANDES****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, é conhecida pelo seu caráter cidadão. Ela é considerada uma das mais avançadas sob a perspectiva das garantias sociais – em meio a um cenário tão desigual – já explicitadas nos objetivos fundamentais da República. Nesse sentido, sua concretização demanda diversas políticas públicas que visem a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária. Tais políticas públicas, por sua vez, precisam de investimentos, administração eficiente e vontade política. Sob essa perspectiva, o objeto de pesquisa é o Regime Fiscal do Teto dos Gastos Públicos, adotado no Brasil entre 2016 e 2022, seus propósitos e consequências. Nesse contexto, a pergunta problema é: o Teto de Gastos aprofundou as desigualdades socioeconômicas ou atuou conforme à Constituição, de forma a equilibrar as contas públicas, a fim de permitir uma redução das desigualdades? A discussão em questão aborda a perspectiva econômica da Constituição de 1988, o papel desempenhado pelo Estado na condução da economia e a análise das intenções da política fiscal por ele implementada. Para tal análise, a metodologia consiste na observação das forças políticas influentes na escolha do regime fiscal no Brasil e no exame da evolução de dados socioeconômicos, como o índice de Gini, o IDH e a comparação do Censo de 2010 com o de 2022. O estudo da ideia de Constituição Econômica, do Constitucionalismo brasileiro e do debate teórico entre a ortodoxia e a heterodoxia econômica representam um caminho na elucidação dessa questão. A conclusão esperada é de que o Teto de Gastos atuou contrariamente à Constituição de 1988, uma vez que restringiu o investimento em áreas essenciais, como a educação e a saúde, impedindo a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, proposta pela Carta Constitucional.

BIBLIOGRAFIA: BERCOVICI G. Constituição Econômica e Desenvolvimento. Malheiros Editores, 2005. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6178****TITULO:**LITIGÂNCIA CLIMÁTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: UMA ANÁLISE DO BRASIL E PAÍSES BAIXOS**AUTOR(ES) : LARYSSA TOMAZ FARIA****ORIENTADOR(ES): MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: A crise climática representa um dos maiores desafios globais do século XXI, pois exige respostas tanto dos Estados como da sociedade civil. Frente à insuficiência das políticas públicas e à lentidão institucional, a litigância climática tem se consolidado como uma estratégia relevante de governança climática. Essa forma de judicialização busca responsabilizar juridicamente governos e corporações por omissões ou ações que agravam as mudanças climáticas. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a litigância climática em perspectiva comparada, com foco no Brasil e nos Países Baixos. A escolha desses dois países justifica-se por apresentarem ordens jurídicas baseadas no civil law, ampla mobilização da sociedade civil, e ações judiciais significativas relacionadas à mudança climática. Contudo, os contextos se diferenciam: enquanto os Países Baixos representam um modelo consolidado de efetividade judicial, como exemplificado no caso Urgenda vs. Estado Holandês , o Brasil ainda enfrenta entraves como a dificuldade de internalização de normas internacionais, limitações estruturais do Judiciário, e fragilidade na implementação de políticas públicas ambientais. Assim, a comparação permite destacar boas práticas, padrões jurídicos e estratégias de mobilização que podem fortalecer a atuação brasileira no campo da justiça climática., promovendo maior coerência entre os compromissos internacionais assumidos — como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — e sua implementação prática. A metodologia consiste na revisão bibliográfica específica sobre o tema, incluindo a análise documental de decisões judiciais emblemáticas e estudos específicos sobre tais decisões. Serão abordados temas como justiça intergeracional, omissão estatal, responsabilidade corporativa, e a fundamentação jurídica ancorada em tratados internacionais e direitos fundamentais. Como resultado, espera-se oferecer uma análise crítica sobre os avanços e limitações da litigância climática no Brasil e nos Países Baixos. A presente pesquisa pretende contribuir para o aprimoramento da atuação do Poder Judiciário e da formulação de políticas públicas ambientais mais eficazes com foco na governança do clima. Nesse sentido, busca-se promover uma justiça climática alinhada à equidade, à participação democrática e aos desafios do cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA: ABATE, Randall S. Climate Change and the Voiceless: Protecting Future Generations, Wildlife, and Natural Resources. Cambridge University Press, 2020. BARROS, Marcus Aurélio de Freitas; NOBRE, Ricardo José Elias. Além da ADPF 708/DF: litigância climática, políticas públicas e os desafios de preservação ambiental. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2024. WILLISTON, Byron. 2024. The Ethics of Climate Change: An Introduction. Second edition. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge. [CAPÍTULO 6]

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6228****TITULO:LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E CULTURA POPULAR: A CONSTRUÇÃO DE UM TESAURO SOBRE DANÇAS BRASILEIRAS****AUTOR(ES) : FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO****ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A pesquisa na temática Linguagem Documentária apresenta o Tesauro, sua aplicação e importância na organização de termos a partir de relações semânticas, que facilita a indexação e a busca por informações de forma precisa. A construção de um Tesauro sobre Danças Brasileiras visa a valorização e promoção da nossa cultura. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, cuja metodologia emprega a pesquisa documental, o princípio da garantia literária e consiste no levantamento terminológico mediante o uso de um formulário de coleta de termos, partindo da relação entre cultura popular e os Sistemas de Organização do Conhecimento. Buscou-se compreender como os saberes tradicionais e expressões culturais, frequentemente marginalizados nos acervos formais, podem ser incorporados em instrumentos especializados como os Tesouros. Este trabalho tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: Criação do conhecimento organizacional (Choo, 2003); Representação do Conhecimento (Dias, 2015) e Relações semânticas em Tesouros (Maculan, 2024) dialogando a partir de diferentes perspectivas sobre o papel da Organização do Conhecimento na estruturação de práticas organizacionais, comunicacionais e de representação do conhecimento. Apresenta a construção e a estruturação de um Tesauro sobre Danças Brasileiras, na disciplina de Indexação Instrumental, ministrada pela professora Juliana de Assis, utilizando a ferramenta THESA, um sistema de apoio à construção e gestão de tesouros, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conclui-se que o estudo contribui para a valorização da cultura nacional e promoção da diversidade cultural brasileira, permitindo que diferentes expressões culturais sejam reconhecidas e respeitadas, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de representação e recuperação da informação em ambientes informacionais.

BIBLIOGRAFIA: CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: SENAC, 2003. DIAS, Célia. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. Informação & Sociedade, v. 25, n. 2, 2015. MACULAN, Benildes Coura Moreira. Metodologia para refinamento semântico de relações em tesouros. Editora CRV, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6233****TITULO: URBANISMO MODERNISTA VERSUS O DIREITO À CIDADE: ONDE FALHAM AS POLÍTICAS URBANAS BRASILEIRAS E CARIOCAS E COMO ALCANÇAR QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE****AUTOR(ES) : MATEUS DE PALOS CAMPOS E TEIXEIRA****ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Este estudo foca em como, recentemente, a administração pública brasileira e a do município do Rio de Janeiro têm demonstrado baixa capacidade de tomada de decisão em relação às suas políticas urbanas, causando prejuízos significativos à população, especialmente às classes mais pobres, e perpetuando a desigualdade drástica atualmente observada na cidade, onde cerca de 20% da população vive em favelas (IBGE). Nesse sentido, o objeto desta pesquisa é identificar quais ações a administração pública pode adotar para melhorar a qualidade de vida dos cariocas. A questão-problema é: "quais políticas públicas o Estado brasileiro, em suas esferas municipal e federal, pode implementar para melhorar a qualidade de vida na cidade?" A metodologia utilizada baseia-se em estudos analíticos sobre a história da urbanização do Rio de Janeiro e sobre políticas públicas ao redor do mundo que enfrentaram os mesmos problemas. A conclusão prevista é que políticas ainda pouco aplicadas, como o incentivo à caminhabilidade (walkability), bairros compactos com alta densidade populacional e boa infraestrutura, edificações de uso misto (mixed-use buildings) e a ampliação das linhas de metrô, ciclovias e sistemas de bondes podem transformar positivamente a qualidade de vida da população carioca. Primeiramente, com bairros de alta densidade localizados próximos a estações de metrô, bondes, linhas de ônibus e ciclovias, os moradores poderiam abrir mão do uso diário de veículos motorizados. Assim, as pessoas passariam a se deslocar a pé ou por transporte público, reduzindo seus gastos com combustível e manutenção de veículos, o tempo perdido no trânsito, a poluição e o tempo de deslocamento. O dinheiro e o tempo economizados por meio dessas políticas também representariam mais recursos e tempo disponíveis para serem dedicados em outros aspectos da vida, aliados a um cotidiano menos estressante, o que contribui para o aumento da felicidade individual. Em segundo lugar, em decorrência dessas políticas de investimentos, o Estado também reduziria seus gastos com infraestrutura urbana, uma vez que bairros densos permitem que mais pessoas habitem uma área menor, reduzindo a mancha urbana. Com isso, os recursos economizados poderiam ser redirecionados para o financiamento do transporte público e de outras políticas públicas, como a ampliação da rede de escolas públicas.

BIBLIOGRAFIA: Marcos, Martín. JANE JACOBS E A HUMANIZAÇÃO DA CIDADE Roe, J.; Mondschein, A.; Neale, C.; (2020) THE URBAN BUILT ENVIRONMENT, WALKING AND MENTAL HEALTH OUTCOMES AMONG OLDER ADULTS: A PILOT STUDY. Public Health 8:575946. doi: 10.3389/fpubh.2020.575946 Pero, Valéria; Mihessen, Vitor. MOBILIDADE URBANA E POBREZA NO RIO DE JANEIRO

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6242**

TÍTULO: OS SHISHMAREF E O DESLOCAMENTO FORÇADO PELA CRISE CLIMÁTICA: A EMERGÊNCIA DOS REFUGIADOS CLIMÁTICOS INDÍGENAS NOS ESTADOS UNIDOS SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES

AUTOR(ES) : DEBORAH PRISCILA ALVES OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA

RESUMO: As mudanças climáticas deixaram de ser uma previsão distante e passaram a representar uma ameaça concreta, especialmente para populações indígenas cujos modos de vida estão profundamente ligados ao ambiente natural. A comunidade Inupiat de Shishmaref, no Alasca, tornou-se símbolo dessa realidade: ameaçada pela erosão costeira, degelo do permafrost e elevação do nível do mar, enfrenta um processo de deslocamento forçado que evidencia sérias lacunas na proteção internacional de direitos. O caso de Shishmaref revela que, embora o deslocamento seja uma medida de adaptação necessária, ele pode gerar violações de direitos individuais fundamentais, como o direito à moradia, à cultura, à terra e à autodeterminação, se não for conduzido com garantias jurídicas sólidas. Atualmente, o direito internacional não reconhece o status de "refugiado climático", uma vez que a Convenção de 1951 limita essa categoria a perseguições de natureza política ou social. Assim, indivíduos como os Inupiat, deslocados por catástrofes ambientais, permanecem invisíveis perante a legislação vigente. Essa omissão legal atinge diretamente o indivíduo indígena, que, ao ser removido de seu território, perde não só sua moradia, mas também práticas culturais, vínculos comunitários e segurança alimentar. O deslocamento interno da vila de Shishmaref, votado pela própria comunidade em 2002 e 2016, enfrenta entraves financeiros e logísticos, com custos estimados em mais de 200 milhões de dólares. Instrumentos como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Plataforma LCIPP oferecem fundamentos normativos importantes, mas ainda não vinculantes. Diante disso, cresce a demanda por novas normas internacionais que reconheçam e protejam os direitos dos indivíduos afetados por catástrofes climáticas. O caso Shishmaref não é isolado, outras comunidades enfrentam riscos semelhantes, no Alasca e ao redor do mundo. A ausência de respostas jurídicas eficazes agrava injustiças históricas e amplia a vulnerabilidade de populações já marginalizadas. É urgente que o direito internacional avance para assegurar que deslocamentos por catástrofes climáticas sejam acompanhados da devida proteção à dignidade, identidade e direitos individuais desses povos. O estudo irá se debruçar sobre os deslocamentos forçados dos povos indígenas que vivem nos Estados Unidos, com foco nos Shishmaref. A pesquisa será feita utilizando o método qualitativo, buscando compreender como tais comunidades são impactadas pelas mudanças climáticas à luz do direito internacional das catástrofes. O Direito Internacional das catástrofes, dessa forma, deve buscar aparatos legais para solucionar essa problemática, tanto para assegurar que tratados e acordos internacionais que versem sobre preservação do meio ambiente sejam cumpridos, além de reconhecer os refugiados climáticos como uma categoria de refugiados e buscar formas de dar assistência humanitária para esses sujeitos de direito.

BIBLIOGRAFIA: Organizações Internacionais: ONU; UNFCCC (Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) e; LCIPP (Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas).

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6266**

TÍTULO: MÍDIAS SOCIAIS E ÉTICA DA INFORMAÇÃO: AÇÕES DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA PROMOÇÃO DA ÉTICA

AUTOR(ES) : WESLEY FERREIRA ARAUJO, LUIZA BUCARD FERREIRA DOS SANTOS, FELIPE DOS SANTOS DA COSTA, MARIA THERESA BELISARIO COSMO

ORIENTADOR(ES): MARIANNA ZATTAR

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios éticos enfrentados no contexto das mídias sociais, com foco na integridade da informação e no combate à desinformação, às fake news e ao fenômeno da pós-verdade. Busca-se compreender como fortalecer a ética da informação por meio de práticas de competência em informação, especialmente aquelas desenvolvidas em bibliotecas universitárias, com o intuito de promover uma cultura de responsabilidade digital, solidariedade e pensamento crítico. Justifica-se a pesquisa pela crescente influência das redes sociais na produção e circulação de informações e pelos impactos negativos da desinformação sobre o debate público, a confiança nas instituições e a coesão social. O ambiente digital, marcado por bolhas de filtro e algoritmos que reforçam crenças pré-existentes, exige uma reflexão crítica sobre o uso ético das informações e sobre o papel das instituições na promoção da integridade informacional. A pesquisa desenvolve uma abordagem científica e crítica sobre temas atuais que envolvem a ética da informação, a mediação do conhecimento e a formação cidadã. Ao analisar estratégias educativas e iniciativas de competência informacional, o estudo contribui diretamente para os objetivos da biblioteconomia, ao promover o desenvolvimento de habilidades investigativas, o pensamento reflexivo e o compromisso social. A metodologia adotada inclui revisão teórica de autores da Ciência da Informação e da Ética, análise de documentos legais como o Marco Civil da Internet e a LGPD, e estudo de ações educativas realizadas por bibliotecas universitárias. A investigação se apoia também em estudos de caso e abordagens interdisciplinares, buscando compreender as dimensões macro e micro da ética no ecossistema digital. Espera-se como resultado contribuir para a valorização da competência crítica em informação como ferramenta de combate à desinformação e para a promoção da fluência digital, reconhecendo o papel dos bibliotecários como mediadores do conhecimento ético. Além disso, propõe-se a criação de programas educativos que fortaleçam a cultura da verificação de fatos e a responsabilidade coletiva no uso das mídias sociais. Como considerações parciais, a pesquisa aponta que o enfrentamento à desinformação requer ações integradas entre educação, regulação e engajamento ético de usuários e plataformas digitais. A ética da informação deve ser compreendida como uma construção coletiva, baseada em valores como integridade, veracidade, privacidade e liberdade. Para isso, é essencial que profissionais da informação atuem como agentes de transformação, promovendo a alfabetização informacional, especialmente em contextos vulneráveis, e contribuindo para a construção de um ambiente digital mais justo, confiável e democrático.

BIBLIOGRAFIA: BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 15 nov. 2024. SILVA, C. R. S. D.; CAVALCANTE, L. D. F. B.; ALCARÁ, A. R. Educação para a Competência em Informação e a Formação de Multiplicadores no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, [s. l.], v. 17, p. e0230004, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e0230004>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6267**

TITULO:O PODER JUDICIÁRIO E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DO TRF-2 E TJRJ

AUTOR(ES) : JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA, CECÍLIA CAFÉ BALDANI, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO

ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS

RESUMO: Este trabalho, produzida pelo grupo de pesquisa “Poder Judiciário e conflitos fundiários no território fluminense”, se insere no cenário jurídico-político instituído pelo embate entre o aumento dos despejos coletivos durante a pandemia da Covid-19 e o protocolo da Arquicôncavo de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 no Supremo Tribunal Federal em 2021. Através da Campanha Nacional Despejo Zero, mais de 170 organizações incidiram por uma resposta às violações ao direito à moradia, à saúde e à vida da população brasileira causada pela falta de política pública habitacional no contexto pandêmico. Na primeira decisão cautelar, o Ministro Barroso, relator da ADPF 828, determinou a suspensão dos despejos de ocupações consolidadas anteriormente a 20/03/2020, condicionando a atuação do poder público em ocupações posteriores à garantia de alternativas habitacionais. Inicialmente vigente por seis meses, a cautelar foi renovada outras duas vezes, até nova decisão em 31/10/2022, a qual determinou a instalação de Comissões de Conflitos Fundiários pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais. Em 2023, esta decisão foi regulamentada por meio da Resolução 510 do Conselho Nacional de Justiça. A presente pesquisa tem realizado o mapeamento e a coleta de dados dos incidentes das Comissões de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. São empregadas metodologias quantitativas e qualitativas de forma integrada. Os dados foram coletados a partir do Portal dos Tribunais e de informações obtidas a partir de solicitação ao TJRJ e à Defensoria Pública, e sistematizados em tabela Paralelamente, a análise qualitativa se dá através da participação nas visitas técnicas, audiências de mediação, e sessões de julgamento – no caso da Comissão do TRF2. Com relação à Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2, os incidentes processuais estão disponibilizados em uma listagem no sítio eletrônico do tribunal. Até abril de 2025, a Comissão recebeu 43 casos de conflitos fundiários, nos estados do Rio e do Espírito Santo, que estão sendo analisados pela pesquisa. Já foram realizadas mais de 17 visitas técnicas e algumas audiências de medição. Na Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, diferentemente, não há disponibilização dos casos submetidos, tampouco dos atos normativos que embasam o funcionamento da Comissão. A partir de informações cedidas pelo Núcleo de Terras e Habitação e pelo Núcleo Regional de Tutela Coletiva do Norte e Noroeste Fluminense, ambos da DPE/RJ, foi possível identificar 13 casos remetidos, com 4 visitas técnicas e 1 sessão de mediação realizadas. Tanto no tratamento processual, quanto na cultura jurídico-política, estes novos instrumentos vêm demonstrando algumas diferenças fundamentais. O objetivo da pesquisa é compreender o impacto atual da ADPF 828 na atuação do Poder Judiciário frente aos casos de ocupações urbanas e rurais no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rafael; CARVALHO, Laura e RIOS, Marcos. Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 3, 2021. BALDANI, Cecília Café; MORAIS, Fhylipe Nascimento de; PORTO, Francisco Trope da Silva; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Comissões de Soluções Fundiárias: aposta para uma nova resolução de conflitos territoriais. InSURgênciA Revista. Brasília, v. 11. 2025. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; PORTO, Francisco Trope da Silva Porto; BALDANI, Cecília Café Baldani; CARVALHO, Mariana Guimarães de. Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região. InSURgênciA Revista. Brasília, v. 11. 2025

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6296**

TITULO:IMAGENS DE RESISTÊNCIA: O PAPEL E A POTÊNCIA DAS EXPRESSÕES CULTURAIS AUDIOVISUAIS NA LUTA PALESTINA

AUTOR(ES) : BENTO MELO ARAUJO, NAYME MABILI LIMA DE CARVALHO, DÉBORAH SAMARA SOARES DA SILVA, MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO

ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

RESUMO: O objetivo deste trabalho é estabelecer um panorama da produção audiovisual palestina – realizada em territórios palestinos e/ou por palestinos ou com temáticas correlatas – nas últimas duas décadas, marcadas pela intensificação da violência e pela deterioração das condições de vida e liberdade política daquela população e prescrever sobre as relações que se possam estabelecer entre esta produção e a resistência daquele povo de forma geral. Adotando-se uma perspectiva decolonial e crítica às políticas do estado de Israel, especialmente a partir do trabalho de Edward Said, busca-se compreender o contexto no qual a produção audiovisual palestina tem se desenvolvido no séc. XXI, a expressão das obras que conseguem ter alguma visibilidade internacional ou interna e como se relacionam com os movimentos sociais e políticos de resistência ali presentes. Além de revisão bibliográfica sobre o tema serão vistos e analisados os produtos mais expressivos em termos de repercussão internacional e serão realizadas remotamente entrevistas com ativistas e pessoas com relação relevante com os movimentos de solidariedade à Palestina para que se apure a percepção que possuem sobre o papel destes filmes e atividades dentro do movimento mais geral.

BIBLIOGRAFIA: SHILLIAM, R. Non-Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. New York, Routledge, 2011. SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6319****TITULO:**EXPRESSÕES CULTURAIS PALESTINAS: MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE CONFLITO**AUTOR(ES) :** MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE,RAFAELLA DA CRUZ DE OLIVEIRA,BEATRIZ VALENTE DOS SANTOS BLANCO,SOPHIA SANT'ANNA,MALU PINTOR ROCHA BRUM CLARO**ORIENTADOR(ES): ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: O objetivo deste trabalho é estabelecer um panorama das manifestações culturais como as que ocorrem no campo da música da literatura e das artes plásticas palestinas e seu eventual papel no processo de resistência daquele povo nas últimas décadas. Em contextos de dominação e apagamento, essas manifestações assumem caráter de resistência simbólica, desafiando narrativas hegemônicas e denunciando estruturas de poder. Ademais, com a independência de Israel e o consequente deslocamento forçado de grande parte do povo palestino, a luta por autodeterminação passou a incluir também a preservação e valorização de práticas culturais como forma de resistência. Conflitos armados como a Primeira Guerra Árabe-Israelense e a Guerra do Yom Kippur trouxeram consequências para toda região, mas, principalmente com a Primeira Intifada, a centralidade da cultura palestina como resistência foi acentuada. Apesar de residir em uma dimensão menos visível, as resistências culturais palestinas simbolizam um instrumento nevrálgico de enfrentamento não violento. Com o início de movimentos como a "literatura palestina de resistência" (adab al-muqâwama) para denunciar o cotidiano da ocupação, figuras como a árvore de oliveira, a mulher camponesa (Fellaha) e a terra foram utilizados como símbolos nas diversas expressões artísticas para a resistência de palestinos afetados pelos conflitos. Nesta linha, há exemplos emblemáticos, como o uso político do graffiti nos muros da Cisjordânia e o hip-hop produzido por jovens palestinos e árabes-israelenses. Atualmente, do keffiyeh – lenço quadruplicado que representa a luta por autodeterminação e liberdade – até efeitos em redes sociais com símbolos de melancia – que simbolizam a bandeira palestina – o povo reinventa-se para não apenas continuamente denunciar as violências enfrentadas, mas também para garantir sua reprodução cultural e reconhecer apoiadores da causa palestina. Nesse viés, a arte e a cultura funcionam como atos políticos de resistência, não se restringindo às lentes geopolíticas. Assim, busca-se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como as expressões culturais palestinas refletem a luta pela soberania do país em meio aos ataques sofridos pelo seu povo? A hipótese central versa sobre as diferentes formas culturais desenvolvidas pelo povo palestino para resistir a violência causada por atores externos, principalmente, pelo movimento expansionista de Israel. Para realizar estes objetivos de uma perspectiva decolonial e crítica às políticas e violências perpetradas por Israel e tomando em conta as bases oferecidas por autores como Edward Said será feita uma revisão da bibliografia sobre este tema, além do contato e a avaliação com os produtos que tiveram significativa repercussão interna e internacional. Serão desenvolvidas entrevistas com ativistas e pessoas relevantes vinculadas à resistência palestina para que se compreenda a percepção que têm do papel dessas atividades culturais no processo geral.

BIBLIOGRAFIA: SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. SHILLIAM, R. Non-Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. New York, Routledge, 2011. SEMERARO, Giovanni. Libertaçao e Hegemonia. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6324****TITULO:**As Múltiplas Dimensões dos Conta Própria no Brasil**AUTOR(ES) : JOAO RIBEIRO BETI****ORIENTADOR(ES): JOÃO SABOIA**

RESUMO: Resumo O processo de flexibilização das legislações laborais iniciado no final do século XX modificou fundamentalmente o espaço trabalhista, plasmando o setor informal – aquele cujas atividades se dão fora do escopo de instituições oficiais – como parcela ascendente de relevância no mercado de trabalho. A popularização da dita economia informal abrange vasta pluralidade de categorias, ao passo que trata tanto dos fenômenos de desindustrialização de sociedades e transição à economia de serviços observado em países ricos como também da precariedade do trabalho em nações emergentes (Hart, 1985). Ainda que a classificação inicial desse ofício tenha surgido, na visão da OIT, como algo a ser resolvido e tratado ao longo do processo de convergência entre economias, fica nítido que este fenômeno ganhou ainda fôlego nas últimas décadas. Considerando a natureza inherentemente complexa e heterogênea dos trabalhadores informais em um contexto global, o trabalho Conta Própria no Brasil constitui um dos maiores exemplos de disseminação generalizada do trabalho informal e da diversidade de composição desta classe. Os "conta própria" são funcionários autônomos, isentos de laços empregatícios formais e responsáveis pelo próprio sustento; podem ou não possuir CNPJ, à medida que parte desses primeiros também entram na categoria de MEI (Microempreendedores Individuais); e possuem uma estruturação altamente polarizada, abrigando juntamento trabalhadores às margens da sociedade e profissionais altamente capacitados da ciência e tecnologia (Santiago, 2017). Ainda, a recuperação do emprego em um contexto pós-pandemia perpassa, naturalmente, por essa categoria. Dados do IBGE mostraram uma evolução de 7% no número de conta próprias na economia brasileira desde 2019, com esses ocupando 25% do total da população ocupada em 2024, levantando questões quanto a real qualidade da queda do desemprego observada nos trimestres passados desse ano. Consequentemente, o presente estudo visa realizar um levantamento empírico que trate das multifacetadas espécies de trabalhadores conta própria no Brasil. Através dos microdados da pesquisa domiciliar PNADC/IBGE, será feita uma profunda investigação das marcas sociodemográficas (raça, sexo, idade, escolaridade, ocupação) dos conta própria, traçando uma reta evolutiva desta categoria à luz dos choques da COVID-19 e transformações flexibilizantes sobre mercado de trabalho brasileiro (Galeazzi, 2007).

BIBLIOGRAFIA: HART, K. The Informal Economy. Cambridge Anthropology, vol. 10, no. 2, 1985, pp. 54-58. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/23816368>. Acesso em 3 de maio de 2025. SANTIAGO, C. E. P.; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. Nova Economia, v. 27, p. 213–246, 2017. GALEAZZI, IMS. O trabalho por conta própria num contexto de precarização laboral. Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, p. 81–151, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6326****TITULO:** VIGILÂNCIA ESTATAL ALGORÍTMICA E RISCOS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS FRENTE À INFILTRAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO NO ESTADO**AUTOR(ES) :** AMANDA ARAUJO DA SILVA,NINA CRESPO DA ROCHA RIBEIRO**ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O avanço das tecnologias de coleta e análise de dados tem viabilizado práticas de vigilância cada vez mais sofisticadas por parte do Estado. No contexto estadunidense, casos de abusos diante da vigilância indiscriminada de dados para fins de segurança pública têm trazido à tona discussões sobre a legalidade e a constitucionalidade dessas práticas, além de preocupações com a vulnerabilidade dos dados coletados (Friedman, 2025). No Brasil, apesar do seu uso ainda ser incipiente e sujeito à regulação (Art. 4º, §1º, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a análise dos riscos potenciais da vigilância indiscriminada de dados se torna urgente em um contexto em que a corrupção dentro das próprias forças de segurança pública é documentada (Barros, 2008). O presente estudo tem como foco a análise dos riscos jurídicos e institucionais decorrentes do acesso de agentes públicos potencialmente envolvidos em práticas corruptas a sistemas de vigilância indiscriminada de dados no Brasil. Esta pesquisa examina a relação entre vigilância estatal e corrupção nas polícias brasileiras, destacando a falta de controle jurídico e institucional sobre o uso de dados. Esta pesquisa utilizará métodos teóricos e empíricos, a partir de uma revisão bibliográfica, análise da legislação nacional e estudo de casos de corrupção institucional e vazamento de dados no Brasil. O resultado esperado do estudo em questão é contribuir para o debate sobre a regulação do uso de tecnologia da informação pelas forças de segurança pública, além de sugerir parâmetros para evitar o uso criminoso de bancos de dados estatais.

BIBLIOGRAFIA: FRIEDMAN, Barry. The Constitutionality of Indiscriminate Data Surveillance. University of Pennsylvania Law Review (Forthcoming 2026), 2025. BARROS, Marcelo. Polícia e corrupção:: elementos para a construção de políticas públicas. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 2, n. 1, p. 120–132, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6332****TITULO:** QUEM TRABALHA ENQUANTO ELES DANCAM? PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE TRABALHO TEFCEIRIZADO NAS FESTAS DO RIO DE JANEIRO**AUTOR(ES) :** LUCAS SOUSA DO VALE**ORIENTADOR(ES): MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL**

RESUMO: As más condições do trabalho tem sido um tema arduamente estudado quando relacionado com a precarização do trabalho. Nos últimos anos alguns movimentos sociais tem militado em favor da redução de horas semanais, melhores condições de emprego e a possibilidade de experimentar uma vida que vá além da jornada de trabalho. Neste enredo, o trabalho tem como objetivo relacionar precarização do trabalho e terceirização para apresentar quais são os contornos e características a partir da percepção dos trabalhadores que exercem atividades como terceirizados em 3 festas do Rio de Janeiro. Usando como referências centrais Ricardo Antunes e Graça Druck que abordam sobre a terceirização e a precarização do trabalho respectivamente, esta pesquisa visa criar uma entrevista semi estruturada e realizar a posteriori uma análise qualitativa destas questões para inferir sobre o perfil dos reguladores da cena noturna da cidade do Rio de Janeiro, a relação que existe entre contratado e contratante, além das percepções sobre remuneração, qualidade do trabalho, escala e locomoção. A relevância desse trabalho reside no fato de que alguns autores afirmam sobre a realidade do trabalho para a pessoa terceirizada, a falta de estabilidade em alguns modelos de contratação, além da remuneração barateada e a pouca estabilidade trabalhista. Esse cenário é percebido de forma piorada, quando a lei 13.420/2017, que além de permitir que todas as atividades das empresas possam ser terceirizadas, contribui para o que afirma Druck sobre as novas dinâmicas e relações de trabalho desencadeadas pelo capitalismo, que resulta na precarização do trabalho

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 1–13, 30 dez. 2017. USP. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). DRUCK, G. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?. Caderno CRH, [S. l.], v. 24, n. 1, 2012. DOI: 10.9771/crh.v24i1.19219. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19219>. TEBERGA, Angela. Trabalho precário em eventos: precisamos falar sobre isso! 2020. Disponível em: <https://www.labormovens.com/post/trabalho-prec%C3%A1rio-em-eventos-precisamos-falar-sobre-isso>.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6339****TITULO:**LINGUAGEM JURÍDICA E ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DAS DECISÕES DA COMISSÃO FUNDIÁRIA DO TRF DA 2ª REGIÃO**AUTOR(ES) : THIAGO TEIXEIRA DE JESUS****ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: Trata-se de pesquisa empírica em andamento que visa analisar criticamente o nível de formalismo linguístico empregado em decisões judiciais do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), especificamente aquelas proferidas pela sua Comissão Fundiária, instituída pela Resolução CNJ nº 510/2023, visando avaliar a compatibilidade da linguagem utilizada nessas decisões com o direito fundamental de acesso à justiça. O acesso à justiça é entendido aqui de forma abrangente, indo além do simples acesso formal ao Poder Judiciário. Teoricamente, a pesquisa se apoia em dois eixos principais. O primeiro, "acesso à justiça", utiliza Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988), que discutem a necessidade de superar barreiras sociais, econômicas e institucionais que marginalizam determinadas populações. Complementando essa perspectiva, utiliza-se a crítica de Boaventura de Sousa Santos (2007), que aborda as exclusões estruturais produzidas pelo sistema jurídico tradicional. Norberto Bobbio (2010) reforça a relevância da linguagem clara e transparente como elemento essencial à democracia e à efetivação dos direitos fundamentais. No segundo eixo, relacionado à linguagem jurídica, hermetismo e democratização, a pesquisa se ancora nas reflexões de Luis Alberto Warat (2001), que denuncia o juridiquês como um idioma opaco e excludente, produtor de silêncios e barreiras afetivas, impedindo a escuta e o reconhecimento dos sujeitos no processo. Complementa-se essa perspectiva com a análise de Celestina Vitória Moraes Sytia (2002), que sistematiza as instâncias linguísticas do direito – normativa, performativa e ideológica – revelando como a linguagem jurídica opera como dispositivo de poder e reprodução institucional de exclusões sociais. Metodologicamente, adota-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) conforme Norman Fairclough e Teun van Dijk, organizada em três níveis integrados: análise textual (identificação e categorização de termos técnicos, construções complexas e recursos herméticos), prática discursiva (produção, circulação e recepção das decisões judiciais no TRF-2) e prática social (impactos sociais, políticos e simbólicos do formalismo linguístico). Pretende-se, assim, aprofundar o debate acadêmico sobre o acesso à justiça e fornecer subsídios para práticas institucionais que democratizem a linguagem jurídica.

BIBLIOGRAFIA: CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988 SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007; SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.; BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000. WARAT, Luis Alberto. O direito e a sua linguagem. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002. SYTIA, Celestina Vitória Moraes. O Direito e suas instâncias linguísticas. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6340****TITULO:**Entre promessas e pressões: financiamento climático e o Brasil na geopolítica da crise climática.**AUTOR(ES) : ANA LUIZA MENDES MORAIS****ORIENTADOR(ES): MONICA BRUCKMANN**

RESUMO: Diante da crescente gravidade da crise climática global, o financiamento climático tornou-se um dos pilares centrais das negociações internacionais. Embora os países em desenvolvimento sejam historicamente menos responsáveis por menos de 20% das emissões globais acumuladas – segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) – são justamente os que enfrentam os impactos mais severos das mudanças do clima, como eventos extremos, insegurança alimentar e perda de biodiversidade. Em resposta a essa assimetria, a COP 15 (2009) estabeleceu o compromisso dos países mais desenvolvidos de mobilizar US\$100 bilhões anuais até 2020. Após 2 anos de descumprimento, essa meta foi finalmente alcançada em 2022, conforme confirmado na COP 28 em Dubai. Apesar desse avanço, o consenso entre economistas e analistas é que o valor acordado já não é o suficiente para a escala da transição exigida. Estimativas recentes apresentadas durante a COP 29, em Baku, indicam que o financiamento necessário para ações climáticas em países em desenvolvimento deve alcançar US\$1 trilhão por ano até 2035. Dessa forma, é possível perceber que as metas estão longe de serem integralmente alcançadas, e o debate sobre financiamento climático segue permeado por disputas políticas, técnicas e éticas. Este estudo propõe uma análise crítica sobre o papel do financiamento climático nas relações internacionais contemporâneas, com foco especial na posição do Brasil – país que reúne características singulares: é simultaneamente receptor potencial de recursos, articulador regional e detentor de vastos ativos ambientais. A pesquisa se insere num contexto oportuno: a realização da COP 30 em Belém do Pará, em 2025, oferece ao Brasil a chance de positionar-se como liderança global na diplomacia climática, desde que consiga alinhar o discurso, política ambiental e capacidade institucional de absorver e gerir fundos internacionais. A pergunta que orienta esta pesquisa é: como o Brasil tem se posicionado no sistema internacional de financiamento climático, e de que forma sua atuação pode influenciar a redefinição da arquitetura financeira global voltada à transição ecológica? Para isso, define-se como objetivo geral analisar criticamente o papel do financiamento climático nas relações internacionais, com ênfase na posição do Brasil como ator estratégico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica. Serão examinados tratados internacionais e relatórios climáticos, além de documentos-chave da política brasileira. A pesquisa busca compreender a posição do Brasil no sistema de financiamento climático internacional. Os resultados esperados incluem uma análise crítica sobre os obstáculos à efetivação do financiamento, as assimetrias globais entre países do Norte e do Sul e o potencial do Brasil em influenciar a redefinição da arquitetura financeira internacional voltada à transição ecológica.

BIBLIOGRAFIA: REUTERS. Países em desenvolvimento dizem que precisam de US\$ 1 trilhão por ano em financiamento climático. 23 set. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/environment/developing-countries-say-they-need-1-trillion-year-climate-finance-2022-09-23/>. Acesso em: 5 maio 2025. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2023: Synthesis Report. Summary for Policymakers. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6341****TITULO:THE PIANIST: O ESTERTOR DA MORTE E CHOPIN****AUTOR(ES) : BARBARA THAFFNS SOUZA SILVA****ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: THE PIANIST: O ESTERTOR DA MORTE E CHOPIN A resistência da identidade humana frente à desumanização escancarada pelo Holocausto durante a IIIGM, e o papel da arte de trazer esperança em meio ao caos. Palavras-Chave: Cinema; Relações Internacionais; O Pianista; Segunda Guerra Mundial; A Banalidade do Mal; Teoria do Amadurecimento. Este trabalho é uma resenha crítica do filme "O Pianista", de Roman Polanski, lançado em 2002 e baseado na autobiografia publicada em 1946 do pianista judeu-polônés Wladyslaw Szpilman, intitulada *Almier Miasta* "Morte de uma cidade". Esta resenha crítica fez parte das ações desenvolvidas durante a disciplina "Cinema e Relações Internacionais", da qual participei em 2024.2. A pergunta que orientou a execução deste trabalho foi: Como o contexto do genocídio judeu escancarou a banalização do mal e quais ferramentas as vítimas encontravam para sobreviver em meio à extrema violência psicológica e física a exemplo da figura de Wladyslaw Szpilman? Para responder a essa pergunta, buscou-se analisar e refletir através da lente da Teoria do Amadurecimento de Winnicott, a perda de identidade pautada na crise imposta pela violência à estrutura psicológica do personagem no contexto da criação do Gueto de Varsóvia e com base no conceito da Banalidade do Mal de Hannah Arendt do campo da Filosofia Moral em diálogo com o campo da Psicologia Social. A hipótese levantada durante a pesquisa apontou que a busca pela sobrevivência, derivada do contexto de extrema violência psicológica e física produto da política antissemita do governo nazista sob a perspectiva teórica do conceito da Banalização do Mal, resultou na fragmentação do "self" do indivíduo no tempo de amadurecimento e adaptação à nova realidade imposta a ele. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar este trabalho foi um estudo de caso do filme "O Pianista"; fazendo uma análise qualitativa crítica baseada nos marcos teóricos já mencionados e relevantes para o estudo do campo das Relações Internacionais; a partir da revisão bibliográfica de autores como Hannah Arendt e Donald Winnicott. O resultado da pesquisa foi materializado na apresentação de uma resenha estruturada em três partes. A primeira parte apresentou a análise histórica, social, econômica e psicológica do contexto do personagem em Varsóvia. A segunda parte definiu os conceitos abordados do campo das RI com enfoque nos diálogos entre a Filosofia Política e a Psicologia para analisar o filme. E a terceira parte realizou um estudo de caso do filme utilizando dados conceitos, dentro do cenário descrito no contexto da Segunda Guerra Mundial. Por fim, o caso estudado revelou que tal diálogo nos permite conferir um sentido maior para obra, porque possibilita ver como o debate de diferentes áreas do saber é capaz de produzir impactos na forma de ver a importância de instrumentos para a sobrevivência da humanidade, na ausência da mesma, como foi o caso da música para Wladyslaw Szpilman.

BIBLIOGRAFIA: O Pianista. The Pianist. Direção: Roman Polanski. Produção: Roman Polanski, Alain Sarde, Lew Rywin, Robert Benmussa. Estados Unidos: Focus Features, 2002. Netflix. ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. DIAS (2000) Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento In: Natureza Humana: Revista internacional de Filosofia e práticas psicoterápicas. Vol. 2, no. 1, pp.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6352****TITULO:SEM PERDER A TERNURA: A RESISTÊNCIA DO SOCIALISMO EM CUBA DURANTE O PERÍODO ESPECIAL EM TEMPOS DE PAZ****AUTOR(ES) : LENIN CONRADO GOMES FERREIRA****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: Há pouco mais de meio século, Cuba sofre embargos severos da agressiva política estadunidense. A história das sanções estadunidenses tem início ainda no processo revolucionário cubano, em 1958, à venda de armas para a ilha de Cuba, se estendendo, posteriormente, ao âmbito do comércio internacional de outros produtos, após o novo governo revolucionário – guiado por Fidel Castro – estatizar as refinarias de petróleo de propriedade estadunidense, em 1960. Apesar dos embargos e sanções crescentes por parte dos Estados Unidos, a forte relação construída entre Cuba e a União Soviética (URSS) no período da Guerra Fria (1947–1991) acabou contribuindo para a sustentação do governo revolucionário, mantendo Cuba como um agente no cenário econômico internacional, com a integração da ilha ao bloco comunista. No entanto, após o fim da Guerra Fria, o desmantelamento do bloco comunista com o fim da URSS e a queda do Conselho por Assistência Mútua (COMECON) – organização de integração econômica do bloco comunista – Cuba se viu em um solitário limbo econômico, tendo dificuldades ao comercializar com o exterior e sofrendo com um grave problema de restrição externa (escassez de divisas internacionais), decorrentes, sobretudo, das sanções estadunidenses. Esse período foi chamado em Cuba de "Período Especial em Tempos de Paz", ou somente, Período Especial (1991–2000), em que o governo socialista teve que tomar medidas urgentes para mitigar os efeitos da grande crise gerada pelo fim da URSS e pelos constantes ataques estadunidenses. Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é analisar as estratégias do governo cubano de manutenção do governo socialista e mitigação da crise e da restrição externa durante o chamado Período Especial. A hipótese é de que, em Cuba, o governo procurou reduzir a restrição externa por meio da economia do turismo, da ampliação da produção e da exportação agrícola e, especialmente, da diplomacia. Aqui abordaremos principalmente o conceito de diplomacia social, desenvolvido no trabalho de Silva, Johnson e Arce (2014), em que os autores entendem que Cuba utilizou da expansão de seus serviços médicos, educacionais e culturais como uma reconfiguração do internacionalismo socialista nos tempos de crise. Cabe sinalizar que o trabalho é a continuação de outro já apresentado: "ENTRE EMBARGOS E RESISTÊNCIA: A SOBREVIVÊNCIA DO GOVERNO SOCIALISTA EM CUBA DURANTE O PERÍODO ESPECIAL EM TEMPOS DE PAZ". Esse trabalho tem como referencial teórico uma análise sistemática, estruturada a partir da rivalidade entre os Estados Unidos e Cuba, assumindo que os Estados operam a partir da pressão competitiva, constituída como a principal força dinamizadora e hierarquizadora do Sistema Internacional, dentro de um olhar geo-histórico. Como metodologia, utiliza-se uma abordagem analítica e ampla revisão bibliográfica, além de fontes primárias. Espera-se evidenciar a estratégia de resistência do governo cubano diante da assimetria de poder com os Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA: DA SILVA, Marcos Antonio. CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA: Mudanças Internas e Política Externa nos anos 90. 2012. DA SILVA, Marcos Antonio; JOHNSON, Guilhermo Alfredo; ARCE, Anatólio Medeiros. COOPERAÇÃO E SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA CUBANA: A EMERGÊNCIA DA DIPLOMACIA SOCIAL. Conjuntura Austral, 2014. YAFFE, Helen. We Are Cuban! How a Revolutionary People Have Survived in a Post-Soviet World. 2020. E-book.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6409****TITULO:**DE SÈVRES A LAUSANNE: O REPOSITIONAMENTO BRITÂNICO NA QUESTÃO ORIENTAL**AUTOR(ES) :** RENATA ROCHA COSTA**ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: A queda do Império Otomano levantou a Questão Oriental: como dividir as zonas estratégicas otomanas? Para a Grã-Bretanha, uma das autoridades centrais de maior capacidade estratégica no tabuleiro europeu, a prioridade era garantir todos os seus despojos de guerra à linhas seguras de transporte e comunicação com a Índia, internacionalização dos estreitos, acesso ilimitado ao Mar Negro, criação de estados independentes da Armênia e Curdistão na Ásia Menor, presença de uma Grécia Forte no Mediterrâneo e a conquista de Mosul. O Tratado de Sèvres (1920) garantiu a Grã-Bretanha a maioria de suas demandas, mas foi a aproximação da Nova Rússia a uma Turquia nacionalista que decidiu o destino da Ásia Menor. O Tratado de Lausanne (1923), o único ratificado pelas forças aliadas, não acomodou nenhuma das prévias reivindicações britânicas, e simultaneamente garantiu a maioria das demandas da força nacionalista turca. Este trabalho tem como objetivo analisar as razões que levaram a Grã-Bretanha a abdicar de seus principais interesses em favorecimento da consolidação de uma República da Turquia forte. A hipótese levantada é de que a aproximação russo-turca impõe um dilema para o projeto britânico: apostar uma confrontação direta sob o risco de empurrar a Turquia ainda mais na direção da União Soviética, ou priorizar uma negociação, avaliando estrategicamente em quais pontos defender ou ceder. O cenário possibilitou a força nacionalista turca espaço para jogar nas rivalidades centrais e garantir para si vantagens na negociação do Tratado de 1923. Esse trabalho tem como referencial teórico uma análise sistêmica, estruturada a partir das rivalidades entre as grandes potências, onde a pressão competitiva atua como a principal força hierarquizada e dinamizadora do sistema, sob um olhar geo-histórico. A metodologia corresponde à abordagem analítica e teórica empreendida, usando fontes primárias, sobretudo tratados. A atual pesquisa se utiliza da hipótese presente no trabalho "A Reconfiguração Territorial da Turquia: do Tratado de Sèvres ao de Lausanne", de minha autoria, apresentado na 13ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (2024), que centraliza o papel da Nova Rússia na formulação de um novo tratado, e seu impacto nas dinâmicas políticas daquele século. Espera-se concluir que Lausanne, além de uma resposta das potências ocidentais, sobretudo Inglaterra e França, à aproximação russo-turca, também foi viabilizada pela capacidade geoestratégica da Turquia na mesa de negociação.

BIBLIOGRAFIA: Tratados Sykes-Picot (1916), Sam Remo (1920), Sevres (1920), Moscou (1921) e Lausanne (1923). KINROSS, Patrick. Atatürk: The Rebirth of a Nation. W&N, 2001. CHURCHILL, Winston. The World Crisis: The Aftermath. London, 1929. Vol 3.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6417****TITULO:**PROTÓTIPO DE TESAURO SOBRE POVOS ORIGINÁRIOS**AUTOR(ES) : ANA BEATRIZ MARIANO PEREIRA,GRAZIELLEN VITÓRIA ALBUQUERQUE ARAGÃO,RUTE DA SILVA CAVALCANTI****ORIENTADOR(ES): VÂNIA LISBOA GUEDES**

RESUMO: O tesouro é um tipo de vocabulário controlado, caracterizando-se como um recurso estruturado e dinâmico, com regras específicas e complexas, cujo objetivo é padronizar e controlar os termos utilizados na representação temática de conteúdo, além de explicitar as relações semânticas entre esses termos. Este trabalho tem como objetivo geral a elaboração de um tesouro sobre os povos originários brasileiros, com a finalidade de estruturar e sistematizar informações relacionadas à sua cultura, promovendo a valorização e a preservação de sua memória coletiva. Os objetivos específicos são: a) realizar uma abordagem teórica, metodológica e empírica sobre organização e representação do conhecimento, indexação, linguagens documentárias e tesouros no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; b) identificar e coletar termos relacionados à temática dos povos originários em fontes bibliográficas; c) agrupar os termos coletados em uma lista léxica e um glossário; d) desenvolver as relações semânticas entre os termos; e) apresentar o protótipo de tesouro. Os povos originários são essenciais para a história e a cultura do Brasil e do mundo. Assim, o tesouro propõe-se como um instrumento essencial para organizar o conhecimento sobre esses povos, facilitando o acesso à informação, fortalecendo o reconhecimento de suas identidades, combatendo estereótipos, incentivando pesquisas e fundamentando políticas públicas que valorizem e protejam seus direitos e culturas. Este estudo se dá a partir da disciplina de Análise de Assunto do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades da Informação da UFRJ e utiliza como fundamento teórico e metodológico abordagens interdisciplinares, voltadas para a análise documentária, em especial a Classificação Facetada, a Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia, sob a perspectiva da Linguística Documentária e da Organização do Conhecimento. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza teórica, metodológica e empírica. A partir da leitura do referencial teórico, elabora-se um glossário, que contribui para a estruturação do tesouro, pois a definição clara dos termos é basilar para o estabelecimento de relações lógico-semânticas. Utiliza-se o Thesal para operacionalizar a estrutura hierárquica, associativa e semântica dos termos. O processo envolve reuniões entre os participantes para discussões sobre tesouros, seleção de materiais, construção do glossário e definição das relações entre os termos. Como resultados parciais, organizam-se mais de 50 termos com base na análise conceitual e na elaboração de relações lógicas, ontológicas e de equivalência. A proposta revela o caráter interdisciplinar do projeto, demonstrando que a linguagem documentária dos tesouros contribui para o aprimoramento da indexação e recuperação de documentos em diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia, mesmo que o escopo se mantenha centrado na temática dos povos originários.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Eduardo Viveiros de. "No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é". Povos Indígenas no Brasil, 20 de janeiro de 2016. CURRAS, E. Tesouros: linguagens terminológicas. Tradução de Antônio Felipe Corrêa da Costa. Brasília: IBICT, 1995. PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. "Conhecimento tradicional" e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. Ciência & Educação, Campo Grande, v. 14, n. 3, p. 381–96, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6426****TITULO:**ANALISANDO A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO E OS NOVOS AGENTES PREDOMINANTES**AUTOR(ES) : LUCAS CARDOSO GREGORIO****ORIENTADOR(ES): ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: O desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro tem sido historicamente marcado por grandes intervenções. Neste contexto, a pesquisa em curso analisa o programa REVIVER CENTRO, lançado pela Prefeitura em 2021, com o objetivo de incentivar a ocupação imobiliária na região central da cidade. O foco é a atualização e aprofundamento de dados sobre o programa, além do planejamento das próximas etapas, com ênfase na atuação em campo. O principal mecanismo utilizado é a operação interligada (OI), que transfere o potencial construtivo de áreas com restrições — como bairros da zona sul — para áreas centrais com maior capacidade de adensamento. Esse instrumento permite que empresas construam no centro em troca da possibilidade de utilizar o potencial construtivo na zona sul, onde, de outra forma, seria legalmente mais difícil edificar. A pesquisa investiga os principais atores envolvidos na expansão imobiliária central, buscando compreender alterações no perfil das empresas atuantes, suas causas e consequências, além do grau de internacionalização e financeirização do setor — com destaque para a presença crescente de empresas de capital aberto e investidores estrangeiros. A metodologia envolve análise de dados públicos, cobranças por atualizações aos órgãos competentes, levantamento de novas informações sobre as empresas beneficiadas e estudo de seus quadros societários e conexões com outros grupos econômicos. Também se examinam licenças emitidas e empresas influentes nos empreendimentos. Os resultados preliminares apontam para a previsão de 4.549 unidades residenciais e 76 comerciais no centro, sendo 22% da Brookfield, 20% da Opportunity, 14% da Cyrela e 44% de outras empresas. Do total, 53% são novos edifícios e 47% reformas. Em relação à contrapartida na zona sul, 64% das 432 unidades estão sob responsabilidade da Opportunity, que compartilha quadro societário com o Brix Fundo de Investimento Imobiliário. Do total de 236.581 m² previstos para construção no centro, 42.468 m² foram transferidos para a zona sul por meio da OI. Os dados sugerem que o REVIVER CENTRO estimula a entrada de capital financeiro no setor imobiliário carioca, substituindo empresas locais por grandes agentes financeiros e aumentando a participação de capitais estrangeiros. Esse cenário indica um processo de financeirização urbana, no qual os interesses do mercado financeiro moldam o desenvolvimento urbano. Como consequência, cresce a dependência econômica do país em relação ao capital internacional e às dinâmicas globais, com impactos na produção e gestão do espaço urbano. A médio e longo prazo, essa tendência pode acirrar desigualdades e deslocamentos socioespaciais nas áreas centrais. A pesquisa seguirá com entrevistas aos agentes jurídicos envolvidos, aprofundamento das informações coletadas e articulação com a bibliografia especializada, acompanhando as próximas fases do programa e suas implicações para a revitalização urbana do Rio.

BIBLIOGRAFIA: Relatórios do programa Reviver Centro até abril de 2024, Prefeitura do Rio de Janeiro; LESSA, C. e DAIN, S. "Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento". In: Belluzzo, L. e Coutinho, R. (org.) Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaios sobre a crise. São Paulo: Ed Brasiliense, 1982.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6429****TITULO:**Efeitos do PPCerrado na Redução do Desmatamento e das queimadas**AUTOR(ES) : JOÃO PEDRO ELBERT GUIMARÃES****ORIENTADOR(ES): ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA**

RESUMO: Este projeto de pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, tem como objetivo avaliar a efetividade do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado). Criado como parte da política ambiental federal, o PPCerrado visa promover a redução contínua da taxa de desmatamento e da degradação florestal, bem como da incidência de queimadas e incêndios florestais nesse bioma de alta relevância ecológica e social, por meio da articulação de ações e parcerias entre União, estados, municípios e sociedade civil organizada, setor empresarial e academia. A proposta metodológica central do estudo é a aplicação do modelo de diferença em diferenças (difference-in-differences) para uma avaliação econometrística dos efeitos do PPCerrado em cada uma de suas quatro fases de implementação. A estratégia empírica envolve a comparação entre municípios localizados no bioma Cerrado (grupo de tratamento) e municípios vizinhos pertencentes a biomas adjacentes, como a Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica (grupo de controle), com perfis socioeconômicos e ambientais semelhantes. Serão utilizados dados geoespaciais e estatísticos de desmatamento e queimadas em cortes temporais que permitam identificar os efeitos diferenciais atribuíveis a cada fase do plano. A expectativa é verificar se o PPCerrado produziu efeitos significativos na contenção do desmatamento e das queimadas, em comparação com municípios que não foram diretamente abrangidos pelo plano, além de explorar efeitos colaterais sobre outros indicadores, como produtividade agrícola, área destinada à lavoura e à pecuária, etc.

BIBLIOGRAFIA: ASSUNÇÃO, Juliano; ROCHA, Romero. Getting greener by going black: the effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. Environment and Development Economics, v. 24, n. 2, p. 115–137, 2019. CUNNINGHAM, Scott. Causal inference: The mixtape. Yale university press, 2021. SANT'ANNA, André Albuquerque; COSTA, Lucas. Environmental regulation and bail outs under weak state capacity: deforestation in the Brazilian Amazon. Ecological Economics, v. 186, p. 107071, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6446****TITULO:**Geopolítica dos dados: o Kremlin e seu pipeline de influência sobre os ex-soviéticos**AUTOR(ES) : LUCAS PATRIK DA SILVA CAMARA****ORIENTADOR(ES): VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: Desde o colapso da União Soviética, em 1991, a Rússia tem buscado reafirmar sua esfera de influência sobre os antigos países soviéticos, por meio de intervenções diretas e indiretas, visando à revisitação do status quo soviético. Sob a liderança de Vladimir Putin, o Estado russo fortaleceu suas bases institucionais, restringiu a liberdade de imprensa, promoveu mudanças constitucionais — como a que possibilita sua permanência no poder até 2036 — e adotou estratégias para consolidar um modelo de soberania nacional mais resiliente. Essas ações refletem, em parte, uma demanda crescente entre a população, com 66% em 2018 expressando nostalgia pela era soviética, contra 49% em 2012 (SPUTNIK, 2018). Simultaneamente, o governo russo atua para neutralizar movimentos e agentes externos, como a aproximação da Ucrânia à OTAN e o alinhamento da Estônia ao Ocidente, que considera ameaças à sua influência regional. Este trabalho busca, em primeiro lugar, analisar a evolução geopolítica russa, com foco nas dinâmicas de segurança, para entender como a Rússia desenha sua influência na região. Em segundo lugar, o estudo visa investigar os impactos das ações russas sobre a segurança e a estabilidade dos estados pós-soviéticos, especificamente na Estônia e na Ucrânia, por meio da extração de dados naturais de plataformas digitais como as comunidades "r/ukraine" e "r/Eesti" no Reddit. Para isso, serão aplicadas técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), que permitirão identificar padrões e tendências discursivas, analisando como essas plataformas refletem as dinâmicas geopolíticas e as percepções da população. A metodologia adotada é de caráter misto, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. A parte qualitativa foca na análise de documentos institucionais, artigos acadêmicos e relatórios de inteligência, visando compreender as estratégias políticas da Rússia. A parte quantitativa, por sua vez, utilizará PLN para classificar sentimentos, temas e recorrência de tópicos nos dados extraídos das comunidades digitais. Essa combinação busca compreender tanto os mecanismos objetivos de influência quanto a maneira como esses mecanismos são sentidos, narrados e compartilhados no espaço digital. Entre os resultados esperados, destaca-se a possibilidade de identificar correlações entre eventos geopolíticos e variações nos sentimentos expressos online, como aumento da hostilidade, ansiedade ou polarização em momentos de crise. Espera-se, também, mapear como discursos pró ou anti-Rússia se manifestam em espaços distintos, revelando como a influência estatal se reflete e se adapta no ambiente digital. Esses achados podem contribuir para uma compreensão mais aprofundada das formas contemporâneas de disputa política e computacional, oferecendo subsídios teóricos e analíticos para o campo da segurança internacional e das tecnologias de informação.

BIBLIOGRAFIA: JOHNSON, Oscar. The Russian Understanding of War. 2019, p. 85. Disponível em: . acesso em: 01 nov. 2024. SEGRILLO, Angelo. Os Russos. São Paulo: Contexto, 2012. MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. 1904. Disponível em: . acesso em: 01 nov. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6448****TITULO:**Entre avanços e recuos: como o lobby do petróleo influencia a COP**AUTOR(ES) : ALBERTO PIRES CAMARGO****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA**

RESUMO: A Conferência das Partes surgiu como mecanismo diplomático de combate às mudanças climáticas. Trata-se do fórum no qual os Estados-partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima avaliam o progresso das metas ambientais e verificam a observância dos compromissos assumidos em edições anteriores. Naturalmente, seus interesses deveriam estar alinhados a uma política de restrição de atividades econômicas desreguladas, que tendem a gerar maiores impactos ao meio ambiente. No entanto, as últimas edições têm demonstrado crescente leniência em relação à presença de lobistas de diversos setores econômicos, desde o gás natural até o petróleo. Ademais, gerou estranhamento na comunidade internacional a escolha dos países-sede das duas últimas conferências — Emirados Árabes Unidos e Azerbaijão — economias altamente dependentes da exploração dessas commodities. A presença desses agentes suscita incertezas quanto à assertividade das decisões da COP, bem como dúvidas sobre a disposição dos participantes em, de fato, combater atividades econômicas flagrantemente danosas. A questão mais polêmica ocorreu na COP29, em Baku, quando decidiu-se não incluir qualquer menção a combustíveis fósseis na resolução final, resultado de pressão política de agentes credenciados. Entretanto, tal fenômeno não é recente: as edições de 2013 (Varsóvia) e 2014 (Lima), por exemplo, foram marcadas pela presença recorde de executivos do setor, que organizaram eventos e exposições paralelas à COP, fortemente alinhados aos interesses petrolíferos. Este artigo propõe-se a realizar uma retrospectiva das últimas edições da COP, avaliando a presença e os impactos dos agentes da indústria do petróleo nas decisões tomadas. Pretende-se analisar as demandas e reivindicações desses agentes e verificar quais delas foram incorporadas ao texto final das resoluções, bem como identificar eventuais aumentos de influência ao longo das edições e seus reflexos no setor petrolífero. A pesquisa será conduzida por meio de análise documental dos textos oficiais e rascunhos das edições de 2013, 2014, 2023 e 2024, confrontados com as propostas iniciais dos Estados-partes, para verificar se os debates evoluíram em direção à afirmação de políticas ambientais ou à flexibilização de compromissos. Por fim, efetuará-se a perfilacão dos agentes da indústria do petróleo mediante análise dos indivíduos credenciados e dos patrocinadores privados que financiaram as conferências direta ou indiretamente. O objetivo específico é verificar a existência de um padrão de crescente leniência dos Estados-partes da COP em relação a decisões sobre exploração petrolífera, perpetuando um ciclo de omissão no cenário internacional. Espera-se encontrar evidências de que os Estados vêm se mostrado menos combativos aos interesses da indústria petrolífera, gerando incertezas sobre a elaboração de futuras legislações internacionais.

BIBLIOGRAFIA: HAAPALA, K.; WILSON, E.; RAMOS, J. Tracing inclusivity at UNFCCC conferences through side events and fossil fuel lobby influence. *Nature Climate Change*, 2025. GENTILE, G.; GUPTA, J. Orchestrating the narrative: the role of fossil fuel companies in delaying the energy transition. *SSRN Electronic Journal*, [S.I.], p. 1-29, 27 maio 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4844022. Acesso em: 05 maio 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6460****TITULO:**A ESPANHA DE FRANCO EM MEIO À GEOPOLÍTICA DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**AUTOR(ES) : MARINA MARTINS FERREIRA GIL****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: Após o fim da Guerra Civil Espanhola (1936–1939) com a vitória das forças conservadoras, apoiadas pelos poderes fascistas da Alemanha e da Itália, o governo da Frente Popular é derrubado e instala-se um regime ditatorial sob a liderança do general Francisco Franco. Tendo perdurado até a morte do ditador, em 1975, a Espanha franquista foi marcada por ideais autoritários, nacional-católicos, antiliberais e anticomunistas. Embora a Espanha tenha se mantido formalmente neutra à Segunda Guerra Mundial, diante da derrota dos países do Eixo no conflito e do processo de construção de uma nova ordem mundial sob os desígnios das potências vencedoras, o país sofreu um boicote internacional. Ainda nas negociações entre os vencedores, os EUA e a URSS concordavam em relação ao repúdio ao regime franquista, porém, diferentemente do primeiro, o segundo defendia uma postura mais intervencente. Como marco está a Resolução 39 (I) da Assembleia Geral da ONU (1946), a qual recomendou a retirada de representantes diplomáticos estrangeiros da Espanha e a sua exclusão de organizações internacionais, por considerar que seu governo carecia de legitimidade. No entanto, em 1950, esse repúdio diplomático foi revogado pela mesma assembleia através da Resolução 386 (V), culminando na admissão da Espanha à ONU em 1955, o que simbolizou o fim do isolamento diplomático destinado ao país no imediato pós-guerra. Com base nisso, o objetivo deste trabalho é explicar as posições assumidas pela comunidade internacional, em especial as das grandes potências, em relação à Espanha no período pós-guerra. Isso significa analisar os moldes da escolha pelo boicote diplomático imposto ao país em um primeiro momento e a posterior transição para medidas em prol de sua reintegração internacional, considerando a constância da ditadura de Francisco Franco. A hipótese é de que a cisão no núcleo das potências vencedoras, refletida na longa e intensa disputa entre os EUA e a URSS durante a chamada Guerra Fria (1947–1991), é o fator que melhor explica essa dinâmica. Considera-se tal tensão geopolítica uma promissora base para compreender a aparente contradição entre os princípios defendidos pelos Estados Unidos e seus aliados na arena internacional – simbolizados marcadamente pela ONU – e a política nacional espanhola, de inspirações fascistas, haja vista a presença de elementos potencialmente decisivos: as forças de esquerda que compuseram a Frente Popular ante o profundo anticomunismo de Franco. A pesquisa partirá de uma perspectiva analítica que assume a pressão competitiva da guerra como principal força hierarquizadora e dinamizadora do sistema internacional (Fiori, 2004), associada a um olhar geo-histórico. Como estratégia metodológica, serão utilizadas fontes primárias, como resoluções, registros de reuniões e tratados, bem como fontes secundárias selecionadas para entender a inserção da Espanha na conjuntura internacional da época a partir da sua principal disputa geopolítica, a Guerra Fria.

BIBLIOGRAFIA: ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. Resolução 39 (I). 12 de dezembro de 1946. Disponível em: [https://docs.un.org/en/A/RES/39\(I\)](https://docs.un.org/en/A/RES/39(I)). Acesso em: 30 abr. 2025. FIORI, José L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José L. (Org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004. PETERSDORFF, Eggert Von. Las relaciones internacionales de España en los años 1945 a 1955. Revista de Política Internacional, n. 117, 1971. Disponível em: <https://www.cepc.gob.es/sites/default/files/2021-12/34099rp117051.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6467****TITULO:**JORNADA DE TRABALHO E DESIGUALDADE INTERSECCIONAL NO BRASIL**AUTOR(ES) : DORALENA FELIZ RIVERA****ORIENTADOR(ES): VALÉRIA PERO**

RESUMO: O tema surge da necessidade em investigar e compreender como as desigualdades estruturais se manifestam na jornada de trabalho. O Brasil é um país profundamente marcado por desigualdades históricas de raça, gênero e classe, as quais estruturam o acesso ao mercado de trabalho e moldam os vínculos empregatícios, os salários e as jornadas. Com o acentuamento do debate público a respeito da escala 6x1, a combinação entre classe, gênero e raça produz camadas complexas de exclusão que influenciam tanto a quantidade de horas trabalhadas quanto o tipo de trabalho realizado. Este trabalho busca realizar uma análise descritiva a partir dos microdados obtidos na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados até 2024 com objetivo de analisar indicadores como rendimento médio, ocupação, horas trabalhadas, tipo de vínculo empregatício (formal, informal, autônomo), número de vínculos simultâneos , e as novas formas de ocupação sob a ótica dos marcadores interseccionais de gênero, raça e classe. Dentro das questões abordadas pode-se destacar que trabalhadoras negras, por exemplo, são maioria em ocupações de baixa remuneração com jornadas frequentemente instáveis, muitas vezes não por escolha, mas por restrição de acesso a empregos formais mais estáveis e protegidos, onde, onde, onde essa subutilização da força de trabalho resulta em menor renda e menor acesso à proteção social. Em contraste, homens negros e trabalhadores de baixa escolaridade frequentemente estão em atividades braçais e informais que exigem jornadas extensas em condições precárias e sem direitos. Ao observar os dois extremos de jornadas insuficientes e jornadas excessivas, é possível compreender como o tempo de trabalho é distribuído de forma desigual. Segundo a OIT (2022), cerca de 11% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornadas de trabalho acima de 48 horas semanais, os quais se concentram, em sua maioria, em empregos informais, autônomos ou com múltiplos vínculos. Assim, urge-se a necessidade da redução da jornada de trabalho como uma medida estratégica para trazer impactos positivos sobre a qualidade de vida, produtividade e redução das desigualdades. A divisão do trabalho não se dá apenas em termos econômicos, mas é estruturada por uma lógica de gênero, raça e classe que define quem ocupa os postos mais valorizados e quem é deixado às margens da formalidade e da estabilidade. Assim, analisar as jornadas de trabalho por grupo social permite evidenciar como o trabalho, em sua dimensão econômica, se converte em mais um propulsor de desigualdade no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: PINHEIRO, Luana Simões; FONTOURA, Natália de Oliveira; QUERINO, Ana Carolina; BONETTI, Alinne de Lima; ROSA, Waldemir. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3223> INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Working time and work-life balance around the world. Geneva: International Labour Office, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_protect/%40protrav/%40travail/documents/publication/wcms_864222.pdf

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6475****TITULO:**DESIGUALDADES SOCIAIS E O ACESSO DE JOVENS PERIFÉRICOS AO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DOS AVANÇOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS DE COTA**AUTOR(ES) : KAYQUE BERNARDO MAGALHAES DE FARIAS,HENRIQUE ANJOS DANTAS DOS SANTOS****ORIENTADOR(ES): GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: O acesso ao ensino superior no Brasil ainda enfrenta fortes desigualdades sociais, econômicas e raciais, afetando especialmente os jovens das periferias. Este estudo tem duas proposições centrais: (1) o racismo estrutural e a exclusão social seguem fortes no acesso e na permanência de jovens periféricos na universidade; (2) mesmo com políticas afirmativas tipo a Lei de Cotas (Lei nº 12711/2012) e o ProUni que deram avanços, ainda há muitos problemas que dificultam a eficácia dessas medidas, sobretudo para estudantes de baixa renda e grupos étnico-raciais pouco representados. A pesquisa visa fazer uma revisão sistemática da literatura, analisando artigos, relatórios institucionais e estudos técnicos de 2015 a 2025, sobre cotas, ações de inclusão e assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras. A revisão, portanto, dará a chance de analisar criticamente as provas empíricas e os embates teóricos já existentes sobre o tema, tentando descobrir até onde as ideias iniciais se mantêm firmes diante das pesquisas atuais. Essa metodologia faz sentido porque existe bastante material sobre o assunto nas Ciências Sociais e Educação, assim, dá para evidenciar um aspecto reflexivo, com base em dados, sobre o que avançou, os problemas e as discussões nessas políticas. Com essa busca e análise, vai ser possível ver padrões, coisas faltando e contradições nos estudos e entender como as políticas de acesso e permanência foram usadas e vistas por vários autores e instituições. O estudo quer, então, ajudar no debate sobre deixar o ensino superior mais democrático, mostrando que é preciso ter políticas públicas que não só permitam a entrada, mas também a permanência e o sucesso dos jovens de origens mais vulneráveis na universidade.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. PUCRS. Redução das desigualdades de acesso ao Ensino Superior perde fôlego, mostra pesquisa da PUCRS. Disponível em: <https://portal.pucrs.br/noticias/impacto-social/reducao-das-desigualdades-de-acesso-ao-ensino-superior-perde-folego-mostra-pesquisa-da-pucrs>. Instituto Semesp. Capítulo Especial – 10º Mapa do Ensino Superior.:<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-10/capitulo-especial>.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6477****TITULO:**EMANCIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS MULHERES: O PAPEL DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NA LUTA FEMINISTA**AUTOR(ES) : INGRID VIANA DOS SANTOS,BIANCA ARAUJO MAGALHAES FERREIRA****ORIENTADOR(ES): CRISTIANE BRANDÃO,MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Extensão Promotoras Legais Populares da UFRJ (PLPs RJ) e sua articulação com a formação da Rede Nacional de Promotoras Legais Populares, com destaque para a Coletiva de PLPs do Estado do Rio de Janeiro. O projeto oferece um curso interdisciplinar voltado à emancipação e ao fortalecimento de mulheres, da comunidade acadêmica e externa. Seu propósito é promover os direitos das mulheres, combater a opressão de gênero, divulgar os direitos humanos das mulheres e ampliar o acesso à justiça. Busca também estimular a troca de saberes entre a universidade e as vivências das educandas, permitindo a aplicação prática do conhecimento. Os encontros ocorrem presencialmente às quartas-feiras, das 18h30 às 20h30, com a participação de educandas, facilitadoras, coordenadoras e monitoras. Os temas abordados incluem Patriarcado e Capitalismo, Lei Maria da Penha, Rede de Enfrentamento à Violência, Direito à Moradia, Justiça Reprodutiva, Mulheres, Cidades e Segurança Pública. Embora o curso seja aberto a todas, ele prioriza a participação de mulheres externas à universidade, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e populares. As participantes são incentivadas a aplicar o aprendizado em suas comunidades, coletivos e instituições. Entre os principais temas estão o enfrentamento à violência de gênero, a luta por direitos e o papel das PLPs no contexto nacional. O curso visa formar mulheres aptas a promover o fortalecimento dos direitos das mulheres e a enfrentar diversas formas de opressão de gênero, por meio da disseminação do conhecimento jurídico e do acesso à justiça. As PLPs são capacitadas para oferecer orientação, acolhimento e utilizar o direito como ferramenta no cotidiano, atuando individual e coletivamente. Desde 2018, as turmas passaram a homenagear mulheres emblemáticas, escolhendo democraticamente nomes representativos, como Marielle Franco, Amelinha Teles e Elza Soares. A partir de 2022, o curso passou por uma reestruturação. Além da formação regular, foi criada a Formação Contínua das PLPs RJ no segundo semestre. Essa iniciativa visou promover maior integração entre as participantes, atualizar os temas e aprofundar os conteúdos, culminando na criação da Coletiva de PLPs RJ. Há também incentivo à participação das educandas na Coletiva de Promotoras Legais Populares do Estado do Rio de Janeiro, formada por mulheres egressas do curso. A Coletiva é espaço de debate, formação política, orientação e troca de saberes, promovendo a conscientização sobre direitos das mulheres por meio da cultura, do autocuidado, do cuidado coletivo e da educação popular feminista. Atua ainda na elaboração de pautas, campanhas e ações de mobilização, fortalecendo a luta por justiça de gênero.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo; Ira Shor. Medo e ousadia – O cotidiano do professor. trad. Adriana Lopez, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: Revista Brasileira de Ciência Política, no16, Brasília, janeiro – abril de 2015

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6483****TITULO:**A NOVA CONJUNTURA MIGRATÓRIA EUROPEIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS A PARTIR CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS**AUTOR(ES) : MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE,ELIS J O CASSAB****ORIENTADOR(ES): BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: A intensificação de conflitos nas regiões do Oriente Médio e norte da África, geraram um aumento significativo nos fluxos migratórios para países da União Europeia, o que abalou profundamente os sistemas de acolhimento e integração dos países membros. Em virtude dessa crise, a diversidade de perfis migratórios gerou uma crise social de conflitos identitários, e com isso, uma percepção de ameaça às identidades nacionais, contribuindo para a ascensão de pensamentos hostis e de xenofobia. Assim, este trabalho busca analisar como os conflitos contemporâneos no Oriente Médio e norte da África — como a Guerra da Síria (2011) e a Guerra do Afeganistão (2001–2021) —, influenciados pela Primavera Árabe, impactaram radicalmente os fluxos migratórios e políticas públicas sobre a temática na União Europeia. Compreender os impactos dessa dinâmica é essencial no que tange a formulação de um pensamento mais científico e menos individualista sobre a temática. A pesquisa permite uma análise das políticas migratórias adotadas pelos países da União Europeia e como elas afetam a vida de refugiados, imigrantes e dos próprios cidadãos europeus. No que concerne a literatura focada nessa questão, trata-se de obras bem diversas, focando nos fluxos migratórios em si, nos impactos sociais e econômicos ou as trajetórias pessoais dos imigrantes e refugiados. Por conseguinte, o apoio teórico e o contraponto de teóricos como Samuel Huntington, além da abordagem e das próprias mudanças da Política Migratória da União Europeia. Por fim, o trabalho explora como esses fluxos afetaram dois países em específico, Grécia — com a chegada de milhares de afgãos — e França — que lida com uma crescente islamofobia — e como a mudança e o crescimento da extrema-direita influenciou nas atuais políticas migratórias, podendo se estender para outros Estados que mudaram suas políticas migratórias. Assim, busca-se contribuir para a resposta à seguinte pergunta: Como as novas políticas migratórias na União Europeia destacam a ascensão dos grupos de extrema-direita e posições anti-imigratórias?. A metodologia adotada parte da análise de produções bibliográficas, reportagens e artigos de forma crítica a fim de estabelecer uma pesquisa concisa sobre os objetivos do trabalho, pretendendo compreender como os embates da contemporaneidade afetam o corpo social dos conflitos e da sociedade europeia.

BIBLIOGRAFIA: HUNTINGTON, S. O choque de civilizações. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. SHILLIAM, R. Non-Western thought and international relations. In: SHILLIAM, R. (ed.). International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity. New York, Routledge, 20

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6502****TITULO:**INVESTIGAÇÕES SOBRE PLURALIDADE E HETERODOXIA NA FORMAÇÃO DE ECONOMISTAS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRUTURAS CURRICULARES E SOBRE AS INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS EM ECONOMIA DESDE OS ANOS 1980**AUTOR(ES) : ALICE MOURA ARAUJO DA SILVA****ORIENTADOR(ES): CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA**

RESUMO: O presente projeto de pesquisa investiga como a curricularização e institucionalidades acadêmicas no campo das ciências econômicas em nosso país ajudaram a moldar um campo pujante, de qualidade, crítico e com especificidades quando pensamos a área das ciências econômicas ao redor do mundo. O tema da pesquisa apresenta relevância ao pensarmos o cenário atual de reformas curriculares, de pressões para “modernização” dos currículos de economia e para a inserção curricular da extensão, conhecer a trajetória nas últimas décadas da formação dos e das economistas no Brasil e sobre o campo acadêmico na área, torna-se importante para podermos pensar em que sentido queremos seguir na área no presente e no futuro próximo. O objetivo geral do projeto é traçar um panorama de como foi construído o espaço para a “heterodoxia econômica”, a qual não apresenta tanta força e expressão em outros países, e traçar a dimensão da participação feminina nessa construção. Para isso, são estabelecidos os objetivos específicos: entender como instituições como a SEP e a Ange contribuiriam para esses movimentos de luta e resistência; mapear e analisar a estrutura curricular dos cursos de graduação nas universidades federais do Brasil e nas principais instituições privadas; registrar por meio de entrevistas a história dos agentes da “heterodoxia econômica” no país; jogar luz sob a participação feminina nesse processo e indicar qualitativamente a importância da pluralidade e do pensamento crítico para a formação e atuação de economistas. A metodologia adotada é multifacetada, tendo como referência qualitativa o método das controvérsias através do qual se investiga no que consiste a “heterodoxia econômica” e o que seria uma sólida formação de economistas, dentre outros aspectos. Na etapa de mapeamento e análise dos currículos vigentes, há o aspecto empírico-descritivo. Como complemento, para a etapa de estruturação e realização das entrevistas utilizam-se recursos do campo da “história oral”. Até o momento foram obtidos dois resultados esperados; mapeamento e sistematização dos currículos dos cursos de graduação de economia no Brasil e a coleta de alguns relatos históricos da atuação de economistas e das instituições – como SEP e Ange – para a construção do campo da economia no Brasil como um campo crítico e plural. Em paralelo a isso, os demais objetos vêm sendo cumpridos ao decorrer da pesquisa, através da construção do arcabouço teórico e com as vivências adquiridas com o aspecto prático da investigação.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Nivalde José de. O economista: a história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: Cofecon; Corecon/RJ e Corecon/SP, 2001. NAKATANI, Paulo. “A formação dos economistas e a economia política no Brasil. Revista Da Sociedade Brasileira De Economia Política, 59 – edição especial / mai 2021 – jun 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/736/321>. Acesso em: 05/05/2025. RIBEIRO, M. A. R. . As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. História econômica & história de empresas. ABPHE , São Paulo – SP, v. II, n.2, p. 7–40, 1999.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6513**

TITULO:O cinema chinês de guerra moderno e suas visões de mundo

AUTOR(ES) : **ARTUR BARCELOS SANTOS FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este trabalho é uma resenha crítica dos filmes Chineses sobre guerra “The Eight Hundred” – lançado em 2020, sendo a segunda maior bilheteria mundial no ano– e da duologia “The Battle at Lake Changjin” – lançados em 2021 e 2022, com o primeiro filme sendo a maior bilheteria mundial em 2021–, que foram analisados como parte das atividades desenvolvidas na disciplina “Cinema e Relações Internacionais”, da qual participei em 2023.2, no contexto da terceira eleição de Xi Jinping ao cargo de Secretário-Geral do PCCh, onde ele enfatizou a importância de um “rejuvenescimento nacional” para superar definitivamente a condição periférica que o PCCh encontrou ao tomar controle da China em 1949. Então, essa resenha se dá nesse cenário, buscando observar a influência estatal nestas produções cinematográficas chinesas sobre guerra (principalmente a luz do fato de que tiveram uma bilheteria quase que exclusivamente interna) dado fato que esse tipo de produção é múltiplas vezes associado com produções propagandísticas. A pergunta que levou a produção deste trabalho foi buscar entender os porquês dos protagonistas dos filmes publicados terem discursos nacionalistas tão similares quanto a nação chinesa mesmo que representassem facções chinesas rivais – “The Eight Hundred” acompanha soldados da China Nacionalista contra os Japoneses na 2ª Guerra Sino-Japonesa e “The Battle at Lake Changjin” soldados da China Comunista durante a Guerra na Coreia –. A metodologia empregada durante a pesquisa para executar esta resenha crítica foi um estudo de caso dos filmes “The Eight Hundred” e da Duologia “The Battle at Lake Changjin”; fazendo uma análise qualitativa crítica baseada no Construtivismo ; a partir da revisão bibliográfica de autores como R. B. J. Walker, Nicholas Onuf e Benedict Anderson. O objetivo de pesquisa é entender como que a guerra é retratada na cinematografia chinesa atual, entender se o envolvimento do Estado nestes filmes é grande e caso seja, como que filmes são utilizados para propagar do Partido Comunista Chinês(PCCh), utilizando também o conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson no campo das Relações Internacionais. A hipótese de pesquisa levantada apontou que o Estado Chinês provavelmente exerceu algum tipo de influência direta ou indireta durante a produção e/ou distribuição destes filmes, os utilizando como meio de disseminação de uma interpretação alinhada a visão do PCCh sobre a história nacional, o que significa ser Chinês, e qual seria o papel do país no sistema internacional.

BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SHAMBAUGH, David. *China and the World*. New York: Oxford Academic, 2020. WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: relações internacionais como teoria política*. Editora PUC-Rio e Editora Apicuri, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6521**

TITULO:A Política Industrial Brasileira no Contexto do Retorno da Política Industrial no Mundo

AUTOR(ES) : **LUIZA GUIMARAES CANABRAVA**

ORIENTADOR(ES): **MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO**

RESUMO: A adoção da nova política industrial brasileira (Nova Indústria Brasil – NIB) ocorre num contexto de retomada da política industrial na maior parte dos países do mundo, especialmente nos mais avançados. As políticas industriais atualmente adotadas assumem diferentes formatos, sendo, em geral, marcadas por forte protecionismo à indústria local. Após a crise financeira de 2007/08, ocorreram mudanças significativas na dinâmica econômica global, com destaque para a desindustrialização dos países avançados e a desaceleração do crescimento real do PIB (Cassiolato et al., 2021). Como resposta, os governos desses países passaram a adotar posturas maisativas nos processos de produção e inovação, promovendo fortalecimento das políticas industriais e de estímulo à inovação. Tais medidas vêm sendo caracterizadas como “Novas Políticas Industriais (NPIs)” (Evenett et al., 2024). Entre os principais instrumentos dessas políticas, destacam-se a concessão de subsídios e a adoção de medidas protecionistas em relação às empresas domésticas. Nesse contexto, a política industrial retornou ao centro do debate sobre política econômica nas economias avançadas. Observa-se que, após a pandemia, o protecionismo se intensificou ainda mais nos países avançados. Embora esse tipo de instrumento não tenha sido adotado com a mesma intensidade no Sul Global, a crescente aplicação de medidas protecionistas vem modificando de forma relevante a dinâmica do comércio internacional. Nota-se que a motivação para a implementação das NPIs atualmente não se restringe a falhas de mercado, mas decorre de outros fatores. No cenário global atual, os principais incentivos à adoção de políticas protecionistas passam a ser a segurança nacional, a preservação ambiental e a garantia do suprimento de cadeias produtivas. O fortalecimento do protecionismo também está relacionado à escalada recente das tensões geopolíticas, como evidenciado pelas tarifas elevadas impostas pelo então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. É nesse contexto que a Nova Indústria Brasil está sendo formulada e implementada. A análise do cenário internacional, marcado pelo ressurgimento das políticas industriais, bem como das estratégias adotadas por outros países, é fundamental para compreender os objetivos e o alcance da NIB, além de permitir uma avaliação mais adequada à luz de experiências internacionais orientadas por missões. Este trabalho busca realizar um mapeamento das políticas industriais adotadas por países avançados selecionados, além da China e do Brasil. O objetivo é analisar o formato e as características dessas políticas, com especial atenção ao papel das medidas protecionistas. Serão utilizadas fontes bibliográficas secundárias e a base da Global Trade Alert, que oferece informações detalhadas sobre medidas comerciais internacionais de todo o mundo. Essa base tem se mostrado fundamental para evidenciar as tendências protecionistas, desafiando a narrativa liberal defendida por países avançados.

BIBLIOGRAFIA: CENTRE FOR ECONOMIC POLICY RESEARCH. Global Trade Alert. Disponível em: <https://www.globaltradealert.org>. Evenett, S.; Jakubik, A; Martín, F; Ruta, M. *The return of Industrial Policy in data*. IMF Working Papers 24/1. International Monetary Fund. 2024. JUHÁSZ, Réka; LANE, Nathan J.; RODRIK, Dani. *The new economics of industrial policy*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2023. (NBER Working Paper, n. 31538).

ÁREA PRINCIPAL: Ensino-Pesquisa-Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6525****TITULO:**O PLANO DIRETOR DE 2024 E A INSERÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO CIRCUITO GLOBAL DE MERCANTILIZAÇÃO NEOLIBERAL DAS CIDADES**AUTOR(ES) : MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO****ORIENTADOR(ES): ALEX FERREIRA MAGALHAESES**

RESUMO: Esta apresentação busca divulgar o artigo produzido ao final da disciplina “Planos Diretores Municipais”, do PPGPUR, cursada no 4º bimestre letivo de 2024, que objetiva analisar o novo Plano Diretor do Rio de Janeiro (LC nº 270/2024) à luz das reflexões sobre o processo de inserção da cidade nos circuitos globalizados de financeirização do mercado da terra urbana. A partir das exposições e discussões nas aulas da disciplina, de revisão bibliográfica e de experiências de militância e extensão universitária no Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin, observa-se o Plano enquanto etapa de consolidação desse processo, sob o contexto de capitalismo periférico e os conflitos que têm se imposto na disputa pela cidade carioca. A partir dos apontamentos de Harvey sobre o processo mundial de guinada das administrações urbanas aos ideais empreendedoristas, observa-se as peculiaridades desse processo nas cidades brasileiras, especialmente a partir do fim da primeira década do século XXI (Ribeiro; Santos Junior; 2011). Considerando que as cidades periféricas se inserem no capitalismo globalizado a partir de modernizações-conservadoras sem a universalização dos direitos sociais, nas quais o exercício de poder é marcado pela corrupção e a pessoalidade, soma-se a esse contexto a imposição da desregulamentação pela globalização neoliberal e a não submissão do capital financeiro internacional às instituições democráticas nacionais (Maricato, 2007). Sob esse prisma, são analisadas as determinações do Plano, como regulamentação – ou não – de instrumentos, zoneamento, vinculação de fundos, etc, observando as contradições entre os resultados do diagnóstico do Plano e as medidas estabelecidas pelo mesmo. São levantadas ainda as práticas de defesa da propriedade acima de sua função social a partir das posturas do poder público em conjunto com o poder judiciário em exemplos de conflitos fundiários e ainda os “projetos urbanísticos de varejo”, que se dão paralelamente ao planejamento das diretrizes de desenvolvimento urbano. Por fim, é possível atestar não apenas a manutenção como o avanço, a consolidação e a complexificação do processo de mercantilização da cidade do Rio de Janeiro, no qual observa-se o crescente esvaziamento das estruturas de planejamento e sua substituição por arranjos voltados para a “inovação” e “desenvolvimento econômico”. Como aponta Maricato (2007), há um apagamento dos subsídios e das políticas de investimento público, que são substituídas pela aplicação de investimentos privados, sob uma “regulamentação” do Estado, sob a lógica das parcerias público privadas. Dessa forma, as ações sobre o espaço urbano se afastam ainda mais dos interesses democráticos populares, orientando-se pela lógica da especulação e da espoliação. Assim, desmonta-se a estrutura de bem estar social que, nas cidades periféricas nem havia se consolidado, e implanta-se uma estrutura neoliberal de gestão da cidade, que praticamente torna-se uma empresa.

BIBLIOGRAFIA: RIO DE JANEIRO – RJ. Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências.. Diário Oficial. Rio de Janeiro, 23 nov. 2009. Disponível em: <https://e.camara.rj.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=10764&temas=47&ano=2009>. Acesso em: 27 jan. 2025 ERMÍNIA MARICATO. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: As metrópoles a questão brasileira. Rio de Janeiro: e-papers, 2007. LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO; ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR. Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade. In: Políticas Públicas

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6528****TITULO:**OBJETIVOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MOEDAS DIGITIAS DE BANCOS CENTRAIS: O CASO DO DREX**AUTOR(ES) : VINICIUS LAMI FERRARI****ORIENTADOR(ES): ANA CRISTINA REIF**

RESUMO: A Bitcoin, criada em 2008 por indivíduo conhecido pelo pseudônimo Satoshi Nakamoto, foi a primeira criptomoeda, uma classe de ativos financeiros descentralizados que opera sem supervisão direta ou influência de bancos centrais. Os impactos das criptomoedas no sistema financeiro são amplos: exibem características de ativos especulativos, não são reguladas por autoridades monetárias e são usadas como forma de pagamento peer-to-peer tanto para transações legítimas quanto transações criminosas. A difusão das criptomoedas apresenta uma série de desafios para bancos centrais. O seu caráter descentralizado enquanto ativos sem emissor central e a natureza das transações peer-to-peer inibem a regulação financeira e o controle desses ativos por autoridades monetárias. Isso, somado à pretensão do uso das criptomoedas como substituto das moedas tradicionais, faz com que os bancos centrais as tenham como uma ameaça à estabilidade do sistema financeiro e como algo que pode impedir a condução eficaz da política monetária. Ao mesmo tempo, o uso de tecnologias oriundas das criptomoedas, como a tokenização e programabilidade, é do interesse de bancos centrais, que buscam criar as suas próprias moedas digitais tanto como forma de competição contra as criptomoedas, quanto pelas novas possibilidades de realização de política monetária que essas tecnologias oferecem. O presente trabalho está inserido em uma pesquisa que busca realizar um panorama geral das experiências com moedas digitais de bancos centrais (CBDCs, na sigla em inglês), as suas funcionalidades e suas implementações. O estágio atual da pesquisa foca, em particular, na questão das vantagens e desafios apresentadas ao Banco Central do Brasil na criação do Drex, o seu CBDC, e suas implicações na condução de política monetária. O trabalho será desenvolvido com base em abordagem qualitativa e comparativa, usando, principalmente, artigos acadêmicos e relatórios técnicos (BCB, BIS, EU, IMF, WB, entre outros).

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Banco Central do Brasil. A moeda digital oficial brasileira (Drex) – Referências básicas. Brasília, 2023. Bech, M; Garrat, R. Central bank cryptocurrencies. Basileia: BIS Quarterly Review, 2017 Kunaratskul, T; Reslow, A; Singh, M; Manmohan Singh. Implications of Central Bank Digital Currency for Monetary Operations. Nova Iorque: IMF Fintech Note, 2024

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6530**

TITULO:A representação feminina no universo de Game Of Thrones: a partir do Tesauro de Gelo e Fogo

AUTOR(ES) : GIOVANNA VALENTINI PAIVA

ORIENTADOR(ES): JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO

RESUMO: Este trabalho aborda a elaboração do protótipo de um Tesauro, surgido a partir da ideia de compreender o uso dos termos em diversas áreas do conhecimento. O domínio discursivo coberto pelo tesauro é o universo da série de TV e os livros sobre "Game of Thrones". Objetiva-se retratar como a representação do conhecimento revela as dinâmicas de poder, lutas e representação política das mulheres no universo em questão, com enfoque no debate sobre a representação feminina neste universo e os estereótipos de gênero comuns na literatura medieval. Além disso, tem como objetivos específicos : 1) identificar as representações femininas no universo de Game of Thrones, comparando personagens dos livros e da série de TV, com foco nas diferenças e semelhanças na construção dessas personagens ; 2) analisar como as personagens femininas em Game of Thrones se inserem nas dinâmicas de poder, opressão e resistência, discutindo as estruturas hierárquicas presentes na fantasia medieval, e 3) ressaltar o uso dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) como ferramentas de representação do conhecimento. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, ancorada na pesquisa bibliográfica, documental e no princípio da garantia literária. Os termos foram organizados por classe: o nome do Reino, no nome da família, e das famílias vassalas que compõem os reinos, a partir de um recorte das que apareceram ou foram mencionadas nos livros e ou na série. Foi utilizada uma planilha que classifica e define os termos. O protótipo foi implementado no Thesa, ferramenta criada e disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse trabalho tem como referencial teórico os seguintes conceitos e autores: organização do conhecimento (Gomes, 2017), elaboração de tesauro (Campos; Gomes 2006), garantia literária (Dias, 2015). Como resultado foram obtidos 110 conceitos e 111 termos, que abordam o papel minimizado das personagens femininas na trama, importantes mas sempre retratadas a partir de estereótipos de gênero. A construção deste protótipo permitiu uma visão mais ampla sobre o papel da mulher, que muito é justificado pela idealização de mulheres fortes, mas que ao analisar de maneira mais abrangente, recaem em estereótipos. Tal análise pode adentrar em como um SOC pode sistematizar a representação das mulheres na trama, além de explorar como as estruturas semânticas modelam o conhecimento sobre as personagens femininas e contribuem para o debate sobre gênero, literatura e cultura não só na obra das Crônicas de Gelo e Fogo, bem como em diversas obras literárias medievais

BIBLIOGRAFIA: CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 11, p. 348–359, 2006. DIAS, Célia. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. *Informação & Sociedade*, v. 25, n. 2, 2015. GOMES, Hagar Espanha. Marcos históricos e teóricos da organização do conhecimento. *Informação & Informação*, v. 22, n. 2, p. 33–66, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6542**

TITULO:EFICÁCIA DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AUTOR(ES) : LUCAS VENANCIO AMORIM,DORA MAGANHOTO DONEDA

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia especial vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi criada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para garantir o seu cumprimento. Garantia que se dá por meio de suas funções de fiscalização e aplicação de sanções em caso de infrações a essa norma. No entanto, sua atuação ainda enfrenta limitações decorrentes da recente criação, da estrutura reduzida e da complexidade da regulação de tratamento de dados. Assim, o objeto dessa pesquisa, decorrente desse contexto, é a capacidade da ANPD de exercer com eficácia seus mecanismos de fiscalização e sanção sobre agentes públicos e privados que violam a LGPD, mesmo tendo essas limitações. A questão problema é: os métodos aplicados pela ANPD têm se mostrado eficazes na reversão das situações de tratamento de dados que não estejam em conformidade com a LGPD e as demais normas que tratam do tema? Ou seja, se eles têm capacidade de corrigir as situações existentes e prevenir incidentes futuros. Se têm falhas e limitações estruturais que comprometem o papel do órgão e, se for este o caso, quais são as suas causas? Desta forma, a análise da eficácia das formas de regulação dos agentes fiscalizados é a avaliação da adequação dos métodos aplicados aos casos de acordo com o cenário jurídico, político e social do país e à capacidade institucional da ANPD. Esta pesquisa adota como marco teórico as discussões acerca da teoria da regulação e da capacidade institucional, na forma como é compreendida por Sunstein e Vermeule, ou seja, capacidade como competência estabelecida na legislação para a tomada de determinada decisão, sobretudo em casos tecnicamente complexos. Essa mesma pesquisa adota como metodologia uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva de normas e de casos concretos e práticas administrativas. A partir do método dedutivo, o material utilizado como base normativa será a legislação, constitucional e infraconstitucional, e resoluções e regulamentos internos da autoridade. Os processos de fiscalização e sanção analisados serão os compreendidos entre o período de criação da ANPD e o início de 2025. Além disso, serão utilizados como apoio relatórios oficiais e registros e análises extraoficiais. A expectativa, é compreender até que ponto a atuação da ANPD conseguiu ser efetiva e se os métodos utilizados são os mais adequados. Considerando que se trata de um órgão regulador recente e ainda em processo de consolidação no cenário institucional brasileiro, o resultado esperado é que sua atuação ainda é tímida e insuficiente, mas que, com o tempo e com seu fortalecimento, possa desenvolver-se institucionalmente e exercer seu papel de forma mais efetiva.

BIBLIOGRAFIA: SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. *Michigan Law Review*, Ann Arbor, v. 101, n. 4, p. 885–951, 2003. DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. 3. ed. Thomson Reuters Brasil, 2021. BRASIL. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Saiba como fiscalizamos. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/fiscalizacao-2/saiba-como_fiscalizamos. Acesso em: 3 maio 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6561****TITULO:** PODER JUDICIÁRIO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE**AUTOR(ES) :** MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO**ORIENTADOR(ES): MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: A pesquisa analisa os despejos e remoções forçadas no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, em especial a atuação do Judiciário frente às decisões da ADPF 828 no Supremo Tribunal Federal (STF). O contexto sociopolítico revela um cenário agravado de déficit habitacional, especialmente entre mulheres, devido a fatores como endividamento, violência doméstica e crise econômica. Dados mostram que entre 2020 e 2022 mais de 31 mil famílias foram despejadas no Brasil, sendo o Rio de Janeiro um dos estados mais afetados. A pesquisa parte da hipótese de que, apesar das decisões do STF para suspender despejos em áreas ocupadas antes da pandemia, a magistratura fluminense não alterou substancialmente sua conduta, perpetuando práticas que vulnerabilizam ainda mais mulheres negras e pobres. O estudo investiga as Reclamações Constitucionais ajuizadas no STF com base na ADPF 828, focando na interpretação e efetividade das decisões que visavam garantir o direito à moradia. Foram analisadas 216 reclamações até dezembro de 2023, com destaque para o estado de São Paulo, que concentrou 33,9% dos casos. A principal modalidade de ação originária foi a reintegração de posse (79%). Apesar da ADPF 828 e da criação de medidas como a Resolução CNJ nº 510/2023, que busca promover mediações antes de despejos, ainda se observam decisões judiciais que priorizam o direito à propriedade sobre o direito à moradia. A metodologia combinou abordagens qualitativas e quantitativas. Foram utilizados repositórios dos tribunais (STF, TJ/RJ e TRF-2) e bases como a Campanha Despejo Zero. A análise envolveu planilhas com dados categorizados (gênero, classe, localidade, natureza da ocupação etc.), permitindo identificar padrões decisórios. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas com famílias afetadas, visando capturar a dimensão subjetiva das remoções forçadas. O uso de conceitos interseccionais, baseados em autoras como Crenshaw, bell hooks e Patricia Hill Collins, permite compreender como raça, gênero e classe se entrelaçam na produção do déficit habitacional. O estudo aponta que o Judiciário mantém um olhar patrimonialista sobre ações possessórias, desconsiderando direitos fundamentais como a moradia digna. Mesmo diante de diretrizes constitucionais e internacionais, decisões continuam a priorizar documentos de propriedade, negligenciando a função social da terra e os impactos sociais dos despejos. A pesquisa contribui para o debate sobre justiça social, evidenciando a necessidade de reformas estruturais no campo jurídico para garantir efetivamente os direitos das populações vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rafael, CARVALHO, Laura e RIOS, Marcos. Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. CAFRUNE, Marcelo Eib; SILVA, Marcela Simões; MELO, Thamara Madeiro. O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas reclamações constitucionais relacionadas à ADPF nº 828. Revista Brasileira de Direito Urbanístico, – RBDU. Belo Horizonte: Fórum, v. 8, n. 14, p. 39-66, 2022. Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6567****TITULO:** A Turquia e a Guerra Civil na Síria: estratégias geopolíticas e expansão do poder no Oriente Médio**AUTOR(ES) :** FABRICIO DE MARTINO MOTA FIGUEIREDO**ORIENTADOR(ES): DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA**

RESUMO: A ascensão do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) ao poder na Turquia em 2002 desencadeou uma transformação significativa na identidade nacional e na política externa do país. Ao longo desse processo, o país euro-asiático lidou com uma série de contradições internas, cuja ascensão do Recep Tayyip Erdogan ao poder pôs fim à hegemonia de décadas dos princípios kemalistas, baseado no nacionalismo secular e na integração ao ocidente. Em contraposição, Erdogan e os apoiadores do AKP aproximaram-se do neo-otomanismo, um movimento político conservador que preconiza o resgate do passado otomano e que considera que a Turquia alcance uma assertividade autônoma no sistema internacional. Essa mudança paradigmática refletiu diretamente a política externa turca, sobretudo no contexto da Guerra Civil Síria, iniciada em 2011 como decorrência da chamada "Primavera Árabe". O conflito que iniciou com manifestações contrárias ao governo de Bashar al-Assad, rapidamente evoluiu para uma guerra por procuração que desencadeou uma complexa rede de alianças e disputas de poder, envolvendo uma série de atores locais e internacionais, incluindo grupos rebeldes e jihadistas, forças curdas e potências estrangeiras como Rússia, Estados Unidos, Irã e Turquia. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar como a Turquia, governada pelo Recep Tayyip Erdogan, buscou projetar seu poder na Síria por meio do enfrentamento das rivalidades entre o governo de Bashar al-Assad, os grupos rebeldes e os curdos étnicos. A hipótese preliminar para tal estratégia reside em uma mudança na identidade nacional turca e na condução de uma política externa revisionista desde a ascensão do partido AKP e do seu fundador, Erdogan, ao poder. Para embasar a análise, será adotado o Realismo Neoclássico como referencial teórico, uma vez que tal abordagem permite compreender como a intercorrelação entre fatores sistêmicos da distribuição de poder, associado a percepções conjunturais das lideranças políticas e as dinâmicas internas na Turquia estabelecem novos paradigmas e diretrizes de condução da política externa em Ancara. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem analítica e de revisão bibliográfica, permitindo a contextualização dos eventos e uma avaliação crítica da projeção turca na Síria.

BIBLIOGRAFIA: SOUZA, Dominique Marques de. Entre leste e oeste: a política externa turca na era de Erdogan (2002–2023). Orientador: Raphael Padula. Coorientador: Thauan dos Santos. 2024. 227 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6569****TITULO:**STF E OVERRULING (IN)CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA ADI 7.633 E SEUS IMPACTOS PARA A ORDEM CONSTITUCIONAL**AUTOR(ES) : BRUNO RODRIGUES VIEIRA****ORIENTADOR(ES): ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: Com o fim das grandes guerras, inaugurou-se um novo paradigma jurídico: a Constituição passou a ser dotada de força normativa e vinculante. Seus guardiões seriam os Tribunais Constitucionais, protagonistas centrais de uma era marcada pela ascensão da democracia constitucional. No Brasil, contudo, esse modelo só se firmaria após a promulgação da Constituição de 1988, em meio ao processo de redemocratização do país. Com um papel inicialmente tímido, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou, de forma gradual e muitas vezes em passos silenciosos, a ocupar maior espaço na arena política nacional (Arguelhes; Ribeiro, 2018). Não tardou para que a Corte — especialmente seus ministros — se consolidasse como um dos principais players do jogo político brasileiro (Lunardi, 2018). Acompanhando um movimento global de expansão do poder judiciário, o STF passou a afirmar, com maior intensidade, as competências que lhe foram atribuídas pelo constituinte originário (Barroso, 2012). Entretanto, seus passos não seriam mais silenciosos. Pelo contrário, passariam a ecoar em cada esfera do regime democrático brasileiro. A ordem constitucional também mudava junto com o Tribunal. O Supremo, através de seu controle abstrato de constitucionalidade, passaria a efetivar direitos fundamentais frente à inéria do Congresso Nacional – papel evidenciado em julgamentos paradigmáticos, como as ADPFs nº 54 e nº 132. No entanto, os avanços sociais obtidos nesse período foram seguidos por um ambiente crescente de instabilidade democrática, sobretudo a partir de 2019. Com esse novo contexto institucional, o Tribunal passava a assumir formas nunca antes vistas. Superando seus precedentes, técnica empreendida através do overruling – consistente na superação explícita de orientação anteriormente adotada pelo próprio tribunal (Câmara, 2024) –, a Corte Constitucional incorreria em violações ao processo constitucional –como o caso de o STF ter assumido a possibilidade de transacionar no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, medida incompatível com a lógica objetiva da ação direta, além do crescimento do número de decisões monocráticas (Arguelhes; Ribeiro, 2018). Desse modo, a presente pesquisa busca, através de uma análise bibliográfica, identificar eventuais violações ao processo constitucional no âmbito da ADI 7.633, bem como seus potenciais impactos para a ordem constitucional e ao regime democrático brasileiro. Seu objetivo é evidenciar possíveis anomalias identificadas na jurisdição constitucional, a fim de fomentar o debate. A escolha do objeto justifica-se pela centralidade político–econômica do tema da desoneração da folha de pagamento, que mobiliza interesses do Poder Executivo e do Legislativo. O Supremo, ao assumir, neste caso, o papel de conciliador de interesses, pode ter inaugurado um possível overruling incompatível, por si só, com o espírito emanado do controle de constitucionalidade, que pode gerar impactos à legitimidade e autoproteção da Corte Constitucional.

BIBLIOGRAFIA: ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocracia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. Novos estudos CEBRAP, v. 37, p. 13–32, 2018. Godoy, M. G. O Supremo contra o processo constitucional: decisões monocráticas, transação da constitucionalidade e o silêncio do Plenário. Revista Direito E Práxis, 12(2), 1034–1069, 2021. HIRSCHL, Ran. Towards Juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism. Harvard University Press, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6589****TITULO:**Estados de Ausência: Narcotráfico, Governança Paralela e Tecnologias de Poder no Brasil e na Colômbia (2000–2025)**AUTOR(ES) : PAULO GABRIEL FERREIRA MORAES,SOPHIA SANT'ANNA****ORIENTADOR(ES): DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Desde os anos 2000, a América Latina tem testemunhado o fortalecimento de grupos armados organizados — como facções, cartéis e milícias — que implementam formas paralelas de governança em territórios marcados pela ausência ou fragilidade estatal. No Brasil e na Colômbia, essas organizações não apenas controlam áreas urbanas e rurais, mas também constroem vínculos com populações vulneráveis, oferecendo serviços, medianto conflitos e gerando um senso de pertencimento que disputa a legitimidade estatal. Parte-se da hipótese de que essas dinâmicas não devem ser compreendidas apenas como questões de segurança pública ou combate ao crime, mas como manifestações de um novo paradigma de poder, nos termos das "novas guerras" propostas por Mary Kaldor. Assim, o objetivo da pesquisa é analisar como grupos armados produzem formas de soberania paralela e legitimidade social por meio de dinâmicas territoriais e do uso estratégico das tecnologias. O estudo realiza uma análise comparada entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), no Brasil, e o Clan del Golfo, na Colômbia, entre 2000 e 2025. O recorte temporal permite observar a consolidação desses atores armados e suas estratégias de dominação e negociação. A análise se orienta por quatro categorias comuns: (i) organização interna e hierarquia; (ii) apropriação territorial; (iii) serviços ofertados às comunidades; e (iv) uso de tecnologias digitais para comunicação, mobilização e intimidação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em fontes secundárias: artigos acadêmicos, relatórios de ONGs e organismos internacionais, veículos jornalísticos e documentos públicos. A comparação entre os dois grupos será feita aplicando as mesmas categorias analíticas, respeitando suas especificidades contextuais. No caso do PCC, haverá maior uso de literatura acadêmica e dados sobre o sistema prisional; no caso do Clan del Golfo, a análise incluirá também fontes sobre paramilitarismo e dinâmicas rurais. A fundamentação teórica será construída a partir de autoras e autores como Rita Segato, Raúl Zibechi, Achille Mbembe, Dennis Rodgers e Robert Muggah. O uso das mídias digitais será considerado uma dimensão relevante, mas articulada a outras práticas de controle e construção de autoridade. Entre os resultados esperados, pretende-se identificar padrões regionais de governança armada, mostrando como essas organizações disputam legitimidade com o Estado. Busca-se compreender semelhanças, como o uso de tecnologias e a oferta de serviços, e diferenças, como o grau de racionalização do PCC e o legado paramilitar no Clan del Golfo. A pesquisa também visa demonstrar como a seletividade das políticas repressivas, sustentada pela retórica da "guerra às drogas", reforça exclusões territoriais e raciais, contribuindo para formas de exceção institucionalizadas. Ao final, espera-se contribuir para a compreensão crítica das disputas por soberania na América Latina e seus impactos sobre democracia, cidadania e direitos

BIBLIOGRAFIA: KALDOR, Mary. Novas guerras: violência organizada na era global. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001. ZIBECHI, Raúl. Territórios em rebeldia: autonomia, autogoverno e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2014. MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: Extensão**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6590**

TITULO:Uma análise sobre a inserção do imigrante perspectivada em meio a identidade nacional brasileira partir do fim do século XIX

AUTOR(ES) : **KENZO BRITES YAMAGUTI,EMILY ARISA SAKAGUCHI**

ORIENTADOR(ES): **RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar, utilizando como base discursos políticos, leis de migração do período correspondente e análises históricas posteriores, como se deu a inclusão da figura do migrante na sociedade brasileira a partir do final do século XIX. Será visualizado, de forma crítica, quais as pretensões políticas por trás da inserção de imigrantes na sociedade brasileira, sendo estes majoritariamente europeus e quais os impactos por trás dessa migração para a consolidação da identidade nacional. Tais recortes têm como intuito a visualização da política de branqueamento proposta desde o final do século XIX e quais impactos ela teve sobre as políticas migratórias posteriores ao período, buscando compreender a amplitude desse fenômeno e sua violência , observando como funcionava a seleção dos imigrantes que seriam visados para integrar o Brasil. Para a conclusão honesta da análise, é justo analisar breves observações de como se deu o processo de assentamento desses migrantes no país, buscando compreender como foi o processo de naturalização da nova pátria e como se deu o processo de integração social destes por parte dos outros brasileiros que aqui viviam. A partir de tal perspectiva pretendemos analisar tais fluxos, como se deu a participação do Estado brasileiro nesse processo, como se deu o assentamento dos imigrantes italianos, especificamente, e das comunidades japonesas que migraram ao Brasil no período, buscando referenciar as duas categorias de migrantes (desejáveis e indesejáveis) (Carneiro, Maria, página 1) e buscando entender como se deu a integração na sociedade por esses dois grupos de imigrantes. Buscamos entender também como ambos os grupos influenciaram a formação da identidade nacional. Concluimos, portanto, que é preciso entender de maneira crítica como se deu o processo de inclusão dos imigrantes depois do século XIX, dado ao numeroso fluxo que se deu até a década de 1950, que abalou as dinâmicas aqui já presentes, criando novos fluxos culturais, raciais e de violência, tanto contra grupos que desembarcaram no Brasil , quanto grupos que aqui já viviam (Carvalho, Gilberto, página 10). Entender tais fluxos é essencial para compreender como a sociedade brasileira perspectivou os migrantes no passado e como ela pode perspectivá-los no futuro. Metodologicamente, nos apoderamos da teoria do etiquetamento, proposta por Maria Luíza Tucci Carneiro, ao passo que mencionamos esse entendimento com o mito das três raças, de Darcy Ribeiro.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, 2018
CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. "Branqueamento" como política brasileira de exclusão social dos negros (séculos 19 e 20). Revista da ASBRAP, n. 21, 2022. DAMATTA, Roberto. Digressão: A Fábulas das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6599**

TITULO:Filosofia moral contemporânea: Um estudo do utilitarismo de regras à luz do direito

AUTOR(ES) : **LEÔNIDAS LOUZADA**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDA CAVALCANTI COSTA**

RESUMO: O utilitarismo clássico, inaugurado por Jeremy Bentham e John Stuart Mill, é uma das correntes da filosofia moral mais influentes dos últimos tempos. Não obstante, sofreu muitas críticas que deram origem a movimentos posteriores que procuram respondê-las, cada uma à sua maneira. O objetivo do presente trabalho será analisar o utilitarismo de regra , inicialmente consolidado por Richard Brandt, que se difere do utilitarismo clássico, ora conhecido como utilitarismo de ato , ao inserir a categoria filosófica num padrão normativo que não analisa atos individualmente considerados, mas, em síntese, busca analisar regras gerais de conduta (como "não mentir") que quando – e se – seguidas universalmente, possuem como consequência a maior utilidade total. Também será traçada de qual forma tal vertente responde às críticas ao utilitarismo clássico e quais soluções oferece a elas. Outrossim, dar-se-á enfoque em algumas diferentes versões: O utilitarismo de regra forte, cuja prescrição é absoluta e não permite exceções aos enunciados normativos, associado a Brandt; o utilitarismo de regra fraco (cujas proposições iniciais são controversamente atribuídas à Mill), que admite exceções às regras gerais quando a sua violação for mais útil que seguir a própria regra, encontrando, contudo, pouco respaldo atualmente; e, ainda, o utilitarismo de dois níveis, proposto por R. M. Hare, que busca combinar o utilitarismo de ato e regra para completar as lacunas das versões anteriores, como as críticas de J. J. C. Smart de que o utilitarismo de regra forte traria uma vinculação injustificada ao cumprimento da regra, e ao utilitarismo de regra fraco que invariavelmente sucumbiria àquele de ato. Tal processo será traçado por meio de pesquisa bibliográfica para alcançar uma descrição clara do objeto, permitindo um levantamento para futuras pesquisas que envolvam o tema, ou mesmo que busquem expandí-lo, compilando as demais correntes não abrangidas pelo presente estudo. Não obstante, procurar-se-á, além das definições usuais do utilitarismo de regra, sua possível aplicação num contexto contemporâneo em áreas correlatas, especialmente o direito, considerando os trabalhos de hermenêutica jurídica, como os de Chaim Perelman, bem como a inserção de categorias morais ao direito proposta por autores pós–positivistas, a exemplo de Ronald Dworkin. Tais elementos serão úteis para a verificabilidade de eventual convergência entre o utilitarismo de regra e o direito.

BIBLIOGRAFIA: BRANDT, Richard B. *Morality, Utilitarianism, and Rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. SIMÕES, Mauro Cardoso. Rule–Utilitarianism. *Ethic@ – An International Journal for Moral Philosophy* 8 (3):47–61, 2009. SMART, J. J. C.; WILLIAMS, Bernard. *Utilitarianism: For and Against*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6609**

TITULO: Governança algorítmica e direitos fundamentais: a necessidade de princípios éticos adequados no desenvolvimento e na aplicação da IA no setor público

AUTOR(ES) : JULIA MONTEIRO MISZEWSKI,LARISSA LACERDA OLIVEIRA,CHRISTIAN DOS SANTOS TUCCI,RAPHAEL PEREIRA DA SILVA,SOFIA ROCHA SAMPAIO

ORIENTADOR(ES): CÁSSIO MONTEIRO RODRIGUES

RESUMO: A expansão da Inteligência Artificial (IA) no setor público brasileiro representa uma transformação paradigmática na gestão estatal, prometendo avanços na prestação dos serviços públicos. A Estratégia Brasileira de IA (EBIA) e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) identificam oportunidades para otimização de processos através da automatização de decisões. Contudo, essa crescente digitalização levanta questões importantes sobre a proteção de direitos e a legitimidade democrática das decisões automatizadas. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, enfatiza que a regulação da IA deve proteger direitos fundamentais, tais como privacidade e liberdade cognitiva. Torna-se imperativo investigar como conciliar inovação com valores éticos essenciais, considerando riscos como opacidade algorítmica, vieses discriminatórios e déficits de accountability. A presente pesquisa objetiva analisar os desafios à proteção dos direitos fundamentais decorrentes da utilização da IA no setor público, propondo diretrizes éticas para governança algorítmica responsável. Especificamente, busca-se mapear riscos algorítmicos, examinar casos práticos de implementação nos três Poderes e desenvolver um framework ético-principiológico consequencialista. Sua metodologia será hipotético-dedutiva e estruturada em três eixos: (i) fundamentação consequencialista a partir de Santiago e Sousa (2022); (ii) teoria da governança algorítmica desenvolvida por Aneesh e Issar (2022); e (iii) análise empírica dos vieses algorítmicos com base em Alon-Barkat e Busuioc (2023). A análise documental examina fontes normativas como LGPD (Lei 13.709/2018), EBIA/2021, PBIA/2025, Resoluções CNJ 332/2020 e 615/2025 sobre IA no Judiciário, além de relatórios técnicos da CGU e TCU sobre sistemas de automatização de decisões. Os estudos de casos práticos contemplam o Sistema VICTOR do STF para triagem de recursos extraordinários, e a Plataforma ALICE da CGU/Tribunais de Contas, que analisam os processos de compras e contratações públicas. A equipe é orientada por Cássio Monteiro Rodrigues e é composta por Julia Monteiro, Larissa Lacerda, Christian Tucci, Thamara Curvo, Raphael Pereira e Sophia Rocha. Seus membros serão divididos majoritariamente em dois grupos: um ficará a cargo de analisar a bibliografia apresentada, e o outro estudará os casos concretos. Espera-se demonstrar a importância da abordagem ético-principiológica consequencialista para a proteção dos direitos fundamentais na governança algorítmica. A hipótese central sustenta que a ausência de marcos ético-regulatórios robustos compromete a legitimidade das decisões automatizadas, enquanto a governança responsável pode potencializar a efetivação de direitos. Análises preliminares indicam urgência no desenvolvimento de frameworks éticos específicos para IA governamental, com vistas a assegurar transparência, responsabilidade institucional e respeito aos direitos fundamentais na transformação digital do Estado.

BIBLIOGRAFIA: SANTIAGO, Nestor E.; SOUSA, Francisco A. Consequencialismo, garantismo e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: uma interpretação conciliatória. A&CI, Belo Horizonte, v. 22, n. 90, p. 107-131, 2022. Disponível em: <https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1675> ANEESH, A.; ISSAR, Shiv. What is algorithmic Governance?. Sociology Compass, vol. 16, n. 01, 2022. <https://doi.org/10.1111/soc4.12955> ALON-BARKAT, S.; BUSUIOC, M. Human-Al Interactions in Public Sector Decision Making: "Automation Bias" and "Selective Adherence" to Algorithmic Advice. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 33, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.1093/jopart/muac007>

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6622**

TITULO: DADOS ABERTOS, CÓDIGOS FECHADOS: (H)A CONTRAINTELIGÊNCIA EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL(?)

AUTOR(ES) : HEDERICK ALLAN SOARES COSTA

ORIENTADOR(ES): HENRIQUE PAIVA

RESUMO: Este projeto de pesquisa tem como foco a análise crítica dos desafios enfrentados pela contrainteligência de Estado na era da inteligência artificial (IA). A pergunta que orienta esta pesquisa é: como a exploração de dados públicos por modelos de IA proprietários compromete a eficácia da contrainteligência de Estado e a soberania informacional no Brasil? O objetivo deste estudo é analisar as limitações e os desafios enfrentados pela contrainteligência estatal diante do uso estratégico de dados públicos por sistemas de IA, com base no conceito de soberania informacional e digital no campo dos estudos estratégicos e da tecnopolítica. A hipótese que orienta a pesquisa propõe que a apropriação massiva e desregulada de dados públicos por agentes não estatais com alta capacidade tecnológica, como as big techs, revela uma nova forma de vulnerabilidade estratégica. Essa exploração, ainda que legal do ponto de vista do acesso aos dados, representa um risco à segurança nacional pela incapacidade do Estado de controlar o uso, o contexto e os fins da informação extraída. A metodologia usada é de natureza qualitativa, com base em uma revisão teórico-conceitual sobre o papel da contrainteligência no ambiente digital, fazendo levantamento e análise documental de repositórios de dados públicos brasileiros e identificando quais dados desses repositórios são utilizados em bases de treinamento de modelos de IA proprietários. A análise crítica também considera as estruturas jurídicas e institucionais responsáveis pela proteção dos ativos informacionais do Brasil. O desenvolvimento do trabalho está estruturado em três partes. A primeira apresenta o contexto político e institucional da abertura de dados no Brasil, abordando sua finalidade de transparência, inovação e interesse público. Observa-se que, apesar de públicos, esses dados ganham dimensão estratégica quando inseridos em cadeias tecnológicas globais controladas por agentes privados. A segunda define o conceito de contrainteligência de Estado à luz das transformações tecnológicas, ampliando sua compreensão tradicional para incluir a proteção de dados abertos que podem ser usados de forma estratégica contra o próprio Estado. A terceira realiza um estudo de caso com base na análise dos principais datasets utilizados por modelos como o GPT, revelando a presença significativa de dados públicos brasileiros nesses conjuntos, como informações do IBGE, SUS e de portais governamentais. O caso evidencia que o Estado brasileiro carece de mecanismos efetivos para impedir ou condicionar esse uso, expondo-se a riscos de assimetria informacional e perda de soberania digital. Por fim, a análise tem ainda como objetivo específico conferir um novo sentido ao conceito de contrainteligência, destacando que sua plena efetivação no século XXI requer a capacidade de monitorar e proteger fluxos informacionais, mesmo quando os dados envolvidos são abertos, mas possuem alto valor estratégico na economia da inteligência artificial.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Doutrina da atividade de inteligência nacional. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Agência Brasileira de Inteligência, 2023. PASQUALE, Frank. The Black Box Society: the secret algorithms that control money and information. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015. ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6635**

TITULO:ENTRE A ESTRATÉGIA E O ABISMO: A INVASÃO DO AFGANISTÃO REFLETE UMA DISFUNCIONALIDADE SISTÊMICA DOS ESTADOS UNIDOS?

AUTOR(ES) : MARIA LAURA JACONI CORDEIRO PINTO

ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI

RESUMO: Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Política Externa estadunidense tem seguido uma lógica de contenção e presença militar permanente nas bordas da Eurásia – o chamado Rimland –, com a intenção de impedir a ascensão de potências rivais e preservar o status quo. Essa orientação se intensificou com a chamada Guerra ao Terror, deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001, culminando na ocupação do Afeganistão por duas décadas. No entanto, os objetivos centrais dessa intervenção – derrotar o talibã, estabilizar o país e consolidar uma ordem liberal democrática – não foram alcançados, resultando em uma retirada abrupta e desordenada em 2021. Essa pesquisa toma esse fracasso como ponto de partida para investigar suas causas estruturais, sustentando a hipótese de que a permanência prolongada no conflito, os altos custos humanos e financeiros e os parcisos avanços em termos de estabilidade política ou segurança regional revelam mais do que falhas operacionais: indicam uma disfuncionalidade sistêmica e profunda no funcionamento da Política Externa dos Estados Unidos. Assim, tem-se como objetivo geral demonstrar que essa disfuncionalidade não é fortuita ou meramente conjuntural, mas decorre da convergência entre racionalidade geoestratégica rígida e captura da agenda externa por interesses domésticos, especialmente vinculados ao Complexo Industrial-Militar (CIM). Desse modo, o caráter disfuncional concentra-se não apenas no fato do CIM influenciar a Política Externa, mas sim na ampliação dessa influência a ponto de comprometer os próprios objetivos estratégicos declarados. A guerra, nesse contexto, torna-se funcional a determinados circuitos internos de reprodução ampliada do capital – mesmo quando se mostra ineficaz na realização dos objetivos almejados. A ênfase, portanto, recai sobre a desconexão estrutural entre os fins políticos proclamados e os meios efetivamente mobilizados, revelando um padrão de reprodução de guerras prolongadas, dispendiosas e contraproducentes que contribuem para a erosão relativa da posição estadunidense, na medida em que perpetua conflitos que ocasionam efeitos adversos – os blowbacks. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma análise documental e bibliográfica de fontes primárias e secundárias com estudo de caso, partindo de uma perspectiva que comprehende a pressão competitiva da guerra como força hierarquizadora e dinamizadora do Sistema Internacional. Essa abordagem está ancorada em uma tradição realista das Relações Internacionais, que articula uma leitura geo-histórica do sistema interestatal com suas transformações ao longo do tempo. Ademais, revela-se que a análise do estudo de caso será estruturada em três fases principais: (i) as justificativas objetivas iniciais da invasão (2001); (ii) a manutenção da ocupação e suas contradições; e (iii) retirada e avaliação do desfecho da intervenção.

BIBLIOGRAFIA: FIORI, José Luís. *O Poder Global: Formação, Expansão e Limites do Império Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. CHOMSKY, Noam; PRASHAD, Vijay. *A retirada: Iraque, Líbia, Afeganistão e a fragilidade do poder estadunidense*. São Paulo: Expressão Popular, 2024. JARECKI, Eugene (Diretor). *Why we fight* [filme]. Estados Unidos: Sony Pictures Classics, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6639**

TITULO:O ENSINO JURÍDICO NA CIDADE DO RIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO E A ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

AUTOR(ES) : DANIEL ANUNCIAÇÃO,LARISSA PINHEIRO COSTA,MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS

ORIENTADOR(ES): CARLOS BOLONHA

RESUMO: Nas últimas décadas, o ensino jurídico brasileiro, exponencialmente tradicional, expositivo e hierárquico tornou-se objeto de intenso debate nas faculdades de Direito da cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de acusações e constatações acerca da sua dificuldade e limitação em formar profissionais capacitados, críticos e racionais. Nesse cenário, destacam-se os esforços e as contribuições acadêmicas da Faculdade Nacional de Direito, a exemplo da sua aula inaugural de 1955, realizada pelo professor San Tiago Dantas, bem como diversas contribuições bibliográficas dos seus demais professores e professoras, além da criação e atuação pedagógica da Escola de Direito do Rio de Janeiro na formulação de propostas para dar caminho e prosseguimento à reforma da educação jurídica no Brasil. Tendo como delimitação a análise comparativa acerca dos esforços recentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Fundação Getulio Vargas, daremos enfóque aos seus processos de reformulação do ensino do Direito nesta última década. Nesse sentido, a presente pesquisa qualitativa busca responder a seguinte questão-problema: como se dá a reforma do ensino jurídico nas duas das principais faculdades de Direito da cidade do Rio de Janeiro? Para tanto, utilizando-se do marco teórico da pedagogia situada e politicamente engajada e da reforma educacional institucional, a metodologia adotada baseia-se nos métodos de análise documental de ambos os projetos pedagógicos e nas referências bibliográficas dos professores das respectivas instituições. Ao comparar os projetos e as perspectivas de ensino de cada instituição, a tese inicial do presente estudo atribui à primeira um caráter reformista focado em mudanças econômico-sociais estruturais na atual sociedade desigual brasileira, enquanto a segunda busca alterações mais institucionais que não perpassam necessariamente pela alteração do status quo nacional.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Philippe Oliveira de; FRANZONI, Júlia Ávila. Cercos e tramas de pedagogia situada: ensino do Direito em campos de várzea. Brasília: InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais, vol. 8, 2022. DANTAS, F. C. de San Tiago. *A Educação Jurídica e a Crise Brasileira. Educação Jurídica e Método de Caso*. Rio de Janeiro: Série Cadernos FGV Direito Rio, vol. 3, 2009. MOREIRA, Adílson José; ALMEIDA, Philippe de Oliveira de; CORBO, Wallace. *Manual de Educação Jurídica Antirracista*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6640****TITULO:**DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES E ANIMUS POLÍTICO: VULNERABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS**AUTOR(ES) : DIEGO NEVES FERNANDEZ****ORIENTADOR(ES): SIDNEY GUERRA**

RESUMO: Embora os princípios jurisdicionais pressuponham a inherente separação entre o Direito e as ciências sociais (admitindo-as, com certas restrições deletérias à análise compreensiva, enquanto meras fontes materiais) e a supremacia do Poder Jurídico na resolução da lide, na prática, percebe-se um panorama infinitamente mais intrincado, onde, ao dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Economia, a Antropologia, e, precipuamente, a Política, o Direito, enquanto matéria com força de disciplinamento da potencialidade dos corpos, termina por disfarçar as relações de poder em sua forma jurídica contratual, sendo simples instrumento para a reafirmação de discrepâncias sociais. Essa observação, postulada, dentre outros acadêmicos, também pelo jurista Evgeni Pachukanis, torna-se evidente na análise do caso concreto: no caso Ramos v. Nielsen, de 2018, foi disputada a revogação do status de proteção temporário – O Temporary Protected Status (TPS) – de mais de 300.000 refugiados do Haiti, Sudão, Nicarágua e El Salvador nos Estados Unidos. O pedido foi liminarmente deferido, dentre as fundamentações sublinhando-se o animus racial presumido pelo governo estadunidense à época. Este caso, no contexto em que se insere, demonstra o que Kelsen entende como as motivações políticas das quais resultam o Direito, dissimuladas na teoria contemporânea. Em tempos de desilusão com o ordenamento jurídico internacional, e com o superveniente zeitgeist isolacionista, o Direito Internacional Público sofre severa ameaça de desvinculação, perda de força normativa e efetividade, na medida que é rechaçada pela motivação política derivada das interações frenéticas entre soberanias. Essa ameaça afeta especialmente ramos embrionários e aqueles que se preocupam com a resguarda dos direitos humanos fundamentais, como é o caso das recentes proposições no Direito Internacional das Catástrofes e no Direito Internacional dos Refugiados, ainda plexos jurídicos de força normativa vaga e com horizontes inexplorados. Nesse sentido, o seguinte estudo busca, perpassando o minucioso estudo dos casos concretos por método indutivo para a abstração de fenômenos subjacentes e a subsequente remontada antropológica dos conceitos jurídicos abordados, expor a complexa teia entre animus político, representada na soberania, e Direito Internacional, objetivando mensurar a concretude dos efeitos dessas relações na incidência dos direitos humanos fundamentais aos refugiados climáticos.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto Memória, 2021; REZEK, Francisco. Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6644****TITULO:**A Verdadeira Entrega: Desvendando a Realidade do Trabalho Plataformizado no Zé Delivery**AUTOR(ES) : ISABELLE CRISTINA DANTAS DE MELLO ALVES DE LIMA****ORIENTADOR(ES): RODRIGO DE LACERDA CARELLI**

RESUMO: A presente pesquisa está sendo desenvolvida a partir do grupo de pesquisa Direito do Trabalho no Século XXI (TRAB21), coordenado pelo Prof. Rodrigo Carelli. No bojo de uma pesquisa mais ampla realizada pelo grupo em relação à evolução e impacto das plataformas digitais no trabalho, focamos especificamente na plataforma Zé Delivery. Esse serviço, cuja demanda aumentou significativamente durante e após a pandemia, tem gerado debates sobre a precarização das relações de trabalho. O estudo investiga a estrutura do trabalho dos entregadores do Zé Delivery e a possível exploração da mão de obra. O Zé Delivery se apresenta como uma plataforma digital voltada para a entrega de bebidas, a qual, à primeira vista, poderia ser classificada como um "marketplace", segundo os critérios expostos por Carelli (2021). No entanto, a operação do Zé Delivery revela um controle significativo sobre os processos de venda e entrega, indo além do papel tradicional de intermediação. Muitas plataformas disfarçam a verdadeira relação laboral sob a fachada de uma suposta autonomia e neutralidade tecnológica, criando um "feticismo tecnológico" (Carelli, 2021) que oculta a exploração do trabalhador. No caso em análise, essa estratégia se manifesta na tentativa de se descrever como uma empresa de tecnologia, enquanto, na realidade, controla de perto as operações dos entregadores, delineando uma relação de subordinação e dependência que caracteriza, de fato, uma relação de emprego. A metodologia empregada na pesquisa consiste na análise empírica de processos judiciais trabalhistas em tramitação no Tribunal Regional do Trabalho da 1^a e 2^a Região, bem como na análise de vídeos de trabalhadores do Zé Delivery compartilhando suas experiências através de plataformas como o YouTube. Estas fontes forneceram uma visão rica e diversificada sobre as condições de trabalho e a interação dos trabalhadores com a plataforma. Os achados iniciais mostram que a defesa do Zé Delivery nos processos judiciais alega ser uma plataforma neutra, sem interferência na prestação dos serviços, alinhando-se com o conceito de marketplace. No entanto, a prática revela uma operação muito mais intrusiva e diretiva. Os relatos dos entregadores indicam que o Zé Delivery controla significativamente os processos de entrega, comportando-se mais como uma empregadora do que como uma simples intermediadora tecnológica. Portanto, concluímos que a estrutura operacional do Zé Delivery se desvia substancialmente do que é alegado pela empresa. O estudo revela que a organização, uma estratégia da AB InBev, amplia a venda de seus produtos através da precarização da mão de obra dos entregadores, maximizando lucros às custas dos direitos e condições de trabalho desses profissionais.

BIBLIOGRAFIA: Carelli, R. de L., & Oliveira, M. C. S. (2021). Carelli, R. de L., & Oliveira, M. C. S. (2021). As plataformas digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no século XXI. Editora Dialética.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6659****TITULO:**PRECIFICAÇÃO DO PETRÓLEO E DE TERRAS RARAS EM YUAN: UM CAMINHO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA?**AUTOR(ES) : LUCAS DALBEN DILLENBURG****ORIENTADOR(ES): MAURICIO METRI**

RESUMO: Ao analisar o desenvolvimento econômico e político chinês durante os últimos 40 anos, percebe-se que essa nação asiática tornou-se um grande oponente geopolítico e geoeconômico dos Estados Unidos; Associado a isso, infere-se que a China não tem como interesse estar sujeita ao guarda-chuva do dólar, uma vez que o dólar tem sido utilizado como uma arma política estadunidense que, por sua vez, traz uma série de vantagens a tal nação do Norte Global, por exemplo, possibilitando a aplicação de sanções, o endividamento para fins militares e a limitação do acesso a instituições financeiras. Dito isso, percebe-se uma política estatal deliberada, mesmo que ainda em níveis iniciais, de internacionalização do Yuan como uma forma de contornar a violência do sistema dólar, que, por fim, pode beneficiar a China em certos aspectos, por exemplo aumentando sua influência no sistema global ou criando maior facilidade para criação de políticas externas e comerciais independentes. A partir disso, busca-se entender se os recentes movimentos de precificação do petróleo e de terras raras em Yuan (Renminbi) por parte do governo chinês podem ser vistos como um caminho para a internacionalização da moeda chinesa no mercado global. Considera-se então, como hipótese preliminar que, devido a grande importância a nível internacional seja do petróleo seja das terras raras, a internacionalização do Yuan tenderá a crescer caso essa precificação seja aceita e adotada por parte de nações globais, ou seja, caso seja tida como um padrão global, visto que, historicamente, tal processo serviu como um catalizador de internacionalização de moedas, especialmente no caso do dólar. Adota-se uma perspectiva teórica e analítica que aborda a internacionalização da moeda via precificação de mercadorias estratégicas como um processo político (METRI, 2023) e, não como uma questão mercadológica. No que tange a metodologia, essa pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e contará com uma análise de fontes e documentos primários, secundários e terciários sobre a temática em questão. Dessa forma, entende-se que uma análise bibliográfica será realizada a partir de documentos publicados por parte do governo chinês, como tratados, acordos e relatórios sobre o tema; de artigos, livros e teorias publicadas; assim como de notícias globais sobre esse recém processo de internacionalização da moeda – principalmente no que relaciona-se com a precificação de tais bens naturais em Renminbi. Tem-se como resultado esperado entender mais profundamente esse recente movimento estatal chinês e, consequentemente, compreender se pode ser tido ou não como um caminho para um processo de internacionalização de sua moeda nacional; além disso, busca-se explorar as percepções de diferentes atores do Sistema Internacional sobre tal questão, uma vez que podem ver essa ação estatal chinesa como uma ameaça que cria choques e traz mudanças no atual tabuleiro político e econômico mundial.

BIBLIOGRAFIA: METRI, Maurício. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 719-736, dez. 2020. METRI, Maurício. História e Diplomacia Monetária. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6660****TITULO:**USO DA IA GENERATIVA ASSIS NO TJ-RJ: VIVENDO E APRENDENDO O FUTURO**AUTOR(ES) : BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO,CARLOS BOLONHA****ORIENTADOR(ES): DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O objetivo é avaliar a produção de dados sobre as atividades utilizadas com a ferramenta de inteligência artificial Assis pelos juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, verificando sua confiabilidade, segurança, auditoria e rastreabilidade, com o foco no impacto da tecnologia nos serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual, que movido pela atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no uso de suas atribuições de competência normativa, busca responder as transformações tecnológicas hodiernas de forma ética e segura. Utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental somadas ao método de procedimento comparativo, empregado com fulcro de comparar as informações do CNJ em Números de produtividade por Tribunais país a dentro e os dados internos do TJ-RJ que utilizou a IA generativa ASSIS, a fim de jogar luz, no contexto de sociedade hiperconectada e informacional, sobre o uso ético e seguro da tecnologia de IA nas atividades jurisdicionais do Poder Judiciário, que sejam incorporados de forma positiva a subsidiar políticas públicas para que o Acesso à justiça seja aperfeiçoado e amoldado as novas tecnologias pelo ordenamento brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Histórico selo Justiça em números.[s.d.]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judicarias/selo-justica-em-numeros>. Acesso em: 04 mai. 2025. CUNHA, Luciana Gross. Indicadores de desempenho do Judiciário: como são produzidos e qual a sua finalidade. *Cadernos FGV Projetos*, v. 12, p. 41–45, 2010. HARARI, Yuval Noah. *Nexus*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 VARELLA, Santiago. Estatística, planejamento e políticas judiciárias: ainda um debate de surdos. *Jota*, 1º mar. 2017. Disponível em; <https://www.jota.info/artigos/estatistica-planejamento-e-politicas-judiciais>. Acesso em 04 mai. 2025.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral****ARTIGO: 6665****TITULO:**CHACINAS X JUSTIÇA: A SEGURANÇA PÚBLICA NO BANCO DOS RÉUS?**AUTOR(ES) :** BETHÂNIA SUAREZ DE OLIVEIRA, DÉBORA FERREIRA, PRISCILA LOPES LINHARES COTTA, GABRIELA DOS SANTOS HAUÁ**ORIENTADOR(ES):** FERNANDA MARIA VIEIRA

RESUMO: O cenário da segurança pública é marcado pela autonomização extrema das forças de segurança, que, através da anuência política do Ministério Público e de juízes, fogem de qualquer tentativa de controle externo. Conforme a pesquisa de Misce (2011), os processos abertos contra agentes do estado acusados do crime de homicídio, quando há investigação, são regidos por uma morosidade do sistema de justiça, que, na maioria dos casos, decide pelo arquivamento ou pela absolvição dos réus. Assim, a presente pesquisa se propõe a analisar o discurso jurídico de 50 chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, tendo como recorte a 1ª fase dos processos, ou seja, quando a justiça irá pronunciar ou não o réu no tribunal do Júri e, havendo a pronúncia, analisar seus desdobramentos na fase do tribunal do Júri. Um dos processos que será analisado é o da Chacina do Jacarezinho, uma das incursões policiais mais letais da história do estado, cuja resposta judicial, por parte do MPRJ, foi o pedido de arquivamento dos inquéritos referentes a 24 mortes. A chacina no Jacarezinho ocorreu mais de 20 anos depois da Chacina de Acari, caso que levou a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2024, que em sua decisão, apontou a ausência de uma investigação séria e efetiva por parte dos órgãos brasileiros. Para este trabalho analisaremos comparativamente tais processos, buscando desvelar as semelhanças na retórica jurídica. Ademais, para esse estudo, são mobilizados enquanto marcadões teóricos as ideias de Agamben (2004), cujo alerta é claro: o totalitarismo moderno é assassinado pela excepcionalidade constante, onde, sob o argumento da segurança, é criado um estado jurídico ambíguo no qual a exceção é um dispositivo duradouro, mobilizado pelo governo para exercício de controle social e supressão de direitos. O Brasil, cujas dinâmicas sociais são atravessadas pelo racismo, o Estado de Exceção se voltará contra a população negra, como apontado por Flauzina (2017), os corpos tidos como indesejáveis são alvos sistemáticos de violência letal. Nossa hipótese é a de que a forma como é conduzido o processo jurídico contra policiais envolvidos em execuções, desaparecimentos ou torturas reforça a conservação de uma política genocida, pois escancara que o Estado, através da eliminação de todos aqueles sub-humanizados, não apenas tolera, mas legitima e perpetua essa gestão da morte. Assim, faz-se necessária a discussão sobre a presença dessas lógicas no discurso judicial.

BIBLIOGRAFIA: AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. SP, Boitempo, 2004. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Brasília, Brado negro, 2017. MISSE, M. (coord.). "Autos de Resistência: Uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001–2011). RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA. Acessível em http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa**MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster Virtual****ARTIGO: 6674****TITULO:**CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE SOB A PERSPECTIVA DA ADPF 347**AUTOR(ES) :** ISABELA WUO LOURENÇO, EDUARDA RUIZ DA SILVA CAMACHO**ORIENTADOR(ES):** CARLOS BOLONHA

RESUMO: A atuação do Poder Judiciário brasileiro tem sido amplamente desafiada pela necessidade de compatibilizar normas internas com tratados internacionais de direitos humanos. Nesse contexto, o controle de convencionalidade surge como um mecanismo essencial, ainda que relativamente recente no Brasil, para assegurar que as normas infraconstitucionais estejam em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, que denuncia o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, traz à tona a intersecção entre o controle de constitucionalidade e o controle de convencionalidade e suas implicações para a tutela dos direitos humanos. Como o controle de convencionalidade foi aplicado na ADPF 347 e quais são os impactos dessa aplicação na consolidação dos tratados internacionais de direitos humanos no sistema jurídico brasileiro? O artigo se baseia em uma construção teórica que envolve os conceitos de controle de constitucionalidade e controle de convencionalidade, especialmente sob a ótica da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal (STF). A ADPF 347 é utilizada como estudo de caso para examinar como a Corte brasileira tem conciliado os comandos da Constituição com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado. A pesquisa desenvolvida no artigo é de natureza qualitativa, com método dedutivo, a partir da análise bibliográfica e jurisprudencial. O artigo realiza uma investigação doutrinária sobre o controle de convencionalidade e, posteriormente, analisa a ADPF 347 como exemplo prático de sua aplicação. A abordagem é eminentemente jurídico-teórica, com ênfase na hermenêutica constitucional e no direito internacional dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 347/DF. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 6687

TITULO:CONTRA–HEGEMONIA GLOBAL: A DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO

AUTOR(ES) : RAFAEL LINS TEIXEIRA

ORIENTADOR(ES): LARISSA ROSEVICS

RESUMO: A diplomacia cultural constitui–se como prática estratégica na arena internacional, configurando–se não apenas como instrumento de soft power, mas também como espaço de disputa simbólica e narrativa. Segundo Said (1995), a cultura é historicamente utilizada pelas potências como ferramenta de legitimação do imperialismo, estruturando–se como discurso que naturaliza a dominação. Em "Cultura e Imperialismo", o autor demonstra como a cultura ocidental forjou imaginários sobre os povos colonizados, reiterando relações de subalternidade sob a lógica da hegemonia cultural. A partir dessa concepção, as análises de Gramsci, revisadas por Pansardi (2014), oferecem aporte teórico ao evidenciar que a hegemonia, enquanto combinação de consenso e coerção, transcende as fronteiras nacionais, estendendo–se ao plano internacional. No contexto da globalização contemporânea, a diplomacia cultural opera na interseção entre política, economia e cultura, ora reafirmando, ora tensionando a ordem mundial, historicamente eurocêntrica e hierarquizada. Em raciocínio similar, Novais (2020) reforça que as práticas de diplomacia cultural dos países periféricos, como o Brasil, convivem com limitações estruturais e simbólicas impostas pela persistência de um imperialismo cultural disfarçado de globalização multicultural. Nesse cenário, a contra–hegemonia se materializa na possibilidade de países subalternizados articularem narrativas próprias e mobilizarem suas expressões culturais como forma de resistência simbólica. A diplomacia cultural, então, deixa de ser mera reprodução de estereótipos e passa a constituir–se como instrumento político de valorização de identidades plurais e contestação da hegemonia cultural estabelecida. Como forma de exemplificar esse cenário, o trabalho apresentará o modo de funcionamento da diplomacia cultural dominante a partir do pós–Segunda Guerra, partindo dos Estados Unidos e sua indústria cultural, mas também narrando o modo com que a França (através da Aliança Francesa), Japão e Reino Unido (através de centros culturais) e Coreia do Sul (através de pesados investimentos estatais na teledramaturgia e na música) promovem um modo de ser ocidental. Em contrapartida, serão mostradas reações ou alternativas a essas iniciativas, como o Balé Bolshoi na União Soviética; a Venezuela (a partir da difusão da Telesur); e Cuba, a partir do Instituto Cubano de Amizade com os Povos (ICAP).

BIBLIOGRAFIA: NOVAIS, Bruno do Vale. O que é diplomacia cultural? Revista InterAção, v. 11, n. 2, p. 59–74, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2357797547497>. Acesso em: 03 maio 2025. PANSARDI, Marcos Vinícius. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. Crítica Marxista, n. 39, p. 77–93, 2014. SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. Tradução de Rosaura Eichenberg. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: Pesquisa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

ARTIGO: 6705

TITULO:Entre Estigma e Hermenêutica: desafios para o reconhecimento do feminicídio de profissionais do sexo no sistema de justiça criminal brasileiro

AUTOR(ES) : MARCELLO DE OLIVEIRA BERTACCHINI

ORIENTADOR(ES): CRISTIANE BRANDÃO

RESUMO: Em pesquisas anteriores, por meio de revisão bibliográfica conjugada à pesquisa jurisprudencial nos Tribunais de Justiça estaduais da região Sudeste do Brasil, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem quantitativa que examinou a recepção da definição legal do feminicídio pelo sistema de justiça criminal e seus impactos na realidade social. Trabalhando com o referencial de processos de 2015 a 2019 e utilizando os termos "feminicídio"; "art. 121, §2º, VI, CP"; "art. 121, §2º-A, CP"; e "mulher e homicídio", analisamos os 1.093 casos de feminicídio revelados nessas buscas e, como resultado, pudemos verificar que a recepção da definição legal do feminicídio pelo sistema brasileiro de justiça criminal tem, na prática, restringindo sua adequação típica a casos que envolvem (i) relação íntima de afeto, (ii) heterossexual, (iii) praticado por homem cisgênero; (iv) contra mulher cisgênero. A este reducionismo hermenêutico denominamos 'lógica dos quatro elementos', evidenciando que quaisquer situações que fujam a uma dessas circunstâncias pode configurar obstáculo à identificação de um feminicídio pelo sistema de justiça criminal (Augusto; Bertacchini, 2024). Após minuciosa filtragem de nossos achados, identificamos, entre outras categorias excluídas por essa lógica, casos relativos ao assassinato de profissionais do sexo. Nesta nova etapa investigativa, por meio de revisão bibliográfica jurídico–dogmática e pesquisa jurisprudencial nos sítios eletrônicos dos tribunais de justiça da região Sudeste, desenvolveremos uma pesquisa de enfoque qualitativo que buscará aprofundar as particularidades da obstaculização imposta pelo sistema de justiça criminal ao reconhecimento de casos de feminicídio em cujo polo passivo figura uma profissional do sexo, suas nuances, alicerces dogmáticos e consequências práticas. Com a sistematização e o tratamento dos dados, que serão confrontados com literatura feminista especializada, espera–se a obtenção de resultados que forneçam subsídios científicos que contribuam para a conscientização da sociedade e do Estado acerca das múltiplas facetas da violência feminicida; para a incorporação de referenciais críticos feministas na prática forense; para a assistência qualificada das vítimas; e para a criação de mecanismos de evitabilidade de violências fatais em casos de feminicídio contra prostitutas.

BIBLIOGRAFIA: ARAS, R. Honra Feminina e Crimes Sexuais: Uma Análise Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva. 2001 AUGUSTO, Cristiane Brandão.; BERTACCHINI, Marcello de Oliveira. Narrativas sobre feminicídio no sistema brasileiro de justiça criminal:: o reducionismo da "lógica dos quatro elementos". Boletim IBCRIM, [S. l.], v. 32, n. 383, p. 23–27, 2024. Disponível em: https://www.publicacoes.ibcrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1464. Acesso em: 5 maio. 2025. RUSSELL, Diana E. H.; HARMES, Roberta A. Femicide in global perspective. Nova York: Teachers College Press, 2001.

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma revisão narrativa, o estado da produção científica sobre competência em informação em saúde no contexto da pandemia de COVID-19, com ênfase no papel dos bibliotecários no enfrentamento à desinformação e na promoção de práticas que favoreçam o acesso equitativo à informação confiável. A escolha do tema justifica-se pela preocupação com a disseminação de notícias falsas e informações distorcidas durante a pandemia de COVID-19, fenômenos que agravaram a infodemia e a desinfodemia, impactando negativamente a saúde pública. Diante desse cenário, torna-se relevante compreender como a competência em informação pode ser fortalecida para mitigar tais efeitos. Trata-se de um trabalho nascido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A metodologia adotada foi a revisão narrativa da literatura, com busca sistematizada na base Web of Science, abrangendo publicações de 2020 a 2024. Os critérios de inclusão consideraram artigos que abordassem competência em informação em saúde, infodemia, desinformação e o papel das bibliotecas e profissionais da informação. Os dados foram analisados qualitativamente, identificando tendências, lacunas e boas práticas. O trabalho foi conduzido por uma estudante da graduação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. A estudante realizou as buscas, seleção e análise dos artigos, além da redação do texto. Espera-se, como resultado, mapear as principais abordagens e desafios enfrentados no campo da Competência em Informação em Saúde durante a pandemia de COVID-19, identificar boas práticas e apontar caminhos para o fortalecimento do papel das bibliotecas e dos profissionais da informação, bem como as lacunas existentes. Até o momento, a revisão evidencia que, embora haja avanços teóricos e práticos, persistem desafios significativos relacionados à desigualdade no acesso à informação e à necessidade de formação continuada das pessoas profissionais da informação. Os dados analisados reforçam a importância de ações interdisciplinares, interprofissionais e políticas públicas que promovam a criticidade e a ética relacionada à informação, especialmente em contextos de crise sanitária. As próximas etapas da pesquisa buscarão aprofundar a análise de experiências de modo que seja possível propor recomendações para a atuação para a saúde pública. PERES, Frederico. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva , v. 28, n. 5, p. 1563–1573, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023285.14562022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cdmwH5gd66VNCXhVQjXj3KD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BIBLIOGRAFIA: ZATTAR, Marianna. Competência em Informação e Desinfodemia no contexto da pandemia de Covid-19. Liinc em Revista, [S. I.], v. 16, n. 2, p. e5391, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5391>. PERES, Frederico. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 5, p. 1563–1573, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023285.14562022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cdmwH5gd66VNCXhVQjXj3KD/?format=pdf&lang=pt>. PERES, Frederico. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28
